

XIV SEPA

SEMINÁRIO DE PESQUISAS EM ANDAMENTO

PROFESSORES HOMENAGEADOS

Prof. Dr. José Carlos Chaves Cunha

Prof^ª. Dr^ª. Lilia Silvestre Chaves

Organizadores:

Thomas Massao Fairchild

Sidney da Silva Facundes

Márcia do Socorro da Silva Pinheiro

Jeniffer Yara Jesus da Silva

Jaqueline de Andrade Reis

BELÉM – PA
2018

XIV SEPA

SEMINÁRIO DE PESQUISAS EM ANDAMENTO

Organizadores:

Thomas Massao Fairchild
Sidney da Silva Facundes
Márcia do Socorro da Silva Pinheiro
Jeniffer Yara Jesus da Silva
Jaqueline de Andrade Reis

BELÉM – PA
2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
Prof. Dr. Emmanuel Zagury Tourinho
Reitor

Prof. Dr. Gilmar Pereira da Silva
Vice-Reitor

Prof. Dr. Edmar Tavares da Costa
Pró-Reitoria de Ensino e Graduação

Prof. Dr. Rômulo Simões Angélica
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Prof. Dr. Nelson José de Souza Júnior
Pró-Reitoria de Extensão

João Cauby de Almeida Júnior
Pró-Reitoria de Administração

Karla Andreza Duarte Pinheiro de Miranda
Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal

Raquel Trindade Borges
Pró-Reitoria de Planejamento

INSTITUTO DE LETRAS E COMUNICAÇÃO
Dra. Walkyria Alydia Grahl Passos Magno e Silva
Dra. Thomas Massao Fairchild

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
Dra. Dr. Sidney da Silva Facundes
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Letras

Dr. Carlos Augusto Sarmiento-Pantoja
Vice-Coodenador do Programa de Pós-Graduação em Letras

COMISSÃO ORGANIZADORA

Prof. Dr. Thomas Massao Fairchild
(Organizador e Coordenador do XIV SEPA)

Prof. Dr. Sidney da Silva Facundes
(Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Letras – PPGL)

Prof. Dr. Sílvio Augusto de Oliveira Holanda
(Representante dos docentes do PPGL)

Profa. Dra. Marília Fernanda P. de Freitas
(Representante dos egressos do PPGL)

Aline Batista Rodrigues
(Doutoranda em Estudos Linguísticos do PPGL)

Márcia do Socorro da Silva Pinheiro
(Doutoranda em Estudos Literários do PPGL)

Jhonatan Allan de Andrade Rabelo
(Doutorando em Estudos Linguísticos do PPGL)

Tayana Andreza de Sousa Barbosa
(Doutoranda em Estudos Literários do PPGL)

Tamna Iris Alves do Vale
(Representante dos discentes da graduação do Curso de Letras)

Alex Moreira
(Doutorando em Estudos Literários do PPGL)

André Luiz Simões
(Mestrando em Estudos Literários do PPGL)

Délcia Pereira Pombo
(Doutoranda em Estudos Linguísticos do PPGL)

Fabíola Azevedo Baraúna
(Doutoranda em Estudos Linguísticos do PPGL)

Geovanna Guimarães
(Doutoranda em Estudos Literários do PPGL)

Jaqueline de Andrade Reis
(Doutoranda em Estudos Linguísticos do PPGL)

Jean Marcos Torres de Oliveira
(Doutorando em Estudos Linguísticos do PPGL)

Jonilson Moraes
(Mestrando em Estudos Linguísticos do PPGL)

Júlio Ferreira Neto
(Mestrando em Estudos Linguísticos do PPGL)

Karina Gaya
(Doutoranda em Estudos Linguísticos do PPGL)

Nandra Ribeiro
(Doutoranda em Estudos Linguísticos do PPGL)

Rubenil da Silva Oliveira
(Doutorando em Estudos Literários do PPGL)

Tereza Tayná Lopes
(Doutoranda em Estudos Linguísticos do PPGL)

Gabriela de Andrade Batista
(Graduada do Curso de Letras com Habilitação em Língua Portuguesa)

Jeniffer Yara Jesus da Silva
(Mestranda em Estudos Literários do PPGL)

SECRETARIA

Fabíola Azevedo Baraúna (Doutoranda em Estudos Linguísticos do PPGL)

Geovanna Guimarães (Doutoranda em Estudos Literários do PPGL)

COORDENAÇÃO DE MONITORIA

Aline Batista Rodrigues (Representação Discente do PPGL)

Gabriela de Andrade Batista (Graduada em Letras-Língua Portuguesa-UFPA)

Jaqueline de Andrade Reis (Doutoranda em Estudos Linguísticos do PPGL)

PROJETO GRÁFICO

Jeniffer Yara Jesus da Silva (Graduada em Letras-Língua Portuguesa - UFPA)

PRODUÇÃO DO SITE DO EVENTO

Fabíola Azevedo Baraúna (Doutoranda em Estudos Linguísticos do PPGL)

PROMOÇÃO

Universidade Federal do Pará

Instituto de Letras e Comunicação – Programa de Pós-graduação em Letras

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) –
Biblioteca do ILC/ UFPA-Belém-PA**

Seminário de Pesquisas em Andamento (14.: 2018: Belém, PA)

E-book do XIV SEPA, 06 a 07 de novembro de 2017 / Organizadores,
Thomas Massao Fairchild,... [et al.]. - Belém: Programa de Pós-Graduação em
Letras.UFPA, 2018.

436 p. : il.

Evento realizado pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPA.

Inclui bibliografias.

ISBN: 978-85-67747-13-2.

Disponível em: <http://ppgl.propesp.ufpa.br/index.php/br/>

1. Educação superior - Congressos. 2. Literatura - Congressos. 3. Linguística
- Congressos. 4. Língua portuguesa – Congressos. I. Fairchild, Thomas Massao,
org. II. Título.

CDD-22. ed. 378.177

Apresentação

O SEPA – Seminário de Pesquisas em Andamento é um evento anual que reúne as apresentações de projetos de pesquisas de docentes e de discentes vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Os objetivos primários do SEPA são basicamente dois: a) debater os resultados dos trabalhos em desenvolvimento pelos estudantes do Programa; e b) divulgar as linhas de pesquisa existentes às pessoas interessadas em candidatar-se ao Mestrado ou Doutorado.

Em sua edição de 2017, o SEPA ocorreu no período de 06 a 07 de novembro de 2017. A marca desse evento foi a tentativa de constituir um espaço para novos encontros de pesquisa. Para tanto, a programação apresenta uma pequena mudança de formato com relação a edições anteriores: cada sessão de comunicações contou com dois debatedores, sendo um deles um docente convidado e o outro, um aluno egresso do programa. A comissão organizadora procurou designar a maior quantidade possível de docentes externos ao Programa para debater trabalhos e proporcionar, assim, a orientandos e orientadores, a oportunidade de interlocuções diversificadas. Por meio do gentil contato feito por alguns colegas, o XIV SEPA também proporcionou o encontro com duas professoras convidadas do exterior, Marília Librandi-Rocha (Stanford University) e Vania Chaves (Universidade de Lisboa). A profa. Marília Librandi-Rocha proferiu uma palestra intitulada “A Escuta do Mundo na Obra de Clarice Lispector”, no dia 6 de novembro, e a profa. Vania Chaves ofereceu a palestra “O Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro: um projeto, seus objetos e suas realizações”, no dia 7 de novembro.

Procurou-se fazer com que o XIV SEPA fosse também um lugar de *reencontros* na pesquisa, e para isso, buscou-se ter como segundo debatedor, na maior parte das sessões de comunicações, um ex-aluno do Programa. Com esse gesto, antes de mais nada, o PPGL reafirma a confiança depositada naqueles que formou ao longo dos seus quase trinta anos de existência, convidando-os a retornar no papel de arguidores das pesquisas que agora se encontram em andamento. Espera-se, desse modo, firmar o SEPA como espaço de protagonismo dos estudantes, não apenas na execução de tarefas organizativas ou na posição daqueles que têm seus trabalhos avaliados por outros, mas também na função de avaliar trabalhos em um nível próximo daquele em que o seu próprio se encontra.

Além de encontros e reencontros, o XIV SEPA foi também lugar para o reconhecimento daqueles com que se compartilha uma jornada. Em 2017 foram homenageados dois docentes com longa trajetória no PPGL e importante papel na própria consolidação da pesquisa em Letras na UFPA, Lília Silvestre Chaves e José Carlos Chaves da Cunha. A ambos foram prestadas mais que merecidas honras. O prof. José Carlos Chaves da Cunha também ofereceu a conferência de abertura do evento, intitulada “Cultura e Ensino de Línguas a Turmas Heterogêneas do Ponto de Vista Linguístico-cultural”, no dia 6 de novembro.

Os números do XIV SEPA demonstram que os seus objetivos foram cumpridos com êxito. Houve um total de 117 trabalhos inscritos no evento, sendo 55 na área de concentração em Estudos Literários e 65 na área de concentração em Estudos Linguísticos. Ademais, o evento recebeu cerca de 50 inscrições de ouvintes, grande parte delas de estudantes da graduação e do Mestrado Profissional em Rede (PROFLETRAS). Estes são números expressivos em se tratando de um evento local.

Publicam-se neste livro 18 artigos de linguística e 20 de literatura, todos trabalhos completos que versam sobre pesquisas realizadas nos campos de Estudos Linguísticos e Estudos Literários, as quais estão também diretamente vinculadas aos projetos de pesquisa dos docentes do PPGL, em suas linhas de pesquisa. Essa produção discente reflete o crescimento significativo do Programa, que lhe permitiu alcançar Nota 5 na última avaliação quadrienal da CAPES). O aumento da nota reflete o desenvolvimento do PPGL nos últimos anos, tanto do ponto de vista acadêmico quanto do de sua gestão. A nota 5 não é efeito espontâneo do aperfeiçoamento individual dos pesquisadores da casa, que existiu; a nota é resultado de lideranças bem-sucedidas e de esforços coletivos que se voltaram para o desenvolvimento equilibrado da produção acadêmica do Programa, para sua reorganização curricular, para a melhoria de sua infraestrutura e para o maior conhecimento dos próprios processos avaliativos da CAPES. A realização continuada do SEPA por mais de uma década e o seu amadurecimento como espaço de debate e divulgação da pesquisa sem dúvida fazem parte do processo que levou o PPGL a obter tamanho êxito nos últimos anos.

Prof. Dr. Sidney da Silva Facundes e Prof. Dr. Thomas Massao Fairchild

SUMÁRIO

ESTUDOS LITERÁRIOS

UMA LEITURA DOS EXTREMOS NA OBRA DE DALCÍDIO JURANDIR	13
O TEMPO EM A PAIXÃO SEGUNDO G.H. E EM GRANDE SERTÃO: VEREDAS.....	22
A METAFICÇÃO HISTORIOGRÁFICA NO ROMANCE <i>BOCA DO INFERNO</i> DE ANA MIRANDA	32
A CRISE DA FORMA NA PROSA DE RADUAN NASSAR	44
REALISMO TRAUMÁTICO:.....	57
O CORPO MARTIRIZADO DO PRISIONEIRO.....	57
A RELEITURA DO PASSADO EM EL PAÍS DE LA CANELA (2008): UMA RELAÇÃO ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA	68
A APRENDIZAGEM POÉTICA NOS ROMANCES DE CLARICE LISPECTOR	78
BIOPOLÍTICA E LITERATURA: CORPOS (IN)DÓCEIS EM QUATRO ROMANCES DE NENÊ MACAGGI	88
ALEGORIA, TEXTO E IMAGEM: <i>BELÉM DO GRÃO PARÁ</i> , DE DALCÍDIO JURANDIR.....	99
A UTOPIA COMO POÉTICA DO FRACASSO EM ROBERTO BOLAÑO E MILTON HATOUM	110
A GUERRILHA DO ARAGUAIA E MEMÓRIAS DE INFÂNCIA: PERFIL DAS TESTEMUNHAS DESVENDADO EM <i>INFÂNCIA ROUBADA</i> (SÃO PAULO, 2014).....	121
UMA LEITURA INTERTEXTUAL DE “DOM QUIXOTE DAS CRIANÇAS” DE MONTEIRO LOBATO.....	133
SENHORAS DO JORNAL: TESSITURAS FEMININAS NA IMPRENSA PARAENSE.....	149
O CONFLITO IDENTITÁRIO DE ALFREDO: UMA ANÁLISE DE <i>CHOVE NOS CAMPOS DE CACHOEIRA E TRÊS CASAS E UM RIO</i> DE DALCÍDIO JURANDIR.....	158
PENSAMENTO E TRAVESSIA: A MIGRAÇÃO TEMPO-MEMÓRIA EM INGLÊS DE SOUSA	169
SOBRE TRÊS INTERFACES NA OBRA LITERÁRIA DE INGÊS DE SOUSA: HISTÓRIA, MITO E EROTISMO	179
ARTE E CULTURA SEGREGADA NO MARAJÓ.....	186
SOB A ÉGIDE DO TEMPO: A VELHICE EM <i>CORPO DE BAILE E GRANDE SERTÃO: VEREDAS</i>	195

**IDENTIDADES HOMOAFETIVAS NA PROSA CONTEMPORÂNEA
BRASILEIRA E NAS NARRATIVAS DO IMAGINÁRIO PARAENSE:
REFLEXÕES SOBRE A ESCRITA DE SI E DO OUTRO.....206**

O ABERTO NA OBRA DE PAULO PLÍNIO ABREU.....216

ESTUDOS LINGÜÍSTICOS

**MAPEAMENTO FONÉTICO DO PORTUGUÊS FALADO EM
COMUNIDADES INDÍGENAS DO OIAPOQUE - AP.....230**

**CARACTERIZAÇÃO ACÚSTICA DO FALAR LUDOVICENSE:
CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES 240**

**DISCUTINDO A PRODUÇÃO DE DICIONÁRIOS PARA LÍNGUAS
INDÍGENAS: O CASO APURINÃ 253**

PROCESSOS MORFOFONOLÓGICOS EM MEBENGOKRE 266

**FANTASIA E LEITURA NO LIVRO DIDÁTICO: RECORTE INICIAL DA
PESQUISA.....275**

**GRADUANDOS INDÍGENAS NA UNIVERSIDADE: COSMOVISÕES EM
CONFLITO NA UNIFESSPA 284**

**A PESQUISA SOBRE A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE LÍNGUA
PORTUGUESA NO PARFOR LETRAS 296**

**DIRECIONANDO UMA PESQUISA SOBRE LINGUAGEM E TRABALHO
DOCENTE: PERCURSOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS.....307**

**OLHANDO O PASSADO PARA PROJETAR O FUTURO: PERCURSO PARA
FORMAÇÃO LINGÜÍSTICA E DOCÊNCIA INDÍGENA.....320**

**SISTEMA VOCÁLICO PRETÔNICO DO PORTUGUÊS FALADO NA CIDADE
DE CAMETÁ/PA: CARACTERIZAÇÃO ACÚSTICA. 331**

**A VARIAÇÃO DOS AGRUPAMENTOS NUMÉRICOS CONTIDOS NOS
DOCUMENTOS OFICIAIS EM BELÉM 346**

**CARACTERIZAÇÃO ACÚSTICA DO PORTUGUÊS FALADO EM
BRAGANÇA-PARÁ: PRIMEIRAS ANOTAÇÕES PARA O ATLAS
PROSÓDICO DO PARÁ.....355**

**PERFIL SOCIOLINGÜÍSTICO EM COMUNIDADES INDÍGENAS DO
NORTE: ESTUDOS SOBRE O BI/MULTILINGÜISMO NA TERRA INDÍGENA
NHAMUNDÁ-MAPUERA 363**

**UMA ANÁLISE ENTOACIONAL DO PARÂMETRO ACÚSTICO DE F0 NA
VARIEDADE FALADA EM MOCAJUBA (PA), BELÉM (PA) E MAUÉS (AM)
.....371**

**MULHERES INDÍGENAS POR UMA COSMOLOGIA DAS EMERGÊNCIAS:
ATIVISMO E SUBJETIVIDADES NOS ESPAÇOS HETEROTÓPICOS.....381**

A INTERFACE LINGUAGEM, DISCURSO E TRABALHO NAS RELAÇÕES ENTRE OS PESCADORES ARTESANAIS E REPRESENTANTES DE INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS DA PESCA	402
FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DE LÍNGUA PORTUGUESA NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE AVALIAÇÕES DE APRENDIZAGENS	417
A PALATALIZAÇÃO DE /L/ E /N/ NAS NÃO CAPITAIS DA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL	427

ESTUDOS LITERÁRIOS

The background of the image is composed of numerous overlapping, semi-transparent triangles of various sizes. The color palette is muted, featuring shades of light orange, pale yellow, and soft grey. The triangles are arranged in a way that creates a sense of depth and movement, with some shapes appearing to float in front of others. The overall effect is a modern, minimalist aesthetic that complements the clean, sans-serif typography of the title.

UMA LEITURA DOS EXTREMOS NA OBRA DE DALCÍDIO JURANDIR

Alcir de Vasconcelos Alvarez Rodrigues¹

Orientadora: Marli Tereza Furtado²

Linha de pesquisa: Literatura, Memórias e Identidades

Resumo: Dalcídio Jurandir (1909-1979) é autor de dez romances que compõem o *Ciclo do Extremo-Norte*, além de um fora desse ciclo: *Linha do Parque* (1959), que difere muito das outras dez, porque foi escrito sob encomenda do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e ambientado no Extremo-Sul do Brasil, na cidade do Rio Grande, romaneando lutas proletárias, iniciando em 1895 e findando em 1952; enquanto o *Ciclo do Extremo-Norte* é ambientado na Amazônia, aproximadamente a partir de 1918 e percorrendo toda a década de 1920, retratando personagens que Jurandir chamou de “aristocracia de pé no chão”. Tratando essa diferença como dicotomia, sabemos que, se o *Ciclo do Extremo-Norte* recebeu pouca atenção dos Estudos Literários, *Linha do Parque* recebeu menos ainda. E quase nada se publicou sobre essa referida dicotomia. Por isso, discutiremos os problemas relativos a essa dicotomia que possibilitou o entendimento, por alguns estudiosos, de que na obra dalcidiana existiriam dois autores e dois ciclos: o Dalcídio que escreveu os romances da saga nortista e o ‘outro Dalcídio’, autor do romance proletário – que teria se tornado outro (um heterônimo), para não perder sua identidade e não trair sua consciência social e da feitura do texto literário. Além do *Extremo-Norte*, alguns pesquisadores passaram a considerar que *Linha do Parque* seria uma espécie de exemplar solitário do Ciclo do Extremo-Sul. E, com o intuito de aprofundar nossa leitura dos Extremos dalcidianos, selecionamos, para estudo, dois *corpora*: além do *Linha do Parque*, o *Chove nos campos de Cachoeira* (1941), por iniciar o ciclo e por ser ele o “texto embrião”, por conter de forma latente ou manifesta todos os temas desenvolvidos nos demais. Mas devemos buscar, na comparação e confronto, não um Dalcídio diferente, um ‘outro Dalcídio’, mas sim ‘outro narrador dalcidiano’ que, por suas estratégias narrativas, difere bastante do narrador do *Extremo-Norte*.

Palavras-chave: *Chove nos campos de Cachoeira*. *Linha do Parque*. *Ciclo do Extremo-Norte*. O romance do Extremo-Sul. Narrador dalcidiano.

Abstract: Dalcídio Jurandir (1909-1979) is author of ten novels that compose the *Ciclo do Extremo-Norte*, beyond one out of this cycle: *Linha do Parque* (1959), which differs greatly of the others ten, because was wrote on request of the Brazilian Communist Party and it is set in the extreme south of Brazil, in the city of Rio Grande, fictionalizing the worker’s struggles, starting in 1895 and ending in 1952; while the

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Letras, área de concentração Estudos Literários, da Universidade Federal do Pará. E-mail: ay21a@yahoo.com.br.

² Doutora em Teoria e História Literária pela Universidade Estadual de Campinas, com estágio pós-doutoral pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, é professora do Programa de Pós-Graduação em Letras (mestrado e doutorado), área de concentração Estudos Literários, da Universidade Federal do Pará. E-mail: marlitf@ufpa.br.

Ciclo do Extremo-Norte is set in Amazon region, approximately from 1918 and covering all the 1920's, portraying characters that Jurandir called "aristocracia de pé no chão". Treating this difference as dichotomy, we know that, if the *Ciclo do Extremo-Norte* received little attention of the Literary Studies, *Linha do Parque* received it even less. And almost nothing it was publishing about the referred dichotomy. That is why, we will discuss the problems relating to this dichotomy that enabled the understanding, by some scholars, that in Dalcídio Jurandir's literary work would exist two authors and two cycles: the Dalcídio which wrote the novels of the northern saga and the 'other Dalcídio', author of the proletarian novel – which would have become other (a heteronymous), to not lose his identity and to not betray his social conscience and of the making of the literary text. Beyond of the *Extremo Norte*, some researchers started to consider that *Linha do Parque* would be a species of solitary exemplary of one other cycle: o Ciclo do Extremo-Sul. And, with the intention of deepening our reading of the Dalcídio's Extremes, we select, for studies, two *corpora*: beyond of the *Linha do Parque*, the *Chove nos campos de Cachoeira* (1941), by initiating the cycle and by it being the "texto- embrião" [embryo text], because it contains in latent or manifest which he would develop in the others. However, we must seeking, in the comparison and in the confrontation, not a different Dalcídio Jurandir, 'another Dalcídio', but yes 'another *dalcidiano* narrator' [Dalcídio's narrator] that for their narrative strategies, differs greatly of the narrator of the ten novels of the *Extremo-Norte*.

Keywords: *Chove nos campos de Cachoeira. Linha do Parque. Ciclo do Extremo-Norte.* O romance do Extremo-Sul. Dalcidiano's Narrator [Dalcídio's narrator].

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este artigo vincula-se ao projeto de tese de doutorado *Uma leitura dos Extremos na obra de Dalcídio Jurandir*, aprovado na seleção 2014/2015 para o Doutorado em Letras do Programa de Pós-Graduação em Letras do Instituto de Letras e Comunicação da Universidade Federal do Pará, na área de concentração dos Estudos Literários e na linha de pesquisa Literatura, Memórias e Identidades. O título, como é de praxe em uma pesquisa em andamento, é provisório. A tese tem como previsão de defesa a data limite de fevereiro de 2019. Na elaboração deste estudo, optou-se pelo aporte teórico da Teoria da Narrativa como ferramenta analítico-interpretativa, além do apoio teórico-crítico encontrado em trabalhos de autores de teses, dissertações e artigos acadêmicos relacionados ao tema, ao autor e às obras literárias aqui tratados.

Qualquer leitor que se dedicar ao estudo das obras de Jurandir, por motivos ligados ao trabalho na Academia, nesse caso como professor de Literatura Brasileira em uma faculdade de Letras, ou como o próprio estudante de Letras, seja na Graduação ou na Pós-Graduação (Especialização, Mestrado ou Doutorado), irá sempre se deparar com o fato de que Jurandir optou por elaborar um longo e complexo ciclo romanesco, denominado de *Ciclo do Extremo-Norte*. No entanto, ocorre que o leitor comum, aquele que se dedica à obra do autor marajoara por motivos de fruição estética, ou mesmo

apenas por inicial curiosidade, também não escapará de ter de lidar com esse fato da escrita da série romanesca empreendida pelo escritor marajoara.

O EXTREMO-NORTE E CHOVE NOS CAMPOS DE CACHOEIRA (O “TEXTO-EMBRIÃO”)

Tal série é composta por dez romances, que são: *Chove nos campos de Cachoeira* (1941), *Marajó* (1948), *Três casas e um rio* (1958), *Belém do Grão Pará* (1960), *Passagem dos Inocentes* (1963), *Primeira manhã* (1967), *Ponte do Galo* (1971), *Os habitantes*, *Chão dos Lobos* (ambos de 1976) e *Ribanceira* (1978). Em todos, a ambientação é a Amazônia paraense (Marajó, Belém e Baixo Amazonas), nas décadas iniciais do século XX, sem a exploração ostensiva do tema da opulência da natureza, o exotismo ou o pitoresco, também se afastando o autor daquela linguagem, muito em voga naquele momento, em estilo grandiloquente, lugares-comuns ao paradigma vigente na produção de narrativas romanescas do qual fugiu Dalcídio, fundando um novo paradigma, centrando sua atenção na temática humana do social e existencial, em conformidade com um universo de precariedade e contínua decadência – marcas da época posterior ao Ciclo da Borracha, que teve seu apogeu de 1879 a 1912 –, tramando seu mundo romanesco em uma linguagem própria e criativa, aproveitando-se da fala cotidiana e do imaginário social do povo amazônida, mas poetizando-os à sua maneira.

Trabalhando com a lacuna que ficou após o fim desse ciclo, o autor paraense escreveu a sua extensa obra, inaugurada a partir de *Chove nos campos de Cachoeira*, livro que ele denominou de “texto-embrião”, por nele estarem contidos de forma manifesta ou latente todos os temas que iria desenvolver nos demais. O livro trata da vida cotidiana do povo da Vila (depois, Intendência) de Cachoeira, no arquipélago do Marajó, em fins da década de 1910 e anos iniciais da de 1920 (aproximadamente de 1918 a 1922), com sua precariedade de infraestrutura, sua pobreza, doenças e mortandade, mas também sua simplicidade e certas alegrias singelas da vida interiorana. O narrador relata os afazeres dos personagens residentes fixos e temporários – pescadores, vaqueiros, pequenos proprietários em geral, barqueiros, pequenos comerciantes, alguns poucos funcionários públicos, entre outras ocupações –, acompanhando mais de perto as vivências dos coprotagonistas Alfredo e Eutanázio, meios-irmãos, que moram no chalé do major Alberto e de dona Amélia, os pais de Alfredo e Mariinha. Já Eutanázio é filho de um casamento anterior de Alberto, cuja primeira esposa faleceu. Na verdade, os dramas pessoais de Alfredo e Eutanázio constituem o que de mais relevante há no enredo de *Chove nos campos de Cachoeira*, constituindo todo o resto um pano de fundo para o desenrolar de seus percursos narrativos.

O mais novo, Alfredo, é um garoto sonhador que vive brincando e fantasiando a partir de um objeto mágico: um caroço de tucumã. Teria, tal objeto, uma função assemelhada, por exemplo, à da lâmpada de Aladim, das *Mil e uma noites*, à das varinhas de condão dos contos de fadas e à do pó de pirlimpimpim e do faz-de-conta da série do *Sítio do Pica-pau Amarelo*, de Monteiro Lobato, pois permite a um personagem

dar vazão aos anseios e fantasias. É o que ocorre com Alfredo, ao querer partir para Belém, a capital do Pará, para continuar seus estudos, e para também escapar da realidade de precariedade de infraestrutura que, por exemplo, causa grande mortalidade infantil em Cachoeira. Além do mais, Alfredo tem dificuldades de lidar com sua condição de mestiço, de mulato, pois seu pai é branco e sua mãe negra, o que lhe causa, a princípio, um sentimento de não aceitação e até mesmo de negação de suas origens étnicas. Contudo, no decorrer das páginas dos romances que se seguem, o personagem vai aprendendo a lidar com a questão da negritude, passando a ter orgulho da mãe e de sua cor, conforme as narrativas lhe imprimem mais maturidade e consciência social.

O outro meio-irmão, Eutanázio, já é um homem maduro. E, assim como o universo circunscrito impõe a Alfredo certas dificuldades, também o faz em relação a Eutanázio. Este já é homem em torno de seus 40 anos, mas ainda vivendo na dependência do pai, após retornar de Belém desempregado. Considera-se ele mesmo um hipocondríaco. Além do mais, as linhas desenhadas pelo fracasso, pelo desprezo aos outros e a si mesmo conformam um retrato fiel desse personagem, que ainda tem de carregar o peso de uma relação conturbada com o pai, o peso de ser uma espécie de poeta inconstituído – cujo pai vive a criticar seus versos –, além de nutrir um sentimento não correspondido e obsessivo por Irene, jovem que não titubeia em lhe demonstrar o asco que por ele sente. Daí seu desejo, também, de autoaniquilamento, que põe em prática ao se deixar contagiar por uma DST (talvez sífilis), contraída da infeliz jovem Felícia, moça pobre e prostituída. Sua angústia e melancolia se arrastam quase que silenciosamente pelas páginas de *Chove nos campos de Cachoeira*, romance cujo desfecho também parece levar consigo a vida de Eutanázio, que vai morrendo tal qual a sugestão suscitada pelo nome com que foi batizado.

LINHA DO PARQUE

Além do romance *Chove nos campos de Cachoeira*, e dos outros nove que compõem o *Ciclo do Extremo-Norte*, Dalcídio escreveu também um outro romance, intitulado *Linha do Parque* (1959), fora desse ciclo. Trata-se de longa narrativa ambientada, principalmente, no porto e na periferia da cidade do Rio Grande (RS), no Extremo-Sul do Brasil, romanceando a história de operários (marítimos, portuários, tecelãs, carneadores, proletários em geral – homens e mulheres) em suas lutas, junto com suas famílias, por melhores condições de vida e de trabalho, com destaque para o personagem anarquista espanhol Iglezias, que chegou à cidade do Rio Grande em 1895, tornando-se aí uma liderança, ao lado de outros companheiros, sempre atuantes em torno da Sociedade União Operária. Entre passeatas, greves, embates em geral entre operários e patrões, destacam-se duas gerações de personagens defensores da causa revolucionária. A primeira, de orientação predominantemente anarquista, era composta pelo já mencionado Iglezias, Luís Pinheiro, Saldanha, Perez, Pizarro, Marcela, Estela, Madalena, Joana, Julieta, entre outros; já a segunda, de orientação predominantemente socialista, era composta por Ângelo (filho de Iglezias e Marcela) e seus irmãos Vicente e José, Adamastor, Alda, Euclides, Suzana, Fagundes, Jesus Barros, e Maria, entre outros. Circundando os dramas pessoais de operários e operárias em sua dura labuta

cotidiana, caracterizada por extrema exploração (muito trabalho, pouco descanso, remuneração ínfima, excesso de cobranças e deveres, sem praticamente nenhum direito), surgem em sequência os episódios conflituosos da Velha República, como alguns ecos da Revolta da Armada, da Revolta da Vacina, da Chibata, a Coluna Prestes, o Estado Novo, etc.; enquanto no âmbito internacional, o painel histórico que se traça passa, por exemplo, da Revolução de 1905 (na Rússia), atravessando a I Guerra Mundial até a Guerra Fria, alcançando o ano de 1952, dois anos após o “Massacre da Linha do Parque”, em 1º de Maio de 1950, como ficou conhecido o episódio trágico que deu nome ao romance *Linha do Parque*, obra escrita sob encomenda do Partido Comunista Brasileiro (PCB), ao qual o escritor era filiado. Esse livro comporia, solitariamente, para alguns pesquisadores, o Ciclo do Extremo-Sul, elaborado segundo o ideário do Realismo Socialista (vigente entre as décadas de 1930 e 1960), estética partidária idealizada principalmente por Andrei Zhdanov (1896-1948), apoiado por Joseph Stalin (1878-1953), governante da antiga URSS, de 1922 até 1953. De toda sua obra, talvez seja o livro menos conhecido e estudado. Sobre ele, o próprio autor pensava o seguinte:

Linha do Parque se passa no outro extremo. É a história do movimento operário no Rio Grande do Sul desde 1895. Eu fiz uma pesquisa longa no meio dos velhos operários anarquistas. Levantei um quadro do Rio Grande. O livro não agradou. Os operários ficaram zangados porque eu não embelezei o quadro. Apareceu muita miséria. E eles ficaram zangados comigo. Mas é um livro em que eu tenho muita fé, como romance político (JURANDIR, apud SANTOS, 2013, p. 41).

Na verdade, o teor político presente nesse romance proletário não é de todo ausente nos romances do *Extremo-Norte*; na verdade, é bem presente, mas sem o caráter ostensivo que caracteriza *Linha do Parque*.

AUTOR DE LINHA DO PARQUE: UM ‘OUTRO DALCÍDIO’?

Aqui é que salientamos a outra faceta da produção dalcidiana: o jornalismo. O autor publicou em muitos jornais e revistas, seja para a imprensa de Belém, seja para a do Rio de Janeiro. Segundo Alinnie Santos (2013, p. 13), no projeto *Dalcídio Jurandir e o Realismo Socialista*, coordenado pela pesquisadora Marli Tereza Furtado³, foram coletados 197 textos do escritor, dispersos pela imprensa paraense e carioca, classificados como: ensaios, crítica literária/ de arte, poemas⁴, reportagens, crônicas, um conto e trecho de uma obra. Inclusive, é como jornalista do *Imprensa Popular* que Dalcídio vai para o Rio Grande, em 1950, “[...] com o propósito de escrever uma matéria sobre o trágico conflito [...]” (PERES, 2006, p. 8).

³ O projeto foi executado em duas fases (2007-2009 e 2009-2011). A pesquisadora é doutora em Letras (Teoria e História Literária) e autora da tese *Universo derruído e corrosão do herói em Dalcídio Jurandir*, defendida na UNICAMP, em 2002. Também coordenou o projeto *Dalcídio Jurandir: o jornalista e o romancista*, executado de 2011 a 2013. Trata-se da pesquisadora que mais atenção tem dado à obra dalcidiana, que mais tem orientado dissertações de mestrado sobre a obra dalcidiana. Atualmente, orienta 4 teses de doutorado sobre o autor.

⁴ Em 2011, o pesquisador Paulo Nunes publicou como organizador uma coletânea de poemas da lavra de Dalcídio Jurandir, denominado de *Poemas impetuosos ou O tempo é o do sempre escoar*.

Desse contexto nasce o romance, com suas peculiaridades, como a temática proletária e o “caráter combativo” (FURTADO; BARBOSA, 2010, p. 60), relacionados a ideais revolucionários na busca por melhorias trabalhistas e sociais. Acrescenta-se a isso ser o único na obra de Dalcídio que nasceu sob encomenda do PCB, no que resultou em ser vertido para o russo e publicado em Moscou, em 1962. Por isso, deveria seguir rigidamente a fórmula do Realismo Socialista, coisa que não ocorreu⁵, tanto que a editora Vitória, associada ao partido, demorou anos para publicá-lo. Quanto ao espaço topográfico, é o da periferia do Rio Grande, também espaço social suburbano, mas industrializado, nisso diferindo do espaço amazônico rural ou suburbano de Belém (que não é industrializado), mas conectado aos romances do *Extremo-Norte* pela atmosfera, também precária e decadente. A duração temporal em *Linha do Parque* ultrapassa pouco mais de meio século: de 1895 a 1952, o que em todo o *Extremo-Norte* não chega a duas décadas, somando todos os dez romances. Por isso, a maior extensão do romance proletário, com 653 páginas, na edição de 2013. O mais próximo em extensão é *Belém do Grão Pará*, que em sua primeira edição, de 1960, apresenta 358 páginas. Outra marca dalcidiana, comum a *Linha do Parque* tanto como à totalidade dos romances do *Extremo-Norte*, é a profusão de personagens, com o enredo enfatizando a relevância dos papéis sociais femininos (FURTADO, 2002, p. 198-229; SANTOS, 2013, p. 65-104).

Esta leitura analítico-interpretativa feita sobre *Linha do Parque* muito deveu seu alcance às seguintes pesquisas: *Dalcídio*: da re-velação da Amazônia ao Sul, de Olinda Nogueira (UFRJ, 1991) e *Universo derruído e corrosão do herói em Dalcídio Jurandir*, de Marlí Tereza Furtado (UNICAMP, 2002), ambas teses de doutorado; além de *Linha do parque, de Dalcídio Jurandir*: romance histórico, social e proletário (a gênese do movimento operário no Extremo Sul do Brasil), de Carlos Peres (FURG, 2006), e *A personagem feminina em Linha do Parque*, de Alinnie dos Santos (UFPA, 2013), ambas dissertações de mestrado. Trata-se das duas primeiras teses sobre Dalcídio Jurandir (que também nortearam nossa leitura de *Chove nos campos de Cachoeira*) e das duas dissertações existentes sobre o romance *Linha do Parque* (pesquisas às quais concentramos nossa atenção devido ao recorte necessário à escrita deste trabalho).

Aliás, é bem possível que na tese de Olinda Nogueira esteja a origem da problemática de alguns estudiosos considerarem a existência de dois autores e dois ciclos na obra dalcidiana, pois no sumário da obra, na 1ª parte, capítulo I, seção 2, a autora destaca duas subseções: “O Extremo-Norte” e “O Extremo-Sul”. Assim, haveria essa interpretação equivocada de *Linha do Parque* compor, solitariamente, um ciclo: o Ciclo do Extremo-Sul. E haveria, então, o autor Dalcídio que escreveu os romances da saga nortista e o ‘outro Dalcídio’, autor do romance proletário – que teria se tornado outro (por um processo heteronímico), para não perder sua identidade e não trair sua consciência social e da feitura do texto literário.

⁵ Por exemplo, deu espaço aos anarquistas, tanto quanto aos socialistas. E os heróis, humanos, às vezes demonstravam insegurança na defesa da causa partidária, fatos condenáveis pelo ideário realista socialista.

Esses equívocos acabaram se reproduzindo, principalmente no universo virtual. Citaremos um exemplo da Enciclopédia Itaú Cultural, no verbete referente a Dalcídio Jurandir: “Depois de viagem ao Rio Grande do Sul, pretende iniciar uma outra série de ficção, Extremo Sul, e escreve um primeiro romance, *Linha do Parque*, mas não dá continuidade a esse ciclo.”⁶

Na opinião de estudiosos e entusiastas da obra de Dalcídio Jurandir, o romance *Linha do Parque* apresenta-se como uma escritura de caráter bem diferenciado em relação aos seus outros romances. Por isso é que Benedito Nunes afirma:

Linha do Parque, que está fora do ciclo, é uma outra escrita. Dalcídio não podia afinar com o realismo socialista, prescrito pelo Partido, sem trair o seu sonho de juventude. E para não trair-lo ou trair-se fez-se outro autor escrevendo *Linha do Parque*. Sem pseudônimo. Outrou-se, como diria Fernando Pessoa, na criação de uma escrita romanesca diferente: escreveu um livro de aventuras, com personagens heroificados lutando em prol da causa do Partido. O autor é aí uma outra personalidade literária diferente. Um heterônimo (NUNES, 2004, p. 18).

Dalcídio outrou-se. Como? De fato, o ser humano Dalcídio Jurandir Ramos Pereira (1909-1979), o marajoara, o comunista preso duas vezes na década de 1930, por defender suas convicções político-ideológicas, era o mesmo que estava a produzir a série *Extremo-Norte*. Mas Nunes diz que ele “fez-se outro autor”, “com uma escrita romanesca diferente”.

Nesse caso, consideramos estar mais em conformidade com os conceitos da Teoria da Narrativa (REIS; LOPES, p. 14 e p. 61) afirmar que o autor Dalcídio Jurandir concebeu um novo narrador, para pôr em prática a escrita de seu romance proletário, pois já havia publicado três romances – *Chove nos campos de Cachoeira* (1941), *Marajó* (1947) e *Três casas e um rio* (1958) – em que avultam aspectos sociais e políticos em suas intrigas, mas sem o teor explícito de suas convicções socialistas.

Portanto, o narrador de *Chove nos campos de Cachoeira*, por exemplo, teria, logicamente, postura diferente do narrador de *Linha do Parque*, sendo este, segundo Antonio Olinto, “um narrador de traços firmes”, a narrar a ação com “extraordinária objetividade”, com emprego de “[...] descrições corridas, numa cavalcada de cenas e pessoas que dá, ao romance, um ritmo de larga beleza” (OLINTO, 2006, p. 143), nem de longe se aproximando do agri-doce melancólico que por vezes contamina o modo de narrar em *Chove nos campos de Cachoeira*.

Ainda com relação a alguns pontos dessa discussão, a pesquisadora Marli Furtado assim se manifesta:

É instigante em Dalcídio Jurandir essa aparente dicotomia entre o ciclo Extremo Norte, criado dentro do que se poderia chamar de realismo crítico, e o livro de fora desse ciclo, criado sob a possível concepção do realismo socialista. O instigante na realidade se torna intrigante ao estudioso, uma vez

⁶ Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa19092/dalcidio-jurandir>. Acesso em: 03 jan. 2018.

que a passagem de uma leitura para outra nos leva aparentemente a autores diferentes. (FURTADO, 2008. Disponível em: http://www.abralic.org.br/eventos/cong2008/AnaisOnline/simposios/pdf/040/MARLI_FURTADO.pdf. Acesso em: 03 ago. 2017.).

E é justamente essa “dicotomia” mencionada é que inspirou a escrita deste trabalho e impulsiona neste momento a investigação sobre esse dado “instigante” que se tornou, de fato, “intrigante”, como nas palavras da metódica investigadora da obra de Dalcídio Jurandir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quanto aos *corpora* estudados, com base na análise feita, podemos chegar a algumas inferências, entre elas a de que *Linha do Parque* não deve ser um livro estudado como obra menor ou desimportante, mas sim como obra *sui generis* na produção dalcidiana. Quanto ao ‘outro Dalcídio’, melhor interpretá-lo como um outro narrador dalcidiano. E no que tange ao teor político-ideológico, se já é notório em todo o *Extremo-Norte*, torna-se mais explícito e ostensivo em *Linha do Parque*, em vista de seu viés partidário. Mas pensamos que não se pode afirmar que a camisa-de-força do Realismo Socialista aprisionou a alma do romancista, em favor do militante do PCB, embora se possa dizer que a objetividade, o teor investigativo, factual e documental da narrativa, derivados também da atividade jornalística do autor, estejam bem mais presentes nesse romance do que em *Chove nos campos de Cachoeira* e em qualquer um outro da série *Extremo-Norte*. Vale dizer, ainda, que os ideais de mudança social estão presentes em todos os seus onze romances. A opção do narrador dalcidiano, seja o do Ciclo, seja o de *Linha do Parque*, é pelos excluídos e injustiçados. E o mais espantoso: Dalcídio Jurandir não escapa à injustiça do desconhecimento e do silêncio da crítica (NOGUEIRA, 1991, p. 242).

Por fim, o quanto do autor de *Linha do Parque* está presente nos romances do *Extremo-Norte*, e vice-versa (entre outras questões que aqui ficaram em aberto), pretendemos revelar na tese que futuramente defenderemos, com o título provisório de *Uma leitura dos Extremos na obra de Dalcídio Jurandir*.

REFERÊNCIAS

DALCÍDIO Jurandir. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2018. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa19092/dalcidio-jurandir>>. Acesso em: 03 de Jan. 2018. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

FURTADO, Marli Tereza; BARBOSA, Tayana Sousa. *Dalcídio Jurandir: para além do romancista*. In: Revista DLCL – Língua, Linguística & Literatura, João Pessoa, v. 7, jul./dez. 2010, p. 54-41.

FURTADO, Marli Tereza. *Universo derruído e corrosão do herói em Dalcídio Jurandir*. Campinas: UNICAMP/Instituto de Estudos da Linguagem. 2002. 263 f. Tese

(Doutorado em Letras – Teoria e História Literária) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

JURANDIR, Dalcídio. *Chove nos campos de Cachoeira*. Belém: Cejup / Secult, 1997.

JURANDIR, Dalcídio. *Linha do Parque*. – Edição especial – Santarém: Clube de Autores, 2013.

NOGUEIRA, Olinda Batista. *Dalcídio Jurandir: da re-velação da Amazônia ao Sul*. 1991. 262 f. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

NUNES, Benedito. As oscilações de um ciclo romanesco. In: *Asas da palavra* – Belém: UNAMA, v. 8 nº 17, 2004, p. 15-21.

OLINTO, Antonio. Linha do Parque. In: NUNES, Benedito; PEREIRA, Ruy; PEREIRA, Soraia Reolon (orgs.). *Dalcídio Jurandir: romancista da Amazônia*. Belém: Secult/ Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa/ Instituto Dalcídio Jurandir, 2006, p. 142-145.

PERES, Carlos Roberto Cardoso. *Linha do Parque, de Dalcídio Jurandir: romance histórico, social e proletário (a gênese do movimento operário no Extremo Sul do Brasil)*. 2006. 161 f. Dissertação (Mestrado em Letras-História da Literatura) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Instituto de Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2006.

REIS, Carlos; LOPES, Ana Cristina M. *Dicionário de Teoria da Narrativa*. São Paulo: Ática, 1988.

SANTOS, Alinnie Oliveira Andrade. *A personagem feminina em Linha do Parque, de Dalcídio Jurandir*. 2013. 114 f. Dissertação (Mestrado em Letras-Estudos Literários) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

O TEMPO EM A PAIXÃO SEGUNDO G.H. E EM GRANDE SERTÃO: VEREDAS

Anderson Luiz Teixeira Pereira (UFPA/Mestrando)

Orientador: Sílvio Augusto de Oliveira Holanda (UFPA/CNPq)

Linha de pesquisa: Interpretação, Circulação e Recepção

Resumo: Clarice Lispector (1920-1977) e Guimarães Rosa (1908-1967) escreveram, por meio de sua renomada ficção, um capítulo à parte na história da literatura brasileira. A modernidade desses dois grandes nomes reside menos numa classificação historicamente estabelecida, do que, para lembrarmos a magistral lição baudelairiana registrada em “O pintor da vida moderna”, na capacidade do artista em apreender o elemento poético do seu tempo hodierno para compor sua produção artística. Clarice e Guimarães são exemplares no que diz respeito ao desenvolvimento de uma ficção inovadora, pois ambos, em suas especificidades, rompem com o modelo tradicional da narrativa e provocam a literatura brasileira moderna. Nossa pesquisa, que está sendo desenvolvida no âmbito do Mestrado em Letras, tem por objetivo o estudo analítico da categoria do tempo nos romances *A paixão segundo G.H.* (1964) e *Grande sertão: veredas* (1956), respectivamente, de Clarice Lispector e de Guimarães Rosa. Sendo assim, privilegiar-se-á o modelo estético-recepcional de Hans Robert Jauss (1921-1997), fundamentado na epistemologia da hermenêutica literária, a qual, para além da possibilidade de aplicação em qualquer *corpus* de pesquisa da ceara literária, ao nosso ver, alarga a possibilidade de pensarmos como Clarice e Guimarães problematizam o tempo em suas obras. Portanto, em função de a pesquisa ainda estar em fase inicial, este trabalho visa a comunicar a configuração do tempo apenas em *A paixão segundo G.H.*. Um dos aspectos fundamentais para pensarmos o tempo nessa obra está ligado ao fato de que “só se pode narrar porque o tempo constitui a condição fundamental da experiência” (NUNES, 1985, p. 389). Nesse sentido, o tempo em *A paixão segundo G.H.*, além de dissolvido enquanto aspecto formal — o tempo não se encerra em sucessões temporais —, torna-se o artifício, não apenas do ato de enunciação, que subjaz a qualquer forma narrativa, mas, sobretudo, na capacidade que ele tem de esclarecer e determinar o sentido da própria experiência vivida por G.H.— personagem central e única do romance.

Palavras-chave: Guimarães Rosa. Clarice Lispector. Estética da Recepção. Tempo na narrativa.

INTRODUÇÃO

O tempo se constitui como uma dimensão particular da vida humana. Não há existência que não esteja pressuposta sob a égide da temporalidade. A dimensão histórico-temporal tem sido uma preocupação constante para o pensamento filosófico desde que o homem passou a se reunir para debater sobre o conhecimento das coisas.

Neste sentido, é interessante iniciar a apresentação do presente trabalho voltando-se para a pergunta norteadora da nossa pesquisa científica: O que o jogo temporal moderno efetuado por Clarice Lispector e por Guimarães Rosa pode provocar na compreensão do texto literário? Em função da nossa investigação ainda se encontrar em andamento, não há como desdobrarmos essa questão nestas poucas linhas designadas para comunicar o avanço da pesquisa desenvolvida no âmbito do Mestrado em Letras. Contudo, a pergunta levantada possibilita entrever que partirmos do pressuposto basilar de que o romance moderno, enquanto gênero literário e, ao mesmo tempo, produto artístico, encontra-se aberto para as experiências ficcionais múltiplas que englobam, por exemplo, aspectos estruturais. Em virtude dessa contigência, privilegiamos como problema para o pensamento a temporalidade complexa, na qual, tanto *A paixão segundo G.H.* quanto *Grande sertão: veredas* são paradigmáticos para explorar esse jogo ficcional na Literatura Brasileira Moderna.

Se nos ativermos ao desdobramento acerca do tempo na narrativa contida na *Poética*, de Aristóteles — da qual vale a pena sublinhar as observações do filósofo grego referente ao estatuto mimético atribuído aos gêneros clássicos (épico, lírico e dramático), e, que, a tradição ocidental incorporou à teoria literária moderna — poderemos fincar nossas bases nesse estatuto, que nos conduz à noção de que literatura é representação. O conceito de mimesis, ainda muito presente na Teoria Literária contemporânea, é válido — desde que reavaliado e atualizado — para tratarmos do tempo sob dois vieses: o primeiro enquanto categoria formal da narrativa e, o segundo, como elemento de mediação entre o mundo narrado e o mundo externo à obra literária, no sentido de averiguar até que ponto a narrativa clariceana e rosiana prefigura o tempo humano.

Como ressaltava ulterior, nosso objetivo será refletir sobre o tempo, considerando, principalmente, a sua configuração na narrativa moderna. A partir do trabalho arquitetado, discutiremos o estatuto da literatura como representação, a fim de, no final da empreitada, podermos assinalar uma concepção moderna de tempo na literatura, a qual não esteja reduzida ao símbolo de um artefato estrutural, mas que, sobretudo, evidencie o fato de que “só se pode narrar porque o tempo constitui a condição fundamental da experiência” (NUNES, 1985, p. 389). Além disso, o tempo é parte essencial de qualquer processo da experimentação humana, pois ele se espalha em múltiplas direções, incidindo, por conseguinte, no interior da narrativa, na vida humana, no ato da leitura e no horizonte histórico do leitor e da própria obra.

O TEMPO EM *A PAIXÃO SEGUNDO G.H.* E EM *GRANDE SERTÃO: VEREDAS*

O presente trabalho, sob o título “O tempo em *A paixão segundo G.H.* e em *Grande sertão: veredas*”, visa a apresentar algumas considerações iniciais concernentes à nossa pesquisa, a qual está sendo desenvolvida no âmbito do Mestrado em Letras, área de Estudos literários, da Universidade Federal do Pará. Como é possível supor, o objetivo maior que orienta nossa empreitada é o estudo da categoria do tempo em A

paixão segundo G.H. (1964) e em *Grande sertão: veredas* (1956), respectivamente, de autoria de Clarice Lispector (1920-1977) e de Guimarães Rosa (1908-1967).

Temos insistido em afirmar que Clarice e Guimarães escreveram, por meio de sua renomada ficção, um capítulo à parte na história da literatura brasileira e, que, a modernidade desses dois grandes literatos reside menos numa classificação historicamente estabelecida do que, para lembrarmos a magistral lição baudelairiana registrada em “O pintor da vida moderna” (1996), na capacidade do artista em apreender o elemento poético do seu tempo hodierno para compor sua produção.

Abramos um parêntese, aqui, para lembrarmos que este ano, de 2017, por ocasião, marca os 50 anos e 40 anos da morte de Rosa e de Lispector e nos serve, também, como argumento para justificar a necessidade de continuar estudando as suas obras, pois ambos os ficcionistas, em suas especificidades, ainda são exemplares no que diz respeito ao desenvolvimento de uma ficção inovadora, que mesmo depois de algumas décadas de acolhimento pela crítica, ainda possuem o ímpeto de provocar os estudos literários na contemporaneidade.

A aproximação entre Clarice e Guimarães, de fato, não é uma novidade, visto que tal empreendimento tem sido amplamente realizado no âmbito acadêmico. Nesse sentido, o intuito de emparelhar duas obras-primas da literatura brasileira — tendo como ponto comum de interseção a interpretação da categoria do tempo — é, primeiramente, verificar como este aspecto está configurado em termos estruturais e, ulteriormente, perceber o que ele esclarece, em termos de sentido, sobre a representação (mimeses) ficcional efetuada nas obras.

A análise do tempo pressupõe não apenas um estudo dessa categoria enquanto aspecto formal, intrínseco a qualquer texto narrativo, mas, sobretudo, uma leitura que privilegia a experiência estética, no sentido que lhe atribuiu Hans Robert Jauss em *A história da literatura como provocação à teoria literária* (1994), em que o teórico alemão da escola de Constança pensa a interpretação do texto literário a partir da fusão dos elementos estéticos e do horizonte histórico do leitor, que, enquanto instância mediadora, só pode realizar uma experimentação hermenêutica porque está nas malhas do tempo.

Vale ressaltar o nosso interesse particular em refletir sobre como Clarice Lispector e Guimarães Rosa, ao representarem o mundo, reorganizam a linguagem, de modo a estabelecer um novo sentido para o tempo, o qual não se encerra numa espécie de artefato necessário para ato enunciativo, mas que, sobretudo, se faz partícipe de um processo de experimentação humana. A linguagem se interpela entre a matéria poética e a representação dela efetivada. Nesse sentido, em relação à representação que o artista realiza, Nunes (2009, p. 310) constrói a seguinte metáfora da criação poética: “Deus não joga dados, dizia Einstein. O poeta, sim, ele os joga; mas os seus dados são a matéria e a forma de linguagem. Ambas lhe abrem o caminho a uma preliminar experiência das coisas.”.

Nesse jogar de dados, “o tempo retorna, instalando-se no romance como a franja mítica de sua forma e de sua matéria. Ora implícita, ora explicitamente, a dinâmica do gênero parece deferir-lhe a função de agente oculto, a posição de instância suprema em que se absorvem e resolvem situações e conflitos.” (NUNES, 1985, p. 390). A citação de Nunes, referida acima, trata de uma análise a respeito do tempo na narrativa, o qual nos serve como arcabouço crítico basilar para pensarmos como a problematização do tempo surge forjando um jogo ficcional particular na escritura de Clarice Lispector e de Guimarães Rosa.

Penso que mesmo se instaurando esse jogo temporal, os dois textos abordados não tendem a um exercício de tematização do tempo, pelo menos não no sentido que demonstrou Paul Ricoeur em *Tempo e narrativa* (1995) a respeito das obras de Virginia Woolf (1882-1941), Thomas Mann (1875-1955) e Marcel Proust (1871-1922). Talvez a problematização do tempo efetuada nos dois romances abordados na nossa pesquisa surja como uma das inquietações que a modernidade se ocupou em pensar, ou seja, como uma dessas aporias que os modernos incorporaram à criação da obra de arte.

O tempo em *A paixão segundo G.H.* e em *Grande sertão: veredas*, considerando todas as implicações formais necessárias, coloca para nós um problema para o pensamento. Não quer dizer com isso, que haja no mundo ficcional clariceano e rosiano, o desenvolvimento de uma fenomenologia do tempo, como se ocupou em realizar, por exemplo, Martin Heidegger (1889-1976). Essa aproximação é possível em função da própria gênese literária, cuja matéria é originária da *póiesis*, no sentido grego, relacionado ao modo pelo qual os poetas, e aqui, dizemos Clarice e Guimarães, podem “gerar e produzir dando forma à matéria bruta preexistente, ainda indeterminada, em estado de mera potência” (NUNES, 2003, p. 20).

Basta folhearmos os dois romances que logo o tempo se apresenta como um guizo, cujo barulho só é possível ouvir quando se atenta para aquilo que se projeta detrás do pano de fundo que encobre a trama romanesca.

Feitas estas considerações iniciais, o que se segue, conforme aludido no resumo submetido ao evento, devido a pesquisa ainda estar em fase inicial, será a comunicação da configuração do tempo apenas em *A paixão segundo G.H.*. Nossa brevíssima abordagem do tempo são anotações preliminares, passíveis de reformulações crítico-teóricas que, para aproveitarmos o trocadilho possível, só com o tempo poderemos efetuar.

O primeiro aspecto fundamental ao tratarmos do tempo é examina-lo como parte integrante da “diegese” de qualquer narrativa ficcional, cuja função é estabelecer a ordem lógica da enunciação (GENETTE, 2000). Benedito Nunes (1985, p. 389), em aproximação ao pensamento de Paul Ricoeur (1995), esclarece-nos que “só se pode narrar porque o tempo constitui a condição fundamental da experiência”. A assertiva ganha um sentido maior quando a estendemos à *A paixão segundo G.H.*, em virtude do próprio sentido que a palavra experiência absorve no romance.

O projeto literário de Clarice Lispector assentou-se, sobretudo, num trabalho ousado com a linguagem, esboçado, por exemplo, na subversão da própria estrutura tradicional do romance. Lembremo-nos do impasse provocado pela sua obra de estreia, *Perto do coração selvagem* (1943), em relação ao estabelecimento de parâmetros para a realização de uma leitura crítica. Antonio Candido, primeiro crítico a escrever sobre o romance supracitado, num ensaio quase que profético, apontou o caráter inovador da jovem escritora, à época, que tendia à um distanciamento do estilo do romance de 1930, ao passo que amoldava a linguagem “à domínios poucos explorados” (CANDIDO, 1970, p. 127), conforme pudemos verificar acontecer, de maneira máxima, em *A paixão segundo G.H.*.

Desse modo, podemos afirmar que o tempo em *A paixão segundo G.H.* não se circunscreve na tradição¹ de um tempo cronológico, medido pelo movimento dos corpos celestes, e tão pouco, se simplifica ao tempo psicológico. Não há, de maneira bem delineada, uma relação de causa e efeito, que assegure uma narrativa linear, com início, meio e fim, pois, ante a tudo isso, o tempo cronológico do relato e o tempo da experiência vivenciada por G.H. — única personagem do romance —, fundem-se num só.

O jogo temporal instaurado no mundo ficcional dessa narrativa beira a uma experiência absurda, no sentido de que a narrativa funda um código próprio para dar conta do tempo. Digo “experiência do absurdo” — sem a pretensão de submeter essa expressão sintagmática à um processo de valoração — em função de a experiência pretérita de G.H. — matéria a ser narrada — tornar-se presente e não mais passado. À medida que G.H. inicia o relato, o que ocorre não é apenas uma analepse, pois, ao regredir ao passado, ele é deslocado para o presente da narrativa de modo que a experiência ocorrida lá continuará afetando o tempo presente da narrativa. Isso se justifica, talvez, por dois motivos. Primeiro, conforme Nunes (1988, p. 25), na obra literária “é deslocável o presente como deslocáveis são o passado e o futuro. De ‘uma infinita docilidade’, o tempo da ficção liga entre si momentos que o tempo real separa”. Segundo, pelo fato de que narrar é, para G.H., refletir, isto é, possibilidade de atribuir sentido para aquilo que viveu: “Estou tentando entender. Tentando dar a alguém o que vivi e não sei a quem, mas não quero ficar com o que vivi.” (LISPECTOR, 2009, p. 9).

Silvino Santiago (1997, p. 6), num ensaio intitulado “A aula inaugural de Clarice Lispector”, afirma que “Quis ela inaugurar uma outra concepção de tempo para o romance”, corroborando, de certa forma, as nossas considerações acerca do tempo em *A paixão segundo G.H.*. Mas retornaremos à essas implicações ulteriormente.

No que diz respeito ao tempo enquanto estrutura, é possível assinalar as duas linhas temporais — princípio interno de diferenciação, marcado pelo tempo dos verbos — recorrentes ao texto narrativo: “tempo da história” e “tempo da narrativa”, dos quais

¹ Até o presente momento não chegamos ainda a uma elaboração conceitual do tempo moderno de *A paixão segundo G.H.*. O que se pode afirmar é que o eixo temporal de Clarice Lispector não segue uma classificação do tempo tradicional.

se ocupou em reformular conceitualmente Gerard Genette em *O discurso da narrativa* (2000).

Entretanto, faz-se necessário ressaltar que só é possível distingui-los até certo ponto ou em certos pontos. Conforme procuramos mostrar nos parágrafos anteriores, no romance clariceano, o “tempo da história” e o “tempo da narrativa” são configurados ao ponto de dilacerarem-se, entrecruzarem-se, ou mesmo, aproveitando a expressão de Genette (2000, p.31), ocorrendo um “cambiar um tempo no outro”, cujo resultado da operação é a suspensão do tempo cronológico e a instauração de uma tempo que poderíamos, por ora, nomear com os correlatos: tempo humano, tempo vivido ou mesmo “duração interior” — “*la durée*” bergsoniana (BERGSON, 1889, *apud* NUNES, 1988, p. 58). Esse fato talvez seja uma das chaves de interpretação ao se analisar a particularidade do tempo nessa obra.

É possível notar, na abertura do romance, um certo teor dramático, assinalado pelo discurso de G.H. — cujas iniciais só nos são dadas no segundo fragmento —, que, por meio dos verbos empregados no presente do indicativo, estabelece o ponto referencial necessário para localizarmos a temporalidade daquilo que irá ser narrado, isto é, o acontecimento extraordinário, a experiência incomum referida pela personagem:

Não sei fazer do que vivi, tenho medo dessa desorganização profunda. Não confio no que me aconteceu. Acontece-me alguma coisa que eu, pelo fato de não saber como viver, vivi uma outra? A isso quereria chamar desorganização, e teria a segurança de me aventurar, porque saberia depois para onde voltar: para a organização anterior. (LISPECTOR, 2009, p.9)

Eis que o tempo da história se apresenta para nós. G.H. — personagem e narrador — refere-se a um acontecimento. É, portanto, esse fato ocorrido, o próprio “tempo da história”, isto é, matéria narrável. Contudo, apenas poderemos situar a “vivência” de G.H., nas páginas seguintes, quando surge o primeiro marcador temporal, o adjunto “ontem”, possibilitando-nos situar a exatidão do evento ocorrido na escala tripartida da dimensão física do tempo: “ontem no entanto perdi durante horas e horas a minha montagem humana.” (LISPCTOR, 2009, p. 11).

De modo muito sintético, a linha da ação romanesca, em relação ao tempo da história, pode ser sintetizada da seguinte maneira: era quase dez horas da manhã e G.H. estava à mesa, tomando café. Fazia bolinhas redondas de miolo de pão enquanto planejava fazer uma faxina naquele longo dia que teria. Depois de decidir por onde começaria a limpeza do apartamento, a personagem transpõe a área social de sua casa e vai em direção ao quarto de empregada — espaço privilegiado da experiência, representação de um *locus horrendus*. G.H. entra no “cômodo” e, ao abrir o guarda-roupa, confronta-se com uma barata, que de imediato desperta nela uma esquizofrenia momentânea, qualificada por Benedito Nunes (1989) como “êxtase selvagem”. Todos esses fatos, sequencialmente descritos, que compõem a síntese do itinerário de G.H., escodem a verdadeira complexidade temporal que orbita em torno do universo ficcional de *A paixão segundo G.H.*.

No que tange ao tempo da narrativa, este não é outro senão o avanço de um dia em relação ao tempo história. Ou seja, o tempo da narrativa é o tempo do próprio relato de G.H.. Penso que nisso resida o aspecto que mais propicie uma áurea filosófica na escritura do romance ora analisado, uma vez que a eventualidade do tempo da narrativa se vincula à necessidade da personagem G.H., por meio da linguagem, recompor sua humanidade.

Consoante a leitura de Benedito Nunes (1989), a experiência de G.H. é um despojamento do eu, sem concluir, como fez o crítico belenense, uma aproximação com uma via mística. G.H., para poder atingir o limite máximo de sua experiência, que é chegar ao núcleo da existência, passa um processo doloroso de desaprendizagem das coisas humanas, fato ilustrado no próprio discurso da personagem: “ontem durante horas e horas perdi minha montagem humana” (LISPECTOR, 2009, p. 11). (No entanto, essa discussão exige desdobramentos, dos quais necessitaram de um espaço maior para serem desenvolvidas)

Entretanto, como temos afirmado, o tempo da história e o tempo da narrativa, que inicialmente caminham lado a lado, tendem a dissolver-se num único tempo ao passo que G.H. vai avançando no relato. A certa altura do romance, é difícil reconhecê-los. O encontro entre essas duas linhas temporais cria uma trajetória circular, a qual instaura, no mundo ficcional do romance, uma dialética do tempo, que afeta diretamente G.H., pois quanto mais ela narra, mais adentra a realidade “intemporal” e mais G.H. rompe o elo com a realidade pessoal.

Lembremo-nos que a circularidade é um aspecto privilegiado em *A paixão segundo G.H.*, esboçado na própria estrutura moderna do romance. Há, pelo menos, dois momentos que ilustram bem essa característica: primeiramente, a pontuação inusitada, isto é, os seis travessões que iniciam e encerram o romance, cujo sentido parece apontar para a circularidade da dimensão temporal da existência humana, a qual não se limita a um passado, presente e futuro. Segundo, pelo estilo de retomada, o qual a cada início de um novo fragmento/capítulo retoma as últimas linhas do fragmento anterior.

Para finalizar, apontaremos, de maneira reduzida, outro desdobramento relacionado ao tempo, do qual também procuraremos nos ocupar em nossa pesquisa e, que, de certa maneira, acabou sendo antecipado nas linhas anteriores. Trata-se de uma abordagem hermenêutica, que tenta relacionar, a partir da problematização do tempo efetuada no romance, o tempo como matéria filosófica inerente à escritura clariceana, fato que, ao nosso ver, também ocorre em *Grande sertão: veredas*. Nesse sentido, o tempo em *A paixão segundo G.H.* torna-se o artifício que, *a priori*, cumpre a função de esclarecer e determinar o sentido da própria experiência humana.

Afirmarmos isso, sob a égide da assertiva ricoeuriana que concebe a ideia de que “contar já é ‘refletir sobre’ os acontecimentos narrados” (RICOEUR, 1995, p. 109). Ressalto, apenas a título de informação, que esse é o pressuposto basilar, ponto

tangente, para uma abordagem do tempo em *A paixão segundo G.H.* e *Grande sertão: veredas*. Feitas essas considerações, retornemos ao romance de Clarice Lispector.

O tempo que G.H. leva para relatar o que lhe aconteceu, que, agora sabemos que se trata do confronto com uma barata no quarto de empregada — animal pelo qual nutre “um arcaico horror”— não é possível mensurar pelo tempo dos relógios e, mesmo que o fosse, não implicaria grandes mudanças na nossa leitura. Aliás, o único trecho em que a palavra relógio aparece, o significado comum que carrega é furtado: “E inesperadamente as próximas vindouras onze horas da manhã me pareceram um elemento de terror - como o lugar, também o tempo se tornara palpável, eu queria fugir como de dentro de um relógio, e apressei-me desordenadamente.” (LISPECTOR, 2009, p. 49). Vejamos que G.H. se refere ao relógio como uma espécie de prisão, onde quem está dentro é prisioneiro de um tempo circular. Além disso, as várias vezes que a palavra hora é empregada, por exemplo, há uma forte tendência para sua flexão plural, marcando, de certa maneira, um esvaziamento de seu sentido corriqueiro de determinar um momento do dia de acordo com a movimentação dos corpos celestes.

O jogo temporal de *A paixão segundo G.H.* assume a franja filosófica, primeiramente, quando o ato de narrar se torna um movimento de reflexão ou, para sermos mais específicos, quando o uso da linguagem se torna a apreensão da montagem humana de G.H.. Confessar a experiência paradoxal e dolorosa que viveu permitiu à personagem alcançar a consciência e o sentido da existência autêntica.

Outro desdobramento desse sentido filosófico está contido no confronto de G.H. com a barata, cujo resultado é a ruptura dela com mundo e a abertura para uma dimensão onde se projetam certos temas comuns a metafísica. Ao atingir essa realidade outra, *chronos* é suspenso. O tempo que se estabelece na ruptura de G.H. com o mundo é o tempo da experiência, invariável, sem antes, agora ou depois, durável o tanto quanto for necessário para ela alcançar o verdadeiro significado da existência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, nessa exígua apresentação preliminar acerca do tempo em *A paixão segundo G.H.*, de Clarice Lispector, procuramos demonstrar alguns dos aspectos gerais, possíveis de serem desdobrados a respeito da concepção moderna do tempo elaborada na criação artística da autora.

Para nossa dissertação de mestrado, assumiremos a árdua empreitada de emparelhar duas das mais importantes obras da literatura brasileira. O tempo é um dos aspectos mais importante de qualquer narrativa e ganhou um sentido maior nos romances modernos. Nossa empreitada buscará abstrair o significado do tempo no mundo ficcional de *A paixão segundo G.H.* e de *Grande sertão: veredas*. O sentido maior de tudo isso é ver, na própria obsessão do tempo instaurada pela modernidade, a possibilidade de perscrutar as provocações que a escritura literária coloca como matéria para pensarmos nossa existência humana, no sentido ontológico.

Por fim, estando a par do grande fôlego que uma dissertação de mestrado exige, procuraremos, por meio do trabalho que se desenvolverá, com base no problema de pesquisa, nas asserções levantadas, no recorte teórico estabelecido, na metodologia assumida e nos objetos de estudo elegido, tão somente provocar as questões de ordem literária.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. *Poética*. In: BRANDÃO, Roberto (Org.): *A poética clássica*. São Paulo: Cultrix, 2005.

BAUDELAIRE, Charles. *Sobre Modernidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

CANDIDO, Antonio. No raiar de Clarice Lispector. In: _____. *Vários escritos*. São Paulo: Livraria Duas Cidades. 1970. p. 125-131.

GADAMER, Hans Georg. *O problema da consciência histórica*. 2 ed. Trad. Paulo Estrada. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2003.

GENETTE, Gerard. *O discurso da narrativa*. Trad. Fernando Martin. Lisboa: Veja, 2000.

GOTLIB, Nádia. *Clarice uma vida que se conta*. São Paulo: Edusp, 2011.

_____. Um fio de Voz: histórias de Clarice. IN: LISPECTOR, Clarice. *A paixão segundo G.H.* Ed. crítica de Benedito Nunes, Archives: Brasília, DF: CNPq, 1988.

HELENA, Lúcia. *Nem musa, nem medusa: itinerários da escrita em Clarice Lispector*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal fluminense, 2006.

JAUSS. Hans Robert. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. Trad. Sérgio Tellaroli. São Paulo: Editora Ática, 1994.

LISPECTOR. Clarice. *A paixão segundo G.H.*. São Paulo: Rocco, 2009.

LISPECTOR, Clarice. *A paixão segundo G.H.* Ed. crítica de Benedito Nunes, Archives: Brasília, DF: CNPq, 1988.

NASCIMENTO, Evandro. *Clarice Lispector: uma literatura pensante*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

NUNES, Benedito. *A chave do poético*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. *Introdução à filosofia da arte*. 5 ed. São Paulo: Ática, 2003.

_____. *O Drama da Linguagem: Uma Leitura de Clarice Lispector*. São Paulo: Ática, 1989.

_____. *O mundo de Clarice Lispector*. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1966.

_____. *O dorso do tigre*. São Paulo: Perspectiva, 1969.

NUNES, Benedito. *Grande sertão: veredas*: uma abordagem filosófica. Bulletin des études portugaises et brésiliennes. Paris, ADPF, n. 44-45, p. 389-404, 1985.

ROSA, Guimarães. *Grande sertão: veredas*. 15 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Trad. Maria Appenzeller. São Paulo: Papirus, 1995. 3v.

SANTIAGO, Silviano. A aula inaugural de Clarice. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 7 de dez. 1997. p. 5-12.

A METAFICÇÃO HISTORIOGRÁFICA NO ROMANCE *BOCA DO INFERNO* DE ANA MIRANDA

Carla Patricia da Silva Guedes¹

Orientador: Luís Heleno Montoril Del Castilo²

Linha de pesquisa: Literatura, memórias e identidades

Resumo: Este artigo procurará analisar o recurso literário da metaficção historiográfica, no romance histórico brasileiro da autora Ana Miranda na obra *“Boca do Inferno”*. E tendo como objetivos específicos: observar como o recorte e colagem de outros textos sobrepostos dão novos significados dentro do trabalho metatextual da autora Ana Miranda na escrita do romance *Boca do inferno*; analisar a inter-relação discursiva entre o narrador que se utiliza tanto de recurso-estético e estilístico da literatura, quanto da história da narrativa; investigar a partir do romance *Boca do Inferno* a intermediação simbólica entre Gregório de Matos Guerra e o contexto seiscentista baiano. O uso de dados biográficos como materiais para citação literária é estratégia que tem sido longamente utilizada nas últimas três décadas mais precisamente do final da década de oitenta. O deslocamento do escrito para o universo ficcional vem configurando uma tipologia literária. Este recurso literário não passou alheio ao olhar atento dos ficcionistas, especialmente dos romancistas. A metodologia da pesquisa desenvolveu-se a partir do levantamento bibliográfico e de sua seleção, A teoria da metaficção historiográfica pretende ser sustentada pelas obras de HUTCHEON, L. (1991) em que a autora explicita o conceito e dá exemplos em obras da literatura contemporânea mundial.

Palavras-chave: Metaficção. Gregório. Boca do inferno.

INTRODUÇÃO

Este artigo trata do tema da metaficção historiográfica na Literatura Brasileira a partir da obra *Boca do Inferno*, de Ana Miranda, durante a pesquisa apareceram algumas questões acerca do tema: O que a metaficção restaura, por meio dos textos tomados como fonte, para a composição da obra ficcional? Qual é o novo estatuto de realidade a estabelecer uma nova relação entre o leitor e história? A investigação do recurso da metaficção está relacionada à minha pesquisa científica — desenvolvida no âmbito do mestrado em Estudos Literários - cujo escopo é importante investigar os principais elementos característicos da metaficção presente no romance *Boca do*

¹Licenciada em Letras Língua Portuguesa na Universidade Federal do Pará. Pós- graduada no curso de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva na Faculdade Integrada Ipiranga. Cursando mestrado na Universidade Federal do Pará. carlaguedes18@yahoo.com.br

² Professor doutor da Universidade Federal do Para. heleno@Ufpa.br

inferno, bem como a importância que eles possuem na composição dessa narrativa ficcional. Assim, os objetivos do presente artigo são: examinar de que modo o real é retomado e como se relaciona com o ficcional no interior desse romance, considerando-se “real” tanto os relatos da História como as narrativas ficcionais já existentes; verificar a característica das personagens de maior destaque; analisar a forma pela qual essa narrativa estabelece as relações intertextuais com outras obras e documentos. Dessa forma, faz necessário recorrer ao arcabouço teórico a respeito do conceito de metaficção historiográfica que se sustenta, principalmente, no trabalho de Hutcheon (1991), em que a autora desenvolve este conceito tomando como ponto de intermediação exemplos em obras da literatura contemporânea mundial.

O caminho a ser percorrido terá como ponto de partida a interpretação da obra com o foco na temática “Metaficção na Literatura Brasileira Contemporânea”, com a preocupação de obedecer ao recorte teórico mais específico da contemporaneidade.

No primeiro momento será exposto através dos teóricos citados o conceito de metaficção historiográfica, depois mostraremos a pessoa de Gregório, suas notações biográficas, à temática vista dentro de suas obras e a contextualização da cidade seiscentista e por fim a leitura da obra propriamente dita.

REFERENCIAL TEÓRICO

Conceito de metaficção

Antes de passarmos para o exame da narrativa *Boca do inferno* faremos uma breve explanação do contexto em que surgiu o conceito de metaficção e a produção ficcional da contemporaneidade marcada pela multiplicidade e heterogeneidade de temas, formas e conteúdos nessas narrativas.

A metaficção foi difundida no contexto do chamado pós-modernismo se firma no âmbito do contraditório, do indefinido, do múltiplo, do plural, do incerto e do contestado, visto que a retórica “negativizada” HUTCHEON (1991), ou seja, as palavras que juntamente com seus prefixos (-des-locamento, -des- centralização), dão ideia de negação ou de não compromisso com aquilo que se quer contestar.

A pós-modernidade não se estabeleceu somente no âmbito literário, a arquitetura, por exemplo, vem rompendo com o modernismo e com a história, uma reavaliação crítica. Na verdade, o pós-modernismo não trata de resgatar fatos ainda na forma bruta, mas de desconstruir, recriar e o que Lyotard chama de “perlaboração” (Lyotard, 1988 Upud Miranda, 2000), ou seja, reescrever a modernidade.

O pós-modernismo questiona temáticas relacionadas às origens, homogeneidade e identidade, principalmente no âmbito da linguagem. Na literatura, os questionamentos se direcionam, principalmente, aos conceitos de narrador, autor, discurso. O fazer artístico (literatura, arquitetura, cinema, etc.) se torna paradoxal.

Assim na Literatura Brasileira frequentemente são utilizados recursos como a metalinguagem e a paródia, os quais permitem o rompimento com o modelo tradicional

de narrativa. Esses tipos de recursos foram utilizados por escritores de várias épocas como Machado de Assis, em *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1881); Márcio Souza, em *Galvez: O imperador do Acre* (1977); Silviano Santiago, em seu livro *Em Liberdade* (1981); Haroldo Maranhão, em *Tetraneto Del-Rei* (1982). O conflito gerado por essa ficção envolve o leitor, inserindo-o em um ambiente desconhecido e que não é dominado por ele, resultando um novo modelo narrativo.

A metaficção é um recurso bastante utilizado na literatura, o qual pode ser conceituada como um tipo de ficção que prima pelo desvelamento do processo narrativo. Nas narrativas metaficcionais, podemos notar a desconstrução de moldes pré-estabelecidos. Dessa forma, os textos, os quais apresentam essa estrutura desconstroem para reconstruir, firmando o novo sobre o velho, que é revitalizado. O excerto abaixo esclarece-nos a respeito desse conceito:

A metaficção historiográfica refuta os métodos naturais, ou de senso comum, para distinguir entre o fato histórico e a ficção. Ela recusa a visão de que apenas a história tem uma pretensão à verdade, por meio do questionamento da base dessa pretensão há historiografia e por meio da afirmação de que tanto a história como a ficção são discursos, construtos humanos, sistemas de significação, e é a partir dessa identidade que as duas obtêm pretensão à verdade. (HUTCHEON, 1991, p.126.)

Desse modo, será visto de outra maneira, ou seja, tudo o que era ligado ao contexto extraliterário, como o autor e a própria criação artística ou literária, é transportado para o mundo ficcional, rompendo-se com as narrativas tradicionais.

A metaficção historiográfica enfatiza essas diferentes modalidades de texto que, além de opor verdade e falsidade, segundo Hutcheon, abre possibilidade para a pluralidade, no sentido de estabelecer várias verdades, as quais se opõem a uma verdade única. Temos consciência que a história é um discurso “oficializado”, porém isso não quer dizer que ela não tenha sido produzida, criada ou manipulada. Assim como a verdade, a falsidade também é relativizada, “nada é falso *per se*” (HUTCHEON, 1991, pg.146).

Hutcheon, em seu texto “o passatempo do tempo passado” (HUTCHEON, 1991, pg.141) cuida de diferenciar a metaficção historiográfica da historiografia, do romance histórico e do romance não ficcional, difundido a partir da década de 60 do século XX. Há, nesta distinção, o objetivo claro de confirmá-la como um modo de narrar que surge de interesses ideológicos que vão ao encontro dos conceitos do que ela vem denominando a pós-modernidade. Os critérios para esta distinção partem do princípio de que a apresentação de toda forma narrativa é construção e linguagem, tornando possível, na literatura e em outras formas de representação artística, a confusão deliberada da noção de que o problema da história é a verificação, enquanto que o da ficção é a veracidade.

Hutcheon dirá que, na metaficção historiográfica, os protagonistas “podem ser tudo, menos tipos propriamente ditos: são os ex-cêntricos, os marginalizados, as figuras periféricas da história ficcional” (HUTCHEON, 1991, p.146).

E, ainda, referindo-se ao romance não ficcional, Hutcheon diz que, apesar desses romances apresentarem uma mistura entre ficção e história popular, o seu caráter denunciativo ao "questionar seriamente quem determinava e criava essa verdade, a verdade constituída no romance" (HUTCHEON, 1991, p.153).

Ana Miranda ao apresentar Gregório de Matos como essencialmente brasileiro é um indicativo desta proposta de uma literatura verdadeiramente brasileira já na época colonial. Há nas entrelinhas do romance, uma discussão contemporânea que também está em quando Haroldo de Campos no ensaio *O sequestro do barroco na Formação da literatura brasileira: o caso Gregório de Matos* (1989) critica a argumentação de Antonio Candido sobre a caracterização da produção barroca no Brasil colônia ser ainda bastante influenciada e até dependente da produção portuguesa principalmente por suas características épicas.

No romance de Ana Miranda, o narrador historiador se confunde com o narrador ficcionista, quando figuram um objetivo comum: narrar questionando narrativas. É preciso ficar claro, portanto, que os discursos não se confundem, mas a função do narrador historiador (aquele que transmite veracidade) e a função do narrador ficcionista (questionar livremente, instaurando uma convenção de ficcionalidade) se confundem para problematizar o que se lê como verídico e o que se lê como ficcional. Assim, cada uma das seis partes do romance apresenta uma introdução que localiza, contextualiza ou explica o conteúdo do capítulo e, para isto, o narrador utiliza-se do discurso, das informações e da confiabilidade, existente entre o leitor e o texto histórico. O que o romancista quer é que o leitor, iludido pelas características lingüísticas da imitação, reaja de acordo com a "convenção de veracidade", quando deveria reagir de acordo com a "convenção de ficcionalidade", relacionando e transferindo, por exemplo, o Gregório de Matos e os atos dele ao Gregório de Matos apresentado pela narrativa da história.

Vemos, portanto, verossimilhança entre a posição do leitor da ficção histórica e a posição do leitor da metaficção historiográfica. Lembramos que a realização da primeira se dá pelo envolvimento ficcional do leitor, ou seja, quanto maior a crença do leitor em relação ao caráter ficcional do narrado, ainda que se tratando de um texto realista, melhor a sua realização; já a metaficção historiográfica quer que o leitor tenha um envolvimento crítico, quer que ele questione, investigue, busque respostas possíveis e não respostas únicas, totalitárias. A metaficção historiográfica precisa, por isso, de leitores experientes. Quanto maior o horizonte de conhecimento histórico, ficcional e literário deste leitor, melhor será a decodificação do texto.

A busca pela história do outro, em outro tempo e outro contexto, revela a falta de experiência do narrador pós-moderno e é esta falta de experiência que o faz, segundo Silviano Santiago, subtrair-se à ação narrada e identificar-se com um segundo observador - o leitor. Em "O narrador pós-moderno", o ensaísta dirá ainda que "ambos se encontram privados da exposição da própria experiência na ficção e são observadores atentos da experiência alheia. Na pobreza da experiência de ambos se revela a importância do personagem na ficção pós-moderna" (SANTIAGO, 2002, Pg.51).

Assim, numa dupla interferência de discursos, o leitor pode ler o ficcional como histórico e vice-versa. Esta dupla interferência ocorre no plano da leitura, variando de intensidade e frequência de acordo com o horizonte de conhecimento do leitor e pode ser verificada através da análise da construção discursiva do romance. Denominamos os romances que trabalham sobre o discurso da história de romances históricos, porque relacionamos as personagens e os fatos narrados ficcionalmente aos fatos e personagens apresentados pela história, os quais entendemos como "reais", quando poderíamos pensá-los como verdadeiros apenas enquanto discurso ficcional.

A figura do narrador que se apresenta como uma voz ficcional é também a voz do narrador historiador, confundindo o leitor que tem consciência de que este narrador não remete apenas à figura do autor como ocorre na narrativa da história, mas também a uma figura ficcional com características discursivas próximas às características do poeta Gregório de Matos. Quanto a isso Linda Hutcheon dirá que os leitores da metaficção historiográfica contemporânea têm "o prazer da dupla conscientização da natureza fictícia e de uma base no real" (HUTCHEON, 1991, pg.143).

O leitor, consciente desta duplicidade do romance, projeta o modelo ficcional na história antes mesmo de projetá-lo na realidade e passa a acreditar na existência histórica e, conseqüentemente, real das personagens e dos acontecimentos ficcionais apresentados no romance. Este é o engodo da metaficção historiográfica, fazer o leitor ler ficção como se fosse história e também o inverso. Para a metaficção historiográfica o leitor modelo é aquele que conhece a história do passado e do seu presente para que possa ver a atualização discursiva da história e compreender a atualidade do discurso literário.

Há, portanto, uma desvalorização da experiência pessoal do presente, tornando o passado um conselheiro para o presente, porém como nos diz, mais uma vez, Silviano Santiago, aconselhar não pode mais ser "Fazer uma sugestão sobre a continuação de uma história que está sendo narrada" (SANTIAGO, 2002, pg.54), pois a "incomunicabilidade da experiência entre gerações diferentes" impossibilita-nos de ver a história como uma continuidade entre a vivência do mais experiente e a do menos. As narrativas, hoje estão sempre a recomeçar. Não há fechamento hierárquico.

Assim, apesar de haver um paratexto dizendo "romance" que faz o leitor entender a narrativa como ficcional, há também outro dizendo "bibliografia" que traz confiança ao leitor de que o que está no romance é fruto de uma pesquisa sobre documentos e que, portanto, é romance-história e não apenas romance histórico. Diríamos, então, que o romance *Boca do Inferno*, é romance histórico nos momentos em que o narrador se aproxima do tempo narrado e é romance-história quando ele se afasta, ou quando se posiciona como contemporâneo de Gregório de Matos e utiliza-se da memória possível do poeta para tratar de suas relações com a Corte e com o padre Vieira e até mesmo dos costumes da época:

Quando foi que tu o conheceste?", Perguntou Anica de Melo. "Na primeira vez em que nos encontramos eu estava em Lisboa, de férias da Universidade

de Coimbra. Eu tinha dezoito anos e Vieira acabava de chegar da missão do Maranhão..." Em 1661, o jesuíta e o poeta se reencontraram em Lisboa. Gregório de Matos acabava de se formar em cânones e casara com dona Michaela de Andrade. Vieira havia sido expulso, juntamente com outros jesuítas, do Maranhão, e estava amargurado (MIRANDA, 2006, pg. 158)

Esta conjectura do leitor como o decodificador da ficcionalidade e da historicidade no romance, apresentada por Hutcheon, que diz que "a história e a literatura não têm existência em si e por si. Somos nós (enquanto leitores) que as constituímos como objeto de nossa compreensão"(HUTCHEON, 1991, pg.149) Segundo Linda Hutcheon, na metaficção historiográfica há a confusão deliberada da noção de que o problema da história é a verificação e o problema da ficção é a veracidade. Assim, enquanto sistemas de significação em nossa cultura a ficção e a história introduzem sentidos e a metaficção historiográfica vem revelar estes sentidos como construção e imposição.

Utilizando-se tanto do discurso histórico quanto do discurso romanesco para criar *Boca do Inferno*, Ana Miranda apresenta-nos um terceiro discurso que não pode ser definido como inteiramente ficção nem como inteiramente história. Há um movimento na voz do narrador que faz o leitor (pensamos no leitor modelo) transitar entre ficção e história do mesmo modo que transita entre a prosa de Ana Miranda e a poesia de Gregório de Matos; entre o barroco do século XVII e os conceitos do que se tem denominado pós-moderno. Assim, a metaficção historiográfica ocupa um entre-lugar discursivo que depende diretamente do "conhecimento de mundo" do leitor, que determinará o grau de ficcionalidade e o grau de historicidade presentes no romance. Quanto maior for o conhecimento e a experiência do leitor, melhor será o reconhecimento deste entre lance.

Porém, seu conhecimento e sua experiência de leitura não o tornam capaz de definir uma linha de separação entre a história e a ficção, pois se há uma linha neste processo ela não separa, mas une pelo viés do texto. Há uma interseção entre a linha da ficção e a linha da história e a metaficção historiográfica se localiza entre um ponto de interseção e outro.

A teoria literária, desse modo, é atacado em seus pressupostos de sustentação: literariedade, verossimilhança, mimesis. Toda a arquitetura ficcional é posta em dúvida, por meio do processo malévolo de metafictionalização. A ficção reflete, sem reservas, sobre as possibilidades e limites da ficção.

GREGÓRIO DE MATOS: O BOCA DO INFERNO

Notações biográficas e suas relações com o romance *Boca do Inferno*

Gregório de Matos Guerra, que segundo Bosi (1994) é o primeiro poeta brasileiro de grande valor, considerado um grande nome da fase de formação da literatura brasileira e pode ser visto como o melhor representante da poesia barroca em

língua portuguesa, representando o pensamento mesclado do homem barroco. Com suas sátiras, poesias lírico- amorosas, filosóficas e religiosas, conseguiu escrever um quadro, quase pintado, da realidade do homem seiscentista no Brasil.

Filho de uma família abastada e dona de engenhos de açúcar, Gregório viu sua família falir, na Bahia, pela máquina mercantil, cantada em suas sátiras. Tal fato foi exposto por Bosi em seu texto “Do antigo estado à máquina mercante” no qual é feita análise da poesia de Gregório de Matos Guerra a partir do poema “Triste Bahia”. “Triste como quem perdeu o antigo estado, sim, mas triste também como a criança geniosa e de maus costumes com quem a mãe ralha em desabafo”. (BOSI, 1993, pg.95).

Visão pessimista em relação ao futuro da Cidade da Bahia e a imagem pejorativa que o poeta constrói são antes fruto do desejo de edificação de uma imagem moral da cidade. Está presente o desejo do poeta de que, através da crítica, ocorram mudanças, ainda que estas mudanças se deem no sentido de uma aproximação aos costumes e crenças europeias.

Gregório de Matos pode ser melhor entendido se olharmos um pouco para sua biografia. Como nos informa Gomes:

Gregório era, com efeito sábio, discreto e entendido em Portugal, magistrado com uma carreira vitoriosa em ascensão, vizinho de doutores, homem de largo prestígio pessoal e profissional, tudo perdendo pouco depois do seu retorno à Bahia. Somente um homem que houvesse experimentado tão drástica e traumática transição em seu “status”, a ponto de logo ser considerado no meio baiano “um herege, um asnote / mau cristão, pior ministro/ mal entendido entre todos, de nenhum bem entendido”. (GOMES, 1985, pg.34)

Todos esses fatos ou seus desdobramentos, hoje documentados, transforma-se em texto poético, na segunda fase baiana da vida do poeta. Assim o Gregório biográfico se esparrama de tal sorte no Gregório dos apógrafos que é inviável e artificioso separar os dois, tão mesclados eles se encontram.

Boca do Inferno apresenta, na figura do poeta Gregório de Matos Guerra, um equilíbrio entre as esferas contextual e psicológica da vida, as quais não se realizam isoladamente. É isto, em princípio, o que separa e diferencia o Gregório de Matos ficcional do Gregório de Matos da historiografia, da história da literatura brasileira e dos estudos literários.

O romance se mostra com uma abordagem mais ampla, pois associa acontecimentos históricos com uma ambientação característica do momento barroco, na qual se insere o estilo e a figura polêmica do poeta Gregório de Matos, mostrando-se, ele mesmo, em dúvida sobre a qualidade, dividido entre a consciência de ser brasileiro e o desejo de alcançar o "culteranismo" europeu. Assim, a personagem ficcional é criada no romance a partir de um contexto histórico, social e cultural. E a tudo isso se conjugam fatos ficcionais como o assassinato do Alcaide-mor "que divide a sociedade baiana e a ela dá vida", sendo este fato o centro do enredo que levará o leitor a conhecer não apenas o artista Gregório de Matos, mas também a sua posição marginal na relação

com a sociedade não letrada do final do século XVII, e ainda propõe um cidadão Gregório de Matos em guerra contra toda a hipocrisia social e os desmandos do poder sobre uma terra ainda de ninguém. Tudo isso vem confirmar a definição do romance histórico contemporâneo como uma literatura que "se apropria de acontecimentos e personagens históricos ao mesmo tempo que é intensamente auto reflexiva (HUTCHEON, 1991, pg.21) quando expressa uma visão da história.

RELAÇÕES TEMÁTICAS E CONTEXTO SEISCENTISTA

Gregório, em seus poemas, trabalha várias temáticas. Não temos a formação de uma literatura brasileira em Gregório o que temos é a escrita sobre acontecimentos desse período colonial.

O poeta viveu sua infância nos engenhos vendo crescer os lucros dos engenhos, agora ele ironiza as mudanças. Destacando características da sociedade no momento que ele estava vivendo. A forma pela qual Gregório criticava a sociedade é pelas sátiras, havendo poemas do tipo sacro que mostram a consciência moralista e a via mística. Essa é a produção gregoriana mais tipicamente barroca, pois aqui vê-se inserido o conflito espiritual desse período. A dialética pecado x perdão. Percebemos também em seus poemas o preconceito de cor e raça, quando surge algum risco de concorrência na luta por dinheiro e pelo prestígio. A cor é o sinal mais ostensivo e mais “natural” da desigualdade que reina entre os homens, e na estrutura colonial – escravista, ela é um traço inerente à separação dos estratos e das funções sociais. Gregório tinha uma visão racista dos negros, insultando-os e colocando-os em uma posição inferior a dele.

As poesias de Matos são muito mais ricas não apenas por que elas retratam como documento da vida social dos seiscentos, mas também pelo nível artístico que atingiu o contraste da produção literária de Gregório mostrando assim a sutil diferença entre as sátiras que contrapõem com o poeta devoto. Essas contradições não devem intrigar quem conhece a ambiguidade da vida moral que servia de fundo à educação ibérico- jesuítica.

LEITURA DA OBRA BOCA DO INFERNO DE ANA MIRANDA

O Romance histórico, *Boca do inferno* é o primeiro romance de Ana Miranda e foi publicado em 1989, ganhador do prêmio Jabuti em 1990, tendo sido publicado em diversos países. Ana Miranda pretende apontar alguns elementos da formação do romance histórico contemporâneo brasileiro, por meio da obra “*Boca do Inferno*”.

Para se entender a produção ficcional contemporânea como a de Ana Miranda, é preciso ter ciência de que a concepção de romance histórico vem sofrendo mudanças com o tempo.

O romance é estruturado em seis partes, com os seguintes subtítulos: “A cidade”, “O crime, ” “A vingança”, “A devassa”, “A queda” e “O destino”. Na primeira parte, temos a localização geográfica da cidade da Bahia. No período colonial, vinte e nove

anos após a expulsão holandesa, a cidade é vista, inicialmente, sob a perspectiva do personagem Gregório de Matos. Já na segunda parte, temos a narração do assassinato do alcaide Francisco de Teles de Menezes e também a apresentação de personagens que estão de forma direta ou indireta envolvidas no crime: Antônio de Brito, Gonçalo Ravasco, Donato Serotino, Luiz Bonicho, a família Ravasco Vieira e a dama de companhia, Maria Berco. Quanto à terceira parte, observamos a vingança do governador Antônio de Sousa de Meneses juntamente com o Alcaide Antônio Teles de Menezes. Nas três últimas partes presenciaremos as perseguições feitas aos judeus e ao poeta Gregório de Matos; a deposição do governador Braço de Prata; e o desfecho do destino de cada personagem.

Segundo CAMPAGNON (1996) o “trabalho de citação” empreendido no romance de Ana Miranda, precisa ser apresentado de forma mais organizada para que se possa ter a ideia mais aproximada da dimensão real da presença dos muitos textos recolhidos pela autora para compor o romance em estudo. Trechos de poemas de Gregório e de outros poetas, trechos de sermões de Vieira, provérbios bíblicos e populares, referências históricas e biográficas etc.

Obedecendo a uma sequência selecionada do enredo do romance (crítica social, governo, “musas” de Gregório, religião), serão apresentados trechos que relacionam-se à poesia de Gregório de Matos, porém não serão citações, mas sim uma montagem. O emprego de fragmentos da poesia de Matos na elaboração do romance a qual se dá por alguns momentos, dos poemas de G. de Matos falando através deles.

Nos trechos que seguem Ana Miranda se utilizou de um poema satírico muito famoso de Gregório, são alvos de sua sátira políticos, clérigos, negros, mulatos, gente do povo, o português colonizador, os casados, os solteiros, os comerciantes. O poeta denuncia as instituições, começando por El-Rei, que nos dá de graça uma justiça corrompida, vendida, injusta, e terminando com a Igreja a quem acusa de simonia, inveja, unha (roubalheira). Também é implacável com os frades. Como se pode ver, do alto da pirâmide social a ralé, dos “donos do poder” aos mestiços todos são responsáveis pelas vilanias da época. Ninguém é poupado. Os trechos mostram a indignação de Gregório em relação à cidade da Bahia. Quando Gregório de Matos retornou ao Brasil encontrou a cidade Baiana em crise. A decadência econômica torna-se visível: o açúcar brasileiro enfrenta a concorrência do açúcar produzido nas Antilhas e seu preço desaba. Além disso, uma nova camada de comerciantes (em sua maioria, portugueses) acumula riquezas com a exportação e importação de produtos. Então Gregório fala da falta de valores morais, verdade, honra e vergonha. “Ah, aquela desgraçada cidade, notável desventura de um povo néscio e sandeu”. (MIRANDA, 2006, p26), “Para resumir o que acontece nesta cidade, ilustríssimo, digo: falta-lhe verdade, vergonha e honra. ” (MIRANDA, 2006, pg112).

Em seguida Gregório continua com suas críticas sociais fica evidente a crítica referente à promiscuidade, à incompetência e à desonestidade. Por meio de falsas perguntas, para as quais o poeta oferece respostas, Gregório vai decompondo o interior da organização social. Neste tema, o mundo presente é insatisfatório, corroído pela

inversão de valores. O honesto é pobre; o ocioso triunfa; o incompetente manda. Essa atitude idealiza o passado, tido como perfeito e harmônico, e recusa as contradições do presente. É uma perspectiva conservadora. O racismo e a libertinagem são representados de maneira inversa; o racismo pela ascensão do negro; e a libertinagem pelo declínio do clero.

Gregório de Matos tinha extraordinário talento satírico que amalgamava agudo senso crítico e de ridículo, humor violento e corrosivo, além de uma capacidade genial em manipular a palavra. Gregório tornou a alfinetar a cidade dentro do romance. Ficou indignado com a falsa aparência que algumas pessoas queriam passar à sociedade. E assim denunciou os vícios e mentiras de um sistema hipócrita. Há uma passagem na obra em que Gregório se apossa de uma pena e começa a anotar calúnias sociais. Em uma dessas anotações, Ana Miranda fez um recorte de uma sátira a qual se encaixou perfeitamente ao romance.

A mulher do fidalgo andava com adornos. **Uma casada cheia de enfeites, tendo o marido malvestido, esse tal marido só poderia ser corno.** (...)os **letrados peralvilhos** da colônia faziam réus se tornarem autores e obtinham mercês de ambos. (...)o irmão desse letrado, m mercado avarento, tirava duzentos por cento no que comprava e no que vendia. **Morrera num assalto e deixara uma viúva.** Porém apesar dos grandes lucros, o mercador dissipara todo seu dinheiro com mulheres de alcouce e **deixara a viúva sem um vintém e com a casa empenhada. A mulher recebia a fradalhada que ali ia para manter a honra da casa.** (MIRANDA, 2006, pg.26)

Foi possível observarmos a montagem feita por Ana Miranda para a construção do romance utilizando fragmentos da poesia de Gregório e de outros documentos histórico para dar veracidade a sua obra. Esse é um exemplo significativo do trabalho metafictional não somente restrito à história e seus documentos, mas também aos textos literários servindo como fontes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo apresentou a metaficção historiográfica na literatura brasileira a partir da leitura do romance *Boca do inferno*, de Ana Miranda. A realidade seiscentista foi apresentada por uma nova perspectiva uma nova forma de ficção. Neste trabalho pôde-se ter como resultado o que a metaficção construiu no romance por meio dos textos tomados como fonte para a composição da obra ficcional, através das notações biográficas, das relações temáticas, e o contexto seiscentista deixando evidente a importância de tal dados para o entrelaçamento entre a história e a ficção.

A teoria da metaficção historiográfica foi sustentada pelas obras de HUTCHEON, e que a autora nos ajuda a compreendermos o processo metafictional, também outras obras importantes foram utilizadas para compor este artigo como: GOMES, CAMPOS, COUTINHO E BOSI.

REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia. *Cultura letrada*. ed. UNESP. 2006

ARISTÓTELES, Horácio, Longino. *A poética clássica*. Tradução de Jaime Bruna. São Paulo: Cultrix/Editora da Universidade de São Paulo, 1981.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 42ª. ed. São Paulo: Cultrix, 1994.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

BAKHTIN, Mikhail. *Questões de Literatura e de estética: a teoria do romance*. 3ªed. Editora UNESP: São Paulo, 1993.

COUTINHO, Afrânio. *A literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editorial Sul América S.A. 1968.

COUTINHO, Afrânio. *Do barroco: ensaios*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1994.

CAMPAGNON, Antoine. *O trabalho de citação*. ed UFMG. Belo Horizonte. 1996.

CAMPOS, Haroldo. *O sequestro do barroco na formação da literatura brasileira: o caso Gregório de Mattos*. 2ªed. Editora, 1989.

DASMACENO, Darcy. *Os melhores poemas de Gregório de Matos*. São Paulo: global, 1985.

ESPÍNOLA, Adriano. *As artes de enganar: Um estudo das máscaras poéticas e biográficas de Gregório de Mattos*. Apresentação: Ronaldo de Melo e Souza. [Rio de Janeiro]: Topbooks, [2000].

ESPÍNDOLA, Patrícia. *A metaficção historiográfica na literatura goiana*. Dois Autores, duas obras. Goiás: UCG, 2009. 97p. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Departamento de Letras, 2009.

GOMES, João Carlos Teixeira. *Gregório de Matos O Boca de brasa: um estudo de plágio e criação intertextual*. Petrópolis: Vozes, 1985.

HUTCHEON, L. *Poética do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

HUTCHEON, Linda. *Uma teoria da paródia*. Lisboa: Edições 70. 1998.

HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo: história, teoria e ficção*. Rio de Janeiro: Imago Editora. 1987.

MACHADO, Ubiratan. *A vida Literária no Brasil durante o romantismo*. 2ªed.rev. e amp. Rio de Janeiro: Tinta Negra Bazar editorial. 2010.

MIRANDA, Ana. *Boca do Inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. P101

MATOS, Gregório de. *Crônica do viver baiano seiscentista*. Salvador: Janáina, 1969.1v.

MATOS, *Gregório de. Crônica do viver baiano seiscentista*. Salvador: Janáina, 1969.2v

A CRISE DA FORMA NA PROSA DE RADUAN NASSAR¹

Elijames Moraes dos Santos²

Orientadora: Mayara Ribeiro Guimarães

Linha de pesquisa: Literatura, Interpretação, Circulação e Recepção

Resumo: O presente trabalho parte de algumas reflexões acerca da prosa literária de Raduan Nassar, escritor que se insere no contexto contemporâneo, a partir da publicação do romance *Lavoura Arcaica* (1975), e dois anos depois a novela *Um Copo de Cólera* (1978). Em ambos os textos é possível observar temas interditos no campo literário, e que o escritor trabalha por meio de uma dimensão lírica que permeia sua ficção, rompendo com padrões e linearidades ainda presentes na linguagem literária. Nesse sentido, o seguinte questionamento foi levantado, a saber: como a prosa de Raduan Nassar dramatiza a crise da forma? Diante dessa questão estabelecemos um objetivo geral no qual visa compreender de que maneira a prosa de Raduan Nassar revela uma crise da forma. Tendo em vista alcançar esse objetivo, bem como responder à questão delineada, adotamos o método de investigação bibliográfica, pois acreditamos que faz jus ao modelo de estudo desenvolvido, em cuja fundamentação se faz presente as abordagens de Marcos Siscar (2010); Walter Benjamin (2012); Eikhenbaum (1978); Giorgio Agamben (2013); Georg Lukács (2012) e Theodor Adorno (2012). Por meio dessa pretensa pesquisa, esperamos contribuir para o desenvolvimento dos estudos da prosa contemporânea, instigando as discussões em torno dessa crise do romance, como diz Benjamin (2012), e que pode ainda ser definida, conforme Paz (2013), por tradição da ruptura.

Palavras-chave: Crise da forma. Prosa moderna. Raduan Nassar.

INTRODUÇÃO

"A arte moderna não é apenas um filho da idade crítica, mas também é uma crítica em si mesma". (Octávio Paz)

Trilhando um percurso pela literatura brasileira que alia ao mesmo tempo acolhimento do público e reclusão pessoal, o escritor do interior paulista, Raduan Nassar, celebra as artes brasileiras com uma curta, e densa, obra que vai do romance ao conto. Sua estreia ocorreu em 1975 com o romance *Lavoura Arcaica*, seguido pela novela *Um copo de cólera*, em 1978. Após anos de ausência, o escritor reaparece em

¹ Artigo apresentado ao Seminário de Pesquisas em Andamento (2017); Programa de Pós-Graduação em Letras - Estudos Literários, Universidade Federal do Pará;

² Doutoranda em Estudos Literários pelo Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Pará.

1997 com a publicação de *Menina a caminho e outros contos*³, finalizando a sua participação na literatura brasileira. Com essa sequência, Nassar finda sua atuação como escritor, trocando o campo das letras pelo da agricultura na Fazenda Lagoa do Sino, no interior paulista. Desde então, poucas foram as aparições do autor, que desde então ficou consagrado por sua contribuição à cultura literária brasileira.

Ainda em 1976, com o *Lavoura Arcaica*, recebe o prêmio Coelho Neto para romance, da Academia Brasileira de Letras, cuja comissão julgadora tinha como relator o crítico e ensaísta Alceu Amoroso Lima (Tristão de Athayde). No mesmo ano recebe o prêmio Jabuti, da Câmara Brasileira do Livro, na categoria de Revelação de Autor; Menção Honrosa e também Revelação de Autor pela Associação Paulista de Críticos de Arte (APCA). Sua contribuição para cenário da literatura de língua portuguesa rendeu-lhe, ainda, outros prêmios de grande relevância como o Prêmio Camões, em 2016. De certo, a qualidade poética e a força da linguagem de seus textos fizeram com que sua obra não fosse esquecida pelo público. Com apenas três publicações, Raduan Nassar tem sido comparado a escritores modernistas, que mudaram os rumos da cena literária brasileira, como Clarice Lispector e Guimarães Rosa, tal qual justificam os *Cadernos de literatura brasileira* (1996) do Instituto Moreira Salles.

Diante disso, nosso olhar volta-se ao trabalho artístico desse escritor cuja obra apresenta uma linguagem que delineia um espaço rico em detalhes. Detalhes esses que marcam uma certa (des) continuidade na tradição literária moderna e traz à tona o não-dito e, também, o interdito mascarados pelo silêncio da sociedade do período no qual está inserida. Assim, as questões presentes neste artigo partem das reflexões desenvolvidas por meio das leituras de dois textos literários de Raduan Nassar: *Lavoura Arcaica* (1975) e *Um Copo de Cólera* (1978). Apesar de se tratarem de dois gêneros distintos: o primeiro, um romance e, o segundo, uma novela, ambos apresentam uma narrativa que nos possibilita pensar os conflitos do moderno, sua tradição e ruptura em um contexto no qual podemos dizer que se instaura uma crise da arte.

Em entrevista aos *Cadernos de Literatura* (1996), o escritor paulista confessa ter se afastado de uma teoria modeladora de arte, afirmando que a teoria limita uma construção literária. Contrariando esse fato, voltamos nosso interesse em refletir, à luz das teorias críticas, os aspectos da linguagem que perpassam as duas primeiras publicações de Raduan Nassar. Assim, sem perder de vista o propósito artístico, o escritor nos apresenta novas formas de ver a literatura e o mundo, o que nos provoca a fazer o seguinte questionamento: como a prosa de Raduan Nassar dramatiza a crise da forma?

Com esse intuito de repensar a própria crítica e a tradição, destacamos, neste breve estudo, alguns pontos da obra de Raduan Nassar que fazem jus a proposta de Marcos Siscar (2008) no que se refere a ideia de crise da poesia, como um elemento de ruptura do que vem sendo estudado em teoria literária, conciliando-se a isso voltamos à ideia de ruptura exposta por Octavio Paz (2013) para poder justificar a (des) ordem dos

³ O livro de contos, *Menina a Caminho*, não será trabalhado neste artigo.

elementos estruturais da linguagem literária moderna. Seguindo esse percurso, retomamos os princípios estruturais da prosa nassariana para atingir a compreensão dessa arquitetura, do processo de (des) construção e das características presentes nestas duas formas: romance e novela.

Nesse intento, pretendemos atingir o objetivo geral que se concilia à questão enumerada anteriormente, ou seja, compreender de que maneira a prosa de Raduan Nassar revela uma crise da forma, sem perder o rigor artístico. Logo, "a própria estrutura do texto evidencia uma ruptura", destaca Azevedo (2015, p.20), "bem como o seu enredo irá afirmar", e, em se tratando de o *Lavoura arcaica*, temos uma "arquitetura que edifica o romance", com um desenvolvimento harmônico cuja sinfonia poética incorpora suas páginas. Assim, retomamos os princípios estruturais da prosa nassariana para a compreensão dessa arquitetura, do processo de (des) construção e das características presentes nessas duas obras.

Por se tratar de um estudo que traz dois gêneros distintos, buscamos fundamentos em teorias que sustentam, mesmo que parcialmente, essas distinções estruturais. Assim, recorremos a Georg Lukács (2012), quando de sua concepção do romance; a ideia de prosa, de Giorgio Agamben (2013), e a Mikhail Bakhtin (2010) que subsidiará as reflexões a respeito da tensão instaurada pelos vozes que se articulam nos discursos de ambas as narrativas. Tendo como foco o narrador e as posições nas estruturas narrativas, recorremos a Walter Benjamin (2012) e Theodor Adorno (2012), entre outros, que nos ajudarão a construir um aporte teórico para continuar difundindo os estudos sobre essa envergadura e sobre os temas que podem ser semeados nesse campo literário de Raduan Nassar. Assim, nosso estudo percorre o campo da forma para uma melhor compreensão dos gêneros aqui denominados, novela e romance, bem como dos elementos das narrativas, de maneira paralela.

CAMPO NASSARIANO: A LAVOURA E A CÓLERA

A escrita do romance *Lavoura Arcaica* é fundada por um lirismo ritmado, marcado pela ausência de pontuação e formação de períodos logos, cuja harmonia é destacada por uma linguagem poética nas duas partes: A partida e O retorno. Na primeira parte do romance os capítulos se alternam entre o quarto de pensão e a fazenda da família. É no espaço físico do quarto, descrito pelo narrador como inviolável, que Pedro inicia sua missão de resgatar o irmão pródigo, ou seja, é esse ambiente que serve de palco para as confissões silenciadas e interditas no espaço da fazenda. Em contrapartida, a memória do narrador nos leva às lembranças mais doces de sua infância com os irmãos e irmãs, naquele espaço quase intransponível da fazenda. Dessa forma, por meio das memórias do narrador-personagem são expostos os confrontos da tradição, do patriarcalismo, da sujeição feminina e do sentimento turbulento que André nutre por Ana, sua irmã. Sentimento esse que motivou a partida do filho arredio, configurando no texto de Nassar uma paródia do filho pródigo.

A narrativa em primeira pessoa recupera "os dois tempos", como diz Azevedo (2015, p. 20),

o seu passado, trazendo ao conhecimento do leitor e do irmão mais velho, Pedro, a relação incestuosa estabelecida com a irmã, Ana. O incesto, nesse contexto, aparece apenas como uma das rupturas, dentre todas as que envolvem a narrativa conflituosa com o pai, Iohána, [...] e o segundo momento em que Pedro devolve à família o irmão mais novo (AZEVEDO, 2015, p. 20).

Em transe, com os sentimentos turbulentos regado ao vinho, a voz do narrador não revela lucidez, opondo-se a voz lúcida do pai que é validada ainda na primeira parte por meio das lembranças de André, mas ganha autonomia no segundo momento da narrativa. André é a imagem da transgressão dos dogmas instituídos na família, contrastando com a imagem paciente do pai a pregar o sentimento de união: "O amor, a união e o trabalho de todos nós junto ao pai era uma mensagem de pureza austera guardada em nossos santuários, comungada solenemente em cada dia, fazendo o nosso desjejum matinal e o nosso livro crepuscular" (NASSAR, 2009, p. 20).

Assim, o enredo do romance é arquitetado como uma sinfonia, na qual a ruptura é articulada formando um todo harmônico. É assim, por meio de uma escrita contundente, que os principais elementos do campo narrativo se apresentam. O escritor apresenta um modo particular de ler o mundo, à maneira de um escritor-artesão que se fecha num mundo para elaborar sua forma, como diz BARTHES (2004), assim é a estrutura do *Lavoura Arcaica*, lapidada como se a arte fosse extraída da matéria. Nesse ínterim, Sabrina Sedlmayer (1997, p. 21) refere-se a *Lavoura Arcaica* com o título de "texto-iceberg", "um bloco que se desprende de uma massa maior e que vaga errante, apenas encostando-se em outros pedaços de textos". Assim como o romance, a novela nassariana também vaga à margem em relação aqueles que formam a massa maior da ficção brasileira no período de 1970.

Dividida em sete capítulos de parágrafos e período únicos, a novela *Um copo de cólera*, de Raduan Nassar, delineia uma poética de lirismo contido no que se refere aos aspectos discursivos da narrativa em sua organização hierárquica. Assim, temos um espaço reduzido para ambientação da trama, onde articulam-se mimeticamente as ações de dois personagens, cujas identidades caracterizam-se pela pronominalização, que não anula, mas reforça as vozes do universo diegético que enreda a narrativa envolvida pelo fluxo de consciência das personagens. Dessa maneira, o tempo não pode ser definido *a priori* como cronológico e sim, como entre lugar onde as lembranças presentificadas no interdiscurso das ações sintetizam os recursos expressivos e desse modo, propiciam o dinamismo peculiar do gênero em questão.

A partir desses elementos que constituem a literariedade de *Um copo de cólera*, acentua-se uma linguagem poética entremeada de contrastes que ora traduzem o lirismo, ora questionam a realidade empírica que aproxima a narrativa dos acontecimentos cotidianos que complementam as experiências do leitor. Desse modo, a escrita de Nassar apresenta características bem peculiares que envolvem e fascinam até o olhar mais desavisado, tendo em vista as metáforas orgânicas que entremeiam todos os

capítulos da novela, conforme a sequência: A Chegada, Na Cama, O Levantar, O Banho, O Café Da Manhã, O Esporro, A Chegada.

Essa circularidade, já apresentada na intitulação dos capítulos, delimita a estrutura organizacional no que confere a confluência nominal tanto do primeiro quanto do sétimo capítulo, que apesar de homônimos são divergentes quanto ao perfil do narrador, visto que do início até o sexto capítulo a narrativa é realizada pelo narrador protagonista, que é o chacareiro – “ele” (NASSAR, 2009, p. 81) – e em primeira pessoa, já no sétimo ocorre uma inversão, quando a jornalista assume a narrativa – “ela” (NASSAR, 2009, p. 7) – contudo, conserva o foco narrativo em primeira pessoa.

Não obstante, a novela em estudo apesar de organizada em sete capítulos, que correspondem oitenta e cinco páginas, pode ser objetivamente dividida em duas partes. A primeira, que abrange os cinco primeiros capítulos descreve os acontecimentos automatizados pelo cotidiano aproximando-se da realidade empírica, acentuados pela convivência costumeira que chega a estabelecer uma distância consensual, no que diz respeito aos sujeitos discursivos, sobressaindo o silêncio nesse entremeio da narrativa. Composta de um texto breve, a primeira parte autoriza o leitor a participar dos eventos que coordenam as ações das personagens.

A segunda parte compreende os dois últimos capítulos, sexto e sétimo respectivamente, sendo que o sexto intitulado “O esporro” sobressai-se aos demais capítulos devido, não só a maior quantidade de páginas, mas por focalizar a tensão e desvelar a individualização das vozes, que compõem o eixo narrativo articulado a partir de incidentes metaforicamente representados pelo estrago accidental da cerca viva, provocado pelas saúvas. Já no sétimo e último capítulo, ocorre um retorno à situação inicial, preservando o foco narrativo na primeira pessoa, mas alterando o sujeito narrador cuja voz, agora, é assumida pela jornalista. Assim, este último capítulo “A Chegada”, homônimo do primeiro, encerra a novela, retomando o cotidiano circunscrito às ações desenvolvidas pelos protagonistas, previamente anunciadas no capítulo inicial.

A PROSA DE NASSAR: ELEMENTOS EM (DES) CONSTRUÇÃO

Os gêneros que compõem a linguagem escrita assumem formas bem distintas daquelas cultivadas pela poesia épica. O gênero poético fundado a partir de um ritmo tem uma tradição, cuja estabilidade não é cobrada em todos os signos da escrita, assim outras formas vão adquirindo espaço, é o que ocorre com a prosa literária que, de certo modo, está ligada à narração literária e ao relato, mas de acordo com o formalista russo, Eikhenbaum (1978, p. 158): “Sempre utilizou muito as possibilidades da tradição escrita e criou formas impensáveis fora do quadro desse tradição”. Entre essas composições de gêneros que ganham vida em meio as diversas expressões de arte, nos deteremos, então, a dois estilos em prosa cuja organização se estrutura a partir da linguagem escrita: a novela e o romance. Aos quais consideraremos suas peculiaridades na tentativa de compreender os processos de (des) construção presentes na prosa do escritor Raduan Nassar.

Ao refletir a respeito da problematização relacionada a esses modelos estéticos, retomamos as palavras de Georg Lukács (2012, p. 72) quando diz: "A arte - em relação à vida - é sempre 'um apesar de tudo'; a criação de formas é a mais profunda confirmação que se pode pensar da existência da dissonância". Desse modo, quando nos voltamos ao romance *Lavoura Arcaica* e a novela *Um copo de cólera*, modelos distintos de prosa, notamos que suas particularidades não se restringem apenas às formas internas mas também ao modelo tradicional da prosa moderna, evidenciando dissonâncias dentro de um mesmo espaço de linguagem de uma cultura literária e, principalmente, de uma tradição - a moderna. Vejamos dois trechos iniciais, respectivamente, do romance e da novela:

Olhos no teto, a nudez dentro do quarto; róseo, azul ou violáceo, o quarto é inviolável; quarto individual, é um mundo, quarto catedral, onde, nos intervalos da angústia, se colhe, de um áspero caule, na palma da mão, a rosa branca do desespero, pois entre os objetos que o quarto consagra estão primeiro os objetos do corpo; eu estava deitado no assoalho do meu quarto, numa velha pensão interiorana, quando meu irmão chegou para me levar de volta; [...] o ruído das batidas na porta, aconchegava-se despojado de sentido [...] o ruído se repetindo, sempre macio e manso, não me perturbava a doce embriaguez, nem minha sonolência, nem o disperso e esparso torvelinho sem acolhimento; meus olhos depois viram a maçaneta que girava, mas ela em movimento se esquecia na retina como um objeto sem vida um som sem vibração, ou um sopro escuro no porão da memória; (NASSAR, 2009, p. 7-8).

E quando cheguei à tarde na minha casa [...], ela já me aguardava andando pelo gramado, veio me abrir o portão para que eu entrasse [...], e logo que saí da garagem subimos juntos a escada pro terraço, e assim que entramos nele abri as cortinas do centro e nos sentamos nas cadeiras de vime, ficando com nossos olhos voltados pro alto do lado oposto, lá onde o sol ia se pondo, e estávamos os dois em silêncio quando ela me perguntou "que que você tem?", mas eu muito disperso, continuei distante e quieto, o pensamento solto na vermelhidão do poente [...] (NASSAR, 2009, p. 7-8).

É possível notar, no primeiro momento, em ambos os trechos, que se tratam de narrativas em primeira pessoa com espaços circunscritos às dimensões da trama que envolvem cada um dos dois gêneros em suas formas. Na primeira, o quarto é o ambiente inviolável da personagem central, então narrador, naquele instante em que os acontecimentos passam a ser motivados por suas memórias. Já no segundo trecho, em *Um copo de cólera*, o espaço se restringe aos compartimentos da casa localizada em uma chácara que integra o local dos acontecimentos, os quais envolvem duas personagens inominadas, num eventual fim de tarde em que o silêncio se conjuga ao diálogo reduzido a frases pontuais.

Em ambos os trechos observamos narrativas que se afastam dos padrões pré-estabelecidos por uma cultura literária. Tanto na construção dos capítulos do romance (1975), quanto da novela (1978) vemos como estes são organizados por sequências ininterruptas de períodos, os quais produzem um contínuo movimento no decorrer do texto, adotando um ritmo que confere à prosa de Nassar uma característica da poesia. O

que valida a autonomia da arte literária em que uma narrativa toma emprestado elementos particulares a outro gênero, como se uma teoria da forma poética estivesse no centro da elaboração da prosa. Nesse sentido, recordamos que a prosa é uma mistura dos gêneros poéticos ou, ainda, que uma narrativa como o romance, destaca Eikhenbaum (1978, p. 159-160), "utiliza-se das formas do discurso oratório, ou então torna-se um tipo de narração lírica ou poética (V. Hugo)". Na sequência o formalista reitera: "Guardamos aqui o vínculo com a palavra que, todavia, se aproxima da [...] narração".

Assim, a prosa de Raduan Nassar pode ser analisada como um estilo novo e contemporâneo, no qual envolve elementos de outra natureza, como os da poesia. O lirismo está presente logo nas duas passagens acima, nas descrições feitas pelo narrador do *Lavoura Arcaica*, que dar cor a nudez e ao quarto, róseo, azul ou violáceo, sua inviolável catedral, como reiteramos no seguinte excerto: "[...] é um mundo, quarto catedral, onde, nos intervalos da angústia, se colhe, de um áspero caule, na palma da mão, a rosa branca do desespero, [...]" (NASSAR, 2009, p. 7) e ainda ao fazer jus a tessitura dos ruídos da porta: "[...] ruído se repetindo, sempre macio e manso, não me perturbava a doce embriaguez [...]" (Idem). Já em *Um copo de cólera*, as descrições são mais diretas, bem pontuais, tem-se um lirismo comedido nas descrições, "olhos voltados pro alto do lado oposto, lá onde o sol ia se pondo, [...] o pensamento solto na vermelhidão do poente [...]" (NASSAR, 2009, p. 7-8). Isso ocorre porque cada uma dessas formas destacam-se por suas naturezas, pois o desenvolvimento do romance e da novela não acontece "simultaneamente, nem com a mesma intensidade" pontua, Eikhenbaum (1978, p. 161).

Posto isso, reiteramos que o romance e a novela, cada um em sua extensão, desenvolvem-se segundo sua heterogeneidade. Como diz Eikhenbaum (1978, p.162): "O romance é uma forma sincrética ([...] um tornado complexo pela inclusão de descrições de costumes); a novela é uma forma fundamental, elementar (o que não quer dizer primitiva)". Estes dois gêneros têm finalidades específicas, enquanto na novela de Nassar a narração pode ser mais direta, no romance a subjetividade lhe é inerente. Àquela detém procedimentos cujas condições estruturais correspondem à dimensões mais curtas que a do romance e com o destaque para a conclusão. Entretanto, há uma ressalva, em *Um copo de cólera* este último aspecto não está na conclusão mas no capítulo "O Esporro", que a precede.

Embora, *Um copo de cólera*, conserve os elementos que compõe a novela, o desenvolvimento estrutural da narrativa não siga a mesma cultura tradicional, essa (des) construção se estende aos conflitos internos da narrativa, o que torna o enredo mais dinâmico, fazendo com que a novela transite entre outros gêneros inclusive o próprio romance, assumindo por vezes a denominação de gênero incerto. Outra característica evidente nesse texto, é o narrador, função assumida pelo chacareiro logo no início do capítulo "A chegada": "E quando cheguei à tarde na minha casa [...], ela já me aguardava andando pelo gramado, veio me abrir o portão para que eu entrasse [...]" (NASSAR, 1987, p. 7). Contudo, a voz que rege os discursos da narrativa, não se restringe apenas ao chacareiro, pois há uma inversão no último capítulo - homônimo ao

primeiro -, passando a ser atribuída à jornalista. Assim, durante a narrativa compartilhamos os acontecimentos por meio da voz dele, no entanto é ela que nos fala no final, apresentando o desfecho da trama que envolve o silêncio e a cólera, o impasse de uma relação regada por um sentimento não revelado, em que se inscrevem os interesses pessoais, nos quais jorram o orgulho de duas alteridades: ele e ela.

Essa alternância da posição do narrador também pode ser observada no romance de Nassar. O que nos permite considerar que a narração, "em seu aspecto sensível" como diz Benjamin (2012, p. 239) "não é de modo algum o produto exclusivo da voz. [...]", ou mesmo de uma única voz, acrescentamos. Todavia, ao falar da experiência do narrador, antes como alguém que transmite conhecimento próprio, o estudioso compara essa tarefa a do artesão. É assim, que nos reportamos ao narrador em *Lavoura Arcaica* - a semelhança de um artesão -, que desenvolve a tarefa de moldar "a matéria-prima, da experiência - a própria e a alheia - transformando-a num produto sólido", ressalta Benjamin (2012, p. 239). Essa tarefa é desenvolvida por André, cabe a ele a função de narrar, *a priori*, as experiências que remontam sua infância, "a planta enferma" (NASSAR, 2009).

Numa embriaguez profunda, o protagonista vai tecendo imagens de um mundo individual que se forma no espaço restrito ao quarto de uma velha pensão interiorana. Narrado em primeira pessoa, o romance ganha forma a partir das memórias de André, que, segundo Adorno (2012, p. 59), "[...] parece fundar o espaço interior que lhe poupa o passo em falso no mundo estranho, [...] como se a estranheza do mundo lhe fosse familiar. Imperceptivelmente, o mundo é puxado para esse espaço interior. [...]". Essa capacidade atribuída ao narrador não compromete a forma do romance, pelo contrário, torna-se uma característica estética sensível, o que assemelha-se a técnica da narrativa conduzida por Proust, ao que Adorno (2012, p. 59) denomina de "[...] esforço de sensibilidade estética [...], sem ultrapassar os limites do círculo mágico da forma".

Esse pedaço do mundo interior, cuja técnica recebe o "nome de *monologue intérieur*", reitera Adorno (2012, p. 59. *grifos do autor*), está relacionada também a qualquer ação externa desenrolada, em cujo espaço o narrador instaura um fluxo de consciência. Esse momento, na obra proustiana, deve-se pela objetividade espaciotemporal que emprega-se em suspender (ADORNO, 2012). Tal motivação se compara a obra nassariana pelos aspectos subjetivos recorrentes na narrativa, principalmente, em o *Lavoura Arcaica*. A semelhança disso, podemos citar também os romances modernistas da geração de 1930, como os de Graciliano Ramos e mesmo os de José Lins do Rego, em cujas formas narrativas trabalham o fluxo de consciência. Nessa direção segue o romance moderno, apresentando níveis de tensão que podem ser evidenciadas, segundo a relação do herói e o seu mundo, confere Bosi (1988). Dentre esses níveis, acreditamos que o romance de Nassar empreende:

b) *romances de tensão crítica*. O herói opõe-se e resiste agonicamente às pressões da natureza e do meio social, formule ou não em ideologias explícitas, o seu mal-estar permanente. [...]

c) *romances de tensão interiorizada*. O herói se dispõe a enfrentar a antinomia eu /mundo pela ação: evade-se, subjetivando o conflito. [...]

d) *romances de tensão transfigurada*. O herói procura ultrapassar o conflito que o constitui existencialmente pela transmutação mítica ou metafísica da realidade. Exemplos, as experiências radicais de Guimarães Rosa e Clarice Lispector. O conflito, assim "resolvido", força os limites do gênero romance e toca a poesia e a tragédia. [...] (BOSI, 1988, p. 440. *grifos do autor*).

Somos guiados pelas lembranças de André, a imagem de um anti-herói que esbarra em conflitos externos, em uma ordem patriarcal que contribui para um mal-estar dos laços familiares. Além disso, a paixão que André sente pela irmã, Ana, ponto que motivou a saída do filho pródigo de casa, torna-se um dos principais aspectos do que Bosi (1988) nomeia de tensão interiorizada, que pode ser evidenciada logo na primeira parte do romance, por meio das descrições feitas pelo narrador-personagem, quando no momento da chegada de Pedro ao quarto da pensão. Como se vê no excerto:

[...] quando meu irmão chegou para me levar de volta; [...] minha cabeça rolava entorpecida [...], mas meus olhos pouco apreenderam, sequer perderam a imobilidade ante o voo fugaz dos cílios; [...] dei logo uns passos e abri uma das folhas [...]: era meu irmão mais velho que estava na porta; assim que ele entrou, ficamos de frente um para o outro, nossos olhos parados, era um espaço de terra seca que nos separava, tinha susto e espanto nesse pó, [...]; (NASSAR, 2009, p. 8-9).

A tensão que se manifesta a partir do encontro entre os irmãos contribui para a rememoração dos fatos, os quais confrontam passado e presente da narrativa, e esfacelam-se por meio de um embate ideológico de vozes no discurso da narrativa. Um aspecto que pode ser entendido por Bakhtin (2010, p. 74) como "[...] um solo de vozes diferentes que o romance orchestra todos os seus temas, todo o seu mundo objetual, semântico, figurativo e expressivo". Essa direção, que compõe o fenômeno literário "a partir dos materiais da linguagem", como diz BOSI (1988), segue:

[...] a constelação que se dá na prosa subjetivante. Subindo ao primeiro plano os conteúdos da consciência nos seus vários momentos de memória, fantasia ou reflexão, esbatem-se os contornos do ambiente, que passa a *atmosfera*, e desloca-se o eixo da trama do tempo "objetivo" ou cronológico para a *duração* psíquica do sujeito (BOSI, 1988, p. 443. *grifos do autor*).

Comum à novela e ao romance, esses fenômenos literários que se verificam na prosa de Raduan Nassar, sejam em sua estrutura, na forma, ou mesmo nos temas, revestem uma prosa subjetivante. Desse modo, a memória se torna um espaço de experiência individual, presente em determinados momentos em *Um copo de cólera*, por meio das personagens: o chacareiro e a jornalista, ou ainda um espaço de experiências coletivas em *Lavoura Arcaica*. Essas experiências que a narrativa dramatiza, evidenciam as oposições do eu e o mundo exterior. Na novela de Nassar, a cólera do chacareiro contrasta os sábios preceitos do discurso do pai em *Lavoura*. Essas antinomias tornam-se premissas necessárias do estilo de Raduan Nassar, e pode ser compreendida no âmbito da linguagem por Bakhtin (2010, p. 76) como "[...] a

verdadeira premissa da prosa [...] que está na estratificação interna da linguagem, na sua diversidade social [...] e na divergência de vozes individuais que ela encerra".

Os contrastes dos discursos, por vezes carregados de uma paixão impaciente, ou tranquilo em sua sabedoria, é observado em *Lavoura Arcaica* não só por meio das personagens mas também através da posição do narrador que se alterna em dois momentos específicos: "A Partida", onde a voz que predomina é a de André - narrador em primeira pessoa; e o capítulo "O Retorno", em que vemos um processo de delegação de voz, conservando o foco na primeira pessoa. A narração se alterna entre a voz do filho, que regressa, e a do pai, que conduz os sermões familiares. Assim, é a voz do pai que ouvimos no segundo momento, como se vê:

... e quanto mais engrossam a casca, mais se torturam com o peso da carapaça, pensam que estão em segurança mas se consomem de medo, escondem-se dos outros sem saber que atrofiam os próprios olhos, fazem-se prisioneiros de si mesmos e nem sequer suspeitam, trazem na mão a chave mas se esquecem que ela abre, e, obsessivos, afligem-se com seus problemas pessoais sem chegar à cura, pois recusam o remédio; [...] (NASSAR, 2009, p. 145)

Nesse ínterim, as palavras do pai que antes eram expressas através das lembranças de André, ainda no quarto da pensão, agora passam a construir os discursos nos quais entoam, sobretudo, austeridade e sabedoria milenar. Embora com enredos bem diferente, essa alternância de vozes da narrativa também está presente em *Um copo de cólera*, na qual narrador se mostra lúcido e com plena ironia em suas palavras que, às vezes, dá lugar a voz crítica, presente no discurso já deteriorado da amante, a jornalista. Outrossim, a voz inicial da narrativa mostra-se consciente dos papéis teatrais que ambos constituem nos momentos que se estendem a um prévio programa composto pela falsidade dos interesses pessoais. Vejamos:

[...] (ela sabia representar o seu papel) [...] me dizendo com bastante equilíbrio "eu não entendo como você se transforma, de repente você vira fascista" ela falou isso de um jeito mais ou menos grave.[...] abastecendo com lenha enxuta o incêndio incipiente que eu puxava (eu que vinha – metodicamente – misturando razão e emoção num insólito amálgama de alquimista), [...], de qualquer forma eu tinha sido atingido, ou então, ator, eu só fingia, a exemplo, a dor que realmente me doía.[...] (NASSAR, 2009, p.36-37)

Essa teatralidade encenada na passagem da novela, dialoga com os versos de Fernando Pessoa, em *Autopsicografia*. Assim, o narrador recupera no trecho: "ator, eu só fingia, a exemplo, a dor que realmente me doía" (NASSAR, 2009, p.37), o sentimento do eu lírico da poesia lusitana. A essa questão teatral, Perrone-Moisés (1996, p. 70) enfatiza que trata-se também "[...] uma injunção fatal dos papéis sociais atribuídos ao homem e à mulher, os quais por mais que desejem ser originais, acabam assumindo posições e falas predeterminadas". Essa inversão dos papéis também pode ser notada na voz da narrativa, que nos primeiros seis capítulos é conduzida pelo chacareiro, em plena consciência de suas atitudes machistas. Mas, no sétimo capítulo a voz que entoia os discursos é feminina, assumida pela jornalista em seu retorno à

chácara. Desse modo, as digressões da jornalista reconstituem a postura do parceiro, o que confirma a consciência das ações face a uma certa satisfação pessoal, dando forma a circularidade na narrativa.

Diante disso, observamos que há uma preocupação do escritor com os laços da forma literária, em *Lavoura Arcaica*, por exemplo, nos 24 primeiros capítulos, vemos um maior fluxo de consciência, bem como a presença do monólogo interior. Somente no retorno de André, ou seja, a partir do capítulo 25 é que vemos as inserções de diálogos entre Iohána e André, e em menor medida com as demais personagens da narrativa. Do mesmo modo que *Um copo de cólera*, essa dinâmica que se dá entre "A partida" e "O retorno" representa uma circularidade, uma sucessão ininterrupta do tempo aliada a uma linguagem com um estilo refinado, que garante uma originalidade em relação à literatura de sua geração. Portanto, conforme relata Leyla Perrone-Moisés aos *Cadernos de Literatura* (1996), trata-se da autonomia da arte "[...] em defesa da liberdade individual, numa forma de linguagem em que a arte não faz concessões à 'mensagem'. Um engajamento radicalmente literário, e por isso mais eficaz e perene (PERRONE-MOISÉS, 1996, p. 69).

Distinguindo-se no romance tradicional, o *Lavoura Arcaica* possui uma formação na qual a linguagem caminha entre a poesia e a prosa, além das metáforas que a compõe há uma sintaxe ininterrupta sem cortes ou cesuras, o que se diferencia da frase mallarmeana em seu *syntaxier*, como aponta Siscar (2008). Não há uma alternância nas frases do romance de Nassar, ou seja, há sequência contínua, cuja incorporação do silêncio promove pausas longas na escrita em prosa. Esse registro é verificado nos períodos que se estendem aos capítulos inteiros, logo não há uma moldura específica, pelo contrário, o que vemos é uma ruptura da forma. Um prosa poética que encena uma crise da modernidade, por sua vez uma crise da linguagem estética. Nesse sentido, de acordo com Siscar (2008, p. 102) "a ideia de crise [...] configura-se antes como tentativa de fundamentar uma perspectiva própria ('autônoma') sobre o real". Diante disso, a prosa de Raduan Nassar, apresenta um linguagem que não se encaixa nos padrões adotados pela cultura literária moderna, assume uma postura marginal, está no limiar (Agamben, 2013).

Temos, então uma abertura, para a recriação de uma linguagem que não se encaixa na moldura do moderno, que impulsiona um novo lugar, um recomeço. Tal como na pintura contemporânea, que a imagem invade a moldura, em *Lavoura Arcaica*, a linguagem transborda às margens da página em busca de um lugar em que possa se encaixar (ou não). Ao contrário do que poderíamos chamar de fim da arte, temos na literatura um espaço no qual o fim desenha um novo quadro do moderno. A esse aspecto, destaca João Camilo (2016), o contemporâneo seria o tempo depois de uma sequência que começa pelo fim do desenho de um horizonte ou contorno desde o passado. Uma diferença que passa a ser percebida tanto no plano estrutural, sintático, quanto semântico ao considerar temáticas, algumas interditas, numa linha que envolve o passado e o presente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura de Raduan Nassar, apresenta um trabalho intenso com a linguagem que busca expurgar o verbo, representado pela palavra arcaica do pai em *lavoura Arcaica*. Uma significação que pode ser observada por meio da inversão das estruturas que edificam essas duas obras do escritor paulista. No *Lavoura Arcaica*, André se apodera da linguagem do pai, mas a subverte, pois é “o filho arredio, o eterno convalescente, aquele sobre o qual pesa na família a suspeita de ser um fruto diferente” (Nassar 2009, p.126). Uma voz que não difere do tom autoritário do chacareiro, de *Um copo de cólera*, em cujo espaço da chácara instaura um mundo individual que acredita estar distanciado da (des) ordem social.

Essa marcas se apresentam como uma cicatriz da escrita, um elemento de ruptura que necessita ser expurgado por meio da escrita. Não obstante, observamos que essa ruptura está presente tanto no plano semântico quando sintático, encenando com autonomia no cenário moderno da literatura, estimulando a crítica a repensar os padrões. Pois, como diz Octavio Paz (2013, p. 37;38), "a modernidade é sinônimo de crítica e se identifica com a mudança;". Mostrando que as rupturas são necessárias para reconstruirmos outros espaços também da literatura. Desse modo, procuramos refletir durante este trabalho a respeito dessas (des) (construções) presentes nas obras de Nassar. Uma literatura que não encaixa nos padrões da cultura literária, mas que possui uma força criadora que traz à tona questões que estão nos subterrâneos da linguagem.

Assim, essa forma de linguagem questiona a todo instante a tradição moderna, invertendo os modelos da escrita e ao ser trabalhada em sua potência máxima, retorna, tão qual o filho retorna ao lar - em *Lavoura Arcaica* -, e questiona "não o indizível mas a matéria da palavra" (AGAMBEN, 2013, p. 27). Entendemos, portanto, que a literatura construída por Nassar, embora, apresente uma desarticulação quanto à crítica literária, não pode ficar à margem, ao contrário, precisa ser discutida e estudada minuciosamente, além das fronteiras da cultura literária.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. “Posição do narrador no romance contemporâneo”. In: _____. *Notas de literatura I*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2012.

AGAMBEN, Giorgio. *Ideia de prosa*. Trad. João Barrento. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

AZEVEDO, Dayane Crivelaro. *Tradição e ruptura: a (des)ordem como cicatriz na literatura de Raduan Nassar*. Dissertação. Rio de Janeiro: UFRJ/FL, 2015.

BARTHES, Roland. *O grau zero da escrita: seguido de novos ensaios críticos*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BENJAMIN, Benjamin. "O Narrador". In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 8ª ed. revista - São Paulo: Brasiliense, 2012.

BAKHTIN, Mikhail. *Questões de Literatura e de Estética: Teoria do Romance*. 6ª ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1988.
CAMILO, João. *Colóquio sobre o contemporâneo: o fim, o resto, o começo*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch>. Data do Acesso: setembro de 2016.
EIKHENBAUM, B. “Sobre a teoria da prosa”. In: TOLEDO, Dionísio de Oliveira (Org.) *Teoria da literatura: formalistas russos*. Porto Alegre: Globo, 1978.

LUKÁCS, Georg. *A teoria do romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2012.

NASSAR, Raduan. *Lavoura arcaica*. 3ª ed. rev. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

NASSAR, Raduan. *Um copo de cólera*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
PAZ, Octavio. *Os filhos do barro*. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

PESSOA, Fernando. *Poesias*. 15ª ed. Lisboa: Ática, 1995.

PERRONE-MOYSES, Leyla. “Da cólera ao silêncio”. In: *Cadernos de literatura brasileira*. Raduan Nassar. São Paulo, n 2, pp. 61-77: IMS, set de 1996.

SEDLMAYER, Sabrina. *Ao lado esquerdo do pai*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997.

SISCAR, Marcos. “Poetas à beira de uma crise de versos”. In: *Subjetividades*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.

SISCAR, Marcos. *De volta ao fim: o 'fim das vanguardas' como questão da poesia contemporânea*. 1ª ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2016.

REALISMO TRAUMÁTICO: O CORPO MARTIRIZADO DO PRISIONEIRO

Êrlan Queiroz Dias¹

Orientador: Carlos Augusto do Nascimento Sarmiento-Pantoja²

Linha de pesquisa: Literatura, memórias e identidades

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar o realismo traumático como categoria para se discorrer a respeito dos comportamentos do ser violentado, traumatizado e torturado na novela *Na colônia penal* escrita pelo autor Franz Kafka em outubro de 1914 e publicada em (1919). E a sua adaptação contemporânea, realizada pelo autor Sylvain Ricard e ilustrada por Maël, no formato novela gráfica publicada em 2011. Composta por cinquenta e cinco páginas essa adaptação *Na colônia penal* nos chama atenção pelo fato de demonstrar o nível elevado de violência para com o ser humano e de evidenciar cenas de autoritarismo, tortura e de morte, que podem mexer com os sentimentos dos leitores, por isso, realizar esse estudo comparado se torna fundamental para compreender algumas expressões do realismo traumático e do abjeto. Para isso, contamos com algumas abordagens teóricas a respeito dos realismos: traumático e abjeto, a partir dos estudos de Hal Foster (2017), Lilian Maria Araujo Silva (2015), Márcio Seligmann-Silva (2005) e Sigmund Freud (1976).

Palavras-chave: Kafka. Realismo Traumático. Realismo Abjeto. Violência. Corpo.

O CORPO MARTIRIZADO DO PRISIONEIRO E A ELIMINAÇÃO DA FIGURA AUTORITÁRIA

No presente artigo analisaremos a temática que enfatiza o corpo martirizado do prisioneiro e logo depois evidenciaremos como se realiza o processo de eliminação da figura autoritária, relacionando esses temas com as categorias do abjeto e do traumático, pois percebemos na novela gráfica que o realismo traumático e o abjeto se relacionam “como acontece na cultura, mesmo que teoricamente sejam distintos, desenvolvidos em diferentes linhas da psicanálise” (FOSTER, 2017, p. 158), uma vez que ambas estão interligadas, além de que para se entender uma, faz-se necessário conhecer a outra.

Sabemos que o abjeto se manifesta por meio da realidade bruta e radical e o traumático de forma “chocante” e “repetitiva”, reconhecemos que ambos alcançam um estágio bastante complexo em relação à sensibilidade do leitor ao visualizar as cenas cruéis ocasionadas pela violência imposta pela figura autoritária. Na novela gráfica temos a exposição exagerada de violência, pois elas mostram como é realizado o ritual do suplicio/disciplina no martirizado, esse ato chega a ser considerado grotesco e

¹ Mestranda em Letras – área de Estudos Literários do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Pará. Email: erlan.queiroz@gmail.com.

² Professor Doutor da área de Estudos Literários do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Pará.

traumático, ou seja, é algo que choca que expressa-se, evidentemente, pelo excesso de imagens abjetas. Por abjeção temos o conceito fornecido pelo próprio dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa (2002) que apresenta o significado da palavra “abjeto” como sendo um adjetivo e substantivo masculino que se pode atribuir para o que é desprezível, baixo, ignóbil e “traumático” como verificamos em algumas cenas da novela gráfica.

Uma das cenas dessa novela gráfica que poderia ter "chocado" e causado a sensação de trauma ao leitor, seria aquela em que o condenado (ser traumatizado) iria ser exterminado pela Máquina. No entanto, vimos que isso não aconteceu, pois, compreendemos que o prisioneiro não foi eliminado pelo aparelho jurídico de extermínio, sendo assim, podemos compará-lo como um sujeito que sobreviveu a um momento violento e, mediante a isso, possui a autoridade em narrar a experiência traumática. Seguindo esse argumento Foster afirma que,

De outro lado, na cultura popular o trauma é tratado como acontecimento que assegura o sujeito, e nesse registro psicológico o sujeito, embora perturbado, volta como testemunha, atestador, sobrevivente. Eis aí decerto um sujeito traumático, e ele tem autoridade absoluta, pois não se pode contestar o trauma de outrem: só se pode acreditar nele, até mesmo identificar-se com ele, ou não. (FOSTER, 2017, p. 158)

Nesse sentido, podemos dizer que assim como o sujeito submisso, o qual podemos fazer analogia a uma pessoa perturbada por ter vivido uma experiência traumática. A novela gráfica também podem ocasionar essa perturbação, essa incomodação e esse abalo ao leitor, pois não poupa-o ao evidenciar imagens grotescas e que refletem a dor e o sofrimento do ser martirizado, a sua total apatia e desorientação do que está para acontecer. Isso nos remete a lembrança de outros sujeitos que enfrentaram e enfrentam momentos como esse e estão a mercê da autoridade de um sujeito cruel e violento.

Percebemos que essa figura autoritária não permitiu com que o sujeito "imbecilizado" justificasse a causa do ato inapropriado que estava sendo acusado e este também não compreendia qual sentença seria escrita em seu corpo, contudo, uma vez que a palavra é incapaz de traduzir a dor, a experiência traumática, assim, o corpo torna-se um veículo de transmissão que se oferece para análise como externalizador dos signos, códigos impressos pelos mais diversos traumas. (OLIVEIRA, 2017). Depois de tentar sua última alternativa em manter esse sistema penal e não obter êxito a figura autoritária decidiu libertar o Condenado, como observamos no quadro a seguir:



Figura 01: Oficial libertando o prisioneiro.

Fonte: KAFKA, 2011, p. 41.

Podemos analisar que o Condenado era reconhecido como um corpo martirizado por sofrer várias torturas, no entanto quem a maquinaria eliminou, na novela gráfica foi a figura autoritária que se disponibilizou a ser a “cobaia” desse processo jurídico local. Como exposto abaixo:

Agora estava ali nu. O explorador mordeu os lábios, e não disse nada. Sabia na verdade o que ia acontecer, mas não tinha o direito de impedir o oficial em nada. Se o procedimento judicial de que oficial era adepto estava de fato tão próximo de sua supressão — possivelmente em consequência da intervenção do explorador, com a qual este por seu lado se sentia comprometido —, então o oficial estava agora agindo de um modo inteiramente correto; se estivesse no seu lugar não teria se conduzido de outra maneira. (KAFKA, 2011, p. 63)

Como podemos observar na imagem a seguir:



Figura 02: Oficial se entregando para ser torturado e morto.

Fonte: KAFKA, 2011, p. 46.

Na imagem temos a figura autoritária que deseja morrer para, digamos assim, se "deteriorar" junto com a sua "ilustre" criação. Desta forma, podemos considerar que, no seu corpo inscrevem-se a solidão e a dor da perda de uma história de vida que vai se apagando e esvaindo-se à medida que vai sendo consumida pela perda da sua autoridade e do seu prestígio em relação ao povo. Como reconhecemos a figura autoritária manifestou sua sinceridade em se manter fiel a essa maquinaria, pois ia "falecer" junto com ela, e, pelo que podemos considerar, a figura autoritária conseguiu levar adiante esse plano porque possuía uma extrema frieza no seu comportamento.

Na novela gráfica os choques se tornam cada vez mais intensos e o real é experimentado de maneira cada vez mais escancarada. Pois, nessa cena de sujeição a morte por parte da figura autoritária, evidencia-se a "explosão" de violência em que o leitor poderá compará-la com imagens reais, cotidianas e de extrema crueldade. Importa destacar que na novela gráfica, o retorno do real implica o retorno do abjeto. Aludindo a um estado de indiferenciação, ou seja, o corpo da figura autoritária, nem humano nem inumano, nem morto nem vivo é comparado ao abjeto ao corpo experimentado enquanto resto, dejetos. Nesse sentido, essa cena abjeta choca o leitor através de imagens extremas que tematizam a violência, a deformidade, a decadência e a morte da figura autoritária. Quando a abjeção está em jogo o real invade a cena de forma escancarada, rompendo toda a proteção que as imagens poderiam oferecer ao leitor. Desta forma, a presença do corpo abjeto da figura autoritária é questionadora e corrosiva, explorando a ferida aberta ocasionada pelo trauma nos leitores.

Ao observar a cena de execução da figura autoritária, assim como outras cenas, o leitor poderá demonstrar um abalo emocional, mas mesmo assim, a necessidade de saber como se resolverá essa história violenta e cruel, impulsiona-o a acompanhá-la até

o fim, então, podemos dizer que ele se encontra em um estado de abjeção, pois esta aproxima e repulsa, é capaz de causar repúdio, e ao mesmo tempo atração. Causa deleite em momentos em que deveria causar repugnância, tranquiliza quando deveria ameaçar, provoca asco e prazer, simultaneamente, atrai com a aversão. Pode provocar gozo com o desgosto. Arrebata, fascina e satisfaz com o desagradável. Contudo, vale esclarecer que essas obras direcionam mais para o lado da aversão do que da atração, já que por trazer cenas bastante chocantes e traumáticas causa esse mal estar ao leitor. O quadro a seguir poderá ocasionar tanto a abjeção quanto o trauma ao leitor, por evidenciar a extrema crueldade para com o ser humano, mesmo sendo este um sujeito que se considerava superior aos outros e que resolvia os problemas, apropriando-se da violência:



Figura 03: Oficial perfurado pelas agulhas da máquina de tortura e morte.

Fonte: KAFKA, 2011, p. 49.

Observamos nesse quadro o momento em que o Explorador, o Condenado e o Soldado se viram obrigados a ajudar a retirar o cadáver daquele instrumento fatal. Substancialmente, percebemos a presença do sangue, pois este é o responsável pela vida e, ao mesmo tempo, sob outro enfoque, provocador do efeito da abjeção, por corresponder drasticamente e tragicamente à violentação do corpo. No fragmento a seguir compreendemos o momento em que se expõe o sangue da figura autoritária:

O sangue fluía em centenas de fios [...]. E então deixou de funcionar a última coisa: o corpo não se soltava das agulhas longas, seu sangue escorria, mas ele pendia sobre o fosso sem cair. O rastelo queria voltar à posição antiga, mas como se percebesse por si mesmo que ainda não estava livre da sua carga, permanecia sobre o fosso. (KAFKA, 2011, p. 67)

O sangue demonstrado na citação é levado a outro patamar, pois, enquanto é um dos responsáveis pela vida de um corpo, tem um caráter positivo. Entretanto, no

momento em que uma lesão vascular fica exposta, como nesse caso, do sangue que escorre do corpo do Oficial, este ocasionado pelos furos provenientes das agulhas, este mesmo sangue torna-se negativo, provocando um efeito de abjeção aos que observam e/ou entram em contato com ele. Ou seja, nessa novela gráfica percebemos o exagero que comporta o uso das imagens que despertam aversão e trauma, já que o abjeto não é a ausência de limpeza, mas o que deixa a identidade do leitor perturbada, sem limites e sem regras.

Na novela gráfica é possível observarmos determinadas cenas de torturas, que narradas sem preocupação de mascarar ou/ e chocar, trazem uma narração de conhecimentos próprios daquilo que segundo Foster chama de realismo traumático. Pois o choque faz parte do realismo traumático, já que se trata de um tipo de realismo que trabalha com “duas reações contemporâneas e essa dupla inflação de imagem: uma virada para o real, evocada através do corpo violado e/ou do sujeito traumático, e uma virada para o referente fundamentada numa identidade dada e/ou numa comunidade localizada” (FOSTER, 2017, p. 16-17). Nesse sentido é possível que Kafka tenha tentado fazer com que o leitor, além de se sentir angustiado com as cenas de torturas, possa, também, perceber a partir da sinestesia, a experiência de sufocamento na qual o antagonista está imerso, pois não é capaz de manter a sua "invenção" em funcionamento e sua decisão de se "destruir" junto dela causa abalo ao leitor.

Seligmann-Silva (2005, p. 31) ressalta a categoria da abjeção exemplificando que “Aristóteles também tematiza a morte que se enquadra na base desse gênero, e o abalo que traz consigo ao provocar cenas que chocam, as quais podem gerar efeitos de medo e compaixão, esses efeitos poderiam ter “uma consequência tanto prazerosa quanto útil””. Na novela gráfica, como vimos, a morte é evidenciada com bastante destaque e com ela observamos cenas que permitem com que o leitor sinta medo, angústia. Por outro lado, para alguns, o fato de que quem está na máquina para sofrer a dor é a figura autoritária, aquele que machuca, que maltrata outros seres humanos se escondendo atrás do poder, é recompensador, é um momento de alegria, é uma sensação prazerosa, e até justa, pois a figura autoritária e violenta estaria "pagando pelos seus crimes bárbaros" cometidos contra o povo daquela colônia penal.

Nesse sentido, percebemos na imagem de execução um grau de horror que nos remete a cenas de violências reais, isto é, aquelas que fazem parte da vida em sociedade. Identificamos na novela gráfica não mais a higienização das imagens das catástrofes, mas sim o terror, a morte e toda a fealdade que delas poderia extravasar, representados o mais próximo possível da realidade de modo que nessas imagens abjetas e traumáticas não há mais escrúpulos em mostrar cenas que ofenderiam a sensibilidade por provocarem asco, repulsa ou escândalo. Segundo Kristeva, essa arte abjeta teria por função violentar os tabus, visto que a sociedade é marcada por regras.

Por isso não é estranho que os artistas sintam certo deleite em representar em sua arte o mau desempenho e desequilíbrio dos sujeitos e da sociedade. “Fazendo isto, a grande arte combate a alienação e fragmentação da sociedade capitalista, projetando uma imagem rica e multifacetada da integridade humana. Georg Lukács chama a essa

arte “realismo” [...]” (EAGLETON, 1978. p.43). Diante disso, podemos considerar que um escritor pode trabalhar para o mercado, elaborar ficcionalmente a violência como espetáculo banal, e com isso reduzi-la a uma caricatura, ou pode confrontar seriamente o problema de sua representação estética. Nesse caso, deverá romper com a longa tradição que nos marca, que prefere associar o belo artístico à experiência da afirmação do bem e a valores positivos, a encarar o mal em toda a sua presença. (GINZBURG, 2010)

Nesse sentido, podemos ponderar que essa novela gráfica não poupa as cenas que “escancaram” a presença do mal causado pelo próprio ser humano, por isso são obras que permitem a análise das duas categorias: abjeto e traumático em seu enredo, pois,

Não podemos imaginar um corpo abjeto sem pensar em algo mal, que provoque náuseas, repulsa ou, no mínimo, alguma estranheza. Corpos abjetos são constantemente explorados na esfera traumática, em livros, pinturas, filmes. Eles produzem sensações paradoxais, que horrorizam e ao mesmo tempo atraem as pessoas, e estes sentimentos guiam-nos para o sublime. (SILVA, 2015, p. 133).

Desse modo, compreendemos que na novela gráfica está evidente cenas em que o corpo é abjeto e traumático, como já foi exposto, isso se dá, pela presença do corpo ensanguentado do Oficial, da nudez do Condenado e da figura autoritária, da falta de higiene na máquina que após cumprir a sua missão, esta fica toda suja de sangue. E, essas imagens, podem causar ao leitor a sensação de repulsa, náuseas e até estranheza, para quem nunca teve contato com esse tipo de obra, e por se tratar de corpos abjetos as imagens mexem com a esfera traumática, por se tratar de cenas de violência que produzem sensações que horrorizam, e por isso o normal seria afastar o sujeito, no entanto elas acabam atraindo o leitor. Deixando-o sem ter uma reação confirmada, pois este fica dividido entre aceitar se essas imagens são grotescas ou belas. Ou seja, o leitor se depara em uma situação sublime, pois como ressalta Edmund Burke

O sublime sempre “invade” as almas. Diz-se invadir, porque as pessoas não podem controlar sentimentos como o medo, a dor, o horror, o amor, quando são expostas a eles em algumas circunstâncias. O sublime joga o indivíduo na essência da dor e do perigo, ele leva um imenso “choque” que vai além dos conceitos do bem e do mal. (SILVA, 2015, p. 133).

Como vimos o sublime permite ao sujeito se deparar em um estado de dor e, assim, se eleva em um imenso estado de “choque”, e esse “abalo”, causa efeitos traumáticos. Segundo Warhol: “quanto mais se olha para exatamente a mesma coisa, tanto mais ela perde seu significado, e nos sentimos cada vez melhor e mais vazios”. (FOSTER, 2005, p. 165). Desse modo, as imagens de Warhol, por um lado, funcionam como defesa contra o trauma; por outro, elas produzem uma sensação de vazio e de perda de sentido no leitor – que é exatamente o que alguém vivencia numa situação traumática. Por este motivo, Foster diz que as repetições de Warhol, assim como todas as obras que se adéquam à perspectiva do realismo traumático, são contraditórias: elas

são, ao mesmo tempo, "uma defesa contra afetos traumáticos e sua produção". (FOSTER, 2005, p. 166)

Hal Foster em seu texto usa indistintamente a noção de choque e de trauma. O que ocorre no realismo traumático, enquanto tendência artística, é que a vivência do trauma seria expressa – ainda que não representada – através de imagens. Hal Foster exemplifica o realismo traumático tanto com a obra quanto com o discurso de Andy Warhol que afirma em um certo momento: "quero ser uma máquina" (*apud* FOSTER, 2005, p. 165). Foster entende que essa declaração aponta para um sujeito em estado de choque que assume a natureza daquilo que o choca, "como uma defesa mimética contra o choque" (FOSTER, 2005, p. 165). Ao colocar-se como uma máquina, funcionando como uma máquina, Warhol estaria também apontando para a compulsão à repetição que a sociedade de produção e de consumo em série põe em jogo.

Essa reflexão evidencia que o leitor ao se deparar com imagens traumáticas e abjetas ele, pode, se torna vazio, talvez, triste e desamparado. Ao contrario da proposição do Gene Swenson que o leitor ao observar com frequência cenas de violência (imagens traumáticas e abjetas), o mesmo não sentirá mais tanto abalo quando se depara com uma obra ou imagem que traz cenas de autoritarismo e violência e, consequentemente, a presença de imagens abjetas e traumáticas como corpos sendo torturados com a presença do sangue escorrendo pelo corpo perfurado pelas agulhas, elemento pertencente a maquina, e a exposição do corpo nu das personagens, pois quando você vê uma imagem horrenda muitas e muitas vezes, ela acaba por não produzir nenhum efeito ao sujeito. Contudo, as repetições de Warhol não são restauradoras, nesse sentido; não têm nada a ver com o controle do trauma. Em vez de uma paciente libertação do objeto no luto, indicam uma fixação obsessiva no objeto grotesco que o leva ao estado de melancolia. (FOSTER, 2017)

Mediante a isso, podemos ponderar que diferentes pessoas não reagem do mesmo modo a uma situação violenta. Quando duas pessoas vivem uma mesma situação de agressão, uma pode ficar traumatizada enquanto a outra retoma a sua rotina em pouco tempo. Cada pessoa tem uma história singular de agressões e estresses em sua vida, cada uma associa o evento agressivo atual a experiências específicas de seu passado. Uma série de fatores como estes tornam alguém mais vulnerável a determinadas agressões, determinando os limites entre o assimilável e o excessivo. Por exemplo, durante uma situação de violência, uma pessoa pode se manter fria e sob controle, outra pode entrar em desespero e pânico, enquanto uma terceira pode desmaiar. Três modos diferentes, pessoais de lidar com a mesma situação de estresse intenso, o que expressa três temperamentos e três histórias de vida diferentes. Após a situação, cada um poderá viver também de um modo singular os efeitos posteriores. Um pode ficar com medo apenas por alguns dias e depois voltar à vida normal, outro poderá ficar com uma ansiedade muito grande e duradoura e não conseguir voltar à sua rotina, enquanto um terceiro poderá afundar numa profunda depressão decorrente do grande abalo causado pela experiência. Cada um reage de um modo singular às várias situações

de agressão que sofre na vida, assim como às eventuais de violência intensa. Nesse sentido, Stanley Keleman assegura que,

O padrão de distresse se organiza através de uma forma no corpo, é uma realidade postural, sustentada pela musculatura e que afeta a motilidade interna das vísceras, o estado emocional, a percepção, os pensamentos, enfim a pessoa inteira fica organizada segundo este padrão. (KELEMAN, 1985, p. 1989)

Diante disso, podemos conceituar que o estresse (quando desfaz) e o distresse (quando permanece) são respostas a situação de agressão tanto externas - que vem do encontro de si coisas além do assimilável. Nesse sentido, outras pessoas passam a ficar ansiosas, temendo que a situação se repita, desenvolvendo um padrão ansioso de distresse. A pessoa pode se lembrar repetidamente do evento, com as lembranças invadindo a sua consciência, muitas vezes lembranças dos mínimos detalhes. Há também pessoas que não conseguem lembrar nenhuma imagem da situação, ficando apenas com o efeito emocional do que ocorreu como se tivesse sido algo dolorido de mais que faz a pessoa esquecer.

Daí podemos pensar que a novela gráfica assim como parte da produção contemporânea nas artes visuais, se recusa a construir uma mediação e nos traz o real sem anteparo. Nesse sentido, percebemos que o Condenado se encontra nessa situação de desamparo ocasionado pela angústia que sinaliza o perigo que evoca o trauma no aparelho psíquico, como nos afirma Cláudia Garcia e Luciana Coutinho:

estar desamparado é estar à mercê. [...] Assim, falta de amparo, ou ausência de sustentação, só se configura como desamparo, em psicanálise, na medida em que evoca no sujeito a experiência subjetiva de estar submetido a uma intensidade pulsional excessiva, que o deixa à mercê do outro; isto é, sujeitado aos caprichos do outro, que pode ou não auxiliá-lo a lidar com esse estado emocional. (GARCIA & COUTINHO, 2004, p. 133)

Sendo assim, podemos dizer que o ser martirizado se encontra em um estado de desamparo, já que ele está à mercê do outro; isto é, sujeitado aos caprichos do outro, que é a figura autoritária. O leitor também poderá sofrer com a visualização dessas imagens traumáticas, pois percebemos na novela gráfica a repetição das cenas de violência, da exposição do corpo sendo violado, ensanguentado e perfurado, podemos considerar que ocasiona um choque aos mesmos, pois evidencia cenas próximas a acontecimentos reais, sem nenhum anteparo.

Como o real não pode ser representado, ele só pode ser repetido. Essas repetições protegem do real, mas, ao mesmo tempo, fazem o real retornar. É o que acontece nas séries de Warhol, segundo Foster: “a repetição de uma imagem a fim de proteger contra um real traumático que, apesar disso, retorna, acidental e/ou obliquamente, no próprio anteparo”. (FOSTER, 2017, p. 168). A ideia de imagem como anteparo havia sido bastante utilizada por Lacan para pensar o esquema da visualidade através da relação entre a imagem, o olhar do observador e o real. Ao situar a imagem

como anteparo, como Lacan tinha feito, Foster coloca em primeiro plano a relação do observador com o real através da imagem.

Pode-se dizer que na novela gráfica o real invade a cena de forma escancarada, rompendo o anteparo, isto é, a tela de proteção que um certo jogo com as imagens oferece ao leitor. Foster diz que o abjeto pode se aproximar do informe e do obscuro, na medida em que “o olhar-do-objeto é apresentado como se não houvesse uma cena para encená-lo, nenhuma moldura representativa para contê-lo, nenhum anteparo”. (FOSTER, 2017, p. 148) Na novela gráfica percebemos a figura ensanguentada e violentada do Oficial, esse detalhe repetido, expõe a violência e evidencia um ato ruim e irritante. Através disso, reflete uma quebra da cultura da imagem que é um tipo de realismo que emerge aí como um trauma, como um choque, como algo que se manifesta com tanta força que desestabiliza não só as certezas representativas, mas as certezas subjetivas do sujeito. .

A novela gráfica que através de choques de imagens excessivamente violentas, geram uma sensação de realidade produzindo em nós, leitores, a vivência de um excesso semelhante, de certa forma, ao trauma. Freud define o trauma como “uma experiência que traz à mente, num período curto de tempo, um aumento de estímulo grande demais para ser absorvido” (FREUD, 1976, p. 325). Ou seja, o estímulo é tão grande que não conseguimos assimilá-lo.

Enfim, na novela gráfica compreendemos que algumas passagens/cenas, criam em relação ao leitor a sensação incômoda de “conforto” e pavor. Ao representar o real, parte do trauma para causar (ou desenterrar) um trauma. Revela como aquela colônia penal e a sensação de estar em uma prisão podem, de fato, pertencer à mesma categoria de instituições alienantes. O enredo da novela gráfica pretende capturar o leitor desde os murmúrios e gritos do Oficial para com os outros personagens, proferindo frases imperativas e autoritárias até o confronto que se dá entre o silêncio e a apatia do Condenado e a indecisão do Explorador em relação a esse tipo de sentença. Neste contexto, o objeto literário atinge o real quando consegue provocar efeitos sensoriais e afetivos parecidos ou idênticos com aqueles sentidos durante as experiências chocantes da realidade a que o sujeito vivência.

De qualquer forma, Foster reforça a existência na estética contemporânea de uma preocupação com o trauma e, como vemos, com o abjeto. Existem para isso razões internas às artes como a insatisfação com a visão convencional da realidade, mas também existem motivos sociais e culturais: desespero diante de doenças invasivas, pobreza sistemática, crimes, destruição do bem-estar social, quebra do contrato social, falência das figuras de autoridade ou referências simbólicas sólidas. “Por meio das culturas artística, teórica e popular, há uma tendência a redefinir a experiência, individual e histórica, em termos do trauma”. (FOSTER, 2014, p. 186)

REFERÊNCIAS

BURKE, Edmund. **A Philosophical Enquiry into the Origins of the Idea of the Sublime and Beautiful**. Oxford: OUP, 1993.

EAGLETON, Terry. **Marxismo e crítica literária**. Porto: Afrontamento, 1978. Estudos Avançados. São Paulo: IEA – USP, 2004. n.50.

FOSTER, Hal. **O retorno do real**: a vanguarda no final do século XX. Tradução: Célia Euvaldo. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

_____. O Retorno do Real. In: **Revista Concinnitas**. Revista do Instituto de Artes da UERJ, Ano 6, Vol.1, número 8. Rio de Janeiro, 2005.

FREUD, Sigmund. (1917) Fixação em traumas – O inconsciente. In: **Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud V. XVI**. Rio de Janeiro, Imago. 1976.

GARCIA, Cláudia Amorim. & COUTINHO, Luciana Gageiro. 2004, Os novos rumos do individualismo e o desamparo do sujeito contemporâneo. In: **Psychê, Revista de psicanálise**, 9 (13)-125-140.

GINZBURG, Jaime. **Crítica em tempos de violência**. São Paulo: EDUSP, 2010.

HOUAISS, Antonio (Ed.). **Dicionário Eletrônico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. CD-ROM.

KAFKA, Franz. **O veredicto / Na colônia penal**. Tradução: Modesto Carone. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

KELEMAN, Stanley. **Padrões de Distresse**. São Paulo: Summus, 1989.

OLIVEIRA, Janete da Silva. **O corpo como memória**: os filhos de Hiroshima. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Curitiba - PR – 04 a 09/09/2017.

SCHOLLHAMMER, Karl Erik. **Cena do crime**: violência e realismo no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Literatura e trauma: um novo paradigma. In: **O local da diferença**: ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução. São Paulo: Editora 34, 2005.

SILVA, Lilian Maria Araujo. Identidade, Alteridade e abjeção na literatura de terror. In: **Revista Digital Simonsen**. Rio de Janeiro, n.2, Mai. 2015. Disponível em: <www.simonsen.br/revistasimonsen>. Acesso em: 01 dez 2017.

A RELEITURA DO PASSADO EM EL PAÍS DE LA CANELA (2008): UMA RELAÇÃO ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA

Francelina Barreto de Abreu

Orientador: Carlos Henrique Lopes de Almeida

Linha de Pesquisa: Literatura, memória e identidades

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar a importância que o Novo Romance Histórico (doravante NRH) assume no sistema literário latino-americano, destacando como se constitui o elemento memória na matéria histórica aqui representada pelo romance *El país de la canela* (2008) do escritor colombiano William Ospina, a obra faz parte de uma trilogia que conta ainda com *Ursúa* (2005), o primeiro livro publicado, e *La serpiente sin ojos* (2012), o último. Fundamentado nos estudos de Fernando Aínsa, Seymour Menton, Maurice Halbwachs, Paolo Rossi, Anibal Quijano, etc. A pesquisa torna-se relevante, pois, busca refletir sobre a persistência das memórias de dominação, imposição de cultura e exercício do poder estabelecidas no contato entre colonizador e colonizado, assim como se propõe a demonstrar a consolidação de uma literatura latino-americana nova, que tem como elemento principal a desconstrução dos relatos históricos oficiais. Assim, mais uma vez a literatura apresenta-se como ferramenta de protesto que possibilita a reescrita de fatos e personagens históricos inferiorizados que não receberam os méritos por seus atos, como Ursúa protagonista da trilogia, ou ainda, personagens que historicamente tiveram seus relatos relegados dada sua condição de subalternizados no processo de colonização, por exemplo o narrador que se apresenta na condição de mestiço. Deste modo, a pesquisa é necessária, uma vez que, permiti que entendamos as origens de posturas e padrões sociais vigentes na sociedade oriundos de um passado com marcas ainda visíveis na sociedade atual constituídos e fixados ao longo dos séculos. Deste modo, entendemos que a literatura latino-americana contemporânea (o NRH) vem ganhando autonomia a partir do momento em que se liberta dos “padrões europeus” de dominação e se propõe a dar voz a mestiços, negros, latinos, personagens deixados à margem dos relatos históricos apresentando um novo olhar sobre o processo de conquista da América.

Palavras Chaves: Novo Romance Histórico. Memória. História. Releitura.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo analisar como memória e história contribuem para o entendimento da obra *El país de la canela* (2008) como pertencentes ao gênero Novo Romance Histórico considerando as estratégias literárias adotadas por Ospina que nos levam a observar a reescrita da história oficial, ao passo que, se mantém firme a memória de personagens e acontecimentos históricos marcados pelo discurso vigente na América Latina nos romances do escritor colombiano.

A necessidade de dar enfoque ao Novo Romance Histórico Latino-americano, (doravante NRHLA), se apresenta quando romancistas como William Ospina passam a observar as distorções apresentadas pelos relatos históricos oficiais. Melhor dito, a versão histórica apresentada por quem detém o poder sobre o discurso demonstra uma perspectiva particular dos fatos que exclui por exemplo a visão dos oprimidos, dos derrotados e marginalizados, ou ainda, quando os descreve não lhes representa satisfatoriamente.

Nesta perspectiva, o NRHLA surge tendo como foco de suas obras personagens históricos, que ora se destacaram na construção histórica nacional ou continental, ora participaram dos processos de lutas e revoltas por independência e liberdade nos países latino-americanos.

Neste primeiro momento, Seymour Menton (1993), estudioso do tema, se propõe em analisar em seus estudos que este novo gênero visa demonstrar uma nova versão de acontecimentos e fatos conhecidos do processo de colonização americana. Como ferramentas à disposição dos romancistas destacamos as crônicas de viagens, definidas historicamente como documentos oficiais, que apresentam a descrição das terras, de seus habitantes, como também dos conquistadores e seus grandes feitos. Obras históricas assim como seus personagens que serão ficcionalizados de uma forma a contrapor o discurso histórico.

Essa forma adotada pelos cronistas e romancistas do período de conquista e colonização da América de expor suas perspectivas inquietou os escritores latino-americanos do último século: Alejo Carpentier, Márcio Sousa, William Ospina, entre outros, causando o estopim e proporcionando a criação do gênero, por meio da necessidade de desconstruir a visão preconceituosa e ingênua do continente e apresentar uma outra/ uma nova verdade do que de fato aconteceu. Associada ao desejo de construção de uma literatura autêntica, latino-americana que representa sua gente e foge dos padrões europeus.

Segundo Menton (1993), este novo olhar dos escritores com relação aos acontecimentos históricos, possibilita que se mesquem fatos e personagens reais e fictícios. O objetivo destas obras não será de criar uma nova narrativa histórica e/ou do descobrimento, mas, apresentar outra perspectiva das mesmas. “Diferentes momentos do passado serão resgatados, retorcidos, falsificados, e com frequência disputados ou repudiados, tal escrita buscará também os modos mais apropriados para representar os modelos nos quais se implante aquilo que se pretende ficcionalizar.” (AÍNSA, 2011, p. 6)

Com base nessas observações os novos romancistas históricos se apropriam do objeto oferecido pelos documentos históricos para lapidá-los a suas próprias percepções transformando a concepção estabelecida do passado e as organizando, discordando, recordando de forma singular proporcionando ao leitor o contato com novas histórias de um tempo que se acreditava conhecido. É o que buscamos ao analisar *El país de la Canela* (2008), demonstrar por meio das memórias de um narrador mestiço as

lembranças de personagens da história pouco conhecidos ou aos quais se retirou a possibilidade de conhecê-los, uma vez que haviam sido os derrotados da época.

Assim, a memória entendida como recordação desse passado de conquistas e confrontos mantém viva a história dos grupos sociais distintos que entraram em contato no momento de chegada dos espanhóis na América, ela será o elemento principal que utilizaremos como ferramenta para demonstrar como o Novo Romance Histórico Latino Americano permite essa reescrita da história e se faz presente na trilogia de William Ospina.

• UM CAMINHAR ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA

A relação entre história e memória vem sendo constantemente estudada ao longo do tempo. Isso se dá considerando a necessidade que interliga as duas temáticas. Uma memória que se mantém viva por meio da história ou ainda uma história imortalizada pela memória de um passado gritante e vivo que segue refletindo no presente.

Na verdade, o primeiro questionamento surge em se definir o que seria a história? Qual seu objeto? Qual seu propósito? Partimos do pressuposto de a história pode ser manuseada por distintas perspectivas, se observarmos o historiador clássico será visível que a conduta adotada pelo cientista será a de manter em seus relatos sobre determinado acontecimento a maior proximidade com a realidade, no entanto, essa postura não o isenta de expor em seus escritos as concepções pré-estabelecidas que seu grupo social compartilha, o relato apresentará dada subjetividade. Postura que se aproxima da conduta do romancista ao manusear o objeto histórico, este se apropriará da verdade objetiva e ao mesmo tempo demonstrará todas as outras possíveis verdades e possibilidades, tem em sua imaginação a possibilidade de recriar a história e isso lhe permite também transformar um final já conhecido em algo novo, a ficcionalização lhe possibilita contar não apenas o que aconteceu, mas também o que poderia ter acontecido.

Jaques Le Goff (2013) em seu livro *História e memória* nos ajuda a compreender os vários caminhos que a história nos permite trilhar. Neste sentido “A história seria não só a projeção que o homem faz do presente no passado, mas a projeção da parte mais imaginária do seu presente, a projeção no passado do futuro que ele escolheu, uma história ficção, uma história desejo às avessas. ” (LE GOFF, 2013, pág. 32) A princípio a proposição de Le Goff parece um tanto confusa e ao mesmo tempo bastante pertinente se considerarmos El país de la Canela como exemplo conseguimos compreender melhor, explico: temos o hábito de procurar nas memórias do passado semelhanças com o cotidiano algo que os assemelhe e ao mesmo tempo permita que acontecimentos passados de alguma forma se aproximem de algo vivido ou até mesmo lembrado pelo grupo social ao qual estamos inseridos, desse modo buscamos nas memórias do passado o que imaginamos que poderia acontecer no futuro.

É nesta perspectiva que abordaremos as obras de William Ospina. O autor em sua trilogia utiliza estas ferramentas como uma tentativa de projetar no passado o que se procura como resposta adequada a um presente insatisfeito, ou ainda, como se imagina o presente ou se projeta o futuro. A literatura por meio da ficcionalização lança mão das estratégias oferecidas pela memória de um passado histórico presente, ousa em recriar, reescrever e trazer à tona verdades historicamente ocultadas pelo discurso oficial.

Esse é o papel do romancista histórico, aqui representado por William Ospina, ele busca retomar, contrapor e apresentar em suas narrativas envoltas de poeticidade uma história que convença e contribua para a amplitude de conhecimentos que se tem estabelecido acerca do tema da conquista da América.

Ainda nesta linha de raciocínio Fleck (2005) apresenta um olhar esclarecedor sobre a relação entre história e literatura ao apresentar o papel do historiador e do romancista no momento de construção dos seus discursos deixando evidente a aproximação entre aquela e a ficção.

Há grande semelhança entre a tarefa do historiador e do romancista histórico na recuperação dos fatos e personagens do passado, uma vez que a matéria que utilizam – embora de maneiras diferenciadas –, são os feitos que aí se produziram e que geraram conseqüências que se estendem até nossos dias. Suas investigações podem levá-los a visões diferentes, mas ambos procuram refletir sobre a natureza do homem, sobre o passado que o conduziu ao nosso presente. Por mais distintas que sejam as suas interpretações, os dois acabam produzindo a narração de uma história, uma reconstrução do passado que não está alicerçada somente nas fontes históricas, mas também no modo subjetivo de selecionar e ordenar as informações adotadas tanto pelo historiador como pelo romancista. (FLECK, 2005, p. 225-226)

Essa aproximação da tarefa do historiador com o romancista feita pelo pesquisador se dá devido as suas investigações a respeito da constituição do NRHLA, esse gênero contemporâneo e pouco estudado, como já mencionado anteriormente, trata de obras literárias escritas tendo como cenário períodos históricos presentes nos relatos oficiais que de alguma forma inquietam o romancista pelas “verdades” que apresentam, este se utilizando de todas as estratégias literárias recria este passado de forma a torna-lo familiar.

Ospina lança seu olhar observador sobre as marcas deixadas pela memória histórica dos historiadores e cronistas para traçar a construção da narrativa de Ursúa, e a forma escolhida para demonstrar as memórias do passado foi a escolha do narrador mestiço, o jogo entre realidade e ficção ganha vida nas obras diante da perspectiva desse personagem sobre a América. Para concluir a relação estabelecia por Fleck o contraponto entre a tarefa do romancista e do historiador fica mais evidente ao considerarmos que:

O historiador age com rigor científico: parte do fato, dos documentos e registros que nos são apresentados através da leitura daquilo que já existia, ou seja, ele constrói sua narrativa histórica sob a forma de “versão”. Embora esta possa ser cientificamente comprovada, ela é uma “representação do real”, ou seja, a reconfiguração histórica do passado, é, em última instância, a

interpretação daquilo que o historiador entende que tenha ocorrido. O romancista, ainda que utilize as mesmas fontes que o historiador, reproduz este passado com liberdade e imaginação, pelo emprego da subjetividade, tanto a sua quanto a dos personagens que recria, não tendo que ocultar tal procedimento, pois seu discurso acena para aquilo que, nestas circunstâncias e diante de evidências expostas nas fontes, poderia ter ocorrido. (FLECK, 2005, p. 226)

Com base nessas observações, tanto a história como ficção utilizam-se das técnicas discursivas para manusear de forma específica os temas a que se propõem discutir. Na Literatura percebemos uma tentativa de relacionar a fonte exterior ao texto como uma estratégia para dar credibilidade aos romances ou como técnica que permite questionar e contrapor o relato oficial. Em *El país de la Canela* (2008) o narrador realiza esse trânsito, melhor dito, busca as memórias de um passado histórico, as suas memórias, as quais transmite ao leitor de forma ficcionalizada por meio do romance.

A aproximação do ofício do historiador com o do romancista, apesar de suas particularidades, se dá pelo objeto que ambos compartilham, o fato histórico. Essa proximidade, onde o romancista invade o campo do historiador para reformular seu *corpus* é justamente a característica principal do NRHLA, no romance do colombiano o narrador mestiço busca na sua que também é a história do continente as memórias que ficaram marcadas pelo contato, confronto e estranhamento causado pelo contato de grupos culturais distintos.

Ao apresentarmos as narrativas produzidas na América Latina constantemente retratadas por uma visão europeizada, a literatura adquire maior relevância ao servir de porta-voz de um continente a muito explorado, insatisfeito diante da visão estereotipada criada ao longo da história, ao passo em que, se reinventa na busca da construção de sua própria identidade. As memórias de um narrador mestiço abrem margem para fazermos referência, ainda que brevemente, sobre o aspecto indenitário ao qual estavam classificados os participantes da expedição de *El país de la Canela* (2008) de acordo com a cor se sua pele.

Porque los españoles vinieron, descubrieron y conquistaron los territorios americanos, sojuzgaron y oprimieron a los pueblos indígenas y luego contaron su versión de los hechos en las crónicas y las historias generales. Y no olvidemos que al llegar a América se encontraron con pueblos cuya lengua desconocían, menos aún conocían su cultura, historia, religión y costumbres. Y resolvieron fácilmente el problema, determinando que esos pueblos eran bárbaros, lo mismo que todos los habitantes de África que traían a América para ser esclavos eran simplemente negros. (SOLDATIC, 2012, p.118)

No fragmento supracitado, o autor demonstra como se deu o processo de imposição da cultura europeia sobre os povos americanos e africanos trazidos a América, o relato traz outra vez a versão dos acontecimentos registrados nas crônicas oficiais e na história geral do continente, o termo “bárbaro” esclarece a concepção acerca dos americanos e justifica os atos violentos a que foram submetidos dada a sua inferioridade marcada na cor da pele.

Apresentada uma visão geral sobre história e sua relação com a memória na América Latina partimos para algumas concepções sobre memória individual e coletiva, assim como suas aplicações na narrativa do escritor colombiano. Neste sentido, a memória em Ospina é apresentada ao leitor por meio do narrador personagem detentor dos relatos históricos na qual está inserida sua própria trajetória.

Ele inicia *El país de la canela* (2008) da seguinte forma “La primera ciudad que recuerdo vino a mí por los mares en un barco. Era esa la descripción que nos hizo mi padre en su carta de la capital del imperio inca” (OSPINA, 2006, p.6) Com essas palavras o já experiente viajante começa a descrever suas recordações de vida tidas como o ponto central do segundo romance. Nesta obra Ursúa assume a postura de interlocutor enquanto o narrador tenta convencê-lo que a expedição a qual estavam prestes a realizar poderia ter o mesmo final frustrado que a aventura ao país da Canela.

A relação entre memória individual e memória coletiva se dá no *País da Canela* ao observarmos as lembranças deste narrador que perpassa toda sua infância, juventude, idade adulta. São recordações de um passado histórico associadas a memória coletiva expressa pela relação de acontecimentos expostos que se apresenta como possibilidade de atualização, terminando por provocar no leitor a possibilidade de recordar o que foi historicamente esquecido, recria situações por meio da inferência dos fatos e por que não imagina as múltiplas possibilidades de se reconstruir o passado.

[...] para evocar su propio pasado, un hombre necesita recurrir a los recuerdos de los demás. Se remite a puntos de referencia que existen fuera de él, fijados por la sociedad. Es más, el funcionamiento de la memoria individual no es posible sin estos instrumentos que son las palabras e ideas, que no ha inventado el individuo, sino que le vienen dadas por su entorno. (HALBWACHS, 2004, p.53)

Neste sentido, as memórias de nosso narrador tidas como individuais são apresentadas no romance por meio das lembranças do grupo social (memória coletiva) ao qual está inserido, e aqui tratamos do contato entre espanhóis e indígenas, para apresentar suas perspectivas dos acontecimentos, ou seja, não há como isolar a memória individual ainda que ela pertença a cada indivíduo sempre reproduzirá também as memórias do grupo em que está imerso socialmente.

Pero nuestros recuerdos siguen siendo colectivos, y son los demás quienes nos los recuerdan, a pesar de que se trata de hechos en los que hemos estado implicados nosotros solos, y objetos que hemos visto nosotros solos. Esto se debe a que en realidad nunca estamos solos. No hace falta que haya otros hombres que se distingan materialmente de nosotros, ya que llevamos siempre con nosotros y en nosotros una determinada cantidad de personas que no se confunden. (HALBWACHS, 2004, p.25)

Nesse sentido, compreende-se que mesmo inconscientemente carregamos conosco as memórias do grupo social ao qual estamos inseridos e o mesmo se dá ao tratarmos de situações onde estejamos sozinhos. As lembranças nos romances de Ospina apresentam o passado por meio dos acontecimentos que o personagem consegue recordar associadas as recordações das histórias de outros conquistadores o que permite

a reconstrução da história “a memória sigue siendo la capacidad de recorrer y remontar el tiempo, sin que nada en principio pueda impedir que continúe, sin solución de continuidad ese movimiento” (RICOEUR, 1999, p. 16)

A memória está a todo momento se reinventando, se disseminando na coletividade e cada indivíduo é livre para apresentar aquilo que acredita de fator haver acontecido tanto por suas recordações como pelas da coletividade onde está inserido, o que se destaca nesta análise é a possibilidade de por meio das lembranças do grupo reescrever a história geral, contrapondo com as recordações dos esquecidos historicamente. Diante do exposto, seguiremos no próximo tópico tratando da memória, no entanto, buscando demonstrar a importância desta como ferramenta do NRHLA.

O NOVO ROMANCE HISTÓRICO LATINO AMERICANO E A MEMÓRIA DO PASSADO HISTÓRICO EM OSPINA

Neste artigo se busca comprovar que a narrativa de Ospina sobre as aventuras de Ursúa podem ser caracterizadas como NRHLA, deixando evidente a complexidade desta tarefa. Para iniciar a aproximação das obras com o gênero vejamos como Menton define esta vertente no seguinte fragmento: “Hay que reservar la categoria de la nueva novela histórica para aquellas novelas cuya acción se ubica total o por lo menos predominantemente en el pasado, es decir, no experimentado por el autor. (MENTON, 1993, p.32) William Ospina Buitrago se enquadra nesta primeira definição do Novo Romance Histórico Latino Americano, o autor colombiano contemporâneo, buscou a figura pouco conhecida do espanhol Pedro de Ursúa, “que havia ganhado quatro guerras” (OSPINA, 2012, p.69) no período de conquista da América para transformá-lo em protagonista de seus romances.

Nas narrativas denominadas de NRHLA o que se torna evidente: “*Es la recreación de la vida y los tiempos de un personaje histórico lejano*” (MENTON: 1993, p.34). Para Aínsa (1991, p. 84), consiste em “*la reescritura irónica y paródica, cuando no irreverente de la historia conocida*”, de modo que a história e a literatura possam se reaproximar uma completando a outra. Assim, uma das marcas mais evidentes desta vertente está na releitura da história feita pela ficção literária “en que la literatura es capaz de plantear con franqueza y sentido crítico lo que no puede o quiere hacer la historia [...] dando voz a lo que la historia ha negado, silenciado o perseguido”. (AÍNSA, 1991, p. 83)

Nestas narrativas, torna-se frequente a abordagem de períodos históricos resgatados e expostos ora de forma retorcida, ora falsificada e frequentemente por meio da ficcionalização de personagens que remodelam as concepções pré-estabelecidas pela história tornando os romances atrativos e esclarecedores. Das características apresentadas por Seymour Menton destacamos as seguintes que permitem uma aproximação tanto de Ursúa quanto de Pizarro são elas: distorção consciente da história, a ficcionalização de personagens históricos, a metaficção e a intertextualidade.

A distorção consciente da história em Ospina inicia com a apresentação de um narrador descrito ao longo da narrativa como mestiço, que não tem seu nome revelado em nenhum dos três romances da trilogia, e é quem nos apresenta as aventuras de Ursúa, no primeiro livro de mesmo nome e no terceiro *La serpiente si ojos* (2012) e suas próprias aventuras e frustrações no segundo romance *El país de la canela* (2008).

O testemunho de destaque nas obras de Ospina está na figura do narrador que se apresenta como vivente e sobrevivente das aventuras fascinantes descritas nas obras. Testemunhou o descobrimento do Rio Amazonas na expedição conduzida por Francisco Orellana, em seu propósito de auxiliar a Gonzalo Pizarro, participou da busca por *El dorado* com Ursúa e nos apresenta uma teia de memórias históricas que interligam as personagens, seus conflitos, confrontos e alianças na América tida como receptáculo de sonhos e utopias.

A forma como Ospina dá voz a um narrador na condição de mestiço é uma contravenção aos moldes clássicos das narrativas. Frequentemente, encontramos narradores que apresentam a visão do dominador sobre seus dominados, com a imposição de culturas e hábitos sociais que lhe são particulares. Assim como, é possível encontrarmos uma versão indianizada representando o discurso sacralizado do oprimido e explorado.

Em *El país da la Canela*, em contrapartida, temos um narrador que se encontra à margem, está no entre lugar, termo utilizado por Homi Bhabha (2001) para se referir aquele que não se enquadra em nenhuma das duas características, não é espanhol e tão pouco se configura na imagem do indígena, está em constante crise indenitária, mas detém o poder do discurso. Conhecemos as aventuras de Ursúa por meio de suas memórias.

Ospina semelhante a Frei Gaspar de Carvajal e outros cronistas da América utiliza a estratégia de buscar autores imortalizados pelos clássicos como uma forma de comprovar seus escritos. Quando apresenta seu narrador o descreve como discípulo de Gonzalo Fernández de Oviedo para dar credibilidade a sua história. O que se comprova na seguinte citação: “y desde los once años fui recibido como aprendiz en la fortaleza de la isla, donde por recomendación de mi padre orientó mis estudios el hombre más importante que había en la española” (OSPINA, 2008, p.22)

A próxima característica do NRHLA presente nas obras é a metaficção indiretamente subentendida evidencia que a obra nada mais é que uma produção literária apesar de estar ancorada na memória histórica. Segundo Moya (2008, p. 48), “la metaficción rompe la ilusión de verdad creada por el relato, recordando al lector que el universo en el que se hallaba absorto es sólo una sutil urdimbre lingüística, producto de las decisiones técnicas y la enunciación artificiosa de un escritor”. Ao passo que, Hutcheon (1991) afirma que a metaficção tem por característica apropriar-se de personagens e acontecimentos históricos sob a ordem da problematização dos fatos concebidos como “verdadeiros”. Ou seja, não existe uma única verdade dos fatos, mas, múltiplas “verdades” de um acontecimento histórico.

Deste modo, a maioria dos personagens descritos na trilogia de Ospina são históricos, destes destacamos os que acreditamos mais pertinentes para esta investigação, como por exemplo: Pedro de Ursúa, os irmãos Pizarro: Gonzalo, Francisco, Fernando e Juan, Francisco de Orelhana, Vasco Nunez Balboa, Gonzalo Fernandez de Oviedo, Inez de Atienza e o índio Atahualpa. Somados a uma serie de personagens fictícios como o próprio narrador e sua mãe índia.

No fragmento seguinte, recortamos a apresentação dos irmão Pizarro em *El Pais da Canela*: “Gonzalo Pizarro era el tercero de una familia de grandes ambiciosos. Buitres y halcones a la vez, sus hermanos Francisco, Hernando y Juan, con una avanzada de Hombres tan rudos como ellos, se habían bastado para destruir un imperio” (OSPINA, 2008, p. 89)

Para discutir a intertextualidade observada nas obras utilizaremos os conceitos de Linda Hutcheon (1991). Nesta perspectiva, o texto traz para dentro de si referências a textos históricos ou literários produzidos em momentos anteriores ao da produção parodiando e incorporando ao discurso ficcional produções que contribuem de alguma forma na construção da história. Ou ainda: “una relación de copresencia entre dos o más textos, es decir, eidética y frecuentemente, como la presencia efectiva de un texto en otro. (GENETTE, 1989, p.10)

Nos romances Ospinianos existem direta e indiretamente menção a crônicas de viagens, a própria biografia de Ursúa e outros personagens históricos supracitados, a livros de história, o que fazem com que o leitor em certos momentos do romance se questione estar se tratando exclusivamente de relatos históricos. É possível ainda fazer uma alusão a polifonia (Bakhtin) expressa pelas múltiplas vozes que ecoam do texto. Um romance que tem como uma das temáticas principais as conquistas de Ursúa, mas que, no entanto, evoca outras histórias de conquistadores que fazem parte da teia que desencadeia no trágico final do herói.

CONCLUSÃO

A proposta de trabalhar na perspectiva do Novo Romance Histórico Latino Americano direcionadas a reelaboração da história, permite esse jogo revisionista da memória histórica possibilitando que figuras deixadas a margem nos relatos oficiais sejam enaltecidas. Melhor dito, recebem a voz que a história como narrativa de quem detém o poder suprimiu ao longo dos séculos.

Para que as obras analisadas a memória de um narrador à margem e imerso no processo nos apresenta a esse mundo a muito estudado que se revela como fonte inesgotável de conhecimentos. Conclui-se, portanto, que não existe uma, más múltiplas verdades que contribuem para a constituição da ideia de América que necessitam ainda ser estudadas e conhecidas.

A derrota constitui apenas um dos detalhes que compõem a trajetória dos heróis e não deve ser observada como foco principal, a grandeza dos relatos, das descrições superam qualquer negatividade dos temas. Portanto, o Novo Romance

Histórico Latino Americano se firma como gênero tão relevante quanto qualquer outra vertente literária, pois, tem a sublime tarefa de dar voz ao que a história insiste em ocultar e esquecer.

REFERÊNCIAS

- AÍNSA, Fernando. *Reescribir el pasado*. Venezuela: Editorial Cerlag. 2003.
- BHABHA, Homi. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
- FLECK, G. Francisco. *Imagens metaficcionais de Cristóvão Colombo: uma poética da hipertextualidade*. Assis/SP: FCL de Assis, 2005. (Dissertação de mestrado)
- GENETTE, Gérard. *Figuras III*. Barcelona, Lumen, 1989.
- HALBWACHS, Maurice. *La memoria colectiva*. Trad. Inés Sancho- Arroyo. — Zaragoza : Prensas Universitarias de Zaragoza. p.192. 2004.
- HUTCHEON, Linda. *Poética do Pós-Modernismo*. Trad. Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão. 7ª ed. São Paulo: Editora Unicamp. 2013.
- MENTON, Seymour. *La nueva novela histórica de la América Latina, 1979-1992*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- MOYA, R. Domingo. *La metaficción: um sumario*. In: Revista Anthropos. N. 208. Barcelona. p. 42-49. 2005.
- OSPINA, William. *El país de la canela*. Bogotá, Colombia: grupo editorial norma. 2008.
- _____. *Ursúa*. Bogotá, Colombia: Alfaguara. 2005
- _____. *La serpiente sin ojos*. Barcelona, Mondadori, 2013.
- PRESTES, Anita Leocadia. *O historiador perante a história oficial*. Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Londrina, v. 1, n. 2, p. 91-96; jan. 2010
- RICOUER, Paul. *La lectura del tiempo pasado*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid. 1999.
- SOLDATIC, Dalibor. (Universidad de Belgrado, Facultad de Filología, Serbia). *Novela hispanoamericana e Historia. Colindancias (Timisoara)*, n. 3 p. 117-121, 2012. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5249304.pdf>. Acesso em: 08 de junho de 2016.

A APRENDIZAGEM POÉTICA NOS ROMANCES DE CLARICE LISPECTOR

Harley Farias Dolzane

Orientador: Antônio Máximo Ferraz

Linha de pesquisa: Interpretação, Circulação e Recepção

Resumo: “A mais premente necessidade de um ser humano era tornar-se um ser humano”. A constatação que se encontra em *Uma aprendizagem ou livro dos prazeres* (1969) já nos lança na questão que norteia este diálogo com a obra de Clarice Lispector: a necessidade de “tornar-se um ser humano”. É possível interpretar essa necessidade de chegar a ser o que se é como procura que movimenta toda obra da escritora. No procurar dá-se a tensão e a tessitura de um diálogo original que os romances de Clarice estabelece com as raízes do pensamento ocidental. A partir desse diálogo projeta-se o presente trabalho que pretende interpretar cada um dos romances de Clarice Lispector como manifestação da Aprendizagem Poética, quer dizer, como um trajeto possível de que dispõe o leitor para a compreensão de si na questão de ser. Articula-se uma ontologia que se põe a procura do sentido do ser como movimento criativo possibilitador de aberturas para outras possibilidades de realizações. Além disso, no ensaio de uma trama hermenêutica que perpassa cada um dos romances da autora, propicia-se a percepção da maneira pela qual tal dinâmica se destina a cada ser humano como convite para a própria realização na auto-procura em meio a linguagem.

Palavras-chave: Aprendizagem Poética. Clarice Lispector. Hermenêutica.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto da tese em desenvolvimento no programa de pós-graduação em Letras da Ufpa. Nela pretende-se interpretar os romances de Clarice Lispector a partir de um recorte que constitui um fio condutor, não propriamente linear, mas, diríamos, uma espiral que perpassa a obra da escritora como um todo: refiro-me ao que tenho chamado de Aprendizagem Poética a partir das leituras e estudos partilhados entre os membros do Núcleo Interdisciplinar Kairós – Estudos de Filosofia e Poética, componente da Rede Poética, grupo que congrega núcleos de pesquisa que se debruçam a investigar as questões convocadas pelo pensamento da arte.

Na pesquisa, pensamos a aprendizagem poética não pelo instrumental epistemológico científico que a pedagogia manipula, mas, em diálogo com esse instrumental, seguimos a trilha do que a própria Clarice Lispector – pensadora das questões – aponta, ao escrever em *Uma aprendizagem ou Livro dos prazeres*: “a mais premente necessidade de um ser humano era tornar-se um ser humano” (LISPECTOR, 1998b, p 32). Tornar-se, quer dizer, aprender a ser aquilo que, desde sempre, já somos.

Esta, certamente, é a mais longa de todas as jornadas e não há como supor que o espaço limitado de um artigo dê conta de, ao menos, colocarmos apropriadamente as questões que constituem já toda uma caminhada. A caminhada não se esgotará em nenhum espaço e em nenhum tempo, pois não se trata de um percurso no espaço ou no tempo, mas sim na e pela linguagem que é o próprio espaço e o próprio tempo repostos como questão em todo ser humano. Trata-se de “um trabalho que jamais acabaria” (LISPECTOR, 1976, p. 52) como o era para Virgínia, protagonista de *O lustre*, fazendo suas figurinhas de barro. Para usar um termo grego, trata-se de uma *paideia*, uma formação do humano em várias dimensões de seu existir. O que os textos de Clarice suscitam é também uma *paideia*, porém, bem diferente daquela proposta e imposta pela metafísica instrumentalizada, pela racionalidade lógica e materializada pelo sistema educacional de nossa época. Nenhuma disciplina, nenhum campo de nenhuma ciência deu ou dará conta de cobrir/cumprir essa jornada. Quando a ciência chega a sonhar com essa possibilidade, ela se aproxima perigosamente de deixar de ser o que é, ciência. A linguagem extrapola a razão e, sem negá-la, torna-se arte.

Portanto, aqui, pretende-se uma interpretação panorâmica dos romances de Clarice Lispector, na esperança de vislumbrar a obra da escritora como a própria jornada da e na linguagem para chegar a ser Linguagem se dando ao humano como convite para ser humano, na medida em que se compreende pelo pensar. O operar de cada obra é interpretado como manifestação dessa compreensão que se apreende, a Aprendizagem Poética. Esta, no vigor da obra, doa-se ao humano (leitor) na compreensão do real e de si próprio na e pela questão de ser. Trata-se de uma ontologia não essencialista em que o procurar ser vai sendo a própria abertura de/para possibilidades de realização no caminhar – auto-procura em meio a linguagem (em seu sentido originário de *logos*) – que é o próprio viver em meio ao real (também considerado no sentido originário de *phýsis*). O convite para ser humano é o apelo do real para que nos realizemos como questão sempre viva diante da inexorável finitude: vida no viver.

A aceitação desse convite/apelo é o desafio que a obra de Clarice Lispector coloca aos seus leitores: pensar o que se é, ser o que se pensa. Então, cabe interrogar pela concretude da *paidéia* poética desse percurso que a obra de Clarice Lispector manifesta., contraposta uma *paideia* metafísica preocupada mais com a funcionalização dos processos do que com a felicidade humana.

A hipótese é a de que essa questão, o apreender-se humano, ilumina originariamente, não apenas *Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres* (1969), mas, sim, o conjunto de seus nove romances. Nesse sentido, cada um é, também, “uma” aprendizagem. Melhor dizendo: são faces da aprendizagem poética, na medida em que revelam ficcionalmente dimensões diferentes de uma mesma questão: o “tornar-se” enquanto compreensão do humano do homem.

A vasta fortuna crítica sobre a obra de Clarice Lispector já indica um profundo diálogo que seus romances travam entre si. Estudos como os de Benedito Nunes (1966; 1995) e Olga Sá (1993) evidenciam que os textos da escritora se entrelaçam de tal forma

que tendem a um todo único, tornando possível o trabalho de pesquisa integrado aqui proposto.

Entenda-se, porém, ainda um ponto para finalizar esta introdução: a unicidade da obra, longe de restringir ou limitar os desdobramentos interpretativos, acaba por intensificá-los. Neste sentido, o *mesmo* a partir do qual pensamos não se confunde com a igualdade, uma vez que, entendemos, na igualdade a diversidade se neutraliza, no *mesmo* ela se manifesta como questão que apela a construção de sentido.

ENTRE O PRÓPRIO E O IMPRÓPRIO: UM INTERVALO VAZIO

A noite densa e escura foi cortada ao meio, separada em dois blocos negros de sono. Onde estava? Entre os dois pedaços, vendo-os – o que já dormira e o que ainda iria dormir –, isolada no sem-tempo e no sem-espço, num intervalo vazio.

Clarice Lispector – *Perto do Coração selvagem*

Em *perto do coração selvagem* (1943), primeiro romance de Clarice Lispector, narra-se a vida de Joana por acontecimentos de sua infância, de sua adolescência e vida adulta fundidos numa temporalidade não linear que explicita a perspectiva sempre móvel do existir. Joana encarna essa mobilidade que é o nascer incessante do real realizando-se, revelando-se em cada coisa, doando-se aos sentidos como questão que quer a construção de sentido. Joana parece estar sempre em busca de tal revelação. Inquieta, questiona-se a cada instante sem nunca encontrar respostas, entrega-se àquilo que não compreende, sem receio de romper com tudo o que aprendeu e inaugurar-se numa nova vida. A narrativa que é, em certo sentido, a manifestação dessa mobilidade, ao mesmo tempo, propõe a compreensão de um estabelecer-se avesso à natureza de Joana. Sua angústia se revela não pela incerteza voraz do real em devir, mas pelo necessário estado de coisas em meio ao qual esse devir manifesta-se. A cada capítulo do romance, Joana é reconstruída a partir de um intervalo que é sua morada: a linguagem como um entre-lugar que se realiza sempre na proximidade da coisa em sua totalidade (*physis*), nunca da coisa-em-si (ser da *physis*). Por mais que tentasse, nunca sequer surpreenderia “o símbolo das coisas nas próprias coisas” (LISPECTOR, 1998a, p. 46).

Acerca de sua posição, em meio a teia de relações que os personagens estabelecem, ou seja, de seu lugar enquanto ente no mundo, Joana instintivamente experimenta a linguagem como limite de saber e não saber: “Nunca penetrei no meu coração. Alguma coisa estava dita” (LISPECTOR, 1998a, p. 151). Esta experiência de habitar esse entre-lugar, esse intervalo na mobilidade que ela personifica, é condição de possibilidade para o próprio fluxo, para toda e qualquer mobilidade, para “a longa gestação da infância e de sua dolorosa imaturidade” (LISPECTOR, 1998a, p. 201) da qual nascerá o ser que ela, já sendo, virá a ser: no “dia em que todo o meu movimento será criação” (LISPECTOR, 1998a, p. 201).

Em *O lustre* (1946), a narrativa do que se supunha uma realidade interior e a descrição das sensações subjetivas de Virgínia, expressas em fluxos de consciências longos, lentos e nostálgicos finda no atropelamento “sem nenhuma sensação” da

protagonista por um automóvel, vindo como “a irrealidade se aproximando em cores iridescentes, em velocidade alta, leve, penetrante” (LISPECTOR, 1976, p. 321).

No romance seguinte, *A cidade sitiada* (1949), as descrições do ambiente físico e do meio social retiram dos personagens toda e qualquer dimensão interior através de uma narrativa que se pretende representação objetiva da realidade. O foco desloca-se de um subjetivismo individual para um eu objectualizado e coletivo, mas a narrativa clariceana não chega a assumir nenhuma das duas margens. Antes reafirma uma terceira, um entre caminho que vai sendo a própria encenação do real realizando-se como questão e convite para que o leitor se coloque a si próprio em questão. Entre o atropelamento da realidade interior e o desmoronamento da realidade objetivada resta a questão querendo realizar plenamente o que não puderam nem Virgínia, nem Lucrecia, em suas figurações da impropriedade de ser a partir da interpretação conceitual do real. O movimento inexorável do aprender, percebido no primeiro romance como afastamento do ser que possibilita a experiência de seu sentido, nestes dois últimos, tomam a feição de uma fuga que veda qualquer plenitude de ser.

Na passagem de um romance para o outro, o trânsito entre possibilidades diferentes de extravios de si parece ser algo relevante quando consideramos *O lustre* e *Cidade sitiada*. O foco desloca-se de um subjetivismo individual para um eu objectualizado e coletivo, mas a narrativa clariceana não chega a assumir nenhuma das duas margens. Antes reafirma uma terceira, um entre caminho que vai sendo a própria encenação do real realizando-se como questão e convite para que o leitor se coloque a si próprio em questão.

Neste sentido, como se fossem o negativo de uma mesma fotografia, o segundo e o terceiro romance de Clarice Lispector lançam o leitor na experiência de contemplação do “momento grande, parado, sem nada dentro” em que “Nada veio. Branco” (LISPECTOR, 1998a, p. 13) descrito na primeira cena de *Perto do coração selvagem*. Tem-se a impressão de que a fuga das duas últimas protagonistas nos posiciona naquele intervalo vazio a partir do qual Joana é narrada e, com isso, revela-se um caminho para a própria narrativa de si. Abre-se uma outra trajetória no aberto projetado pela viagem de Joana no último capítulo do primeiro romance. Pelo impróprio de ser, o leitor pode atentar para a paisagem branca e irrepresentável do nada que é o não ser, quer dizer, a fonte de toda a possibilidade de ser propriamente o que se é.

A APRENDIZAGEM NO DIZER NADA

Mas há alguma coisa que é preciso ser dita, é preciso ser dita
Clarice Lispector – *A paixão segundo G.H.*

Também em fuga, Martim, protagonista de *A maçã no escuro* (1961), parece encenar uma outra possibilidade de apropriação da realidade. Supondo ter matado sua esposa, ele se evade para uma fazenda no *meio do nada* onde vivem a proprietária Vitória, sua prima viúva, Ermelinda e a cozinheira. Lá, Martim entra em contato com a natureza e, a partir desse contato – mas, sobretudo, a partir da tentativa de entrar em

contato com a natureza do outro figurado nas três mulheres com quem ele se envolve –, abre-se a perspectiva de auto-procura, ou seja, de buscar tornar-se quem se é no aprofundamento do que há de mais secreto nas coisas. O escuro da maçã é metáfora da própria fonte do conhecimento. Além disso, a questão da aprendizagem, enquanto destino que convoca para realização do humano do homem, se manifesta explicitamente já desde os títulos das três partes em que se estrutura a obra: “Como se faz um homem”, “Nascimento do herói” e “A maçã no escuro”. O que o romance provoca é, justamente, a compreensão dos limites de ser no espaço dialógico em que já habitamos: no diálogo, as dicotomias conceituais se perdem ante a constante reconstrução de sentidos cada vez mais acolhedores da ambiguidade do real.

A fuga, ao mesmo tempo, é trajetória heroica conduzindo do claro ao escuro na tessitura de um entre-lugar onde aquilo que normalmente se entende por “objeto narrado” e “sujeito da narração” esgarça-se. O mesmo ocorre com outras categorias conceituais como o sagrado e o profano, completude e finitude, o bem e o mal, o perder-se e o achar-se: posições que constantemente surgem e são desconstruídas, num jogo em que linguagem e silêncio habitam na mútua pertença ao *logos*. No vigor dessa pertença genuína, o encontro de alteridades fundamentais – masculino e feminino, por exemplo – é capaz de originar ficcionalmente o mundo: “o mundo era masculino e feminino” (LISPECTOR, 1992, p. 103), não se reduzindo à pessoalidade subjetiva (individual ou social) da moderna noção dos gêneros.

Mas, na gênese do mundo, no *genos* que se doa como procura na história de todo o gênero, há o crime, quer dizer, há o ponto crítico da cisão dos diferentes e que é o impulso decisivo no enredo protagonizado por Martim. O crime que pensa ter cometido conduz a aprendizagem, encaminha todos os questionamentos do protagonista. Trata-se do rasgo *patho-lógico* fundamental *do ente* a partir do não ser perfeito, quer dizer, do não sermos totalmente feitos, prontos e acabados, não carecendo de nada. Martim, pelo contrário, precisou ir ao nada da natureza, ao “descampado de um homem” (LISPECTOR, 1992, p. 24) para poder aprender. Trata-se de uma abertura para a assumpção da própria dor de ser, de sorte que, a maneira de assumir ou não essa condição ontológica é algo que dimensiona a grandeza do ser humano e constitui todo o drama do viver sempre destinado na e pela linguagem.

A ação (o drama) da linguagem em sua circularidade faz com que, ao final, Martim seja alcançado pelo que, em fuga, ele procurara e que, desde sempre, nos procura a todos em nossa humanidade: o *logos*. Porém, o encontro se dá não por uma dimensão de plenitude ontológica. Antes, é por uma perspectiva da linguagem demasiadamente humana que quatro homens da lei capturam o protagonista para aplicar a lei dos homens: “ele quisera estar livre para ir de encontro ao que existia. [...] Por mais liberdade que tivesse, ele só poderia criar o que já existia. A grande prisão.” A grande prisão que o impedia de criar o que não existia, quer dizer, de realizar as possibilidades de ser, é aquilo que ressoará espantosamente na alma de Lori, em *Uma aprendizagem ou livro dos prazeres*, como “o mundo com sua impessoalidade soberba” (LISPECTOR, 1998b, p. 73) e que Martim reconhece como intimamente ligada à linguagem apenas

enquanto representação e imitação da realidade, pois “já existem formulas perfeitas para tudo o que se queira dizer.” (LISPECTOR, 1992, p. 311)

Na tragicidade do desfecho de Martim, revela-se a necessidade de se resgatar uma noção originária da *mimesis*. A procura por aprender lança-o para fora da noção de culpa, no reconhecer-se “como carga preciosa e podre [...] uma carga a jogar no mar” (LISPECTOR, 1992, p. 321) entregue à lei, na imensidão do *logos*. E isso se configura numa esperança de, quem sabe, vir a ser, figurada na fome que sente em manter-se no equilíbrio dinâmico do aprender-se em meio a instabilidade das coisas: “eu só tenho fome. E esse modo instável de pegar no escuro uma maçã – sem que ela caia.” (LISPECTOR, 1992, p. 321).

Em *A paixão segundo G.H.* (1964), a prisão e a necessidade do (des)equilíbrio são evocados no estado inicial da protagonista, metaforizado na imagem do tripé estável, a terceira perna de que ela precisa se livrar para expiar espiando sua condição em verdadeira *via-crúcis*. O espiar no romance tem o sentido de observação atenta, ausculta não de uma fala e, sim, do silêncio provocativo das questões.

Segundo Nunes (2009, p. 111), “a paixão que a consome é o desejo de ser”. É o querer “tornar-se” que enviesa a clareza da linguagem em uma tentativa de narrar o atravessar da obscuridade de si mesmo projetando a aprendizagem poética como experiência alquímica em que a última dicotomia se esgarça: o eu e o outro, o singular e todo. O homem, figurado na personagem G.H., descobre-se sendo o que é em sua própria morada. Chega à presença do que (ele) não é, daquilo que não é humano, portanto, o outro do humano, para, finalmente, outrar-se no aberto de si mesmo. Mas o outro, no limite do humano, é a realidade divina do que está aquém e além de seu ser, é o nada amorfo universal transfigurado na pasta branca de uma barata esmagada: “Eu chegara ao nada, e o nada era vivo e úmido” (LISPECTOR, 2009, p. 61). O divino é infernal (*inferus*, o que está por baixo da terra), pois, conduz ao mais fundo do enigma de ser humano (*húmus*, terra) onde sabê-lo é o não saber: “E agora eu estava como que diante Dele e não entendia [...] Pois Ele sabia que eu não saberia ver o que visse: a explicação de um enigma é a repetição de um enigma. O que És? E a resposta é: És. O que existes? E a resposta é: o que existes.” (LISPECTOR, 2009, p. 134). Na circularidade do questionar “o divino para mim é o real” (LISPECTOR, 2009, p. 168) e, por isso, o êxtase da paixão de G.H. revela o caminho de retorno à radicalidade do humano: o *homem* precisa *humilhar*-se, quer dizer, tornar-se *humilde*, voltar a ser terra fértil que se abre ao extremo de não ser mais terra já sendo outra coisa. Desiste de ser para não mais ser, sendo aquilo que vem: a plenitude da terra é o doar-se na alteridade de planta, lançando-se ao céu na felicidade do fruto. A maçã que Martim tentava equilibrar há de brotar, agora, em plena luz do dia.

Este nascimento é a narrativa do todo, da totalidade do real em cooperação a partir do milagre do nada que o recolhe. É o co-nascimento, ou melhor, o re-conhecimento do que somos, o que sempre procuramos sem jamais achar. Em verdade, o re-conhecimento é que, como se lê em “Morte de uma baleia”, crônica publicada no Jornal

do Brasil em agosto de 1968, “Nunca atingiremos em nós o ser humano: a busca e o esforço serão permanentes. E quem atinge o quase impossível estágio de Ser Humano, é justo que seja santificado” (LISPECTOR, 2010, p. 165). Aqui um aspecto peculiar da obra de Clarice: a transcendência não deixa de ser imanência e a síntese de ambas é aproxima-se da plenitude. G.H. não transcende, pois, transcender o humano é deixar de ser humano, tornar-se santo. G.H. não transcende para a santidade, mas sim, plenifica a condição humana: o procurar sem ter como dizer o que se procura. Sempre voltar com as mãos vazias. (LISPECTOR, 2009, p. 176).

Não achamos no sentido de definir o que a (outra) coisa é, aprendendo-a como objeto. Não achamos, pois trata-se de uma questão e, no caminho de ir buscá-la, a arte é desistir de tentar achar e deixar-se ser achado pelo que desde sempre nos procura: ser. Essa é a aprendizagem de G.H.: “O indizível só me poderá ser dado através do fracasso de minha linguagem” (LISPECTOR, 2009, p. 176), mas, o fracasso da linguagem é, justamente, quando a linguagem é mais precária e mais plena: silêncio. Do mesmo modo, “é só no pior de minha condição que esta [a pessoa humana] é assumida como meu destino” (LISPECTOR, 2009, p. 177). G.H. tenta nos narrar isto que já lhe aconteceu – nada mais é como antes e ela já nem tem nome: ela já não é, mas continua plenamente humana, pois desistiu de ser outro para apropriar-se de si. Desiste e, esse desistir, é a plenitude da narrativa: “A vida se me é, e eu não entendo o que digo. E então adoro -----” (LISPECTOR, 2009, p. 179).

A mão imaginária de que se vale G.H. para não se perder no abismo de narrar-se espelha a mão de Ulisses que segura e, simultaneamente, empurra para esse mesmo abismo, a Lori de *Uma aprendizagem ou livro dos prazeres* (1969). O casal de professores, a seu modo, continua a apreensão apaixonada do saber o que se é no e pelo que não se é. E “era um saber tão vasto e tranquilo que ‘eu não sou eu’” (LISPECTOR, 1998b, p. 150). O outro, agora, é o próprio humano que vige em cada homem e mulher. No encontro dos dois, a possibilidade do vir à luz do fruto, a realidade de serem originalmente vida: “nós é original” (LISPECTOR, 1998b, p. 151). E se, por um lado, reconhecem a dor de ser no fato de que “A vida não é de se brincar porque em pleno dia se morre”, por outro, lhes é proposta a aprendizagem do “viver apesar de. Apesar de, se deve comer. Apesar de, se deve amar. Apesar de, se deve morrer. Inclusive muitas vezes é o próprio apesar de que nos empurra para frente” (LISPECTOR, 1998, p. 26). E, ainda, isto: “Dependerá de nós chegarmos dificultosamente a ser o que realmente somos” (LISPECTOR, 1998b, p. 154). Chegar ao silêncio implica o esforço humano na linguagem e, à necessidade de tornar-se, corresponde a necessidade de não apenas falar, mas também saber “calar-se para não se perder em palavras” (LISPECTOR, 1998b, p. 155). Esse é o equilíbrio buscado por Martim e encontrado por G.H. como questão digna de adoração. Adoração sem ícone, sem símbolo intermediário em sua conexão com o sentido, pois mesmo as palavras já não servem, já não funcionam semioticamente, muito embora sejam imprescindíveis.

“Às vezes no próprio coração da palavra se reconhece o Silêncio” (LISPECTOR, 1998b, p. 39) e Lori, amadurecendo a experiência que Joana projetara,

“Sobretudo aprendera agora a aproximar-se das coisas sem ligá-las à sua função. Parecia agora poder ver como seriam as coisas e as pessoas antes que lhes tivéssemos dado o sentido de nossa esperança humana ou de nossa dor. (...) Então o que chamava de morte a atraía tanto que só poderia chamar de valoroso o modo como, por solidariedade e pena dos outros, ainda estava presa ao que chamava de vida.” (LISPECTOR, 1998b, p 35).

Pela atração da morte, permanecer viva. Viver mais. “A solução para esse absurdo que se chama ‘eu existo’, a solução é amar um outro ser que, este, nós compreendemos que exista” (LISPECTOR, 1998b, p. 155). E é assim que Ulisses e Lori aprendem a liberdade prazerosa de ser. Ela, “atingindo o impossível de si mesma” (LISPECTOR, 1998b, p. 158), não vislumbra o destino de existir como uma prisão, mas o compreende na radicalidade de *ek-sistere*, quer dizer, do sair de onde se está para o aberto de ser: “Porque você acaba de sair da prisão como ser livre, e isso ninguém perdoa[...]. Você enfim aprendeu a existir. E isso provoca o desencadeamento de muitas outras liberdades” (LISPECTOR, 1998b, p. 157). Na imperdoável resposta à pior pergunta de um ser humano – “quem sou eu?” – retoma-se a vigência da mesmidade apontada por Parmênides: o aberto em que ser é pensar. Esse aberto é o que ressoa no falar do homem ao final de *Uma aprendizagem*: “– Eu penso, interrompeu o homem sua voz estava bem lenta e abafada porque ele estava sofrendo de vida e de amor, eu penso o seguinte:” (LISPECTOR, 1998b, 159).

TORNAR-SE HUMANO: CRIAR-SE HUMANO

Não quero ser somente eu mesma. Quero também ser o que não sou.
Clarice Lispector – *Um sopro de vida (pulsações)*.

E o que vem em seguida? “muitas outras liberdades...”, sobretudo, a liberdade de não haver qualquer sólido fundamento, mas, apenas, o fundar, o libertar-se que, sequer, rompe com qualquer sistema – o sistema da razão funcional, da *paidéia* metafísica e sua mimética esteticista, por exemplo. Não rompe, pois já se lançou para fora dessa prisão. Trata-se da liberdade de quem existe, pois se abre para apreensão do desconhecido, para aprendizagem poética:

“É como uma alegria tão profunda. É uma tal aleluia. Aleluia, grito eu, aleluia que se funde com o mais escuro uivo humano da dor de separação mas é grito de felicidade diabólica. Porque ninguém me prende mais. Continuo com a capacidade de raciocínio – já estudei matemática que é a loucura do raciocínio – mas agora quero o plasma – quero me alimentar diretamente da placenta. Tenho um pouco de medo: medo ainda de me entregar pois o próximo instante é o desconhecido. O próximo instante é feito por mim? Ou se faz sozinho? Fazemo-lo juntos com a respiração.” (LISPECTOR, 1980, p. 9).

Nas primeiras palavras de *Água viva* (1973) o turbilhão questionante em que ser é pensar na confluência de tudo no todo se fazendo na respiração, a fluidez e umidade da vida irrompem como texto-nascente. A fluidez, aqui, difere totalmente daquela subjetivação de *O lustre*. O mesmo pode ser dito acerca dos dois últimos romances de

Clarice Lispector escritos simultaneamente, *A hora da estrela* (1977) e o póstumo, *Um sopro de vida* (1978). Nos três romances o jorro da linguagem apreende-se no desdobramento de outra questão fundante de realidade que havia constituído, como que, um pano de fundo para os romances anteriores, e que, a partir de então, será o próprio espaço no movimento da linguagem, dimensão que a obra de Clarice plenifica: a arte.

Não é por acaso que os protagonistas desses três romances são artistas e em seus auto-diálogos não tomam mais o fazer artístico como algo acessório ao existir. O tornar-se é criar-se e criar-se é sempre questão de arte. Esta, no mundo, para além de qualquer plano estético, é, em verdade, a verdade do mundo que se revela. Verdade se dando na experiência dos sentidos de ser (*alétheia*). Nessa aprendizagem é que se configuram, cada qual a seu modo, a pintora/escritora sem nome de *Água viva* e os escritores Rodrigo S.M. e Angela Pralini, a partir do questionamento reflexivo que fazem em torno da linguagem. Esta é compreendida como dimensão do ser que se destina ao homem atravessando-o enquanto ele próprio nela atravessa, dimensionando-o enquanto ele próprio a dimensiona, no redimensionar-se da realidade. O questionar já é o próprio obrar da arte encaminhando o realizar-se como plasmação de sentido ao real; a reposição do homem na placenta, no nada criativo, no originário de seu próprio ser, o ser humano.

“NÃO SEI O QUÊ, MAS SEI QUE O UNIVERSO JAMAIS COMEÇOU”

Os romances de Clarice Lispector se encaminham e nos encaminham para esse questionar possibilitador de todo e qualquer vir a ser o que somos. “Preste atenção e é um favor: estou convidando você para mudar-se para reino novo”, nos diz a narrativa em *Água viva*. E, desse modo, o diálogo que este estudo tentou empreender com os referidos romances pretendeu retomar a questão acerca do que é o homem, propondo a superação do subjetivismo estabelecido pela tradição metafísica na construção de uma crítica enquanto pensamento original, quer dizer, que se enraíza na originariedade das questões. Neste tocante, ao relacionar o tema da aprendizagem com os romances de Clarice Lispector, ressaltamos que se está referindo a uma aprendizagem poética e não a aprendizagem racional-epistemológica comumente propugnada pela *paidéia* metafísica.

Trata-se de manter-se atento à *paidéia* poética – a formação do homem proposta pelas próprias obras de arte – reconhecendo que no operar dos romances, o homem é devolvido à sua abertura original. Nela o homem é todo questão. Questão por aprender. Uma questão que, como tal, não pode ser reduzida às determinações do sujeito formado a partir da *paidéia* metafísica. Buscou-se questionar, consequentemente, a tradição mimética que submete o fenômeno artístico ao estabelecimento de um fundamento causal. Entende-se que este é um dos motivos que impedem as obras de serem aquilo que essencialmente são: abertura para o nada criativo. Ao mesmo tempo, propõe-se que a linguagem deixe de ser determinada pela sua funcionalidade. Ela, não sendo apenas um instrumento de comunicação, passa a ser pensada ontologicamente, em seu ser (em seu vigor questionante), como aquilo “que faculta o homem a ser o ser vivo que ele é

enquanto homem” (HEIDEGGER, 2011, p. 7), ou seja, a dimensão que possibilita o próprio “tornar-se”.

Finalmente, este ensaio empenhou-se em reconhecer à arte – e especificamente à obra romanesca de Clarice Lispector – o poder que ela nunca deixou de ter, a despeito da trama conceitual que lhe sufoca em nossa época: o poder do sim, retomando, no início de *A hora da estrela*, o “não sei o quê” que suscita a realidade, abrindo, a partir das questões, o auto-questionamento do intérprete capaz de reengendrar mundos. Pois, “o universo jamais começou” (LISPECTOR, 2017. p. 47).

REFERÊNCIAS

HEIDEGGER, Martin. *A caminho da linguagem*. Tradução de Márcia Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis: Vozes, 2011.

LISPECTOR, Clarice. *A cidade sitiada*. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

___. *Água viva*. 6.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

___. *A hora da estrela*. Rio de Janeiro: Rocco, 2017.

___. *A maçã no escuro*. 8. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

___. *A paixão segundo G.H.*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

___. *O lustre*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

___. *Perto do coração selvagem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998a.

___. *Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998b.

___. *Um sopro de vida (pulsações)*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

___. *Clarice na cabeceira: crônicas*. Organização de Tereza Monteiro. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

NUNES, Benedito. *O dorso do tigre*. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

___. *O drama da linguagem: uma leitura de Clarice Lispector*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1995.

___. *O mundo de Clarice Lispector*. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1966.

SÁ, Olga de. *Clarice Lispector – a travessia do oposto*. São Paulo: Annablume, 1993.

BIOPOLÍTICA E LITERATURA: CORPOS (IN)DÓCEIS EM QUATRO ROMANCES DE NENÊ MACAGGI

Autor: Huarley Mateus do Vale Monteiro¹

Orientador: Tânia Maria Pereira Sarmiento Pantoja²

Linha de pesquisa: Literatura, Memórias e Identidades

Resumo: É sabido que, nos estudos pós-coloniais Michel Foucault, G. Agamben e mais recentemente R. Esposito abordam o corpo como elemento construído a partir das representações de biopolítica na configuração histórica da sociedade ocidental. Esta categoria surge como ponto de tensão nas relações sociais, cujos rastros apontariam processos de configuração do corpo enquanto elemento histórico. Nessa linha de entendimento as obras de Nenê Macaggi (*A mulher do Garimpo: o romance no extremo sertão do Amazonas* (2012), *Dadá Gemada, Doçura amargura: romance do fazendeiro de Roraima* (1980), *Exaltação ao verde* (1984), *Nara-Sue Uarená: o romance dos Xamatautheres do Parima* (1988)) são as referentes de análise. Partimos do entendimento de que vestígios da história são reelaborados esteticamente nas narrativas selecionadas, daí entendermos que elas podem ser melhor compreendidas a partir de uma abordagem interdisciplinar. O objetivo central pauta-se na recorrência da construção do corpo enquanto apontamento de resistência, uma escrituração literária do corpo (in)dócil. Dessa maneira, o constituinte metodológico parte da genealogia; já o fundamento teórico, sustenta-se em M. Foucault (1977, 1979, 1986), G. Agamben (2002, 2009, 2017), R. Esposito (2011, 2012, 2017) e Sarmiento-Pantoja (2009, 2013, 2014), entre outros. Nessa ‘linha de entendimento, resultados iniciais já trazem indícios de traços da resistência/corpos (in)dóceis nas referidas obras.

Palavras-chave: Biopolítica. Literatura. Corpo. Nenê Macaggi

Resumen: Es sabido que en los estudios postcoloniales, Michel Foucault, G. Agamben y más recientemente R. Esposito abordan el cuerpo como elemento construido a partir de las representaciones de biopolítica en la configuración histórica de la sociedad occidental. Esta categoría surge como punto de tensión en las relaciones sociales, cuyos rastros señalar procesos de configuración del cuerpo como elemento histórico. En esta línea de entendimiento las obras de Nenê Macaggi (*A mulher do Garimpo: o romance no extremo sertão do Amazonas* (2012), *Dadá Gemada, Doçura amargura: romance do fazendeiro de Roraima* (1980), *Exaltação ao verde* (1984), *Nara-Sue Uarená: o romance dos Xamatautheres do Parima* (1988)) son las referentes de análisis. Partimos del

¹ Professor da UERR (Universidade Estadual de Roraima) e Doutorando em Letras PPGL-UFGA, mdmval72@gmail.com

² Professora do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Pará (PPGL-UFGA) e do Programa de Pós-Graduação Linguagens e Saberes na Amazônia (UFGA), nicama@ufpa.br

entendimento de que vestígios de la historia son reelaborados estéticamente en las narrativas seleccionadas, de ahí entendemos que ellas pueden ser mejor comprendidas a partir de un abordaje interdisciplinario. El objetivo central se pauta en la recurrencia de la construcción del cuerpo como apunte de resistencia, una escritura literaria del cuerpo (in) dócil, de modo que el constituyente metodológico parte de la genealogía, ya el fundamento teórico, se sustenta en M. Foucault, (2002, 2009, 2017), G. Agamben (2002, 2009, 2017), R. Espósito (2011, 2012, 2017) y Sarmiento-Pantoja (2009, 2013, 2014), entre otros. En esta línea de entendimiento, resultados iniciales ya traen indicios de rasgos de la resistencia/cuerpos (in) dóciles en las referidas obras.

Palabras clave: Biopolítica. La literatura. Cuerpo. Nenê Macaggi

PARA INÍCIO DE CONVERSA: O *CORPUS* DA PESQUISA

Este texto surge com o objetivo de apontar os desdobramentos da pesquisa vinculada ao projeto de tese de doutorado intitulada Biopolítica e Literatura: corpos (in)dóceis em quatro romances de Nenê Macaggi, iniciado no ano de 2016.¹ (Doutorado em Letras PPGL – UFPA; área de concentração dos Estudos Literários, vinculado a linha de pesquisa Literatura, Memórias e Identidades).

O título ainda é provisório, mas já atende as indagações iniciais do projeto. O amadurecimento da proposta para a qualificação e posterior defesa da Tese tem buscado nas apresentações orais em eventos científicos as devidas reformulações a serem seguidas; a exemplo disso foram o I Simpósio sobre George Agamben: reflexões sobre a catástrofe e IV Jornada de Estudos de Literatura e Resistência: momentos, monumentos de memória; ambos em 2017.

A categoria Corpo ganha força como elemento de tensão na proposta de Tese; porém, não nos ocupamos apenas do que ficou conhecido nos estudos Pós-coloniais como ‘corpos dóceis’, o que nos provoca são os manifestos de resistência que veem no corpo o ato de ‘poder da vida’ em manifestar-se contra docilização, daí (in)dóceis.

A *corpora* de análise, são da escritora Nenê Macaggi e ganha consistência em obras literárias cujas publicações iniciam na década de 1970 no espaço, hoje conhecida como estado de Roraima. O propósito constitui-se, a partir da narrativa literária, averiguar indícios que possibilitem reflexões sobre o entendimento de Biopolítica.

Nesse sentido, a década de 1960, para a literatura brasileira, é momento chave para esta abordagem, tendo em vista a provocação feita aos estudos sócio-históricos a respeito dos acontecimentos que acometeram a sociedade brasileira. Partindo desse ponto, optamos por observar as obras *A mulher do Garimpo: o romance no extremo sertão do Amazonas* (2012), *Nara-Sue Uarená: o romance dos Xamatautheres do Parima* (1980), *Exaltação ao verde* (1984) e *Dadá Gemada, doçura e amargura: romance do fazendeiro de Roraima* (2012) como elementos de análise. Este *corpus* narrativo são da escritora Nenê Macaggi, e, embora as primeiras edições apontem para a década de 1970, só recentemente foram reeditadas.

A ausência de estudos mais sistematizados sobre as produções da autora conduziram-nos a implementar leitura e criação de um projeto de pesquisa iniciado em junho de 2014, registrado na Pró-reitoria de Pesquisa da Universidade Estadual de Roraima (UERR), sob o título ‘Representações da violência na obra A mulher do Garimpo: o romance no extremo sertão do Amazonas’. Naquele momento o objetivo pautou-se nos indícios de violência que a obra apresenta, tendo como aporte teórico W. Benjamin.

As pesquisas realizadas naquele momento, junto ao exercício de leitura, constatarem a extensa produção intelectual da autora. Assim, percebeu-se a presença de outros romances e que compuseram a *corpora* em análise. Frente a isto, fez-se o recorte considerando o referente das edições surgidas a partir da década de 1970 para assim potencializar a proposta. A hipótese construída é que nelas ressoam a provável escrituração literária do corpo (in)dócil como escrita da história.

A problemática inicial nos leva a verificar que historicamente a produção artística dinamizada por mulheres foi anulada pelo discurso androcêntrico que construiu e naturalizou a tese de inferioridade da intelectual feminina. Isso pode ser constatado pois “a figura da autora foi deformada [...] e para se chegar a ela é preciso ler através das ocultações que apontam conflitos sincrônicos entre as representações da mulher, as representações de sua desfiguração e sua afirmação pela escrita” (TELLES, 1992, p. 45-46). Essa reflexão pode conduzir-nos à uma crítica às práticas que se naturalizam, ainda na contemporaneidade; cujo os desdobramentos do poder soberano, suas decisões e ‘verdades’ sustentadoras de sua permanência no centro das ações, apresentam ressonância no campo literário. Sobre este ponto de vista:

“[...] a história literária, da maneira como vem sendo escrita e ensinada até hoje na sociedade ocidental moderna, constitui um fenômeno estranho e anacrônico. Um fenômeno que pode ser comparado com aquele da genealogia nas sociedades patriarcais do passado: primeiro, a sucessão cronológica de guerreiros heróicos; o outro, a sucessão de escritores brilhantes. Em ambos os casos, as mulheres, mesmo que tenham lutado com heroísmo ou escrito brilhantemente, foram eliminadas ou apresentadas como casos excepcionais, mostrando que, em assuntos de homem, não há espaço para mulheres “normais”.” (LEMAIRE, 1994, p. 58)

Essa condição de marginalidade a qual foram relegadas as escritoras confirmaria a relevância dos estudos sobre as obras de Nenê Macaggi, não apenas por elas nos trazerem informações sobre aspectos sociais, históricos, políticos e literários, mas também por contribuir significativamente para outro olhar e possibilidade de estudos a respeito de escritoras e escritores que estiveram, durante tempos, à margem dos debates acadêmicos.

É relevante lembrar que o período apontado nas obras foi de grande efervescência na região amazônica: garimpagem, pistolagem, expansionismo desenvolvimentista do Estado Novo, migrações; tudo isso, em meio ao regime civil militar que acometeu a nação brasileira. Recordemos que a formação do Estado moderno está vinculado ao poder sobre a vida; pois, a relevância do conhecimento sobre

o território como meio de averiguar a dinâmica social de seus habitantes era um mecanismo em evidência. Daí a sondagem dos crescimentos demográficos, a dinâmica migratória, taxas de crescimentos das endemias, e tantos outros dispositivos, são usados com intuito de criar práticas e estratégias de ação ratificadora da presença e afirmação do estado moderno. Assim, a vida ganha espaço no campo político como elemento a ser controlado e moldado através de mecanismos de controle. É a biopolítica agindo enquanto tecnologia que, atuando no corpo social, elege a vida dos indivíduos como necessitada de reforço para confirmar a presença do estado nação. Vejamos:

“[...] Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica do poder”, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica, assim, corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’. A disciplina aumenta a força do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essa mesma força (em termos políticos de obediência).” (FOUCAULT 1987, pag. 127)

O fragmento nos aponta para as relações de poder, cujo alcance elege o corpo como referência da dinâmica da vida em sociedade, urbanizada e moderna. Essa complexa relação é investida no corpo enquanto meio de produção, sendo que quanto maior a produtividade maior será a sujeição do indivíduo. Essa produtividade dilui-se em um mosaico de ações, cujas peças que se articulam, disseminam-se na educação, nas atividades de recreação, nas práticas políticas, nas artes de maneira geral.

Para além disso, o que buscamos é entendimento de biopolítica não enquanto ‘poder sobre a vida’, mas sim sua ressignificação de ‘poder da vida’ como resultante dos desdobramentos das práticas criativas e inventivas urdidas nas relações sociais implementada pelo capitalismo neoliberal, cujas ressonâncias no campo da matéria literária, podem nos trazer indícios dos dispositivos como leituras outras do Dizer literário.

Com base nisso, a construção da Tese se articula no âmbito dos Estudos Pós-Coloniais, especialmente pela ressonância que conduz às terminologias “poder” e “resistência” como operadores teóricos deste campo de entendimento; bem como, suporte teórico de campos outros: o pós-moderno, pelo entendimento de Linda Hutcheon (1991), e o de resistência em Alfredo Bosi (2008), que articulam afinidades com a dimensão dos estudos pós-coloniais. Além destes, por ser ponto central deste trabalho, devem ser destacados os estudos de Foucault (2001), R. Esposito (2011, 2012, 2017) e Giorgio Agamben (2002) sobre o biopolítica.

Ao que se refere a metodológica, as abordagens de Foucault (1977, 1979), em sua fase genealógica, também seguida por Agamben (1993, 2017) e Esposito (2002), poderão ser de grande valia. Busco alinhar-me aos Estudos Pós-coloniais em sua vertente Latino-americana, tendo em vista a contribuição das reflexões sobre Resistência efetivadas, também, por Bosi (2008), Sarmiento-Pantoja (2009, 2013, 2014) entre outros e outras.

Algumas indagações iniciais surgiram e vem contribuindo significativamente para nossa busca: O que estas obras denunciam sobre biopolítica? Quais desdobramentos sobre ‘o poder da vida’ podem ser apontados nas obras, tendo Foucault, G. Agamben e R. Esposito como referência? Como o corpo é representado ou construído como elemento de resistência na escrita da história?

Com base nisso, Foucault nos ensina que:

“Os corpos só se tornam força útil se são ao mesmo tempo corpos dóceis. Essa sujeição não é obtida só pelos instrumentos de violência ou de ideologia. Ela pode muito bem ser direta, física, usar a força contra a força, agir sobre elementos materiais sem, no entanto, ser violenta.” (FOUCAULT, 1987, pag. 28)

Para Agamben:

“[...] O próprio corpo do homo sacer, na sua matável insacriticabilidade, é o penhor vivo da sua sujeição a um poder de morte, que não é porém o cumprimento de um voto, mas absoluta e incondicionada [...]” (AGAMBEN, 2002, pag. 106)

Na leitura, tanto do fragmento de texto de Foucault quanto de Agamben, resguardando suas propostas teóricas, o corpo ganha espaço políticos. Relativo a que nos propomos, ao que consta, esta tem sido a categoria de referência da sociedade moderna, porém submisso e produtivo. Porém, o manifesto de resistência contrário aos processos de exclusão e aniquilamento pode estar situado especificamente nesta relação. Isto ganha força nas próprias reflexões de M. Foucault (1976) quando afirma que não haveria poder sem a resistência e em R. Esposito (2012) ao mencionar se não seria o momento de implementarmos, não apenas o debate ‘sobre a vida’, mas sim incidirmos uma configuração filosófica e política potencializadora ‘da vida’.

Partindo deste aporte, acreditamos ser relevante, elencar aspectos sobre o sujeito que em suas articulações, no espaço conhecido como amazônico, assim o representa. Neste contexto: Maria Macaggi (nasceu em 24 de abril de 1913, em Paranaguá-Pr, falecida em março de 2003, Boa Vista-RR), mais conhecida no meio artístico como Nenê, é assim que aparece na produção literária e jornalística do estado de Roraima. Macaggi chega a região norte do país na década de 1940 havia sido enviada, pelo governo federal, para desenvolver atividades jornalísticas descritiva sobre os territórios federais da região vinculada ao então Sistema de Proteção ao Índio (SPI). Inicialmente fixou residência no estado do Amazonas (1941); tempos depois, segue para a região onde hoje é o Estado de Roraima e assim continua suas atividades. Contudo, deve ser ressaltado que antes de sua chegada a esta região, Nenê já exercia intensa atividade literária e jornalística, constata-se romances e crônicas (Água Parada e Chica Banana, 1930) e contos (Contos de Dor e Sangue, 1940), dessa época.

O *corpus* a ser estudado resulta de sua produção literária na região norte brasileira, mais precisamente os romances que iniciam a literatura produzida em Roraima e estariam vinculadas a questões cotidianas dinamizadas na região de garimpo,

malocas e fazendas de Roraima, apontando ainda para questões de identidade regional (SILVA 2012). Para além deste pensamento, a contribuição de Sarmento-Pantoja nos traz reflexões mais potencializadoras ao que propomos, estudos referentes a matéria literária:

“... o abarcamento de uma cultura localizada, a partir das condições geo-espaciais relacionadas à Amazônia, a memória ligada à apreensão da História, particularmente voltada a um conjunto de referências ao regime militar de 1964, e o trânsito da utopia estão entre as linhas de força que julgamos ser mais enfáticas, implicando complexas possibilidades criativas e reflexivas.” (SARMENTO- PANTOJA 2011, pag. 02)

No fragmento acima, a memória age como potência de apreensão histórica. Assim, os registros discursivos podem nos levar aos efeitos que os dispositivos de controle do estado agiram na configuração ‘geo-espacial’ apontados no corpus narrativo. Aparenta que o corpo irá atuar na construção narrativa ajustando-se aos mecanismos de ação do poder estatal em ênfase no momento da produção artística da autora. Dessa maneira, talvez o desenho discursiva do corpo das personagens/narrativas traduzam o que, tanto Foucault quanto G. Agamben e Esposito, ressaltaram sobre o ajustamento dos corpos à dinâmica implementada na sociedade contemporânea, desdobramentos de biopolítica. Esta ‘linha de força’, evidenciada por Sarmento-Pantoja, parece-nos mais eficaz no que tange a construção central desta proposta.

Baseado nisso, outras provocações surgem, e contribuem para dar maior consistência à hipótese proposta: Haveria um EU masculino presentificado no Dizer narrativo? Através da narrativa é possível identificar elos de contato entre as narrativas que constituíram o corpus (similitudes e diferenciações)? A linguagem, do corpus narrativo, revela vestígios da biopolítica na Amazônia? Como os diferentes dispositivos apontam tanto o poder soberano/autoritário quanto os elementos de resistência no Dizer narrativo das referidas obras?

Partindo destas indagações talvez a maior provocação ao contexto ideológico, seja a relevante contribuição da autora para a matéria historiográfica, fortalecendo assim o aprimoramento da crítica pautada nas questões de resistência ao discurso colonialista.

ELENCANDO OBJETIVOS

O objetivo central é o de identificar e analisar na *corpora* em questão, os apontamentos sobre biopolítica como conjunto de referências constituintes de uma escrituração literária do corpo (in)dócil. Nessa linha, podem ser especificados outros: analisar a representação do corpo como construção biopolítica; verificar o *corpus* narrativo como matéria histórica; averiguar como o narrador ou a narradora dos romances se apropria e reproduz o ponto de vista androcêntrico; descrever as vozes que atuam de modo convergente ou divergente, na “apresentação”, mediação ou execução de atos e atitudes de poder e resistência; contribuir para uma maior visibilidade literária da autora Nenê Macaggi, enquanto relevante para a dinâmica literária latino-americana.

DO QUADRO TEÓRICO

As terminologias aqui exploradas, entendimentos-chave à proposta, entram em consonância com a linha de pesquisa Literatura, Memória e identidades. Desta maneira o corpo como categoria biopolítica dá significado e pertinência a nossa busca.

O corpo e a biopolítica

Um dos principais nomes em pesquisas a respeito do sujeito moderno é M. Foucault, principalmente na fase conhecida por genealógica, cujo foco central traz abordagens sobre o poder, o saber e o corpo, relacionando a configuração histórica do sujeito mediado pela relações sociais.

Se o corpo é um dos pontos de referência na genealogia de Foucault, que posteriormente foi seguido por Agamben e Esposito, é possível partir dele para apontarmos os atravessamentos que ele representa sobre biopolítica na dinâmica que configuraria o indivíduo moderno.

Nessa linha de entendimento, o corpo passa a ser uma representação da escritura da história, revelando complexas relações e estratégias de poder que deixam nele seus rastros. Assim, é possível que o corpo aponte ligamentos entre a história e a literatura; pois, se nele estão tensas relações de poder e resistência, registros de elementos históricos; então, podem ser assim representados.

Contudo, Foucault nos leva a refletir sobre o homem moderno ocidental. E é aqui, neste ponto de referência, que G. Agamben (2002) agrega-se a esta reflexão. Para ele, essas relações de poder antecedem o sujeito moderno e encontrariam força já no pensamento que conduziu o Império Romano (AGAMBEN, 2002, pag. 127). Pensando assim, podemos entender isto como uma espécie de absorção de práticas de soberania reproduzidas pelo estado moderno.

O autor nos leva a entender que a decisão sobre o corpo em sociedade está no poder soberano, não apenas de decidir sobre a vida ou a morte do indivíduo, mas podendo agir também nas práticas de exclusão, implicando diretamente na condição de vida do ser humano. Busca para isto o entendimento romano de *homo sacer* (AGAMBEN, 2002), cujo indivíduo figuraria na sociedade sem o devido reconhecimento. Dessa maneira, o poder soberano opera no sentido de incluir ou mesmo excluí-lo das relações sociais estabelecidas.

A indiferença e a negação da identidade do indivíduo serão práticas atestadas na sociedade desde o período clássico até a contemporaneidade. Podemos verificar que, tanto em Foucault quanto em Agamben, o procedimento de exceção, um desdobramento da biopolítica, atua relativo a exclusão. Neste sentido, os corpos metaforizam as tensas relações de poder que elegem a vida em comunidade como elemento de práticas de exceção.

Roberto Esposito contribui para o debate tendo em vista o entendimento de vida nua, tão bem evidenciado por Agamben (2002) a respeito do ‘poder sobre a vida’, em

Esposito (2005, p. 12) esta reflexão vincula-se a capacidade humana de criar maneiras de resistir, dando-nos indícios de diferentes meios de agir contrários aos mecanismos de poder e controle. Assim a ‘contra conduta’ seria o ato de potencializar a vida como ação de resistência afirmativa. Em outro texto R. Esposito (2004, p.207) dá ênfase a potência da vida e sua capacidade de criar suas próprias normativas. Dessa maneira a terminologia Biopolítica, da qual nos ocupamos, refere-se a vida enquanto escrituração inventiva, criativa e provocadora quanto aos modos de docilização dos corpos.

DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O que se denomina de metodologia a ser instaurada neste trabalho; pauta-se em marcadores dialéticos e auto-reflexivos. Esse procedimento é uma tentativa contundente de verificar como se articula a linguagem, representadas através dos textos literários Pós-coloniais. Nessa linha de entendimento, farei uso do que M. Foucault (1977, 1979, 1986), G. Agamben (2002, 2007, 2017) e R. Esposito (2011, 2012, 2017) propõem, especialmente, naquilo que reverbera nos estudos de Sarmiento-Pantoja (2009, 2011, 2013, 2014).

Talvez a maneira mais produtiva de desenvolvimento dessa proposta seja visualizada nos trabalhos dos autores de nosso referencial teórico, quando da condução de suas próprias investigações. Sustentar-se na genealogia é buscar fundamentos de modo a mantê-los em constante tensão entre as práticas de poder e resistência. A genealogia, pode sim agir como:

“[...] insurreição dos saberes. Não tanto contra os conteúdos, para conhecer o passado, como também para questionarmos o presente. Frente a esse movimento contextual e crítico, faz-se necessário mencionar procedimentos metodológicos específicos: a) revisão das etapas do projeto; b) revisão da literatura, foco de abordagem Pós-colonial, na linha métodos e os conceitos de uma ciência, mais de uma insurreição sobretudo e acima de tudo contra os efeitos centralizadores de poder que são vinculados à instituição e ao funcionamento de um discurso científico organizado no interior de uma sociedade como a nossa. E se essa institucionalização do discurso científico toma corpo numa universidade ou, de um modo geral, num aparelho pedagógico, [...] no fundo pouco importa. E exatamente contra os efeitos de poder próprios de um discurso considerado científico que a genealogia deve travar o combate.” (FOUCAULT, 1999, p. 14)

Ao que é evidenciado acima a genealogia afirma-se como um conjunto de procedimentos cientificamente úteis, não só em Foucault, mas também em Agamben e Esposito, já que seguem mesma linhagem metodológica para rediscutir a terminologia Biopolítica, seja enquanto ‘vida nua’, mas principalmente o ‘poder da vida’.

ALGUNS DADOS INICIAIS

Enquanto pontos já verificados na *corpora* em análise podemos dizer que a extensa produção literária da autora é possível que seja resultante de ressignificações de suas vivências junto aos indígenas, em regiões de garimpo e em meio as fazendas

nacionais implementadas pelo SPI na região fronteira Brasil/Venezuela; porém, faz-se necessário aprofundar mais a pesquisa sobre este ponto, no sentido de verificar se o conjunto de obras resultariam em um projeto de escrituração, ‘um ciclo romanesco’ na região do Circum-Roraima.

Já é possível afirmar que as representações da violência presentes nos romances, alongam o debate sobre as obras da autora para além dos elementos do regionalismo literário; nos trazem indícios sobre a representação do corpo como uma escrituração de ‘contra conduta’, maneiras de manifestar-se contrário aos processos de violação.

Além disso, a ocorrência da travestilidade enquanto dispositivo de resguarda do corpo evitando assim a violação, como em ‘A mulher do garimpo:...” é entendido por nós como manifesto de resistência, configurando o que podemos registrar como de corpo (in)dócil.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O conjunto de romances de Nenê Macaggi parece-nos que objetivava montar uma ‘cartografia’ da vida cotidiana na região do Circum-Roraima, sem abrir mão dos conflitos e dramas, desenvolvidos como elemento de ficcionalidade, que ressoam enquanto escrita da história. Ao seu modo construiu um conjunto ficcional cujos rastros podem nos conduzir a leituras outras para além dos apontamentos regionalistas. As personagens são protagonizadoras de tensões que dão aos enredos dos quatro romances a construção sócio histórica e cultural de espaços, cujos deslocamentos narrativos vão aos poucos desenhando grupos sociais, desvendando lugares, borrando a fronteira entre gêneros, cintilando cores que desvelam, nas entre/linhas, rastros das histórias de violências, opressão, subjugo e a presença do poder soberano. Há de ser evidenciado que os manifestos de resistência também são potencializados e demonstram sujeitos que mesmo dinamizando suas ações em meio a ‘docilização’, criam maneiras de indignação, seja através do travestimento; da rebeldia contrária aos ditames do senhorio das fazendas; da maneira de postar-se corporalmente ante a presença do opressor; na revolta pelo açoite causador de atos que levam a reações extremas contra o poder soberano, ou mesmo na maneira transgressora ao interrogar-se sobre a escola e a cidade e tudo o que elas representaram à sua trajetória, dando outro significado a sua existência, como assim o fez a personagem indígena ‘Naldo Macuxi’, no romance Dadá Gemada (MACAGGI, 1980).

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Trad. Henrique Burigo. Belo horizonte: Editora UFMG, 2002.

- _____. *O uso dos corpos*. Trad. Selvino Assmann. São Paulo: Boitempo, 2017.
- _____. *Profanações*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- _____. O que é dispositivo. In: *O que é o contemporâneo?* E outros ensaios. Chapecó: Argos, 2009, pp. 27-51.
- _____. *A comunidade que vem*. Trad. António Guerreiro. Lisboa: Presença, 1993.
- BOSI, A. *Literatura e Resistência*. Editora Companhia das Letras. São Paulo, 2008.
- ESPOSITO, R. *Personas, cosas, corpus*. Editora Trotta, Madri, 2017.
- _____. *Comunitas: origem e destino de la comunidade*. Buenos Aires: Amorrortu, 2012.
- _____. *El dispositivo de la persona*. Buenos Aires: Amorrortu, 2011.
- _____. *Bíos: biopolítica e filosofía*. Torino: Einaudi, 2004.
- _____. *Immunitas : protección y negación de la vida*. (L. P. López, Trad.)Buenos Aires; Madrid: Amorrortu Editores, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. 2a ed. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1986.
- _____. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- _____. *História da sexualidade, Volume 1: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2001a.
- _____. *A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1976.
- _____. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- _____. *A verdade e as formas jurídicas*. Trad. R. machado. Rio de Janeiro: Nau, 1999
- HUTCHEON, L. *Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção*. tradução Ricardo Cruz. - Rio de Janeiro: Imago Ed., 1991.
- LEMAIRE, Ria. Repensando a história literária. **In:** HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- MACAGGI, Nenê. *Dadá-gemada doçura amargura*. [mimeografado], 1980
- _____. *A mulher do garimpo: o romance no extremo sertão do Amazonas*. 2a. Ed. Boa vista - RR, Gráfica Real, 2012.
- _____. *Nará-Sué Uarená: o romance dos Xamatautheres do Parima*. Boa Vista: Gráfica

Real, 2012.

_____. *Exaltação ao Verde*. [mimeografado], (1984)

SARMENTO-PANTOJA, Tânia; RIBEIRO, J. O. S. *Multiplicidades do Discurso: Linguagem, Literatura, Arte e Educação*. Belém: Açaí, 2009.

_____. *Arte como Provocação à Memória*. Curitiba: CRV, 2014

_____.; et al. *Literatura e Cinema de Resistência: novos olhares sobre a memória*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2013.

_____. “Literatura e História: intermediações sobre a Amazônia em Benedicto Monteiro e João de Jesus Paes Loureiro.” XII Congresso Internacional da ABRALIC. Curitiba, 2011.

SILVA, Mirella M. de B. **A construção de um modelo de identidade amazônica no romance *A mulher do garimpo***, de Nenê Macaggi. *Caderno de Resumo*, ABRALIC, 2012 J. Pessoa: Ideia, 2012.

TELLES, Norma. Autora+a. **In:** JOBIM, Luiz. *Palavras da crítica*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

ALEGORIA, TEXTO E IMAGEM: *BELÉM DO GRÃO PARÁ*, DE DALCÍDIO JURANDIR

Ilton Ribeiro dos Santos

Orientador: Luís Heleno Montoril Del Castillo

Linha de Pesquisa: Literatura, Memória e Identidade

*As persianas abrigam secretas luxúrias,
Quando o sol mais cruel bate com raios vivos
Em cidades e campos, telhados e trigos,
Exercito sozinho essa absurda esgrima,
Farejando em cada canto os acasos da rima,
Troveçando em palavras como na calçada,
Dando às vezes com versos há muito sonhados.*

(Charles Baudelaire apud BENJAMIN, 2010, p. 215)

Resumo: O estudo da alegoria em Dalcídio Jurandir, a partir no contraponto texto e imagem, é um capítulo importante no desenvolvimento da tese, no sentido de que tal procedimento de análise é um processo contínuo de significação. As figuras descritas ou desenhadas literalmente nos textos de literatura expressam vida e apresentam, em suas interpretações, abismos que se cavam por entre as expressões (vocábulos-imagens) e as suas significações. Destarte, a que corresponde um significado não é evidente, não é imediato ao repertório do conhecimento linguístico, trata-se de despertar para mergulhos nas camadas cavucadas nos significados, escavações nas imagens, na busca de encontrar novos sentidos. Trata-se da leitura interpretativa da imagem de figuras geométricas, desenhos em linhas, além de outros, construídas nas elaborações de textos literários. Foi Walter Benjamin que trabalhou na reabilitação do termo alegoria, como método interpretativo de textos literários. O autor alemão traduz alegorias como imagem-texto, seus elementos conflitivos, a possibilidade de perceber num corpo de uma obra a convivência de paradoxos, antíteses sem perder o horizonte da unidade. Esses procedimentos diante aos textos deslocam as certezas dogmáticas da história, e desarrumam interpretações reduzidas de textos verbais literários e dos textos não verbais estéticos ampliando os horizontes da recepção.

Palavras chaves: Alegoria. Verbal. Não-verbal. Literatura em Belém.

Este artigo compõe parte do capítulo sobre a alegoria no texto literário para pesquisa de doutorado em desenvolvimento. Como texto visual na literatura paraense partiu-se das gravuras de Percy de Mello Deane (1921-1994)¹ realizadas para algumas

¹ Percy de Mello Deane (Manaus, Amazonas, 1921 - Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994). Pintor, desenhista, ilustrador, arquiteto. Em 1931 muda-se com a família para Belém, onde frequenta suas primeiras aulas de desenho. Em 1938 ingressa na Faculdade de Arquitetura da Escola Nacional de Belas

capas da obra literária de Dalcídio Jurandir, no caso deste estudo, aborda-se apenas a capa da primeira edição do romance *Belém do Grão Pará*.

Entende-se que estudo sobre alegoria endossa a importância das composições visuais sentido de ampliar as potências dos romances. Como exemplo para esse estudo destacamos a capa da primeira edição do romance *Belém do Grão-Pará* (1960), do escritor paraense Dalcídio Jurandir com as linhas- texto do próprio romance.

Deane foi um artista visual que produziu imagens na (da/com a) literatura. A partir de 1938, colaborou regularmente, como ilustrador, para os periódicos *O Jornal*, *Dom Casmurro*, *Sombra*, *Diretrizes*, *Cigarra* e *Rio Magazine*. Durante dez anos, entre 1941 e 1951, ilustrou romances seriados para a revista *O Cruzeiro*.

O artista amazonense fez ilustrações para várias obras literárias, entre elas: *O Feijão e o Sonho* (1968), de Paulo Leminski (1944 - 1989); *A Ponte* (1975), de Érico Veríssimo (1905 - 1975) e *Memórias do Cárcere* (1969), de Graciliano Ramos (1892 - 1953).

Percy Deane ilustrou as capas de dois romances de Dalcídio Juarandir, sendo eles *Belém do Grão Pará* (1960) e *Passagem dos Inocentes* (1963). No *Belém do Grão Pará*, Deane faz uma seleção de elementos que personificarão a cidade-narrativa. Casarões antigos, túnel das árvores e o ponto de fuga aberto para o mar. Essa escolha dos elementos que compõem imediatamente a gravura abrem novas linhas de interpretações alegóricas.

Foi Walter Benjamin o autor que reabilitou a alegoria como recuperação da temporalidade e da história, opondo ao símbolo, como imagem que se relaciona ao ideal de eternidade, de imagem intacta no infinito do tempo.

A composição da capa de Deane para o romance *Belém do Grão Pará* permite essa relação alegórica. Pois a cidade de Belém é quase que personificada na narrativa, como uma mulher, de meia idade caminhando para seu momento decrepito, vivendo a dinâmica medonha da história. A cidade vive na narrativa as fragilidades da memória, dos fragmentos caóticos do tempo.

A interpretação alegorizante nasceu na Grécia, no momento em que se desloca a responsabilidade de determinar, numa leitura, o sentido certo, o preciso.

Na proposta de leituras da imagem gravura é importante não perder de vista que a leitura de composições (verbais e não verbais) como alegoria não só ampliam os sentidos das imagens, mas também, coloca em questão o recorte temporal, o instante da história e o horizonte múltiplo de sentido de uma imagem.

O sentido literal não é o sentido verdadeiro. Deve-se aprender uma outra leitura que busque sob as palavras do discurso seu verdadeiro pensamento, uma prática que os estóicos chamam de *hiponoia* (subpensamento) e à qual

Filo de Alexandria dará seu nome definitivo de Alegoria (de *allo*, outro e *agorein*, dizer) (GAGNEBIN, 1999, p. 32).

É Orígenes de Alexandria (185 d. C. – 254 d. C.)² que na tradição cristã retomará o gesto alegorizante – exegese alegorizante – de diversos textos bíblicos. É ele que traz as bases éticas e especulativas para uma leitura alegórica, para tanto, Orígenes criará um paralelo entre os diversos níveis de leitura; o literal, moral e alegórico ou místico.

O leitor mais tosco só será capaz da primeira leitura, um leitor mais prevenido chegará a segunda, enquanto que a terceira só será acessível aos leitores cuja perfeição espiritual saberá descobrir o sentido escondido sob o véu das palavras. [...] Esta tripartição não é nova: encontramos-la em Platão na descrição do amor (Fedro, 253 c-e) e na organização da cidade perfeita (República, 435 b-c). O novo é sua aplicação ao sentido mesmo do texto sagrado (GAGNEBIN, 1999, p. 32).

A interpretação alegórica permite refletir numa imagem-texto seus elementos conflitivos, em seu bojo convivem paradoxos, antíteses sem perder o horizonte da unidade. Esses procedimentos diante aos textos deslocam as certezas dogmáticas da história, dos textos literários e dos textos não verbais que espessam a história da leitura.

A alegoria torna-se, no final do século XIX e início do XX, objeto de estudo de Walter Benjamin. Em seus vários textos vai constelando sua definição sobre o alegórico, e para tanto, se vale dos procedimentos alegóricos de leitura e escrita para tecer sua obra. Seu foco de estudo parte do legado barroco, que o entendia como estilo excessivo, inchado e sobrecarregado de inquietações.

A leitura alegórica é um processo contínuo de significação, extrai-se sua vida dos abismos que se cavam por entre as expressões (vocábulos-imagens) e as significações. Destarte, a que corresponde um significado não é evidente, não é imediato ao repertório do conhecimento linguístico, trata-se de despertar para mergulhos nos abismos cavados nos significados, cavado nas imagens, na busca de encontrar novos sentidos.

Benjamin afirma que alegoria extrai sua profusão de duas fontes: da tristeza e do luto. O sentido não nasce somente da vida, mas também, da significação da morte – a vida e a morte caminham juntas. O sábio é um homem melancólico, um homem que *grübeln* (sonha, ruminar, matura) sem fim, um incansável meditação, pois similitudes e comparações podem se estabelecer entre tudo que existe (um jogo incansável), não existe sentido único (GAGNEBIN, 1999).

² Filon era de opinião de que o texto bíblico, de um modo geral, carecia de ser interpretado historicamente (no sentido da crítica das fontes, da origem do texto e de seu contexto). Dado que as palavras tinham um sentido escondido, mas admirável e profundo, era necessário adentrar-se nessa profundidade, a fim de trazer à tona, além do sentido magnífico, todo o seu valor... É nessa mesma perspectiva de Filon (representante da Escola Bíblica Judaica), e no ambiente das escolas exegéticas de Alexandria... que se desenvolveu a exegese de Orígenes (SPINELLI, 2002, p. 135).

[...] Somente a morte põe um fim a este jogo arbitrário como indica, aliás, proximidade do verbo *grübeln* com *graben*, “cavar” e Grab, “túmulo”. A legoria cava um túmulo triplice: o do sujeito clássico que podia ainda afirmar uma identidade coerente de si mesmo, e que, agora, vacila e se desfaz; o dos objetos que não são mais os depositários da estabilidade, mas se decompõem em fragmentos; enfim, o do processo mesmo de significação, pois o sentido sugere a corrosão dos laços vivos e materiais entre as coisas, transformando esses seres vivos em cadáveres ou em esqueletos, as coisas em escombros e os edifícios em ruínas (GAGNEBIN, 1999, p. 39).

A presença da morte no início da narrativa da cidade Belém do Grão Pará, o desmoronamento dos casarões ao longo do romance e as árvores engolindo as construções da *Belle-Époque* belenense na gravura de Deane permitem que a obra de Dalcídio Jurandir provoque recepções alegóricas.

E logo senti obscuramente que a morte na cidade se depojava daquele pudor, decência e mistério que a todos transmitia em Cachoeira. Lá “fazia mal” deixar um morto assim, o morto era inviolável, tocava-se nele para lavá-lo, vestir, cruzar-lhes as mãos, pô-lo no caixão ou rede, entregue unicamente a sua morte. Dentro do corpo não nenhuma tocava depois que lhe tocara a outra, a inevitável. Não ficaria nunca ali naquela pedra, sem nome, vela ou origem, igual peixe no gelo. Isso doeu no menino, cheio agora de súbitas perguntas, e isto é aquilo, e por que, que-que dizia o pai, e Andreza? Por que vivo, se podia ele também acabar numa pedra, aquela. Retalhado, sozinhosozinho, com tão íntima gordura exposta, nunca adivinhada num defunto? Se lembrou do curupira de dente verde que tira o fígado das pessoas. Aqui não tinha curupira, tinham os homens. O corpo — um charque humano — nem ao menos fedia, não dava náusea, respeito ou compaixão. mas riso, aquela curiosidade que seca a gente, dá um embaraço... Morto, morto expoliado de sua própria morte. Com o “São Pedro” no fundo, não seria ele. Alfredo, retirado d’água e ali exposto, como num açougue?

Lá fora a doca se agitava, longe seguia a senhora de pluma e leque, latejava a cidade, agora ao menino, incompreensível, assustadora.

Em meio de seu desalentado assombro, o menino teimou agora em parecer o menos matuto possível, para achar tudo aquilo muito natural. Compreender a cidade. aceitá-la, era a sua necessidade. Ser amado por ela, saboreá-la com vagar e cuidado, como saboreava um piquiá, daqueles piquiás descascados, cozidos pela mãe, receando sempre os espinhos.

Sobre o beco, as torres da Sé, gordas, da cor do tempo. “Catedral”, disse o menino, muito compenetrado. E como tão silenciosas aquelas igrejas lhe falavam! E seu silêncio e sombra deslizavam pelos sobrados fieis, o beco e as mastreações. Os sinos ignoravam o morto no necrotério. Mas se um daqueles casarões arriasse ou tivesse, no mínimo, uma parede abaixo. teriam os sinos de dobrar longamente. Lá estão eles, caladões. Fosse na Cachoeira e o sininho do seu Manuel Leão era dobrando dobrando dia inteiro pelo defunto do Necrotério. Rente da Catedral [36] devia estar o Colégio, de que falavam muito, não o seu mas um de fama, sobradão dos seminaristas, este ele nunca apeteceu. Alfredo tinha o passo hesitante. E mais humilde se tornou o seu deslumbramento. Não sabia o que lhe pesava mais, se a impressão do morto na pedra, a súbita saudade de casa, o temor de ser recolhido aquele Colégio ou a necessidade de chegar ao 160 e mais depressa dormir. (JURANDIR, 1960, p. 35 e 36).

O necrotério da cidade de Belém ficava próximo do mercado, era quase inevitável que a multidão que transitava para as compras diárias de peixe não se desse com os mortos sobre a pedra de tristeza e luto.



Figura 1 – O Necrotério Municipal era localizado no fluxo de barcos que chegavam à cidade de Belém. No fundo pode-se ver as torres pontiagudas do mercado do Ver-o-Peso. A chegada de Alfredo em Belém coincide com o morto exposto sobre a pedra. A imagem do morto se infiltra na paisagem da cidade, pois o necrotério é ladeado de janelas. Fonte: Cartão postal, 1904.

O homem triste, diante ao luto é convidado à liberdade do lúdico, o jogo que a ausência do mundo ordenado incita a jogar. Um homem triste é levado à inventar novas leis transitórias e novos sentidos efêmeros. Luto e jogo, “*Trauer-spiel*” regem a vida moderna nas cidades.

Luto e jogo, a alegoria desvela assim a dialética imanente ao “*Trauer-spiel*” e, igualmente, a que rege nossa modernidade, dividida entre nostalgia de certezas desaparecidas e a leveza trágica do herói nietzschiano. Por certo, na idade barroca e até em Baudelaire, mesmo jogo está impregnado de melancolia, possuído pela perda de uma regra definível. Isto não impede que sua produtividade abundante nasça desta perda e do reconhecimento da perda. É na historicidade e na caducidade das nossas palavras e de nossas imagens que a criação alegórica tem suas raízes (GAGNEBIN, 1999, p. 39).

A contemplação do cadáver e da cidade por um desalentado, assombroso olhar de Alfredo (protagonista do romance *Belém do Grão Pará*) se instaura uma dialética – cidade-novidade para o jovem recém-chegado de Cachoeira, mas cidade-ruína, ou cidade-desmoronamento.

Se o objeto se torna alegórico sob o olhar da melancolia, ela o priva de sua vida, a coisa jaz como se estivesse morta, mas segura por toda a eternidade, entregue incondicionalmente ao alegorista, exposta à sua graça ou à sua desgraça. Vale dizer, o objeto é incapaz, a partir desse momento, de ter uma significação, de irradiar um sentido; ele só dispõe da significação que foi atribuída pelo alegorista. Este coloca dentro dele e chega até seu fundo: isto não é uma realidade psicológica, mas sim ontológica. Em suas mãos, a coisa se transforma em algo de diferente, através dela o alegorista fala de algo diferente, ela se converte na chave do domínio de um saber oculto e, como emblema desse saber, ele a venera. Nisso reside o caráter escritural da alegoria (BENJAMIN apud GAGNEBIN, 1999, p.40)

Numa leitura alegórica do vocabulário pictográfico de Deane a cidade é engolida pelo túnel das árvores. Esse estado minimizado dos casarões se converge para o estado

arruinado da cidade. A imagem-gravura coloca em evidência a casa das três janelas na Estrada de Nazaré. Uma casa que paulatinamente se desmorona na narrativa.

O espírito melancólico se infiltra nas paredes úmidas da casa-narrativa. Andando pela cidade, Alfredo mistura a melancolia com a agradável caminhada entre as vozes do mercado. *Mas no ruído, nas vozes do Vero-Peso e no íntimo rumor de suas emoções, caía como água de fonte a voz de Andreza: B'lem. Sentiu-se ferido por uma piedade miúda e uma tristeza que agradava ao mesmo tempo o seu orgulho de estar na cidade* (JURANDIR, 1960, p. 32). Dentro da casa-ruína, para qual se mudara a família Alcântara, os móveis são tristes. Alfredo chegava a se perguntar: *Como estar nas janelas do 34 (casa na Estrada de Nazaré) sem que a rua espiasse, lá por dentro, os tristes tarecos do 160? Ora, o piano, por si só, não podia mobilar a casa toda* (JURANDIR, 1999, p.161).

A gravura-cidade de Percy Deane traz a imagem alegórica da casa de três janelas da família Alcântara. Uma mudança de moradia que incluirá o convívio do vocábulo “ruína”. A história da família Alcântara num desmoronamento da memória da cidade.

Na imagem-gravura que Percy Deane elaborou para a capa do romance dalcidiano é uma das ruas da cidade de Belém, tomado pela plantação de mangueiras. As ruas arborizadas faziam parte do projeto de urbanização de Antônio Lemos (1843-1913), período conhecido como *Belle-Époque*, cidade e modernidade. A imagem de Deane está dividida em três retângulos de cima para baixo.



Figura 2 – A Capa de Percy Deane do romance *Belém do Grão Pará*, de Dalcídio Jurandir (dividida com os retângulos). A divisão dos retângulos de cima para baixo, no primeiro as copas das árvores; no segundo retângulo os casarões impressados entre as árvores; e no terceiro a cor preta, o peso escuro dos túneis. Fonte: Capa da 1ª Edição de *Belém do Grão Pará*, 1960.

O primeiro retângulo superior é preenchido com as copas das árvores, das mangueiras (*Mangífera Indica*). Árvore frondosa, própria de ambientes tropicais. Estas árvores atingem uma altura de 35 a 40 metros. Sua folhagem é perene.

É possível, apesar de não ser uma tarefa simples. Aqui, uma das dificuldades que os especialistas da área encontraram para chegar a uma resposta satisfatória, diz respeito ao fato de que quando a mangueira é introduzida em regiões de condições climáticas favoráveis, naturaliza-se rapidamente e assume a aparência de uma planta selvagem (AIROZA, 2010, p. 42).

Pensar a mangueira como planta selvagem, tanto por seus galhos que crescem e se derramam sobre os sobrados desarrumando as telhas. Na imagem de Deane as folhas e galhos dominaram não existe espaço para o telhado da cidade. Nas linhas do romance as mangueiras são quase personificadas como algo medonho na noite chuvosa:

Uma noite, Antônio ouviu estalar pelas bandas da cozinha. Na rua, sob a trovoadas, com as suas saias rodadas em cima, as mangueiras se remexiam. E tome chuva até ralar magrinho um sol arrepiado. E quando clareava, Belém escorria, sacudindo-se como uma arara molhada. Numa dessas noites, estalou alguma coisa na casa dos Alcântaras, Foi em meio da ventania, ninguém escutou senão Antônio que era de ouvido fino. Escutou como se [290] habituada a escutar os rumorinhos mais miúdos do mato, no rio, a intenção da maré na reponta, o viajar dos peixes, o pé dos bichos na folhagem e no chão, o grande barulho silencioso da selva e das águas que só os que têm dom, sabem escutar. Antônio ouviu, foi ver, não viu nada. A cozinha intacta, sem sinal de rachadura. Teria sido dentro da parede, caibro, viga, esteio, onde? Alguma coisa se partia invisível na casa velha. Também as visagens, muito quietas na solidão de seus cismares, se levantam quando o vento embrabece e cospe chuva, assanham-se, matraqueiam, vergam o espinhaço que estala como tronco riscado por um raio. Antônio cismou das visagens.

Fez segredo. Pensou: cair uma casa era um espetáculo de se ver, se pedir que acontecesse. Não tinha estimação nenhuma pela família. Afinal viera para aquela casa, por que? Nem sabia. Estava para ir embora, cinzando por esses mundos, não mais Guamá ou Ilhas. Queria o que ouviu dizer na rua e por boca de seu Virgílio, que existia, o sul. Falavam nessa terra, o Sul, dias de muito navegar. em navio grande, cortando mares, cada mar! Mas precisava mais idade, lerzinho um pouco, despachar seus negócios por meio da decifração das letras e da tabuada. O resto seria por conta de seus atrevimentos, correr ah, correr, correr os caminhos. Correr os caminhos, o pé solto (JURANDIR, 1960, p. 289 e 290).

As árvores com pesadas folhas molhadas e a água da tempestade se infiltrando nos telhados e paredes das casas como grandes ameaças de uma cidade moderna. A gravura traz um trançado de galhos e folhas pesam sobre os telhados dos casarões. Barulhos silenciosos da selva e das águas.

O segundo retângulo é o entre as árvores, é o ponto de fuga aberto para mar. A hostilidade de uma cidade moderna que aperta a respiração entre as toras de madeiras e comprimem os prédios conduzindo a ruínas das sombras das histórias.

Esse retângulo central traz a casa para qual a família Alcântara se muda. Não é uma casa nova, com o desmoronamento econômico acontece também o

desmoronamento da vida opulenta de algumas famílias. O desmoronamento da memória. A casa traz essa metáfora das ruínas dos sonhos.



Figura 3 – Detalhe da imagem da capa do romance *Belém do Grão Pará*. O segundo retângulo traz a imagem da casa-ruína da Estrada de Nazaré, a casa de três janelas, para qual se mudam a família Alcântara.

A seguir tem-se uma sequência de citações do romance, em que os personagens estão em mudança para outra casa alugada na Estrada de Nazaré, um pardieiro, não tão bem localizada de seus afazeres cotidianos, mas uma importante rua da cidade onde acontecia (acontece) a Festa de Nazaré. No ponto de fuga pode se perceber um pedaço de céu aberto, um pequeno respiradouro numa imagem sufocada pelas árvores selvagens.

Na gravura de Percy Deane, pode se ver uma casa de três janelas, imprensada entre os troncos das árvores, ameaçada pelos pontiagudos galhos e folhas perenes se impondo sobre a construção ruínosa.

“Tal foi a convicção de Emília de que a mudança ia ser que d. Inácia logo aprovou tudo, e aprovou contra o [155] marido. O aluguel poderia ser maior não obstante a velhice ou ruína da casa. Mas saberiam aproveitar tudo, restaurar o pardieiro. e que ponto, Deus do Céu, que semelhante ponto! E mesmo para o Virgílio: não era mais perto da Alfândega? E para a Isaura: não era a dois passos da Rui Barbosa? Uma coisa porém: longe haviam de ficar da Festa de Nazaré, em outubro. Em compensação, o Círio passava por baixo das três janelas. Depois, não tinha bonde num átimo até o Largo?” (154-155)

— Ajusta tudo, minha filha. Vamos dizer ao Virgílio, sim, mas já levando os troços daqui para a casa nova. Casa Nova? Para a ruína. Afinal, minha filha, não queres morar na Estrada de Nazaré nem que seja debaixo de um pardieiro? Isso quer dizer bem o nosso destino. Estamos debaixo das ruínas do leimismo e convém mostrar [181] ao público a nossa condição, e que isso é uma honra para a família Alcântara. Aqui temos muito conforto, muito sossego, embora com os esteios fincados na lama, nesta baixa. A casa se aguenta. Mas na Estrada de Nazaré, nas três janelas podres, brilha-se.

Mas chegava Emília Alcântara, com ar festeiro, remirando os três quartos, o corredor de parapeito sobre o patiozinho que seguia para o quintal onde umas bananeiras arriavam, o cacto, a mangueira tinha um galho perigoso sobre a beira do telhado, precisando de cortar e um coqueirinho mirrado dizia que nunca iria dar um caco, vivesse uma eternidade. Emília suspendia o vestido, pisando na ponta dos pés no molhado da sala de jantar avarandada, na cozinha de tijolos; espiou a sentina, ah, assim sim, dentro de casa. A casa tinha uma ala, a peça melhor com dois quartos e em seguimento o banheiro.

Na sala de visitas o assoalho era madeira preta e branca assim como o gabinete onde ficaria o piano. É verdade que as tábuas se deliam aqui e ali, ocas, como se o cupim tivesse contaminado a [192] velha construção, do alicerce à cumeeira, pois se viam no teto largas brechas. Goteiras torrenciais se abriram na ocasião em que deu uma pancada de chuva, chuva de bago grosso. Nisto, apareceu o irmão de Isaura, o marceneiro, para examinar, ver o que se podia fazer. Tranquilo, dizia num tom de quem se lamenta: — Mas tudo tão carcomido! Uma grande casa mas de cupim ela inteira.

— Meu filho, a tua Emília nos trouxe a esta ruína aqui. Eu não durmo, pensando que a casa pode cair. As despesas aumentam. Temos que arriscar no jogo. Tu vais me ler o jornal. Mas de quem? (JURANDIR, 1960, p. 154, 155, 180, 181 e 212)

A alegoria da casa urbana é tecida ao longo do texto do romance de 358 páginas. É uma narrativa triste porque também é uma história da fragmentação de uma casa. Desde a chegada ao casarão o termo “ruína” já começa a rondar no cenário urbano da história. *Debaixo das ruínas do leuismo*, debaixo dos ruídos da história, de uma história nebulosa, Dalcídio Jurandir vai tecendo sua saga. Narrativa dos fragmentos, do pó das ruínas, das janelas podres. A casa-gravura de Percy Deane não traz um ambiente tranquilo e seguro, os pontiagudos galhos estão sufocando a construção. Assim, pode lembrar do texto de Baudelaire, (...) *Quando o sol mais cruel bate com seus raios vivos/ Em cidades e campos, telhados e trigo/ exercito sozinho esta absurda esgrima* (...). O *flâneur* benjaminiano lidando com a agressividade urbana (BENJAMIN, 2010).

O terceiro retângulo é o abismo cavado sob as ruínas da cidade, a alegorização da cidade-narrativa. A concretização da cor preta, sólida, atravessada pelas letras garrafais do título do romance – o nome da cidade-narrativa.

A aproximar do próprio passado soterrado no abismo escuro da memória, deve ser como um arqueólogo que pormenoriza uma escavação. Uma cidade soterrada num abismo deve ser espalhada em fragmentos, espalhá-la como se espalha a terra.

A luz e a treva numa gravura de uma cidade-narrativa já é um jogo de paradoxo, a claridade e a sombra da memória. Não existe uma luta hierárquica, de um se impor sobre o outro, mas a dialética dos encontros. Uma cidade entre sombras, com uma minúscula abertura para luz. O compreensivo e o incompreensivo, o caos e o cosmo, comunicação e a mudez.

Uma narrativa-cidade traduzida numa gravura-camadas que apenas estudos-exploratórios vagarosos desnudam fragmentos preciosos, e isto é o que recompensa a escavação de um texto narrativo. *A imagem da escavação intermitente, paciente, da atenção exaltada ao objeto e da pormenorização de seus elementos: essa é a efígie da atividade filosófica*, como pensara Benjamin no prefácio ao livro sobre o drama barroco do século XVII. *Representar a verdade que adormece nos objetos, restaurar-lhes a dimensão expressiva e significativa*: esse é um caminho da alegoria (COLI, 2017, p 01).

Aplicar os procedimentos alegorizantes na leitura (ou na escrita) do verbal e não verbal é dar força eterna num tempo finito; é permitir combinações infinitas das ruínas de fragmentos catalogados. O leitor de escombros não deve resgatar as ruínas, a

narrativa não é uma arrumação linear de encadeamentos. Uma narrativa-imagem são fragmentos mortos esperando serem cavados (PENIDO, 2017).

Se o objeto se torna alegórico sob o olhar da melancolia, ela o priva de sua vida, a coisa jaz como se estivesse morta, mas segura por toda a eternidade, entregue incondicionalmente ao alegorista, exposta à sua graça ou à sua desgraça. Vale dizer, o objeto é incapaz, a partir desse momento, de ter uma significação, de irradiar um sentido; ele só dispõe da significação que foi atribuída pelo alegorista. Este coloca dentro dele e chega até seu fundo: isto não é uma realidade psicológica, mas sim ontológica. Em suas mãos, a coisa se transforma em algo de diferente, através dela o alegorista fala de algo diferente, ela se converte na chave do domínio de um saber oculto e, como emblema desse saber, ele a venera. Nisso reside o caráter escritural da alegoria (BENJAMIN apud GAGNEBIN, 1999, p.40)

A leitura alegórica da casa das três janelas, num contraponto casa-romance e casa-gravura, é uma possibilidade de contribuir com novos ângulos da recepção. No texto de Dalcídio Jurandir a história-ficção ou ficção-histórica, a narrativa-cidade ou cidade-narrativa, permite um jogo de antíteses e paradoxos que a interpretação alegórica deixa mais evidente. Uma casa-ruína de móveis tristes pode estar relacionado à todo o álbum de fotografias familiares antigas, lembranças que vagam por entre as sombras fantasmagórica da história.

REFERÊNCIAS

AIROZA, Luis Otávio Viana, **Cidade das mangueiras**: aclimação e arborização dos lougradouros belenenses (1616-1911). Belém: Editora Amazônia, 2010.

BENJAMIN, Walter. *Ursprung des deutschen Trauerspiels*. Trad. Jeanne Gagnebin. In: GAGNEBIN, Jeanne Marie. História e Narração em Walter Benjamin. São Paulo: Editora Perspectiva. 1999.

BENJAMIN, Walter. **Baudelaire e a Modernidade**. Trad. João Barrento. São Paulo. Editora Autêntica. 2010.

COLI, Ana Luiza. **A Origem (Ursprung) como alvo e o método interpretativo de Walter Benjamin**. (UFMG). Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/cadernosbenjaminianos/article/viewFile/53014709>. Acesso: 12 de agosto de 2017.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **História e Narração em Walter Benjamin**. São Paulo: Editora Perspectiva. 1999.

JAUSS, Hans Robert. **O Texto poético na mudança de horizonte da leitura**. In: LIMA, Luiz Costa (seleção, introdução e revisão técnica) Teoria da Literatura em suas Fontes. São Paulo. Ed. Francisco Alves, 1983.

JURANDIR, Dalcídio, **Belém do Grão Pará**. Rio de Janeiro. Livraria Martins, 1960.

Percy de Mello Deane. Disponível em: <https://www.escriitoriodearte.com/artista/percy-de-mello-deane/>> Acesso: 27 de julho de 2017.

Percy Deane. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa8861/percy-deane>> Acesso: 20 de julho de 2017.

PENIDO, Stella. **Walter Benjamin: a História como construção e alegoria.** Disponível em: http://www.oquenofazpensar.com/adm/uploads/artigo/walter_benjamin_a_historia_como_construcao_e_allegoria/n1stella.pdf. > Acesso: 08 de agosto de 2017.

SPINELLI, M. **Helenização e recriação de sentidos.** Porto Alegre: Edipucrs, 2002, p. 84.

A UTOPIA COMO POÉTICA DO FRACASSO EM ROBERTO BOLAÑO E MILTON HATOUM

João Pereira Loureiro Junior

Orientador: Prof. Dr.º Carlos Henrique Almeida

Linha de Pesquisa: Literatura, memórias e identidades

Resumo: A história da literatura está cheia de representações sobre utopia e fracasso. Das narrativas clássicas que sedimentaram figuras históricas e literárias em suas epopeias aos frágeis e intensos heróis problemáticos pós-modernos em suas jornadas decadentes. O fazer literário sempre esteve atrelado a algumas das matérias essenciais que dão vida a muitas narrativas literárias: o fracasso enquanto utopia. Podemos acentuar a força da relação fracasso/utopia e sua inerência ao constructo poético de *Cinzas do Norte* (2005) de Milton Hatoum e *Os detetives selvagens* (1998) de Roberto Bolaño que servem de base para a presente pesquisa em desenvolvimento. Será à luz de alguns “vencidos” que protagonizam os referidos romances que discutiremos neste trabalho uma possível poética do fracasso presente nas narrativas dos referidos autores e seus romances, analisados aqui a partir de algumas perspectivas teóricas que vão de uma explanação sobre utopia e seu caráter delineador no que diz respeito a identidade da América Latina (AINSA, 2010), a presença do fracasso no contexto de nossa sociedade partindo de um âmbito geral em que se discute o papel do fracasso para o fazer literário (SPILLER; SÁNCHEZ, 2009) (FOUCAULT, 2003), para alcançar enfim um espaço discursivo mais restrito a partir das proposições que discutem o papel exercido pelo signo da derrota no contexto social e político tendo em vista o espaço latino-americano (AVELAR, 2003) para que possamos traçar considerações reflexivas sobre o papel que joga a memória e o esquecimento (ROSSI, 2010), no afã de tentar entender a história latino-americana na (re)construção dessas narrativas protagonizadas pelos “vencidos” de Hatoum e Bolaño, tendo como foco discutir a acepção de busca enquanto utopia de uma poética do fracasso a partir da construção desse imaginário de pensar a América como este constante “*lugar que não existe*”, tal e qual o sentido de toda e qualquer utopia.

Palavras-chaves: Fracasso. Utopia. Memória. Bolaño. Hatoum

*“Prueba otra vez.
Fracasa otra vez.
Fracasa mejor”*
Samuel Beckett

A literatura está cheia de representações sobre o fracasso. De acordo com Sánchez e Spiller em um estudo pontual sobre o tema: “la literatura y el fracaso

mantienen una íntima relación altamente productiva y creadora; el éxito se mira como algo poco poético. (2009, p. 07), podemos acentuar a força da relação fracasso/êxito e sua inerência ao constructo poético, retomando a citação de Beckett que introduz esta discussão, no afã de compreender que a matéria que dá tom de fracasso às narrativas literárias não pode ser ignorada, posto seu caráter “redentor” de ser uma constante busca por um fracasso melhor, uma nova tentativa do ato de perder, uma renovada investida no afã de conquistar algo, ou um retumbante fracasso que se aproxima de um êxito, não como representação da vitória em si, mas como tentativa, posto que há uma inerência implícita que em cada vitória conquistada há a reafirmação de uma derrota alheia: a derrota do outro.

Ou dos outros para nos atermos aos personagens “vencidos” que protagonizam os romances *Cinzas do Norte* (2005) de Milton Hatoum e *Os detetives selvagens* (1998) de Roberto Bolaño e que serão discutidos e analisados a luz de apontamentos teóricos que vão de uma explanação sobre utopia e seu caráter delineador no que diz respeito a identidade da América Latina (AINSA), a presença do fracasso no contexto de nossa sociedade partindo de um âmbito geral (SPILLER, SÁNCHEZ, FOUCAULT), para alcançar um espaço mais restrito a partir das proposições que discutem o papel exercido pela derrota no contexto social e político tendo em vista o contexto de algumas obras literárias latino-americanas, para que enfim possamos traçar considerações sobre memória e esquecimento (ROSSI), no afã de tentar entender o papel da história na (re)construção de nossos heróis “vencidos”, mas protagonistas de sua própria narrativa.

E no sentido de discutir o fracasso como mola propulsora de nossa escrita literária, reflitamos a partir do estatuto de nossa identidade. Tal e qual a proposta de pensar a afirmação de uma identidade como negação do que “não somos”, refletir sobre o fracasso é contrapor-se ao ideário do êxito tão em voga nos tempos atuais e que muitas vezes se dissemina porque faz parte do discurso dominante, e de alguma maneira isso se reflete na contramão de uma célebre frase atribuída a George Orwell na qual ele afirma que “A história é escrita pelos vencedores”, quando na verdade, poderíamos reelaborá-la sem perder seu tom de constatação: a história dos vencidos é que é escrita (MAYKA, 2015, P. 167). E essa contraposição entre fracasso e êxito se configura de maneira pontual quando nos direcionamos para a literatura e o que e sobre quem ela escreve, afinal, mais que narrar apenas a saga dos vitoriosos, a literatura se permite contar a vida desses desgraçados que Michel Foucault em “A vida dos homens infames” (2003) estudou como matéria essencial para pensar a sociedade e suas contradições, pois “o mundo está repleto de fracassados (...) que também tem uma história pra contar (MAYKA, 2015, p. 168), ou, nas palavras de Foucault ao referir-se a esses homens do título de seu artigo nos afirma:

Essas vidas, por que não ir escutá-las lá onde, por elas próprias, elas falam? Mas, em primeiro lugar, do que elas foram em sua violência ou em sua desgraça singular, nos restaria qualquer coisa se elas não tivessem, em um dado momento, cruzado com o poder e provocado suas forças? Afinal, não é um dos traços fundamentais de nossa sociedade o fato de que nela o destino

tome a força da relação com o poder, da luta com ou contra ele?
(FOUCAULT, 2003, p. 05)

Relações de poder que nos levam a questionar o que aí se impõem como verdade absoluta e fazem com que cada jornada, por mais insignificante e simplória que nos pareça, é uma jornada que resiste ao furor do êxito. É uma luta de classes que subjaz em cada derrota ou na voz de cada vencido, pois a partir do que ele nos conta enquanto dono de sua própria história, podemos repensar o *status quo* dessa sociedade que se acomoda no sucesso como objetivo primordial, quando na verdade isso nos faz retomar a essência da derrota pelo viés de uma esperança que se traveste por vezes na forma de uma utopia a ser alcançada, sem que para isso aprendamos a ver a realidade do fracasso na consolidação de qualquer utopia, já que este *lugar que não existe* não deve(ria) ser alcançado, pois nesse sentido perderia sua essência de utopia.

Nesse sentido, será fundamental discutir o estatuto da narrativa enquanto produto estético, bem como essa estética nos ajuda a entender as discussões que cada obra se propõe a debater no cenário de nossas letras e o papel que exerce o fracasso como elemento constituinte de nossa jornada histórica, afinal e ainda nos rastros do que nos afirmam Sánchez e Spiller a respeito do fracasso enquanto instrumento para uma construção estética:

Lo malogrado siempre encontrará un cauce en las letras universales para constituirse en motivo (con un sinfín de trágicos personajes perdedores), en el nivel del discurso (¿según qué procedimientos se poetiza el fracaso?) y por sus implicaciones autobiográficas. [...] ¿Cómo se escribe sobre el fracaso? ¿Qué influencia tiene el fracaso en el estilo y en el discurso literarios? ¿Cómo influye en la dramaturgia y peripecias de las ficciones la interacción contingente del éxito y del fracaso? (SÁNCHEZ; SPILLER, 2009, p. 07-08)

Ao longo da história, a literatura mapeou mundos de dimensões imaginárias que fez o homem “viajar” pelos lugares mais fantásticos situados em paragens desconhecidas do *mapa-múndi*. Em *Dicionário de lugares imaginários* de Alberto Manguel e Gianni Guadalupi, muitos destes lugares foram enumerados como verbetes de um guia para “viajantes”, e em meio a estes “mundos criados para satisfazer um desejo urgente de perfeição” (MANGUEL, 2003, p.8), uma ilha “situada a pouco menos de 25 quilômetros da costa da América Latina” (Idem, 2003, p. 445) representou (e ainda representa) não apenas um dos mais conhecidos lugares imaginários da literatura, mas um dos maiores símbolos de esperança já criado pelo homem para justificar seu permanente desejo de “sonhar acordado” com um mundo melhor. Imaginada por Thomas Morus, a ilha de *Utopia* edificava uma sociedade imaginária, ideal, sem propriedade privada, com absoluta comunidade de bens e do solo, forjada dentro de um contexto histórico-social que a partir de sua concepção no ano de 1516, representaria – para o bem ou para o mal – um espaço de idealização.

E nessa conjunção de elementos fictícios e reais América se tornou a utopia, e vice-versa. Apesar de hoje sua origem está comumente relacionada a este “lugar que não existe”, a origem da palavra utopia teria, segundo Misseri em *Identidad y alteridad en el imaginario utópico americano* “un doble origen: ‘outopia’ y ‘eutopia’. Estas dos

palabras griegas latinizadas significarían respectivamente no-lugar y buenlugar” (2009, p. 131) assim como para outros autores o termo também ganharia contornos polissêmicos que apenas confirmariam a atemporalidade da palavra em sua evolução semântica e nos brindaria com sua acepção de utopia enquanto busca.

E a acepção de busca que será discutida na análise dos romances em questão, reitera a construção desse imaginário cartográfico de pensar a América como um lugar existente e não existente ao mesmo tempo, no sentido de sua busca por identidade, reiterando o caráter utópico presente nas entrelinhas das obras e seus respectivos tons de buscas fracassadas para que possamos entender por fim o sentido de derrota que subjaz nas narrativas do fracasso latino-americano, bem na linha do que reafirma a citação de Idelber Avelar sobre América Latina quando este assevera “a derrota como determinação irreduzível da escrita literária no sub-continente” (AVELAR, 2003, p. 27), reforçando em seguida que essa “aceitação da derrota¹, o abraço ao fracasso não tem nada a ver com qualquer celebração autoindulgente ou masoquista” mas sim que (...) a aceitação da herança da derrota abre a possibilidade de ler em cada documento de cultura a barbárie que o tornou possível” (AVELAR, 2003, p. 177), nos levando a crer que, mais que expor as feridas – ou as “veias abertas” para ficarmos com a menção clássica de Galeano - de uma América em constante processo de reconstrução, devemos repensar este espaço, mais do que nunca, reinventado na literatura a partir daquilo que nos forjou enquanto continente dentro desta poética de vencidos. Mas afinal o que seria essa poética?

A poética dos vencidos é a narração de um possível desaparecimento, na forma de um fim que se consolida ora como a narração de um fracasso que celebra um herói mais do que nunca vivo na memória dos outros. Nesta primeira menção, estamos nos referindo a narrativa de Milton Hatoum e seu Mundo em uma jornada de resistência enquanto símbolo questionador de uma época de silêncios e imposições ditatoriais. E assim ouvimos a voz desencantada de mundo ao final de Cinzas do Norte:

[...] Agora escuto a minha própria voz zunindo e sinto fagulhas na cabeça, e a voz zunindo, fraca, dentro de mim... Não posso mais falar. O que restou de tudo isso? Um amigo, distante, no outro lado do Brasil. Não posso mais falar nem escrever. *Amigo... sou menos que uma voz...* (HATOUM, 2010, p. 230-231, grifo meu)

Outras vezes esse fim se consolida como o fracasso de uma narração que flerta todo tempo com a estrutura do romance enquanto gênero, que distribui a narrativa entre dezenas de vozes desconhecidas, protagonistas desaparecidos e ausentes, e narradores não-confiáveis por estarem ou bêbados ou drogados. Estamos agora no campo narrativo de Roberto Bolaño e seu magnífico coral de vozes, bem como seu jogo gráfico proposto como provocação ao fazer literário. Assim se despede um dos tantos narradores de “Os

¹ Sobre o uso dos termos Derrota (usado por Avelar em seu estudo) e Fracasso, proporemos mais adiante uma leitura mais detida de suas acepções. Neste primeiro momento a ideia é discutir fracasso e derrota como elementos sinônimos.

detetives selvagens”. Com este enigma gráfico e a pergunta: “O que tem depois da janela”:

15 de febrero

¿Qué hay detrás de la ventana?



(BOLAÑO, 2010, p. 609)

Ora as reticências memorialísticas do narrador de Hatoum que nos oferece a oportunidade de celebrar a resistência de Mundo às imposições de seu pai e daquele mundo pós-64, ora o enigma gráfico de Juan García Madero em seu diário e o questionamento não menos obsessivo de seu narrador. No entanto, mais obsessivas são as perguntas que nos fazemos quando nos deparamos com o que vem além dos inquietantes finais destes labirintos fragmentados de vozes perdidas, personagens em fuga e um itinerário de buscas que se ergue a medida em que se desconstrói a utopia latino-americana em duas jornadas pós-modernas sobre sonhos, utopias, fracassos e desilusões.

São histórias sobre juventude, rebeldias, drogas, arte e literatura, mas que poderiam ser lidas como simples metáforas sobre a busca e o fracasso de uma geração que acreditou que “detrás de la ventana” existia uma utopia pronta a se realizar na América (representada em grande medida pelos socialismos utópicos pós-ditatoriais) quando na verdade o que sempre existiu (e ainda existe) é um anacrônico discurso utópico que, no atual contexto, precisa se reinventar para dar sentido às dimensões transfronteirizas de um continente em constante processo de reconstrução. E nesse sentido se faz importante sublinhar o papel dessas narrativas como porta-vozes de um discurso que se quer distinto, não apenas pelo caráter político e social, mas como forma de rever sua história e contar agora a partir da ordinariedade do cotidiano, sem os adornos espetaculares de um realismo mágico ou o barroquismo de um real maravilhoso. São narrativas que prezam por uma poética do vencido ou uma poética do fracasso.

Os detetives selvagens (1998) de Roberto Bolaño e “Cinzas do norte” (2005) de Milton Hatoum, são as duas narrativas que são os objetos de estudo desta pesquisa e que – ainda que sejam diferentes – foram escolhidas para integrarem o teor literário dessa investigação a partir da conjunção de dois elementos em comum que ambas apresentam: o sentido geracional proposto por seus autores na concepção ideológica das mesmas. E este sentido pode ser observado de maneira literal naquilo que cada autor

comenta sobre os romances. Para Bolaño “*Los detectives salvajes* “intenta reflejar una cierta derrota generacional” (BOLAÑO, *Entre paréntesis*, p. 327), enquanto que para o escritor Milton Hatoum, “esse romance [Cinzas do Norte] é o pagamento de uma dívida com a história moral de minha geração” (HATOUM, 2011). Foi a partir dessa percepção que decidimos investigar as narrativas, tendo como aporte teórico alguns elementos que serão melhor delineados num momento oportuno, mas que já os cito aqui como forma de direcionar a linha de pesquisa proposta pelos caminhos teóricos encontrados na minha formação. E nesse caso, o presente capítulo tem por objetivo pensar o estatuto da memória e do esquecimento como elementos importantes para a constituição das narrativas, posto que em ambas, tanto a memória como o papel exercido pelo esquecimento têm sua função de entender o narrado e seu contexto.

Nesse sentido, é curioso observar os referidos romances à luz de algumas propostas teóricas sobre memória e esquecimento, levando em consideração que as referidas narrativas estão construídas como um labirinto de buscas onde uma busca condena a outra nos fazendo mergulhar numa espécie de “boneca-russa de buscas” que vai do modelo estrutural da narrativa aos significados propostos pelas obras dos autores.

Em cada romance se constrói um painel de figuras emblemáticas e narradores depoentes com a clara intenção de reconstruir o passado como uma forma de resistir ao caráter de apagamento que se evidencia não apenas nas linhas dos romances, mas na própria ideologia que subjaz quando os autores explicam suas obras pelo viés da homenagem geracional. E esse aspecto é fundamental para entender como as duas obras nascem enquanto caráter memorialístico, mas se encerram enquanto signo de um apagamento necessário, seja pelas já citadas reticências do fim de *Cinzas* como pelo caráter aberto e ambíguo do gráfico que encerra *detetives*. Daí advém a proposta de pensar as duas narrativas como romances que nascem enquanto signo da memória coletiva – no seu caráter homenageador - para se converterem em narrativas que, mais que explicitar o sentido de derrota e fracasso do vivenciado e testemunhado - quer consolidar a importância das memórias nos processos de apagamentos, pois será nesse e dentro desse processo dicotômico necessário entre memória e esquecimento que se apresenta uma das propostas de diálogo dessa pesquisa e que nomeia este capítulo.

O diálogo a que nos referimos se faz presente entre as narrativas de Bolaño e Hatoum, como reflexos do que Paolo Rossi discute, em especial quando este afirma que “ressurgir de um passado que foi apagado é muito mais difícil que lembrar de coisas esquecidas” (ROSSI. 2010. p. 35), afinal tanto no romance de Bolaño como na obra de Hatoum, de alguma maneira estão propostos o estatuto da memória e do esquecimento, seja na forma memorialística a que se submete o narrador para recuperar a memória de um personagem morto (posto que Mundo já começa a narrativa nessa condição) seja no caráter de “desaparecimento” dos “detetives” de Bolaño que ao fim da narrativa não devem ser lembrados tão simploriamente como figuras esquecidas, mas sim devem ressurgir nas possibilidades de resistência que esse desaparecimento contém.

É justamente a partir do quase “esquecimento” necessário dos detetives quanto da memória recuperada de Mundo que essas figuras centrais se sedimentam como

protagonistas, pois ao fim do emaranhado de vozes que “escutamos” ao longo das diegeses quando os vemos ou desaparecer por ruas, ou se despedirem por cartas, é que questionamos a importância que tem a relação memória e esquecimento como necessidades pungentes para um olvido/recordar que tem como objetivo resistir, afinal tanto o “esquecer para lembrar proposto sempre pelas narrativas de Hatoum, como o “lembrar para esquecer” que subjaz o texto de Bolano, não se presentifica apenas naquilo que propõe Rossi quando afirma que “o saber pode ser definido como ‘memória do ser’, mas [que] o esquecimento é que suscita a memória e permite voltar-se para o esquecido” (ROSSI, 2010. p. 20), mas a própria metáfora de uma necessidade que deveríamos prezar como condição primeira para discutirmos as relações entre memória coletiva de uma geração e um possível esquecimento individual que perpassa o sentido paradoxal de buscas propostos pelo enredo dos romances.

E o desaparecimento/esquecimento ou essa morte nas narrativas provocam justamente o sentido de resistência do ato de lembrar e “esquecer”, afinal, ambos se sedimentam como metáforas de uma geração que vive sob a égide desse referido “fracasso” e se confirmam como uma das essências da narrativa latino-americana contemporânea pelo viés do “lembrar para esquecer” e o “esquecer para lembrar” já mencionado anteriormente. E porque podemos pensar os dois romances como essenciais para entender a ideia da memória/esquecimento? Justamente porque as próprias narrativas enquanto forma traduzem essa ideia (cartas organizadas com um tom de intencionalidade, relatos entrecortados, capítulos alternados de maneira aleatória, diários incompletos, depoimentos nebulosos...) e também enquanto conteúdo, afinal refletem sobre buscas: em *Detetives*, a busca dos detetives, da poetisa, dos leitores; em *Cinzas* a busca pela arte que possa ser símbolo de um mundo que resiste contra a ditadura. Todos se encaminham para um final que se contrapõe a própria natureza de uma narrativa que quer respostas.

Não há sentido urgente de respostas, mas sim a intenção de ressignificar algo que aconteceu, seja a partir do narrador Lavo e sua tentativa em recuperar a memória de Mundo, afinal, de acordo com Ricouer “não temos nada melhor que a memória para significar que algo aconteceu, ocorreu, se passou antes que declarássemos nos lembrar dela” (RICOEUR, 2007, p. 40). E é isso que ambiciona este narrador *hatoumniano*. Enquanto que para as vozes que narram *Os detetives* consideremos Ricouer dentro da perspectiva do esquecimento a que se submete a estrutura da narrativa e o narrado:

[...] de um lado, o esquecimento nos amedronta. Não estamos condenados a esquecer tudo? De outro, saudamos como uma pequena felicidade o retorno de um fragmento do passado arrancado, como se diz, ao esquecimento (RICOEUR, 2007, p. 427).

E esse arrancar em *Detetives* é pontual para entender que o esquecimento faz parte da estratégia de narradores sem identidades (muitos deles) que visam retomar mais adiante a memória coletiva de figuras aparentemente fadadas ao fracasso, porque de alguma maneira esse fracasso representa uma forma de resistência.

E nesse sentido podemos refletir o seguinte: os protagonistas de ambos os romances desaparecem ou estão mortos, tão-somente para que possam ser lembrados pela própria natureza do mistério que é morrer ou desaparecer sem deixar rastros, vestígios, isto é, “apagados”. Nessa perspectiva vale propor novamente um diálogo com aquilo que Rossi intitula “o temor de ser esquecido”, afinal tanto as imagens evocadas pelas cartas de Mundo, como a própria consideração do ato de recuperar as lembranças de Mundo são evidenciadas por este narrador que opta pelo viés memorialista em Cinzas para evidenciar que a memória de Mundo segue viva como podemos observar nos fragmentos que seguem:

Ainda guardo seu caderno com desenhos e anotações, e os esboços de várias obras Inacabadas, feitos no Brasil e na Europa, na vida à deriva a que se lançou sem medo, como se quisesse se rasgar por dentro [...] (HATOUM, 2010, p. 07)

Antes de mais uma viagem ao rio Negro, ele me entregou o manuscrito, dizendo com ansiedade: “Publica logo o relato que escrevi. Publica com todas as letras... em homenagem à memória de Alicia e de Mundo”. Atendi ao pedido do meu tio, mas não com a urgência exigida por ele — esperei muito tempo. Como epílogo, acrescentei a carta que Mundo me escreveu, antes do fim. (HATOUM, 2010, pp. 224-225)

E esse temor de ser esquecido também se evidencia em *Detetives* através dos depoimentos e pelo diário dos próprios detetives que sugerem o oposto a proposição de que “no mundo que vivemos está cheio de lugares nos quais estão presentes imagens que tem a função de trazer alguma coisa à memória” (ROSSI, 2010. p. 23). Na narrativa de Bolaño a sugestão está nesse esquecimento como símbolo de algo que não está definitivamente esquecido (para poder ser lembrado), mas sim um apagamento necessário que resiste em manter-se não enquanto memória, mas como um desaparecimento eternamente provisório, afinal nenhum dos detetives será “monumentalizado” enquanto memória de um ser que “já foi” existência, mas sim eternizados naquele emaranhado de vozes que se intercalam para retomar a resistência pelo viés do esquecimento.

Assim, cabe destacar novamente o papel desses desaparecimentos na narrativa de Bolaño. São três apagamentos que fundamentam o sentido de nossa discussão sobre o papel crucial que tem o esquecimento. O primeiro deles é García Madero e seu peculiar “apagamento” feito por um pesquisador (cruel ironia) que afirma nem sequer haver ouvido seu nome. Nos fragmentos que seguem, podemos observar esses processos graduais de apagamentos dessas figuras centrais da narrativa.

Ulisses que desaparece pelas ruas de México D.F.:

Ulises ha desaparecido. Y sólo entonces comprendí que se trataba de Ulises Lima, el joven poeta real visceralista al que vi por última vez al volante de mi reluciente Ford Impala en los primeros minutos de 1976” (BOLAÑO, p. 380)

García Madero e o seu já citado “apagamento”:

“¿Juan García Madero? No, ése no me suena. Seguro que nunca perteneció al grupo. Hombre, si lo digo yo que soy la máxima autoridad en la materia, por algo será. Todos eran muy jóvenes. Yo tengo sus revistas, sus panfletos, documentos inencontrables hoy por hoy. Hubo un chavito de diecisiete años, pero no se llamaba García Madero. (BOLAÑO, 582)

E Arturo Belano e seu desaparecimento puro e simples:

Arturo Belano, cuando éste decide viajar para África, como nos revela el testimonio de Suzana Puig en el año de 1994 antes del desaparecimiento “total” de Belano con un “grupo de soldados al encuentro de una muerte segura, iniciando el que será su último viaje, su última desaparición” (TENA, 2010, p.62):

À guisa de conclusão deste momento de reflexões, em ambos os romances, os personagens desaparecem, ou são apagados pelo paulatino processo do “ouvir dizer...” em *Detetives* ou da própria presença de um parágrafo que finaliza nas reticências de Mundo em *Cinzas*, que vai se esvaindo em cada relato, depoimento, carta ou lembranças sobre eles que nos encaminham para um final onde, tal e qual os desaparecidos da ditadura (do qual eles são herdeiros e testemunhas) precisam ser lembrados como esquecidos, para nascerem enquanto símbolo de uma luta, de uma resistência ou da necessidade de permanecer resistente.

Nas referidas narrativas é possível então traçar esse paralelo com a condição desses mortos da ditadura apagados pela história oficial que devem ser jogados aos porões do esquecimento, assim como o fazem com Arturo Belano e Ulisses Lima ou tentam fazer com Mundo e sua decadência errática. E ainda cabe sublinhar o papel dos jogos entre memória e esquecimento nos romances, já que como complementários, as aventuras e desventuras desses personagens, apenas confirmam o que Rossi discute sobre [...] o esquecimento é que suscita a memória e permite voltar-se para o esquecido” (ROSSI, 2010, p. 20).

E o que nos resta para elucidar essas reflexões é justamente retomar a dicotomia memória/esquecimento a partir do discutido por Rossi no afã de pensar que o caráter memorialístico dos romances não estão somente naquilo que comumente pensamos sobre o estatuto da memória, ou seja, tão somente nas obras de Hatoum e Bolão, mas para além delas, o que nos faz refletir sobre a importância dialógica da proposição citada por Rossi de que “temos que aprender a esquecer (...) escolher a vida (...) chegou a hora de arrancar de nossas vidas a opressão das lembranças” (ELKANA *apud* ROSSI, p. 37), afinal esquecer é preciso, tanto quanto fazer ressurgir os esquecidos e vencidos é tarefa primordial para nossa condição de lembrar a história de nossa América e de nossas utopias cotidianas.

REFERÊNCIAS

AINSA, Fernando. **A reconstrução da utopia**. Trad. Antonio Sidekum. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2006.

AVELAR, I. **Alegorias da derrota**: a ficção pós-ditatorial e o trabalho de luto na América Latina. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

BOLAÑO, Roberto. **Los Detectives Salvajes**. Editorial Vintage Español. Nueva York. 2010.

BOLAÑO, Roberto. **Entre Paréntesis. Ensayos, artículos y discursos**. Editorial Anagrama. Barcelona, 2004.

CASTELLANO, Mayka. “Só é fracassado quem quer”: a subjetividade loser na literatura de autoajuda. *Galaxia* (São Paulo, Online), n. 29, p. 167-179, jun. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-25542015120233>

COTRIM, Ana. Reflexos da guinada marxista de Georg Lukács na sua Teoria do Romance. In: Projeto História nº 43. 570 Dezembro de 2011

FOUCAULT, M. A vida dos homens infames. In: _____. *Estratégia, poder-saber. Ditos e escritos IV*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p.203-222.

GALEANO, Eduardo. **Las palabras andantes**. Buenos Aires: Catálogos, 5ª edição. 2001.

HATOUM, Milton. **Cinzas do Norte**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

LUKÁCS, G. A teoria do romance: um ensaio histórico filosófico. Tradução/posfácio e notas de José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Editora 34º; Duas Cidades. 2000.

MANGUEL, Alberto; GUADALUPI, Gianni. **Dicionário de Lugares Imaginários**. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras. 2003.

MISSERI, Lucas E. Identidad y alteridad en el imaginario utópico americano. **Agora Philosophica: Revista marplatense de filosofía**, Nº 19-20, vol. X, 2009. Disponível em:<http://www.academia.edu/844386/Identidad_y_alteridad_en_el_imaginario_utopico_o_americano> Consulta: 13/09/2017.

PAZ, Octavio. *Literatura de fundación*. 15-21, in: **Puertas al campo**. Barcelona: Editorial Seix Barral, 1989.

RICOEUR, Paul. **Memória, História e Esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ROBERTO Bolaño: el último maldito. Documental, 58'. España. Dirección: José Luis López-Linares. Producción: Gema Martínez. Productor ejecutivo: Antonio Saura. Producido por TVE/Colaboración: Zebra producciones. (58 min) 2010. < Disponible en: <<http://www.rtve.es/television/20101022/roberto-bolano-ultimo-maldito/363488.shtml>> Consulta: 14/09/2017.

ROSSI, Paolo. O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das ideias. São Paulo, Editora Unesp: 2010.

SANCHEZ, Yvette. SPILLER, Roland. **Poéticas del fracaso**. Tübingen: Gunter Narr Verlag, 2009.

TENA, Mireia Companys. **Identidad en crisis y estética de la fragmentariedad en la novela de Roberto Bolaño**. 2010, 166 f. Tese (Doutorado em teoría da Literatura) Departamento de Filología Española. Universidad autónoma de Barcelona, Bellaterra, septiembre, 2010.

A GUERRILHA DO ARAGUAIA E MEMÓRIAS DE INFÂNCIA: PERFIL DAS TESTEMUNHAS DESVENDADO EM *INFÂNCIA ROUBADA* (SÃO PAULO, 2014)

Leida Cristina Saraiva Teixeira¹

Orientadora: Prof^a. Dra. Tânia Sarmento-Pantoja²

Linha de Pesquisa: Literatura, memórias e identidades

Resumo: O presente artigo se configura como parte da análise para pesquisa da dissertação do Mestrado em Letras-Estudos Literários, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras pela Universidade Federal do Pará e tem como objetivo traçar o perfil das pessoas que, à época da Guerrilha do Araguaia (1972-1975), eram crianças e que, junto aos seus parentes, vivenciaram as experiências de violação de Direitos Humanos Fundamentais na região conhecida como “Bico do Papagaio” (encontro dos Estados do Pará, Tocantins- área antes pertencente à Goiás- e Maranhão), por meio de relatos contidos no livro *Infância Roubada* (SÃO PAULO, 2014). A metodologia foi baseada nas análises bibliográficas de oito (08) dos 44 relatos testemunhais que compõem o citado livro, dos quais, apenas quatro (04) compõem o *corpus* da dissertação. O aporte teórico teve como bases principais: Ricœur (1913), Leal (2012), Halbwachs (1999), Seligmann-Silva (2003), Santos (2003), São Paulo (2014) e Brasil (2009; 2013). Como resultado, desvendou-se não somente o perfil dos sujeitos que testemunharam e os quais foram selecionados para este artigo, mas também os traumas e as infrações de grande parte dos Direitos Humanos Fundamentais – DHF’s – de crianças que tiveram suas infâncias roubadas pela ação arbitrária da ditadura instaurada pelo golpe civil- militar no Brasil, em 1964.

Palavras-chave: Memórias da infância. Guerrilha do Araguaia. *Infância Roubada* (SÃO PAULO, 2014). Perfil das testemunhas.

INTRODUÇÃO

Na América Latina, as Guerrilhas foram provenientes das lutas contra os governos de Ditaduras militares e que geraram a indignação de pessoas que organizaram formas de resistência a estes governos. Uma destas formas de resistências se deu através de guerrilhas rurais e, inclui-se nisto, a chamada Guerrilha do Araguaia, ocorrida no norte do Brasil, em meio à floresta amazônica no período de 1972-1975.

Ao apresentar, em um encontro sobre Literatura e Resistência³, o trabalho intitulado *Memórias da infância e pós-Guerrilha do Araguaia: um relato de vivência*,

¹ Mestranda em Letras, Estudos Literários, pela Universidade Federal do Pará, 2016.

E-mail: saraivaleida@gmail.com

² Professora Adjunta da Pós-Graduação em Letras-Universidade Federal do Pará/PPGL-UFGA.

acerca do período vivido por minha família e eu na região da Guerrilha do Araguaia, percebi o quanto a ótica, o olhar, que quem, geralmente, relata sobre tais fatos, tem se destinado quase sempre aos adultos militantes do PC do B que a idealizaram/fizeram parte dela; poucos são os relatos que incluem as memórias das pessoas que viveram sua infância à época destes acontecimentos.

Percebe-se que a elaboração desta pesquisa faz-se necessária, pois, busca esclarecer o porquê das crianças, ficarem à margem dos que foram considerados vítimas da barbárie do Araguaia; quem elas eram e que consequências lhes causaram os momentos de resistência e as atrocidades cometidas em reprensão aos que enfrentaram o poderio dos agentes do golpe ditatorial militar brasileiro de 64, mas, que (até hoje!) ainda carregam os vestígios guardados, sobretudo na memória, e que foram relatados durante o ciclo de audiências do Seminário Verdade e Infância Roubada realizado entre os dias 6 a 20 de maio de 2013, pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”. Deste evento, resultou o livro *Infância Roubada* que contém os depoimentos de 40 filhos (e de 04 mães destes) de presos políticos do período ditatorial militar brasileiro (1964-1985).

A metodologia consistiu em pesquisas e análises bibliográficas em oito (08) dos 44 relatos contidos no livro *Infância Roubada* (2014). Além de bases nos textos de Ricoeur (2007), de Pollak (1989), de Halbwachs (1999) e de Leal (2012), onde buscou-se a questão da memória: tipos e fenômenos e, da questão do esquecimento, para melhor analisar os 08 depoimentos analisados; também os textos de Teles (2014), Campos Filho (2013), Moura (1985), Nascimento (2000) e Peixoto (2014) Brasil (2009; 2013) foram utilizados para auxiliar na definição e nos conceitos de guerrilha (de modo geral), nas histórias e fatos sobre a Guerrilha do Araguaia (1972-1975) e sobre o golpe militar ditatorial de 64. Além de Seligmann-Silva (2003) que reforça a questão da memória e do esquecimento pregado, também, por Ricoeur (2007), através de textos sobre os fatos ocorridos no Brasil nos anos 70; e de Mello (2002) que explica de forma clara e sucinta a definição de Direitos Humanos Fundamentais.

REFERENCIAL TEÓRICO

A memória é algo que vai além do espaço do corpo físico, é algo que busca origens na vivência, na história e até mesmo no sofrimento e nas memórias que nem se julga possuir. Assim, o conhecimento sobre o passado é capaz de nos fazer entender o presente e abrir os caminhos para o futuro, pois, **“A memória é a melhor arma humana contra a barbárie.”**⁴.

³ II Jornada de Estudos de Literatura e Resistência. Realizado no período de 17-19 de dezembro de 2013, no Campus da Universidade Federal do Pará, em Abaetetuba/PA.

⁴ Paulo Abrão - Diretor do Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do Mercosul (IPPDH) que funciona dentro da Escola Mecânica da Armada Argentina (a extinta ESMA), hoje um espaço dedicado às vítimas da, especialmente cruel, ditadura argentina. Ver em: www.clarinonline.com (24 de setembro de 2015)

A barbárie e as atrocidades tornaram-se mais visíveis como o aparecimento das ditaduras surgidas em todo o mundo. Mas, nas ditaduras militares ocorridas nos países latino americanos, como Chile, Argentina e Brasil, estas proporcionaram “[...] o ressurgimento de novas ondas de catástrofes, as quais implicaram em políticas de extermínio premeditado de contingentes de opositores, em massacre dos humilhados [...]” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 352-353); no Brasil foram os militantes do PC do B e seus familiares, presos e torturados pela polícia da ditadura, além de índios e camponeses que colaboravam com os *paulistas* (chamados de guerrilheiros pelos militares), como eram chamados os militantes pelo povo da localidade do Bico do Papagaio, que foi mais uma vítima de crimes de toda natureza: tortura, decapitação, desaparecimento de cadáveres, torturas físicas e psicológicas, ameaças.

Tais atos criminosos ainda permeiam as memórias das pessoas, pois, as guerras e as guerrilhas sempre causam marcas profundas, sobretudo na vida e na memória das pessoas, principalmente daquelas que durante a infância presenciaram (e até viveram “na pele”) os horrores cometidos durante os atos que se seguiram ao Golpe militar ditatorial de 1964 (e, principalmente, na Guerrilha do Araguaia), conforme Amelinha Teles relata na introdução do livro *Infância roubada*:

Muitas das crianças que aqui tratamos, filhas de militantes políticos (as) seqüestrados (as), foram mantidas em cárceres clandestinos, nascidas em cativeiro, torturadas ou ameaçadas de serem submetidas a torturas, algumas foram arrancadas dos braços de suas mães, impedidas de serem amamentadas e afagadas, outras chegaram a ser torturadas antes mesmo de nascer, ou assistiram às torturas em seus pais ou, então, viram os pais serem assassinados. (SÃO PAULO, 2014, p.14)

Ressaltando isto, Rogério Leal (2012, p.10)⁵ afirma que “o tema da Memória se afigura de extrema importância à apuração da verdade e da justiça envolvendo a violação de Direitos Humanos e Fundamentais por regimes militares”, principalmente quando se trata dos crimes cometidos às crianças filhos de militantes.

Para se entender com mais clareza toda essa situação, será feita uma divisão em subcapítulos a respeito de eventos históricos nos quais tais fatos aconteceram.

A Guerrilha do Araguaia e o golpe civil-militar de 64

Acredita-se que a Guerrilha do Araguaia foi mais um ato de subversão política do que uma guerrilha armada entre militares e “terrorista”, pois, o PC do B, segundo Jacob Gorender *apud* Mechi (2012, p. 123), foi o “[...] único partido a avaliar corretamente a eminência do golpe.”, já que via na luta armada o caminho para modificar o país e sua estrutura socioeconômica.

A Guerrilha do Araguaia (1972-1975), assim como muitas guerrilhas ocorridas na América Latina, tiveram um diferencial: foram guerrilhas em ambientes rurais ou de

⁵ Rogério Leal. (Org.). Verdade, memória e justiça [recurso eletrônico]: um debate necessário – Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2012. PDF. Ver em: <http://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/diversos/verdade.pdf>

mata densa que eram regiões idealizadas como desertas ou com índice demográfico beirando a zero e com constantes conflitos agrários por posse de terras, além disso,

O Araguaia era a “porta de entrada” da região Amazônica (Ver Figura 1). O destino de muitos era seguir mais à frente, indo buscar trabalho nas regiões extrativistas da borracha, da castanha, no garimpo e buscando a posse da terra. Alguns permaneciam no Araguaia, outros seguiam em frente, outros voltaram. Esta região era um importante entroncamento do caminho dos camponeses, onde as rotas se encontravam. (MECHI, 2012, p. 19, grifo meu)

Por estas razões, os militantes do PC do B, viram na Amazônia um lugar



propício para a instalação de uma base de combate para treinamento e refúgio à repressão instituída pelo golpe militar ditatorial de 1964, o qual foi o marco que desencadeou a Ditadura militar que perdurou por 21 anos (1964–1985) no Brasil e foi um dos episódios mais sangrentos da história da população brasileira que se viu cercada pela rigidez e controle dos militares que buscava, através da imposição coerciva e da censura, difundir a cultura do medo na população, principalmente, na amazônica, onde “Até hoje os moradores da região, palco desta guerra, ainda demonstram visível receio em falar sobre o assunto.” (BRASIL, 2009, p. 85).

Figura 1. Mapa do local da Guerrilha

Fonte: <http://guerrilhaaraguaia.blogspot.com.br/2010/09/museu-em-sao-geraldo-conta-historia-da.html>. Acesso em 02/12/2013

Tal situação só piorou a partir de dezembro de 1968, com a decretação do Ato institucional nº 5 – AI-5 – o qual uma rígida censura até mesmo nos meios culturais, “A censura exigiu da produção cultural o rompimento dos laços entre a cultura e a política, os quais foram tecidos nos anos 1960 ao sabor de acentuada radicalização ideológica de alguns dos setores da classe média, como os estudantes. (SELIGMANN-SILVA, 2003, pp. 353; 355)”. Essa atitude só incentivou ainda mais a participação de intelectuais nas guerrilhas de resistência ao governo militar de 64, onde a maioria dos “guerrilheiros” era

Professores universitários de esquerda, militantes com bom conhecimento técnico mas com certa orientação marxista não voaram para Chile, Argélia ou Paris, foram retirados do cenário e enviados de po-po-pô ou teco-teco para os confins da Amazônia, seja por conta própria seja enviados pelo governo para trabalhar em grandes projetos na região. Este exílio intra-nacional é pouco conhecido. A ele, parece-me, não caber sequer indenização do Estado. (PACHECO, 2014, p. 2)

O exílio afetou até as crianças (à época), mas esse fato é pouco explorado como fonte de pesquisa para os estudos sobre as barbáries cometidas durante o regime militar de 64 e, ademais sobre a Guerrilha do Araguaia (1964-1976), sobre a qual, [...] a partir do final de 1973, não restariam mais sobreviventes nas guerrilhas (RIBEIRO JR., 2004), mas que ainda perdura até hoje na memórias dos que a vivenciaram.

Sobre Memória

A Guerrilha do Araguaia ainda não teve fim para aqueles que trazem na memória os fatos ocorridos na região, pois, a busca por conhecer os locais, a história e seus sujeitos, esclarecimento e respostas aos fatos ainda obscuros da história ocorrida no Bico do Papagaio, tais como: onde estão os corpos dos militantes assassinados no solo do Araguaia? Por que crianças/adolescentes foram torturados na Guerrilha do Araguaia? ainda prevalecem.

Dizemos a memória e as lembranças.”, como bem ressalta Ricœur (2007, p. 41), porém, essas ideias muitas vezes se entrelaçam ao mesmo tempo em que se diferenciam, principalmente quando buscamos, a partir do resgate da memória em relação a fatos que muitas vezes nós queremos esquecer: ou por não serem importantes ou por nos causarem dor, sofrimento, ou seja, remotam afetividade onde “[...] o enigma da presença da ausência está resolvido na efetividade do atomnemônico e na certeza que coroa essa afetividade” (RICŒUR, 2007, p. 438).

As ações reparatórias, pagas pelo Estado brasileiro aos que foram vítimas da repressão durante a ditadura militar contribuíram mais ainda para que o medo fosse gradativamente cedendo lugar, ampliando-se a possibilidade de conhecermos mais desse conflito pelo olhar daqueles que ali viveram. (CAMPOS FILHO, 2012, p. 192)

A situação das criançasfilhos/as de militantes políticos e os DHF's

Infelizmente, no contexto das ditaduras militares, as práticas dos agentes repressores não obedeciam aos direitos humanos de ninguém, nem mesmo das crianças que nem ao menos compreendiam de fato o que estava ocorrendo e não tinham a mínima chance de defender-se das violações a que eram acometidas por agentes opressores que não temiam retaliação, pois, a confiança na impunidade dava margem a violações e a barbáries, onde “[...] o próprio direito à memória é sonegado, visto que, na sociedade e nas escolas, a Guerrilha do Araguaia e a repressão que se seguiu são temas reprimidos. (NASCIMENTO, 2000, p. 3)

Mesmo estando à margem de muitas das narrativas históricas acerca da Guerrilha, as crianças filhos/as de militantes/guerrilheiros se fizeram ser ouvidas durante o ciclo de audiências “Verdade e Infância Roubada”, cujos relatos culminaram no livro base desta pesquisa.

O livro *Infância Roubada* (2014) no contexto da Guerrilha do Araguaia e da ditadura militar (1964-1985)

O livro *Infância Roubada* (2014) surgiu do ciclo de audiências “Verdade e Infância Roubada”, realizada pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” entre 06 e 20 de maio de 2013, os quais compõem o livro *Infância Roubada* (2014) o qual recebeu este nome por que

[...] traz um olhar diferenciado sobre o período ditatorial no Brasil. É o olhar das crianças que tiveram sua Infância Roubada. Como uma geração de brasileiros, eles cresceram em um período de graves violações de direitos humanos e agressões ao direito da cidadania. Mas receberam marcas profundas e particulares. Não tinham responsabilidade pelas opções políticas dos pais nem pela situação do país. Seus relatos, sempre emocionados, traduzem o que conseguiam compreender daqueles dias tão difíceis para o país e para suas vidas.

Os depoimentos foram colhidos pela Comissão da Verdade Rubens Paiva, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, num trabalho marcado por desafios inusitados. A começar pela sensibilização dos depoentes a falar, em sessões públicas, de momentos dolorosos, que muitos preferiam esquecer. Deixá-los à vontade para “abrir o baú de lembranças” foi, com toda certeza, um exercício de sensibilidade e paciência, importante não só pelo respeito a eles devido por todos, mas também para que os depoimentos pudessem ser compartilhados com outras pessoas e gerações. (SÃO PAULO, 2014, p.10)

Na Comissão foram ouvidos cerca de 40 pessoas que eram de filhos de presos políticos/perseguidos/desaparecidos, incluindo os da Guerrilha do Araguaia, e que hoje, são adultos incluídos na faixa de 40 a 50 anos, cujas histórias ainda não haviam sido contadas em outras literaturas ou em documentos oficiais.

O livro possui, além destes relatos testemunhais, 04 relatos de mães destes depoentes, dentre elas, destacam-se duas mães que conceberam seus filhos em meio aos órgãos de repressão do golpe civil- militar de 64 durante o período da Guerrilha: Hecilda Mary Veiga Fonteles de Lima - mãe de Paulo Fonteles Filho (Fotos 1 e 2) e Criméia Alice Schmidt de Almeida - mãe de João Carlos de Almeida Grabois– Joca (Foto 3 e 4).

Foto 1. Hecilda (Recente)



Fonte: www.forumverdade.ufpa

Foto 2. Paulo (Recente) *In memoriam*



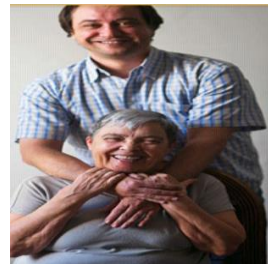
Fonte: Facebook

Foto 3. Criméia e Joca
(No período do nascimento)



Fonte: ratorural.blogspot.com

Foto 4 Criméia e Joca (Recente)



Fonte: brasileiros.com.br

METODOLOGIA

A metodologia se deu através de pesquisas bibliográficas em livros e artigos (impressos e *online*) acerca dos conceitos de: Direitos Humanos Fundamentais, guerrilha, memória, além de fatos sobre a história da Guerrilha do Araguaia (1972-1975) e do golpe civil-militar de 64, no Brasil.

O **corpus da pesquisa** constitui-se de oito (08) dos 44 relatos testemunhais sobre o golpe ditatorial de 64, no Brasil, que compõem o livro *Infância Roubada* (SÃO PAULO, 2014).

RESULTADOS

Ao analisar as memórias de infância, obteve-se como resultados os perfis dos depoentes quanto ao Sexo/Gênero (Gráfico 1), quanto às idades (Gráfico 2), o local de vivência (Gráfico 3).

Gráfico 1. Perfil: Sexo/Gênero

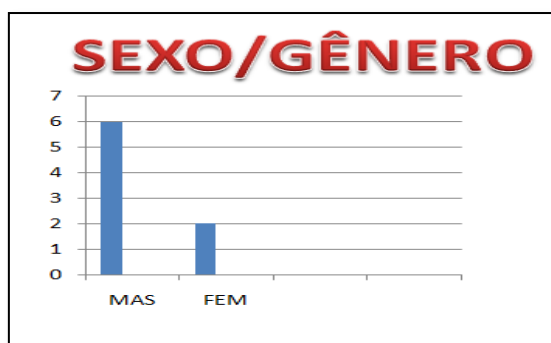
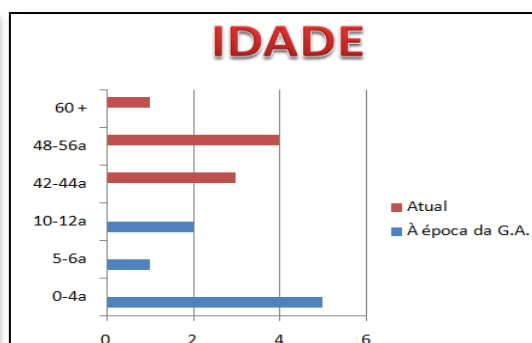


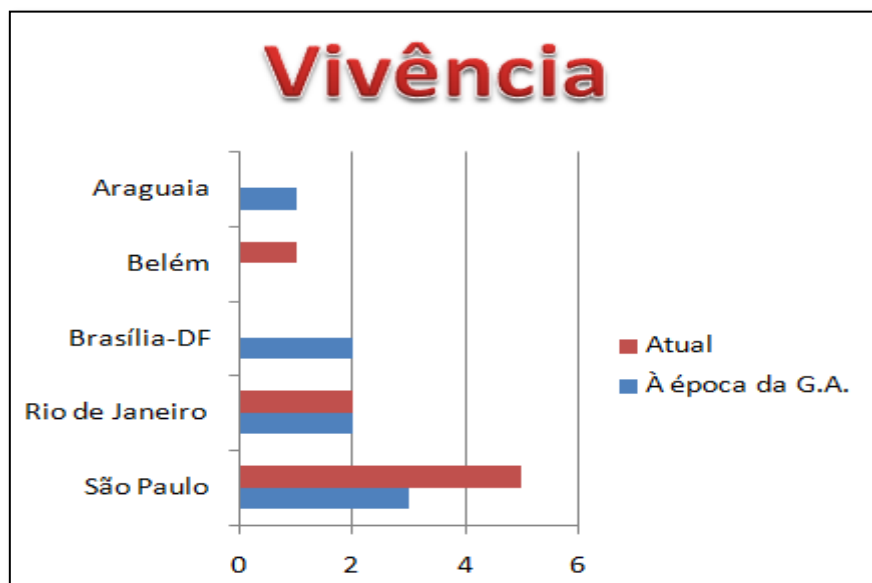
Gráfico 2. Perfil: Idade



Fonte: Dados da pesquisa

Fonte: Dados da pesquisa

Gráfico 3. Local da Vivência



Fonte: Dados da pesquisa

Além, disso, pode-se identificar os Traumas⁶ sendo que “A experiência traumática é, para Freud, aquela que não pode ser totalmente assimilada enquanto ocorre.” (2003, p. 48) e, para muitos destes, são traumas ainda não superados (Ver Tabela 1, abaixo) e, muitos apesar, de crianças ou estarem no ventre materno, ainda recordam de fatos vividos ou relatos por seus pais/parentes (Ver Tabela 2).

Tabela 1. Traumas observados

⁶ Tomando como base o texto Apresentação da questão: a literatura do trauma, de Márcio Seligmann-Silva (2003).

TRAUMAS	QTD. OBSERVADA
Fuga da realidade	2
Sentimento de perda	6
Luto constante	5
Medo excessivo	7
Sensação de vazio/Solidão	2
Desamparo	7
Insegurança	8

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 2. Fatos mais rememorados

FATO	QTD. OBSERVADA
Exílio/fuga	7
País/parentes desaparecidos	5
País/parentes para a <u>G.A.</u>	4
Resistência dos militantes	6
Confronto com a polícia	6
Relação/convívio com guerrilheiros	4
Prisão	8

Fonte: Dados da pesquisa

Cenas de violências físicas e psicológicas e atrocidades cometidas pelas forças policiais e pelo exército, à época dos fatos ocorridos, são uma constante nos relatos e demonstram que há constância também na violação dos DHF's, segundo Mello (2002)

[...] podemos dizer que os direitos (humanos) fundamentais são aqueles VALORES ÉTICOS, MORAIS E POLÍTICOS, considerados por uma sociedade, em determinada época, como os mais importantes para que, sendo eles respeitados, estejam assim asseguradas as condições mínimas que irão permitir uma existência com DIGNIDADE, LIBERDADE e IGUALDADE para qualquer pessoa, em qualquer lugar do mundo onde se encontre. (2002, p. 3)

(Ver Tabela 3, abaixo).

Tabela 3. Direitos Humanos Fundamentais

<u>DHF'S</u>	INFRINGIDOS	RELATADOS
Direito à vida	3	5
Liberdade de expressão	3	4
À saúde	6	7
À alimentação	3	5
À moradia	6	6
À participação política	2	2

Fonte: Dados da pesquisa

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A falta de justiça com relação às atrocidades cometidas em 1964 geram impunidade e sustenta a violência e os abusos que, ainda hoje, assombram a memória dos envolvidos nos fatos ocorridos na região do Araguaia e, como se pode ver aqui, por meio das análises dos depoimentos selecionados que, em se tratando das pessoas que eram crianças à época dos fatos, estas lembranças traumatizam e machucam psicologicamente essas pessoas. Um trecho do relato proferido por Ieda Akselrud de Seixas, em nome de seu irmão Irineu, descreve bem isso: “[...] (Irineu) estava apartado da família, de tudo, ele não tinha mais casa, não tinha mais referência, e o pai, que era o ídolo dele, fora morto. [...] A infância perdida é uma realidade. O Irineu perdeu a infância aos 10 anos.” (SÃO PAULO, p. 180)⁷.

Irineu, infelizmente não foi o único. Algumas crianças nem haviam sequer nascido e já sofreram ameaças, torturase, ao nascer, (quando nasciam!) já eram considerados subversivos, como é o caso que Paulo Fonteles Filho relata:

Minha avó Carolina Fonteles de Lima, contava que os agentes da repressão atrasaram minha entrega à família (a mãe Hecilda continuou presa), por horas, porque simplesmente não haviam encontrado algemas que dessem em meus pulsos de recém-nascido, eles deviam me achar bastante perigoso! (SÃO PAULO, p. 217)⁸.

O final da Guerrilha foi uma verdadeira operação de extermínio: execuções a “queima roupa“, decapitações de prisioneiros, torturas ate a morte foram impostas a todas as pessoas, quer fossem guerrilheiros ou que tivessem suspeitas de ligação com os mesmos. Assim, muitos militantes simplesmente foram exterminados e nem seus corpos teem paradeiro certo, não dando achace, ao menos de seus parentes lhes oferecerem um enterro justo. Muitos só sabiam da notícia meses depois da morte, como descreve Igor Brabois Olímpio em seu relato *Não tem luto. São vazios*: “A notícia do desaparecimento do meu pai, do meu tio e domeu avô chegou em 1974, quando o Amazonas⁹ trouxe as informações. O desaparecimentodeles ocorreu com meses de diferença.” (SÃO PAULO, p. 294)

⁷ Ver o relato *O ídolo que não tinha rosto*.

⁸ Ver o relato *Folho desta raça não deve nascer*.

⁹

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar quanto às memórias de infância de pessoas que, à época da Guerrilha do Araguaia, eram crianças e que, junto aos seus parentes, vivenciaram experiências de violação de seus Direitos Humanos Fundamentais, por meio de oito (08) dos 44 relatos escritos contidos no livro *Infância Roubada* (SÃO PAULO, 2014), foi de grande valia para que se pudesse conhecer mais a fundo os sujeitos (perfil), os fatos mais rememorados e as formas de violação dos DHF's, sejam elas físicas ou psicológicas e as atrocidades cometidas à época dos fatos por aqueles que deveriam zelar pela integridade física e moral das crianças e adolescentes envolvidos.

Os dados observados e registrados neste trabalho servem como uma busca rápida para se conhecer um pouco mais a respeito deste assunto – A Guerrilha do Araguaia – que, infelizmente, ainda é apenas lembrando (muito vagamente!) pela população brasileira como apenas mais um evento ocorrido no período do golpe civil-militar de 1964. Deve-se ter a firme convicção que os fatos ocorridos na Guerrilha do Araguaia ainda precisam ser esclarecidos e mais estudado, entendido pelo povo, principalmente aqui no Pará, para que a justiça seja feita e não apenas reparada, para que se possa ter a certeza de que os Direitos Humanos Fundamentais não serão mais desrespeitados como foram à época da Guerrilha.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura – MEC. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em: Disponível em: <http://www.comissaodaverdade.org.br/arquivos/livro-criancas-e-adolescentes-sem-a-marca.pdf> 02/12/2013.

_____, Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Direito à Memória e à Verdade**: histórias de meninas e meninos marcados pela ditadura / Secretaria Especial dos Direitos Humanos. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2009. Disponível em: <http://www.comissaodaverdade.org.br/arquivos/livro-criancas-e-adolescentes-sem-a-marca.pdf> 02/12/2013.

CAMPOS FILHO, R. P. **Araguaia**: depois da guerrilha, outra guerra. A luta pela terra no sul do Pará, impregnada pela ideologia da Segurança nacional (1975-2000). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2013. Tese (Doutorado em Geografia).

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. SCHAFFTER, L. L. (Tradç.). São Paulo: Edições Vértice. Editora Revista dos Tribunais Ltda., 1990. ISBN 85-7115-038-9.

LEAL, R. G. (Org.). **Verdade, memória e justiça**: um debate necessário. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2012. PDF. [recurso eletrônico] Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/diversos/verdade.pdf>

MELLO, R. B. **Direitos Humanos Fundamentais**. Juristas leigos- DHF. Bahia: AATR, 2002, p. 1-11.

MOURA, C. **Diário da Guerrilha do Araguaia**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1985.

NASCIMENTO, D. M. **A Guerrilha do Araguaia**: paulistas e militares na Amazônia. 2000. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2000.

PEIXOTO, R. C. D. Índios e Camponeses: Antes, Durante e Depois da Guerrilha do Araguaia. **Revista Territórios & Fronteiras**. Cuiabá, vol. 7, n. 1, abr., 2014.

_____, Memória, verdade e justiça: reconhecendo abusos do passado e do presente no Bico do Papagaio. **Novos Cadernos NAEA**. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFPA, 2013.

POLLAK, M. **Memória, esquecimento, silêncio**. FLAKSMAN, D. (Tradç.). Rio de Janeiro: Estudos Históricos 1989/3. Vol 2. Nº 3. 1989.

RICCOURT, P. (1913). **A memória, a história e o esquecimento**. 6ª reimpressão (2014). Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2007, pp. 17-142; 357-535.

SANTOS, M. S. dos. **Memória coletiva e teoria social**. São Paulo: Annablume, 2003. Disponível em: <https://books.google.com.br/books>.

SÃO PAULO (Estado). Assembléia Legislativa. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva". **Infância Roubada, Crianças atingidas pela Ditadura**

SELIGMANN-SILVA M. **História, memória, literatura**: o testemunho na Era das catástrofes. Campinas/SP: UNICAMP, 2003.

WOCHLERPELAES, M. L. **Memória e História**. São Paulo: Papyrus, 1999. p. 423-483. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/resenha-critica-memoria-e-historia/50572/#ixzz3jqeTlvmm>.

TELES, J. de A. **Os segredos e os mitos sobre a guerrilha do Araguaia (1972-1974)**. História UNISINOS. Vol. 18. Nº 3. Setembro/Dezembro 2014, p. 464-480. UNISINOS-DOI: 10.4013/htu.2014.183.03

UMA LEITURA INTERTEXTUAL DE “DOM QUIXOTE DAS CRIANÇAS” DE MONTEIRO LOBATO

Luana dos Santos Miralha

Professor Orientador: Dr. Carlos Henrique Lopes de Almeida

Linha de pesquisa: Literatura, Memória e Identidade

Resumo: “Dom Quixote” é a homônima obra do escritor Miguel de Cervantes e representa uma obra universal que transpôs as barreiras de seu tempo, adquirindo sempre novos traços a partir da relação do autor com a obra. E Monteiro Lobato, considerado o pai da Literatura Infantil brasileira, foi o responsável por reinventar a história de Cervantes para as crianças brasileiras em sua obra “Dom Quixote das Crianças”, atravessando épocas e construindo um novo texto a partir de uma nova linguagem. Percebe-se, então, como os mais diversos textos podem se relacionar entre si, criando a intertextualidade ao haver a transposição de uma linguagem para outras. Dessa forma, o presente artigo tem como objetivo comparar a obra cânone “Dom Quixote de La Mancha” de Miguel de Cervantes com a infanto-juvenil de Monteiro Lobato, “Dom Quixote das Crianças”, centrando na análise das estratégias utilizadas por Monteiro Lobato para tornar o clássico cervantino mais próximo do jovem leitor, utilizando a própria teoria da Literatura Comparada, além de mostrar os paralelos entre as duas obras e como Lobato, por meio da paródia, brinca com o texto original e rompe com o antigo modelo utilizado por Cervantes, recontando-a de uma forma lúdica. Portanto, mostra-se de grande relevância tal estudo, pois, é uma forma de contribuir para futuros trabalhos que ensejem buscar entender como se dá o processo de intertextualidade em obras infantis e aplicá-los em sala de aula, visando a novas leituras, a novas interpretações e à fruição constante de tudo quanto à língua e à cultura permitem criar e recriar.

Palavras-chave: Dom Quixote; Monteiro Lobato; Miguel de Cervantes; Intertextualidade; Paródia.

INTRODUÇÃO

“Dom Quixote de la Mancha” de Miguel de Cervantes é uma das obras mais famosas da literatura ocidental. Seu texto dialogou intensamente com os mais variados escritos tanto de seu tempo, como a novela de cavalaria, a comédia, os discursos teológicos-políticos, os códigos de conduta, quanto de diversas outras culturas e tempos, por meio das linguagens artísticas, criando, ao longo dos séculos, novas leituras, interpretações e reescrituras bem distantes dos referenciais próprios dos séculos XVI e XVII ibéricos.

Dessa forma, “Dom Quixote” representa uma obra universal que transpôs as barreiras de seu tempo, adquirindo novos traços a partir da relação do autor com a obra. Sendo exatamente isso que Monteiro Lobato, considerado o pai da Literatura Infantil

brasileira, fez ao se apropriar da história de Cervantes e reinventá-la para crianças em sua obra “Dom Quixote das crianças”, atravessando épocas e construindo um novo texto a partir de uma nova linguagem.

No entanto, de que forma Monteiro Lobato se apropriou da história de Cervantes e a reinventou para crianças em sua obra “Dom Quixote das crianças”? Esta é pergunta de investigação que norteará o presente artigo, para que se possa comparar a obra cânone “Dom Quixote de La Mancha” de Miguel de Cervantes com a infanto-juvenil de Monteiro Lobato, “Dom Quixote das Crianças”, mostrando os paralelos entre as duas obras e como Lobato brinca com o texto original e rompe com o antigo modelo utilizado por Cervantes, recontando-a de uma forma lúdica.

A Literatura Comparada surge, então, com diversas teorias para explicar que há diversas formas de intertextualidade, modos de retomar outros textos, e dentre estas existe a paródia. Lobato utilizou o recurso de linguagem que é a paródia para rerepresentar a história do cavaleiro de La Mancha de uma nova forma às crianças do Brasil, trazendo Dom Quixote a terras brasileiras ao inseri-lo no discurso do Sítio do Picapau Amarelo e em todos os personagens criados por Lobato. E é em Emília, a famosa boneca de pano, a principal responsável pela mudança na contação das aventuras do cavaleiro de La Mancha, mostrando um tom crítico e irônico, rompendo com o antigo.

Porém, não significa dizer que a obra de Lobato desrespeita com o cânone que é Dom Quixote, e muito se engana quem pensa assim, pois o que se percebe é o enaltecimento da obra de Cervantes, adaptada por Lobato, em busca que as crianças brasileiras tomem conhecimento de uma forma diferente e divertida das várias aventuras criadas por Cervantes, porém sempre fazendo referência à obra principal. Afinal, percebe-se que a relação na qual um texto tem com outros, mesmo fora de seu tempo, não pode permanecer sem a interferência de outras vozes.

Assim, mostra-se de grande relevância tal estudo, pois, além de contribuir para a pesquisa acadêmica na área da Literatura Infantil, tendo em vista que o círculo de estudiosos é restrito por haver a preferência de certos grupos que acabam inferiorizando outras formas de produções artísticas; também contribuirá para futuros trabalhos que ensajem buscar entender como se dá o processo de intertextualidade em obras infantis e aplicá-los em sala de aula, visando a novas leituras, a novas interpretações e à fruição constante de tudo quanto à língua e à cultura permitem criar e recriar.

AS ANDANÇAS DO CAVALARIÇO MIGUEL DE CERVANTES

Miguel de Cervantes é o nome do mais célebre dos escritores espanhóis, autor do imortal Dom Quixote de la Mancha. Nascido em Alcalá de Henares (perto de Madrid) no dia 29 de setembro de 1547, pouco se sabe da sua vida além de que viveu como soldado antes de se tornar escritor. Participou da batalha de Lepanto (1571), onde foi ferido, ficando com a mão esquerda inutilizável. Sofreu também quando regressava à

Espanha ao ficar em poder de piratas, que o retiveram por cinco anos. Alguns anos após ter retornado ao seu país, Cervantes passou a dedicar-se exclusivamente à literatura.

Em 1584, casou-se com Catalina de Salazar e escreveu a pastoral em verso Galatéia. Depois, conseguiu manter em cena cerca de vinte peças teatrais, entre elas A vida em Argel e Numancia. Em 1597, foi preso na cidade de Sevilha, local onde “engendrou” sua mais consagrada obra, como observa-se nas palavras de Maria Augusta da Costa Vieira:

Para alguns, a redação teria germinado no período em que Cervantes esteve preso na Cárcel Real de Sevilla, em 1597, quando este espaço, pelo superlotação, correspondia a um verdadeiro laboratório do crime. Como diz, “foi engendrado num cárcere, onde todo o desconforto tem assento e onde todo o triste ruído faz sua morada”. Para outros, no entanto, não seria possível afirmar que Cervantes tivesse iniciado a criação do *Quixote* em 1597, em Sevilha, e, quando diz que “foi engendrado num cárcere”, estava se expressando em sentido metafórico. (VIEIRA, 2002 *apud* CERVANTES SAAVEDRA, 2002, p.15)

Apesar das condições desfavoráveis à composição da primeira parte de D. Quixote, esta publicada somente em 1605, em pouco tempo foram vendidos trinta mil exemplares, um sucesso para a época. Contudo, o autor só viria a publicar a segunda parte desta obra, e concluí-la, dez anos mais tarde. Essa obra marcaria a história da literatura universal, conforme afirma Coelho:

Imbuído de um profundo sentido do Real oposto à Fantasia, e também confiante na *grandeza humana*, Cervantes faz de D. Quixote o grande símbolo da Humanidade. Com o tempo, deixou de ser uma novela espanhola para transformar-se em uma obra universal. E essa universalidade explica-se não só pela criação das duas personagens centrais – D. Quixote e Sancho Pança (=representantes dos dois polos da criatura humana: o idealismo e o materialismo) –, mas basicamente porque, como forma literária, resultou de um amálgama da Tradição que se abria para o Futuro. *D. Quixote* revela-se, hoje, como o ponto de confluência (ou de chegada) das formas épicas antigas e dos gêneros de transição (a novela cavaleiresca, a pastoril...) destinados a desaparecer e que nele readquiriram nova vida. E mais, além de “ponto de chegada” das formas do passado, *D. Quixote* acabou se transformando em *ponto de partida* do romance moderno (=social, de costumes, de personagens...). (2010, p. 78)

Na história crítica de Dom Quixote são identificados a princípio dois períodos, nos quais Dom Quixote passa de herói trágico a herói cômico. Em um primeiro momento, até o final do século XVIII, a obra foi considerada como uma paródia burlesca das antigas novelas de cavalaria, no entanto, a partir do século XIX, D. Quixote passou a ser analisado e considerado algo original ao apresentar os fundamentos do mais novo gênero que nascia na época: o romance. “[...] A interpretação romântica tratou de sublinhar o sentido trágico presente nas ações do cavaleiro e seu escudeiro que lutam contra as adversidades que se apresentam quando o que se pretende é transformar o mundo” (VIEIRA, 2002 *apud* CERVANTES SAAVEDRA, 2002 p. 20-21).

Durante o séc. XIX até meados do séc. XX, a crítica realista sublinhou a comicidade e destacou do texto a construção paródica, que se estrutura a partir da criação do desequilíbrio entre o tema e o estilo de escrita, satirizando os valores, as personagens e convenções literárias. Por causa disso, a crítica consagra essa obra como “a melhor novela de cavalaria, a melhor picaresca, a melhor novela exemplar e a melhor novela social da Espanha de seu tempo e das Sociedades de todos os tempos.” (COELHO, 2010, p. 78).

Em consequência disso, e pelo fato de que, como afirma Mario Vargas Llosa, “o texto evolui com o passar do tempo e recria a si mesmo em função das estéticas e dos valores que cada cultura privilegia” (VIEIRA 2002, apud CERVANTES SAAVEDRA, 2002, p. XXIII), Dom Quixote não só foi analisado e estudado a partir dos mais diversos pontos de vista, como também foi um dos livros mais traduzidos, condensados e adaptados em todos os tempos.

AS “PERALTEZAS” DE MONTEIRO LOBATO

O nome de Monteiro Lobato é reconhecido internacionalmente por sua literatura infantil. Um dos maiores escritores brasileiros, José Renato de Monteiro Lobato, nasceu no dia 18 de abril de 1882 em Taubaté e em uma de suas primeiras estripulias resolveu mudar de nome para José Bento, a fim de poder usar uma bengala que pertencia a seu pai a qual continha as suas iniciais.

Desde cedo as histórias fizeram parte da vida da sua vida. Ouvinte atento quando criança, depois de adulto, transmitiu-as através de seus livros a seus leitores, de todas as gerações e idades que conheceram a sua obra infantil e viveram dentro dela.

Antes de se consagrar como escritor, porém, Lobato graduou-se em direito e, entre 1907 e 1911, foi membro do Ministério Público do Estado de São Paulo, até abandonar o direito e assumir a fazenda herdada de seu avô, o Visconde de Tremembé, onde se dedicou à literatura. Alcançou notoriedade com “Urupês”, dando vida a um de seus mais famosos personagens, o Jeca Tatu, e “Cidades Mortas”. Sua literatura apresenta um caráter social, com traços regionalistas peculiares e olhos voltados para o meio rural.

Dentre outros fatos, o autor ficou conhecido pela hostilidade da publicação de Paranoia ou Mistificação, a famosa crítica desfavorável à exposição de pintura de Anita Malfatti apresentada ao movimento vanguardista, que marcou o estopim para a criação da Semana de Arte Moderna em 1922. Monteiro Lobato também atuou como jornalista e em 1918, comprou a Revista do Brasil, onde passou a dar espaço para novos talentos, bem como foi fundador da editora Monteiro Lobato & Cia que mais tarde passou a se chamar Companhia Editora Nacional.

Casou-se com Maria da Pureza de Castro Natividade, a quem chamava de Purezinha, em 1908, e com o nascimento dos filhos também nasceu a vontade de escrever histórias infantis que se adequassem a nossa realidade, já que até então todos

os livros eram traduções oriundas da Europa, ambientadas em um cenário diferente e com uma escrita muito rebuscada para os infantes brasileiros. A partir disso houve o surgimento do Sítio do Picapau Amarelo em 1920, uma clara referência à fazenda do avô onde morou na infância, e todos os seus renomados personagens como Narizinho, Dona Benta, Pedrinho, Tia Anastácia, Visconde de Sabugosa e a arteira boneca de pano, Emília.

Percebe-se, então, que é inegável o valor literário dos livros de Monteiro para os adultos, os quais ainda provocam polêmicas, bem como os seus ensaios políticos, porém a qualidade e a contribuição para a formação da Literatura Infantil Brasileira foi algo que o fez virar um marco. Nelly Novaes Coelho (2010) ao falar de Monteiro Lobato afirma que foi a partir dele que se encontrou o caminho para que a Literatura Infantil nacional fosse firmada ao romper com convenções estereotipadas advindas da Europa, contemplando novas ideias e ampliando horizontes com as formas do contexto exigidas do nosso país.

Afinal, Monteiro Lobato conseguiu unir o maravilhoso com o real, bem como fez Lewis Carrol na Inglaterra, “[...] o Maravilhoso passa a integrar, normalmente, o Real; e, em lugar de este ‘real’ se tornar inverossímil ou se ‘de-realizar’, acontece exatamente o contrário: o *inventado* passa a ter foros de *realidade*” (COELHO, 2010, p. 250). Com isso, seus livros passaram a ser morada para as crianças não só brasileiras, mas de todo o mundo, que se encantaram, e ainda se encantam, pelo universo mostrado pelo autor.

Dentre sua vasta obra no campo da literatura infantil, Monteiro Lobato tem desde originais, traduções a adaptações. Criou o universo do Sítio do Picapau Amarelo onde os personagens viviam diferentes aventuras ao “redescobrir realidades estáticas, cristalizadas pela memória cultural, e dar-lhes nova vida, em meio às ‘reinações’” (COELHO, 2010, p. 252). E foi o responsável por recontar às crianças brasileiras as fábulas de La Fontaine e Esopo, Peter Pan, Hans Staden, e mitos gregos como o do Minotauro e do herói Hércules, bem como Dom Quixote. Portanto, como afirma Nelly Novaes Coelho:

Nessas adaptações, Lobato atendeu a um duplo objetivo: por um lado levar às crianças o conhecimento da Tradição (com seus heróis reais ou fictícios, seus mitos, as conquistas da Ciência, etc.), acervo herdado que lhes caberá transformar; e, por outro lado, questionar as *verdades* feitas, os valores e não valores que o Tempo cristalizou e que cabe ao Presente redescobrir ou renovar. (2010, p. 253)

Pois a Literatura Infantil, por possuir um público leitor diferenciado, necessita de uma elaboração singular, a qual corresponda aos seus endereçados, visto que estes possuem habilidades próprias que os mantêm em uma distinta relação escritor-leitor. Por isso, a culminância desse estilo literário corresponde a um arcabouço de temáticas, estruturas e vozes de tratamento particulares ao estilo. Lobato então, em diversas narrativas, fez o que Hutcheon (2006) denomina de adaptação de obras clássicas, a qual relata as histórias de forma diferente, usando os mesmos recursos que os contadores de

histórias utilizam: atualizam ou tornam as ideias concretas, fazem simplificações, mas também ampliam; fazem analogias, criticam de forma positiva ou negativa.

Deste modo, pode-se dizer que Lobato, de acordo com Carvalho (2006), teve a preocupação em reduzir a distância estética entre a obra na sua textualidade primária e o leitor infantil e juvenil, para que pudesse haver uma interação entre obra/leitor, para que, assim houvesse o

[...] estabelecimento de uma reorganização do sistema literário, constituído, inicialmente, por autor/obra/leitor, para um novo formato ou desenho formado por autor/obra/leitor-adaptador/obra adaptada/leitor infanto-juvenil [sic], objetivando, posteriormente, retornar a organização primeira do sistema literário (autor/obra/leitor) por meio do encontro do leitor já formado/maduro com a obra literária não mais mediada pelo adaptador. (CARVALHO, 2006, p.55)

Algo que, desde o início, foi a preocupação de Lobato ao fazer uma literatura voltada para as crianças ao possibilitar o desenvolvimento crítico em relação à sociedade, ao mesmo tempo em que diverte os pequenos leitores, ampliando o seu conhecimento de mundo. Deste modo, muito mais do que uma transposição da obra de Cervantes, produzida no século XVI, para outra época e outro contexto sociocultural, que no caso trata-se do Brasil nos meados de 1930, Lobato conseguiu se apropriar da história de Cervantes e reinventá-la para crianças, rompendo com o antigo texto e construindo um novo a partir de uma nova linguagem, preparando o leitor para, mais tarde, ser capaz de ler o original sem necessitar do adaptador.

INTERTEXTUALIDADE: O COSER DE DOIS TEXTOS

O estudo da Literatura Comparada “designa uma forma de investigação literária que confronta duas ou mais literaturas” (CARVALHAL, 2004, p.6), ou, sob o ponto de vista de Patrícia Peterle, “a Literatura Comparada proporciona o estudo do diálogo entre as literaturas e entre outras expressões humanas” (PETERLE, 2011); ou ainda, segundo Pageaux, entende-se que a

Literatura Comparada é a arte metódica, por meio da busca de laços de analogia, de parentesco e de influência, de aproximar a literatura de outros domínios da expressão ou do conhecimento, ou ainda, os fatos e textos literários, entre eles, distantes ou próximos no tempo ou no espaço, a condição que pertençam a diversas línguas ou diversas culturas, ainda que façam parte da mesma tradição, com o objetivo de melhor conhecê-los, compreendê-los ou degustá-los.(PAGEAUX apud MARINHO, 2011).

Dessa forma, a Literatura Comparada permite encontrar algo comum em locais totalmente diversos, construindo significados a partir das comparações vistas sob o olhar de alguém que interpreta o modo pelo qual o Outro fala, pensa, vê, vive e se relaciona; de como fala e vive e se vê diante de outras culturas.

Pode-se afirmar, então, que o leitor é capaz de completar o texto com suas ideias acerca do que está sendo colocado em suas mãos. Dessa forma, ler é a interação entre os códigos trazidos pelo texto e os depositados pelo leitor, que advêm de outros textos e discursos. Sendo assim, não há que se falar em obras absolutamente originais, pois todo escrito não existe isoladamente e por si só, sempre há traços capazes de interligar vários textos, uma música, um filme ou qualquer outra produção artística, permitindo que a linguagem literária invada “o domínio de outras linguagens, ao mesmo tempo que se deixa penetrar por elas.” (PAULINO, Graça et al., 1995, p.20).

Essa relação existente entre cada texto ou produção artística, chama-se intertextualidade que pode ser apresentada em distintos textos e em diversas modalidades como as epígrafes, as citações, a alusão, a reminiscência, a paráfrase, a paródia e as versões ou traduções. Em especial, será utilizada no presente trabalho, a paródia, tendo em vista que “a paródia, por estar do lado do novo e do diferente, é sempre inauguradora de um novo paradigma” (PAULINO, Graça, et.al., 1992, p 27), o que remete à ideia de Lobato ao reinventar a história de Cervantes para as crianças brasileiras, indo além do texto clássico.

Além disso, é importante ressaltar que a cultura também está inserida como um processo intertextual capaz de dialogar com a produção e a manifestação dos costumes e tradições da sociedade. Assim, é possível notar nos textos as marcas utilizadas que remetem a época e ao contexto vivido pela sociedade, misturando e interligando personagens, lugares, datas históricas em um único lugar.

No entanto, é necessário haver uma troca de significação entre o texto e o seu destinatário para que ocorra a semiose cultural, ou seja, a partir do olhar do leitor irá haver um recorte do texto para que ele atenda a necessidade e o interesse propostos pelo autor. Pode-se refletir que, desse ponto de vista, a leitura torna-se predominantemente subjetiva e a atribuição de conceitos passa a ser particular e pontual, o que confirma a afirmativa dos distintos usos para a leitura de acordo com o tempo e a cultura.

Diante disso, têm-se o pensador russo Bakhtin que, com base na própria concepção de linguagem, foi um dos primeiros a estudar a intertextualidade e caracterizar o romance moderno como dialógico ao compreender que:

[...] a língua não é propriedade de algum indivíduo em particular, nem é, por outro lado, um objeto independente da existência dos indivíduos. Exatamente no espaço dos intercâmbios, dos conflitos, das vozes que se propagam e se influenciam sem cessar, situa-se a linguagem como processo social. A linguagem, em qualquer de suas manifestações, teria uma base relacional, interacional, ao processar-se entre os indivíduos de uma sociedade. (BAKHTIN *apud* PAULINO, Graça et al., 1995, p.21).

Porém, somente na segunda metade do século XX que o conceito e a teoria da intertextualidade, propriamente dita, foi criada por Julia Kristeva apoiando-se nas reflexões do próprio Bakhtin, ganhando o conceito de que todo texto é um mosaico de outros textos, vinculando outros gêneros ou até retomando de forma explícita outro texto.

O texto escuta as “vozes” da história e não mais as representa como uma unidade, mas como jogo de confrontações. A compreensão de Bakhtin do texto literário como um “mosaico”, construção caleidoscópica e polifônica, estimulou a reflexão sobre a produção do texto, como ele se constrói, como absorve o que escuta. Levou-nos, enfim, a novas maneiras de ler o texto literário (CARVALHAL, 2004, p. 48)

E a obra lobatiana reflete justamente a natureza da linguagem e da cultura humana. Visto que o modo como o autor se valeu da obra de Cervantes e a ajustou a outras realidades, mais próximas do cenário nacional propiciam o alargamento dos horizontes linguísticos e culturais do leitor, permitindo a recriação da malha textual de que se constitui o pensamento e o conhecimento humano.

DOM QUIXOTE DAS CRIANÇAS E DOM QUIXOTE DE LA MANCHA: O INTERTEXTO PARODIADO

Em *Dom Quixote*, Cervantes narra a história de um fidalgo que estimulado pela leitura excessiva de livros de cavalaria, famosos na época, começa a pensar ser um cavaleiro andante e sai mundo afora para viver aventuras, nem sempre tão bem aventuradas, já que nem sempre o nosso herói sai ileso das suas empreitadas, pelo contrário, muitas vezes Dom Quixote é enganado e feito de alvo de piadas por parte de muitos personagens que afirmam estar louco.

Dessa forma, percebe-se que Cervantes faz uma paródia das novelas de cavalaria, ridicularizando o herói que acaba tendo a sua composição trocada para um mero louco, objeto de diversão dos que estão a sua volta. Como se percebe em um dos trechos de *Dom Quixote*, no qual ele cingia cavaleiro por um estalajadeiro que na sua mente perturbada era um castelão acompanhado por duas donzelas que na verdade eram cortesãs. E durante a cerimônia, “mandou uma daquelas damas cingir-lhe a espada, a qual fez com muita desenvoltura e discrição, porque não foi mister pouca para rebentar a rir a cada passo da cerimônia” (CERVANTES SAAVEDRA, 2002, p.81)

Outro momento em que percebemos o fato de Cervantes estar fazendo troça das novelas de cavalaria é o uso do próprio linguajar usado por Dom Quixote. O uso prolixo e enrolado de falar dos cavaleiros é tido como motivo de riso e confusão entre os demais personagens que não entendem o mundo fantasioso de Dom Quixote. Dessa forma, Cervantes faz um paralelo entre a linguagem coloquial, observada por diversos personagens, principalmente em Sancho Pança, fiel escudeiro de Dom Quixote, e o próprio herói da Mancha que seria o estereótipo falido da antiga linguagem arcaica e de difícil compreensão.

Um exemplo da confusão que Dom Quixote causa ao se comunicar dessa forma ultrapassada pode ser vista no capítulo em que ele chega até uma estalagem e encontra com duas cortesãs, nas quais em sua visão se transformam em donzelas:

- Bem parece a mesura na fermosas, sendo outrossi por demais sandio o riso que de leve causa procede; mas não vo-lo digo para vos coitardes nem mostrardes mau talante, que o meu não é al que o de servi-vos.

A linguagem, não entendida pelas senhoras, e a má presença do nosso cavaleiro acrescentava nelas o riso, e nele a ira, e muito além teria chegado se nesse instante não saísse o estalajadeiro [...] (CERVANTES SAAVEDRA, 2002, p.76)

Em comparação com Monteiro Lobato, vemos que ele também utiliza da paródia para criticar o texto-base de Cervantes. Tudo começa com Emília, em uma das suas estripulias, quando decide pegar algo para ler na estante de Dona Benta e com a ajuda de uma alavanca, criada por Visconde, consegue pegar um livro grande e pesado que se encontrava no alto da estante, o famoso Dom Quixote, esmagando Visconde no processo. E logo ao abrir o livro se indigna. “- Saavedra! – exclamou. – Para que estes dois AA aqui, se um só faz o mesmo efeito? – e, procurando um lápis, riscou o segundo *a*” (LOBATO, 2010, p.14).

A partir daí começa a crítica de Emília para com a ortografia “velha coroca” a qual acaba mais por complicar do que ajudar na leitura. Essa é a resposta dada ao ser indagada por Dona Benta do motivo do nome do autor, Miguel de Cervantes Saavedra, estar riscado. E as coisas tendem a piorar quando Dona Benta inicia a contação da história de forma clássica.

- Ché! – exclamou Emília. – Se o livro inteiro é nessa perfeição de língua, até logo! Vou brincar de esconder com o Quindim. *Lança em cabido, adarga antiga, galgo corredor...* Não entendo essas viscondadas, não...
[...]

- Meus filhos – disse Dona Benta –, esta obra está escrita em alto estilo, rico de todas as perfeições e sutilezas de forma, razão pela qual se tornou clássica. Mas como vocês ainda não têm a necessária cultura para compreender as belezas da forma literária, em vez de ler vou contar a história com minhas palavras.

- Isso! – berrou Emília. – Com palavras suas e de Tia Nastácia e minhas também – e de Narizinho – e de Pedrinho – e de Rabicó. Os viscondes que falem arrevesado lá entre eles. Nós, que não somos viscondes nem viscondessas, queremos estilo de clara de ovo, bem transparentinho, que não dê trabalho para ser entendido. Comece.(LOBATO, 2010, p.17).

Percebe-se assim que Lobato, da mesma forma que Cervantes, questiona a linguagem utilizada para se comunicar, pois se na época de Cervantes e Dom Quixote houve o contraste da fala mais rebuscada para a mais informal, com o intuito de mostrar que a linguagem das novelas de cavalaria estava defasada, ridicularizando os cavaleiros andantes, vemos que Lobato, pela fala de Emília traz uma nova perspectiva, na qual o modo de escrita antigo de Cervantes, mesmo o considerado mais informal e de simples entendimento, representa um entrave para o entendimento das crianças do século XX, sendo preciso, portanto, haver uma mudança na forma como Dona Benta irá narrar a história.

Carvalho, a respeito disso, afirma “que um elemento, retirado de seu contexto original para integrar outro contexto, já não pode ser considerado idêntico. A sua inserção em novo sistema altera sua própria natureza, pois aí exerce outra função.”

(2004, p. 47), ou seja, há de se pensar não somente no texto de forma isolada, mas também no lugar em que ele é inserido. Assim, é possível notar nos discursos as marcas utilizadas que remetem à época e ao contexto vivido pela sociedade, misturando e interligando personagens, lugares, datas históricas em um único lugar. Da mesma forma, temos a explicação de Hutcheon na qual

Os textos só podem ser entendidos quando situados contra o cenário das convenções de onde emergem; e [...] os mesmos textos contribuem, paradoxalmente, para os cenários que determinam os sentidos. Quando o cenário é efetivamente enxertado no texto, como acontece na forma da paródia, não se pode evitar este contextualismo. (HUTCHEON, 1985, p.36)

Assim, Lobato ao relatar as aventuras de Dom Quixote as faz de modo específico, adaptando-as para a realidade das crianças de modo que haja essa troca de significação, como é verificado no seguinte trecho ao vermos a comparação feita por Emília sobre a situação de Dom Quixote:

Mas comer como, com aquela ferragem na cara? Erguia a tampa da viseira. Ao fazer o menor movimento com o queixo, a tampa caía e lhe fechava a boca. O remédio foi ser ajudado pelo estalajadeiro e pelas “donzelas”, as quais seguraram a tampa no alto, enquanto o homem ia, com o garfo, enfiando no herói, pela fresta da ferramenta, pedaços de bacalhau e batatas. A fim de despejar lá dentro vinho, teve de empregar um funil. (...)

-Já vi Tia Nastácia encher assim o papo dum pinto doente – observou Emília – Mas esse pinto não era andante – não tinha viseira (LOBATO, 2010, p. 23-24)

Diante disso, a adaptação de Lobato começa por mudar desde o título do original castelhano, conforme afirma Lajolo

Don Quijote de la Mancha transforma-se em D. Quixote das crianças. Esta alteração é significativa: mantém o nome do protagonista, a sonoridade anasalada da palavra final (Mancha/criança) mas em vez da origem geográfica do herói, o título brasileiro marca tanto a destinação do livro, quanto a apropriação do herói pelos pequenos leitores.” (LAJOLO, 2005, p.97)

Surge, assim, desde o título, a criação de um laço entre os leitores que passam a sentir como se fizessem parte da história contada que acontece em terras brasileiras, no Sítio do Picapau Amarelo. Da mesma forma os próprios personagens de Lobato se tornam íntimos dos personagens de Cervantes ao conhecerem a sua história, tornando-os leitores de Cervantes, que se identificam com os valores do herói, acompanham-no, sofrem e torcem por sua vitória a cada aventura, como, por exemplo, no episódio final, temos a fala de Narizinho: “Coitado de Dom Quixote! – exclamou Narizinho – Esse tal Cavaleiro da Branca Lua não passava de um grande malvado. E o duque e todos os seus amigos não passavam de uns perversos sem coração.” (LOBATO, 2010, p.149).

E dentre os personagens do Sítio, quem mais parece se envolver com a história do grande herói de La Mancha é Emília que, além de fazer os mais diversos comentários sobre este, desde elogios até debochar, passa a sonhar que vive grandes aventuras ao

lado de Dom Quixote. “Ela é assim, sente o texto das mais variadas maneiras e se arvora fazer suas críticas, e elogios, a quem bem entender do texto de Cervantes.” (RODRIGUES-BASTOS, 2005, p.120). Em um determinado momento Emília passa a agir como Dom Quixote, vemos aqui a figura da Dona Quixotinha.

Emília pôs-se a pular pela sala, como uma perfeita louca. Voltando-se para Pedrinho, Narizinho disse:

- As histórias de Dom Quixote estão virando a cabeça dela Você vai ver, Pedrinho: o fim de Emília é no hospício...

[...]

Emília continuava a dar vira cambotas. Depois foi buscar um cabinho de vassoura e disse que era lança, e começou a espetar todo mundo. E botou um cinzeiro de latão na cabeça, dizendo que era o elmo de Mambrino. Por fim montou no Visconde, dizendo que era Rocinante. (LOBATO, 2010, p.104)

Aqui vemos a forma como Lobato brinca com a obra de Cervantes, parodiando-a por meio de Emília que, fascinada com as aventuras de Dom Quixote, acaba se contagiando com a loucura do personagem, querendo se tornar um cavaleiro andante como o próprio e fazendo as mais diversas estripulias pelo Sítio ao dar “espetadas” em todos. Percebe-se então, que Lobato cria duas esferas narrativas que se intercalam e se relacionam entre si, pois em um momento estamos vivendo as aventuras de Dom Quixote contadas por Dona Benta e em outro vemos os personagens do Sítio se misturando ao texto, recriando o texto em seu próprio universo.

A respeito disso podemos citar também o episódio em que Dom Quixote vai para uma estalagem, a qual pensava ser um castelo e depois de um mal entendido entre o cavaleiro andante e um arreeiro, por causa de Maritornes, uma briga se inicia, onde até Sancho, o fiel escudeiro de Dom Quixote, acaba sendo usado como saco de pancadas. Ao recobrar a consciência Dom Quixote, discorre sobre o que aconteceu com Sancho, mudando a história como se fosse mais uma de suas aventuras, porém como ambos estão machucados demais para continuar suas andanças, surge o Bálsamo de Ferrabrás, uma fórmula criada por Dom Quixote que seria capaz de curá-los e devolver o vigor daqueles que o bebem depois de difíceis batalhas.

- Então, também tu foste aporreado? – respondeu Dom Quixote.

- Já não lhe disse que sim, pelas barbas do cão? – disse Sancho.

- Não te aflijas, amigo – disse D. Quixote –, que eu farei agora o bálsamo precioso, com o qual haveremos de sarar num abrir e fechar de olhos.

[...]

- Levanta, Sancho, se puderes, chama o alcaide desta fortaleza e pede-lhe um pouco de azeite, vinho, sal e alecrim para fazer o salutífero bálsamo; pois em verdade creio que dele muito preciso agora, que perco muito sangue pelo ferimento que esse fantasma me fez. (CERVANTES SAAVEDRA, 2002, p.221–222)

Nota-se que o bálsamo é como se fosse uma alquimia milagrosa, mas que produziu efeito positivo apenas para quem é armado cavaleiro, conforme afirmava Dom Quixote, pois para Sancho que também resolve beber do elixir a fim de curar as suas dores, não houve o mesmo resultado. “É pois o caso que o estômago do pobre Sancho não devia ser tão delicado como o de seu amo, e assim sofreu tantas ânsias e vascas,

com tantos suores e vertigens, que ele pensou que certa e verdadeiramente era chegada a sua hora final” (CERVANTES SAAVEDRA, 2002, p.224).

Essa mesma aventura é descrita por Dona Benta, na obra de Lobato e é antecedida por outra aventura no próprio Sítio no que se refere à volta a vida de Visconde que até então permanecia esmagado e sem vida desde que o livro de Dom Quixote caíra sobre ele.

- Veja, Sinhá – disse ela [Tia Nastácia] –, que judiação os meninos andam fazendo com o pobre Visconde! Fui encontrar o coitadinho apertado no torno. Veja. Ficou quadrado e todo arrebitado por dentro. Pedrinho pensa que sabugo é massa de bolo que toma o jeito que a gente quer. Dona Benta examinou o triste sabugo científico. Estava em miserável estado, como aquelas criaturas que antigamente eram submetidas ao suplício. E mudo. Morto. Mortíssimo. (LOBATO, 2010, p. 53).

Assim, a fim de dar nova vida ao Visconde, Tia Nastácia faz outro sabugo, porém o mesmo continuava mudo e sem se mexer. É então que vemos a ligação entre o bálsamo de Ferrabrás e o que Emília faz em seguida, que é dar ao sabugo o *caldinho da ciência*, um líquido que havia saído de Visconde ao ser esmagado no início do livro, para assim ele ganhar nova vida. Repara-se também no fato de que o uso do *caldinho da ciência* somente serviria para o Visconde, tendo em vista ele ser um sabugo científico, da mesma forma que o bálsamo de Ferrabrás só ter funcionado com Dom Quixote por ser um cavaleiro.

Mas o Visconde reformado permanecia mudo. Por mais que o sacudissem não falava nada. Emília então fez a experiência de pingar nele o caldinho do Visconde velho. Maravilhoso efeito! A criatura arregalou os olhos, começou a mexer os braços, as pernas, e por fim murmurou: - A matéria atrai a matéria na razão direta das massas e na razão inversa do quadrado da distância. - Eu não disse? – exclamou Emília vitoriosa. – Eu não disse que o caldinho era de ciência pura? Bastou pingar neste sabugo bobo o conteúdo do vidrinho para ele ficar tão científico que até a Lei da Gravitação já sabe de cor, sem um erro (LOBATO, 2010, p.54).

Nota-se que o texto todo de Lobato é impermeado por diversas retomadas a obra de Cervantes, formando um texto divertido e humorístico ao vermos as confusões dos personagens do Sítio do Picapau Amarelo. Porém, Lobato, ao fazer sua adaptação da obra de Cervantes, não respeitou a ordem de aparecimento das aventuras e selecionou os episódios mais acentuadamente romanescos para narrar em “Dom Quixote das crianças”, pois, segundo o autor, são “as aventuras que divertem a imaginação”, algo reiterado diversas vezes pela própria personagem de Dona Benta que é a contadora da história de Cervantes.

Há, então, a narração das aventuras criadas por Cervantes, na voz de Dona Benta, e é importante ressaltar que a repetição de um texto por outro, nunca é inocente, como afirma Carvalhal (2004, p.53-54)

Toda repetição está carregada de uma intencionalidade certa: quer dar continuidade ou quer modificar, quer subverter, enfim, quer atuar com relação ao texto antecessor. A verdade é que a repetição, quando acontece, sacode a poeira do texto anterior, atualiza-o, renova-o e (por que não dizê-lo?) o re-inventa.

Dona Benta, na verdade, é a personagem que, por seu conhecimento de mundo e por ser uma ávida leitora, mais defende a obra de Cervantes como sendo algo imprescindível de se ler quando os netos forem mais velhos, denotando que apesar de estar recontando as aventuras do cavaleiro andante para as crianças, a leitura da obra original continua sendo tão bela e tão rica que se faz necessária após as crianças amadurecerem. É por meio da fala dessa personagem que Lobato demonstra o seu respeito à obra de Cervantes, pois apesar de haver um choque de interpretação com as duas leituras, modificada em Lobato para o público infantil, ao mesmo tempo este presta uma homenagem ao texto base.

Assim, existem diversos modos de retomar outros textos, como a paródia, a qual envolve uma grande parte do texto em sua construção e leitura, o que não significa dizer que o texto-base seja colocado em sua totalidade, afinal apenas com um elemento já é possível haver a mudança na construção de sentido do texto (PAULINO, Graça et al., 1995). Por causa disso a paródia é um efeito de linguagem muito recorrente entre os textos, justamente por ser um exercício de linguagem, no qual esta se dobra e se reflete em si mesma e seu uso transcorre pelo tempo.

Hodiernamente, a paródia é conceituada em um jogo intertextual, no qual há um tom crítico, irônico, uma forma de apropriação na qual, uma nova forma desenvolve-se a partir da antiga, sem na realidade a destruir; apenas a função é alterada. A paródia torna-se, pois, um princípio construtivo na história literária. (TYNIA NOV apud HUTCHEON, 1985, p. 52), ao invés de endossar o *modelo* retomado, rompe com ele de forma sutil ou mais escrachada. Podendo-se falar em intertextualidade, na qual um autor utiliza textos dos outros para compor a sua obra e intratextualidade, a partir do momento em que o escritor retoma a obra e a reescreve (PAULINO, Graça, et.al., 1992). Por causa desse conceito, deve-se ter em mente que, assim como a intertextualidade, a paródia foi objeto de estudo de Bakhtin e de Tynianov, os quais consideravam o termo como um subgênero, aproximando-o do burlesco.

E Lobato, em determinado momento de sua obra, usa justamente do efeito da paródia para fazer Emília se comportar como D. Quixote ao ponto de que os entes queridos da boneca de pano têm que agir da mesma forma que os de Cervantes e prendê-la em uma gaiola para que esta possa recuperar a razão. Porém, ao mesmo tempo em que brinca com as traquinagens de Emília, Lobato também critica tal ato após alguns capítulos quando Dona Benta vê a boneca chorar por se ferir na gaiola e afirma que “Nós erramos, meus filhos, prendendo-a na gaiola do sabiá. Para as perturbações mentais a violência não é remédio. Vamos soltá-la e experimentar outro tratamento” (LOBATO, 2010, p.127).

Este é um dos momentos em que vemos a paródia funcionando como um contraponto, um choque de interpretação do que acontece a D. Quixote, pode-se entender isso como uma forma que Lobato encontrou para repassar uma ideia, um valor às crianças que fossem ler sua obra e assim não aderissem aos mesmos estratagemas para, quem sabe, curar um “louco”. “Bastou que a tratássemos com humanidade para que a loucura se fosse embora” (LOBATO, 2010, p.127-128).

Porém, deve-se atentar que o fato de usar a paródia em determinado texto não significa, propriamente, um desmerecimento à obra original. Muitas vezes, a paródia, consegue conservar a sua característica catártica, com o objetivo de haver um choque de interpretação, ao mesmo tempo em que presta uma homenagem ao texto base ou ao seu autor. Trata-se de “uma nova e diferente maneira de ler o convencional. É um processo de liberação do discurso. É uma tomada de consciência crítica.” (MENDES *apud* PAULINO, Graça, et.al., 1992, p 31). A paródia, então, é ao mesmo tempo é uma “homenagem e uma espécie de torcer o nariz a uma tradição muito antiga” (FOWLES *apud* HUTCHEON, 1985, p.49). E o texto todo de Lobato é impermeado por diversas retomadas a obra de Cervantes, formando um texto divertido e humorístico ao vermos as confusões dos personagens do Sítio do Picapau Amarelo, homenageando o escrito original ao vermos a interação dos próprios personagens com a obra de Cervantes.

CONCLUSÃO

Dom Quixote sempre foi considerado um marco na literatura mundial, sendo adaptado, traduzido e difundido por todo o mundo há mais de quatrocentos anos. Miguel de Cervantes, ilustre autor da obra, coube a glória de ter criado o melhor romance do mundo e por isso, até os dias atuais é estudado e analisado das mais diversas formas. Dessa forma, chegou até nós a obra de Cervantes que anos mais tarde foi adaptada por outro grande escritor de renome no Brasil e no mundo: Monteiro Lobato.

A ideia e preocupação de Lobato sempre foi o fato de que as crianças brasileiras não tinham histórias voltadas para a sua realidade, já que todos os escritos eram oriundos da Europa, algo muito distante e com uma escrita muito rebuscada para as crianças de nossa terra. Por causa disso, começou a dar novos rumos para a literatura infantil brasileira, sendo considerado o fundador desta categoria no Brasil.

E, ao mesmo tempo em que criava personagens, sendo os mais conhecidos aqueles que ambientavam as aventuras no Sítio do Picapau Amarelo, Lobato passou a adaptar, traduzir e abrigar diversos personagens da literatura universal, trazendo-os para viver aventuras em solo brasileiro, com estruturas e vozes de tratamento particulares ao estilo. A fim de possibilitar o desenvolvimento crítico das crianças em relação à sociedade, ao mesmo tempo em que divertia os pequenos leitores.

Com isso em vista o presente trabalho buscou comparar a obra cânone “O engenhoso fidalgo D.Quixote de La Mancha” de Miguel de Cervantes com a infanto-juvenil de Monteiro Lobato, “Dom Quixote das Crianças”, mostrando os paralelos entre

as duas obras e como Lobato fez uma paródia do texto original ao se apropriar deste para construir um novo texto com uma nova linguagem.

Assim, Lobato acaba utilizando do recurso de linguagem que é a paródia para reapresentar a obra de Cervantes de uma nova forma para as crianças do Brasil, trazendo Dom Quixote para terras brasileiras e inserindo-o no discurso do Sítio do Picapau Amarelo e de todos os personagens criados por Lobato. Vemos em Emília, a famosa boneca de pano, a mais envolvente das leitoras, aquela que ao mesmo tempo em que critica o a obra original, também mergulha nela, vivendo as mais divertidas aventuras ao lado de D. Quixote.

Dessa forma, no texto de Lobato há duas esferas narrativas que se intercalam e se relacionam entre si, pois é possível vivenciar as aventuras de Dom Quixote em um momento, as quais são contadas por Dona Benta, e em outro vemos os personagens do Sítio se misturando ao texto, recriando o texto em seu próprio universo.

Corroborando, assim, com a ideia de que os mais diversos textos podem se relacionar entre si, criando a intertextualidade ao haver a transposição de uma linguagem para outras, o que no caso da obra de Lobato aconteceu pelo uso da paródia ao romper com o antigo modelo utilizado por Cervantes e trazer novos ares a história, recontando-a de uma forma lúdica, com críticas sem deixar de homenagear Cervantes por ter criado tão belas aventuras que se imortalizaram na figura de Dom Quixote.

REFERÊNCIAS

CARVALHAL, Tânia Franco. **Literatura comparada**. São Paulo: Ática, 2004.

CARVALHO, D. B. A. de. Adaptação literária para crianças e jovens: Robinson Crusoe no Brasil. 2006. 539 p. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, PUCRS, Porto Alegre, 2006.

CERVANTES SAAVEDRA, Miguel de. **Dom Quixote de la Mancha**. Tradução de Viscondes de Castilho e Azevedo. São Paulo: Nova Cultural, 2013.

COELHO, Nelly Novaes. **Panorama histórico da literatura infantil/juvenil**: das origens indo-europeias ao Brasil contemporâneo. 5ªed. SP: Amarilys, 2010.

HUTCHEON, Linda. **Uma teoria da paródia**. Rio de Janeiro: Edições 70, 1985.

HUTCHEON, Linda. **A Theory of Adaptation**. New York: Routledge, 2006

LAJOLO, Marisa. Monteiro Lobato e Dom Quixote viajantes nos caminhos da leitura. In: **O mundo da leitura para a leitura do mundo**. São Paulo: Editora Ática, 2005, p. 94-109.

LOBATO, Monteiro. **Dom Quixote das crianças**. São Paulo: Globo Editora, 2008.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica**: a prática de fichamentos, resenhas. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

PAGEAUX, Daniel-Henri. Elementos para uma Teoria Literária: imagologia, imaginário, polissistemas. In: MARINHO, Marcelo; SILVA, Denise Almeida; UMBACH, Rosani Ketzer (Orgs.). **Musas na encruzilhada: ensaios de Literatura Comparada**. São Paulo: Hucitec, 2011.

PAULINO, Graça, WALTY, Ivete (org.) **Teoria da literatura na escola**. Belo Horizonte: UFMG/FALE/Departamento de Semiótica e Teoria da Literatura, 1992.

_____, CURY, Maria Zilda. **Intertextualidade** – Teoria e Prática. Belo Horizonte: Ed. Lê, 1995.

PETERLE, Patrícia. **Questões de Literatura Comparada e Tradução**. 2011. 10f. Notas de aula.

PRADO, Amaya Obata Mouriño de Almeida. **Adaptação, uma leitura possível**: um estudo de Dom Quixote das crianças, de Monteiro Lobato. Santa Maria: UFSM/CPTL, 2008. Disponível em: <http://alb.com.br/arquivo-mort/edicoes_antteriores/anais16/sem08pdf/sm08ss10_07.pdf>. Acesso em: 8 out. 2014.

RODRIGUES-BASTOS, Renilda. De quixote a quixotinha: alguns fios. **Asas da Palavra** (UNAMA), Belém, v. 9, n.20, p. 114-121, 2005.

VIEIRA, Maria Augusta. Prefácio. In: CERVANTES SAAVEDRA, Miguel de. **O engenhoso fidalgo Dom Quixote de la Mancha**. Tradução de Viscondes de Castilho e Azevedo. São Paulo: Nova Cultural, 2002.

SENHORAS DO JORNAL: TESSITURAS FEMININAS NA IMPRENSA PARAENSE

Márcia Pinheiro (UFPA/CAPES)¹

Orientadora: Profa. Dra. Germana Sales (UFPA)²

Resumo: A representação do cotidiano feminino do século XIX, nos escritos de Maria Amália Vaz de Carvalho (1847-1921) tem sido objeto de relevantes reflexões sobre a composição do *corpus* social, nos aspectos históricos, políticos, religiosos, além dos costumes que caracterizavam uma época. Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo analisar como a educação feminina era apresentada nas **Cartas femininas** material divulgado no periódico paraense **O Liberal do Pará** (1871-1890) no ano de 1888. Para entendimento do conteúdo desses escritos é necessário um olhar investigativo para o momento dessas publicações na segunda metade do século XIX.

PALAVRAS-CHAVE: Cartas femininas; Maria Amália Vaz de Carvalho; O Liberal do Pará. Século XIX.

INTRODUÇÃO

Ao longo do século XX, historiadores e críticos literários dedicados à pesquisa em fontes primárias se perguntaram sobre a circulação da produção escrita nos séculos anteriores, bem como sobre as preferências do público leitor. Uma parcela desses pesquisadores passou a se dedicar ao estudo de publicações em periódicos. Tais pesquisas propõem-se a levantar inúmeras questões acerca da preferência dos leitores por determinados escritos e seus autores; bem como sobre as diferentes práticas de leitura, muitas vezes, orientadas por autores, editores, tradutores, entre outros atores sociais que faziam parte da regulação da leitura.

A imprensa periódica brasileira do século XIX, como já é sabido, foi de intensa fecundidade para a produção literária, em virtude de ter reservado lugar, em suas páginas, para a inclusão de espaços destinados ao conteúdo literário, a exemplo do famoso espaço folhetim³. Portanto, a imprensa foi escola para grandes nomes da literatura nacional, difusora do aclamado romance-folhetim, além de divulgadora de

¹ Doutoranda em estudos literários no Programa de Pós-Graduação em Letras, na Universidade Federal do Pará. Bolsista CAPES. E-mail: marciasp23@gmail.com

² É professora Associado IV da Faculdade de Letras, do Instituto de Letras e Comunicação (ILC), da Universidade do Federal do Pará, com atividade docente na Graduação e Pós-Graduação, atuando especialmente em temáticas referentes à literatura do século XIX e ensino de Literatura.

³ No começo do século XIX, os jornais franceses reservavam um espaço para publicações de escritos. Esse espaço era uma linha cortada horizontalmente na geografia do jornal, era chamado de que traduzido para o português denominamos de folhetim, nasce da necessidade de gerar prazer e bem estar aos leitores. Tinha a seu serviço o rodapé do jornal, e se apresentava separado por um fio gráfico grafado horizontalmente. A partir de 1830, esse espaço cedeu lugar à ficção, momento em que os clássicos da literatura francesa e universal foram selecionados para ocupar em “pedacinhos” o rés-do-chão. Assim o jornal democratizou-se diante da burguesia e saía do círculo dos assinantes ricos. Em razão disso, houve, então, a necessidade de uma nova parceria entre jornalismo e literatura. Surge a aliança, entre o jornal e o romance enquanto novo gênero, e com isso, a coluna **Folhetim**, que foi garantia de sucesso. Cf. NADAF. Yasmin Jamil. **Páginas do passado**: ensaios de literatura. São Paulo: editora, 2014. p.45.

narrativas estrangeiras, a saber escritos traduzidos da pena francesa, inglesa, portuguesa entre outras.

Ao lado das narrativas publicadas no rodapé do jornal, também circulavam em outros espaços dos jornais: artigos de opinião, críticas ao gênero romance⁴, crônicas, súmulas e informações sobre chegada de livros, anúncios sobre escravos fugitivos entre outras inúmeras informações, uma vez que, como postula Socorro Barbosa, “o jornal estava o século XIX, da mesma forma que a *internet* está para o século XXI”.

Nesse sentido, objetivamos analisar um exemplar das **Cartas femininas** publicadas n’ **O Liberal do Pará**, no ano de 1888, de autoria de Maria Amália Vaz de Carvalho, para tanto demonstrarmos a estratégia que a autora usava para se comunicar com o público feminino.

Para o desenvolvimento deste artigo, primeiramente, empreendemos um recorte do *corpus* coletado para a elaboração da tese de doutorado⁵, sequencialmente, foi feita a leitura e análise da carta do exemplar 236 d’ **O Liberal do Pará**. A importância deste estudo está pautada no fato da autora portuguesa ter circulado em jornais paraenses e ainda na biblioteca Fran Pacheco do Grêmio Literário português ser encontrado um vasto espólio da obra da escritora, demonstrando assim, que seus escritos circularam e tiveram recepção por parte do público paraense.

Em meio a tantas vozes masculinas que apresentavam as mulheres segundo os seus próprios filtros, ora passivas e artificiais, ora ardilosas e interesseiras, ganha corpo na segunda metade dos Oitocentos um quadro de escritoras, dentre as quais destacaram-se em Portugal, mas circularam nos jornais paraenses: Guiomar Torresão (1844- 1898), Carolina Michaelis de Vasconcelos (1851- 1925), Maria Amália Vaz de Carvalho (1847- 1921) e demais talentos, que passa a problematizar a temática feminina “de dentro”.

A imprensa periódica paraense na segunda metade do século XIX se estabelecia como elemento essencial para a cultura e sua vigorosa produção e circulação eram alimentadas, em boa parte, pelas atividades políticas desenvolvidas nesse momento histórico. Sendo assim, a imprensa foi usada como agente da história e não simplesmente como órgão que registrou os fatos, logo, comporta vários sentidos específicos, e de tal modo, procurou construir uma mentalidade ao público leitor.

Dessa forma, em meio aos impressos do século XIX, o jornal foi o meio mais acessível para a expansão e divulgação da produção literária, por isso esteve presente em muitos lares paraenses. Pelos estudos nos periódicos oitocentistas, é possível perceber o quanto o paraense estava ligado às novidades advindas da Europa e como essa influência estrangeira colaborou para a consolidação do romance brasileiro.

IMPrensa PERÍODICA NO GRÃO-PARÁ

⁴ O Brasil recebeu não apenas os romances, mas os ecos das polêmicas que tanto animaram os europeus durante o século XVIII. Na Europa a difusão do gênero foi acompanhada de forte polêmica, opondo detratores e defensores da nova forma, brandindo argumentos **estéticos, religiosos e morais**. Aqui e ali pequenos textos publicados na imprensa brasileira repetiam argumentos empregados nas discussões europeias sobre o gênero. ABREU, 2004, p. 13.

⁵

Márcia Abreu no artigo O gosto dos leitores – a recepção de romances como problema para a história literária localizado no livro **Interpretação do texto/leitura do contexto** (2013), examinou fontes diversas, como pedidos de licença para circulação de livros submetidos à censura, anúncios publicados por livreiros em jornais de grande circulação e registros de consultas de obras em bibliotecas, tal trabalho demonstra que nem sempre as obras e os escritores que compõem as histórias literárias não são as mesmas obras que caíram na predileção dos leitores durante o século XIX.

Abreu demonstrou nos resultados de sua pesquisa que as obras que compunham o gosto do público eram **As aventuras de Telêmaco** (1699), de François Salignac de la Mothe Fénelon (1651-1715); **História de Gil Blas** (1715), de Alain-René Lesage (1668-1747); **Dom Quixote** (1615), de Miguel de Cervantes Saavedra (1547- 161); **Mil e umas noites** (1704-1717), de Antoine Gallanda (1646-1715); entre outras. A autora chama a atenção para o fato de que nenhuma dessas obras foi escrita durante o século XIX, mas permanecera, por décadas entre as preferidas dos leitores brasileiros.

Ao examinar os registros de consultas de obras da Biblioteca Nacional de 1849 a 1856, Márcia Abreu evidencia que nesse período já havia romances brasileiros sendo publicados, mas os frequentadores da Biblioteca nacional ainda tinham preferência pelas obras estrangeiras, o que demonstra que os leitores não estavam preocupados com a constituição de uma literatura nacional.

Embora algumas obras compostas por autores brasileiros tenham sido procuradas na Biblioteca, os leitores não parecem muito sensíveis ao problema da constituição de uma literatura nacional, questão que tanto mobilizou os escritores brasileiros do período e que estabelece os limites do *corpus* de textos considerados pelas histórias literárias. (ABREU, 2013, p.176).

A apresentação das obras que obtiveram sucesso editorial no século XIX – demonstra que havia uma forte predileção por parte dos leitores comuns de obras estrangeiras. Dessa forma se retomarmos a ideia de sistema literário proposto pelo crítico e historiador literário Antonio Candido, o leitor deveria ser um elemento a ser considerado para a elaboração das histórias literárias, mas Márcia Abreu demonstra que esses compêndios não consideram o gosto dos leitores não especialistas para estabelecer o cânone nacional de escritores e de obras. Este fato é interessante, pois a partir da proposta de estudo da literatura como um sistema (escritor- obra- público), o resultado obtido nos arquivos, como títulos de bibliotecas, publicações que circularam em jornais, sugere que a ausência de um dos elementos que justamente o compõem é responsável por dissolvê-lo.

CARTAS PORTUGUESAS AO BELO SEXO

Os grandes movimentos coletivos da sociedade ocidental, como, por exemplo, os cuidados extremos que as mães passaram a dispensar a seus filhos, não dizem respeito a uma vontade individual imperiosa, mas a processos históricos bem demarcados que, em dado momento, contaminaram a sociedade como um todo. No caso a mudança da

estrutura emocional da família passou por significativa transformação no século XIX. Sendo assim, indícios dessa alteração podem ser encontrados nos escritos de Maria Amália Vaz de Carvalho.

Pouco a pouco desenhou-se um movimento e uma corrente de tom nitidamente feminista que, elitista embora no tipo de mulheres que reunia, se revestiu de um significado notável pelos esforços que congregava, pela ideologia que difundia, pela unidade visível de objetivos e aspirações que traduzia e pelas expressões e ações concretas que assumiu e realizou, enquanto movimento organizado. Influenciada e progressivamente fortalecida por uma corrente internacional que encontrou expressões de grande vitalidade em outros países da Europa e América do Norte, o movimento a favor da emancipação da mulher em Portugal, entendido exatamente como tomada de consciência do valor da pessoa, como definição do seu papel na sociedade e como contestação e revisão de preconceitos e limitações impostos à mulher, foi um movimento que progressivamente tomou corpo e subitamente se revelou cheio de um vigor quase inesperado em um país em que jamais lutas sufragistas, típicas de outras culturas, ou movimentos radicais pelos direitos das mulheres se tinham feito sentir de forma organizada.

Com certo vigor, a dado passo, o movimento feminista em Portugal foi, no entanto, sempre um movimento moderado, nunca declaradamente subversivo nem violento, mais atento à satisfação das suas reivindicações pela força da persuasão, do direito e da educação do que pela força dos gritos e das manifestações.

A escritora portuguesa Maria Amália Vaz de Carvalho, legítima representante de uma geração cujo ideal era a mulher como o “anjo do lar”, teve uma ampla participação nesse debate em defesa da educação feminina. Sua opinião era conhecida do público paraense leitor dos jornais **O Liberal do Pará**, **A Província do Pará**, **Jornal do Pará** desde a década de 1870. Suas ideias sobre a educação da mulher eram de que deveria prepará-la para ser uma companheira à altura da inteligência de seus maridos e a mãe-educadora dos filhos, jamais para a emancipação feminina. Seu discurso se harmonizava perfeitamente com o pensamento geral de sua época a respeito do lugar da mulher na sociedade, sendo até o final do século XIX poucas as vozes que se levantavam para defender o ensino superior para as mulheres e seus direitos políticos, tanto em Portugal como no Brasil.

A virada do século do século XIX, com suas inovações tecnológicas e novas demandas para as mulheres se adequarem à “vida moderna”, levou a escritora a admitir rever certas posições que defendia antes e ser obrigada a se render às novas ideias ligadas à educação e ao trabalho feminino. Em seu artigo **A Mulher do Futuro**, de 1899⁶, fez várias considerações sobre a situação da mulher e sobre as mudanças futuras que a esperavam.

Na virada do século, momento que antecedia o feminismo⁷ organizado e militante, momento no qual o feminismo se disseminava como ideia nas sociedades brasileira e portuguesa, a palavra de ordem dos/as defensores/as do “sexo feminino” era educar a

⁶ **A Mensageira**, Revista literária dedicada à mulher brasileira, foi editada por Presciliana Duarte de Almeida.

⁷ No de 1896, na edição 57ª – página 1 – 1ª coluna –, no periódico paraense **A Folha do Norte** foi publicada a nota intitulada **Movimento Feminista atual** assinada pela autora Maria Amália Vaz de Carvalho.

mulher para todos os embates da vida, ou seja, a educação como fator de segurança econômica e para a “maternidade competente”, de melhor desempenho dos deveres de mãe.

Desde o século XIX que a educação feminina se tornou a bandeira dos que defendiam os direitos da mulher, tanto no Brasil como em Portugal. As primeiras feministas defendiam a elevação da instrução das mulheres para que se tornassem melhores mães e pudessem sobreviver de uma atividade honesta em caso de necessidade, assim como, nos meios sociais mais elevados, os homens bem sucedidos encontrassem esposas mais cultas para serem suas companheiras no corpo e no espírito, para tanto é importante a instrução feminina, como percebemos na citação a seguir:

Instruir a mulher é uma necessidade fundamental das sociedades modernas. Necessidade que todos os espíritos reconhecem e que a todos os espíritos se impõe. A divergência começa, porém, no modo e no processo pelo qual essa instrução tem de ser ministrada (CARVALHO, 1888, O Liberal do Pará, p.2).

As últimas décadas do século XIX contavam já com algumas vozes pioneiras a exprimir, em termos ainda cautelosos, mas já muito precisos nos alvos que pretendiam atingir, os novos ideais de afirmação da mulher, da sua valorização pessoal e da sua participação social.

Escritos, ou para louvar mulheres concretas, notáveis por feitos ou virtudes, ou para fazer uma defesa e um elogio das mulheres, seus direitos e suas qualidades, tais escritos são apenas exemplos isolados de um espírito que se tornaria corrente e, nessa medida, a influenciar de alguma maneira a evolução de uma situação concreta das mulheres, que efetivamente não correspondia a qualquer reconhecimento teórico de um estatuto social de igualdade.

Nas sociedades latinas, em que mesmo o homem é indolente e inapto para a dura e áspera luta da vida, o tipo da mulher que alcance pela atividade física e pelas faculdades mentais a sua própria independência material, é senão impossível, pelo menos antipático a todas as tradições, a todos os costumes e a todas as ideias. O nosso mal é tentarmos aclimar improvisadamente os costumes e as instituições de outras raças no nosso solo ingrato a essa espécie de produções. (CARVALHO, 1888, O Liberal do Pará, p.2).

De acordo com Maria Amália Vaz de Carvalho, se a mulher ficasse solteira, porque não encontrou o companheiro com o qual lhe seria grato ligar o seu destino, a sociedade não tinha nada a ver com isso, assim como também não devia casar-se por ambição monetária ou intelectual. Era exatamente para livrá-la dessa “baixeza” que a desejava independente pelo seu trabalho, quando o não fosse pela fortuna, e mais independente “ainda pela razão que a tornasse um ente de consciência justa”.

Podem os Estados Unidos, meio saxônicos e meio germânicos, pode a Inglaterra, podem os países do Norte – levando às extremas conclusões práticas o seu respeito, tradicional e herdado, pela independência e pela integridade moral da mulher – educar uma raça de trabalhadoras, tão enérgicas, tão ativas, tão independentes, tão capazes de se suprirem e de se bastarem a si mesmas como os homens dessas raças e dessas nações. Nem os latinos, nem os orientais, conseguirão nunca introduzir nos seus costumes, nas suas ideias, nos seus gostos, a noção de que a mulher é um ser independente, forte, igual ao homem. No Oriente a mulher ficou a eterna tutelada, a eterna pupila, a eterna irresponsável. Na França, na Itália, na Espanha, em Portugal, creio que no Brasil, latino de raça, a mulher, libertando-se dessa servidão miserável que o Oriente subjuga, conseguiu reinar sobre os homens, dominar indiretamente nas sociedades, mas em virtude daquela mesma fraqueza, daquele mesmo encanto de dócil dependência, dos quais as modernas tendências da educação tendem a despojá-la cruelmente. (CARVALHO, 1888, O Liberal do Pará, p.2).

A autora dirigia-se às mulheres de seu país, mas também às mulheres latinas de uma maneira geral, incentivando-as ao estudo e ao trabalho como um meio de obterem sua liberdade, pois considerava as jovens mulheres insuficientemente educadas para serem as companheiras e as mães do “homem moderno”. Um dos conselhos era para não fazer do amor o único ideal da existência nem o seu único fim, mas pensar no trabalho e no estudo, deixando que as faculdades afetivas se desenvolvessem livremente, e, caso não desenvolvessem, que isso fosse indiferente à sociedade.

Para os defensores da diferença, a mulher comparada ao homem aparecia “idêntica em natureza, mas desigual em grau”. Os que não admitiam a ideia de uma natureza idêntica aos dois sexos diziam que o homem e a mulher tinham cada qual as suas qualidades e não as mesmas qualidades em graus diferentes, que a mulher era “de natureza diferente, mas de equivalente valor”, e que igualdade não queria dizer identidade, que valores iguais podiam, igualmente, ser de diversa natureza, e não era necessário de forma nenhuma que a mulher fosse parecida ao homem para ser igual.

A autora acreditava que a participação profissional da mulher no mercado livre evitaria a sua subordinação ao homem. Em plena revolução industrial, as questões relacionadas ao tema mulher e trabalho começam a surgir. Outra ideia central no feminismo emergente do século XIX é a união e a ajuda mútua entre as mulheres de todos os países na luta pelos direitos.

Nunca nas nossas sociedades em que impera fortemente o preconceito da inferioridade feminina, a mulher poderá auferir vantagens práticas da sua concorrência com o homem, na espera do pensamento e do trabalho ativo. Podia citar exemplos, que manifestam de um modo incontestável esta verdade. (CARVALHO, 1888, O liberal do Pará, p.2).

Seu argumento se baseava no direito de escolha, uma premissa do individualismo no regime liberal burguês. Na prática essa possibilidade ainda não havia para as

mulheres, cuja escolha pelo casamento, mesmo sabendo que perderiam seus direitos, era condicionada pela forte pressão social. O reconhecimento social da mulher ainda estava atrelado a seus papéis de esposa e mãe, direitos possíveis por meio do casamento legal.

Logo, porém, que ela tente sair desse recinto luminoso e resplandecente, onde reina, onde é obedecida, servida e amparada; logo que ela apeteça aparecer à grande luz e talhar para si própria um lugar largo em concorrência com os homens, os mesmo que há pouco, a respeitavam, crivam-na de ironias; os que se ajoelhavam reverentes diante dela, mostram-lhe o mais cruel desdém, os que pareciam estáticos diante da sua franqueza gentilíssima, empurram-na brutalmente para lhe passarem adiante. (CARVALHO, 1888, O Liberal do Pará, p.2).

Era também defensora da melhoria da educação feminina com o objetivo de serem esposas e mães mais preparadas para a educação da geração moderna. Considerava que a mulher não devia ser coagida pela educação, nem pelos costumes, nem pelas conversas, nem pelos pais, com a mania de talhar muito irrestritamente o futuro dos filhos, a ver no casamento um fim, um ideal completo e único, quase uma obrigação.

No fundo o respeito dos latinos pela mulher tem seus laivos originais de superioridade e de desdém. Amam-na porque é doce, porque é melindrosa, porque é frágil e porque é linda, amam-na como amam as crianças e as flores. Mas não lhe permitem que ela exceda os limites que por eles homens lhe foi implacavelmente traçado, além do qual elas perdem o direito a sua cavalheirosa proteção e ao seu respeito artificial e levemente hipócrita. (CARVALHO, 1888, O Liberal do Pará, p.2).

As ideias de Maria Amália Vaz de Carvalho foram bastante veiculadas no Brasil a partir da década de 80 do século XIX, seja por meio da imprensa⁸, seja como colaboradora das revistas femininas e de jornais, seja pela publicação de suas obras destinadas ao público feminino e à educação das crianças.

Preparem amanhã uma geração de mulheres, prontas para o trabalho, prontas para a luta, prontas para a concorrência vital dos interesses e das recompensas, e verão essa pobre geração de sonhadoras será vencida selvaticamente pela força brutal, pelo desprezo sangrento, pela terrível inimizade do homem! É isto que não se quer ver bem e perceber bem! Nas mais humildes ocupações remuneradas não vem o homem vencer a mulher e expulsa-la da concorrência. Até as lojas de modas estão cheias de caixeiros, e imaginam então que o homem consentiria que a mulher o suplantasse e o substituísse nas carreiras e

⁸ Na biblioteca Fran Pacheco, no Grêmio Literário Português fundado em 1867, existe um acervo substancial de livros da autora.

nas situações de ele tira lucro, deleite e glória?! (CARVALHO, 1888, O Liberal do Pará, p.2).

Ao defender a liberdade feminina de escolher seu estado social sem que isso significasse um fracasso na vida, especialmente no caso daquelas que escolhessem o estado de solteira, a escritora fazia uma crítica à mentalidade vigente de considerar o casamento como única carreira para assegurar o futuro da mulher. Entendia que desenvolver livremente as qualidades afetivas da mulher era deixar-lhe o pleno direito da escolha, o direito “sagrado de amar ou não amar”, de casar ou ficar solteira, sem que isso representasse uma vergonha ou um ridículo. Para isso, era necessário que houvesse a independência feminina pela educação e pelo trabalho, mostrando que a felicidade da mulher e sua utilidade na vida não estavam única e exclusivamente no casamento.

No Brasil, a ideia era civilizar a nação por meio da mulher, sua educação vista como a pedra de toque da civilização. Quanto mais ilustrada e inteligente fosse a mulher, mais zelosa e cumpridora dos seus deveres, não bastando simplesmente saber a utilidade e os atrativos do espírito cultivado, mas fazer todo o esforço para instruir-se para o bem da pátria e da família.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos estudos do que foi divulgado na imprensa periódica paraense no século XIX, podemos ter conhecimento do que circulava em outros países, como as produções de Portugal, já que as obras de Maria Amália Vaz de Carvalho chegavam em Belém, fato que demonstra que a nossa capital estava atenta aos acontecimentos mundiais.

O século XIX consolidou valores, posições políticas, instituições, entre outras categorias; a imprensa da época veiculou grande parte da vida cultural, religiosa e social dos Oitocentos. Dessa maneira, pesquisar os periódicos que circularam no século XIX é seguir pistas do que aconteceu, de maneira a reinterpretar o passado, tentando entender o espírito da época.

As descrições do comportamento das mulheres do século XIX, apresentadas por Vaz de Carvalho em **Cartas femininas** expõem uma análise da sociedade acerca de diversas nuances que envolviam a vida das mulheres, desde a infância à velhice. Muitos elementos defendidos nas cartas em análise, demonstram que a autora manifestava uma preocupação significativa com a independência feminina. Para Maria Amália, a mulher devia empenhar-se em ultrapassar as limitações impostas pela sociedade da época.

Este trabalho contribui em relação à História do Livro e da Leitura, porque foi lançada uma nova luz ao que se lia no século XIX, já no que envolve a história literária, demonstramos que se liam mais autores do que foi exposto nos compêndios de literatura. Sendo assim, a análise dessas narrativas foi feita a partir de um olhar de quem está no século XXI, que as leu de uma perspectiva múltipla: da literatura e gênero, da história cultural e da historiografia literária.

REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia. **O gosto dos leitores** – a recepção de romances como problema para a história literária. *In*: JOBIM, José Luis; SALES, Germana; FURTADO, Marli. **Interpretação do texto/** leitura do contexto. São Paulo: Contexto, 2013.

Fontes primárias

A mensageira

O Liberal do Pará

A folha do Norte

O CONFLITO IDENTITÁRIO DE ALFREDO: UMA ANÁLISE DE *CHOVE NOS CAMPOS DE CACHOEIRA* E *TRÊS CASAS E UM RIO* DE DALCÍDIO JURANDIR

Mayara Cristiny Souza Martins Rodrigues

Orientador: Luís Heleno Montoril del Castillo

Linha de pesquisa: Literatura, memórias e identidades

Resumo: Este presente trabalho tem como objetivo a interpretação da identidade híbrida da personagem Alfredo nos romances *Chove nos campos de Cachoeira* (1939) e *Três casas e um rio* (1958) de Dalcídio Jurandir. Usando para tanto os Estudos Culturais e o teórico Stuart Hall (2003) com o conceito de hibridismo e Zilá Bernd (1992) para se entender a importância do olhar do Outro, além de dar mais compreensão para os conceitos identidade e identificação enquanto processos e não produtos, já que a identidade será vista como uma construção histórica. A justificativa dessa interpretação à luz dos Estudos Culturais é pertinente, porque ao longo da leitura se verificou a relação sociocultural em que Alfredo está envolvido, haja vista que tem sua mãe negra, Dona Amélia, e seu pai branco, o Major Alberto, buscou-se, portanto, entender como a identidade do garoto marajoara se constrói ao longo das narrativas. A escolha dessas obras foi à identificação de Alfredo como um personagem em conflito, em *Chove nos campos de Cachoeira* insere Alfredo ainda criança, mas já inquieto com a questão de sua identidade, pois ele percebe desde cedo a diferença da cor de pele entre seus pais, enquanto que em *Três casas e um rio*, o garoto conhece pela primeira vez parentes da sua família materna, o que deixa-o ainda mais confuso, por também entender que pertence a uma família negra. Essa pesquisa refere-se, na verdade, a um recorte da dissertação de mestrado que será apresentada no programa de pós-graduação em Estudos Literários na Universidade Federal do Pará (UFPA). Assim, esse estudo tem como objetivo divulgar o processo que está em andamento e os resultados que já foram obtidos.

Palavras-chave: Identidade. Estudos culturais. Hibridismo. Alfredo.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi pensado a partir dos estudos ainda em andamento realizados no primeiro ano do mestrado em Estudos Literários, pós-graduação vinculada à Universidade Federal do Pará. Assim, refere-se a uma parte da pesquisa feita sobre Dalcídio Jurandir e os seus romances *Chove nos campos de Cachoeira* (1939) e *Três casas e um rio* (1958). Em que está sendo analisado o conflito identitário de Alfredo, visto que o garoto marajoara se mostra entre dois universos: o branco paterno e o negro materno, o primeiro circunscreve um ambiente letrado, onde o Major Alberto além de ser funcionário público, ainda é um leitor assíduo; enquanto Dona Amélia, mulher negra, sem escolaridade, apresenta ao menino uma parte da família que desconhecia até então, parentes negros que faziam parte da festividade do boi *Garantido*, ou seja, há

marcadores sociais os quais confundem e refletem na construção identitária de Alfredo, de tal forma que não se enxerga nem branco e nem negro.

O interesse por essa pesquisa surgiu com o artigo *A literatura de expressão amazônica como registro histórico da cultura*, o qual foi um estudo realizado ao final da especialização em História e Cultura afro-brasileiro e africano, pela Faculdade Integrada Brasil Amazônia (FIBRA). Esse artigo considerou o romance *Três casas e um rio* de Jurandir para identificar os elementos da cultura afro-brasileira nesse romance.

Assim, com a pretensão de continuar a pesquisa sobre literatura amazônica e identidade negra, busca-se em Dalcídio Jurandir, agora nos livros *Chove nos campos de cachoeira* (1939) e *Três casas e um rio* (1958), responder o seguinte questionamento: como a identidade híbrida de Alfredo, personagem de ambas as obras, é construída?

Serão consideradas essas duas obras, pois encontram-se nelas elementos que somados podem contribuir para entender o conflito identitário em Alfredo, como: a descoberta do irmão da sua mãe, o Tio Sebastião, a noite de São Marçal, o desconforto e inquietações por sua condição social, que não se sentia nem próximo aos meninos pobres, descalços, de Cachoeira, nem aos meninos mais favorecidos que iriam estudar em Belém. Algumas dessas situações são mencionadas na tese da professora Marlí Furtado (2002), em que coloca sobre o livro *Três casas e um rio*:

A partir da chegada do verão e da retomada dos sonhos, dois fatos marcam ainda o enredo [...]. O segundo se marca pela chegada de seu tio Sebastião, irmão de d. Amélia, que será para o menino elemento de projeção tanto no que diz respeito à sexualidade, quanto à negritude de seu lado materno. [...] Alfredo, impressionado com o tio, vai com ele se identificando. O tio, em contraste com Major Alberto que tem a vivência do mundo adquirida via leitura, experimentou vivências díspares desde cedo e se transforma em narrador de suas aventuras ao menino. (FURTADO, 2002, p. 77-78)

Sendo assim, pode-se notar que há um conflito identitário e a inquietação por parte do garoto marajoara, pelo fato de sua mãe Dona Amélia ser negra e seu pai, o Major Alberto, ser branco. Em Alfredo percebe-se uma permuta e modificação de sua opinião frente às situações que lhe ocorrem. Para este trabalho será considerando a tese “*Universo derruído e corrosão do herói em Dalcídio Jurandir*” de Furtado (2002), devido a sua relevância para as pesquisas dalcidianas. Nessa tese foi conceituada a ruína ora do próprio protagonista, ora da cidade de Belém, ora das personagens ou até mesmo das lembranças da economia da Borracha, assim como característica principal das obras que fazem parte do Ciclo do Extremo Norte (1939- 1978) há um “esfacelamento” (p. 6) em vários sentidos, uma vez que a análise da tese mostrou o quão Dalcídio Jurandir quebra os paradigmas e repropõe uma nova ordem de seus personagens.

Outros estudos já realizados nessa área serão levados em consideração, como por exemplo, a dissertação de mestrado “*Identidade e Hibridismo em Dalcídio Jurandir. A formação identitária de Alfredo, em Três casas e um rio*” de Marcilene Pinheiro Leal (2008), o qual buscou dialogar entre os polos erudito/popular e oral/escrito estudar a

identidade do garoto protagonista Alfredo, por ser ter o antagonismo representado nos próprios pais: Dona Amélia e do Major Alberto, Alfredo então convive e caminha por essas dicotomias culturais, as quais constroem a sua identidade híbrida e fronteiriça.

Outro estudo pertinente para essa presente pesquisa é a tese de Luiz Augusto Pinheiro Leal “*‘Nossos intelectuais e os chefes de mandinga’*: repressão, engajamento e liberdade de culto na Amazônia (1937-1951)” (2011), nela se conceitua como o grupo de intelectuais Peixe-frito esteve na luta em prol da liberdade de expressão dos cultos, danças e manifestações afro-brasileiras, pois na década de 30 do século passado, vivendo sob o regime do Estado Novo. O Pará viveu então represálias, o governo não permitia que fossem realizadas os batuques e roda de carimbó, por isso a importância desse grupo, pois além de estarem envolvidos com questões literárias, estavam também atrelados aos movimentos sociais. Grupo esse que Dalcídio Jurandir fez parte e isso pode estar associado à postura que adotou diante do seu ciclo do Extremo Norte, Jurandir então reivindicou e combateu o racismo institucional vivido na época do Estado Novo, seja de forma literária, seja com a assinatura do “manifesto pela liberdade de culto em 1938” (p. 17).

O romancista Dalcídio Jurandir, apesar de não ter produzido nenhum trabalho diretamente caracterizado como “folclórico”, inseriu diversas passagens em seus romances que se referiam a aspectos da cultura negra no cotidiano (2011, LEAL, p. 40)

É por isso que Alfredo pode ser interpretado como a imagem desse conflito político, identitário e cultural, assim, entre rico e pobre, cidade e campo, erudito e popular, o garoto marajoara acaba sendo uma extensão da dicotomia marxista: dominador e dominado. Haja vista que a formação familiar de Alfredo, o pai, um homem branco e a mãe, mulher negra estão ligados à própria formação social brasileira, em que a mulher é dominada e o homem o dominador, essa diferença se faz ainda mais profunda quando a mulher Dona Amélia é negra e o seu marido é branco e letrado.

Alfredo têm uma confusão identitária visível no enredo de alguns romances, especialmente, em “Três casas e um rio”, quando esse personagem hesita entre a influência paterna, branca e a identidade negra da mãe. (2011, LEAL, p. 45)

Ainda nessa perspectiva de estudos na área da identidade negra é importante dialogar e compreender primeiramente o trabalho de Zélia Amador de Deus, dentre suas pesquisas, destaca-se para este presente estudo o artigo “*O corpo negro como marca identitária na diáspora africana*” (2011). Nele, a pesquisadora tece a relação entre metáfora de *Ananse* e a diáspora africana para a América, em que a vinda de populações negras para o território brasileiro está diretamente ligada a sua resistência em forma de manutenção e propagação de suas culturas, tradições, visões de mundo, religiões, etc. Deus (2011) assim saliente a questão da resistência do corpo negro diante do colonialismo, visto que

Em suma, um corpo que fala. Em outras palavras, é este corpo que, estigmatizado pelo racismo, será a marca da discriminação, exposto aos castigos e aos trabalhos forçados e a toda forma de exploração. Por outro lado, este mesmo corpo virá a ser instrumento de afirmação de identidades, no embate com os opressores num processo de tomada de consciência e, também, é este mesmo corpo que poderá ser objeto de repulsa, num processo de autonegação. (DEUS, p.2, 2011)

Dessa forma, o corpo vai ser interpretado como a própria identidade, pois no momento que o sujeito assume a identidade do *querer-ser-negro* (BERND, p. 44, 1988), ele não mais esconde seu corpo ou deseja ser branqueado, assume as características afro-americanas que tanto os estigmatizam, como os traços físicos, por exemplo. O corpo, então, cortado pelas histórias e culturas africanas, acaba sendo as “inscrições da memória” (DEUS, p. 4, 2011), em forma de resistir e manter-se diante a *desculturalização* que sofreu, o corpo negro é sua autoafirmação.

Em segundo lugar, o livro “*Literatura e identidade nacional*” de Zilá Bernd (2011), o qual mostra a importância de se entender o conceito de identidade e os seus desdobramentos diante do texto literário, pois para a autora o ato de narrar é um elemento primordial na construção da identidade (BERND, 2011, p. 19). Sendo por isso, que o conceito de identidade é visto como uma espécie de processo e não produto acabado.

[...] prefere substituir o conceito de identidade e sua tentação à imobilidade e à cristalização, pelo de identificação que contém em si a noção de processo, necessário e até mesmo indispensável quando se pretende, por uma razão ou por outra, pensar a identidade. Pretende-se contribuir para a reflexão sobre identidade, no contexto colonial e pós-colonial, propondo abordar a questão como um processo contínuo de identificação. (BERND, 2011, p. 21)

Há os estudos de Stuart Hall (2003) com o livro “*Da diáspora identidades e mediações culturais*”, pois o referido autor discute acerca da construção identitária tanto frente às mudanças sociais, quanto implicando nas relações históricas. A principal palavra que define o olhar dado por Stuart Hall nesses ensaios é: deslocamento. Para o autor, é necessário deslocar as perspectivas, os discursos e as ideologias, para a partir disso entender as culturas e identidades na pós-modernidade. Haja vista que, ocorre um “descolamento de identidades” (HALL, 2003, p. 9), pois se antes elas eram vistas como *naturais* e espontâneas, hoje as identidades não se mantêm fincadas em territórios.

O que ocorre com as identidades na pós-modernidade, para a perspectiva de Hall (2003), é sua *desterritorialização*. Já que antes a identidade estava ligada ao nascimento, seja na parte da natureza, impressa por meio do parentesco e da linhagem de genes, seja constitucional, como o local de moradia, na verdade esse vínculo genético ou territorial, para os Estudos Culturais, não se faz presente, assim a identidade é uma questão histórica.

a terra é cortada, dizimada, cruzada. Todos que estão aqui pertenciam originalmente a outro lugar. Longe de constituir uma continuidade com os nossos passados, nossa relação com essa história está marcada pelas rupturas,

violentas e abruptas. Nossos povos têm suas raízes nos quatro cantos do globo. Assim, esse resultado híbrido, não pode ser facilmente desagregado em seus elementos autênticos de origem. (HALL, p. 19, 2003)

Então, a partir desta breve revisão bibliográfica acerca dos estudos dalcidianos e identitários, serão considerados os trabalhos de Marlí Furtado (2002), Zélia Amador de Deus (2008), Luiz Augusto Pinheiro Leal (2011) e Marcilene Pinheiro Leal (2008), pois serão fundamentais para a pesquisa. Assim como, Hall (2003) e Bernd (2011) em que se buscou discutir a relação étnico-racial de Alfredo perante o panorama da diversidade étnica que compõem o espaço marajoara nesses livros.

“Tua boca é doce pra dizer isso... que sou um branco”*: UMA LEITURA SOBRE A IDENTIDADE DE ALFREDO EM *CHOVE NOS CAMPOS DE CACHOEIRA

Após a leitura da obra *Chove nos campos de cachoeira* (1939) a qual possibilitou perceber a relação sociocultural em que Alfredo se vê envolvido, entende-se como a identidade desse personagem se constrói ao longo dessa narrativa. A escolha dessa obra foi à identificação de Alfredo, ainda menino, como um personagem em conflito, em *Chove nos campos de Cachoeira* insere Alfredo ainda criança, mas já inquieto com a questão de sua identidade, percebe desde cedo a diferença da cor de seu pai o Major Alberto e sua mãe dona Amélia. Essa questão identitária pode ser vista, por exemplo, quando Alfredo questiona:

Mas podia a vila toda caçar deles dois [Alfredo e Dona Amélia] se saíssem juntos. Causava-lhe vergonha, vexames, não sabia que mistura de sentimentos e faz-de-conta. Por que sua mãe não nascera mais clara? E logo sentia remorso de ter feito a si mesmo tal pergunta. Eram pretos as mãos que sararam as feridas, pretos os seios, e aquele sinal pretinho que sua mãe tinha no pescoço lhe dava vagaroso desejo de acariciar, beijando-lhe também os cabelos. (JURANDIR, 2011, p. 20)

Alfredo sente vergonha da cor de sua mãe e contraditoriamente remorso por esse sentimento, percebe-se a inquietação e confusão da questão identitária. Em contrapartida, para outros garotos da Vila de Cachoeira, Alfredo era um garoto branco, por ter certos privilégios, como não andar descalço e morar em um chalé.

Para ele [Henrique] era tão natural que Alfredo parecesse branco. Não mora num chalé de madeira, assoalhado e alto? Era filho do Major Alberto, tinha sapatos. Alfredo não comia passarinho balado. (JURANDIR, 2011, p. 19)

Há também outra discussão entre Alfredo e o Henrique, quando brincavam em acertar passarinhos com a baladeira. Nessa discussão permite-se compreender uma negação de Alfredo quando chamado de branco, pois não acreditava ser. Percebe-se, aqui, que Alfredo não quer ser associado à cor do pai, o Major Alberto,

Ainda ontem viu Henrique balar um passarinho que caiu na calçada da casa do Coronel Bernardo. Henrique riu, e apanhou o pobre morto e disse.
 — Vou te comê de espeto.
 — Se come então um passarinho desse?
 — Se come. E no espeto. Não sabe o que é bom. Pra que tenho mea baladêra [sic]? Tu não gosta?
 — Eu não.
 — O que tu perde. És um branco...
 — Tua boca é doce pra dizer isso... que sou um branco. Tu não vês minha cor? — Alfredo não queria ser moreno mas se ofendia quando o chamavam de branco. Achava uma caçoada de moleque.
 — Mas tu não é?
 — Tu és moleque...(JURANDIR, 2011, p.120-121)

Nesse sentido, em *Chove nos campos de cachoeira*, Alfredo nega a cor e identidade da mãe e ao mesmo tempo não se enxergava branco como o pai, não se via com privilégios de meninos brancos, como Henrique colocou. Esse conflito identitário pode ser interpretado a partir dos apontamentos de Bernd (2011), pois ela trabalha o conceito de identidade relacionado diretamente com a alteridade, assim, para a autora quando se trata de formação identitária, é necessário pensar na importância do *Outro*, isto é, a identidade deve ser vista como sendo um processo de contínua formação, e por isso, irá depender sempre do Outro.

Dessa forma, a identidade de Alfredo perpassa também pelo julgamento de Henrique e da própria Vila de Cachoeira, já que essas opiniões influenciam a visão de Alfredo. Assim, a identidade como um procedimento em contínua transformação e mudanças, é chamada pela autora de: identificação, daí vem à relação recíproca entre os conceitos: identidade e alteridade, como a própria Bernd (2011) coloca,

[...] a identidade é um conceito que não pode afastar-se do de alteridade: a identidade que nega o outro, permanece no mesmo. Excluir o outro leva à visão especular que é redutora: é impossível conceber o ser fora das relações que o ligam ao outro. [...] [identidade é o] processo em permanente movimento de construção/desconstrução, criando espaços dialógicos e integrando a trama discursiva sem paralisá-la.
 (BERND, 2011, p. 16)

A partir dessas citações é pertinente salientar que em Alfredo, no primeiro livro da saga do Extremo Norte, há um grande emaranhado de conflitos, resistência e inquietações. Essa interpretação será aprofundada em um segundo momento da pesquisa de mestrado, visto que ainda está em andamento.

Já, na terceira obra, *Três Casas e um rio*, a personagem Alfredo vive outras experiências que o deixam mais angustiado com a cor da sua pele e, principalmente, com a sua identidade, o que acaba sendo uma confusão, permeado pela ideia de ser ora branco, ora negro. Esse diálogo pode ser visto por meio das palavras de Furtado (2002).

Menino ainda (o narrador não lhe precisa a idade), abre e fecha a obra sob tensão. Nas quase oito páginas do primeiro capítulo temos traçado seu perfil e muito do que será desenvolvido no enredo sobre ele: seu espírito indagador, seu desassossego e solidão, o desejo de partir da vila, a sensação de ser

diferente dos demais meninos e a dificuldade em se aceitar como filho de pai branco e de mãe negra. (FURTADO, 2002, p. 41)

Dessa maneira, será apontado alguns trechos e interpretados para se entender o conflito e formação identitária da personagem Alfredo nesses dois romances, em uma tentativa de comparar as inquietações do garoto marajoara, levando em consideração para tanto as situações que possibilitam Alfredo pensar sobre sua cor de pele e sua identidade.

“Canzumbá era seu parente. Negro. Negro sem nenhuma atenuante.”: A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DE ALFREDO FRENTE ÀS NOVAS DESCOBERTAS EM TRÊS CASAS E UM RIO

Em *Três Casas e um rio* fica ainda mais nítida a questão do conflito identitário, pois pela primeira vez Alfredo vê membros da sua família materna e, portanto, negra, além de presenciar sua mãe incorporando um guia da religião afro-brasileira durante a noite de São Marçal. Em ambas as situações, verifica-se a construção identitária conflituosa de Alfredo, nesse hibridismo em que se enxerga em meio à diversidade étnica do local que vive.

Alfredo achou esquisito. Afinal pessoa de sua família pertencia também ao “Garantido”. Canzumbá era seu parente. Negro. Negro sem nenhuma atenuante. Sua família perdia-se em fundos e insondáveis origens negras. Dali vinha sua mãe e havia nisso talvez o segredo de seu domínio, de seus repentes, de suas extravagâncias. (JURANDIR, 1994, p. 125)

O achar “esquisito” faz parte do racismo que mesmo marcado como um sujeito afro-amazônico, Alfredo ainda sente o peso de ser negro e de ter parentes negros, o incomodo de Alfredo pode ser analisado pelo fato do corpo negro ainda ser marcado por processos de branqueamento, silêncios e apagamentos, assim, ele estranhou porque não se reconhece negro e nega qualquer aproximação cultural. Assim, Alfredo entra em conflito identitário, depois de conhecer parentes da família materna, essa confusão em relação à cor de sua pele se refere ao seu lugar social, por morar em um chalé, não andar descalços como outros meninos da Vila de Cachoeira não se via como negro, sobretudo não se enxergava branco por não conseguir atravessar a fronteira de Belém, nesses dois romances, ainda não chega a realizar seu sonho, que seria estudar na capital paraense.

Assim sendo, o conflitos identitário do menino está diretamente relacionado com a sua condição cultural, econômica e social diante do seu território e espaço. Por isso, é interessante verificar os postulados de Stuart Hall (2003) para se entender as identidades, pois ao debruçar sobre essas relações no espaço da Ilha do Marajó percebe-se como elemento central a diversidade étnica convivendo e compartilhando os espaços. Haja vista que em um mesmo lugar, Cachoeira do Arari, onde se desenvolve ambas as narrativas, verificam-se as identidades de negros, brancos, asiáticos e tapuias construindo o ser amazônico.

Mas, é importante verificar que para Hall (2003) a identidade não está relacionada necessariamente ao local de nascimento, pois vivemos em mundo globalizado e desterritorializado, logo, pensar em cultura, hoje, não significa voltar a uma fase embrionária, mas sim, associar a um fruto das diásporas modernas e nessas várias relações que os povos constroem.

As identidades modernas estão sendo “descentradas”, isto é, deslocadas ou fragmentadas; houve mudanças na sociedade moderna no final do século XX, isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade que anteriormente nos tinha fornecido localizações como indivíduos sociais. [...] esta perda de um “sentido de si” estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito. (HALL, 2003, p. 42)

Essa descentralização do sujeito pós-moderno pode ser visto na obra de Dalcídio Jurandir, por exemplo, com a personagem Alfredo, pois, apesar de não ser o foco da obra *Chove nos campos de cachoeira* e em *Três casas e um rio*, verifica-se quando não consegue se identificar nem ao lado do pai branco Major Alberto, nem ao lado da mãe negra Dona Amélia, confundindo-se e repensando a todo o momento a sua condição racial. Por isso, a identidade no menino Alfredo torna-se “provisória, variável e problemática” (HALL, 2003, p. 45).

Aliás, o conceito de identidade para Hall (2003) não pode ser também visto como ‘puro’ ou ‘original’, pois sempre há uma relação entre a identidade do presente e o seu passado originário, em outras palavras, a identidade existe a partir de uma co-presença espaço-temporal entre as culturas, formando assim as identidades híbridas, “[...] A cultura não é apenas uma viagem de redescoberta, não é uma viagem de retorno. Não é uma “arqueologia”. A cultura é uma produção. Tem sua matéria-prima, seus recursos, seu “trabalho produtivo”.” (HALL, 2003, p. 69), situação que pode ser associada ao menino Alfredo nas obras, pois há uma aproximação entre espaço e tempo. Nesse personagem pode-se enxergar o passado injusto e a cor da mãe e, concomitante, o presente, os desejos de ascensão e a condição social do pai.

Em outras palavras, ocorre em Alfredo o deslocamento de identidade que Hall (2003) define. Outro momento que pode-se identificar esse mesmo questionamento é na personagem Dona Amélia, quando fala sobre o seu casamento com o Major Alberto, e escuta comentários a respeito dessa relação entre uma negra e um branco letrado, ainda em *Chove nos Campos de cachoeira*.

Se vou (Com o Major Alberto) é para trabalhar para ele. Sou uma pobre. Cozinheiro, lavo, engomo e depois é a minha sorte ir agora com ele. Sou mulher para trabalhar. Se a minha sorte está marcada pra ficar com ele, fico. (JURANDIR, 2011, p. 79)

Em Dona Amélia, por exemplo, é visto que não se sentia digna do posto de ser esposa do Major Alberto e ao mesmo tempo um posicionamento de que não tinha motivo de se sentir assim, pois não devia nada e sua cor não podia ser determinante, ou seja, havia no pensamento de Dona Amélia uma confusão a respeito de seu lugar, de sua

identidade frente aqueles olhares e opiniões preconceituosos. Esse conflito se dá pelo fato de que a identidade é um processo histórico e, não como anteriormente, pensávamos ligada ao local de nascimento, como Hall (2003) nos afirma:

A terra é cortada, dizimada, cruzada. Todos que estão aqui pertenciam originalmente a outro lugar. Longe de constituir uma continuidade com os nossos passados, nossa relação com essa história está marcada pelas rupturas violentas e abruptas. Nossos povos têm suas raízes nos quatro cantos do globo. Assim, esse resultado híbrido não pode ser facilmente desagregado em seus elementos “autênticos” de origem. (p. 123)

Na verdade, Hall (2003) afirma que as certezas tão naturais quando se falava em identidade, agora sofrem um processo de ruptura, em função dos vários movimentos migratórios acarretando o deslocamento. Assim, essa tensão pode ser denominada pelo autor como: hibridismo, mestiçagem ou até mesmo mistura cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, é pertinente salientar que as identidades que Alfredo vai adquirindo ao longo dos romances *Chove nos campos de cachoeira* e *Três casas e um rio* são múltiplas, híbridas e processuais, haja vista que podem ser vistas nessas narrativas cinco grandes influências étnicas. Pois, há, por exemplo, as imagens do branco com as personagens Major Alberto e Dr. Campos, do asiático com as personagens Nader e Abdul, sírio que namora Henriqueta e o comerciante turco, respectivamente, do negro com as personagens Dona Amélia e o tio Sebastião e, por último, do indígena com Dona Geni e suas pajelanças, Ana do Japiim pajé das beiras do rio Arari e Nhá Porcina. Eles todos de modo geral constituem o mosaico que estabelece a própria identidade amazônica nas obras lidas, esse mosaico repercute e reflete diretamente nos pensamentos e conflitos identitários de Alfredo, sujeito ainda em formação.

Logo, essa identidade amazônica marajoara vista nos livros de Dalcídio Jurandir pode ser entendida como um jogo relacional entre os sujeitos que se inscrevem nos espaços socioculturais, já que “na situação da diáspora, as identidades se tornam múltiplas” (HALL, 2003, p. 126). Nesse sentido, para o trabalho em questão verificou-se as constantes trocas culturais tendo como finalidade a construção da identidade local, em especial, em Alfredo. Vale ressaltar, que são diversos povos compartilhando o mesmo território, criando-se tensões, diálogos, disputas e conflitos.

Por conseguinte, pensar na relação entre identidade e literatura é estar ciente do fluxo e transformações contínuos, e não mais associar a um bloco homogêneo, no qual é composto por elementos binários, como: branco x negro, heterossexual x homossexual, homem x mulher. Longe dessa polarização, é interessante interpretar a terceira dimensão em que as identidades e espaços sociais os quais contribuem e constroem as identidades.

Assim, mesmo que no primeiro romance, *Chove nos campos de cachoeira*, Alfredo ainda é criança e o foco do livro seja o Eutanázio, ainda assim é possível

perceber algumas situações inquietadoras para o garoto. Já no terceiro livro, *Três casas e um rio*, Alfredo já um pouco maior se depara com a mãe alcoólatra, a vontade de estudar em Belém e conhece parentes da sua família materna, são algumas das experiências vividas pelo menino, as quais podem transparecer as dúvidas e o desconforto com a sua cor de pele e sua identidade híbrida.

Portanto, a noite de São Marçal, a descoberta do Tio Sebastião, as inquietações psicológicas (monólogos de Alfredo), questionamento, as conversas, os conflitos e as diversas etnias que somados constituem a formação híbrida da identidade em Alfredo, o qual sente o peso da sua condição social e a cor da sua pele. Essa leitura faz parte da pesquisa que será apresentada ao final do mestrado em Estudos Literários, ou seja, ainda terão outras análises que posteriormente serão aprofundadas, por enquanto, foi realizado apenas um recorte do que já foi levantado e interpretado, ou seja, o resultado final de tal estudo ainda está em andamento, assim, este artigo apresentou uma parte da pesquisa.

REFERÊNCIAS

BERND, Zilá. **Literatura e identidade nacional**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1992. São Paulo: Editora Brasiliense, 2011.

_____. **Introdução à literatura negra**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988.

DEUS, Zélia Amador de Deus. **O corpo negro como marca identitária na diáspora africana**. Artigo apresentado a Revista Eletrônica: Tempo - Técnica - Território, V.3, N.2, 2011.

FURTADO, Marli Tereza. **Universo derruído e corrosão do herói em Dalcídio Jurandir**. UNICAMP – Instituto de Estudos de Linguagem. São Paulo, 2002.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Editora DPeA, 2011.

_____. **Da diáspora identidades e mediações culturais**. Tradução Adelaine La Guardia Resende, Ana Carolina Escosteguy, Claudia Alvares, Francisco Rudiger, Sayonara Amaral. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

JURANDIR, Dalcídio. **Chove nos Campos de cachoeira**. Rio de Janeiro: Sete Letras, ed., 2011.

_____. Dalcídio. **Três Casas e um rio**. Belém: Editora Cejup, 1994.

LEAL, Luiz Augusto Pinheiro. **“Nossas intelectuais e os chefes de mandinga”: repressão, engajamento e liberdade de culto na Amazônia (1937-1951)**. Tese. Universidade Federal do Bahia (UFBA), 2011.

LEAL, Marcilene Pinheiro. **Identidade e hibridismo em Dalcídio Jurandir: a formação identitária de Alfredo, em Três casas e um rio**. Dissertação. Universidade Federal do Pará (UFPA), 2008.

RODRIGUES, Mayara Cristiny Souza Martins. **A literatura de expressão amazônica como registro histórico da cultura afro-brasileira no Marajó**. Artigo. Faculdade Integrada Brasil Amazônia, Belém: 2015.

PENSAMENTO E TRAVESSIA: A MIGRAÇÃO TEMPO-MEMÓRIA EM INGLÊS DE SOUSA

Messias Lisboa Gonçalves¹

Orientador: Antônio Máximo Ferraz²

Linha de pesquisa: Interpretação, circulação e recepção

Resumo: A escuta poética rompe com o invólucro aprisionante da obra de arte, rompe com as categoriais literárias, ou seja, rompe com os *ismos*, que viciam a leitura do intérprete, que, a partir de tantas formas, buscam justificar as categorias literárias que classificam as obras de arte, talvez, uma classificação por meio de semelhanças, mas as obras por serem autênticas excedem a periodização literária, convidando o intérprete a escutá-las. Com isso, é possível cogitar que a valorização, apenas, da textura documental sócio-político-histórica pela crítica foi responsável pelo obscurecimento do lastro estético das obras de Inglês de Sousa. No entanto, é justamente o lastro estético que as mantém vivas. Sendo assim, o objetivo fulcral deste estudo é pesquisar as questões do tempo e da memória postas em obra pelos romances *O Cacaulista* e *O Coronel Sangrado*, de Inglês de Sousa. Quanto à metodologia, adotamos a pesquisa bibliográfica, com as seguintes etapas, a saber: realização da pesquisa bibliográfica, leitura e fichamento do material pesquisado, interpretação do *corpus* selecionado e seleção dos dados mais relevantes para essa pesquisa. É válido destacar que nos doamos ao exercício de interpretação inaugural e realizamos uma travessia pela ficção inglesiana cerne do presente estudo para alcançarmos nosso principal objetivo que é a escuta originária das questões. Para uma maior compreensão e aprofundamento do pensamento, esse trabalho limita-se à reflexão do personagem protagonista Miguel Faria que migra de um romance para outro. Além disso, entendemos esse personagem-questão como alguém que vivenciou uma experiencição com o tempo, que foge àquele cronometrado pelo relógio ou mesmo àquele pensado pela ciência. Assim, compreendemos o tempo do personagem inglesiano como um tempo qualitativo e fruto da travessia/vivência de Miguel.

Palavras-chave: Escuta. Questões. Romances. Inglês de Sousa.

¹ Mestrando em Estudos Literários pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Pará (UFPA). Pesquisador do Núcleo Interdisciplinar Kairós – Estudos de Poética e Filosofia (NIK/UFPA). E-mail: meslisboa@gmail.com

² Doutor em Ciência da Literatura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor Adjunto do Instituto de Letras e Comunicação da Universidade Federal do Pará (UFPA) e do Programa de Pós-Graduação em Letras na mesma Universidade. Coordenador do Núcleo Interdisciplinar Kairós – Estudos de Poética e Filosofia (NIK/UFPA). E-mail: maximoferraz@gmail.com

INTRODUÇÃO

Inglês de Sousa, ainda jovem, começou a escrever o romance *História de um Pescador* em 1876³. No mesmo ano, concluiu *O Cacaulista*⁴, e, no ano seguinte, *O Coronel Sangrado*⁵ (1877), todos sob o pseudônimo de Luiz Dolzani⁶. Em 1891, publicou *O Missionário*⁷, seu romance de maior repercussão, que, assim como os outros, também foi associado ao movimento naturalista.

Apenas com o romance *O Missionário*, Inglês de Sousa tornou-se conhecido⁸. Nesse romance, descreve com fidelidade a vida numa pequena cidade do Pará, revelando acentuado espírito de observação, amor à natureza e fidelidade às cenas regionais.

Amigo de Sílvio Romero, a ele dedicou sua última obra de ficção, *Contos Amazônicos*⁹, publicada em 1893, no Rio de Janeiro. Contudo, a produção ficcional de Inglês de Sousa não ganhou maior atenção da crítica no período em que foi lançada, com exceção d'*O Missionário*, que recebeu notoriedade logo após a sua publicação. No entanto, compreendemos que é um autor que ainda está a merecer uma melhor atenção da crítica.

Por meio do estudo da fortuna crítica dos romances *O Cacaulista* e *O Coronel Sangrado* percebemos uma legitimação e continuação históricas tradicionais por meio das quais esses romances têm sido submetidos pelos estudiosos da literatura inglesiana.

No tocante, há de se atentar que a fortuna crítica que selecionamos, sendo composta por estudos acadêmicos (dissertações, tese e livros) e compêndios de história da literatura brasileira, os autores desses trabalhos iniciaram os seus estudos fazendo uso de um arcabouço de conceitos sobre os romances de Inglês de Sousa a partir de teorias críticas pré-determinadas com o intuito de descobrirem o que já se sabia: a

³ “O romance *História de um pescador* foi publicado em outubro de 1876, nas páginas do jornal paulista *Tribuna Liberal* e, em dezembro do mesmo ano, saiu em volume, pela tipografia do *Diário de Santos*. No prefácio, intitulado ‘Ao leitor’ e datado de 12 de dezembro de 1876, Inglês de Sousa esclarece que o livro é um ‘episódio das CENAS DA VIDA DO AMAZONAS’, uma ‘coleção de romances escritos e por escrever’, além de destacar as falhas e a relação do romance com outros da série” (FERREIRA, 2015, p. 148).

⁴ De acordo com o intróito da 1ª edição d'*O Cacaulista* escrito por Luiz Dolzani, pseudônimo usado por Inglês de Sousa, este romance foi escrito em 1875 na cidade do Recife. Cf. DOLZANI, 2004.

⁵ *O Coronel Sangrado* foi publicado em 1877 na *Revista Nacional de Ciências, Artes e Letras* e a primeira edição do romance em livro ocorre somente em 1882. No entanto, a data de publicação do romance ficou fixada pela história literária oficial como sendo em 1877. Cf. FERREIRA, 2015.

⁶ O pseudônimo “Luiz Dolzani” é em homenagem a um bisavô italiano e paterno de nome Pier Antônio Dolzani.

⁷ O romance *O Missionário* foi escrito em 1888 e publicado em 1891. Cf. SALLES, 2007.

⁸ “Inglês de Sousa é sobretudo conhecido em nossa literatura como o autor de *O Missionário* e dos *Contos Amazônicos*” (MIGUEL-PEREIRA, 1973, p. 159).

⁹ O livro é composto pelas seguintes narrativas: “Voluntário”, “A feiticeira”, “Amor de Maria”, “Acauã”, “O donativo do capitão Silvestre”, “O gado do Valha-me-Deus”, “O baile do judeu”, “A quadrilha de Jacó Patacho” e “O Rebelde”.

persistência e nítida textura político-sociológica que atravessa, do início ao fim, a prosa de ficção do escritor paraense.

Assim, é possível cogitar paradoxalmente que a valorização apenas da textura político-sociológica foi responsável pelo obscurecimento do lastro estético das obras inglesianas, mas é justamente o lastro estético que as mantém vivas. Diante disso, destacamos a seguinte reflexão de Amarílis Tupiassu (2004):

A constante e claríssima textura político-sociológica que atravessa, de cabo a rabo, a literatura de invenção do paraense Inglês de Sousa é responsável pelo obscurecimento do notável lastro estético engendrado pelo autor. Mas, se essa obra resiste como elaboração verbal desde o século XIX, se se mantém viva à voragem das tantas revoluções discursivas que se ultrapassam, fundem-se e confundem-se; se persiste como palavra fecundante e veio de atração a novas edições e a novos leitores, tal fato não se deve só à lavra documental sócio-político-histórica explorada pelo escritor (TUPIASSU, 2004, orelha, grifo nosso).

Destarte, é preciso sublinhar que a insistência e a permanência na forma de interpretar os romances de Inglês de Sousa apenas sob o viés da perspectiva documental sócio-político-histórica é uma maneira de não permitir a manifestação do poético dessas obras, que resistem e sobrevivem ainda como processos da linguagem. Amarílis Tupiassu (2004) acredita que,

Essa sobrevivência resulta também dos torneios de inventiva estética que Inglês de Sousa oferta como espetáculo verbal, não obstante a necessidade de ser inscrita, com mais evidência, sua inserção no poético, a mesma que há muito lhe vem sendo sonhada. [...] É ato de justiça estética recuperar das brumas das simplificações o talento de Inglês de Sousa [...] (TUPIASSU, 2004, orelha, grifo nosso).

Isto posto, as obras inglesianas não podem ser reduzidas às fórmulas de uma interpretação engessada que apenas confirmam um julgamento prévio do leitor/intérprete, é preciso permitir que o poético se expresse. Diante de tal fato, Manuel Antônio de Castro no *Dicionário de Poética e Pensamento*¹⁰ nos contempla com um pensamento esclarecedor e instigador a respeito do poético:

O poético é a incessante reinvenção do cotidiano. Por isso o poético é a ação se fazendo linguagem, o ser se dando, sendo tempo, presenteando-se. O cotidiano não é o cronológico de um agora. É o presente do que não cessa de se inaugurar. E toda inauguração é sempre inauguração do mesmo, o que é o contrário da repetição da mesma coisa. O mesmo é o poético vigorando. É o extraordinário do ordinário, a face sempre nova da realidade na realização do

¹⁰ Este dicionário digital distingue-se por ser feito de verbetes-questões e não por definições conceituais ou por levantamento de significados semânticos. O leitor terá para cada verbete diferentes acessos através de reflexões e passagens essenciais de diversos pensadores e poetas. Tais acessos querem provocar o leitor e levá-lo a questionar, a pensar, mostrando como cada verbete se constitui numa questão que não pode ser resolvida através de conceitos lógicos. Pelo contrário, deve prevalecer o diálogo poético, interpretativo, onde interpretar é interpretar-se na e com a escuta do que é. Consultando o dicionário, o leitor tem acesso a diferentes indicações bibliográficas. Em muitos casos, o dicionário limita-se a transcrever uma passagem julgada essencial. Cabe a cada leitor procurar a fonte integral indicada para aprofundar o pensamento. O Dicionário está disponível em <<http://www.dicpoetica.letras.ufrj.br>>.

instante, porque o instante é o presentificar-se do que é. O poético é. É enquanto se pensa (CASTRO: Poético, 2)¹¹.

Por isso, a ficção inglesiana é além do histórico e do documental, e romper com as camadas de uma interpretação solidificada das obras possibilita conhecê-las não epistemologicamente, mas ontologicamente. Os dois romances de Inglês de Sousa aqui enfocados inauguram a si mesmos e nos convidam a escutá-los, e intentamos mostrar nesta pesquisa uma face nova dos romances inglesianos, por acreditarmos no vigor poético dessas obras. Além disso, “o essencial não é conhecer pelo e para o estético, porém, chegar a ser o que se conhece” (CASTRO: Poético, 6). Se o poético é enquanto se pensa, sentimo-nos interrogados pelas questões do tempo e da memória que nas obras se fazem presentes e por isso pensamos e ouvimos para além do histórico e do documental.

Com isso, é justo libertar a emersão das outras janelas de sentidos que a obra pode apresentar, pois é “bem lícito falar nas janelas transversais do texto inglesiano, ou melhor, no emaranhado de janelas, frestas, fendas que vão se abrindo dóceis à contemplação do leitor” (TUPIASSU, 2004, orelha, grifo nosso). Diante disso, destacamos a seguinte reflexão de Angela Guida (2014):

Quando nos abrimos ao apelo da escuta poética, uma clareira nos irradia e nos prepara para a libertação da caverna e dos *ismos* inerentes a ela, ara e prepara a nossa sensibilidade para nos doarmos à escuta de versos que questionam certezas de toda ordem: metafísica, linguística, gramatical, histórica, biológica, teológica e tantas outras, porque quando somos livres de conceitos e pré-conceitos, podemos *escutar* a *cor* das aves, sem que isso soe absurdo (GUIDA, 2014, p. 78, grifo da autora).

Assim, a escuta poética rompe com o invólucro aprisionante da obra de arte, rompe com as categoriais literárias, ou seja, rompe com os *ismos*¹², que viciam a leitura do intérprete, que, a partir de tantas formas, buscam justificar as categorias literárias que classificam as obras de arte, talvez, uma classificação por meio de semelhanças, mas as obras por serem autênticas excedem a periodização literária, convidando o intérprete a escutá-las.

Por isso, lançamo-nos no abismo do pensamento e realizamos uma crítica literária enquanto escuta originária das questões postas em obra pelos romances. Assim sendo, colocar-se em posição de escuta é amar as obras, amá-las é escutá-las, e o desvelo das questões das obras se dá para quem as ama e as escuta. De acordo com Amarílis Tupiassu (2004):

[...] Inglês de Sousa precisa ser mais bem compreendido, porque, considerando-se as várias dimensões que enseja, recusa-se a constituir-se só como vetor de meras informações factuais ou de conformar-se passivamente

¹¹ Todas as referências que vierem nesse formato estão de acordo com as normas de citação sugeridas pelo dicionário digital *Dicionário de Poética e Pensamento*, de Manuel Antônio de Castro. Disponível em: <<http://www.dicpoetica.letras.ufrj.br>>. Acessado em: 7 set. 2017.

¹² Entendemos que a autora Angela Guida, ao usar o termo *ismos*, esteja se referindo aos estilos literários, como, por exemplo, o “Romant-ismo”, “Real-ismo”, “Natural-ismo”, e assim por diante. Cf. GUIDA, 2014.

nos moldes de um único modelo de criação artística (TUPIASSU, 2004, orelha, grifo nosso).

Assim, a nossa proposta de estudo se afasta do modo como os romances foram submetidos pela crítica. Importa mencionar que afastarmos não significa ressentirmos ou revoltarmos, mas propor outra leitura/travessia, talvez árdua, mas todas as outras travessias são árduas. Ademais, esclarecemos que não se trata de fazer uma leitura atualizada dos romances, mas sim de trazer à luz outra forma de interpretar as obras de Inglês de Sousa.

A MIGRAÇÃO TEMPO-MEMÓRIA DE MIGUEL FARIA

O narrador d'*O Cacaulista* nos revela no primeiro capítulo a idade de Miguel, “um moleque de onze a doze anos, completamente nu, enxotava com um galho de árvore os xerimbabos [animais domésticos] que invadiam a sala” (SOUSA, 2004, p. 32). Com a morte do pai do menino, o tio levou o sobrinho de Paraná-miri de Cima para Óbidos para que pudesse receber alguma educação escolar. A princípio Miguel não suportava a nova casa, mas foi se acostumando aos novos costumes, “e o prazer inextinguível de [...] repicar gostosamente os sinos da matriz [igreja], fizeram-no esquecer pouco a pouco os quadros da infância” (SOUSA, 2004, p. 33).

No entanto, o esquecimento das imagens da infância pelo menino, anunciada pela voz do narrador, não ocorre de fato. Assim, Miguel ficou na companhia do tio por 3 anos e “recaiu na tristeza do princípio, sem que nem enterros, nem batizados pudessem distraí-lo dela” (SOUSA, 2004, p. 33). Como se depreende o garoto foi acometido por uma tristeza fruto da saudade que nutria pela mãe e pela liberdade de meninice que tivera na fazenda. Certo dia,

[...] tendo acompanhado sem saber como nem por que uma passeata, organizada por alguns rapazes da terra, que sabiam o seu bocado de música, achou-se à noite longe de casa e só. Tratou de voltar depressa antes que o tio desse pela sua falta, mas ao aproximar-se do lago da igreja parou, dominado pelo medo. Com a cabeça baixa, e os olhos fitos no chão, o filho de D. Ana via em mente as palmatoadas que ia levar ao chegar em casa, o enorme sermão do tio, a privação de todo o alimento durante o resto da noite, e talvez durante o dia seguinte [...] (SOUSA, 2004, p. 33).

O filho de D. Ana, prevendo a correção que levaria do tio ao chegar à sua casa, foi tomado por lembranças e saudades do tempo em que morava na fazenda São Miguel. Acompanhando a voz do narrador, nós temos:

[...] *sentiu-se dominado pelas saudades do sítio; uma grossa lágrima rolou-lhe pela face morena.* Neste momento revelavam-se nele as suas primeiras inclinações [...]. Figurava-se longe dali: parecia-lhe ouvir o mugido do gado no curral, o cantar do japiim e o latido alegre do seu cão de caça. Como que sentia a montaria deslizar rápida no rio, impelida pelo seu remo redondo; via perfeitamente boiarem à pequena distância enorme tartarugas e monstruosos peixes-bois (SOUSA, 2004, p. 33-34).

Como se depreende, Miguel é tomado por um sentimento saudosista que se intensifica por situações pretéritas. O choro fruto da emoção que o acomete não é um lamento qualquer, pelo contrário, é significativo por exteriorizar e simbolizar a saudade, as lembranças e a memória que convivem *no* e *com* o nosso personagem. Apontamos que “uma grossa lágrima” que desceu pelo rosto do menino, igualmente grossa é a saudade, isto é, intensa saudade que o garotinho sente, e que o “prende” e o faz olhar para o passado, visto que Miguel nunca esqueceu, e nem poderia esquecer a vida que tivera ao lado da mãe e no sítio. Assim, suas vivências vão sendo transportadas do passado para o presente por meio da memória.

O nosso personagem não poderá apagar ou ignorar o passado, e por isso o pretérito sempre é por ele lembrado. Compreendemos que o tempo pretérito é acionado pela memória de Miguel e é lançado no tempo presente, pois a memória consegue deslocar o tempo. Em diálogo com Henri Bergson (2010), ressaltamos que para o filósofo o presente funciona como uma linha tênue que separa o passado do futuro. Por esse motivo, quando pensamos o presente como algo que ainda deve ser, ele ainda não é; e, quando o pensamos como existindo, ele já passou. Neste sentido, para Henri Bergson (2010), o presente realmente vivido consiste em grande parte do passado imediato.

Assim, o tempo vivido por Miguel acompanha-o e constitui a sua memória. De acordo com Henri Bergson (2010), o tempo presente é a rememoração do passado, estes estão permeados um no outro, são indivisíveis, então, o tempo presente já é memória.

Diante disso, foi necessária a nossa caminhada pelo rastro do já conhecido deixado pela crítica de Inglês de Sousa e, sobretudo, a importância de lançarmo-nos no abismo do desconhecido, mais também dispostos a realizarmos a nossa travessia e interpretação com singularidade. No dizer de Gilvan Fogel (2012),

Desaprender o social, o coletivo, o público e o hábito, que é esse ver e interpretar publicamente, socialmente, habitualmente – isso quer, pois, dizer: retirar-se do uso abusado; retrair-se para o só, *ensozinhar-se*, ou seja, singularizar-se, fazer-se um e só. Aprender a desaprender é igual e simultaneamente aprender a ser só, é exercício de encaminhamento da solidão para a solidão – *o lugar e a hora do ver* (FOGEL, 2012, p. 144, grifo do autor).

Neste sentido, Gilvan Fogel (2012) reforça a ideia de fazer-se só, realizar a solidão, e assim desaprender o habitual é entender a exigência vital de fazer o nosso próprio caminho. Diante disso, caminhar sozinho, entre outros entendimentos, significa livrar-se das críticas baseadas em teorias prévias que aprisionam as obras inglesianas aqui estudadas. Assim, é possível caminhar e ver além da representação conceitual, por isso há necessidade de retirar-se dos sentidos ou das significações habituais, instituídas coletivamente, para ser só e poder sentir e escutar o apelo das questões que incessantemente soam dos romances.

Na nossa caminhada ainda que solitária enxergamos e ouvimos o infante Miguel que traça uma relação de imersão, proximidade e também de aprendizado com o

Tempo e com a Memória¹³. Com isso, compreendemos que aprender a partir do tempo não é saber cronometrar a sua passagem por meio dos calendários ou dos ponteiros do relógio, mas escutar originariamente a sua invocação.

No início do romance percebemos os primeiros desafios que Miguel vivenciaria em sua travessia, ele se sente desconsertado diante da vida e do tempo. No entanto, o tempo, que de algum modo causa no menino um desconcerto, vai paulatinamente constituindo a sua travessia¹⁴ para o humano. Diante disso, cabe ao personagem viver e aprender *no* e *com* o tempo, para alcançar maior paz de espírito e alargar o seu saber poético.

O personagem-questão Miguel migra do romance *O Cacauleta* para *O Coronel Sangrado* e aprofunda o diálogo com a questão do tempo e da memória, e no ininterrupto diálogo com essas questões, Miguel rompe com a clássica divisão do tempo. Outrossim, o narrador de Miguel manifesta pensamentos fortemente marcados por evidências que colocam o nosso personagem no espaço da não linearidade do tempo, logo, o humano Miguel nos é demasiado enriquecedor para pensarmos o tempo enquanto questão, fora dos domínios da tradição metafísica.

No final d'*O Cacauleta* o narrador aponta que Miguel abandonou Paraná-miri e Óbidos, e foi viver em Belém por aproximadamente 5 anos. Em *O Coronel Sangrado* o narrador inicia o romance destacando o retorno de Miguel à Óbidos, fato profetizado no penúltimo capítulo d'*O Cacauleta*.

Destacamos que os longos e significativos anos que Miguel viveu em Belém não foram suficientes para fazê-lo esquecer de Rita. A passagem do tempo não foi capaz de atenuar até o total desaparecimento o amor de Miguel pela filha do tenente Ribeiro, apesar de um dos motivos da partida de Miguel para Belém ter sido a vontade de esquecê-la, ou seja, o jovem pretendia que o esquecimento abraçasse as recordações da sua desilusão amorosa.

Contrariamente ao desejo de esquecer a Rita, o sentimento de Miguel por ela esteve sempre preservado e nutria-se das recordações que povoavam o pensamento de Miguel em Belém e que se tornou mais acentuado e constante quando retornou à terra natal. Diante disso, as vivências pretéritas em Paraná-miri estão muito presentes na vida

¹³ Grafamos aqui em maiúsculo os termos “Tempo” e “Memória” por se tratarem de questões que excedem o homem, pelas quais ele se move e percorre, a partir do exercício do pensar, sua travessia poética à procura do seu próprio. Não é o homem que tem as questões, mas, ao contrário, este é doação delas, e essas se disponibilizam ao homem no exercício do pensar. Nas palavras de Antônio Máximo Ferraz, “[...] não é o homem quem tem as questões, no sentido de delas dispor. Ao contrário, são as questões que o têm, no sentido de disponibilizá-lo. Dispor é colocar (*pôr*) entre (*dis-*): ‘dis-por’. Estamos postos *entre* as questões” (FERRAZ, 2010, p. 123, grifo do autor).

¹⁴ “Na composição da palavra travessia, encontramos duas outras que nos levam a sentidos abismais: *trans-vertere*: o tornar-se no próprio que se é (*vertere-*) durante o percurso (*trans-*) da vida. A travessia é constante, contudo a cegueira de nossa escuta impõe por vezes barreiras quase intransponíveis, levando-nos à inércia de uma convivência insossa com nossa própria condição de habitante do mundo. Porém, independente de nossa vontade, a travessia nos leva à ambiguidade do ‘entre’. Habitamos a travessia do tempo em se realizar nos detalhes do cotidiano, este que nos parece banal quando não escutamos a longevidade da época que outona nossa pele, nossa relevância corporal” (PESSANHA, 2014, p. 243).

do personagem, como se o tempo não houvesse transcorrido, e agora o jovem ama mais ainda a vizinha da época de infância, Rita.

Miguel tenderá a perceber que se livrar da experienciação passada é impossível, pois o tempo passado constitui a sua memória, e Miguel está lançado no tempo, no tempo que é vida, além disso, Miguel aos poucos tende a perceber o tempo enquanto questão, por isso o tempo consegue constituir sentido na vida do filho de D. Ana.

Miguel em sua travessia atrelada pela questão do tempo, que é muito mais que a simples marcação de momentos de sua vida em Paraná-miri, abriu outras janelas de sentidos que se inauguraram em sua vida. E isso não se deu, unicamente, com a sua empreitada em Belém, pois, onde quer que estivesse Miguel não conseguiria frear o tempo. O tempo assim como a vida é um contínuo ininterrupto e independe da vontade de Miguel, visto que é o tempo que possui Miguel e não o contrário. Diante de tal reflexão, compreendemos que o homem que é temporal, irá deixar de ser um dia em seu findar, o tempo seguirá o seu fluxo, o ente finda, no entanto, a vida que é o ser continua. Diante disso, destacamos a seguinte passagem d'*O Coronel Sangrado*:

E o rapaz perguntava a si mesmo se seria hoje capaz do que fizera pela filha do tenente. Hesitava em responder.

Durante os quatro anos passados no Pará, por mais que fizesse, Miguel não conseguiu banir da mente a idéia de Rita. Em toda parte por onde andava aquele nome lhe estava presente à lembrança. Não o esquecera nunca durante todo aquele tempo de afanoso lidar (SOUSA, 2003, p. 67).

Compreendemos que o esforço em vão de lançar no esquecimento as vivências com Rita causou um efeito contrário, visto que Miguel recordava continuamente da filha do tenente Ribeiro, mesmo tendo abandonado o Paraná-miri. Com isso, é oportuno mencionar o seguinte pensamento de Manuel Antônio de Castro,

Esquecimento só é possível porque vigoramos na memória como algo que é ontológico e não apenas epistemológico e psicológico. No campo da arte, para os gregos a memória (Mnemosine) é a mãe das Musas. Estas cantam o passado, o presente e o futuro. Dessa maneira esquecimento diz não só o que passou, mas muito mais o que no passado vigora como possibilidade do futuro. Dessa maneira, o esquecimento é muito mais o que ainda não se manifestou, mas vigora como possibilidade de realização. Com isso não há oposição entre passado e presente [...] (CASTRO: Esquecimento, 1).

Assim sendo, compreendemos que Miguel desejando esquecer o passado não consegue, uma vez que o que seria esquecido é algo que se mantém como possibilidade de vim a ser, e segundo o autor, não existe contraposição entre passado e presente.

FINALIZANDO POR ENQUANTO...

Ultrapassar as terras limítrofes de Paraná-miri e de Óbidos não foi suficiente para transcursar os limites de si mesmo, mas que de qualquer modo serviu para que Miguel notasse a importância de lançar-se no desconhecido, para intentar compreender a si mesmo na vivência com uma das maiores questões que desde sempre nos interroga:

o tempo. No mais, na autoaprendizagem sente que planejar e arquitetar o futuro, não significa romper com o passado, pelo contrário o futuro é também o passado.

Ademais, não intentamos explicar nem tão pouco conceituar o tempo e a memória nos romances *O Cacaulista* e *O Coronel Sangrado*, mas pensar essas questões que se desvelam nessas obras do autor paraense. Assim, voltamos à pergunta central do presente estudo: “o que é, pois, o tempo?”.

REFERÊNCIAS

BERGSON, Henri. *Matéria e memória*: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. Trad. Paulo Neves. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

CASTRO, Manuel Antônio de [et al.]. *Convite ao pensar*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2014.

CASTRO, Manuel Antônio de. “Poético, 2”. In: CASTRO, Manuel Antônio de. *Dicionário de Poética e Pensamento*. Internet. Disponível em: <<http://www.dicpoetica.letras.ufrj.br/index.php/Poético>>. Acessado em: 7 set. 2017.

_____. “Poético, 6”. In: CASTRO, Manuel Antônio de. *Dicionário de Poética e Pensamento*. Internet. Disponível em: <<http://www.dicpoetica.letras.ufrj.br/index.php/Poético>>. Acessado em: 7 set. 2017.

_____. “Esquecimento, 1”. In: CASTRO, Manuel Antônio de. *Dicionário de Poética e Pensamento*. Internet. Disponível em: <<http://www.dicpoetica.letras.ufrj.br/index.php/Esquecimento>>. Acessado em: 2 jan. 2018.

DOLZANI, Luiz [Inglês de Sousa]. Intróito. In: SOUSA, Inglês de. *O Cacaulista* (Cenas da Vida do Amazonas). 2. ed. Belém: EDUFPA, 2004.

FERRAZ, Antônio Máximo. O que é uma questão? *Revista Litteris*, v. 6, p. 120-134, 2010.

FERREIRA, Marcela. As malogradas edições de O coronel Sangrado de Inglês de Sousa. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, v. 26, p. 23-40, 2015.

_____. *Inglês de Sousa*: imprensa, literatura e Realismo. 2015. 307 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2015.

FOGEL, Gilvan. *Sentir, ver, dizer*: cismando coisas de arte e de filosofia. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

GUIDA, Angela. Escuta. In: CASTRO, Manuel Antônio de [et al.]. *Convite ao pensar*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2014. p. 77-78.

MIGUEL-PEREIRA, Lúcia. *História da literatura brasileira: prosa de ficção (de 1870 a 1920)*. 3. ed. São Paulo: José Olympio, 1973.

PESSANHA, Fábio Santana. Travessia. In: CASTRO, Manuel Antônio de [et al.]. *Convite ao pensar*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2014, p. 243-244.

SALLES, Vicente. Cronologia. In: SOUSA, Inglês de. *História de um pescador (Cenas da Vida do Amazonas)*. 2. ed. Belém: EDUFPA, 2007, p. 31-34.

SOUSA, Inglês de. *O Missionário*. 3.ed. São Paulo: Ática, 1992.

_____. *O Coronel Sangrado (Cenas da Vida do Amazonas)*. 2. ed. Belém: EDUFPA, 2003.

_____. *O Cacauleta (Cenas da Vida do Amazonas)*. 2. ed. Belém: EDUFPA, 2004.

_____. *Contos Amazônicos*. 3. ed. São Paulo: Martin Claret, 2012.

_____. *História de um pescador (Cenas da Vida do Amazonas)*. 2. ed. Belém: EDUFPA, 2007.

TUPIASSU, Amarilis. Orelha do livro. In: SOUSA, Inglês de. *O Cacauleta (Cenas da Vida do Amazonas)*. 2. ed. Belém: EDUFPA, 2004.

SOBRE TRÊS INTERFACES NA OBRA LITERÁRIA DE INGLÊS DE SOUSA: História, Mito e Erotismo

Paulo José Maués Corrêa¹

Orientador: Prof. Dr. Luís Heleno Montoril del Castillo

Linha de Pesquisa: Literatura, Memórias e Identidades

Resumo: Na História da Literatura da Amazônia, há autores que alcançaram uma projeção nacional mais significativa, dentre os quais o primeiro foi o paraense Herculano Marcos INGLÊS DE SOUSA, nascido no município de Óbidos, a 28 de dezembro de 1853, e falecido no Rio de Janeiro, em 6 de setembro de 1918. Sua obra ficcional se constitui dos romances *O Cacauleta* (1876), *História de um pescador* (1876), *O Coronel Sangrado* (1877) e *O Missionário* (1891), e do volume de contos intitulado *Contos Amazônicos* (1893), conjunto que se constitui como seminal para a configuração do que seriam algumas marcas da Literatura produzida na e sobre a região amazônica, com destaque para as seguintes interfaces: Literatura e História, Literatura e Mito e Literatura e Erotismo. Na presente exposição, que é uma síntese de minha proposta de Tese, desenvolvo uma sucinta análise acerca desses tópicos, num aprofundamento de breve estudo publicado em *Contos Seleccionados de Inglês de Sousa* (CORRÊA, 2005), levando em conta, também, a vasta fortuna crítica do autor, constituída de estudos de críticos como José Veríssimo (1903), Lúcia Miguel Pereira (1988), Bella Jozef (1963), Wilson Martins (1977), além de um significativo conjunto de pesquisas desenvolvidas em cursos de pós-graduação, como é o caso dos trabalhos de Lauro Roberto Figueira (1998), Marcus Vinnicius Cavalcante Leite (2002), Mauro Vianna Barreto (2003), Elaine Ferreira de Oliveira (2003), José Souza (2006), José Mourão de Araújo (2006), Livia Sousa da Cunha (2010), Maria de Nazaré Barreto Trindade (2013), Dionne Seabra Freitas (2013) e Marcela Ferreira (2015).

Palavras-chave: Inglês de Sousa; Literatura; Amazônia; Interfaces.

Inglês de Sousa é um dos escritores fundadores da Literatura da Amazônia, na sistematização que foi efetuada pelos escritores Naturalistas, na segunda metade do século XIX. Na Amazônia, esse foi o primeiro momento em que a Literatura esteve em compasso com a produção dos grandes centros do País e com o que se fazia na Europa também.

Além de Inglês de Sousa, tido por Lúcia Miguel Pereira (1988) como introdutor do Naturalismo na Literatura Brasileira, há outros nomes importantes, como José Veríssimo, Marques de Carvalho e Eustachio de Azevedo. Porém, Sousa é o autor de

¹ Aluno do Doutorado em Estudos Literários no PPGL/UFPA. Bolsista da CAPES. Membro do Grupo de Pesquisa “Makunaíma: literatura, arte, cultura, história e sociedade na Amazônia, Brasil e América Latina”, do CNPq. Professor da Rede Estadual de Ensino (SEDUC-PA).

maior relevância, até mesmo em face da extensão da sua produção, elaborada sob o título geral *Cenas da Vida do Amazonas* e constituída de quatro romances – *O Cacauleta* (1876), *História de um pescador* (1876), *O Coronel Sangrado* (1877) e *O Missionário* (1891) – e do livro *Contos Amazônicos* (1893).

A partir dessa obra, afirmei, no livro *Contos Seleccionados de Inglês de Sousa* (2005), que há a presença de três interfaces que se configuram como marcas dessa produção: Literatura e História; Literatura e Imaginário; e Literatura e Erotismo. No decorrer da pesquisa para a elaboração da Tese, seguindo sugestão do Prof. Dr. José Guilherme dos Santos Fernandes, no Seminário de Pesquisa em Andamento – SEPA/PPGL/UFGA, no segundo semestre de 2007, optei por trocar “Imaginário” por “Mito”, dadas as implicações teóricas que o uso daquela terminologia poderia gerar.

A interface entre Literatura e História pode ser visualizada na presença, por exemplo, da tematização de grandes conflitos ocorridos no século XIX, patentes em textos do *Contos Amazônicos*. Em *A Quadrilha de Jacó Patato* e *O Rebelde*, a Cabanagem, guerra civil ocorrida na Amazônia entre 1835 e 1840, é item central na ação, ecoando o grito de guerra dos cabanos – “Mata, marinheiro, mata, mata!” (SOSA, 1988, p.104). Porém, a despeito dessa delimitação temporal oficial, nessas narrativas de Inglês de Sousa, é referido o ano de 1832, o que me fez afirmar, em outro estudo, que “Tal disparidade merece uma avaliação mais acurada, pois há outras obras literárias que apontam fatos ‘cabanos’ anteriores à data usualmente delimitada” (CORREIA, 2014, p.20). Mauro Barreto enquadra essa datação na “fase denominada pré-cabana (c. 1822-1833), uma época de conflitos e sedições políticas que assolaram a Amazônia no período que se sucedeu de imediato à independência” (2003, p.69).

A respeito de *A Quadrilha de Jacó Patato*, desenvolvi uma breve leitura em *Contos Seleccionados de Inglês de Sousa* (CORREIA, 2004, p.77-82), e, sobre *O Rebelde*, escrevi o livro *Anotações sob O Rebelde, de Inglês de Sousa* (2016), que se configura como uma edição comentada dessa narrativa do autor, em 300 notas explicativas em que exploro diversos aspectos da obra.

Quanto ao *Voluntário*, trata do recrutamento para a Guerra do Paraguai, denunciando as práticas efetuadas pelas autoridades constituídas, bem como o efeito que essas práticas provocaram no homem comum da Amazônia:

Já o Antônio da Silva fugira a todo o pano para Vila Bela, onde mora um comerciante que é seu compadre. Na casa do Pantaleão Soares, português legítimo, o sargento Moura varejou os quartos em que dormiam as filhas do pobre homem, e levava o atrevimento ao ponto de revistá-las, dizendo que podiam ser homens disfarçados. O Raimundo Nonato e o filho da tia Rita haviam-se metido pelo mato dentro, sem que se soubesse o seu paradeiro. Um tapuió dos lagos, tendo vindo à vila comprar mantimentos, vira-se perseguido pelos guardas e fora comido por jacarés, querendo salvar-se a nado (1988, p.25).

Embora a Cabanagem e a Guerra do Paraguai sejam explicitamente debatidas em *Contos Amazônicos*, nos romances do autor também se constitui um vasto painel que

simula, em certa medida, o contexto histórico amazônico na segunda metade do século XIX. Como ilustração, atente-se, por exemplo, para os conflitos entre grupos políticos rivais nos romances *O Cacaulista* e *O Coronel Sangrado*, assim como a exploração dos grandes proprietários de terras sobre os tapuios, como acontece em *História de um pescador*, perfil que fundamenta a afirmativa de Wilson Martins (1977, v.4, p.19) de que Inglês de Sousa seria destacável pelo romance político e social. Segue um fragmento do romance que justifica a postura de Martins:

O mal do Amazonas está nesses homens vis e infames, que se locupletam com o sangue alheio, nesses homens sem pundonor, sem alma nem coração, e que têm entretanto o apoio do governo, que os alimenta, honra e robustece. O mal do Amazonas está na escravidão do trabalho, que o governo central criou com o fim de ter eleições vitoriosas. Homens como o capitão Fabrício existem em toda a parte do Amazonas. E o meio de que se servem é uma astúcia infame, que o hábito do vício e uma ilustração, ainda que depravada, superior incontestavelmente à do tapuio, põem à sua disposição. Todo o tapuio teme, sobre todas as cousas, o recrutamento e a Guarda Nacional (2007, p.67-68).

Também o parecer de Lúcia Miguel Pereira reforça que a obra de Inglês de Sousa é um campo significativo para se verificar a presença de elementos históricos e sociais de seu tempo, obra na qual há, em todos os livros, embates entre elementos, muitas vezes, antagônicos:

Considerada em conjunto, a obra de Inglês de Sousa apresenta-se como um documento social, fixando aspectos vários da Amazônia, da Amazônia do cacau e da pesca, região meio selvagem onde a vida era sempre uma luta; luta do tapuio contra o proprietário que o explora, na *História de um pescador*; luta do mulato ambicioso contra o branco que o não quer considerar seu igual, no *Cacaulista* e no *Coronel Sangrado*; luta do indivíduo superior contra o meio mesquinho, no *Missionário*; em todos eles, luta do homem contra o homem, e contra a natureza que o ameaça física e moralmente, pelos animais que o atacam, pela água que o afoga, pelo sol que o queima, pelo amolecimento que lhe derreia a energia (1988, p.158).

Em relação à interface entre Literatura e Mito, se faz presente, de modo central, em alguns dos contos do autor, como em *Acauã*, que trata dessa ave agoureira em torno da qual há um conjunto de crenças, e em *O Baile do Judeu*, que apresenta a abordagem do Boto, golfinho amazônico que se metamorfoseia em lindo rapaz para seduzir as moças nas festas de beira de rio. Amarílis Tupiassu destaca que esse conto “exemplifica o primor narrativo que se desenvolve quando Inglês de Sousa se apodera das traquinagens do boto” (2007, p.10).

Atente-se, porém, para o fato de que a divisão proposta aqui é meramente didática, pois as interfaces se entrecruzam. Um exemplo disso é patente na interface entre Literatura e Erotismo, que se associa, por exemplo, também ao Mito, exatamente no conto *O Baile do Judeu*, em que a atividade erótica, já afirmada anteriormente, é evidenciada no Boto, que apareceu na festa promovida pelo judeu e escolheu uma dama para dançar, dona Mariquinhas, esposa do Bento de Arruda. Na vertigem dessa dança, ao som da Varsoviana, que, em Inglês de Sousa, “é índice de fatos funestos”

(CORRÊA, 2004, p.113), o estranho homem foi identificado como o Boto depois que seu chapéu caiu e viu-se “com horror que o tal sujeito tinha a cabeça furada” (1988, p.78). A ação do sedutor conduziu à morte:

O monstro arrastando a desgraçada dama pela porta fora, espavorido com o sinal da cruz feito pelo Bento de Arruda, atravessou a rua sempre valsando, ao som da *Varsoviana*, e chegando à ribanceira do rio, atirou-se lá de cima com a moça imprudente, e com ela se atufou nas águas (1988, p.78).

Episódios como esse são recorrentes na tradição oral da Amazônia e ilustram a afirmativa de João de Jesus Paes Loureiro segundo a qual “O amor do Boto é um amor de perdição” (2001, p.218). De modo análogo, também em *Acauã*, Mito e Erotismo se entrecruzam, envolvendo acauã, Cobra Grande/Medusa e o lance homoafetivo entre Aninha e Vitória – a propósito, fica a sugestão de leitura de minha *Literatura Comentada* e do trabalho de Lauro Roberto Figueira (1998). Para aprofundamento da presença específica do Mito em Inglês de Sousa, sugiro também a leitura meu artigo *Mito e Folclore na Obra de Inglês de Sousa* (2003).

Os exemplos aqui elencados ilustram o entrecruzamento a que me referi, mas isso acontece também no contraponto entre o Erotismo e a História, como no conto *A Quadrilha de Jacó Patacho*, em que, conforme afirmei em outro estudo, “Além do teor histórico, o conto tem como pano de fundo o lúgubre erotismo patente na relação entre Anica e Saraiva” (CORRÊA, 2005, p.81). De acordo com Vicente Salles, esse conto é uma “invocação ao célebre ‘cangaceiro das águas’ dos tempos da Cabanagem” (1990, p.17), Jacó Patacho, embora o destaque maior seja dado à pessoa do referido Manoel Saraiva:

era este o nome do famigerado tenente de Jacó Patacho, cuja reputação de malvadez chegara aos recônditos sertões do Amazonas, e cuja atroz e brutal lascívia excedia em horror aos tormentos que o chefe da quadrilha infligia às suas vítimas (SOUSA, 1988, p.83).

No romance mais famoso do autor, *O Missionário*, que narra a famigerada aventura do padre Antônio de Moraes com o propósito de catequizar os índios selvagens da Mundurucânia, a História é pano de fundo a partir do qual se desenvolve o texto ficcional, tanto que Wilson Martins afirma:

Título do romance é irônico, bem entendido, mas a missão do Pe. Antônio corresponde à do famoso navio *Cristóforo*, idealizado por D. Antônio de Macedo Costa, a que o livro faz diversas referências e que não teve destino mais brilhante (1977, v.4, p.380).

A pretensão de Padre Antônio de se associar à imagem do “navio-igreja” fez Araripe Júnior afirmar que o vigário, em sua “catedral flutuante e fantástica”,

singrando pelas águas do grande rio, iria atraindo ao seio da Igreja pelo grandioso das harmonias, qual novo Orfeu, não só os habitantes das selvas, mas também os especuladores de especiarias materializados pelo demônio da ganância comercial (s.d., p.12).

Numa das alusões feitas ao navio, o narrador do romance comenta que o senhor bispo “imaginara a construção de um navio-igreja, que se chamaria *Cristóforo*, isto é, o que leva a Cristo, e navegaria todos os grandes afluentes do Amazonas, evangelizando os povos” (1992, p.120).

Esse é o livro mais naturalista de toda a bibliografia de Sousa, tanto que o principal fio narrativo do romance encontra-se no conflito vivido pelo Padre Antônio, o missionário, que se vê entregue às condições degradantes do meio que o cerca e suas predisposições hereditárias, que o levam, ambas, à consumação do conluio amoroso com Clarinha, ilustrando a presença do Erotismo nessa obra:

Aquela mameluca incomodava-o, irritava-lhe os nervos doentes, com o seu pisar firme de moça do campo, a voz doce e arrastada, os olhos lânguidos de crioula derretida. Não lhe parecia formosa, tanto quanto podia julgar olhando-a por baixo das pálpebras, porque jamais fitara de frente a uma mulher qualquer, ou pelo menos, a sua beleza, se beleza tinha, não o atraía, achava-a petulante demais, provocadora, quase impudente, com o seu arzinho ingênuo, visivelmente enganador, como devem ter todas as mulheres que o demônio excita a tentar os servos de Deus. Não sabia por que, mas antipatizara com ela, recebia-a agressivo e brutal, como se receasse um ataque à sua, aliás invencível, castidade (1992, p.173).

A ironia com que o narrador destaca a invencibilidade da castidade do padre é nítida, tendo-se em mente o todo da narrativa. Por isso Araripe Júnior assegura que “o objetivo d’*O Missionário* não é outro senão descrever o ‘fiasco de um apóstolo’” (s.d., p.17).

Essas exemplificações servem para confirmar o argumento de que a divisão aqui proposta é didática, para tornar a exposição geral do que será a Tese um tanto mais organizada.

A condição de fundador de Inglês de Sousa é afirmada devido ao fato de essas interfaces aqui elencadas não serem simplesmente marcantes na obra desse autor, mas sim serem evidentes em outros escritores posteriores, a começar pelo contemporâneo dele Marques de Carvalho, que, em seus contos, evocou temas como a Cabanagem, temática abordada também por autores como Carlos Arruda e Márcio Souza.

Pode ser acrescentado um conjunto de outros nomes, como Abguar Bastos, que reproduziu o contexto amazônico e se aproveitou da mitologia também, Bruno de Menezes, em sua não tão conhecida produção em prosa, com o romance *Candunga* e a novela *Maria Dagmar*, Haroldo Maranhão, que, além dessa interface com a História, possui significativa obra voltada para o Erotismo, e Dalcídio Jurandir, que carrega, nos dez romances de seu *Ciclo do Extremo Norte*, todas as interfaces vislumbradas em Sousa. Por isso, nenhum crítico afirmou melhor a relevância de Inglês de Sousa para a constituição de uma tradição literária na Amazônia que Paulo Nunes, num estudo sobre o romancista marajoara, ao ressaltar a coerência em se “classificar Inglês de Sousa

como precursor da moderna literatura de expressão amazônica, na qual se insere Dalcídio Jurandir” (2001, p.37).

Portanto, um estudo acerca da História da Literatura da Amazônia deve tomar como ponto fundamental a obra de Inglês de Sousa, a qual ecoa em autores posteriores, como os referidos anteriormente, nas múltiplas interfaces da Literatura aqui apresentadas: História, Erotismo e Mito.

REFERÊNCIAS

ARARIPE JÚNIOR. Prólogo. In: SOUSA, Inglês de. *O Missionário*. 4.ed. Rio de Janeiro: Ediouro, s.d. p.10-20.

ARAÚJO, José Mourão de. *Literatura e História na recepção crítica do conto de Inglês de Sousa*. Dissertação de Mestrado. Belém: Universidade Federal do Pará, 2006.

BARRETO, Mauro Vianna. *O Romance da Vida Amazônica: uma leitura socioantropológica da obra literária de Inglês de Sousa*. Belém: Letras à Margem, 2003.

CORRÊA, Paulo Maués. Mito e Folclore na Obra de Inglês de Sousa. *Asas da Palavra*. Revista da Graduação em Letras. Belém: UNAMA, v.7, n.15, p.47-59, 2003.

CORRÊA, Paulo Maués. *Inglês de Sousa em Todas as Letras*. Belém: Paka-Tatu, 2004.

CORRÊA, Paulo Maués. *Contos Seleccionados de Inglês de Sousa: Voluntário, Acauã e A Quadrilha de Jacó Patacho*. Belém: Paka-Tatu, 2005.

CORRÊA, Paulo Maués. A Cabanagem na Obra de Inglês de Sousa. In: CORRÊA, Paulo Maués. *Sete Ensaios sobre Literatura: palavras de água, fogo, sangue, dor...* Belém: Paka-tatu, 2014. p.15-30.

CORRÊA, Paulo Maués. *Anotações sob O Rebelde, de Inglês de Sousa*. Belém: Paka-Tatu, 2016. (versão digital)

CUNHA, Livia Sousa da. *Vozes da Cabanagem: os discursos da Literatura e da história na construção de “O Rebelde”*. Dissertação de Mestrado. Belém: Universidade Federal do Pará, 2010.

FERREIRA, Marcela. *Inglês de Sousa: imprensa, literatura e realismo*. Tese de Doutorado. Assis: Universidade Estadual Paulista, 2015.

FIGUEIRA, Lauro Roberto do Carmo. *Acauã: Fantástico e Realismo Maravilhoso no Naturalismo de Inglês de Sousa*. Dissertação de Mestrado. Belém: UFPA, 1998.

FREITAS, Dionne Seabra. *Fantástico e Imaginário em contos de Inglês de Sousa*. Dissertação de Mestrado. Belém: Universidade Federal do Pará, 2013.

JOZEF, Bella. *Inglês de Sousa*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1963. (Coleção Nossos Clássicos, 72)

LEITE, Marcus Vinnicius Cavalcante. *Cenas da Vida Amazônica: Ensaio sobre a narrativa de Inglês de Sousa*. Belém: UNAMA, 2002.

MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1977. v. IV

NUNES, Paulo. Aquonarrativa: uma leitura de Chove nos campos de Cachoeira, de Dalcídio Jurandir. In: FARES, Josse & NUNES, Paulo. *Pedras de Encantaria*. Belém: UNAMA, 2001.

OLIVEIRA, Elaine Ferreira de. *Cenas da Vida do Amazonas: um estudo do discurso narrativo na obra de Inglês de Sousa*. Dissertação de Mestrado: UFPA, 2003.

PEREIRA, Lúcia Miguel. *História da Literatura Brasileira: Prosa de Ficção (de 1870 a 1920)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1988. (Coleção conquista do Brasil. 2. série; v.131)

SALLES, Vicente. Introdução. In: DOLZANI, Luiz. *História de um pescador; cenas da vida do Amazonas*. 2.ed. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves; Secretaria de Estado de Cultura, 1990. p.7-17. (Lendo o Pará, 8)

SOUSA, Inglês de. *Contos Amazônicos*. 2.ed. Rio de Janeiro: Presença; Brasília: INL, 1988.

SOUSA, Inglês de. *O Missionário*. 5.ed. São Paulo: Ática, 1992. (Série Bom Livro)

SOUSA, Inglês de. *História de um pescador (Cenas da vida do Amazonas)*. Belém: EDUFPA, 2007.

SOUZA, José. *A narrativa curta de Inglês de Sousa: uma análise de “A Feiticeira”*. Dissertação de Mestrado. Belém: Universidade Federal do Pará, 2006.

TRINDADE, Maria de Nazaré Barreto. *Entre cacauais e paraná-mirins: cultura e identidade em Cenas da Vida do Amazonas*. Dissertação de Mestrado. Belém: Universidade Federal do Pará, 2013.

TUPIASSU, Amarílis. Inglês de Sousa, e a sua Amazônia de Verdade. In: SOUSA, Inglês de. *Contos de Inglês de Sousa*. São Paulo: DCL, 2007. p.06-10.

ARTE E CULTURA SEGREGADA NO MARAJÓ

Regina Barbosa da Costa

Orientadora: Dr^a. Marlí Tereza Furtado

Linha de pesquisa: Interpretação, Circulação e Recepção

Resumo: A Amazônia paraense é retratada literariamente pelo escritor Dalcídio Jurandir Ramos Pereira (1909-1978). O autor produziu uma composição exitosa em que funde estética literária e realidade social e pode ser conhecida a partir dos dez livros que compõem o ciclo do *Extremo Norte* (1939 -1978), dos quais serão analisados apenas dois livros, que são: *Chove nos campos de Cachoeira* (1941) e *Marajó* (1948), os dois romances representam a estreia do escritor marajoara no campo literário, destacando que o primeiro causou repercussão no campo literário de 1940, por vencer um concurso promovido pelo jornal literário *Dom Casmurro*, em parceria com a Vecchi-Editora. Desta forma, a presente pesquisa faz um recorte do texto que comporá a tese de doutorado e analisa as diferentes visões de artistas segregados na ilha do Marajó: o escritor, o músico popular e o pintor, haja vista que desenvolvem habilidades artísticas populares e que diferem em relação à arte canônica. Esses artistas serão apresentados na pesquisa como personagens-leitores, ou seja, são personagens que praticam leituras no romance. No entanto, esse registro de leitura foge do suporte tradicional, que é o texto escrito, já que os personagens artistas leem diferentes ambientes e situações como a miséria, a saúde e o analfabetismo observados na comunidade do Marajó.

Palavras-chave: Marajó. Arte e Cultura, Dalcídio Jurandir. Segregação.

INTRODUÇÃO

As Pesquisas desenvolvidas sobre literatura, na Região Amazônica, vêm ganhando contornos diferenciados, a julgar pelo empenho de alguns pesquisadores da região que produzem trabalhos voltados para esta área. Neste sentido, acabam por elaborar uma tentativa de (re)escrita da história da literatura do Brasil e, em especial, da do Norte. Feito que só é possível a partir da academia e do resgate de escritores prestigiados na região, mas que ainda são pouco conhecidos no Brasil, como o escritor Dalcídio Jurandir (1909-1979)¹.

A produção literária de Dalcídio Jurandir já foi analisada por alguns estudiosos e escritores da literatura brasileira, como: Afrânio Coutinho, Antonio Olinto, Benedito Nunes, Alfredo Bosi, Jorge Amado, Carlos Drummond de Andrade, Massaud Moisés, Willi Bole, além da realização de importantes projetos de pesquisa coordenados pelos professores Gunter Karl Pressler e Marli Furtado, professores da Universidade Federal do Pará (UFPA); pela professora Josebel Akel Fares, da Universidade do Estado do

¹ Dalcídio Jurandir - Ponta de Pedras (PA), 1909 - Rio de Janeiro (RJ), 1979. Além de premiado escritor, foi também jornalista, tendo intensa atuação como redator e colaborador no Estado do Pará e no Rio de Janeiro.

Pará (UEPA) e pelos professores Paulo Nunes e Rosa Assis, da Universidade da Amazônia (UNAMA). Apesar dessa recepção da crítica e da academia, o escritor ainda é desconhecido para muitos que compõem o mundo literário.

No sentido de fazer coro a outros estudiosos que já se debruçaram sobre as obras de Dalcídio Jurandir é que empreendemos uma pesquisa que teve como produto a dissertação de mestrado intitulada “Imagens de Leitura em *Chove nos campos de Cachoeira*, de Dalcídio Jurandir” (2014). A pesquisa do mestrado focou especificamente no livro *Chove nos campos de Cachoeira* (1941) no qual avultam imagens da cultura letrada na Amazônia marajoara, entendido como um espaço fictício criado por Dalcídio Jurandir para representar o objeto narrado no ciclo.

Então, percebeu-se que o romance *Chove nos campos de Cachoeira* (1941) poderia ser tomado como investigação inicial sobre um universo de práticas culturais de personagens, mas que essas práticas certamente estariam presentes nos demais volumes escritos por Jurandir. Neste sentido, procurou-se encontrar os dez livros que compõem o ciclo do *Extremo Norte*² para então, iniciar o recenseamento de leituras praticadas pelos personagens.

Assim, o estudo para o SEPA 2017, trará um recorte do texto que comporá a tese de doutorado e que visa analisar e mapear a trilha deixada por personagens, leitores e narradores de histórias no ciclo do *Extremo Norte*, de Dalcídio Jurandir, propondo foco apenas nos personagens-leitores segregados na ilha do Marajó. Esses personagens / artistas serão tratados nesta pesquisa como personagens-leitores. No entanto, cabe informar que o registro de leitura estudado nesta pesquisa foge do suporte tradicional, que é o texto escrito, já que os personagens que analisaremos são artistas leem diferentes ambientes e situações tais como, a miséria, a saúde e o analfabetismo observados na comunidade do Marajó.

A LIBERDADE DO LEITOR NO SIGNIFICADO DA LEITURA

O leitor abordado nesta pesquisa é considerado como um elemento ativo, por possuir a liberdade para dar significado ao texto, além de poder de gerar novos significados a partir da matéria escrita, dependendo de sua capacidade de análise e seu aspecto bio-sócio-cultural. A soma positiva ou negativa desses aspectos do leitor é que irão resultar na promoção ou não de avanços na vida social.

No estudo de leitor e leitura imbricados num ato de resposta social procurou-se levantar os conceitos que poderiam construir uma base que sustentasse as hipóteses levantadas nesta pesquisa, então, optamos por tomar o conceito de leitura, com base na soma de contribuições feitas por estudiosos diversos estudiosos, como, por exemplo, os linguistas Ângela Kleiman (2008), Koch e Elias (2011) e Vincent Jouve (2004),

² O ciclo do *Extremo Norte* é composto por dez romances: *Chove nos campos de Cachoeira* (1941); *Marajó* (1948); *Três casas e um rio* (1958); *Belém do Grão-Pará* (1960); *Passagem dos Inocentes* (1963); *Primeira manhã* (1967); *Ponte do Galo* (1971); *Os habitantes* (1976); *Chão dos Lobos* (1976) e *Ribanceira* (1978).

observamos que ela sofre modificações ao longo do tempo. Por essa razão, Jouve (2004), pondera que é necessário ter cautela no estudo da leitura para não adotarmos um foco de estudo muito vasto ou muito restrito, que inviabilize a percepção dos diferentes sujeitos e/ou aspectos envolvidos no ato de ler. Nesse sentido, autor afirma que a “leitura, de fato, longe de ser uma recepção passiva, apresenta-se como uma interação produtiva entre o texto e o leitor” (JOUVE, 2004, p. 61). Esta definição da leitura dá destaque ao papel interativo que o ato possui, o leitor deixa de ser tomado como receptor do texto e assume a posição de interlocutor, que (re)constrói o texto através da leitura.

Para pensarmos essa definição, é relevante o papel do pedagogo e pesquisador Paulo Freire (1988), que se destacou no Brasil por seu trabalho com a educação popular para a formação da consciência política, para o autor a leitura não é restrita ao texto impresso ou encerra-se na à leitura da palavra. Para ele existe uma leitura de mundo que origina-se da vivência, das experiências dos indivíduos etc. e que serve de base para uma leitura crítica/política do texto escrito. De tal posicionamento, depreende-se que é possível termos uma leitura que independe do escrito e que é construída, exclusivamente, pela vivência, mas não há uma leitura do escrito sem a precedência da leitura do mundo particular. Nesse sentido, temos, também, as reflexões do filósofo e crítico Benedito Nunes, na afirmação da existência de uma dialética entre leitor e texto que favorece a experiência de vida de forma geral na sociedade.

O estudo da leitura como processo complexo e dinâmico é analisado por pesquisadores pertencentes à História Cultural, a qual está vinculada à História da Leitura. Os pesquisadores Michel de Certeau, Carlo Ginzburg, Robert Darnton e Roger Chartier elaboraram estudos que contribuem para compreender a prática de leitura no contexto social.

Roger Chartier considera a leitura como propiciadora de uma verdadeira revolução, e que ocasiona “apropriação, invenção, produção de significados” (CHARTIER, 1999, p. 77). Assim, lança a defesa da liberdade do leitor, mesmo que esta liberdade seja relativa, visto que ele propõe também a análise dos modos de ler. O objetivo do estudioso é uma melhor investigação para que se faça uma verdadeira história da leitura que, segundo ele “não se pode limitar unicamente à genealogia de nossos modos de ler, em silêncio e com os olhos, mas tem a tarefa de redescobrir os gestos esquecidos, os hábitos desaparecidos”. (CHARTIER, 1991, p.181).

Por outro lado, a leitura exige a presença de um leitor, aquele que irá ler e interpretar as observações visuais e/ou auditivas, da matéria lida, que pode ser um texto, quadro, figura, fotografia, ou mesmo uma audição. A partir das interpretações do material lido e das experiências e expectativas do leitor, novos conceitos podem surgir.

Na pesquisa que ora se apresenta, o leitor aparecerá de forma fictícia e será mostrado por meio de personagens-leitores ou mesmo personagens artistas que atuarão de maneira diversificada, ora como um leitor erudito e ora como um leitor popular, de maneira que cada um apresentará o seu modo de ler.

A PERSONAGEM NOS ESTUDOS LITERÁRIOS

Nesta pesquisa o personagem é o elemento central, pois é por meio dele que as ações de leitura serão analisadas e assim procurou-se refletir sobre a representação deste elemento na ficção dalcidiana e, para isso, buscou-se um conhecimento sobre seu significado, manifestações e transformações ao longo dos estudos literários.

De acordo com a tradição crítica, foi Aristóteles quem propôs uma primeira discussão sobre o problema da personagem quando expõe a respeito da identidade entre pessoa e personagem “na tragédia os poetas recorrem a nomes de personagens que existiram, pela razão de que o possível inspira confiança” (ARISTÓTELES, [19--], p. 252). A relação entre personagem e seres reais era, para o pensador, indispensável, pois focalizava a confiança dos leitores.

Os estudos sobre a personagem caminharam sob o comando de Aristóteles, seguido por Horácio, até que essa ideia começa a entrar em declínio a partir do século XIX, quando as personagens começaram a ficar mais complexas. É de relevância citar a obra *Aspectos do Romance* (1927), de Edward Morgan Forster, romancista e crítico inglês, que classifica as personagens em planas e redondas, classificação realizada em razão da maior ou menor complexidade psicológica do personagem.

Ao longo dos anos, o estudo do personagem foi ganhando vários formatos e definições. Alguns teóricos como REIS & LOPES (2002) já contribuíram para o estudo deste elemento defendendo-o como “fundamental na narrativa [que] evidencia a sua relevância em relatos de diversa inserção sociocultural e de variados suportes expressivos [...] é o eixo em torno do qual gira a ação e em função do qual se organiza a economia da narrativa” (REIS; LOPES, 2002, p. 314). Desse modo, os autores dão aos personagens um papel central na ordenação e no desenvolvimento da narrativa.

Estudos sobre o personagem foram (e são) objeto de reflexão de diversos pensadores e críticos literários, como Antonio Candido, que em colaboração com outros estudiosos como Anatol Rosenfeld, Décio de Almeida Prado, Paulo Emílio, Beth Brait, além de Michel Zéaffa, produziu com um extenso estudo que discute o personagem no romance, o livro *O personagem de ficção* (2000). O texto de sua autoria, intitulado “Pessoa e personagem: o romanesco dos anos de 1920 aos anos de 1950”, analisa e compara a relação em vários escritores do cânone mundial e personagens produzidos por ele.

O PERSONAGEM – LEITOR – NARRADOR – ARTISTA

Enveredar pelo universo amazônico que emerge da/na obra jurandiana é uma tarefa extensa e trabalhosa. Não apenas em razão da quantidade de obras, julgado pelo fato de serem dez romances, mas em virtude da densidade e do trabalho estético que orienta tal produção. Em razão disso, o recorte realizado, propõe a análise da figuração do leitor, narrador e artista na obra de Jurandir e, ao mesmo tempo que orienta um

percurso de análise pautado na figuração de leitura por personagens, orienta também a leitura do universo presente/exposto nos romances.

Buscamos nesta pesquisa mostrar a leitura do mundo realizada através do olhar de artistas marajoaras, que tratamos nesta pesquisa como leitor ou personagens-leitores que estão segregados na ilha do Marajó. Na primeira abordagem, que culminou na dissertação anteriormente citada, nosso foco ateu-se ao mapeamento de leituras praticadas por personagens-leitores no romance *Chove nos campos de cachoeira* (1941). Destacamos como exemplo neste primeiro trabalho dois personagens: Eutanázio e Salu. O primeiro realizava leituras extensivas, escrevia cartas para analfabetos e versos para as festas folclóricas da cidade de Cachoeira e o segundo realizava leituras e posteriormente realizava a narrativa dessas leituras, posto que as praticava intensivamente.

O resultado obtido no rastreamento de leituras dos personagens mostra que Eutanázio lia os seguintes romances: *Paulo e Virginia*, de B. Saint-Pierre; *O Conde de Monte Cristo*, de A. Dumas; *A vingança do Judeu*, de J. W. Rochester e as poesias: “Amor e medo”, de Casimiro de Abreu; “Ouvir Estrelas”, de Olavo Bilac; “Se se morre de amor”, de Gonçalves Dias, “*As pombas*”, de Raimundo Correa.

Além dos textos literários o personagem Eutanázio também figura na narrativa de Jurandir apresentando a leitura dos seguintes textos: livro de filosofia (*Dores do Mundo*, Arthur Schopenhauer), livro religioso (Bíblia/Apocalipse), livro de versificação (não denominado) e quatro ocorrências para periódicos: uma para almanaque (*Almanaque Agrícola Brasileiro*), e outra para catálogos/revistas (*Revista Brasil Agrícola*, *Chácara e Quintais* e *La Hacienda*) e do dicionário (*Dicionário Prático Ilustrado*, de Jaime Séguir). Também figura lendo cartas (para os personagens Ângela e João Galinha) e na produção de letras de músicas para as festas folclóricas da cidade de Cachoeira, conforme informamos anteriormente.

Em relação ao personagem Salu, o estudo mostrou que ele tinha preferência por um tipo de narrativa que era o romance folhetim, tais como: *O manuscrito materno*, de H. Escrich (I, II e III); *Rainha e Mendiga*, de Antonio Contreras (I, II e III); *A dor de Amar*, de Henri Ardel e *A mulher adúltera*, de H. Escrich (I, II, III e IV). As leituras intensivas de romances folhetins serviam para narrar performaticamente aos moradores de Cachoeira. Sua maior atuação em narrar histórias ocorreu durante o longo período em que velou Eutanázio quando estava prestes a morrer e depois de morto.

Desse estudo, resultou a percepção que nas leituras realizadas pelos personagens há a mescla de clássicos da literatura estrangeira com textos da literatura brasileira, evidenciando uma diversidade de leituras, que sinalizam a relação que os personagens possuem com o meio no qual circulam resultando na reclusão ao local em vivem.

Os personagens Eutanázio e Salu são leitores e mantém na narrativa um perfil do artista das letras, diferente desse foco do artista leitor buscou-se, nesta pesquisa, mostrar a leitura do mundo realizada através do olhar de artistas marajoaras, selecionamos o personagem Raul, um pintor e o personagem Ramiro, um músico. Eles atuam na

narrativa jurandiana mostrando a percepção do artista em relação ao aspecto social da ilha marajoara.

Os personagens Raul e o Ramiro são recorrentes em outros romances do ciclo do Extremo Norte. Raul está presente em quatro romances *Chove nos campos de Cachoeira*, *Três casas e um rio*, *Belém do Grão-Pará*, *Passagem dos Inocentes*, *Primeira manhã e Os habitantes*; da mesma forma que o personagem Ramiro também figura em quatro romances: *Chove nos campos de Cachoeira*, *Marajó*, *Primeira manhã e Ponte do Galo*. Embora a presença deles, em alguns dos romances, seja demonstrada apenas nas lembranças do personagem principal das narrativas que é Alfredo há evidências que houve um amadurecimento para entrever um panorama da circulação de textos literários na Amazônia.

Observemos, agora, as peculiaridades de cada personagem para demonstrar o quanto de isolados e explorados eles estavam na ilha do Marajó. Primeiramente, o pintor Raul que tinha como atelier uma casinha de palha e de chão batido e sua produção artística consistia na pintura de cruzeiros, canoas, remos, santos e máscaras de carnaval. Um aspecto peculiar de seu trabalho, e que estabelece uma estreita relação com o local de ambientação da narrativa, é o fato dele extrair as suas tintas de raízes, de ervas e de frutos silvestres, a matéria prima que ele tinha ao seu alcance na cidade de Cachoeira.

O personagem Raul foi o responsável pela pintura de placas que delimitavam as propriedades do fazendeiro Dr. Lustosa, denominada de “Bem comum”. O pintor consegue perceber a sagacidade de Lustosa na ampliação de seus domínios e na exploração da população de Cachoeira, e se recusa fazer novos trabalhos para o fazendeiro dizendo que “[n]ão pint[ava] mais uma letra” (JURANDIR, 1994, p.46). Raul consegue perceber que não adiantava fazer novas placas se a população era analfabeta e que ele e a comunidade de Cachoeira estavam sendo oprimidos. No entanto, o fazendeiro explorador argumenta que

Era necessário educar o povo. Se bem que o povo não soubesse ler... Mas uma tabuleta com letras significava sempre proibição. O valor da alfabetização estava também em saber as leis, ler as tabuletas que proibem... (JURANDIR, 1994, p.45).

O pintor permite uma reflexão sobre a importância do domínio da leitura e nos mostra uma necessidade comum aos moradores de Cachoeira que era a Alfabetização já que o alfabetizado reconhece seus exploradores e sua verdadeira liderança política e consegue exercer o poder do voto, assunto comentado na comunidade.

Em relação ao valor de sua arte, o fazendeiro Dr. Lustosa oferece a Raul sua filosofia sobre a condição do artista, afirmando que “os artistas aprendem a trabalhar sempre na maior pobreza, em meio do sofrimento, porque nascem dotados de uma natureza especial para suportar tudo, o que era tão necessário às artes” (JURANDIR, 1994, p. 45) e que não possível dar preço a obra de arte: “[o]nde já se viu artistas discutindo preços! Tens aí um dom e não aproveitas, não sabes... Como é bem o ditado?

Deus dá asas...” (JURANDIR, 1994, p. 45). Tal posicionamento nos apresenta uma concepção de fazer artístico ligado ao sacrifício e o trabalho artístico tomado como um dom que faz o artista ser diferente do homem comum e que podia sobreviver sem precisar de dinheiro e capaz de enfrentar da vida.

No decorrer do ciclo o pintor vai tomar conhecimento, por meio do Major Alberto, da existência de uma arte canônica. O major lhe apresenta os catálogos de tintas, quadros e pincéis italianos e o pintor do Juízo Final na Capela Sistina, Miguel Ângelo. Ele também vai ser responsável por lhe apresentar o livro: *No país da arte*, de Blasco Ibanez. Esse contato gera em Raul a reflexão sobre o quanto as possibilidades de produção de uma estão ligadas ao contexto social no qual o artista está inserido, e reflete que “[n]ós, os pobres, poderemos saber as coisas? Poderemos estudar o ofício que a gente escolher, que a natureza nos deu?. Cachoeira estava tão longe da Itália, da arte...” (JURANDIR, 1994, p. 41). Desse modo, ele pondera sobre segregação em que vive o artista sem condições financeiras.

Outro artista personagem-leitor é Ramiro, músico e vaqueiro, tocador de chula³, aprendeu a tocar viola, violino e violão, apenas escutando outras pessoas tocarem. Inventava chulas que corriam os campos, batiam bem fundo no coração do povo, nas quais mostrava o cotidiano do povo marajoara, ao tratar sobre mulheres, mortes, pretos, mundo das pajelanças.

Ao mesmo tempo em que expõe o cotidiano marajoara em suas canções, nas quais ele apresenta peculiaridades da sociedade marajoara, especialmente a vida de vaqueiro, dominada por um fazendeiro. Ramiro apresenta uma posição política forte ao ir de encontro ao costume e/ou as imposições sociais. Ele é um vaqueiro que não se vende para o fazendeiro / coronel e realiza pequenas vinganças contra esses exploradores de pessoas humildes, sua forma de vingança é por meio da música, pois canta os feitos, utilizando sua arte como veículo de denúncias. Desse modo, alguns ângulos sociais passam a ser alcançados em razão do redimensionamento que é operado pelas lentes do artista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto, temos os personagens Raul e Ramiro como condutores do espaço fictício marajoara, eles expõem o olhar do homem local sobre o meio no qual encontram-se inseridos. Um olhar que não comporta um distanciamento daquela realidade, de suas relações de poder e de sua pobreza, logo, nos deparamos com a visão de indivíduos imersos em um ambiente paupérrimo, que em razão justamente dessa proximidade, são capazes de o transformar em objeto artístico. Porém, isso não garante a eles status social ou, tão pouco, retorno financeiro.

³ Dança popular do folclore português, apresenta variações em terras brasileiras em razão do contato com outros ritmos. É uma dança sinônimo de alegria, popularmente dançada por tropeiros no Rio Grande do Sul.

Embora os personagens estejam tão próximos da realidade que faz operar sua arte, os opressores apresentam a eles posicionamentos opostos em relação a arte que eles produzem. A exemplo da situação em que se encontra Eutanázio que teve sua arte reconhecida após a morte, Raul ao ser explorado e inferiorizado pelo Dr. Lustosa e Ramiro na luta contínua em razão das vinganças e das canções que celebram seus feitos ante os coronéis.

O trabalho exposto configura-se apenas como uma das etapas de desenvolvimento do projeto, que avançará com o estudo das narrativas e alcançará as pesquisas sobre a técnica do escritor no *Extremo Norte*, já que ela se estende também “as inserções das narrativas populares na voz dos narradores personagens, modo adequado para fugir da artificialidade com que soariam essas narrativas na voz de um narrador urbano, distanciando daquele universo”. (FURTADO, 2010. p.183), e que sinalizam um posicionamento crítico e de denúncia do escritor por meio de sua obra.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. *Arte retórica e arte poética*. Tradução. Antônio Pinto de Carvalho. Rio de Janeiro: Ediouro, [19--]

CANDIDO, Antonio. *Vários Escritos*. 4. ed. São Paulo: Duas Cidades/Ouro sobre Azul, 2004.

_____. Antonio et al. *A personagem de ficção*. São Paulo: Perspectiva, 2000.

CHARTIER, Roger. *A História cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: DIFEL: 1988.

COSTA, Regina. *Imagens de Leitura em Chove nos campos de Cachoeira, de Dalcídio Jurandir*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Letras e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Letras, Belém, 2014.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. 22. ed. São Paulo: Cortez, 1988.

FURTADO, Marlí Tereza. *Universo derruído e corrosão do herói em Dalcídio Jurandir*. Campinas: Mercado das Letras, 2010.

JOUE, Vincent. *A leitura*. São Paulo: Unesp, 2004.

JURANDIR, Dalcídio. *Chove nos campos de Cachoeira*. 1. ed. Rio de Janeiro: Vecchi: 1941.

_____. *Marajó*. 2ª ED. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1978.

_____. *Três casa e um rio*. Belém: Cejup, 1994.

_____. *Belém do Grão Pará*. São Paulo: Martins, 1960.

_____. *Passagem dos Inocentes*. São Paulo: Martins, 1963.

_____. *Primeira manhã*. São Paulo: Martins, 1967.

_____. *Ponte do galo*. São Paulo: Martins, 1971.

_____. *Os habitantes*. Rio de Janeiro: Artenova, 1976.

_____. *Chão dos lobos*. Rio de Janeiro: Record, 1976.

_____. *Ribanceira*. Rio de Janeiro: Record, 1978.

KLEIMAN, Ângela. O conhecimento prévio da leitura. In: _____. *Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura*. 11. ed. Campinas, SP: Pontes, 2008.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2011.

REIS, Carlos; LOPES, Ana Cristina. *Dicionário de Narratologia*. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2002.

SOB A ÉGIDE DO TEMPO: A VELHICE EM CORPO DE BAILE E GRANDE SERTÃO: VEREDAS

Rosalina Albuquerque Henrique (PPGL-UFPA)

Orientador: Sílvia Augusto de Oliveira Holanda (PPGL-UFPA/CNPq)

Linha de Pesquisa: Interpretação, Circulação e Recepção

Resumo: Propomos uma discussão em torno das figurações da velhice presentes nas vozes dos sertanejos Liodoro e Manuelzão (de *Corpo de baile*) e Riobaldo (de *Grande sertão: veredas*) em que as suas histórias, por mais banais que possam parecer, os reanimam para o fato de que a sua própria condição humana ainda está inacabada. Além do mais, as histórias não são acompanhadas por “fraturas psíquicas nem pela mimese de grupos e tipos locais: faz-se pela interação assídua da personagem com um todo natural-cultural onipresente: *o sertão*” (BOSI, 2006, p. 460). Desse modo, nosso objetivo principal consiste em analisar como esses homens da terceira idade assumem um discurso, o de que sua atual condição não está associada ao nada, porém, os destina à qualidade de poder se conhecer. Para isso, o trabalho está alicerçado em pesquisas de caráter bibliográfico, como as de Ecléa Bosi (2009) e a de Simone de Beauvoir (1990) com sua inquietante escrita ligada à velhice e à morte e suas representações na modernidade e, também, as produções críticas de Joselaine Medeiros (2007), Luciana Ferraz (2010), Elizabeth Mendonça (2013) e Helder Rocha (2014), tendo por fundamentação teórica os estudos da Estética da Recepção. Segundo o seu precursor Hans Robert Jauss (1994), o interesse primordial dessa corrente teórica reside na maneira como a obra é ou deveria ser recebida, colocando e estabelecendo uma relação entre texto e leitor, quer dizer, entre efeito e recepção, sem perder de vista a importância sobre o valor e a experiência estética da obra recebida e para quem está destinada, assumindo, de tal modo, uma nova postura para o leitor, a de que a obra literária só existe quando é motivada por este ator, importante tanto para o conhecimento estético quanto histórico.

Palavras-chave: Guimarães Rosa. *Corpo de baile*. *Grande sertão: veredas*. Velhice.

OS CAMINHOS DE GUIMARÃES ROSA

Desde a publicação de *Sagarana*, em 1946, João Guimarães Rosa (1908-1967) começava a galgar seu lugar na historiografia literária brasileira ao se vincular cronologicamente à chamada “Geração de 45”. Mas, se pensarmos no texto “História da literatura” de René Wellek (19-- , p. 318) ao afirmar que o seguimento cronológico da criação não é suficiente para provocar uma evolução na historiografia literária, podemos afirmar que uma dada obra de arte não permanece inalterada através do decurso da história, não podendo ser alterada a configuração da obra, sendo dinâmica a sua estrutura durante o processo da história, “enquanto vai atravessando os espíritos dos leitores, dos críticos e dos outros artistas” (WELLEK, 19-- , p. 318).

Dessa forma, quando muitos pensavam que o tema regionalista já havia sido cristalizado pela tradição, *Sagarana* surpreendeu a crítica em virtude da originalidade de suas técnicas narrativas, que apontavam uma mudança substancial na velha tradição regionalista. Para Wellek, todas as obras de artes surgem em um determinado período, unidas pelo processo histórico, que não pode ser ignorado, todavia, a literatura não deve ser concebida como sendo um “passivo reflexo”, ou seja, “por critérios puramente literários que deve fixar-se o período literário” (WELLEK, 19--., p. 331), devendo também o trabalho da literatura ser um objeto estético capaz de despertar a experiência científica.

Para Antonio Candido, a obra de arte é por natureza uma entidade autônoma. O que, para Alfredo Bosi, gera uma busca pelo caráter singular da obra de arte em que cada autor representa as características próprias de um gênero literário, mas sem deixar a individualidade imanente do fazer literário de cada artista.

As narrativas *Grande sertão: veredas* e *Corpo de baile* expõem uma escrita literária que dão vida aos recursos da expressão poética, sem causar prejuízo para o enredo, ao usar “células rítmicas, aliteraões, onomatopeias, rimas internas, ousadias mórnicas, elipses, cortes e deslocamentos de sintaxe, vocabulário insólito, arcaico ou de todo neológico, associaões raras, metáforas, anáforas, metonímias, fusão de estilos” (BOSI, 2006, p. 459).

Ao conceber uma crítica à *Corpo de baile*, Paulo Rónai (2001) instiga o leitor para a personalidade singular de Guimarães Rosa, no sentido dele querer marcar a paisagem literária ao dar destaque na capa do livro uma árvore gigante, o Buriti-Grande, que sinaliza um ponto de demarcação para os enredos criados por este escritor:

Inventor de abismos, o autor de *Corpo de baile* localiza-os em broncas almas de sertanejos, inseparavelmente ligadas à natureza ambiente, fechadas ao raciocínio, mas acessíveis a toda espécie de impulsos vagos, sonhos, premonições, crendices, vivendo a séculos de distância da nossa civilização urbana e niveladora. São almas ainda não estereotipadas pela rotina, com receptividade para o extraordinário e o milagre (RÓNAI, 2001, p. 17-18).

A partir da “personagem central”, Rónai delinea os personagens (crianças, loucos, velhos, mendigos, cantadores, capangas, vaqueiros, prostitutas) que compõem a obra, “formando o corpo de baile num teatro em que não há separação entre palco e plateia” (RÓNAI, 2001, p. 18). Seres que passam pelos abismos imaginados por Guimarães Rosa incidindo-lhes medos atávicos do homem: o amor, o dever, o horror à solidão, à morte e ao esquecimento, seus vãos esforços de sustentar o passado e fugir do futuro.

Na verdade, a literatura deixa ver o que se pretende esconder dado que as ligaões entre as obras elencadas para análise apresentam heróis inadaptados, os quais possuem a consciência de não pertencerem a este mundo, a esta sociedade, e suas atitudes são interpretadas como transgressoras. Além do que, são homens em estado de processo de envelhecimento, cujo corpo revela uma velhice não esperada, tão pouco

desejada. Homens que moram no sertão, um lugar tomado pela força da ação, da relação homem e natureza, e que acabam sofrendo por essa força ocultada pelo tempo chamada velhice.

Para a crítica literária, ao longo dos sessenta e um anos de publicação, *Grande sertão: veredas* e *Corpo de baile* são obras que continuam fomentando tensões entre a escrita do autor Guimarães Rosa e a leitura dos críticos, cujo “sentido que a leitura interpretativa vem lhes afiançando é que as tornou [e as torna] grandes” (NUNES, 1998, p. 262), sobretudo em torno de nossa temática acerca da presença das figurações da velhice nestas narrativas.

O sentido dessas duas obras não seria o de transmitir a sabedoria das experiências do passado de um velho, porém, o “seu sentido estaria próximo de tentar compreender as mesmas experiências tecendo e unindo os fios soltos que o tempo e os caminhos da vida foram deixando”, de acordo com Helder Santos Rocha (2014, p. 72). É de se relevar, assim, o registro de que “refletir sobre o sentido do envelhecimento e a consequente aproximação da velhice é evocar em nós mesmos, o temor da morte”; ideia essa ratificada nos apontamentos de Danielle Pitanga (2006, p. 70).

A imagem da clarificação da ideia da morte sempre se interpõe nas conversas, ou mesmo, nas lembranças e nas atitudes dos personagens em *Grande sertão: veredas* e *Corpo de baile*. O que indica uma espécie de descrença no determinismo universal, pois, vivemos em um mundo no qual cada vez mais há incertezas geradas pela própria complexidade existencial do ser humano, o qual não pode mais prender-se à causalidade circular em que o próprio efeito volta à causa, o que pode levar-nos ao erro e à ilusão (MORIN, 1997, p. 15-16). É justamente nesse ponto que pretendemos analisar como os velhos assumem um discurso: o de que sua atual condição não está associada ao nada, no entanto, a dada condição que se encontram os destina à qualidade de poder se conhecer e se reconhecer também numa condição humana que ainda está inacabada, ou seja, há vida.

Em “O homem dos avessos”, as palavras de Antonio Candido são inspiradoras quanto às possibilidades de interpretação da ficção rosiana que independente à escolha de abordagem em cada aspecto a ser analisado “aparecerá o traço fundamental do autor, a absoluta confiança na liberdade de inventar” (CANDIDO, 1964, p. 21). Diferentemente, do que ocorre em *O dorso do tigre*, em que Benedito Nunes (2009) postula que o sentido da obra de arte não se aparta do sentido do ser, com base filosófica de ascendência heideggeriana em torno das narrativas mencionadas, nossa discussão incide em uma leitura sociológica da velhice presente em Guimarães Rosa ligando-se à ideia da relação entre literatura e sociedade, balizada no método estético-recepcional postulado pelo teórico Hans Robert Jauss.

Certos de que a obra literária não pode ser escrava de seu tempo, podemos propor uma nova compreensão a partir de um presente condicionante. O que não se deve ao acaso o elo entre a história e a experiência estética seja demasiado fundamental para ser negligenciado, reduzindo o texto literário a uma cronologia rigorosamente

pensada na série de influências que recebe ou mesmo nas reações que suscita uma obra.

De acordo com os estudos da Estética da Recepção, ao lermos as obras em questão (*Corpo de baile* e *Grande sertão: veredas*) inicia-se um processo de compreensão a partir da percepção estética da obra literária, que chamamos de processo de leitura. Após a leitura compreensiva, dar-se-á a leitura retrospectiva, que é a interpretação, baseada em uma teoria, estudo específico, por exemplo religioso. A estas leituras sobrevém a leitura histórica da obra com a intenção de recuperar a recepção da qual ela foi alvo no decorrer do tempo e, também, para o próprio leitor analisar sua atuação nesse ciclo temporal.

“Por isso, a leitura encontra-se no centro das reflexões seguintes, pois, nela os processos provocados pelos textos literários podem ser observados” (ISER, 1996-1999, p. 15), ou seja, ela se atualiza no processo da leitura. É um momento que, por meio da interação e do questionamento do texto, o leitor também é levado a interrogar-se sobre a obra. Portanto, com este estudo, podemos contribuir com a ideia de que os momentos literários mais fecundos são os que criam maior tensão entre a escrita e a recepção de seus leitores (NUNES, 2000, p. 54).

FIGURAÇÕES DA VELHICE EM LIODORO, MANUELZÃO E RIOBALDO

“Definida como criação, a obra literária não é produzida sem que outra imaginação seja ativada primeira: a do escritor” (ZILBERMAN; SILVA, 2006, p. 35) e que depois estimula o imaginário do leitor que, assim, se abre a novos caminhos à experiência futura, sem deixar de refletir os dilemas do momento histórico em que vive. Wolfgang Iser analisa que o surgimento do mundo moderno nos trouxe uma

“Tendência clara em privilegiar-se o aspecto performativo da relação autor-texto-leitor, pelo qual o pré-dado não é mais visto como um objeto de representação, mas sim como o material a partir do qual algo novo é modelado, portanto, atualizado” (ISER, 2002, p. 105).

Dessa forma, a participação do leitor é indispensável em qualquer texto. Porque, desde o momento que lança seu olhar sobre a obra invoca uma consciência crítica.

Uma consciência que reclama ao sentimento e à reflexão de *Corpo de baile* e *Grande sertão: veredas* ao deflagrar a relação humana com o meio e o impacto desse meio na formação da personalidade das personagens. De tal modo que, quando pensamos nas mensagens propositadamente veladas por Guimarães Rosa, como quem decifra o enigma de uma esfinge, percebemos a malícia brincalhona desse escritor, que valorizou o mundo do sertanejo por meio da recriação e tradução poética de sua linguagem.

A linguagem literária de Rosa demonstra a intenção de algo próprio que lhe proporcionasse configurar a sua diferença: a de realizar também a sua representação do país. A busca por esse elemento diferenciador, no qual Afrânio Coutinho (2014) designa

de nacionalismo literário brasileiro, se perpetuou na escrita de Machado de Assis, no século dezenove, quando defendia que uma literatura, em especial uma literatura nascente, não pode deixar de se alimentar dos assuntos latentes de sua região, devendo ter o cuidado de não cair em ardilosas doutrinas tão absolutas que empobrecem o texto literário. Assim, Guimarães Rosa se aproxima da ideia de que um escritor seja ele de prosa, seja de poemas precisa buscar “certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço” (ASSIS, 1992, p. 804).

É sob a égide da palavra, sempre geradora de significações imbricadas, que o jogo e o saber agem em *Corpo de baile* e *Grande sertão: veredas* rememorando episódios que deixaram marcas nos homens que estão na terceira idade. Nesse sentido, o personagem Riobaldo (de *Grande sertão: veredas*) inicia sua narrativa a partir de clássicas questões filosóficas ocidentais, por exemplo, a origem do homem, a existência da vida, do bom e do mal, fala de sua mãe, de como havia conhecido Diadorim, relembra também a sua vida de jagunço e de sua batalha com Hermógenes; ao contá-las, Riobaldo as vivencia novamente.

Por outro lado, sob nosso olhar, em *Corpo de baile*, vemos o embate das inquietações veladas no espírito frustrado, angustiado e torturado por ideias de solidão, de uma vida falha e morte próxima de Manuelzão, que ao final da vida, impelido pela vontade de se perpetuar, decide construir uma capela, desejo antigo de sua mãe, cuja festa de inauguração apaga a ideia de vida incompleta desse personagem, que pela prosa do velho Camilo eclode um milagre inesperado, a descrição de uma epopeia a respeito de um valente vaqueiro e sua boiada que inspira o existir de Manuelzão.

A estudiosa da obra de Guimarães Rosa, Elizabeth Mendonça (2013), atenta-nos para o final da estória “Uma estória de amor” (*Corpo de baile*) quando Manuelzão consegue retomar a sua antiga firmeza, isto é, a sua vitalidade é retomada e, ao mesmo tempo, simbolizada, pelo laço:

— Seo Camilo, a estória é boa!
— Manuelzão, sua festa é boa!
— Simião, me preza um laço dos seus, um laço bom, que careço, a quando a boiada fôr sair...
— Laço lação! Eu gosto de ver a argola estalar no pé-do-chifre e o trem pular pra riba!
— Aprecio, por demais, de ajudar numa saída de gado. Vadiar mais os companheiros...
— Ei, eh, épa! A isso, lá?
— O João Urúgem, vigia: que veio em ouvir, na beira da escuridão... Ôi, o João Urúgem de quatro patas, de sombrio, com tôdas as mãos no chão...
— Tenção de caluda, companheiros, deixa a estória terminar (ROSA, 1956, p. 244)”.

Desse modo, ela afirma que a “mensagem do velho é entendida pelo vaqueiro que, pelo estado de ânimo em que se encontrava, podemos inferir que estava aberto a receber as dádivas proporcionadas pela narrativa-louvação de Camilo” (MENDONÇA, 2013, p. 168).

Na sua tese intitulada “A infância e a velhice: percursos em Miguilim e Manuelzão”, Luciana Ferraz declara ser a velhice uma reedição dos modelos vividos durante a infância sendo “atualizados frente às novas vivências e às alterações do corpo” (FERRAZ, 2010, p. 106) como se nota em Manuelzão, em “Uma estória de amor”: “De todo não queria parar, não queria suspeitar em sua natureza própria um anúncio de desando, o desmancho, no ferro do corpo” (ROSA, 1956, p. 149). Conforme a linha de pensamento de Ferraz (2010), a preparação e a realização da festa em Samarra tornam-se prerrogativas para o velho administrador da fazenda como um meio de “ressignificar sua história pessoal e se [configurarem a decadência física e a aproximação da morte] como uma nova etapa de amadurecimento psíquico, em que novos recursos, do pensar podem ser adquiridos” (FERRAZ, 2010, p. 106).

Para Alfredo Bosi (2006), devemos ao escritor Guimarães Rosa o fato de que passamos a entender novamente uma antiga verdade, a de que “os conteúdos sociais e psicológicos só entram a fazer parte da obra quando veiculados por um código de arte pelo qual o conflito entre eu/herói e o mundo não desaparece” (BOSI, 2006, p. 458). O que nos lembra da fala inesquecível de Riobaldo: “Viver é negócio muito perigoso” (ROSA, 1956, p. 12), esta, por sua vez, referenda o discurso de Edgar Morin (1997) ao fato de que se vive da morte. Ele explica que “viver é um processo de rejuvenescimento permanente. Nós rejuvenescemos a cada batida do coração, de 60 a 80 por minuto. Multiplicando por 60 temos o tempo de rejuvenescimento por hora” (MORIN, 1997, p. 19), considerando que morremos de tantas vezes nos rejuvenescer.

A sociedade como um todo está em nós desde o nascer e dela as pessoas recebem as normas, as influências, a linguagem, os costumes, os comportamentos e as proibições. Toda a vida é um constante veículo de mudança. O ser humano está sempre em desenvolvimento e cada fase sua tem seus desafios próprios e pertinentes, então, obviamente, a velhice não é uma exceção. De todo modo, as idades marcam as fases naturais pelas quais as pessoas passam de um estágio a outro durante a sua existência: o nascimento, a infância, a adolescência, a maturidade, a velhice e a morte. Além de mudanças consideradas biológicas, visualizamos outras de natureza cultural ou mesmo simbólica.

As discussões em torno das noções de velhice e de terceira idade como sendo uma etapa diferenciada da vida surgiram no período de transição entre os séculos XIX e XX, quando houve a revolução no campo dos conhecimentos da natureza emocional do homem e da criança. Nesse período, os apontamentos de Simone de Beauvoir ajudaram-nos a vermos a velhice como um prolongamento de um processo que, longe de ser uma etapa estática, se conecta “à ideia de mudança [porque] a vida é um sistema instável no qual, a cada instante, o equilíbrio se perde e se reconquista: é a inércia, que é sinônimo de morte. Mudar é a lei da vida” (BEAUVOIR, 1990, p. 17).

A idade é uma variável importante para determinar como os indivíduos se comportam em suas relações mútuas. Há muitas formas de envelhecer e as atitudes diante da vida, de si e entre os pares ajudam a definir a idade da velhice de cada pessoa. Sem perder de vista às possibilidades de mudanças nas áreas mentais e emocionais sem

deixar de ousar e de se entregar. Tal circunstância se passa em “Buriti” (de *Corpo de baile*), mais precisamente com Liodoro, a de não se deixar vencer pela idade, retratada por Joselaine Medeiros (2007) em seu texto “Buriti Bom e Buriti-Grande: patriarcalismo e erotismo”:

Liodoro é chefe patriarcal, com moral, dotado de bons costumes. Perante a sociedade, não possui mácula, representando o papel do senhor que, após a viuvez, resguarda-se para a família. Mas, à sombra da noite, carece de mulher, visto que é ainda homem forte, viril, como o Buriti-Grande, ereto, magistral, o mais viçoso, imponente, vendo tudo, como um Deus. Liodoro tem suas amantes, sai à noitinha e volta só de madrugada (MEDEIROS, 2007, p. 139-140).

Pois, assim como a árvore rígida Buriti, o peso de patriarca, de proprietário e de homem experiente o faz ser o centro dos acontecimentos e inspirar desejos sexuais e dominar o universo do outro:

Avança coragem. Iô Liodoro regressa a casa às vêzes já no raiar das barras, esteve lavourando de amor a noite inteira. Iô Liodoro pastoreava suas mulheres com a severidade de quem conseguisse um dever. — “Êle mancheia e gala, como se compraz — essas duas passam o dia repousando ou se adengando para esperar o afã dêle...” — dizia nhô Gaspar, seu vassallo (ROSA, 1956, p. 695).

Se, conforme Ecléa Bosi (2009), a morte do homem é decretada quando este chega aos sessenta anos, Liodoro, Manuelzão e Riobaldo fogem desse parâmetro de inutilidade e esquecimento. Por isso mesmo, que a narração “é o testemunho mais eloquente dos modos que a pessoa tem de lembrar. É a sua memória” (BOSI, 2009, p. 29). Antes de tudo, a narração também educa, e àquele a que escuta consegue dar sentido ao passado vivendo no presente diferente, permitindo-se, com isso, compreender o futuro.

Um mudo social que possui uma riqueza e uma diversidade que não conhecemos pode chegar-nos pela memória dos velhos. Momentos desse mundo perdido podem ser compreendidos por quem não os viveu e até humanizar o presente. A conversa evocativa de um velho é sempre uma experiência profunda: repassada de nostalgia, revolta, resignação pelo desfiguramento das paisagens caras, pela desapareição de entes amados, é semelhante a uma obra de arte. Para quem sabe ouvi-la, é desalienadora, pois contrasta a riqueza e a potencialidade do homem criador de cultura com a mísera figura do consumidor atual (BOSI, 2009, p. 82).

No caso de Riobaldo, os fatos narrados de sua vida obedecem ao tempo do passado, tendo em vista que ao ser contada pela voz do velho sertanejo, os acontecimentos passam a ser representados tal como havia acontecido, quando os mesmos eram ainda presentes, não estavam concluídos, conforme, Ariadne Nunes (2009, p. 361), “sendo impossível prever a sucessão dos acontecimentos futuros (e imprevisíveis, por ainda não terem ocorrido e a vida não obedecer a qualquer lógica sequencial)”. O início de *Grande sertão: veredas* persegue essa ideia:

— Nonada. Tiros que o senhor ouviu foram de briga de homem não, Deus esteja. Alvejei mira em árvore, no quintal, no baixo do córrego. Por meu acêrto. Todo dia isso faço, gosto; desde mal em minha mocidade. Dai, vieram me chamar. Causa dum bezerro: um bezerro branco, erroso, os olhos de nem ser — se viu —; e com máscara de cachorro. Me disseram; eu não quis avistar. Mesmo que, por defeito como nasceu arrebicado de beijos, êsse figurava rindo feito pessoa. Cara de gente, cara de cão: determinaram — era o demo. Povo prascóvio. Mataram. Dono dêle nem sei quem fôr. Vieram emprestar minhas armas, cedi (ROSA, 1956, p. 9).

O que para Helder Rocha (2014) a passagem a seguir expõe também esse momento de sua vida, de “folga” e “de range rêde (ROSA, 1956, p. 11)”, referindo-se a sua velhice e da sua “aposentadoria” da jagunçagem, é propício para a especulação, para o pensamento e também para a fantasia, porque, antes, quando mais jovem, havia muito trabalho pesado que não lhe permitisse viver esse tipo de ação da mente e inação do corpo” (ROCHA, 2014, p. 62). Vejamos:

De primeiro, eu fazia e mexia, e pensar não pensava. Não possuía os prazos. Vivi puxando difícil de difícil, peixe vivo no moquém: quem mói no asp’ro, não fantasêia. Mas, agora, feita a folga que me vem, e sem pequenos dessossêgos, estou de range rêde. E me inventei neste gôsto, de especular idéia. O diabo existe e não existe? Dou o dito. Abrenúncio. Essas melancolias (ROSA, 1956, p. 11-12).

Helder Santos Rocha acredita que o indivíduo que está na terceira idade, se preferir, na velhice, de acordo com o ponto de vista da estudiosa da memória social dos velhos, Ecléa Bosi, as pessoas nesse estado tem uma função essencial para a sociedade que é a “da lembrança e do ‘trabalho mnemônico’, pois os movimentos exaustivos que, outrora, o ofício braçal exigia do corpo cessaram e deram lugar, agora, a um trabalho mais dinâmico de aprofundamento psíquico e espiritual” (ROCHA, 2014, p. 62)

Para os estudiosos do comportamento humano Aurélio Bolsanello e Maria Augusta Bolsanello (1981, p. 53), a condição social de velhice “só se torna uma preparação para a morte, quando se renuncia a um projeto de vida, quando se mata a esperança”. A verdade é que todos nós iremos envelhecer, pois é isto o que se sucede com as pessoas que se tornam velhas. O respeito e a valorização da velhice advêm de um dado construído acordado com o contexto social no qual os indivíduos estão inseridos.

Elizabeth Mendonça defende a ideia de que na trama literária de Guimarães Rosa “não são retratados apenas físicos e geográficos de uma região, mas também o aspecto humano é representado por meio de personagens sertanejos que carregam uma força de transcendência dos aspectos da vida corriqueira” (MENDONÇA, 2013, p. 12). Entretanto, Benedito Nunes (2009, p. 164) assinala que a presença da velhice na obra rosiana significa mais do que simples diversificação de experiências. Segundo o autor de *O dorso do tigre*, a velhice impulsiona os lances de iniciação, transição e espiritualização ao longo do périplo ascensional de *Eros*.

Naturalmente, muitas questões são levantadas de *Grande sertão: veredas* e *Corpo de baile*, uma delas, é de que como a velhice não destina Riobaldo, Manuelzão e Liodoro à doença, à morte e ao esquecimento. Ela pode sim influenciar em suas atitudes e descobertas quanto à própria sexualidade, as formas de relacionamento afetivo, familiar, amoroso e entre as pessoas ao redor e com sua própria condição física e biológica.

Isso tudo ganha força interpretativa diante de inúmeras recepções críticas em torno da obra rosiana pelo viés da Estética da Recepção, pela qual é admitida a ideia de que a história da literatura é a matéria principal de reflexão quando argumenta que ela é um processo “de recepção e produção estética que se realiza na atualização dos textos literários por parte do leitor que os recebe, do escritor, que se faz novamente produtor, e do crítico, que sobre eles reflete” (JAUSS, 1994, p. 25). Portanto, defender a imprescindibilidade de que o foco artístico é provocado pelo autor e sua produção, exclusivamente, levaria a rejeitar a ideia da participação do leitor e sua recepção da obra, não valendo também sua experiência literária. Essa concepção negaria a finalidade e o efeito da arte, que, além de pôr em uso os horizontes de expectativa da vida prática do leitor, o liberta das suas percepções rotineiras, conferindo-lhe nova visão da realidade, sendo possível pela convocação da imaginação que trabalha junto com o intelecto durante a decodificação e compreensão de um texto.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Machado de. Instinto de nacionalidade. In: COUTINHO, Afrânio (Org.). *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1992. 1185 p. 3 v.

BEAUVOIR, Simone de. *A velhice*. Trad. Maria Helena Franco Martins. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1990. 712 p.

BOLSANELLO, Aurélio; BOLSANELLO, Maria Augusta. *Conselho: análise do comportamento humano em psicologia [A velhice]*. Curitiba: Educacional Brasileira, 1981. 287 p. v. 4.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 43. ed. São Paulo: Cultrix, 2006. 567 p.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. 484 p.

CANDIDO, Antonio. O homem dos avessos. In: *Tese e antítese*. São Paulo: Nacional, 1964. p. 119-140.

COUTINHO, Afrânio. *Conceito de literatura brasileira*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 212 p.

FERRAZ, Luciana Marques. *A infância e a velhice: percursos em Miguilim e Manuelzão*. São Paulo, 2010. 185 f. Tese (Doutorado em Letras), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010.

ISER, Wolfgang. *O ato da leitura*. Trad. Johannes Kretschmer. São Paulo: Ed. 34, 1996-1999. 192 p. 1 v.

_____. O jogo do texto. In: LIMA, Luiz Costa (Org.). *A literatura e o leitor: textos de estética da recepção*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. 204 p.

JAUSS, Hans Robert. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. Trad. Sérgio Tellaroli. São Paulo: Ática, 1994. 78 p.

MEDEIROS, Joselaine Brondani. Buriti Bom e Buriti-Grande: patriarcalismo e erotismo. In: ZILBERMAN, Regina (Org.). *Corpo de baile: romance, viagem e erotismo no sertão*. Porto alegre: EDIPUCRS, 2007. p. 137-151.

MENDONÇA, Elizabeth da Silva. *Representações da velhice em alguns contos de Guimarães Rosa e Mia Couto*. São José do Rio Preto, 2013. 198 f. Dissertações (Mestrado em Letras), Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

MORIN, Edgar. Complexidade e ética da solidariedade. Trad. Edgar de Assis Carvalho. In: ALMEIDA, Maria da Conceição de; CASTRO, Gustavo de; CARVALHO, Edgar de Assis (Orgs.). *Ensaio de complexidade*. Porto Alegre: Sulina, 1997. 245 p.

NUNES, Ariadne. A pretexto da revelação póstuma: narrativa e leitura em *Grande sertão: veredas*. In: CHIAPPINI, Ligia; VEJMEKA, Marcel (Orgs.). *Espaços e caminhos de João Guimarães Rosa: dimensões regionais e universalidade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. p. 359-369.

NUNES, Benedito. Crítica literária no Brasil, ontem e hoje. In: MARTINS, Helena. *Rumos da crítica*. São Paulo: SENAC/Itaú Cultural, 2000. 134 p.

_____. De Sagarana a *Grande sertão: veredas*. In: *Crivo de papel*. São Paulo: Ática, 1998. p. 247-262.

_____. Guimarães Rosa. In: *O dorso do tigre*. 3. ed. São Paulo: Ed. 34, 2009. p. 137-201.

_____. Primeira notícia sobre *Grande sertão: veredas*. *Jornal do Brasil*, São Paulo, 10 fev. 1957. Suplemento Dominical, p. 2.

PITANGA, Danielle de Andrade. *Velhice na cultura contemporânea*. Recife, 2006. 192 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica), Faculdade de Psicologia, Universidade

Católica de Pernambuco.

ROCHA, Helder Santos. *Prosas do sertão: as margens da narrativa em Grande sertão: veredas e em Nhô Guimarães*. Vitória da Conquista, 2014. 112 f. Dissertação (Mestrado em Letras: Cultura, Educação e Linguagens), Faculdade de Letras, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

RÓNAI, Paulo. Rondando os segredos de Guimarães Rosa. In: ROSA, João Guimarães. *Manuelzão e Miguilim* (“Corpo de baile”). 11. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

ROSA, João Guimarães. *Corpo de baile: sete novelas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956. 824 p. 2 v.

_____. *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956. 594 p.

WELLEK, René; WARREN, Austin. História literária. In: *Teoria da Literatura*. Trad. José Palla e Carmo. 5. ed. Lisboa: Europa-América, [19--]. p. 315-336.

ZILBERMAN, Regina; SILVA, Ezequiel Theodoro da. *Literatura e pedagogia: ponto e contraponto*. 2. ed. São Paulo: Global; Campinas: ALB, Associação de Leitura no Brasil, 2008. 72 p.

IDENTIDADES HOMOAFETIVAS NA PROSA CONTEMPORÂNEA BRASILEIRA E NAS NARRATIVAS DO IMAGINÁRIO PARAENSE: REFLEXÕES SOBRE A ESCRITA DE SI E DO OUTRO

Rubenil da Silva Oliveira

Orientadora: Prof^a. Dr.^a Maria do Perpétuo Socorro Galvão Simões

Linha de Pesquisa: Literatura, memórias e identidades

Resumo: A pesquisa investiga as representações feitas dos sujeitos homoafetivos masculinos na prosa de ficção da contemporaneidade e nas narrativas orais que circulam na cidade de Belém – Pará. A escolha por esse recorte toma como pressuposto as discussões em torno da crítica da literatura no que tange aos discursos da abordagem dos estudos culturais e da literatura de minorias sociais. Nesta perspectiva, o objetivo geral da pesquisa é analisar as identidades homoafetivas na prosa contemporânea nos romances **Olho de Boto**, de Salomão Larêdo; **Stella Manhattan**, de Silviano Santiago; **Cinema Orly**, de Luís Capucho; **Confissões ao Mar**, de Kadu Lago; **O Terceiro Travesseiro**, de Nelson Luiz de Carvalho e; **All Star Azul**, de Ricardo Mesquita. Na metodologia será utilizada a pesquisa de campo a partir da visita a grupos de contadores de histórias nos bairros da cidade de Belém, Pará e pesquisa bibliográfica a partir da consulta a livros e periódicos sobre literatura, teoria literária, crítica literária, homoafetividades, memória e identidade e outros conceitos envolvidos na pesquisa. Quanto à teorização considerar-se-à a abordagem dos estudos culturais, a literatura de autoria e minorias sexuais e a tradição oral. Diante da leitura, já realizada percebeu-se que as representações da homoafetividade encontram algumas restrições por confrontar-se com os discursos de supremacia da dominação masculina típica das sociedades patriarcais, o que reforça a folclorização da representação destes sujeitos. A repressão sexual imposta pela sociedade burguesa expressa o desejo da reconstrução de caminhos que derrubem os preconceitos associados aos discursos da orientação heterossexual como padrão dominante da sociedade. Portanto, a representação da identidade por meio da memória das experiências do sujeito reforça a necessidade da vivência delas situando-a no plano da subjetividade.

Palavras-chave: Homoafetividades. Identidades. Memória. Tradição. Escrita de si.

INTRODUÇÃO

A produção literária homoafetiva tem ganhado notoriedade nas últimas décadas, essa marca está associada há fatores históricos e sociais – popularização da imprensa gay, desqualificação da homossexualidade como doença psíquica e a crescente produção literária. Esses acontecimentos tiveram origem na segunda metade do século XX, sobretudo, quando surge a chamada imprensa gay no Brasil, a partir de 1963, com jornais como o *Snob*, *O Centro*, *Darling*, *Gay Society*, *Baby*, *Le Sophistique* e *Entender*,

além de colunas jornalísticas e revistas, os quais circulavam no Rio de Janeiro e em outros Estados brasileiros.

Nas décadas seguintes a imprensa ainda se ocupará da divulgação das lutas do Movimento Gay norte-americano, o que influenciará a criação de novos manifestos gays em terras brasileiras e, por conseguinte, a publicação de novos jornais como o *Lampião da Esquina* e o surgimento de ativistas gays. Também a mídia televisiva, o cinema e outros espaços como o Teatro Rival, no Rio de Janeiro, em substituição aos shows das vedetes, os quais foram proibidos pela censura ditatorial, com a cessão do espaço para as travestis, deram mais espaço e visibilidade para a cena gay.

Na cena literária recupera-se o que as outras mídias vinham fazendo para dar visibilidade ao movimento gay, não para afrontar os domínios do patriarcado, mas para se aceitar que todos podem e devem ter o domínio do seu corpo, inclusive de amar e se relacionar sexualmente sem interdições. Também não se quer dizer que todas as ações do Movimento Gay estejam corretas, a literatura não é documento do real, nem nasceu com essa pretensão, é antes, uma metáfora da realidade a qual se somam novos elementos e se cria uma nova sociedade. Além disso, o estudo aqui apresentado é de natureza literária, embora a homoafetividade seja um objeto do campo das ciências humanas – Sociologia, História, Antropologia – e ao se filiar à memória e identidade encontra correspondência no texto literário, portanto, de natureza interdisciplinar.

Por outro lado, compreende-se que narrar o vivido é diferente da narração sobre aquilo que não se viveu, que se ouviu ou apenas foi observado em algum momento da vida, nasceu assim a ideia da contraposição entre a escrita de si e do outro tanto nas obras romanescas quanto nas narrativas orais do imaginário paraense. Dito isto, convém ressaltar que a narração sob a perspectiva da escrita de si assume uma visão mais intimista, mais próxima do acontecimento, por sua vez, se narrador-observador essa visão se distancia não podendo o narrador dá conta de emoções equivalentes. Entretanto, este estudo não tem a pretensão de assinalar um “pacto autobiográfico” como fizera Phelippe Lejeune em sua obra homônima, mas considerar que a estratégia adotada para a narração influencia na recepção do leitor, inclusive quando da formação do horizonte de expectativas.

Por se tratar de estudo em estado embrionário, muitos outros elementos e obras serão acrescidos, uma vez que se está na fase de leitura para decisão das obras que melhor atendem aos objetivos e falta a pesquisa de campo. Nesta última, pretende-se encontrar narrativas orais que tematizem a vivência homoafetiva ou que tragam personagens homoafetivos os quais contem suas histórias ou que estas sejam narradas por outros. Desse modo, **Olho de Boto**, de Salomão Larêdo; **Stella Manhattan**, de Silviano Santiago; **Cinema Orly**, de Luís Capucho; **Confissões ao Mar**, de Kadu Lago; **O Terceiro Travesseiro**, de Nelson Luiz de Carvalho e; **All Star Azul**, de Ricardo Mesquita e as narrativas orais “*O boto e o rapaz*” e “*Um boto diferente*” são apenas alguns dos textos usados nesta pesquisa.

HOMOAFETIVIDADES NA LITERATURA CONTEMPORÂNEA E NAS NARRATIVAS ORAIS PARAENSES NA PERSPECTIVA DE SI E DO OUTRO: um estudo propedêutico

Há diversos termos na literatura antropológica que designam a prática afetivo-amorosa entre pessoas do mesmo sexo, por exemplo, pederasta, sodomita, fanchono, invertido, fresco, qualhira, boiola, baitola, *gay*, homossexual, *camp*, *queer* e homoafetivo. Para este estudo, opou-se pelo uso do último por considerá-lo mais amplo e por ele trazer implícita a defesa e nomeação de “uma política, uma ética e uma estética da homoafetividade” (LOPES, 2002, p. 37), além de envolver outros laços afetivos que nada têm a ver com a sexualidade. Nesta perspectiva, Eduardo/Stella tem uma relação com Rick que não se pode dizer que seja amor, assim como há também o triângulo amoroso de **O Terceiro Travesseiro** que se apresenta mais dentro do *queer*. Por essa razão, para defender o uso do termo homoafetividade argumenta-se:

Não pretendo apenas cunhar mais um termo, mas penso que falar em homoafetividade é mais amplo do que falar em homossexualidade ou homoerotismo, vai além do sexo-rei, bem como é um termo mais sensível para apreender as fronteiras frágeis e ambíguas entre a homossexualidade e a heterossexualidade, construídas no século passado, sem também se restringir a uma homossociabilidade homofóbica [...], como em tantos espaços sociais que foram tradicional e exclusivamente masculinos como times de futebol, internatos, quartéis e bares. Uma política da homoafetividade busca alianças para desconstruir espaços de homossociabilidade homofóbicos ou heterofóbicos, ao mesmo tempo em que pensa, num mesmo espaço, as diversas relações entre homens (ou entre mulheres), como entre pai e filho, entre irmãos, entre amigos, entre amantes (LOPES, 2002, p. 37-38).

O fragmento evidencia que o vocábulo homoafetividade carrega em si significados que vão além da prática sexual entre pessoas do mesmo sexo, é antes, um sentimento o qual traz o companheirismo, o estar junto, a emoção, homoemocionalismo (MOTT & ASSUNÇÃO, 1987). Deste modo, compreendeu-se que os vocábulos “homoafetividade” e “homoafetivo”, respectivamente, são substantivo e adjetivo, mesmo que o último possa funcionar, no discurso jurídico, também como substantivo. Ao considerar que o termo em questão é originado a partir da palavra “afeto” compreende-se o porquê de ele não nomear apenas a relação sexual, visto que a natureza dos afetos é múltipla. Nesta dimensão, a literatura contemporânea de expressão homoafetiva pode ser compreendida como aquela que não necessariamente precise de um autor gay para escrevê-la, mas possua um ponto de vista, linguagem, autoria e temática e público¹ identificados com a vivência social dos homoafetivos. Por isso, ressalta-se que:

[...] a literatura que problematiza o desejo gay carrega consigo um teor particular, quase interno, que a singulariza sem, com isso, torná-la menos ou mais importante que toda a tradição literária desenvolvida e canonizada nas e pelas culturas, mesmo em suas compartimentalizações. A singularidade que a torna ‘especial’ diz respeito a uma sistematização ou a uma forma específica de o narrador desenvolver a história narrada e nela fazer atuar as personagens: a ‘literatura de expressão gay’, em quase sua

¹ As categorias postas – temática, autoria, ponto de vista, linguagem e público também são usadas pelo professor Eduardo de Assis Duarte para conceituar a literatura afro-brasileira.

exclusividade, utiliza-se da ‘primeira pessoa’ para narrar os fatos acontecidos. As obras que narram os fatos em ‘terceira pessoa’ utilizam-se do discurso do narrador para engendrar na narrativa a tipicidade discursiva ou o ponto de vista sobre o qual as ações são narradas, dando-se sempre voz e direito às personagens homoafetivas, esvaziando, pelas vozes narradoras, as projeções preconceituosas e discriminatórias que determinados narradores mantinham em relação às personagens gays que são encontradas em textos da primeira metade do século XX (SILVA, 2014, p. 67).

Conforme o fragmento vê-se que o professor paraibano Antonio de Pádua Dias da Silva procura distinguir literatura de expressão gay da literatura de expressão homoafetiva tomando para isso a escrita de si e o pacto autobiográfico. No entanto, usa-se nesta pesquisa a escrita de si, mas sem qualquer relação ou comprometimento com a autoria, pois o que é visto na obra é a voz do narrador, mesmo quando se trata das memórias, buscam-se as memórias do ser representado. O que se considera na análise é o “*ethos discursivo*” (MAINGUENEAU, 2008), porque a partir dele se podem recuperar as memórias do narrador, sobretudo, das experiências que ele carrega e as insere na personalidade do sujeito que representa.

Essa confluência de vozes que colaboram na formação do *ethos* discursivo exprime “uma intrincada rede de representações, em que o personagem se submete a tantos outros (família, amigos, colegas de trabalho etc.), constitutivos de sua própria persona” (NIGRO, 2010, p.13). No caso, acrescenta-se que as imbricações da memória na construção das identidades homoafetivas refletem as experiências do sujeito, seja pela vivência ou pela escuta e a sua representação no texto literário enquanto manifestação artística possibilita pensar a identidade de si e do outro. Inclusive funciona como estratégia para que o leitor se identifique com o texto lido, como visto no excerto que segue:

Na leitura e na escritura do texto literário encontramos o senso de nós mesmos e da comunidade a que pertencemos. A literatura nos diz o que somos e nos incentiva a desejar e a expressar o mundo por nós mesmos. E isso se dá porque a literatura é uma experiência a ser realizada. É mais que um conhecimento a ser reelaborado, ela é a incorporação do outro em mim sem renúncia de minha própria identidade (COSSON, 2006, p. 17).

Mediante o trecho acima, percebe-se que a escritura literária de expressão homoafetiva permite que os seus leitores possam identificar-se com os enredos narrados, entretanto, quando o ponto de vista é o do outro, as representações feitas da homoafetividade não sustentam o texto. Isto leva a afirmar que os autores dessa expressão literária parecem valer-se do atravessamento das subjetividades como recurso para a particularização das identidades homoafetivas e, por conseguinte, a identificação desta com seus leitores. Entretanto, quando se trata das narrativas orais, geralmente, contadas pelo outro, evidencia-se que o narrador parece fazer um esforço maior da memória como forma de não esquecer o narrado, a escrita e leitura não são tão naturais como na escrita de si.

Ele ia lá pro barco, né? O barco deles vivia lá no laguinho. E quando era de noite, ia pra lá. O pai dele mandava ele dormir lá a bordo, pra vigiar o motor. Quando era ali umas nove horas da noite, que ele estava deitado, ele via... Ela chegava. Chegava aquela

moça, subia na beira do motor, tirava a roupa, pegava no punho da rede dele e sacudia até ele acordar. Quando ele acordava, ela já estava lá em pé, olhando para ele. Aí, ela deitava com ele na rede e passava a noite com ele.

Eu dizia:

- Aí, tu não tinhas medo, Davi?

- Eu não, ele dizia.

Coitado... era o boto que dormia com ele (CUNHA & FERREIRA, 1995, p. 19).

Observa-se em todo o primeiro parágrafo que o informante/narrador por não ter sido com ele o acontecido, mostra-se distante, até mesmo não mostrando qualquer relação com a homoafetividade, o que vem a aparecer somente no último período e sem nenhum comentário posterior. O ato de não revelar, logo no início, a identidade homoafetiva do boto pode ser vista como estratégia inerente às histórias orais como revelado em: “Não obstante, a história oral pode certamente ser um meio de transformar tanto o conteúdo quando a finalidade da história. Pode ser utilizada para alterar o enfoque da própria história e revelar novos campos de investigação” (THOMPSON, 1998, p. 22).

A capacidade de transformação não é marca somente da história, é do homem, as vivências e experiências mediadas pelo tempo trazem consigo novas perspectivas sobre um mesmo elemento já guardado na memória coletiva – o imaginário social sobre as homoafetividades, por exemplo. Por isso, considera-se que: “a nova literatura gay no Brasil é escrita com sentido de urgência. Ela está para as bichas e bis assim como o *rap* está para os negros” (THOMÉ, 1999, p.12). Essa possível submissão é vista, sobretudo, quando se considera que essas representações constituem elementos presentes na memória individual e coletiva do sujeito escrevente, pois se admite que “o primeiro testemunho a que podemos recorrer será sempre o nosso” (HALBWACHS, 2013, p. 29).

Por essa razão, acrescenta-se: “Nem tudo que será contado aconteceu diretamente comigo, muitos dos casos e das experiências foram vivenciados por amigos, pessoas próximas ou simplesmente são lendas urbanas. No entanto... fazem parte da construção de quem sou eu hoje” (MESQUITA, 2012, p. 2). Nota-se a partir da declaração do autor que há na construção da literatura a aproximação com a vivência do autor, pois não se admite que todo o conteúdo da narrativa seja somente registro de si, mas que suas vivências ganharam tratamento metafórico para a construção ficcional. Por sua vez, menciona-se que:

A escrita de si mesmo aparece aqui claramente em sua relação de complementaridade com a anacorese: ela atenua os perigos da solidão; oferece aquilo que se fez ou se pensou a um olhar possível; o fato de se obrigar a escrever desempenha o papel de um companheiro, suscitando o respeito humano e a vergonha; é possível então fazer uma primeira analogia: o que os outros são para o asceta em uma comunidade, o caderno de notas será para o solitário. Mas, simultaneamente, é levantada uma segunda analogia, que se refere à prática da ascese como trabalho não somente sobre os atos, porém mais precisamente sobre o pensamento: o constrangimento que a presença de outro exerce na ordem da conduta, a escrita o exercerá na ordem dos movimentos interiores da alma; (FOUCAULT, 2004, p. 145).

A partir do excerto vê-se que o uso da escrita de si é para o autor um meio de tornar-se mais resistente ao ataque da sociedade, é uma tentativa de fuga da solidão e também um exercício de liberdade do julgamento social quando se refere à escrita gay e sobre os comportamentos dos homoafetivos. Por sua vez, a escrita de si assume o caráter da resistência, do se colocar contra a ordem heterossexista, uma vez que o sujeito homoafetivo escreve a partir do seu lugar de enunciação e das memórias individuais as quais carrega. Diante desse contexto, “escrever é, portanto, se mostrar, se expor, fazer aparecer seu próprio rosto perto do outro... Exercício que trabalha para a subjetivação do discurso verdadeiro, para sua assimilação e elaboração como bem próprio, constitui também, e ao mesmo tempo, uma objetivação da alma” (FOUCAULT, 2004, p. 156).

É devido a esse exercício de encorajamento propiciado pela escrita de si e acerca do outro que foi possibilitada a diferenciação entre a literatura gay e a literatura de temática homoafetiva, pois a primeira consiste na representação da voz gay a partir da perspectiva de si e a última, a representação na voz de outro que é alheio ao universo homoafetivo (SILVA, 2014). Em **O Terceiro travesseiro**, por exemplo, o autor, no prefácio do romance afirma que recebeu a história de Marcus já pronta, que ele não teve de inventá-la e narra nela todos os fatos como realmente aconteceram e ainda ter convivido com os personagens da mesma (CARVALHO, 2007).

Verifica-se que Ricardo Mesquita e Nelson Luiz de Carvalho assumem posições diferentes, embora seus escritos tenham a voz do narrador-protagonista, em primeira pessoa, o primeiro traz aquilo que ele viveu intercalado com as metáforas do esquecimento e, o outro, conta apenas aquilo que ouviu de Marcus. No entanto, em **Olho de Boto**, de Salomão Larêdo, o narrador, mesmo na posição de observador cria um ponto de tensão maior, uma vez que desconstrói a noção dos finais trágicos que são lugar comum na literatura homoafetiva, demonstrando o primeiro casamento homoafetivo num tempo em que esses sequer imaginavam casar-se. É diferente e cria um ponto de tensão por se tratar da narrativa do outro e não carregar julgamento preconceituoso por parte do narrador, porque na obra os discursos contrários ficam por conta da polifonia das vozes dos habitantes da comunidade rural do Inacha, Cametá, Pará.

Embora se perceba por vezes a presença do discurso indireto-livre, a narração de **Stella Manhattan** (1991), de Silviano Santiago é em terceira pessoa, com narrador onisciente e, por vezes, perturba o leitor ao mostrar o domínio de Stella sobre Eduardo como se pessoas distintas. Esta face pode ser vista em: “Por não a ter levado a *Woodstock* naquele verão, Stella proibira Eduardo de ir ao cinema por um mês e de tomar sorvete de ameixa também” (SANTIAGO, 1991, p. 21). A estratégia usada pelo autor dar mais liberdade à multifacetada personalidade da personagem, pois se a personagem narrasse suas vivências, talvez, não despertasse o mesmo olhar sobre ela, ainda que predomine a ordem social sobre o corpo da personagem.

O uso da primeira pessoa é também orientado e pretende atingir ao leitor, inclusive em muitas ocasiões o leitor pode ser levado a conclusões precipitadas,

sobretudo, diante do emprego inadequado de uma corrente da crítica literária. Como visto em **Confissões ao mar** (2010), de Kadu Lago, a partir de Mateus, um jovem estudante de Agronomia que trancou o curso, após a morte do pai, para que pudesse administrar a fazenda da família e, mesmo com isso, quando a família descobre a sua homoafetividade é mandado pela mãe a deixar a casa paterna. Outro exemplo é **Cinema Only**, de Luís Capuchom quando este cria um alter ego, o Luís, para contar as suas vivências no mundo gay, incluindo as visitas à Cinelândia, no Rio de Janeiro, região onde o protagonista encontra sexo fácil e também contrai o vírus da AIDS.

Entende-se, portanto, que as diversas abordagens sobre as identidades gays, na literatura, dependem das estratégias usadas por cada autor na construção dos seus enredos e do emprego adequado das correntes da crítica literária pelo leitor, nos casos da análise literária. Desse modo, as estratégias empregadas é que farão com que o leitor possa criar empatia pelo enredo e com isso ir aos poucos construindo o seu horizonte de expectativas, entretanto, para isso acontecer é preciso considerar as experiências e visão de cultura e de mundo tanto do autor quanto do leitor. Outra implicação é assumir a noção de cultura enquanto mudança como consta na tradição oral e sua relação com a diversidade, inclusive sabendo que os homens e seus agrupamentos não são estáticos, evoluem e carregam as marcas do seu tempo.

Os discursos literários acerca das representações das identidades homoafetivas à luz da abordagem dos estudos culturais dialogam com Hall quando ele admite que o sujeito pós-moderno apresenta uma identidade movente ou fragmentada, uma vez que para ele: “O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas em redor de um ‘eu’ coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo constantemente deslocadas” (HALL, 2014, p. 12). Essa afirmativa demonstra que um mesmo sujeito, no caso, o homoafetivo, assume diferentes identidades que são influenciadas pelos processos culturais vivenciados por eles em conformidade com a perspectiva de seus autores, o que se vê de modo contundente nas representações propostas nessa pesquisa.

CONCLUSÃO

Sabe-se que a história social carrega em si a abertura para a inovação, assim o homem não é um ser estático, tem a possibilidade de mudar seus comportamentos e de sofrer as mudanças às quais são requeridas pela ordem social e até mesmo de se comportar como o meio deseja. Neste sentido, observou-se que quando se tratava da identidade homoafetiva, os sujeitos com essa identidade eram silenciados, seja através da reclusão ou da morte, até a década de 1970, por exemplo, eram comuns as internações em clínicas psiquiátricas e os tratamentos com choques elétricos para este público. De lá para cá mudanças significativas foram conquistadas a partir da integração e luta do Movimento Gay ao redor do mundo, embora ainda existam na atualidade, locais onde a homoafetividade é um crime contra a moral e à família.

As questões sociais que estão envoltas da identidade homoafetiva têm origem na ideia do não enquadramento desse estrato populacional à experiência sexual heterossexual, sendo as práticas homoafetivas uma conduta desviante ao padrão hegemônico da sociedade. O ato de assumir a identidade homoafetiva é reconhecer-se como cidadão e prática que se levada às últimas consequências contraria as expectativas da sociedade conservadora, pois o silêncio dos séculos anteriores foi quebrado e não se está mais no início do século XX. Além da luta intensa do Movimento Gay, outros fatos como a popularização da imprensa, o aumento massivo das publicações literárias e as mudanças políticas favoreceram o surgimento de um novo olhar sobre os homoafetivos, mesmo que ainda se conviva com o preconceito e homofobia.

A representação do sujeito homoafetivo encontra algumas restrições por confrontar-se com os discursos de supremacia da dominação masculina típica das sociedades patriarcais, o que reforça a folclorização da representação destes sujeitos. A repressão sexual imposta pela sociedade burguesa expressa o desejo da reconstrução de caminhos que derrubem os preconceitos associados aos discursos da orientação heterossexual como padrão dominante da sociedade. Entretanto, quando se trata dos estudos literários alguns desses estereótipos ainda são reforçados, pois há a dependência do imaginário de quem as escreve e da intenção em criá-las, inclusive se deve pensar também nos contextos de produção de tais obras.

Pelo traço autobiográfico fica evidente que há elementos que retratam a escrita de si, escrita essa percebida pelo uso da narração em primeira ou mesmo em terceira pessoa do singular, nesta última, pela semelhança entre a vivência do autor e o conteúdo da obra. No entanto, para esse estudo, não se tomou a noção de autoria, visto que aqui pouco importa nem se quer saber a orientação sexual dos produtores da obra, o que interessa é a personagem, o que está contido na representação desta e os recursos mobilizados para a sua concretização. Por essa razão, a representação da identidade por meio da memória das experiências do sujeito reforça a necessidade da vivência delas situando-a no plano da subjetividade.

Entende-se que o imaginário paraense acerca das identidades homoafetivas é marcado pela linguagem inerente a esse espaço, além do preconceito contra essa identidade, conforme apresentado no julgamento mesmo que o ato erótico-amoroso entre pessoas do mesmo sexo não seja um crime. Outro erro está no querer enquadrar as identidades homoafetivas em um gênero, uma vez que mediante o estudo da teoria dos gêneros e das identidades sexuais não há um terceiro gênero que possa categorizar os homoafetivos, ou seja, se forem masculinos, continuarão sendo masculinos e, igualmente, para o feminino.

A pesquisa não está fechada e o conhecimento é sempre inconcluso, não está fechada porque ainda se está no primeiro ano da mesma, além de o pesquisador/aluno e o orientador/professor terem acordado que no primeiro momento seria priorizada a construção do arcabouço teórico. É inconcluso porque o conhecimento científico é aberto, flexível e há sempre espaço para novas perspectivas, outro elemento que se alia a isto é que a pesquisa também envolve o sujeito e suas narrativas, histórias estas que vão ganhando um novo ponto ou letra a cada contador que a narra. Desse modo, investiga a associação entre a literatura escrita e as narrativas orais, suas aproximações

e distanciamentos requer encontrar o ponto em comum – o modo como as sociedades e seus produtores representam as identidades gays e, por conseguinte, as estratégias mobilizadas nesta ação.

O aumento na produção de obras literárias com a temática homoafetiva aliado ao surgimento de linhas de pesquisas na Pós-Graduação em Letras – área de Estudos literários contribuiu para que, na academia, essa vertente da literatura fosse estudada. Mesmo que o campo ainda seja restrito, há poucos pesquisadores e leitores, visto que é caminhar por uma trilha que exige comprometimento até mesmo com a sua sexualidade, sobretudo, para aqueles a quem interessa o lugar da enunciação. Então, essa imagem produzida reflete as categorias de poder, história, não podendo ser deixada em segundo plano a ideia de que a vivência e experiências humanas contribuem massivamente para a elaboração dos discursos do sujeito.

REFERÊNCIAS

CAPUCHO, Luís. **Cinema Only**. Rio de Janeiro: Interlúdio, 1999.

CARVALHO, Nelson Luiz de. **O terceiro travesseiro**. 13. ed. São Paulo: GLS, 2007.

COSSON, Rildo. **Letramento literário**. São Paulo: Contexto, 2006.

CUNHA, Maria José Oliveira da; FERREIRA, Ediene Pena. O boto e o rapaz – Aquele boto era uma bota? In: SIMÕES, Maria do Socorro; GOLDER, Christophe (Coords.). **Santarém conta...** Belém: Cejup; Universidade Federal do Pará, 1995. (Série Pará Conta; 1)

FOUCAULT, Michel. **Ética, sexualidade, política**. Organização e seleção de textos: Manoel Barros da Motta. Trad. Elisa Monteiro; Inês Autran Dourado Barbosa. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. (Coleção Ditos e Escritos, 5).

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. 2. ed. 7. reimpr. São Paulo: Centauro, 2013.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva & Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

LAGO, Kadu. **Confissões ao mar**. 2. ed. São Paulo: Copacabana Books, 2010.

LARÊDO, Salomão. **Olho de boto**. São Paulo: Empíreo, 2015.

LOPES, Denilson. **O homem que amava rapazes e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2002.

MAINGUENEAU, Dominique. *Ethos*, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, R. (Org.). **Imagens de si no discurso: a construção do *ethos***. São Paulo: Contexto, 2008. pp. 69-92.

MESQUITA, Ricardo. **All star azul**. Rio de Janeiro: Metanoia, 2012.

MOTT, Luiz; ASSUNÇÃO, Aroldo. Gilete na carne: Etnografia das automutilações dos travestis da Bahia. In.: **Temas IMESC (Instituto de Medicina Social e de Criminologia) – Sociedade, direito e saúde**. São Paulo: 1987, pp. 41-56.

NIGRO, Cláudia Maria Ceneviva. Autobiografia: Richard Wright e a criação como processo de busca identitária. In. _____; BUSATO, Susanna & AMORIM, Orlando Nunes de. (orgs.). **Literatura e representações do eu**: impressões autobiográficas. São Paulo: UNESP, 2010.

SANTIAGO, Silviano. **Stella Manhattan**. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

SILVA, Antonio de Pádua Dias da. A literatura brasileira de temática homoerótica e a escrita de si Literatura homoerótica e escritas de si. **Acta Scientiarum**. Language and Culture. Maringá, v. 36, n. 1, pp. 61-71, Jan.-Mar., 2014. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciLangCult/article/view/20568/pdf_10>. Acesso em: 13 abr. 2014.

THOMÉ, Ricardo. **Cão danado solto na noite**. São Paulo: Razão Cultural, 1999.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

O ABERTO NA OBRA DE PAULO PLÍNIO ABREU

Rúbia de Nazaré Duarte Santiago

Orientador: Prod. Dr. Antônio Máximo von Söhnsten Gomes Ferraz

Linha de pesquisa: Interpretação, circulação e recepção

Resumo: O escritor paraense Paulo Plínio Abreu, que fez parte do Grupo dos Novos na década de 1940 na cidade de Belém e começou a ser conhecido como poeta por esparsas publicações de suas poesias e traduções em jornais de sua cidade, como por exemplo o suplemento literário da Folha do Norte, tem como uma das principais características de sua obra o trato singular da condição humana e um modo peculiar de representar o ser humano no mundo. Este poeta, por ser grande leitor dos clássicos da literatura, incorpora em sua obra traços de poetas como Mallarmé e Baudelaire, mas podemos notar com perfeição que sua poesia dialoga especialmente com a obra de Rainer Maria Rilke. Paulo Plínio traduziu alguns poemas de Rilke, os quais estão publicados na antologia poética intitulada *Poesia*. Tal obra será o corpus deste trabalho, no qual faremos um breve estudos sobre algumas imagens presentes em poemas destes dois autores (imagem do da noite e da morte). Com isso pretende-se apresentar o modo que elas se correlacionam, buscando trazer para a discussão de que maneira a questão do Aberto (do Ser) se manifesta em tais poemas, através dessas imagens. Para tal diálogo nossa principal referência será o filósofo Martin Heidegger, junto do qual pensaremos o desvelamento da verdade (*alétheia*) presente na obra de Paulo Plínio Abreu.

Palavras-chave: Poesia. Verdade. Obra de arte.

A poesia de Plínio é um deleite doloroso para os humanos fechados que desejam respostas. É uma poesia de silêncio. Ela diz o nada, por isso o estudo dessa obra torna-se intenso e importante.

Pensemos no seguinte excerto de Heidegger: “Estamos hoje ao mesmo tempo perplexos por não entender a expressão ‘ser’? De modo algum” (HEIDEGGER, 2014, p. 31).

Esta reflexão, presente em *Ser e Tempo*, nos faz pensar o quanto, na atualidade, nunca ou quase nunca nos questionamos sobre o que é ser. Todos, hoje em dia, estão presos à entificação do ser. Tudo sempre é. Tudo representa. Tal como um dia escreveu Rilke: “Tudo o que procuras constitui uma tentação/ E o que encontras te prende a imagens e gestos” (ABREU, 2008, p. 109)¹. Não se procura mais ir além das representações, isso talvez, em função de todo o automatismo no qual estamos inseridos. Hoje, basta apertarmos um botão, e algo acontece. Tudo é instantâneo e poucos hoje se fazem a tão importante pergunta que deveria mover a humanidade: “Quem sou eu?”. Ora, só se pode perguntar quem se é caso se saiba, de antemão, o que

¹O trecho do poema citado foi traduzido por Paulo Plínio Abreu e consta no livro *Poesia* com o título “Tudo o que procuras, constitui uma tentação”.

é ser, o que é o Ser. Uma obra de arte, no entanto, é uma maneira de nos reaproximarmos desse questionar.

Heidegger, em *A origem da obra de arte*, nos mostra que não há nada mais difícil do que apreender o que nos é natural, ele diz: “O que nos aparece como natural é provavelmente apenas o habitual de um longo hábito que esqueceu o in-abitual do qual aquele se originou” (HEIDEGGER, 2010, P. 55). Partindo desta ideia temos que a obra de arte é o elemento que causa em nós um estranhamento sobre as coisas naturais, ou habituais. É o elemento que as torna in-habituais. E o complemento que Heidegger dá à citação lida anteriormente é: “Um dia, contudo, aquele in-habitual tomou de assalto, como um estranho, o homem e levou o pensar para a eclosão do admirar” (HEIDEGGER, 2010, P. 55). Admirar a obra de arte, portanto, possibilita a nós, os seres humanos, que não somos capazes de ver o aberto², nos aproximarmos da essência das coisas. E digo apenas nos aproximarmos, pois para compreendermos o Ser das coisas, devemos primeiro pensar que o Ser é indefinível. “O Ser não é, se fosse seria um ente”, diz Heidegger. Tudo é como um rio, que é e já não é mais. Todas as coisas estão sempre sendo e a verdade sobre elas está ao mesmo tempo mostrando-se e se velando. Definir as coisas faz com que não possamos apreendê-las, faz que se embacem para nós. E nosso imenso desejo de sempre conceituar tudo foi o que nos fez parar de enxergar todas as coisas nos seu repousar em si, foi o que nos afastou da essência de tudo. E a obra de arte vem até nós para retirar alguns dos véus que colocamos sobre as coisas. “A obra dá a conhecer abertamente um outro, manifesta o outro: ela é alegoria (HEIDEGGER, 2010, P. 43).

Aqui compreendemos o livro *Poesia* de Paulo Plínio Abreu como uma obra de arte. E a partir dela chegamos ao despertar de variadas questões. A obra de Paulo Plínio, como o próprio nome já diz, “obra” (palavra que provém do radical indu-europeu op-, o qual está na raiz das palavras operar, opulência, etc.), vem mostrar o operar das questões presentes nos textos deste poeta. Estes textos, como toda a obra de arte, são o que diz Heidegger: “o pôr em obra da verdade”. Não definiremos aqui a verdade, porque ela, assim como o ser, é indefinível. É importante, porém, pensarmos essa verdade a partir da leitura dos poemas de Plínio e vejamos de que maneira ela se manifesta a seguir. É necessário portanto ir para a obra e deixar que ela se revele para nós, para isso precisamos adentrar nela como uma criança que aprende, sem nenhum conceito prévio, ou melhor, sem nenhum pré-conceito. E fazer a viagem para a compreensão do ser desta obra, sua literariedade³, só funcionará se esta viagem também servir para a

² Na Oitava Elegia de Duíno, Rilke nos diz que o humano, ao contrário da “criatura”, não é capaz de ver o Aberto, ele apenas pode vislumbrá-lo através da fisionomia do animal: “COM todos os olhos a criatura vê/ o Aberto. Só os nossos olhos estão/ como que invertidos e postos inteiramente em torno dela/ como armadilhas ao redor do seu caminho livre./ O que está fora, conhecemos apenas/ pela fisionomia do animal;” (ABREU, 2008, p. 167).

³ Aqui não devemos entender literariedade como a teoria de Roman Jakobson. Esta literariedade de que estamos tratando está totalmente relacionada à poética das obras. No projeto de pesquisa *Teoria literária a poética das obras e a crítica*, desenvolvido pelo professor Antônio Máximo, vemos a literariedade como “a questão do ser da literatura. Em outras palavras, a questão do que é a literatura, o que a ela é próprio em seu modo de construção de sentido” (FERRAZ, 2014a, p. 6). Também podemos pensar a literariedade aqui como o manifestar de questões, ou de questionamentos, pela obra de arte literária.

compreensão do nosso próprio ser, sem este objetivo deve-se largar a obra antes mesmo de abri-la.

Toda a viagem é motivada por algo: pode ser uma viagem a trabalho, ou para se visitar alguém de quem sentimos falta; podemos também viajar motivados a conhecer lugares desconhecidos, viajamos para apreender o estrangeiro; a viagem é também, algumas vezes – ou seria sempre? – um desejo de fuga, se nossa insuportável realidade algumas vezes dói um pouco mais que o normal dentro de nós, então é necessário viajar. O humano, ainda guardando sua essência animal, sente-se impelido à viagem. Ela faz parte de sua natureza. Essa viagem é necessária para a sua sobrevivência, tal como é para alguns pássaros que migram de região a região, sempre em busca de condições favoráveis tanto de clima, quanto de alimentação e até mesmo para que seja possível que essas aves se relacionem com outras. A viagem é necessária para que o viajante volte a sentir-se confortável. Viaja-se, portanto, em busca de se sentir em casa.

Pode-se dizer que o poeta, como todo o artista, sente-se impelido à viagem por todos os motivos citados anteriormente. Mas há quem diga que todos somos artistas unicamente por aceitarmos como nossa a existência. Sendo assim, não há necessidade de falar da pulsão do poeta à viagem, e sim da pulsão que todos nós sentimos a ela. O poeta apenas, diferente de nós, começa sua viagem pondo as palavras no papel e tentando nos acalantar com elas. Pois o poema é seu modo de nos dizer: você não é o único perdido nesse país estrangeiro e frio do seu próprio ser.

Se toda a viagem é motivada por algo, temos em Paulo Plínio uma motivação comum a todos nós, somos motivados a buscar a verdade, o desvelamento, sobre todas as coisas e sobre nós mesmos. A viagem que faremos pela obra deste poeta começa, portanto, pela noite, a própria verdade que instiga o humano a tentar iluminar seu lado obscuro. Esta tentativa, apesar de eroticamente pulsante, é vã por toda a viagem. Iluminar a noite é semelhante a se tocar o horizonte, a noite é dobra⁴ e não fim. Ela é frustrante, especialmente quando, durante o caminho, nos deparamos com anjos de silenciosa beleza, inapreensíveis e indizíveis. A noite é, no entanto, a motivação para nossa viagem, e dentro dela seremos guiados pela luz dos anjos, da lua e das estrelas. Os que nos guiarão para o fim (a finalidade) do percurso serão, porém, somente os anjos, que nos conduzirão ao sagrado da morte, a plenitude de nós mesmos, o caminho todo aberto. O bilhete para a viagem está nos próprios poemas, vamos a eles:

A NOITE:

Antes de começarmos esta leitura⁵ da poesia de Paulo Plínio a fim de fazermos a colheita de seus significados, é importante pensarmos que a interpretação de um texto literário não deve ser fechada e ela pode vir para cada leitor de uma maneira diferente.

⁴ Dobra: Pensar a dobra é estar diante de uma questão ampla e que se desdobra em outras questões. [...] dobra significa abertura e doação de possibilidades de e para possibilidades. [...]. O que configura, portanto, a dobra é um agir essencial. Neste, não há dicotomias. Tensão inaugural, entre-lugar, jogo, limiar, travessia, o agir da dobra dá-se como abertura e provocação para se experienciar a referência dialética e dialogal de ser e pensar. (FILÍPOVNA, 2014, p. 65)

⁵ Palavra que vem do latim *legere* e pode significar: escolher, pegar, colher.

O real se manifesta de diferentes maneiras, ou seja, para cada pessoa ele se manifestará de maneira singular. As interpretações que vierem a surgir aqui servem apenas para a reflexão e para proporcionar novas questões e ainda outras novas interpretações acerca da obra em estudo.

Com relação ainda à interpretação, Célia Bassalo comenta que o significado das simbologias utilizadas por Plínio não é fechado: “Frente às interrogações, conforme se constatará ao longo da leitura dos textos, [...] o poeta, intencionalmente, não apresenta respostas, pois envolvem histórias enigmáticas ou mesmo incompletas, embora carregadas de forte virtualidade de significação” (BASSALO, 1990, p. 5).

E sobre a liberdade de interpretação do leitor, ela ainda acrescenta:

o discurso pliniano é um *hic et nunc*, do qual o próprio leitor participa enquanto elemento ativo no processo da escritura, pois se trata de um discurso que, não oferecendo respostas e nem fixando sentidos, *libera* a significação do leitor no momento em que, como comentador faz sua própria leitura [...] ou sua reescritura, para usarmos,[...], uma expressão barthesiana [...]. (BASSALO, 1990, p. 5).

De acordo com este excerto de Bassalo, é importante ressaltar que tudo o que será dito aqui é uma leitura desta que voz escreve.

Ode na praia do Leme:

No final do livro *Poesia* consta um capítulo intitulado “Notícias, notas e variantes”. No qual o organizador apresenta a data, alguns comentários sobre onde os poemas presentes no livro foram publicados pela primeira vez e suas datas de publicação, além de outras informações. Neste capítulo também estão presentes as variantes de alguns poemas de Paulo Plínio. No presente estudo, mostraremos, sempre que necessário, uma comparação entre as variantes dos poemas discutidos, para que se possa, a partir delas, se compreender um pouco do percurso que o poeta fez para chegar a uma poesia final. É importante pensarmos também as variantes deste poema, para que possamos compreender de que maneira se deu a construção da ideia final. Outro motivo importante para esse estudo, é que as variantes ajudam também na compreensão de poemas os quais discutiremos posteriormente.

Este poema apresenta duas variantes, que segundo o organizador, são variações do poema em estudo, quando este ainda estava sendo construído. Sobre essas variações, ele diz:

Existem, entre os papéis do poeta, duas composições, sem títulos, que são duas variantes deste poema, ainda quando em fase de preparação. Na primeira variante, manuscrita em folha avulsa, há vários versos dos quais algumas palavras foram retiradas e outras substituídas. É, certamente, um dos esboços de uma futura composição poética. O tema, porém, só se realizaria satisfatoriamente para o poeta na sua versão constante de **Poemas**. (MENDES, 2008, p. 214).

A seguir vejamos, portanto, as variantes do poema, acompanhadas de sua versão final:

	Versão final	Primeira Variante	Modificação de versos ⁶¹	Segunda Variante
	ODE NA PRAIA DO LEME			
1	A noite é tua prostituta do Leme. E com ela dissolves a pobreza dos homens no mito de tua carne.	A noite é tua prostituta do Leme mas nada podes contra a minha tristeza.		A noite é tua meretriz do Leme. Um deus secreto inventou esta noite e a fez longa para que todas as rosas florescessem no teu jardim secreto.
2	O vento vem do mar e dos navios que passam carregados de vento e sal para as Antilhas.	Nem o olhar que lançaste às brandas nuvens pelo céu afora	Lancei o olhar na beira da escarpa e vi que havia fogo nos seus olhos.	
3	A morte vem das ilhas trazidas pelo vento desta noite nesta praia deserta.	nem o calor do teu rosto pôde apagar o fogo nas escarpas.	Passavam nuvens pelo céu afora (ABREU, 2008, p. 214)	Ao longo há fogo aceso nas escarpas de uma favela mágica suspensa no ar.
4	A noite é tua, nela está o emblema da tua posse esquiva, e os seres se incorporam ao casco dos navios e sem partirem vão-se para sempre. (ABREU, 2008, p. 38)	Tua é a noite, como todas as noites desde que a lua nasce sobre o mar e o mar bate com o vento nesta praia. Desde não sei que tempo em minha vida (ABREU, 2008, p. 214)		A noite é tua, como já foi minha entre o nascer da lua e o A noite tem um deus que se oculta no mar. (ABREU, 2008, p. 214)

Tabela 1: Variações do poema “Ode na praia do Leme”.

⁶¹ Segundo o organizador, os versos contidos em “Variação de versos” estão presentes na mesma folha avulsa na qual contem a primeira variante e compreende-se que apenas estes versos citados nesta coluna foram modificados da “Primeira variante”.

A noite aparece neste poema como a prostituta do Leme. O mito da carne da noite dissolve a pobreza dos homens, que na variante número 1 parece ser a tristeza. Qual seria a tristeza dos homens? Eles vivem a questionar-se sobre quem são, mas não são capazes de saber a resposta para essa questão. A prostituta, no entanto, aparece de súbito no primeiro verso. E podemos admiti-la mesmo aqui como um objeto sexual. Tal como uma prostituta satisfaz um desejo carnal humano, mas ainda assim não todo, uma prostituta causa apenas um prazer momentâneo. Se pensarmos a noite como a verdade sobre o ser que o humano sempre busca, podemos vê-la como uma satisfação momentânea de desejos, mas também como incompletude. Nunca se encontra o amor no seio de uma prostituta. Assim como nos caminhos da noite, ou na busca pela verdade, não há nunca uma resposta final. Podemos confirmar esta ideia de incompletude com a primeira parte da variante 1, quando o poeta escreve: “A noite é tua prostituta do Leme/ mas nada podes contra/ a minha tristeza”.

Este é um dos poemas que mais representa o erotismo presente em Paulo Plínio. Esse erotismo se mostra muitas vezes em seus poemas com silhueta feminina e povoado de silenciosa solidão. Mas sobre o modo como Plínio trata a solidão comentaremos melhor no próximo poema.

Pensando na segunda variante, temos o seguinte: “A noite é tua meretriz do Leme./ Um deus secreto/ inventou esta noite e a fez longa/ para que todas as rosas florescessem/ no teu jardim secreto”. Para pensarmos este trecho, cabe nos indagarmos quem é o interlocutor deste poema. É possível colocarmos como interlocutor a linguagem. Partindo dessa ideia podemos pensar que o jardim é o lugar das rosas. E a partir da palavra “rosas” temos o toque erótico. Uma rosa lembra o órgão sexual feminino, cheio de ocultamentos e reentrâncias. A primeira imagem de rosa que vem à nossa mente é de uma rosa vermelha. O vermelho faz pensar o pecado, a luxúria. Ângela Sampaio (2003) ao comentar o poema “Viagem ao sobrenatural” também de Paulo Plínio, diz que “na palavra rosa, [Paulo Plínio] experimenta a materialidade da beleza (o efêmero) e ao mesmo tempo sua imaterialidade” (p. 19). Podemos carregar este mesmo significado comentado por Sampaio para nosso estudo atual e atrelá-lo também à nossa ideia inicial sobre a palavra “rosa”. Se a pensarmos como a fugacidade da beleza que o poeta não consegue exprimir com palavras, temos a rosa ainda com um toque mais erótico, por carregar um q de impossibilidade e intocabilidade.

Foi um deus secreto que fez essa noite. O sagrado oculto do universo que criou o homem, o fez com a linguagem toda povoada de noite, uma noite longa que perdura desde o início dos tempos (“inventou esta noite e a fez longa”), desde que o homem vive e existe na e pela linguagem. Esta noite foi criada pelo deus secreto para que “todas as rosas florescessem” no jardim secreto da linguagem, local especial onde as rosas representam no poema a *Physis* ou brotar de inesgotáveis significados. Essa ideia sobre a linguagem está presente também na versão final, onde temos: “E com ela dissolves a pobreza dos homens/ no mito de tua carne”. A palavra mito aqui nos traz a noção do acontecer poético tornado possível pela palavra. Temos então nesta primeira estrofe, tanto nas duas variantes quanto na versão final do poema, uma ideia de que pela linguagem o homem é capaz de se satisfazer com o prazer de dizer e por isso conseguir

vislumbrar um pouco de seu ser oculto, este vislumbrar, no entanto é, como a imagem da prostituta, um prazer momentâneo que o humano tem ao degustar o constante desvelar da verdade que sempre se obscurece.

A segunda parte do poema que está em verde na tabela acima, aparece apenas na versão final do poema. É a única parte que não está presente nas variantes. E sobre ela não podemos intuir muito precisamente. Apenas podemos pensar já aqui em motivos que se repetirão nos poemas citados posteriormente nesta dissertação, em especial em “O barco e o mito”, e em vários outros presentes em *Poesia*. Estes motivos são: “vento”, “mar” e “sal”. Nesta parte do poema, estimulados pelas palavras citadas anteriormente, podemos pensar no vento como algo fugaz, talvez ideias que passam, ou mesmo na fugacidade da verdade. O mar sempre está atrelado a ideia do ser do humano em Paulo Plínio, todos somos o mar, o poeta o é, o mar é o próprio *Da-sein* ou o Entre-ser - como alguns tradutores de Heidegger chamam esta palavra -, aquele que está sempre entre o nascimento e a morte e por isso vive na procura de si mesmo. E o sal cotem o sabor. Pode-se acreditar que o sabor está contido na própria viagem. O sal nos poemas em estudo tem tudo a ver e sempre está relacionado à ideia de viagem. Ele está na quilha do barco que viaja em “O barco e o mito”, e também em diversos outros poemas de Paulo Plínio e demonstra o sabor que há em viajar para si através da arte, ou melhor ainda, da poesia.

Podemos compreender a terceira parte do poema se pensarmos ela junto da primeira. Se pensamos que o interlocutor deste poema é a linguagem, podemos nesta parte concluir que, por ter o dom da linguagem o homem também adquire a consciência da morte (A morte vem das ilhas/ trazida pelo vento desta noite) e da sua solidão no mundo (nesta praia deserta), pois pertence apenas ao humano a linguagem.

Nas terceira e quarta parte do poema, nas variantes 1 e 2 temos o que Paulo Mendes (2008) chama de motivos cósmicos. Esse motivos cósmicos não foram incorporados à versão final do poema da mesma maneira que estão presentes nas variantes, mas cabe comentarmos pelo fato de eles estarem presentes em grande parte da obra de Paulo Plínio em momentos em que ele fala sobre o início da criação do universo, sobre a lua, as estrelas, o início dos tempos. Vejamos o comentário de Mendes sobre tal assunto presente no prefácio de *Poesia*:

Dá-nos, por vezes, em alguns versos, a impressão do momento em que a terra emerge das águas iniciais, do elemento líquido e úmido, iluminada pelas auroras frias dos primeiros dias da criação. E presos a esse elemento cósmico ou ao que nos possa sugerir a vida cósmica, estão o mar, a chuva, o fogo, as estrelas, a lua, o cometa, as nuvens, as estações e, até mesmo, aquele aterrador silêncio pascaliano dos espaços infinitos. É uma poesia em que, parece, um dos temas herméticos é o do homem abismado no universo, sem o conhecimento ou sem a sabedoria que perdeu mesmo numa gnose perdida – em tempos primevos e com ela “as chaves do mundo/ para sempre perdidas” (“Fragmentos”, Poemas) (Mendes, 2008, p. 28).

Com relação a esse comentário de Paulo Mendes, podemos refletir sobre esta sensação de perda a que o homem parece legado e sobre a qual nos levam a refletir os

poemas de Paulo Plínio. No início dos tempos surgiu o homem e com ele a linguagem. Não será por isso que se perderam as chaves do mundo?

Heidegger em ensaio intitulado “Hölderlin e a essência da poesia” diz que a linguagem é o mais perigoso de todos os bens. Segundo ele, a linguagem cria a ameaça do ser e sua perda. E o perigo da linguagem está no dizer. Ao dizer, entificamos as coisas, e com isso se vela o seu ser. É com esta ideia que este poema se conclui. A conclusão do poema na quarta parte nos faz pensar mais uma vez sobre o velamento que está contido no desvelamento da linguagem. Ela ao mesmo tempo que diz o ser, também o esconde (“A noite é tua, nela está o emblema/ a tua posse esquivada”). E os últimos versos nos confirmam exatamente isso (“e os seres se incorporam/ ao casco dos navios/ e sem partirem vão-se para sempre”).

Em Rilke a noite é manifesta também na primeira elegia de Duíno, e aparece carregada do vazio e da solidão:

A primeira elegia⁶²

Ó e a noite, a noite, quando o vento cheio de espaços
do mundo desgasta-nos o rosto -, para quem ela não é sempre a desejada,
levemente decepcionante, que para o solitário coração
se impõe penosamente. Ela é mais leve para os amantes?
AH! eles escondem apenas um com o outro a própria sorte.
Não o sabeis ainda? Atira dos braços o vazio
para aos espaços que respiramos; talvez que os pássaros
sintam o ar mais vasto num vôo mais íntimo.
(ABREU, 2008, p. 125).

O que é interessante de pensarmos neste trecho da primeira elegia é que ela carrega em si bastante das ideias que já discutimos anteriormente com o poema de Paulo Plínio. Se pensarmos no trecho “Ó e a noite, a noite, quando o vento cheio de espaços/ do mundo desgasta-nos o rosto” e o complementarmos com “levemente decepcionante, que para o solitário coração/ se impõe penosamente, podemos notar com nitidez aqui a questão da solidão como medida para a abertura do conhecimento de si e das coisas. Essa solidão, no entanto, nós a evitamos, não nos sentimos confortáveis com ela, e a noite que a traz se “impõe penosamente” para nós. Mas qual seria o motivo de tal desconforto? Talvez apenas o fato de que a solidão nos faz ver melhor, nos faz aproximarmos-nos de ver como o animal, que é capaz de ver o Aberto. E ver melhor, ver as coisas em seu repousar em si é algo próprio do artista, o ser que produz a arte como única maneira de lidar com o espanto causado pelo manifestar das coisas. Ao nos aproximarmos do ser animal, estamos mais próximos de ver o Aberto, esta aproximação, no entanto, só se dá por causa da solidão, a qual torna o homem capaz de observar todas as coisas no seu repousar em si. Heidegger nomeia este estado de “singularização”: “Essa singularização descreve muito mais aquele ficar só, no qual todo e qualquer homem se vê pela primeira vez nas proximidades do que há de essencial em todas as coisas, nas proximidades do mundo”. (HEIDEGGER, 2011, p. 8).

⁶² Tradução feita por Paulo Plínio Abreu de texto de Rainer Maria Rilke. consta no livro *Poesia*.

Este espanto que a solidão da noite causa no humano, é mais ameno para os amantes, pois eles não estão solitário, têm um ao outro: “eles escondem um com o outro a própria sorte. Não seria esta sorte a solidão?

A noite é a verdade que se busca ao escrever poesia. Ela é atrativa, erótica, por ser a maior busca do humano. “O homem é o ser que procura conhecer as coisas. Ele busca, até para ser humano a verdade do que o circunda. Como o homem é o único ser que interroga quem ele é, também estamos sempre à procura da verdade de quem somos” (FERRAZ, 2014b, p. 251). Porém a verdade é escura, e jamais se mostra por completo. Pois a verdade jamais deixará de ser velamento, mesmo sendo desvelamento. Segundo Ferraz:

Os gregos antigos tinham uma palavra que expunha a prevalência da verdade manifestativa sobre a predicativa: *aletheia*. O termo traz em seu núcleo o nome da deusa *Lethe*, um dos rios do Hades, o reino dos mortos. *Lethe* diz do que está esquecido, oculto, velado. *A-letheia* pode ser vertida para o vernáculo. Trata-se da verdade manifestativa considerada, anterior a qualquer predicação, e mesmo a condição da possibilidade de predicar. É a verdade não *sobre* a coisa, mas o fenômeno da coisa se mostrando, dando-se a ver (FERRAZ, 2014b, p. 251).

Se pensamos a noite como a verdade, é esta mesma noite que convida, ou que impulsiona o poeta a iniciar a viagem pela poesia, essa viagem é uma procura de si e do ser de todas as coisas: “A verdade do real (da coisa) é, assim, o velamento de sua realidade. É do velamento da realidade, e não do homem, a ação originária a partir da qual se dão todas as suas procuras, todas as significações e todo conhecimento que venha a realizar” (FERRAZ, 2014b, p. 252).

A partir de agora, vejamos como a figura do anjo e da morte se mostram na obra de Plínio:

O ANJO:

Cabe começarmos esta discussão com o anjo, para que em seguida possamos seguir para a morte, a solução propriamente dita. Começemos com um poema de Rilke:

Desse agora o arcanjo, o perigoso, detrás das estrelas
um passo apenas aproximando-se de nós. Em sobressalto
o nosso próprio coração nos mataria. Que sois?

Perfeições primeiras, vós favoritos da criação
cristas de montanhas, dourados cumes
de toda a criação, - pólen da divindade em flor,
articulação da luz, corredores, escadas, tronos,
espaços de essência, escudos de delícia, tumultos
do sentimento tempestuosamente arrebatado e de súbito, isolados,
espelhos, que a própria beleza que emanam
recriam de volta na própria fisionomia.
(ABREU, 2008, p. 131)

Estes versos citados acima pertencem a “Segunda Elegia” do livro *Elegias de Duíno* de Rilke, e demonstram com bastante exatidão a imagem do anjo em Rilke. O anjo aqui aparece como símbolo de perfeição e, cuja beleza a nada se compara (“espelhos, que a própria beleza que emanam/ recriam de volta na própria fisionomia”). Esta perfeição do anjo é inalcançada pelo homem e o aterroriza, pela sua grandeza (“Desse agora o arcanjo, [...] um passo apenas aproximando-se de nós. Em sobressalto/ o nosso próprio coração nos mataria.”). O anjo é, segundo Paulo Plínio, “aquele que [...] representa nas elegias uma realidade espiritual superior. O anjo é aquela figura que possui a plenitude do ser e que indiretamente sugere os limites do humano.” (ABREU, 2018, p. 117). Os limites do humano dizem respeito a este ser pleno, o qual o homem jamais consegue alcançar em si mesmo. Os anjos aparecem por todas as *Elegias de Duíno*, as quais Paulo Plínio traduziu. Eles também povoam os poemas do próprio poeta tradutor. Vejamos um de seus poemas a seguir:

Elegia do anjo desaparecido

Ó grande anjo das noites tenebrosas,
Como poderei esquecer-te se tu eras numa só pessoa as sete maravilhas?
Por que país estranho te perdeste
Ou por que mares estranhos naufragaste, se conhecias todos os caminhos?
Hoje onde estará a luz que iluminou singularmente as noites longas
Sem sono e sem brinquedos em que te conheci?
Por onde se apagou a luz singular de teus olhos de prata
E tua presença no silêncio?
Que anunciavas ao mundo quando pressenti tua existência
Como um cometa misterioso anunciador de inéditos acontecimentos?
Creio que estarás perdido num país qualquer como um simples viajante
Ou num quarto de hotel de onde se enxergue a lua que se perde no mar.
Creio que te perdeste no próprio mar como as estrelas
Ou te deixaste levar para o desconhecido.
Hoje em vão te buscaremos na música do tocador de concertina
À sombra das igrejas
Ou nas mágicas de um saltimbanco o mistério da vida.
(ABREU, 2008, p. 78)

Neste poema de Paulo Plínio vemos ilustrada a perda do anjo. Em Paulo Plínio o anjo também carrega a conotação da mais alta perfeição (“tu eras numa só pessoa as sete maravilhas”). Esta perfeição do homem humano se perdeu, porém, e sente-se falta dela. Esta elegia canta justamente esta saudade do anjo que se perdeu. Ou melhor, a saudade de se poder alcançar a plenitude do ser. Este anjo de beleza e perfeição inalcançáveis pode, no entanto, aproximar-se de nós, humanos. Mas com uma condição: a morte. Vejamos:

A MORTE:

Para compreendermos melhor o tema da morte, faremos como anteriormente, vamos começar com um poema de Rilke:

Certo, é estranho não habitar mais a terra,
Não mais praticar hábitos ainda mal adquiridos,

Às rosas e outras coisas especialmente cheias de promessas
Não dar sentido do futuro humano;
O que se era, entre mão infinitamente cheias de medo
Não ser mais, e até o próprio nome
Deixar de lado como um brinquedo quebrado.
Estranho, não desejar mais os desejos. Estranho,
Ver tudo o que se encadeava esvoaçar solto
No espaço. E estar morto é penoso
E cheio de recuperações, até que lentamente se divise
Um pouco da eternidade. [...]
(ABREU, 2008, p. 127)

Neste poema de Rilke que faz parte da “Primeira elegia” de Duíno, percebemos de que maneira o poeta trata da morte. Ela é o desprendimento das representações humanas, pois nós, humanos, não somos capazes de, em vida, saber a verdade das coisas, mas só pela morte poderá haver o desprendimento do ser do mundo simbólico e com isso finalmente ele estará diante da verdade. (“Às rosas e outras coisas especialmente cheias de promessas/ Não dar sentido do futuro humano”). A morte será o momento no qual não se sentirá mais o vazio da existência (“O que se era, entre mão infinitamente cheias de medo/ Não ser mais, e até o próprio nome/ Deixar de lado”). A morte faz que deixemos o nosso “nome” de lado. O nosso ente então se dissolve no espaço lentamente, até finalmente conseguir-se vislumbrar a plenitude, o sagrado, o ser, ou mesmo o aberto (“E estar morto é penoso/ E cheio de recuperações, até que lentamente se divise/ Um pouco da eternidade”).

Paulo Plínio trás em seus poemas uma reflexão semelhante a esta sobre a morte:

Sabem mais do que nós os mortos
E iluminam um caminho diferente
Daquele que é o nosso.
Mais cedo do que a morte
Conheceram o silêncio que a trouxe
E no fundo das mágoas onde no começo da terra,
Viram a morte nos olhos e a tristeza
Dos homens que completamente a esqueceram.
[...]
(ABREU, 2008, p. 192).

E se em Rilke vemos que não é possível chegar a vivenciar a plenitude ser em vida, Paulo Plínio vem nos mostrar que só através da poesia somos capazes de vislumbrar um pouco do que é a morte. Percebo que em Paulo Plínio a morte é o próprio poema, e quem morre nela é o poeta, como vemos em “Poema”:

Poema

Diante de tua beleza as coisas se apagaram.
És o golfo onde escondi meu barco doente
E a cripta onde deporei meus mortos.
Ave e orvalho, mulher e cornamusa.
Somos irmãos no mito
E eis que te refaço
Com a seiva de meu ser.
De ti recolho ste secreto espanto,

Este secreto mel.
Em ti refaço a viagem não feita, o riso não rido e o amor não amado.
És a beleza mesma adiada no tempo
E nos outros a necessidade de sua perfeição.
(ABREU, 2008, p. 39)

Percebemos, portanto, que por meio da morte proporcionada pela poesia, o poeta assim aproxima-se do anjo, ou da beleza máxima, que um dia ele perdeu.

E desta maneira, através de algumas imagens preponderantes na obra de Paulo Plínio Abreu, procuramos mostrar de que maneira o aberto de mostra em seus poemas em diálogo com a poesia de Rilke. Esta ainda é uma pesquisa em andamento. Cabe ressaltar ainda a parcialidade das interpretações e estudo da obra. É importante, no entanto, pensarmos que para conseguirmos ver o aberto, tal como o animal de Rilke, é necessário deixarmos todas as coisas serem em sua plenitude, assim como, também cabe a nós mesmos sermos em plenitude. Uma pesquisa só se realiza quando atinge seu kairós, seu tempo de maturidade, e quando, junto com ela, também o atingimos. A parcialidade deste trabalho, ainda é, portanto, um caminhar para esse kairós. E apenas por ser uma parte da viagem, já vale como a experiência mesma da aventura.

REFERÊNCIAS

ABREU, Paulo Plínio. **Poesia**. Org. Francisco Paulo Mendes. 2. Ed. Belém: EDUFPA.

BASSALO, Célia. **Três significações na poesia de Paulo Plínio Abreu**. 1990. 126 f. Dissertação (mestrado) – Centro de Letras e Artes, Universidade Federal do Pará, Belém, 1990.

FERRAZ, Antônio Máximo. **Teoria literária: a poética das obras e a crítica**. 2014. 51 f. Projeto de Pesquisa – Instituto de Letras e Comunicação, Programa de Pós-graduação e Letras, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014a.

_____. “Verdade”. In: **Convite ao pensar**. Org. Manuel Antônio de Castro, Igor Fagundes, Antônio Máximo Ferraz, Renata Tavares. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2014b.

FILLÍPOVNA, Verônica. “Mito”. In: **Convite ao pensar**. Org. Manuel Antônio de Castro, Igor Fagundes, Antônio Máximo Ferraz, Renata Tavares. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2014.

HEIDEGGER, Martin. **A origem da obra de arte**. Trad. Idalina Carneiro, Manuel Antônio de Castro. São Paulo: Edições 70, 2010.

_____. **Os conceitos fundamentais da metafísica: Mundo - finitude - solidão**. Trad. Marcos Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

_____. **Ser e tempo**. Trad. Org. Fausto Castilho. Campinas: Unicamp, 2014.

MENDES, Francisco Paulo. “Prefácio”. In: **Poesia**. Org. Francisco Paulo Mendes. Belém: EDUFPA, 2008.

SAMPAIO, Ângela. **Paulo Plínio Abreu e o enigma da palavra**: Uma introdução ao Estudo da Metapoesia. 2003. 126 f. Dissertação (Mestrado em Estudos literários) – Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2003.

ESTUDOS LINGÜÍSTICOS

The background of the image is composed of numerous overlapping, semi-transparent triangles of various sizes. The color palette is muted, featuring shades of light orange, pale yellow, and soft grey. The triangles are arranged in a way that creates a sense of depth and movement, with some shapes appearing to recede into the background while others come forward. The overall effect is a modern, minimalist aesthetic that complements the clean, sans-serif typography of the title.

MAPEAMENTO FONÉTICO DO PORTUGUÊS FALADO EM COMUNIDADES INDÍGENAS DO OIAPOQUE - AP

Amanda da Costa Carvalho¹
Orientador: Abdelhak Razky²

Linha de Pesquisa: Análise, Descrição e Documentação das Línguas Naturais

Resumo: Pretende-se neste trabalho explicitar a metodologia preliminar adotada para a composição de um mapeamento fonético do português falado pelos Karipuna e pelos Galibi-Marworno em duas Terras Indígenas (Uaçá e Juminã) localizadas no município de Oiapoque no Estado do Amapá, em fronteira com a Guiana Francesa. O objetivo geral deste mapeamento é descrever e analisar fenômenos fonéticos encontrados no português brasileiro indígena em contato com as línguas Kheul (Crioulo de base francesa falado pelos indígenas), Crioulo Francês da Guiana, Galibi (Tronco Karib) e Palikur (Tronco Aruak). É importante destacar que a situação linguística do português falado pelos indígenas desta região nunca foi documentada, justificando a importância desta pesquisa. Baseando-se nas sociedades estudadas e na Dialetologia Pluridimensional de Thun (1998), as dimensões aqui selecionadas foram: diatópica – topostática; diasssexual e diageracional. Dessa forma, optou-se pela seguinte metodologia: Serão 4 pontos de inquérito - 2 comunidades Karipunas (Manga e Kunanã) e 2 Galibi-Marworno (Kumarumã e Tukay) -; Selecionou-se 4 colaboradores estratificados socialmente (idade e sexo) em cada localidade - primeira faixa-etária: um homem e uma mulher de 18 a 27 anos; e na segunda: um homem e uma mulher de 35 a 45 anos. Durante a coleta de dados, serão aplicados o questionário sociolinguístico do projeto Atlas Sonoro das Línguas Indígenas Brasileiras (ALSLIB) e o fonético-fonológico (QFF) do projeto ALiPAI (Atlas Linguístico do Português em Áreas Indígenas). Ao final, propõe-se o tratamento dos dados para, em seguida, serem cartografados e analisados.

Palavras-chave: Língua Portuguesa Indígena. Dialetologia Pluridimensional. Contato Linguístico. Fonética.

INTRODUÇÃO

Por um longo período, a Dialetologia brasileira se preocupou primeiramente em descrever e analisar línguas, dialetos e falares que circundavam as zonas urbanas e rurais dos grandes estados, deixando a parte as comunidades tradicionais (índios e

¹ Graduada em Letras (Português/Inglês) pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), mestranda com ênfase em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade Federal do Pará (UFPA) com financiamento CAPES. E-mail: aamandacrvlh@gmail.com

² Pós-Doutorado, Doutorado e Mestrado pela Universidade de Toulouse Le Mirail. Atualmente é professor nível 4 da Universidade Federal do Pará (UFPA) e atua também no Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução (LET) da Universidade de Brasília (UnB). E-mail: arazky@gmail.com

quilombolas). No entanto, com o avanço das pesquisas geolinguísticas através dos atlas regionais e posteriormente com o projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB), em 1996, buscou-se novos caminhos para dialetologia moderna no Brasil.

Em consequência a vasta diversidade linguística que fomenta diversas variações, os estudos geolinguísticos passaram a observar mais de perto os contatos entre o português e as línguas indígenas. Atualmente, cerca de 180 línguas são faladas por diversas etnias indígenas que coabitam com o Português Brasileiro (PB) e com outras línguas ameríndias, gerando, assim, áreas de contato, bilinguismo, entre outros. Esses fenômenos motivaram/motivam pesquisas que buscam observar como o PB em contato com as línguas indígenas e como elas se comportam em um espaço pluridimensional (CARVALHO; SANCHES, 2017, p. 159). Dessa forma, pesquisas recentes e pioneiras como a de Dietrich *et. al* (2010), Cabral *et. al* (2015), Guedes & Razky (2017), Rodrigues & Razky (2017) têm mostrado as riquezas que resultam desses contatos, além de documentar a situação linguística de etnias antes nunca estudadas.

Com base nessas pesquisas, apresenta-se um recorte da dissertação em andamento de Carvalho. Este trabalho pretende explicitar os instrumentos e métodos utilizados no mapeamento fonético do português falado pelas etnias Karipuna do Amapá e Galibi-Marworno. A configuração da pesquisa está pautada em um contexto específico de contato linguístico encontrando no município de Oiapoque no Estado do Amapá. É importante destacar que os indígenas estão localizados em uma região de fronteira entre Brasil e Guiana Francesa, além de existirem nesse mesmo espaço outras etnias e áreas quilombolas.

Isto posto, este artigo será dividido nas seguintes etapas: (i) Propõe-se uma breve reflexão sobre os pressupostos teóricos da Dialetologia Pluridimensional e da Geossociolinguística; (ii) Discute-se o cenário de contato linguístico do município de Oiapoque; (iii) Discorre-se os instrumentos e métodos preliminares utilizados no mapeamento.

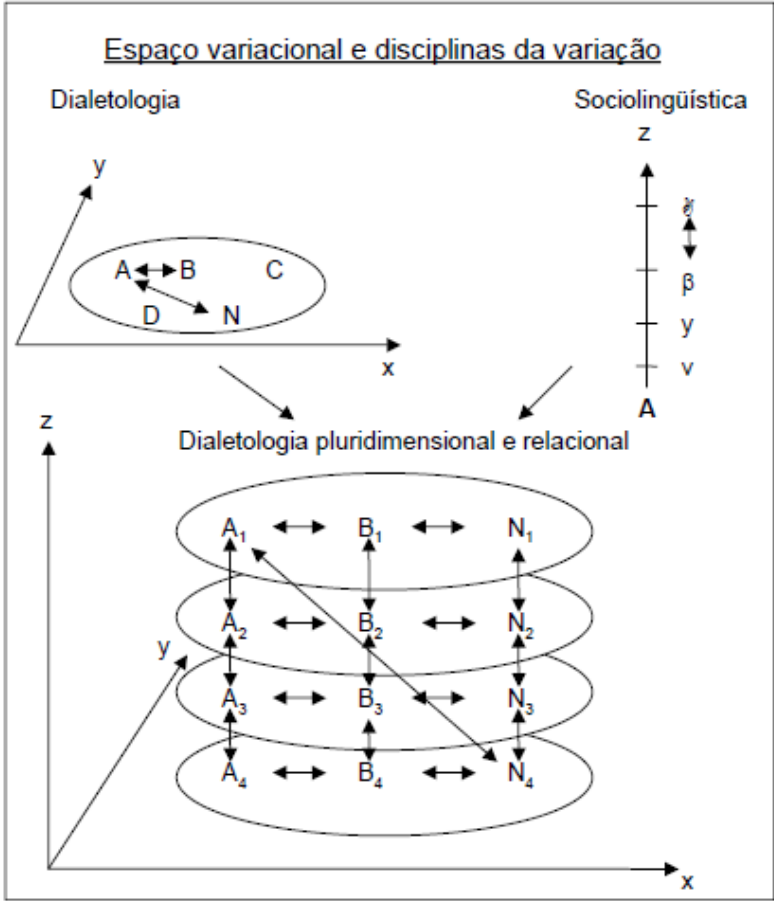
REFLEXÕES SOBRE A DIALETOLOGIA PLURIDIMENSIONAL E A GEOSOCIOLINGUÍSTICA

Caracterizada como ramo dos estudos linguísticos que tem por tarefa identificar, descrever e situar os diferentes usos em que uma língua se diversifica, conforme a sua distribuição espacial, sociocultural e cronológica (CARDOSO, 2010, p. 15), a Dialetologia tem contribuído, assim como a Sociolinguística, para com os estudos da linguagem, principalmente no que tange a variação linguística.

Embora a Dialetologia e a Sociolinguística distinguem-se por seus objetos de estudo, ambas compartilham muitas características em comum sendo até certo ponto consideradas sinônimas (CARDOSO, op. cit., p.26) e que poderiam compartilhar entre si os avanços que uma e outra receberam das pesquisas desenvolvidas nos últimos anos. Assim, ao observar estas disciplinas historicamente separadas, Thun (1998) desenvolve a Dialetologia Pluridimensional (DP). Essa geolinguística ampliada é entendida pelo

autor como ciência geral da variação linguística resultante do dualismo ocorrido na relação entre variantes e variedades, de um lado, e de falantes, por conseguinte (THUN, op. cit., p. 704), além de combinar a dialetologia monodimensional (diatópica/areal) com a Sociolinguística, possibilitando a transformação da superfície plana em um espaço tridimensional. Esta relação pode ser observada na figura abaixo:

Figura 1: Esquema do espaço variacional e das disciplinas da variação



Fonte: Thun (1998)

A partir de então, novos campos de observação são propostos e discutidos, pressupondo-se que grupos distintos de falantes e suas respectivas variáveis são produtivas e devem ser consideradas na descrição e na análise de dados de pesquisas dialetológicas, unindo a perspectiva diatópica com as relações sociais resultantes dos espaços interacionais.

Dotada desses princípios, a DP necessitaria de variáveis que circunscrevessem tanto a perspectiva geográfica como a social durante a pesquisa, resultando, assim em dimensões e parâmetros que podem ser observados na tabela abaixo:

Tabela 1: Resumo das dimensões e parâmetros aplicados à Dialetoologia Pluridimensional

Dimensão	Parâmetro

Dialingual	Duas ou mais línguas
Diastrática	Classes socioculturais
Diatópica	Topostático
Diageracional	Grupos etários
Diassexual	Mulher-homem
Diafásica	Estilo (resposta-leitura-conversa)
Diarreferencial	Metalinguagem

Fonte: Thun (2017)

Considerando que a Dialetoologia não se resume apenas aos atlas linguísticos e que ter dado importância ao acréscimo das variáveis sociais nas pesquisas dialetológicas (cf. THUN, 1998), Razky (2010) acredita que a perspectiva Geossociolinguística é necessária afim de preencher as lacunas que Dialetoologia Tradicional havia deixado. O autor acrescenta que até então, no Brasil, os estudos geolinguísticos eram limitados sobre o aspecto espacial e a estratificação social não era representativa, por outro lado, as pesquisas sociolinguísticas destacavam apenas a dimensão social e local.

O método geossociolinguístico seria aplicado experimentalmente no projeto Atlas Geossociolinguístico do Pará – ALiPA e, a posteriori, empregado no Atlas Geossociolinguístico Sonoro do Pará (ALiSPA) (2004). Atualmente outras pesquisas têm sido desenvolvidas sob este método, principalmente direcionadas ao contato entre PB e línguas indígenas.

CONTATOS LINGÜÍSTICOS ENTRE PB E LÍNGUAS INDÍGENAS: O CASO DOS KARIPUNAS DO AMAPÁ E DOS GALIBI-MARWORNO

A convivência entre PB e as línguas indígenas ocorre desde o período de colonização, revelando uma série de conflitos que resultaram no extermínio de muitos indígenas e consequentemente suas línguas. De acordo com Rodrigues(1993), no final do século XV, no Brasil haviam cerca de 1.175 línguas indígenas e, após uma agressiva política de aportuguesamento, apenas 180 dessas sobreviveram.

Atualmente a situação não é muito diferente, pois, devido ao contato massivo da PB dentro das aldeias, muitas das línguas ainda se mantêm ameaçadas. “Dos 273 povos indígenas existentes no Brasil, apenas 180 continuam falando suas línguas, sendo que 156 são faladas por menos de 1.000 pessoas e 40 dessas por menos de 100 pessoas” (FRANCESCHINI, 2011, p. 47). Muitas dessas línguas que sobreviveram passaram/passam por diversos tipos de mudança linguística devido ao contato linguístico e cultural com outros povos, sendo elas indígenas e não-indígenas.

Embora existam várias definições na literatura sobre o conceito de contato linguístico, pode-se usar o conceito mais amplo, o de contato entre línguas. De acordo com Dubois *et. al.* (2006, p. 147-148), “o contato entre línguas é a situação humana na qual um indivíduo ou um grupo são levados a usar duas ou mais línguas” e que pode ser motivado por uma viagem temporária de um indivíduo por motivação profissional, por razões geográficas (limites entre comunidades; áreas fronteiriças), ou mesmo por

deslocamento intenso de um povo que fala uma língua e necessita viver dentro de uma nova comunidade linguística.

Ao que tudo indica, a coexistência de línguas em um mesmo espaço resulta em diversos fenômenos como: *code-switching*, substituição linguística, assimilação de traços, eliminação de uma ou mais línguas, surgimento de línguas crioulas ou pidgin. Thomason (2001, p. 158) afirma que as criações de novas línguas em contexto de contato possuem seu desenvolvimento por meio de contextos sociais, através do contato entre sociedades bilíngues ou multilíngues que induzem a formação de uma terceira língua e que para se entender como surge essa nova língua, é necessário buscar informações históricas e geográficas desse contexto.

Fenômenos como esses podem ser encontrados em muitas das ex-colônias francesas, hoje departamentos/coletividades ultramarinas, que, após o período colonial, foram obrigados a se “adaptar” com o uso da “nova língua materna”, como no caso da Guiana Francesa que está localizada na costa atlântica da América do Sul entre Suriname e Brasil.

A Guiana Francesa, apesar de possuir o Francês como língua oficial, têm o crioulo francês como língua mais falada e que devido à proximidade com a fronteira brasileira, influenciou diretamente a população que ali vivia/vive. No entanto, assim como a área urbana, as aldeias próximas à fronteira, tanto do lado francês como também do lado brasileiro, sofreram uma mudança linguística significativa, como por exemplo o caso dos índios Karipuna e Galibi-Marworno.

Os Karipuna e os Galibi-Marworno

Devido à forte influência linguística tanto do Francês quanto das diversas línguas indígenas e do Português, no município de Oiapoque, localizado no Amapá entre a cidade de Calçoene e de Saint-Georges (Guiana Francesa), registram-se diversos fenômenos linguísticos resultantes de contato. Por os indígenas do extremo norte do país compartilharem as Terras Indígenas (TI) além de relações comerciais, políticas, rituais, linguísticas, entre outras, boa parte deles é poliglota e se comunica em diversos idiomas, tais como: Português, Francês Crioulo da Guiana, Palikur (tronco Aruaque), Galibi (tronco Karib) e Kheuol (francês crioulo falado pelos indígenas brasileiros) (VIDAL, 2009, p. 13).

Sendo o primeiro caso no mundo em que indígenas possuem o crioulo de base francesa como língua materna (TOBLER, 1983, p. 6), os Karipuna e Galibi-Marworno são os povos que falam o crioulo indígena que se diferencia dialetalmente entre si e do crioulo falado na Guiana, principalmente sob aspectos fonéticos e lexicais. Embora hoje seja reconhecida pelo Estado brasileiro a utilização da língua nas TIs do Amapá,

O crioulo se manteve como língua materna apesar dos esforços do SPI em coibir sua utilização, por aproximar essa população dos hábitos franceses, fato desfavorável ao Estado numa área de fronteiras que foi definitivamente anexada ao território brasileiro somente em 1900. (VIDAL, 2000, p. 2)

No entanto, há registros que os antepassados dos povos Karipunas falassem Português, Francês, Nheengatu e Karipuna, já os Galibi-Marworno consta que seus antepassados fossem falantes das línguas Aruã e Maraon (GALLOIS; GRUPIONI, 2003, p. 49). Contudo, atualmente a maciça presença da língua portuguesa nas aldeias é inquestionável.

De acordo com Gomes (2012), as aldeias apresentam graus distintos de contato com a sociedade não indígena, há casos em que as trocas linguísticas tem permitido um avanço progressivo do português sobre a língua indígena, intensificando o impacto que tal acréscimo represente. As mudanças linguísticas são significantes ao ponto dos alunos irem à escola indígena para aprender a língua que eles assumem como língua materna, pois, em algumas aldeias, apenas os mais velhos ainda falam o crioulo (CARVALHO, 2016, p. 646).

Com a chegada do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena no Campus Binacional da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) no Oiapoque, muitos dos indígenas estão tendo a possibilidade de criar projetos com o objetivo de resgatar a língua materna e da autoafirmação de seus povos, em razão da forte presença do português brasileiro nas comunidades.

INSTRUMENTOS E MÉTODOS

O presente trabalho propõe um mapeamento fonético do português falado pelas comunidades Karipuna e Galibi-Marworno tendo como base a Dialectologia Pluridimensional e a Geossociolinguística. Apresentam-se a seguir os procedimentos metodológicos utilizados.

Instrumentos da pesquisa de campo

Como se trata de um trabalho que envolverá pessoas, o primeiro passo da pesquisa será a submissão deste projeto para aprovação junto ao Comitê de Ética com seres humanos. Concomitante ao Comitê de Ética, entraremos em contato com a FUNAI de Macapá afim de obter autorização de acesso à Terra Indígena. Feitos esses dois passos importantes da pesquisa, daremos início às ações que permitam a realização dos três instrumentos indicados em (4). Para isso, pretendemos realizar ao menos três viagens de campo às sociedades pesquisadas.

Dimensões selecionadas

Com base em Thun (2017), as variantes selecionadas na pesquisa foram: diatópico – topostático (4 localidades), diassexual (homens e mulheres) e diageracional (jovens e adultos). Optou-se por tais dimensões devido a duração da investigação e o baixo nível de escolaridade nas comunidades pesquisadas.

Rede de pontos

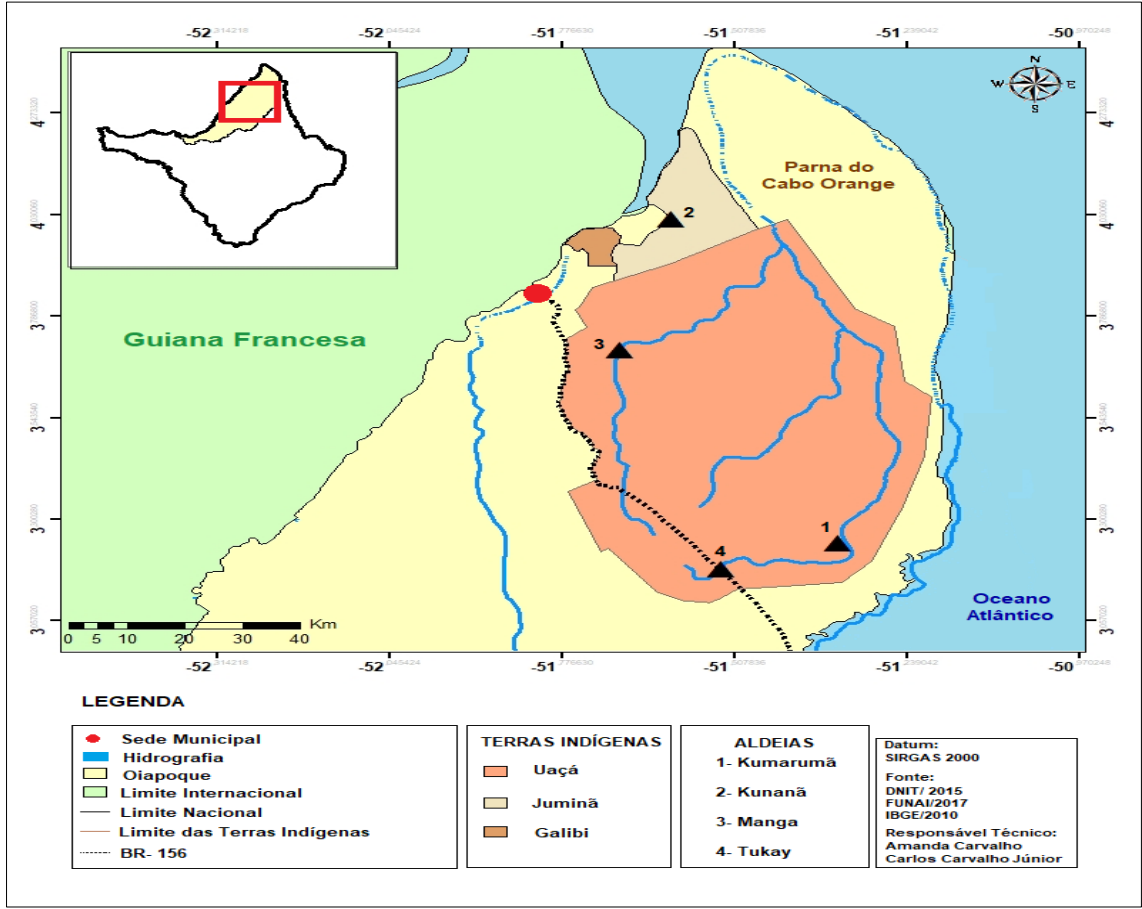
Para a seleção dos pontos linguísticos da pesquisa realizada no Amapá, foram considerados alguns critérios como a distância geográfica à sede municipal de Oiapoque, o contingente populacional das aldeias e a falta ou o baixo número de estudos linguísticos, o último critério se dá pelo fato do trabalho fazer o registro da situação linguística do português nunca documentado de tais etnias. A seguir, a tabela 2 apresenta dados sociais (MOORE, 2011, p. 237) e geográficos (GALLOIS; GRUPIONI, 2003) das comunidades selecionadas à pesquisa geossociolinguística em TIs no estado do Amapá.

Tabela 2: Dado sócio-demográfico dos povos indígenas da pesquisa geossociolinguística realizada no estado do Amapá

Terra Indígena	Etnia	Aldeia	População	Estudos linguísticos realizados sobre LP de contato (fonética)
TI Uaçá	Karipuna	Manga	456	0
TI Juminã	Karipuna	Kunanã	70	0
TI Uaçá	Galibi-Marworno	Kumarumã	1,506	0
TI Uaçá	Galibi-Marworno	Tukay	34	0

A partir dos critérios para seleção dos pontos linguísticos e da conjectura dos contatos linguísticos realizados na área do Oiapoque, selecionamos quatro pontos de coleta de dados em duas diferentes TIs habitadas pelas etnias Karipuna e Galibi-Marworno ilustrados no mapa 1.

Mapa 1: Rede de pontos da pesquisa



Colaboradores

Quanto aos colaboradores, definimos os perfis de acordo com as dimensões controladas à pesquisa. Com isso, trabalharemos com 4 pessoas estratificadas para compor a amostra em cada localidade. A tabela 2 ilustra os perfis selecionados.

Tabela 2: Perfil dos colaboradores Karipuna e Galibi-Marworno

Colaboradores	Quant.
Homem de 18 a 27 anos	01
Homem de 35 a 45 anos	01
Mulher de 18 a 27 anos	01
Mulher de 35 a 45 anos	01

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

O objetivo fundamental deste trabalho foi abordar preliminarmente os instrumentos e métodos que estão sendo utilizados na dissertação em andamento, além de discutir de forma breve sobre alguns pontos teóricos importantes no mapeamento fonético do português Karipuna e Galibi-Marworno.

Constatou-se que o registro linguístico das etnias é fundamental, pois este trabalho é considerado inédito, sobretudo no nível fonético. É importante destacar que, devido as diversidades encontradas pelos povos indígenas brasileiros, é pertinente a descrição e análise tanto das línguas maternas das referidas sociedades, com também do PB indígena, para que posteriormente essas discussões venham a colaborar no emponderamento e resistência dos povos que tanto sofreram/sofrem com as interferências desde 1500.

Dessa forma, a metodologia apresentada pode vir sofrer alterações de acordo com a necessidade da pesquisa e, principalmente, dos colaboradores. Assim, espera-se que este trabalho, assim como outros que estão sendo desenvolvidos neste mesmo campo, possam fomentar discussões a respeito dos espaços pluridimensionais onde não só há riqueza linguística, mas também a riqueza imaterial de um povo inteiro.

REFERÊNCIAS

CABRAL, A. S. A. C. *et al.* **L' Atlas linguistique sonore des langues indigènes du Brésil: um projet em cours.** Géolinguistique, Grenoble, n. 15, 2015, p. 215-227.

CARDOSO, S. **Geolinguística: tradição e modernidade.** São Paulo: Parábola, 2010.

CARVALHO, A. C. Ensino de línguas em escolas Galibi-Marworno e Karipuna pela perspectiva de alunos PIBID. In: FAGUNDES, Sydney. *et al.* (Orgs.). **E-book do V Congresso de Estudos Linguísticos e Literários na Amazônia.** Belém: PPGL - UFPA, 2016, p. 644-656.

_____; SANCHES, R. D. Panorama dos estudos geossociolinguísticos em áreas indígenas no Brasil. In.: SANDANELLO, F. B. et al. **Anais do I CONIL.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2017. v.1. p. 153-164.

DIETRICH, W.; THUN, H.; SYMEONIDIS, H.; AQUINO, A. **Atlas Linguístico Guaraní-Románico.** Tomo 1: Léxico del cuerpo humano (Dialectología pluridimensionalis Románica). Revista Internacional de Linguística Iberoamericana Vol. 8, Miscelánea de linguística ibero-americana, 2010, p. 239-242.

DUBOIS, J. et al. **Dicionário de linguística.** São Paulo: Cultrix, 2006.

FRANCESCHINI, D. C. Línguas indígenas e português: contato ou conflito de línguas? Reflexões acerca da situação dos Mawé. In: SILVA, S. S. (Orgs.). **Línguas em contato: cenários de bilinguismo no Brasil.** Campinas, SP: Pontes Editores, 2011, p. 41-72.

GALLOIS, D. T.; GRUPIONI, D. F. **Povos indígenas no Amapá e no norte do Pará: quem são, quantos são, como vivem e o que pensam?.** São Paulo: Iepé, 2003.

GOMES, A. A. S. Português brasileiro em uso por professores indígenas no Estado do Amapá. **Anais do SIELP**. Volume 2, nº 1. Uberlândia: EDUFU, 2012.

GUEDES, R. J. da C.; RAZKY, A. Perfil geossociolinguístico do Português em contato com línguas Tupí-guarani em áreas indígenas dos estados do Pará e Maranhão.

ALMEIDA, C. H. L. de. *et al.* (Org.). **Pesquisas em andamento sobre estudos linguísticos e literários**. Belém: Programa de Pós-graduação em Letras. UFPA, 2017.

MOORE, D. Línguas Indígenas. In: MELLO, H.; ALTENHOFEN, C. V.; RASO, T. **Os contatos linguísticos no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 2011, p. 217-239.

RAZKY, A. Atlas linguístico sonoro do Pará: uma nova perspectiva para a organização de corpus geolinguísticos. In: AGUILERA, V. D. (Orgs.). **A geolinguística no Brasil: trilhas seguidas, caminhos a percorrer**. Londrina: Eduel, 2013, p. 209-227.

_____. **Atlas linguístico sonoro do Pará**. v. 1.1. Belém : CAPES/ UFPA/UTM, 2004. CDRoom.

RODRIGUES, A. **Línguas indígenas**: 500 anos de descobertas e perdas. In D.E.L.T.A., vol. 9, n. 1, 1993.

RODRIGUES, M. D. G.; RAZKY, A. Mapeamento lexical do português falado pelos Wajãpi do estado do Amapá: uma abordagem geossociolinguística. ALMEIDA, C. H. L. de. *et al.* (Org.). **Pesquisas em andamento sobre estudos linguísticos e literários**. Belém: Programa de Pós-graduação em Letras. UFPA, 2017.

THOMASON, S. G. **Language contact**: an introduction. 2. ed. Washington, D.C.: Georgetown University Press, 2001.

THUN, H. **La geolinguística como linguística variacional general** (con ejemplos del Atlas linguístico Diatópico y Diastrático do Uruguay). Congresso internazionale di linguistica e filologia romanza, 21., 1995, Palermo. In: RUFINO, Gilvanni (Org.). Atti... Tübingen: Niemeyer, 1998b, p. 701-729.

_____. **O trabalho geolinguístico segundo os princípios da dialetologia**. Minicurso, 2017. Handout..., Belém, 2017.

TOBLER, S. J. **The grammar of Karipuna Creole**. SIL, 1983.

VIDAL, L. B. **Galibi-Marworno**: cotidiano e vida ritual. Instituto Socioambiental, 2000.

_____. **Povos Indígenas do Baixo Oiapoque**: o encontro das águas, o encruzo dos saberes e a arte de viver. 3. ed. Rio de Janeiro: Museu do Índio e Iepé, 2009.

CARACTERIZAÇÃO ACÚSTICA DO FALAR LUDOVICENSE: CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Brayna Conceição dos Santos Cardoso (PPGL/UFGA/CAPES)

Orientadora: Regina Célia Fernandes Cruz (UFGA/CNPq)

Linha de pesquisa: Análise, Descrição e Documentação das Línguas Naturais

Resumo: Apresenta-se aqui considerações preliminares sobre a variação prosódica dialetal do português falado em São Luís do Maranhão, em nível de tese de doutoramento (CARDOSO, em andamento). Trata-se mais especificamente da investigação acústica da entoação modal (declarativa neutra e interrogativa total) como marca dialetal. Para a análise, selecionamos 51 sentenças do *corpus* AMPER expandido, produzidas em duas modalidades entoacionais (declarativa neutra e interrogativa total), por três locutoras nativas de São Luís, estratificadas em nível de escolaridade (ensino fundamental, médio e superior). Utilizamos os arquivos AMPER contendo as medidas acústicas das 3 melhores repetições de cada sentença (.TXT). Ao todo foram 918 dados analisados (51 sentenças x 2 modalidades entoacionais x 3 melhores repetições x 3 locutoras nativas x 1 variedade). A metodologia aplicada toma por base o projeto AMPER. Para o tratamento dos dados procedemos à análise acústica, por meio do software PRAAT, com aplicação de *scripts* criados por Albert Rilliard. Após a realização desses procedimentos os dados foram normalizados. Os resultados obtidos foram confrontados com o de Cruz; Brito (2014), as análises comprovam que o parâmetro físico F0, duração e intensidade são determinantes para a caracterização prosódica das variedades ludovicense e belenense, bem como corroboram com nossas hipóteses sobre o processo de colonização ter deixado traços incorporados na fala dos nativos dessas localidades amazônicas, visto que os falantes obtiveram o mesmo tipo de influência colonizatória, a saber influência açoriana.

Palavras-chave: Variação Prosódica. São Luís. Belém. Português Brasileiro.

INTRODUÇÃO

Apresenta-se aqui um estudo que prevê análises intra e interdialetais, comparando o dialeto alvo e os dialetos de mesma origem, objetivando caracterizar o padrão entoacional de São Luís, no que diz respeito as sentenças declarativas neutras e interrogativas totais, e posteriormente delinear o grau de influência açoriana de dialetos que historicamente tem na sua origem a mesma variedade do português europeu, a saber as variedades faladas em São Luís e Belém.

Nesse contexto, ressalta-se que o Projeto AMPER-Norte possui como frente de atuação mapear a influência açoriana nos dialetos da Amazônia, por isso, a variedade ludovicense ser contemplada, uma vez que se trata de uma variedade de formação do início do período colonial na região.

Portanto, observa-se a necessidade de produzir um estudo acústico, tendo em vista às características prosódicas inerentes aos contornos entoacionais, possibilitando identificar as características prosódicas marcadas de diferentes dialetos do português brasileiro falado na Amazônia, especificamente, as variedades faladas em São Luís do Maranhão e Belém do Pará.

Como forma de esboçar um panorama geral do que será exposto, este trabalho aborda os seguintes conteúdos: contextualização do estudo, metodologia e análise dos dados. As reflexões resultantes da pesquisa culminam nas conclusões aqui tecidas, comprovando que na análise intradialetal as locutoras demonstram uma identidade prosódica com relação a modalidade frasal, apresentando particularidade numa relação direta entre o nível de escolaridade e o parâmetro físico, já na análise interdialetal, as variedades em escopo, realizam movimentos entoacionais semelhantes, apontando indícios de um padrão similar entre as variedades. Em seguida são apresentadas as Referências, que embasam o estudo realizado.

CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO

A investigação proposta tem como referencial teórico os pressupostos da Sociofonética (FELLONI, 2011), pois a variedade linguística alvo é estudada do ponto de vista de sua produção e contexto social, considerando características inerentes ao *locus* pesquisado, acrescido de variáveis sociais, tais como sexo e escolaridade, graças ao implemento de métodos advindos da Fonética e da Sociolinguística.

A análise acústica da fala, segundo Barbosa e Madureira (2015), pode ser feita tanto no eixo sintagmático quanto no eixo paradigmático, a pesquisa aqui empreendida insere-se no primeiro eixo, tratando da comparação de segmentos acústicos distintos de um enunciado, com vistas aos aspectos prosódicos.

Portanto, cabe à prosódia o estudo da coordenação da sequência dos gestos articulatórios ao longo dos enunciados. A prosódia molda a enunciação caracterizando o que se fala, o modo de falar dirigido intencionalmente ou não ao ouvinte.

Para Barbosa e Madureira (2015), a função prosódica, no que concerne à produção de fala, refere-se aos trechos da cadeia fônica com saliências acústicas que não ultrapassam o limiar de audibilidade, afetando os parâmetros acústicos dos sons. Os parâmetros acústicos são definidos em traços suprasegmentais de frequência fundamental (F0), duração e intensidade.

As variações de F0 são concernentes a sensação de altura (*pitch*), identificando nuances de um som grave ou agudo; a duração é concernente ao período de articulação de um som, mais especificamente está relacionada a velocidade de fala; a intensidade consiste na energia gasta pelo locutor na produção do som, demonstrando quando um tom é mais suave ou mais forte.

As modalidades entoacionais são caracterizadas de acordo com o desenho da curva melódica apresentada nos enunciados. Neste trabalho, a pesquisa se detém às

modalidades declarativas neutras e interrogativas totais, considerando as três pautas acentuais do português brasileiro, oxítona, paroxítona e proparoxítona. A curvatura melódica é descrita de acordo com o tipo de movimentação realizada no núcleo do sintagma nominal final, visto que é nesse ponto da sentença que percebemos movimentos evidentes para diferenciar uma sentença declarativa de uma interrogativa. Vale destacar, há outros elementos que corroboram para a caracterização de um enunciado declarativo ou interrogativo, todavia, a característica entoacional é a mais evidente.

No que concerne as modalidades entoacionais, Ladd (1996) afirma que a entonação é uma forte marca de caracterização de uma variedade de fala, pois proporciona reconhecer a melodia de uma dada região, visto que o falante é sensibilizado primeiramente pelas nuances que apresenta a camada fônica do falar de seu interlocutor.

A sociolinguística estuda a relação língua e sociedade, Calvet (2002, p.12) pontua que “as línguas não existem sem as pessoas que as falam, e a história de uma língua é a história de seus falantes”. O indivíduo tem o poder de refletir e agir sobre os mecanismos de sua língua, tanto de forma consciente como inconsciente, imprimindo as características socioculturais que permeiam a história da sua variedade.

A variação linguística é um método que propõe uma visão de língua como um sistema heterogêneo e plural, a língua se apresenta de diversas formas a depender do uso feito pela comunidade linguística. As variações que ocorrem na língua são relacionadas a fatores linguísticos e extralinguísticos diversos, podendo ocorrer entre uma mesma comunidade de fala ou em comunidades diferentes. Em nível extralinguístico, as variações produzidas levam em conta fatores diatópicos, diastráticos, diafásicos e diassexuais. Assim, o fato de pertencer a uma determinada região, pertencer a uma classe social e falar de certo modo demonstra a variação presente na língua.

METODOLOGIA

Nesta seção apresentamos os passos metodológicos para a realização desta pesquisa, tratando da descrição prosódica dialetal dos dados de São Luís (MA) e a comparação com os dados de Belém (PA).

A Origem dos dados

Para análise intradialetal, a amostra estratificada apresenta três locutoras do sexo feminino, nativas de São Luís (MA), faixa etária superior a trinta anos, com escolaridade de nível fundamental, médio e superior, codificadas, respectivamente, em BD41, BD43 e BD45¹.

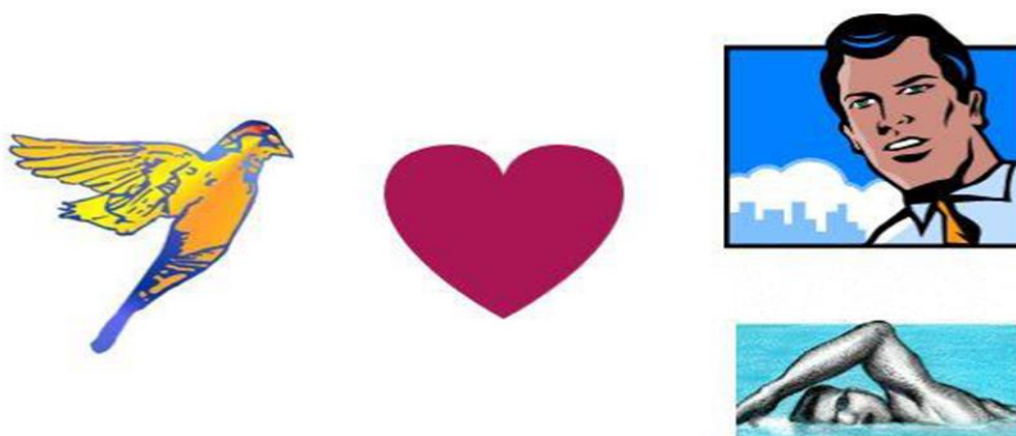
No que concerne à análise interdialetal, a amostra consiste na seleção de dois locutores do sexo masculino, de baixa escolaridade (ensino fundamental), sendo um

¹ Os códigos são pré-estabelecidos pela coordenação geral do projeto AMPER-POR.

locutor nativo de São Luís (MA) e um locutor nativo de Belém (PA), codificados, respectivamente, em BD42 e BE02.

O tipo de discurso é semi-espontâneo, não lido, na primeira análise o locutor profere 51 sentenças do *corpus* expandido do AMPER, na segunda análise são utilizadas 33 sentenças do *corpus* simples do AMPER, no intuito de equilibrar com *corpus* do banco de dados de Belém. As sentenças são proferidas por meio de estímulos visuais conforme podemos observar na figura:

Figura 1 – Estímulos visuais das sentenças que compõem o corpus



As sentenças apresentam vocábulos das três pautas acentuais do português, a saber: oxítone (**Bisavô, Nadador e Salvador**), paroxítone (**Renato, Pateta e Veneza**) e proparoxítone (**Pássaro, Bêbado e Mônaco**), proferidas nas modalidades declarativas e interrogativas, todas contendo a mesma estrutura sintática, SVO (sujeito, verbo, objeto), a unidade estudada pelo projeto AMPER recai sobre o objeto, mais especificamente, no sintagma nominal final, local de maior incidência do contorno entoacional nas três pautas acentuais do português.

Tratamento dos Dados

O tratamento dos dados compreende sete etapas, conforme a seguinte descrição:

i) **codificação dos dados**: a codificação dos dados é fornecida pela coordenação geral do projeto AMPER-POR, a estrutura é composta pela variedade dialetal falada (português brasileiro, estado, localidade alvo), estratificação do locutor (sexo e escolaridade), sequência frástica e o número de repetições;

ii) **isolamento das repetições em arquivos de áudio individuais**: o isolamento das repetições consiste na produção de áudios individuais de cada sentença proferida, o procedimento é realizado no software PRAAT, durante a coleta de dados, cada gravação é salva em um arquivo de áudio. wav por locutor, a partir do áudio é gerado um arquivo de transcrição, o textgrid, com os dois arquivos o isolamento de cada repetição é iniciado, para nomear os arquivos individuais utiliza-se o código do locutor, o código da

sentença e o número cronológico da repetição, e o processo é finalizado salvando o novo arquivo gerado;

iii) **segmentação dos sinais de áudio no programa PRAAT com aplicação dos scripts *lance_batch_easyalign_V3.praat* e *correção_segmentação.praat***: a segmentação dos sinais de áudio no programa PRAAT é realizada por meio do script *lance_batch_easyalign_V3.praat*, após a rodagem do script, as sentenças são segmentadas em cinco níveis, com transcrição de níveis ortográfico, fonético, palavras, sílabas e fones. Nessa etapa também aplica-se o script *correção_segmentação.praat*, a fim de ajustar as barras desalinhadas, ou seja, as fronteiras que não estão delimitando corretamente o início e o término de cada vogal presente na sentença;

iv) **aplicação do script *AMPER_Textgrid2Txt_V3_boucle_DepoisEasyAlignV2.praat*, a fim de obter as medidas acústicas dos segmentos vocálicos e as médias dos parâmetros físicos controlados pelo projeto AMPER**: nessa etapa um nível de segmentação é acrescentado, o nível das vogais, é neste nível que incide o foco da análise, as vogais são caracterizadas em v e f, a primeira nomenclatura faz referência as vogais plenas, ou seja, vogais pronunciadas pelo locutor e a segunda referencia as vogais elididas, as vogais que não são proferidas pelo locutor. Após as vogais v e f serem caracterizadas, automaticamente é gerado um arquivo txt com os resultados de duração, intensidade e frequência fundamental (F01, F02 e F03);

v) **seleção das 3 melhores repetições**: a espontaneidade da fala, a qualidade do sinal acústico e os valores dos parâmetros físicos controlados são fatores relevantes para a escolha;

vi) **normalização dos dados: média de F0 (ST)** normalizada por variação de registro ligada ao falante, o valor da média de F0 para cada locutor foi subtraída dos valores brutos; **delta F0 (ST)** apresentando a diferença de F0 entre as vogais alvo e as vogais precedentes, com uma medida de subida ou de descida de F0 relativa a cada uma das vogais; a **duração** das unidades V-V (cf. Barbosa, 2007) foi calculada, e depois padronizada para tirar diferenças de ritmo do falante, e expressa em z-score (cf. Campbell, 1992); a **intensidade** das vogais, expressa em decibéis (dB), é normalizada considerando a variação relativa às condições de gravação, sendo calculada uma média para cada locutor;

vii) **uso do software R** para a geração de gráficos utilizados na análise de dados a partir dos valores retirados dos arquivos normalizados.

A discussão dos resultados é feita a partir da descrição do comportamento de F0, duração e intensidade, com base no comportamento das três repetições das sentenças, com 10, 13 e 14 vogais, produzidas no dialeto alvo, com ênfase de análise na região do núcleo entoacional do sintagma final das sentenças declarativas e interrogativas.

ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção demonstramos dois tipos de análise, a análise intradialetal com os dados das locutoras nativas de São Luís (MA) e a análise interdialetal comparando as variedades de São Luís e Belém (CARDOSO; BRITO; CRUZ, 2017).

O estudo acústico se detém na análise dos padrões físicos da fala, em particular são medidas as variações de frequência fundamental, intensidade e duração e verificado sua atuação na discriminação das modalidades entoacionais declarativas neutras e interrogativas totais, como determina o projeto AMPER.

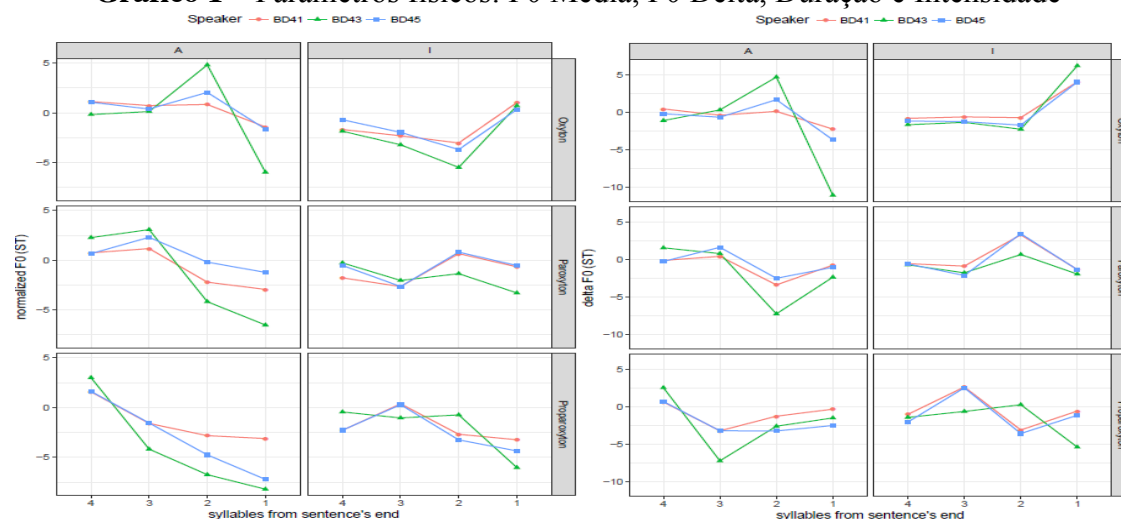
Análise Intradialetal

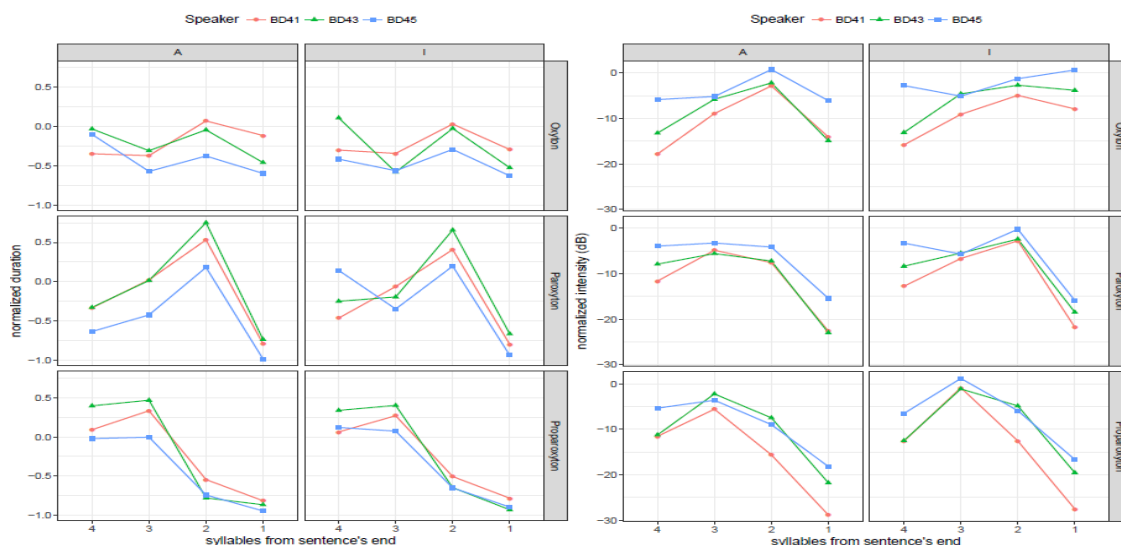
Nesta subseção apresentamos a análise dos dados tomando como base as pautas acentuais do português brasileiro - oxítona, paroxítona e proparoxítona. Demonstramos aqui os parâmetros físicos de F0, duração e intensidade das vozes das mulheres nativas de São Luís.

O objetivo desta análise incide sob a intenção de verificar se há diferenças e semelhanças entre as curvas melódicas das sílabas, em contexto final, de sentenças declarativas e interrogativas.

Os gráficos demonstram os parâmetros prosódicos de F0, duração e intensidade em relação ao nível de escolaridade das locutoras. Como podemos observar no gráfico a seguir:

Gráfico 1 – Parâmetros físicos: F0 Média, F0 Delta, Duração e Intensidade





Legenda: Parâmetros físicos – F0 Média (1º gráfico), F0 Delta (2º gráfico), Duração (3º gráfico), Intensidade (4º gráfico). Pauta acentual – oxítônica (1ª linha), paroxítônica (2ª linha), proparoxítônica (3ª linha). Modalidade entoacional – declarativa neutra (coluna da esquerda - A), interrogativa total (coluna da direita - I). Nível de escolaridade – BD41/ ensino fundamental (vermelho), BD43/ensino médio (verde), BD45/ ensino superior (azul).

De modo geral, nesta comparação preliminar, observamos que a variável escolaridade parece ser importante para distinguir diferentes comportamentos prosódicos no falar de São Luís. Considerando o parâmetro F0, neste caso, observamos que os dados do falante de Ensino Médio (BD43) se diferenciaram dos dados dos falantes de Ensino Fundamental (BD41) e de Ensino Superior (BD45), com movimentos mais pronunciados de F0 nos dados de BD43 e com um alinhamento de pico diferenciado no caso dos vocábulos proparoxítonos.

No parâmetro de duração, o falante de nível superior (BD45) apresentou um comportamento prosódico diferente dos locutores de Ensino Fundamental (BD41) e Ensino Médio (BD43).

No que concerne ao parâmetro de intensidade, este fator demonstrou um diferenciamento dos dados do falante de Ensino Fundamental (BD41) em relação aos demais locutores (BD43 e BD45).

Logo, todas as locutoras demonstraram uma identidade prosódica com relação a modalidade frasal, entretanto, elas apresentaram particularidade numa relação direta entre o nível de escolaridade e o parâmetro físico.

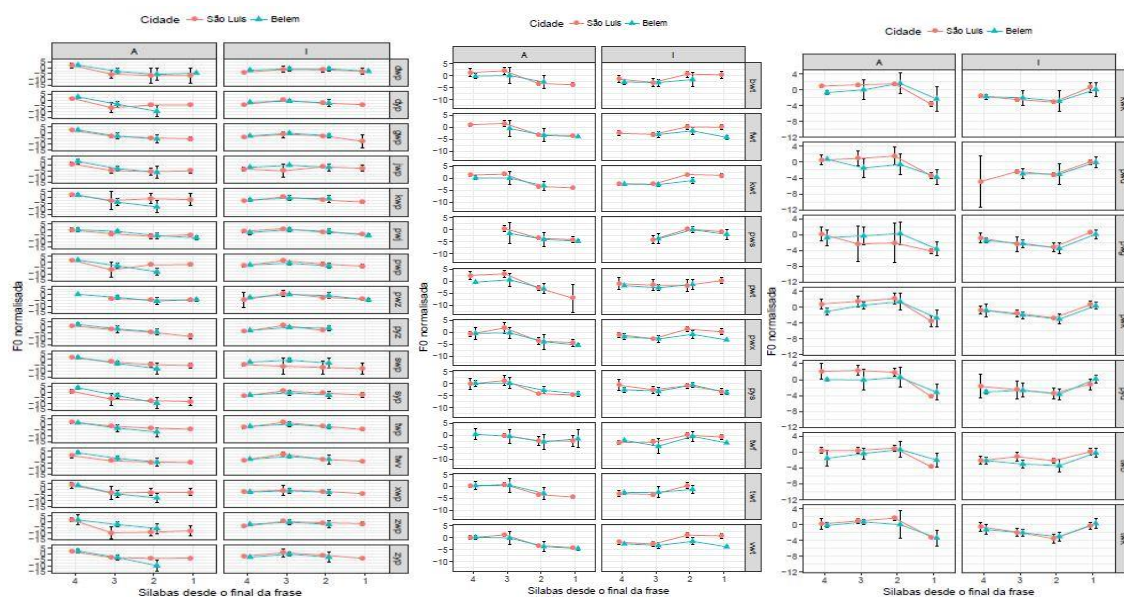
Análise Interdialetal

Nesta subseção apresentamos a análise dos dados tomando como base as pautas acentuais do português brasileiro - oxítônica, paroxítônica e proparoxítônica. Demonstramos aqui os parâmetros físicos de F0, duração e intensidade, considerando as variedades linguísticas.

O objetivo desta análise incide sob a intenção de verificar se há diferenças e semelhanças entre as curvas melódicas das sílabas, em contexto final, de sentenças declarativas e interrogativas.

Os gráficos demonstram os parâmetros prosódicos de F0, duração e intensidade em relação aos falantes de São Luís (MA) e Belém (PA). Como podemos observar nas ilustrações a seguir:

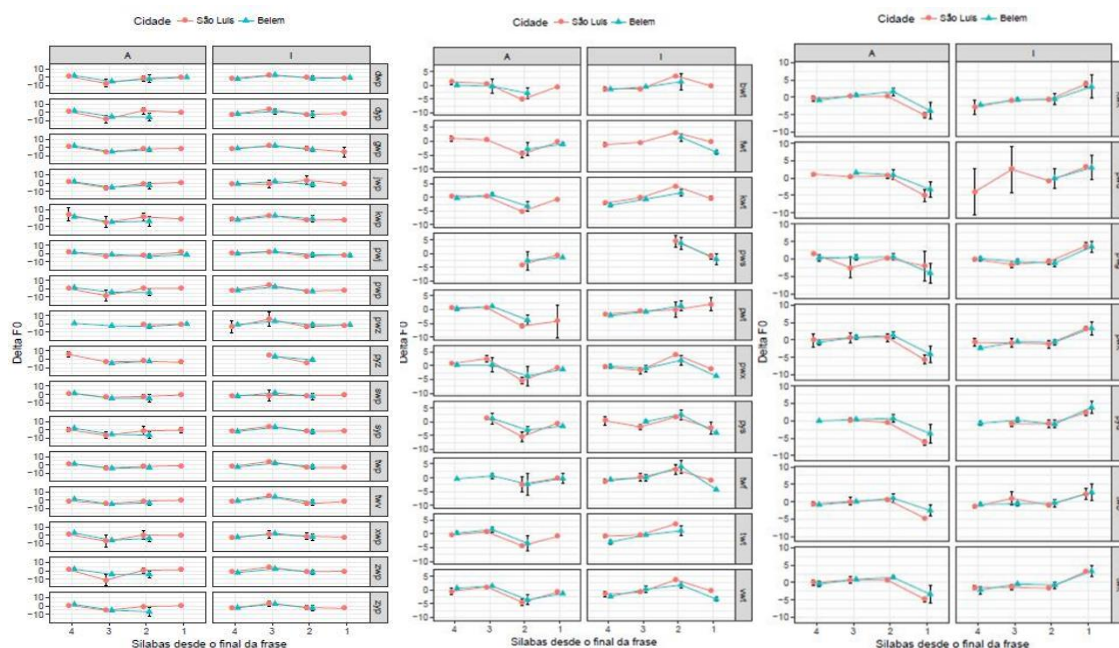
Gráfico 2 – Média de F0 em relação as variedades ludovicense e belenense



Legenda: Pauta acentual - proparoxítona (1º gráfico), paroxítona (2º gráfico), oxítona (3º gráfico). Modalidade entoacional – declarativa (coluna da esquerda), interrogativa (coluna da direita). Cada painel faz referência as sentenças que compõem a amostra. A cor vermelha faz referência à variedade de São Luís e a cor azul à variedade de Belém.

Os resultados de F0 demonstram que São Luís e Belém apresentam padrão similar, todas as pautas acentuais demonstram o mesmo contorno melódico, o espaço não preenchido no gráfico faz referência a não realização do dado. Na pauta acentual proparoxítona é realizado o contorno em formato V para as declarativas e o contorno circunflexo para as interrogativas, a pauta acentual paroxítona apresenta o mesmo comportamento da pauta acentual proparoxítona e a pauta acentual oxítona realiza o contorno circunflexo para as declarativas e o contorno V para as interrogativas. Os próximos gráficos tecem considerações acerca do parâmetro delta F0.

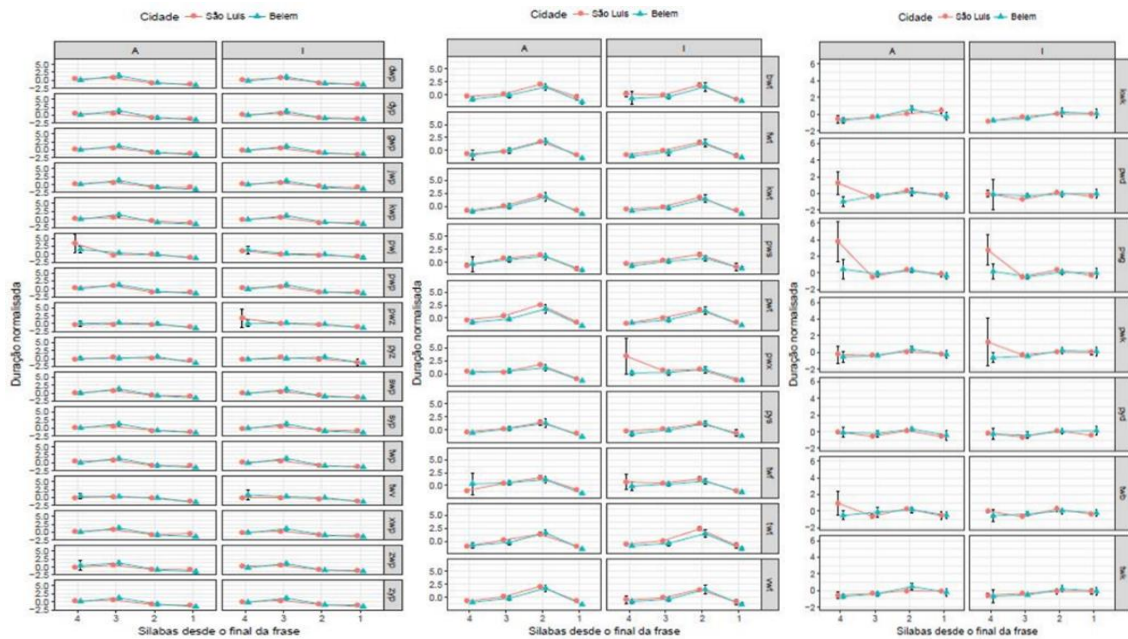
Gráfico 3 – Delta F0 em relação as variedades ludovicense e belenense



Legenda: Pauta acentual - proparoxítônica (1º gráfico), paroxítônica (2º gráfico), oxítônica (3º gráfico). Modalidade entoacional – declarativa (coluna da esquerda), interrogativa (coluna da direita). Cada painel faz referência as sentenças que compõem a amostra. A cor vermelha faz referência à variedade de São Luís e a cor azul à variedade de Belém.

Os dados de delta F0 mostram que em todas as pautas acentuais ambas as variedades apresentam um movimento de subida da pretônica até a tônica para as sentenças declarativas e um movimento de subida na tônica para as sentenças interrogativas. Os gráficos seguintes mostram os resultados do parâmetro duração.

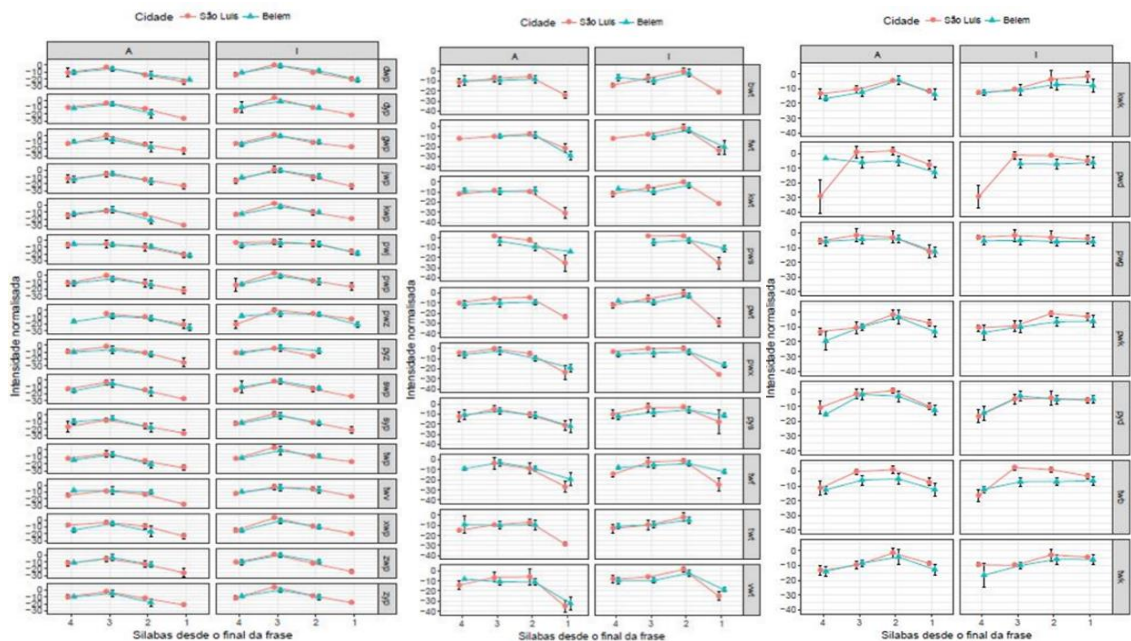
Gráfico 4 – Duração em relação as variedades ludovicense e belenense



Legenda: Pauta acentual - proparoxítona (1º gráfico), paroxítona (2º gráfico), oxítona (3º gráfico). Modalidade entoacional – declarativa (coluna da esquerda), interrogativa (coluna da direita). Cada painel faz referência as sentenças que compõem a amostra. A cor vermelha faz referência à variedade de São Luís e a cor azul à variedade de Belém.

Os dados de duração corroboram com os resultados obtidos no parâmetro F0, pois os locutores apresentam o mesmo tipo de comportamento prosódico em todas as pautas acentuais, realizando o proferimento das sentenças em um intervalo de tempo semelhante. A seguir apresentamos os dados do parâmetro intensidade.

Gráfico 5 – Intensidade em relação as variedades ludovicense e belenense



Legenda: Pauta acentual - proparoxítona (1º gráfico), paroxítona (2º gráfico), oxítona (3º gráfico). Modalidade entoacional – declarativa (coluna da esquerda), interrogativa (coluna da direita). Cada painel

faz referência as sentenças que compõem a amostra. A cor vermelha faz referência à variedade de São Luís e a cor azul à variedade de Belém.

No que concerne aos gráficos de intensidade, percebe-se que São Luís e Belém apresentam valores de intensidade homogêneos, com as curvaturas melódicas realizando o mesmo tipo de movimentação em todas as pautas acentuais.

Os parâmetros físicos de F0, duração e intensidade, em relação as pautas acentuais do português brasileiro, das variedades em escopo, realizaram movimentos entoacionais semelhantes, atestando um padrão similar entre as variedades.

CONCLUSÃO

Neste trabalho, analisamos a variedade ludovicense numa perspectiva intradialetal e interdialetal.

Para a variedade de São Luís, ao todo foram 918 dados analisados (51 frases x 2 modalidades x 3 melhores repetições x 3 locutores).

O enfoque da análise consistiu em analisar a variação prosódica dialetal do português falado pelas mulheres nativas de São Luís, observando o contorno entoacional das sentenças declarativas e interrogativas.

A pesquisa seguiu a metodologia proposta pelo projeto AMPER. Os resultados aqui explicitados apontaram que a F0 e a duração são fatores determinantes para apontar as variações entre as locutoras da variedade dialetal em análise.

Os parâmetros físicos analisados comprovam que, F0 média e F0 delta realizam contornos semelhantes, com variações prosódicas relacionadas ao nível médio de escolaridade.

Os dados relativos à duração mostram que o comportamento das locutoras, no que concerne ao tempo de proferimento das sentenças, apresenta o mesmo tipo de movimentação, com diferenças prosódicas relacionadas ao nível superior de escolaridade.

A intensidade demonstrou o mesmo tipo de movimentação, no que tange a energia gasta para a produção das sentenças são destacadas diferenças prosódicas relacionadas ao nível fundamental de escolaridade.

Para análise comparativa, a qual contemplou as variedades do português brasileiro de São Luís e Belém (CARDOSO; BRITO; CRUZ, 2017), utilizamos o *corpus* simples do AMPER, no intuito de equilibrar com *corpus* do banco de dados de Belém, ao todo foram 396 dados analisados (33 frases x 2 modalidades x 3 melhores repetições x 1 locutor x 2 variedades).

O enfoque da análise consistiu em analisar a variação prosódica dialetal do português falado em São Luís do Maranhão e Belém do Pará, observando o contorno entoacional das sentenças declarativas e interrogativas.

Os resultados aqui explicitados apontam que a F0, a duração e a intensidade são fatores determinantes para apontar as semelhanças entre as variedades dialetais.

A análise comprova que, a média de F0 e F0 delta, apresentam valores semelhantes em ambas as variedades, realizando um contorno entoacional semelhante.

Os dados relativos à duração mostram que o comportamento dos locutores, no que concerne ao tempo de proferimento das sentenças, apresenta o mesmo tipo de movimentação entre as variedades.

A intensidade corrobora com os dados apresentados nos parâmetros físicos analisados, apresentando também comportamento similar entre as variedades.

O estudo realizado, até o presente momento, aponta que a variedade linguística falada em São Luís e Belém apresenta o mesmo comportamento prosódico, com pequenas variações nas vogais postônicas, contudo, o contorno entoacional produzido nessas variedades apresenta as mesmas características, o que nos faz compreender que isto é produto da influência açoriana incorporada por essas localidades desde o processo de colonização.

A composição desse *corpus* é uma contribuição para a base de dados do projeto AMPER e uma importante ferramenta para o entendimento, a nível prosódico, de uma das muitas variedades do português faladas no Brasil.

REFERÊNCIAS

AMPER-POR. Disponível em <www.varialing.eu>. Acesso em 10 de Jan. 2018.

BARBOSA, P. A.; MADUREIRA, S. **Manual de Fonética Acústica Experimental: Aplicações a dados do português**. São Paulo: Cortez, 2015.

BARBOSA, P. A. **From syntax to acoustic duration: a dynamical model of speech rhythm production**. Speech Communication. 49 (1-2), 2007. p. 725-742.

BRITO, C. **Acento versus entoação no português falado em Belém (PA): análise prosódica dos dados de Belém do Projeto AMPER-Norte**. Belém: UFPA/ILC/FALE. Trabalho de Conclusão de Curso, 2014.

CALVET, L. J. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. São Paulo: Parábola, 2002.

CAMPBELL, N. **Syllable-based segmentation**. Talking Machine: Theories, models and designs. 1992. p. 211-224.

CARDOSO, B. C. S. **A Variação Prosódica Dialetoal do Português Falado em São Luís do Maranhão**. Tese de Doutorado em Linguística. Belém: Universidade Federal do Pará, (em andamento).

_____.; BRITO, C. R. S. ; CRUZ, R. C. F. . **A Variação Prosódica Dialetoal do Português falado em São Luís (MA) e Belém (PA): uma análise comparativa**. In: VI

Colóquio Brasileiro de Prosódia da Fala, 2017, Mariana. Apresentações Orais. Ouro Preto: UFOP, 2017 (*no prelo*).

FELLONI, M. C. **Prosódia Sociofonetica: L'italiano parlato e percepito a Parma**. Milano: Franco Angeli, 2011.

KENT, R. D.; READ, C. **Análise Acústica da Fala**. Tradução de Alessandro Meireles. São Paulo: Cortez, 2015.

LADD, R. **Intonational phonology**. Cambrige: Cambridge University Press, 1996.

DISCUTINDO A PRODUÇÃO DE DICIONÁRIOS PARA LÍNGUAS INDÍGENAS: O CASO APURINÃ

Bruna Fernanda Soares de Lima Padovani

Orientador: Sidney da Silva Facundes

Linha de pesquisa: análise, descrição e documentação das línguas naturais

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo apresentar o andamento da pesquisa que vem sendo realizada em âmbito de doutorado, na qual me proponho a fazer uma descrição e análise do léxico da língua Apurinã (Aruák), como subsídio para elaboração de um dicionário geral desta língua. Apurinã é uma etnia indígena e uma língua minoritária falada em comunidades espalhadas às margens de vários afluentes do rio Purus. Este trabalho é relevante no sentido de articular objetivos acadêmicos e sociais, em que, de um lado, temos a análise e descrição do sistema lexical da língua Apurinã e, do outro, a documentação abrangente desta língua com o intuito de assegurar o registro escrito da língua, auxiliando o povo Apurinã nas iniciativas de ensino-aprendizagem e alfabetização da sua língua nativa. Vale ressaltar que, no caso de Apurinã e de outras línguas indígenas brasileiras, a importância deste último aspecto se avoluma, uma vez que as línguas indígenas encontram-se em risco de extinção. Dois aspectos principais serão focalizados: O primeiro está relacionado à organização do dicionário em termos de macroestrutura (ordem alfabética ou campo semântico), microestrutura (organização interna dos verbetes, seleção de entradas, subentradas, exemplos, etc.). O segundo se refere aos tipos de informações a serem incluídas na parte sobre a definição das entradas. A pesquisa se articula no quadro teórico-metodológico da lexicologia (BIDERMANN 1998); lexicografia (DAPENA 2000; BORBA 2003); e da linguística de *corpus* (BIBER, CONRAD e REPPEN, 1988).

Palavras-chave: Lexicografia. Dicionário. Línguas Indígenas. Apurinã.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Muito se tem falado e escrito sobre línguas indígenas brasileiras e sobre a necessidade de documentá-las. Tal questão é de fundamental importância científica e social, uma vez que as línguas guardam a visão de mundo e os saberes tradicionais dos povos falantes. As línguas indígenas, embora apresentem hoje um maior interesse por seu estudo, têm poucas descrições aprofundadas, com poucas gramáticas e dicionários de referência (em comparação com línguas que contam com estudos e documentação de séculos); fato preocupante, tendo em vista as suas crescentes perdas linguísticas (FARGETTI, 2012, p. 67).

Neste trabalho o foco recai sobre a produção de dicionários. Buscaremos apresentar algumas reflexões acerca da produção de dicionários para línguas indígenas.

A ideia de um trabalho como este surgiu no decorrer do processo de elaboração do dicionário bilíngue da língua Apurinã. Nosso objetivo é desenvolver uma proposta de dicionário que possa de fato atender as diferentes realidades do povo Apurinã¹, tanto na qualidade de apoio ao ensino da língua nativa na escola indígena, quanto na qualidade de fonte de conhecimento científico do léxico desta língua. Espera-se que o dicionário Apurinã se constitua como fonte de informação sobre a língua, cultura e história.

Apurinã é uma etnia indígena e uma língua minoritária falada em comunidades espalhadas às margens de vários tributários do rio Purus no sudoeste do Estado do Amazonas e em comunidades ao longo da rodovia 317, que liga as cidades do Rio Branco e Boca do Acre. De acordo com o último censo (IBGE, 2010), a população Apurinã totaliza 6.842 pessoas distribuídas em 24 terras indígenas. Importante ressaltar também que, a língua Apurinã é uma de cerca de 40 representantes da família linguística Aruák que permanecem vivas (AIKHENVALD, 2005).

Dois aspectos principais serão focalizados: o primeiro se refere à organização do dicionário em termos de macroestrutura (ordem alfabética ou campo semântico), microestrutura (organização interna dos verbetes, seleção de entradas, subentradas, exemplos, etc.); o segundo está relacionado aos tipos e informações a serem incluídas na parte sobre a definição das entradas.

O trabalho é organizado em três seções, além desta introdução. Na primeira, apresentaremos de forma breve os pressupostos teóricos da Lexicologia e da Lexicografia. Na seção seguinte, apresentaremos a maneira como está organizada a macro e microestrutura do dicionário Apurinã e discutiremos acerca das informações que o campo definição deve conter. Por fim, na terceira seção serão apresentadas as considerações finais.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A LEXICOLOGIA E A LEXICOGRAFIA

Pretendemos discutir as principais questões relacionadas à produção de dicionário para línguas indígenas, a partir das abordagens teóricas da Lexicologia e da Lexicografia, domínios da linguística que estão intimamente relacionados. A primeira dedica-se à investigação acerca da estruturação e organização do léxico; a segunda ocupa-se dos métodos e técnicas que devem ser seguidos na produção de dicionários. Como pudemos observar, a partir da explicação acima, a lexicologia e a lexicografia, embora sejam áreas da linguística que tratam do mesmo objeto, elas enfocam o léxico de modos distintos.

Dapena (2002) chama atenção para a interface da lexicografia com outras áreas da linguística, são elas: a *semântica* e a *gramática*. Áreas que em alguma medida também se preocupariam com o estudo do léxico. A semântica estaria relacionada à lexicografia porque ambas se ocupam do significado das palavras. Tal aspecto é muito

¹ Para mais informações sobre a diversidade da língua Apurinã ver Facundes (2000) e Lima-Padovani (2016).

importante dentro da obra lexicográfica, pois os dicionários tratam fundamentalmente dos significados das unidades lexicais. No que corresponde a relação entre gramática e lexicografia, o autor argumenta que tais domínios se ocupariam do comportamento gramatical das palavras.

Segundo Borba (2003, p. 15), a lexicografia pode ser observada a partir de dois aspectos: como técnica de elaboração de dicionários, ocupa-se de critérios para a seleção de nomenclatura ou conjunto de entradas, de sistemas definitórios, de estruturas dos verbetes, de critérios de remissões, para registro de variantes, e etc.; como teoria, busca estabelecer um conjunto de princípios que permitem descrever o léxico de uma língua, desenvolvendo uma metalinguagem para manipular e apresentar informações pertinentes. A lexicografia, portanto, é um saber teórico-prático com o objetivo de elaboração de dicionário.

Segundo Biderman (1998) a produção de um dicionário é uma tentativa de descrever o léxico de uma língua, buscando “registrar e definir os signos lexicais que referem os conceitos elaborados e cristalizados na cultura. Para Dapena (2002) o dicionário é considerado um lugar de registro da norma linguística e lexical vigente em uma sociedade; ele assume uma finalidade prático-pedagógica, pois serve como obra de consulta na qual se esclarecem dúvidas acerca da grafia, do conceito ou do emprego de uma determinada palavra.

Em relação à estrutura dos dicionários, temos dois aspectos a serem considerados: a *macroestrutura* e a *microestrutura* que os compõem. A seguir, detalharemos de forma breve cada um desses aspectos na elaboração do dicionário.

MACROESTRUTURA DE UM DICIONÁRIO

A macroestrutura compreende a organização das entradas no dicionário. Para Dapena (2002, p. 135), uma primeira questão relacionada à macroestrutura é sobre quais tipos de unidades léxicas serão representadas nas entradas de um dicionário: “*Por palavras, como es ya habitual en la lexicografía occidental, o preferiblemente por lexemas o monemas en general?*”. De acordo com o autor, o ideal para a constituição das entradas de um dicionário são as palavras (inclusive as palavras gramaticais), os monemas com função derivativa e as letras. Para Birdeman (1998) a identificação da unidade léxica que constituirá a entrada ou *lema* do dicionário está ligada à microestrutura do dicionário e não à macroestrutura.

Além disso, Birdeman (1998) afirma que o primeiro problema a ser considerado relativo à macroestrutura de um dicionário é o número de entradas. Segundo a autora, o total de 50.000 verbetes é em geral o suficiente. Entretanto, é necessário levar em consideração o público a que se destina o dicionário. No caso específico de línguas indígenas brasileiras, não há dicionários tão volumosos assim, o que justificaria a necessidade de uma nova classificação de dicionários.

No que diz respeito ao público alvo, Dapena (2002) chama atenção para as necessidades desse público como determinantes. É preciso bastante atenção na constituição e seleção do *corpus* linguístico do dicionário, mais especificamente para o material das fontes e do tipo de informações a estarem presentes nele. O autor se refere, ainda, às fontes escritas como de maior credibilidade para o trabalho lexicográfico, sendo as fontes orais usadas apenas para elaboração de dicionários dialetais. À esta última acrescentamos a produção de dicionários para línguas de tradição oral, como o caso da língua Apurinã.

Discute-se também a respeito das lexias complexas, que de acordo com Birdeman (1998), são sequências linguísticas cujos elementos componentes apresentam “toda uma gama de soldadura”. Algumas lexias complexas apresentam os elementos componentes completamente soldados; outras apresentam forte coesão interna entre os elementos, por exemplo, *bom dia*, *cesta básica*, e etc. Mas, há uma série de dificuldades para a identificação dessas lexias, pois o fenômeno da lexicalização não se verifica de forma uniforme. A autora levanta a seguinte questão quanto ao tratamento dado às lexias complexas:

caberá decidir se essas lexias complexas comporão a macroestrutura do dicionário aparecendo como entradas de dicionários, ou se serão incorporadas a outros verbetes como subentradas.

Biderman (1998), ainda, expõe duas razões que levariam a considerar as lexias complexas como componentes da macroestrutura: a) trata-se de uma nova unidade do sistema; b) será mais fácil para o consultante do dicionário se ela não estiver agregada em um outro verbete. A autora se refere também ao método de classificar as unidades léxicas em famílias de palavras. Assim, as palavras derivadas e compostas são reunidas num mesmo verbete em razão de compartilharem os mesmos traços semânticos com a palavra-entrada. A razão de se adotar este método estaria relacionada à economia de entradas; no entanto, muitas vezes essas conexões semânticas já se perderam e o leitor tem dificuldade para encontrar palavras ao consultar o dicionário.

Por sua vez, Dapena (2002) considera todas as unidades léxicas constituídas por mais de uma palavra como subentradas dentro de um artigo² correspondente a um de seus componentes. Desse modo, tanto as chamadas lexias compostas quanto as lexias complexas pertenceriam à microestrutura, pois segundo o autor há três tipos de lexias: a) a lexia simples, que coincide com a palavra; a lexia composta, que é um conjunto de palavras integradas, equivalente à noção tradicional de ‘palavra composta’; e a lexia complexa, que consiste em uma construção fixa lexicalizada, cujo significado não é a soma dos significados dos elementos que constituem a locução. Para a constituição do dicionário Apurinã adotaremos os critérios apontados por Birdeman.

Dapena (2002) discute, ainda, a questão da lematização ou encabeçamento. Segundo o autor, há unidades léxicas que serão objetos do artigo independente, e, portanto, constituirão as entradas propriamente ditas, e haverá outras que, ao contrário,

² Artigo: termo usado por Dapena (2002) para se referir ao verbete.

serão objeto de estudo no interior dos artigos, e que constituem o que temos chamado de subentradas. O problema consiste, portanto, em decidir qual forma adotar como entrada nos casos em que uma entrada apresentar variações léxicas e flexões gramaticais, pois uma das formas deve ser escolhida como lema ou forma canônica, chave.

Outra questão problemática apresentada por Dapena (2002) para a lematização é a homonímia, que consiste em uma coincidência de significante no plano fônico (homófonos) ou gráfico (homógrafos). Pode-se colocar as palavras homônimas embaixo de um mesmo lema, o que não as diferencia das palavras polissêmicas e, portanto, não é o mais utilizado na tradição lexicográfica. A diferença entre homonímia e polissemia será tratada mais adiante no tópico sobre a microestrutura.

Uma última questão em relação à macroestrutura de um dicionário vista aqui é a ordenação das entradas e subentradas. As entradas podem estar dispostas nos dicionários segundo os seguintes tipos de ordenação: (i) alfabética, que se baseia na distribuição das letras do alfabeto, e pode ser de forma direta ou inversa; (ii) ideológica, em que se parte das ideias para descobrir as palavras correspondentes, ordenação usada em dicionários onomasiológicos; (iii) estatística, com base na frequência das entradas; (iv) etimológica, que considera a raiz ou étimo das entradas. Já as subentradas são ordenadas de acordo com a ordenação alfabética, com a particularidade de que locuções substantivas, que têm o substantivo como entrada mais um adjetivo ou complemento determinativo, possuem uma ordenação à parte dos demais tipos de expressões fixas.

Em suma, a macroestrutura do dicionário compreende a organização das entradas, e sua construção abrange: a escolha das entradas a serem incluídas no dicionário; a escolha do conteúdo; a ordenação das entradas; o tratamento dado aos lexemas polissêmicos e homônimos.

MICROESTRUTURA DE UM DICIONÁRIO

A microestrutura de um dicionário é constituída pelos conjuntos de informação que compõem as entradas, tais como: informações fonológicas, morfológicas, semânticas e pragmáticas; bem como a definição do significado de cada entrada; tratamento da polissemia; da categoria gramatical de cada significado; da frase ilustrativa mostrando o significado através do uso do lexema em um contexto específico; tratamento dos hiperônimos, hipônimos, neologias, empréstimos; variações dialetais; campos semânticos; entre outros.

As questões que se referem à microestrutura de um dicionário estão relacionadas ao conteúdo e à organização dos verbetes. Este, segundo Dapena (2002), constitui-se de duas partes: a enunciativa ou enunciado, tema que serve de entrada e a informativa que apresenta o rema, informação nova. O enunciado é tratado como sinônimo de lema, ambas representações da unidade léxica abstrata denominada entrada. O enunciado é o primeiro elemento constitutivo do artigo lexicográfico e nesse caso coincide com o lema por ser um enunciado monomórfico, isto é, constituído por uma única forma (os vocábulos flexivos também são considerados enunciados monomórficos). Entretanto,

nos casos de polimorfismos, isto é, nos casos de variações fônicas ou ortográficas, há uma diferença a ser feita: lema (forma chave ou canônica) é a forma que aparece em primeiro lugar na ordenação alfabética.

O polimorfismo léxico, ao lado da homonímia e da polissemia, constitui um problema para a microestrutura de dicionários. Tem-se polimorfismo léxico quando uma palavra oferece diversas conformações fônicas e/ou gráficas. Uma solução é colocar um único enunciado polimórfico, ou seja, um enunciado em que todas as formas apareçam na parte enunciativa; outra solução é considerar todas as formas como enunciados independentes desenvolvendo o artigo em uma única entrada (o lema) fazendo referência àquela primeira; pode-se, ainda, fazer junção das duas soluções.

Quanto à questão da homonímia vs. polissemia, em Biderman (1998) a diferença apresentada é de cunho semântico. Palavras homônimas são aquelas que têm significados distintos a ponto de não ser possível identificar semas em comum. O contrário disso é considerado polissemia. No caso desta última, as várias acepções são tratadas em um único verbete. Dapena (2002, p. 187) considera pelo menos dois critérios para distinguir homonímia e polissemia: o *sincrônico ou etimológico* (são considerados vocábulos distintos e, portanto homônimos, quando as unidades em questão vêm de etmos diferentes de tal maneira que a coincidência entre os significantes é casual) e o *diacrônico* (que dependeriam, respectivamente, do juízo dos falantes em estabelecer relações ou do parentesco semântico e da etimologia. O critério sincrônico, que envolve o parentesco semântico, tende a ser o mais apontado e é o que adotaremos para a proposta de dicionário Apurinã).

Passaremos ao corpo do verbete, que se constitui dos seguintes aspectos: pronúncia, categorização, etimologia, significado, autoridades ou citações, e as expressões fixas³ entre outras informações. A pronúncia é a parte em que se apresenta a transcrição fonética do lema. Após a pronúncia, os dicionários em geral fazem menção à categoria gramatical (nome, adjetivo, advérbio) e a uma subcategoria (feminino, masculino, etc.). Já a etimologia aparece em alguns dicionários, mas não é considerada uma informação tão importante para o leitor, a não ser em alguns casos. Quanto ao significado, o autor afirma que há dois tipos de acepções ou significados, o denominado significado comum, pertencente ao domínio de todo falante, e o significado especial ou particular, que envolve sentidos adquiridos em determinados níveis, registros ou variedades (tratados no dicionário por meio das marcas de uso). São também essenciais em um dicionário os exemplos que, em geral, são retirados de textos escritos.

Aqui preocupamo-nos em esboçar minimamente alguns dos principais autores e seus pontos de vista acerca dos domínios da linguística que se ocupam do léxico e da organização de um dicionário que servirão como ponto de partida para a organização do dicionário Apurinã.

³ Estas expressões fixas constituem verdadeiras subentradas e recebem, portanto, um tratamento similar às entradas propriamente ditas. São, por sua vez, objeto de categorização e, assim, se registra o significado ou significados correspondentes (DAPENA, 2002, p. 194).

A PROPOSTA DE UM DICIONÁRIO APURINÃ

O dicionário Apurinã vem sendo organizado com base em um *corpus* bastante amplo. Os dados utilizados neste trabalho foram coletados nos últimos 27 anos, principalmente pelo professor Dr. Sidney Facundes, principal pesquisador da língua, por Brandão (2006), Lima (2013) e Lima-Padovani (2016). Os dados foram coletados junto a vários indivíduos Apurinã de gênero, idade e comunidades distintas, de modo que tivemos um quadro bastante representativo da comunidade de fala Apurinã. Esses dados compõem o banco de dados eletrônico da língua para o qual foi utilizado o programa computacional *Fieldworks Language Explorer* (FLEx)⁴, organizado por Facundes, e seus alunos de projetos de pesquisa.

O banco de dados Apurinã consiste em duas bases de dados: uma lexical que já possui atualmente mais de três mil entradas de palavras e morfemas em Apurinã, cada uma com anotações sobre suas características gramaticais e semânticas, algumas informações fonológicas e enciclopédicas; e a outra base constituída de textos interlinearizados, entre eles, dois textos procedimentais e duas narrativas tradicionais. O programa FLEx permite interlinearizar e anotar cada texto, promovendo as informações linguísticas de cada item lexical e cada morfema que o compõe.

Importante ressaltar que a pesquisa de contexto e uso de unidades lexicais é feita com participação ativa dos falantes Apurinã. Além disso, na investigação das significações e sentidos dos itens lexicais são usados contextos indígenas, e também não indígenas, sendo este último o mais próximo possível da realidade Apurinã. Alguns colaboradores Apurinã têm contato constante com a sociedade envolvente com acesso à televisão, internet, acompanham noticiários e outros programas. Desse modo, sentem-se à vontade para explicar os sentidos de termos da língua nativa utilizando contextos e situações da cultura não indígena.

No dicionário Apurinã também estão sendo incluídos os neologismos, os empréstimos e novos sentidos de palavras previamente existentes na língua. Questões de privacidade e direitos da comunidade são abordadas de maneira cuidadosa. A inclusão ou não de determinadas informações, por exemplo: religiosas, de hábitos alimentares ou relacionadas ao uso medicinal de plantas, fica a critério dos falantes.

Feitas essas considerações introdutórias, passamos a alguns aspectos mais concretos acerca da organização do dicionário Apurinã

Organização do dicionário Apurinã

Com relação à estruturação do dicionário Apurinã, são considerados os seguintes aspectos: macro e microestrutura, como se pode ver abaixo.

⁴ O FLEx é um programa de distribuição gratuita produzido pela International Society of Linguistics (antes conhecida Summer Institute of Linguistics).

A macroestrutura

A sequência das entradas segue em ordem alfabética, pretendendo assim atender ao critério de fácil manuseio da obra pelos usuários (professor, aluno e pesquisadores de diferentes áreas). Cada entrada apresenta a grafia utilizada atualmente em outros materiais didáticos de ensino da língua Apurinã. A ortografia adotada neste trabalho segue a proposta apresentada por Facundes (2002). As letras utilizadas no alfabeto são baseadas primariamente no Alfabeto Fonético Internacional (IPA, em inglês), dando preferência àquelas utilizadas no sistema ortográfico do português. O Quadro abaixo ilustra a ordem alfabética empregada em nossa proposta de dicionário:

Quadro 1: Ordem alfabética empregada no dicionário Apurinã

A	Ã	E	Ê	H	I	Ĩ	K	M	N	P	R	S	T	TS	TX	TH	U	Û	W	X	Y	Ỹ

Quanto à seleção das entradas, foram incluídas no dicionário Apurinã os temas nominais, verbais, um grande número de partículas⁵, interjeições, ideofones, pois o propósito deste trabalho é a ampliação e registro do léxico Apurinã.

No caso de homonímia as palavras são dispostas na entrada com os significados enumerados verticalmente.

⁵ As formas presas sempre ocorrerão acompanhadas por um hífen antes ou depois das palavras.

Figura 1: Exemplo de palavras homônimas no dicionário

piiu¹	<i>nm.</i> mão. Parte dos membros superiores do corpo humano que vai dos punhos até a extremidade dos dedos. <i>Nypiiu.</i> Minha mão. <i>Var.:</i> waku [Km km 45; km 124; Camicuã]. <i>CampoSem.:</i> parte do corpo.
piiu²	<i>nm.</i> guariúba. Árvore muito grande com tronco recoberto por uma casca grossa, lisa, de cor marrom-avermelhada, látex branco, raízes superficiais recobertas de lenticelas vermelhas, lâminas sem pêlos uncinados (em forma de ganchos), frutos vermelhos quando maduros, madeira pesada, fácil de trabalhar. <i>Ititi tiximary piiu.</i> O jacamim come a fruta guariúba. <i>CampoSem.:</i> fruta. <i>Clarisia racemosa.</i>

A polissemia, por sua vez, é indicada pela enumeração horizontal do referido lexema.

Quadro 3: Exemplo de palavras polissêmicas no dicionário

kaiaty¹	<i>nm.</i> paca. Roedor, que atinge 70 cm de comprimento; pelo de cor geral bruno-amarelada, destacam-se nitidamente 5 séries longitudinais de malhas, um pouco alongadas, branco-amareladas. <i>Käkyty nhikary kaiaty.</i> A gente come a paca. <i>Var.:</i> txipäma [Japiim; Terrinha]. <i>CampoSem.:</i> mamífero, ordem rodentia. <i>Cuniculus paca.</i>
kaiaty²	<i>nf.</i> babaçu. A árvore de babaçu pode atingir de 10 a 30 metros de altura e suas grandes folhas arqueadas podem chegar a oito metros de comprimento. Cada palmeira pode apresentar entre três a cinco longos cachos de flores amareladas. Os frutos são ovais alongados, de coloração castanha. (tanto o fruto como a árvore). <i>Kaiaty kutxi atuku utxa.</i> O babaçu é como aricuri. <i>CampoSem.:</i> fruta; palmeira. <i>Attalea ssp.</i>

A microestrutura

Como vimos anteriormente, a microestrutura é organizada por informações ordenadas que seguem a entrada. Tais informações identificam o lema, são elas: pronúncia; classe gramatical; informações explicativas (definição e, por vezes, definições enciclopédicas); informações sintagmáticas (construção, colocações, exemplo); informações paradigmáticas (sinônimos, antônimos, etc.) vários tipos de informações semânticas; informação sobre variação dialetal; ilustração, elementos de ordenação, (diversos símbolos); e remissões.

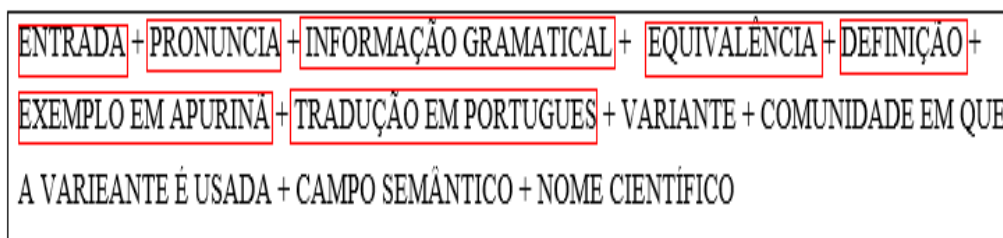
No dicionário Apurinã adota-se a seguinte ordem para cada verbete:

- (i) entrada;
- (ii) anotação fonética (pronúncia);
- (iii) a indicação gramatical (seguida do gênero, no caso dos nomes);
- (iv) a equivalência da palavra Apurinã e português;
- (v) a definição (nem todas as entradas terão a definição);
- (vi) uma frase na língua-fonte e suas traduções para o português;

- (vii) nota que indica variação linguística (no caso em que a palavra apresentar variação) seguida de colchete com o nome do lugar em que a variante é usada;
- (viii) campo semântico (anotação restrita apenas aos nomes);
- (ix) nome científico (nos campos específicos para fauna e flora);

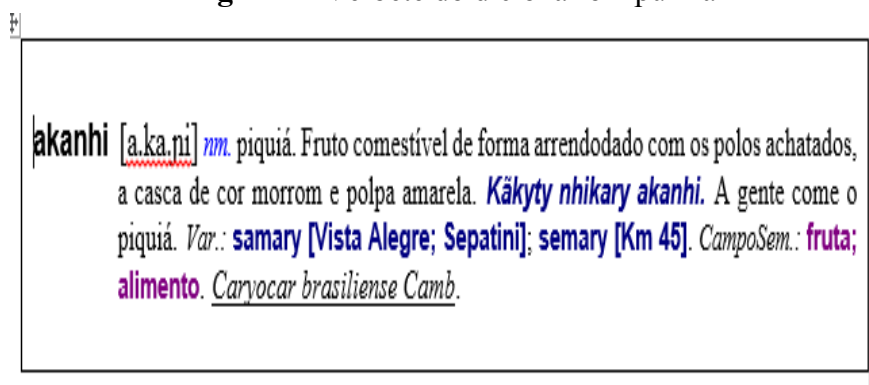
Observe na figura abaixo a estrutura do verbete do dicionário Apurinã:

Figura 3: Estrutura do Verbetes do dicionário Apurinã⁶



A Figura 4, por sua vez, ilustra a forma como as informações estão organizadas no dicionário Apurinã.

Figura 4: Verbetes do dicionário Apurinã



Definição

Quanto ao tópico *definição*, várias questões têm sido levantadas na literatura. De acordo com Zgusta (1971), o significado lexical apresenta três componentes: (i) o referencial/denotativo; (ii) o conativo e (iii) os contextos de aplicação. No dicionário Apurinã a ênfase será dada ao primeiro, sem se descartar a inclusão dos demais.

Sabe-se que os dicionários bilíngues apresentam algumas diferenças em relação aos dicionários monolíngues. Uma delas é que na maior parte dos dicionários bilíngues no lugar da definição são fornecidos equivalentes (WELKER, 2004, p. 194). Tal questão é problemática, pois esses tipos de dicionários estabelecem relações entre os léxicos de duas línguas/culturas diferentes e, portanto, é muito arriscado acreditar na

⁶ As partes marcadas são os elementos constantes no verbete.

equivalência absoluta entre línguas e culturas tão distintas. Há, ainda, diferentes tipos de relações de equivalência entre itens de diferentes línguas. No caso de Apurinã e o português, esses diferentes tipos, elencados a seguir, demandam diferentes tipos de ‘definições’ ou mecanismos para identificar, na língua de tradução, os significados da unidade da língua-fonte, como podemos observar nos exemplos abaixo:

- a) Existência de equivalências absolutas (para essas relações é possível fornecer o equivalente por meio de traduções).

(1) **Apu:** *îparãa* **Port:** água
 cachorro

- b) Um item lexical do Apurinã corresponde a vários equivalentes do português.

(2) **Apu:** *iarita* **Port:** afugentar
 retirar-se
 bater
 ferir

- c) Diferentes unidades do Apurinã correspondem a um equivalente no português.

(3) **Apu:** *tãukyta* **Port:** encontrar
 apuka
 kiākata

- d) Unidades do Apurinã não possuem equivalentes no português.

(4) **Apu:** *atxikawa* ‘tipo de fruta do mato’. Fruto comestível de forma arredonda, a casca é de cor roxa e polpa amarela com pequenas sementes pretas.

Nestes casos, Haensh *et. al.* (1982) afirma que é necessário utilizar descrições ou definições enciclopédicas, explicações etnológicas e, em certos casos, ilustrações (fotos e desenhos).

- e) Unidades funcionais (partículas/ morfemas gramaticais) que não apresentam equivalente no português.

(5) **Apu:** -ãpu **Port:** formativo que marca eventos que ocorrem aleatoriamente, sem objetivo definido. *Nhi-nhika-ãpu-ta-ry* (1sg-comer-aleat-vblz-3sg.m.o) ‘Eu como à toa’.

Nesses casos, é necessário utilizar definições de natureza metalinguística e de indicar contextos de usos, tendo em vista auxiliar o usuário do dicionário no que concerne à interpretação e emprego destas unidades.

No dicionário Apurinã buscamos organizar verbetes bem contextualizados, com dados enciclopédicos e definições ostensivas, que informem sobre o conhecimento extralinguístico do povo Apurinã. Além disso, procuramos fazer discussões linguísticas mais aprofundadas de cada palavra-entrada de cada verbete.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O dicionário Apurinã, visa ser um modelo que não seja totalmente condicionado pela teoria, mas que, sem prejuízo do rigor, permita a inclusão de dados e informações importantes para linguistas e um público mais amplo, tanto acadêmico quanto não acadêmico, e que registre, para os Apurinã, as informações sobre a língua e sua cultura. Vislumbramos, portanto, não só os aspectos linguísticos da terminologia, mas também as características usadas pelos Apurinã para a identificação, por exemplo, das espécies de fauna e flora; os critérios de classificação social que utilizam e o modo como estas questões se entrelaçam e refletem a visão de mundo e organização social dos Apurinã. Esperamos que os resultados aqui apresentados se transformem em estímulo para outros pesquisadores e para a realização de pesquisas interdisciplinares.

REFERÊNCIAS

AIKHENVALD, Alexandra Y. Arawak. In: STRAZNY, Philipp. *Encyclopedia of Linguistics*. New York: Fitzroy Deaborn, 2005. p. 81-84. Disponível em: Acesso em: 11 jan. 2015.

BIDERMAN, M.T.C. Os Dicionários na Contemporaneidade: arquitetura, métodos e técnicas. In: OLIVEIRA, A. M. P; ISQUERDO, A. N. (Org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e Terminologia*. Campo Grande: Editora UFMS, p. 13-22, 1998.

BORBA, Francisco da Silva. *Organização de Dicionários: uma introdução à lexicografia*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

BRANDÃO, Ana Paula B. *Dicionário da língua Apurinã*. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

DAPENA, José Álvaro Porto. *Manual de Técnica Lexicográfica*. Madrid: Arco/libros, S.A, 2002

FACUNDES, Sidney da Silva. *The language of the Apurinã people of Brazil (Maipure/Arawak)*. Buffalo: University of New York, 2000.

_____. Notas sobre a elaboração de novos sistemas ortográficos. IN BRITO, Célia Maria Coelho; TEIXEIRA, Elizabeth Reis (Orgs.). *Aquisição e ensino-aprendizagem do português*. ADUFPA, 2002.

FAGETTI, Cristina Martins. Dicionário de Línguas Indígenas e Questões de Prosódia. In: FAGETTI, Cristina Martins (org.). *Abordagens sobre o Léxico em Línguas Indígenas*. Campinas: Curt Nimuendajú. 2012, p. 67-81

HAENSH, G. L. et al. (1982). *La Lexicografia. De la Teórica a lá Lexicografia Práctica*. Madrid: Gredos.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico 2010*. 2010. Disponível em: <http://indigenas.ibge.gov.br/>. Acesso em: 5 de maio de 2015.

LIMA-PADOVANI, Bruna Fernanda. *Levantamento Sociolinguístico do Léxico da Língua Apurinã e sua contribuição para o conhecimento da cultura e história Apurinã (Aruák)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará, Belém: 2016.

WELKER, H. A. *Dicionários: uma pequena proposta à Lexicografia*. Brasília: Thesaurus. 2004.

ZGUSTA, L. *Manual of Lexicography*. The Hague: Mouton, 1991.

PROCESSOS MORFOFONOLÓGICOS EM MEBENGOKRE

Edson de Freitas Gomes¹

Orientadora: Ana Vilacy Moreira Galucio²

Linha de pesquisa: Análise, Descrição e Documentação das Línguas Naturais

Resumo: O objetivo deste artigo é apresentar uma discussão acerca do processo de sonorização da consoante oclusiva surda [p] quando esta ocorre diante da consoante tepe [r], da vogal média posterior [ɔ] e da vogal alta central [i] em fronteira de palavras. O trabalho é relevante devido a sua recorrência na língua Mëbengokre. Com apoio teórico na Teoria da Otimalidade de Prince e Smolensky (2002[1993]) e na dissertação de Salanova (2001) é objetivo demonstrar o ranqueamento de possibilidades de realizações para este som. Os dados são parte da coleta feita durante entrevistas com três consultores indígenas da aldeia Apexti, por meio de elicitación. De posse dos dados realizou-se as transcrições, identificações e seleções das ocorrências para serem utilizadas neste artigo. Foram identificadas quatro ocorrências de sonorização da consoante oclusiva surda [p]: diante da consoante tepe [r], em que **p** → **m**; diante da vogal posterior [ɔ], em que **p** → **m**; diante da vogal central [i], em que **p** → **m** e diante da consoante tepe [r], em que **p** → **β**. Tais dados mostram em que ambiente ocorre, como acontece a sonorização da consoante oclusiva surda [p] e quais são os candidatos que melhor a substituem. O artigo conclui com o apontamento de aspecto a ser definido quanto à posição que o segmento que substituiu o segmento [p] deve figurar, se a posição de *coda* da palavra anterior ou de *onset* da palavra posterior.

Palavras-chave: Consoantes sonoras. Consoantes surdas. Sonorização. Vozeamento.

INTRODUÇÃO

A língua Mëbengokre falada pelos povos Xikrin e Kayapó faz parte da família Jê setentrional, pertencente ao tronco Macro-Jê que são originários do planalto brasileiro. Depois do processo de mudança do planalto brasileiro para a região amazônica, os Mëbengokre se fixaram no Sul do Pará, predominantemente, e no Norte do estado do Mato Grosso.

Assim como está acontecendo com a maioria das línguas indígenas brasileiras, a língua Mëbengokre vem passando por rápido processo de mudança em relação aos seus falantes, pois, estes estão adotando o Português como segunda língua e, os falantes mais jovens nutrem maior interesse em aprender o Português em detrimento da língua Mëbengokre, por motivos que não detalharemos aqui. As mulheres são as que ainda

¹ Aluno de doutorado em Estudos Linguísticos da Universidade Federal do Pará.

² Professora do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Pará.

preservam um pouco mais a língua nativa, uma vez que, embora conheçam o Português, não têm o hábito de se comunicar nesta língua.

O fenômeno de sonorização de segmento surdo [p] diante de segmentos sonoros em fronteira de palavras apresenta-se de forma substancial nos dados³ de Gomes⁴, da língua Mëbengokre do entorno de São Félix do Xingu.

Este artigo tem o objetivo de discutir como ocorre o processo morfofonológico com *sonorização da oclusiva surda* [p] diante da *consoante sonora* [r] e das *vogais* [ɔ] e [i] em fronteira de palavras, na língua Mëbengokre, a partir dos dados coletados junto aos consultores indígenas T. K., B. K. e K. K. da aldeia Apexti, reserva Gorotire, localizada à margem esquerda do rio Fresco, afluente do rio Xingu.

Utilizou-se para a realização deste artigo, a discussão teórica a partir dos trabalhos realizados por Prince e Smolensky (2002[1993]) sobre a Teoria da Otimidade e o segundo capítulo da dissertação de Salanova (2001) em que trata da Fonologia Segmental do Apinajé e do Mëbengokre.

O artigo está estruturado em cinco seções: (i) Introdução; (ii) Problema Proposto; (iii) Discussão teórica; (iv) Discussão dos dados apresentados e (v) Conclusão.

PROBLEMA

Como acontece e o que condiciona o processo de *sonorização da oclusiva surda* [p] diante da *consoante sonora* [r], da *vogal posterior* [ɔ] e da *vogal central* [i] em fronteira de palavras, na língua Mëbengokre.

A partir de observações feitas no trabalho de Costa (2015) sobre os Xikrin do Cateté e dos dados coletados por Gomes para a elaboração de tese sobre a morfossintaxe da língua Mëbengokre, foi possível identificar a ocorrência do fenômeno de *sonorização da oclusiva surda* em final de palavra, quando esta é seguida pela consoante sonora [r] ou pelas vogais [ɔ] e [i]. Esta ocorrência que na linguística é conhecida como processo de *Sândi*, ocorre em fronteiras de morfemas ou de palavras, tanto com consoantes como com vogais.

Segundo Silva (2010, p. 27-28):

o processo de vozeamento consiste no espraçamento do traço [sonoro] para o segmento adjacente. Esse processo se caracteriza como uma assimilação parcial, já que apenas um traço do nó laríngeo é transferido para o segmento vizinho. [...] O processo pode assumir duas direções nas línguas. Tanto pode ser regressivo quanto progressivo. A assimilação regressiva consiste no espraçamento de um ou mais traços de um segmento para outro que o antecede, já a assimilação progressiva consiste no espraçamento de um ou mais traços de um segmento para outro que o sucede.

³ Cabe aqui observarmos que os dados trabalhados nos exemplos abaixo ainda são preliminares, estando em processo de tratamento, o que não nos permite termos uma análise mais elaborada, mas sim parcial.

⁴ Dados referentes à pesquisa de campo para a elaboração de tese de doutorado.

No trabalho, a autora mostra os casos de assimilação regressiva e progressiva. No processo de assimilação progressiva com exemplo do japonês, em que ocorre o processo fonológico de vozeamento em compostos, conhecido como Rendaku, em que obstruintes surdas no início da segunda palavra do composto, se tornam vozeadas. Abaixo vemos exemplos de Ito e Mester (1986 apud SILVA, 2010, p. 30):

01	a)	iro	+	kami	→	irogami
		‘cor’		‘papel’		‘papel colorido’
	d)	mizu	+	seme	→	mizuzeme
		‘água’		‘tortura’		‘tortura com água’
	f)	yama	+	terá	→	yamad ~~a~~ era
		‘montanha’		‘templo’		‘templo da montanha’

Ao passo que no processo de assimilação regressiva, processo mais comumente atestado nas línguas, com exemplo do inglês, em que ocorre a dessonorização de fricativas quando estas estão diante de obstruintes desvozeadas. A seguir vemos exemplos de Roca e Johnson (1999 apud SILVA, 2010, p. 38):

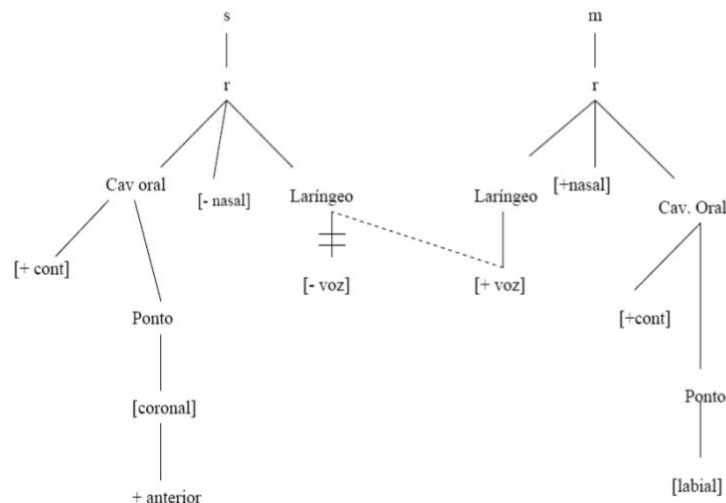
02.	a)	five tons	['faif]	‘cinco toneladas’
	b)	lose ten-nil	['lu:s]	‘perder de dez a zero’
	c)	edge trimmer	['etʃ]	‘aparador’

A autora destaca o processo de vozeamento regressivo que ocorre no Português Brasileiro, em que a fricativa surda se sonoriza em posição de coda. As outras obstruintes que existem na língua em posição de coda, não sofrem o processo de vozeamento, pois, os falantes fazem uso da epêntese e desfazem a coda. Temos os seguintes exemplos: captar ca[pi]tar, atmosfera [atʃimosfera], impacto [impa[ki]to].

Nos exemplos a seguir, podemos perceber que a consoante final da primeira palavra é surda e a segunda palavra inicia por vogal, o que desencadeia o processo de vozeamento da consoante final da primeira palavra e há um rearranjo silábico.

03.	/casas/ + /amarelas/	[kasazama'relaʃ]
	/lápiz/ + /azuis/	[lapi'zazuif]
	/meus/ + /olhos/	[meu'zɔʎuf]
	/as/ + /amigas/	[aza'migaʃ]

A explicação para esse processo de assimilação do vozeamento é dada pela Geometria de Traços, em que o traço [+sonoro] à direita, se espraia para o segmento à esquerda, causando a sonorização deste. Podemos ver a aplicação do processo na palavra ‘des**m**ontar’ na representação abaixo.



C

onform

e visto acima, o segmento /m/ que é [+vozeado] transmite ao segmento adjacente à esquerda esse traço, e o /s/ ao receber o traço do segmento à direita, desliga-se do seu traço anterior [-vozeado] e se liga ao traço recebido, e passa a ser interpretado como /z/.

No trabalho com o Xikrin do Cateté, Costa (2015, p. 47-48), nos fornece exemplos de sonorização de consoantes surdas em final de palavras que quando seguidas por consoantes sonoras, sofrem influência destas e se sonorizam.

04. /amak/ + /raj/ = [ama'graj] 'orelha grande'

/rɔp/ + /ni/ = [rɔb'ni] 'cachorro fêmea, cadela'

05. na gu arəp dʒwa [nugarəbdʒwa]
 RLS 1+2 já tomar banho
 'nós já tomamos banho'

Nos exemplos acima, podemos perceber que quando uma consoante surda figura em final de palavra e é seguida por uma consoante sonora no início de outra palavra, a consoante surda passa a consoante sonora.

Neste trabalho nos limitaremos ao processo de assimilação regressiva, haja vista nossos dados não nos darem exemplos da assimilação progressiva.

DISCUSSÃO TEÓRICA

Neste trabalho optamos por utilizar a Teoria da Otimalidade para embasar a análise dos dados, porque esta dá conta de responder de modo satisfatório às exigências impostas pelo fenômeno em discussão, haja vista a teoria utilizar o sistema de restrição, em que permite selecionar o candidato ideal, dentre os prováveis, para ocupar o lugar na sílaba.

A Teoria da Otimalidade ou Otimidade (que em inglês é chamada de Optimality Theory) surgiu no ano de 1993, com a publicação da tese de Alan Prince e Paul

Foram analisados dados de três falantes do sexo masculino da língua Mëbengokre do entorno de São Félix do Xingu, que foram coletados por Gomes como parte do trabalho de campo para a elaboração da tese de doutorado.

Observou-se nos dados, quatro ocorrências de sonorização da consoante oclusiva surda [p]:

1. Diante da consoante tepe [r], em que $p \rightarrow m$.
2. Diante da vogal posterior [ɔ], em que $p \rightarrow m$.
3. Diante da vogal central [i], em que $p \rightarrow m$.
4. Diante da consoante tepe [r], em que $p \rightarrow \beta$.

No primeiro caso vê-se que a consoante oclusiva surda [p] quando ocorre diante da consoante tepe [r], sofre o processo de vozeamento e nasalização, e passa a consoante nasal [m]. O exemplo (06) abaixo, do consultor indígena T. K., serve como ilustração.

06. amũjã ne bari tɛm raj ɔ abi
ADV NFUT 1PAUC peixe grande com subir
'eu pesquei peixe grande ontem.'

Na questão acima, a mudança de [p] para [m] é esperada, pois, segundo Salanova (2001, p. 23), a nasal bilabial é mais bem empregada que a oclusiva sonora bilabial, na posição de coda, uma vez que “nenhuma das obstruintes sonoras, nem a oclusão glotal, nem o fonema /ŋ/, podem aparecer nesta posição; a presença de soantes (+cont) em coda também é limitada”. Aplicando a Teoria da Otimalidade, percebemos que a partir do *input*, dos possíveis candidatos à posição [b], [m] e [β], o que menos viola as restrições é o [m] que será selecionado ao *output*.

A segunda ocorrência é quando a consoante oclusiva surda [p] ocorre diante da vogal posterior [ɔ] e sofre o processo de vozeamento, passando a consoante nasal [m], como no caso anterior. Na resposta (07) do consultor indígena K. K., abaixo, identificamos o fenômeno.

07. ba krurã tɛm ɔ abi
1NOM ADV peixe com subir
'eu vou pescar amanhã.'

Na questão acima, houve a mudança de [p] para [m]. Nesse caso como a consoante surda [p] está em um ambiente entre vogais, o esperado é a sonorização desta. Para esta questão são válidos os comentários feitos na questão 06 acima.

Na terceira ocorrência podemos observar que quando a consoante oclusiva surda [p] ocorre diante da vogal alta central [i], ocorre o processo de vozeamento e aquela consoante passa a [m]. Abaixo o exemplo da fala do consultor indígena B. K.

08. krurã dʒa ba tɛm iɾi tẽ mã
ADV IRRLS 1NOM peixe PROSPEC ir DIRET

‘eu vou pescar amanhã.’

A mudança de consoante oclusiva surda para consoante oclusiva sonora é perfeitamente natural em grande parte das línguas do mundo, devido estas estarem entre vogais que são naturalmente vozeadas, como é o caso do exemplo 08, ‘eu vou pescar amanhã.’

É importante lembrar que nas três ocorrências, tanto diante da consoante, quanto diante das vogais, além de [p] ter sonorizado em [m], houve também a mudança da oclusiva bilabial surda para nasal bilabial. Isso significa dizer que o [p] não apenas sonorizou, mas que também mudou o modo de articulação.

Em relação à aplicação da Teoria da Otimlidade são válidos os comentários das questões 06 e 07 acima.

Na quarta e última situação descrita abaixo houve a sonorização da consoante oclusiva surda [p] para consoante tepe [ɾ], pois ocorreu o processo de vozeamento, passando a consoante oclusiva surda [p] a consoante fricativa bilabial sonora [β]. Na resposta (08) do consultor indígena B. K., abaixo, identificamos o fenômeno.

09. ba tɛβ ɾaj ɔ abi
 1NOM peixe grande com subir
 ‘eu pesquei peixe grande.’

A observação referente a esta ocorrência é que em posição de coda o [β] parece ser mais satisfatório do que o [b], de acordo com Salanova (2001, p. 28). O autor destaca que o segmento [β] no Mëbengokre é registrado em situações de fala e por falantes mais velhos, “A pronúncia [β] parece corresponder a um registro específico da fala, próprio de pessoas mais idosas”. Neste caso o consultor indígena B. K. foi o único dos três consultores que utilizou o segmento fricativo, e o consultor é o mais velho, com mais de dez anos de diferença em relação aos demais, o que pode ser uma razoável explicação para o caso. Aqui vale a observação das questões anteriores em que [p] não apenas sonorizou, mas que também mudou o modo de articulação, de oclusiva para fricativa.

Aplicando a Teoria da Otimlidade, percebemos que a partir do *input*, os possíveis candidatos à posição [b], [m] e [β], o que menos viola as restrições é o [β] que será selecionado ao *output*.

Observamos nos dados acima que a sonorização do [p] não ocorre em algumas situações, conforme exemplos (10 e 11) abaixo, em que a consoante oclusiva surda [p] não vozeou. Ao ouvirmos a gravação, é possível percebermos que ocorreu uma pausa longa nas falas dos consultores indígenas, quando pronunciaram as palavras *tɛp* e *ɾaj*, o que leva a crer que esta pausa é que evitou que ocorresse o vozeamento do [p].

10. amũjã gari tɛp ɾaj ɔ abi
 ADV 3PAUC peixe grande com subir

‘ele pescou um peixe grande ontem.’

11. amũjã ne gari tɛp raj ɔ abi
ADV NFUT 2PAUC peixe grande com subir
‘vocês pescaram um peixe grande ontem.’

Semelhante ao ocorrido no caso anterior, na questão (12), o consultor indígena K. K., ao pronunciar *tɛp* e *ɔ*, fez pausa na fala, o que deve ter evitado que ocorresse a sonorização da consoante oclusiva surda [p].

12. krurã abi dʒa gwaj ari tɛp ɔ abi
ADV subir IRRLS 1+2PAUC 3PAUC peixe com subir
‘você vai pescar amanhã quando amanhecer.’

Se considerarmos que no inventário segmental do Mëbengokre, exposto por Salanova (2001) baseado em Stout e Thomson (1974), o Mëbengokre é a única língua Jê que apresenta as obstruintes sonoras em contraste com as obstruintes surdas, e que todas as outras línguas só apresentam as obstruintes surdas, não apresentando obstruintes sonoras. No inventário do Apinajé, por exemplo, a obstruinte [p] na ausência de [b], faz contraste com a nasal [m], o que pode ser uma explicação plausível para os casos 06, 07 e 08 acima.

CONCLUSÃO

Foi possível perceber nos exemplos 06, 07, 08 e 09 que a consoante oclusiva surda [p] ao sofrer o processo de vozeamento e mudar para as consoantes sonoras [m] e [β], houve também a mudança de modo de articulação do segmento, passando de oclusiva para nasal e de oclusiva para fricativa.

Notou-se que há um aspecto a ser definido quando a consoante surda [p] passa a sonora diante da consoante tepe [ɾ] e das vogais posterior [ɔ] e média [i], pois, é possível visualizar duas possibilidades de análise para os casos. A primeira é quando o segmento sonorizado continua na posição de coda da palavra **tɛp** como ocorria antes da mudança e, a segunda é, se o segmento sonorizado passa a figurar na posição de ataque da palavra seguinte, no caso **raj**, *ɔ* e **iri**, o que requer possibilidades de interpretação diferentes.

Considera-se que os dados apresentados ainda não são o suficiente para termos uma dimensão maior e mais precisa do fenômeno, e que com o avançar da pesquisa, maior conhecimento teórico e contato com os falantes da língua, haverá a oportunidade de se observar informações novas, baseadas em dados, e assim ter uma posição mais bem elaborada e uma afirmação mais segura a fazer.

REFERÊNCIAS

COSTA, Lucivaldo Silva. **Uma descrição gramatical da língua Xikrín do Cateté (família Jê, tronco Macro-Jê)**. 2015. 358 p. Tese de Doutorado – Universidade de Brasília: Brasília, 2015.

DAMULAKIS, Jean Nunes. **Fonologias de línguas Macro-Jê: uma análise comparativa via teoria da otimalidade**. 2010. 178 p. Tese de Doutorado – Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2010.

GOMES, Edson de Freitas. **Dados coletados para confecção de tese de doutorado**. Trabalho em andamento.

PRINCE, Alan; SMOLENSKY, Paul. **Optimality theory: Constraint Interaction in Generative Grammar**. [...], 2002.

SALANOVA, Andrés Pablo. **A nasalidade em Mebengokre e Apinayé: o limite do vozeamento soante**. 2001. 93 p. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 2001.

SILVA, Cristiane Conceição. **Aquisição da regra de assimilação de vozeamento em português brasileiro**. 2010. 206 p. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

FANTASIA E LEITURA NO LIVRO DIDÁTICO: RECORTE INICIAL DA PESQUISA

Felipe Hilan Guimarães Santos

Orientador: Prof. Dr. Thomas Massao Fairchild

Linha de pesquisa: Ensino-aprendizagem de línguas e culturas: modelos e ações

Resumo: Ao considerar a prática da leitura em seus termos gerais, é possível notarmos que nela há variadas possibilidades e, com isso, diversos planos de trabalho a serem desenvolvidos em sala de aula. Diante disso, destacamos nessa pesquisa uma abordagem de leitura que veicula o plano do fantástico ou do simbólico, que é responsável por estruturar os chamados textos fantásticos e que, por meio deles, possibilita aos alunos construções subjetivas necessárias. Sendo o aluno também um sujeito em desenvolvimento, aqui ressaltamos um espaço para a construção de sujeitos no âmbito escolar a fim de que sejam formados leitores eficientes. Na referida pesquisa, procuramos refletir acerca do que seria a fantasia e a essência dos textos fantásticos. É por conta dessas questões que este recorte inicial da pesquisa se valida em abordar e relacionar os conceitos de fantasia discutidos por Bettelheim (2015), Cavalcanti (2002), Lewis (2009), Otto (2007) e Tolkien (2013), o que já resulta de uma seleção de levantamento bibliográfico para a construção de uma abordagem geral da fantasia. Situada como um recurso essencial para a criação de mundos, a fantasia pode ser vislumbrada como um ato de subcriação que perpassa pelas ações do homem desde a antiguidade que, em seu contato com o desconhecido e o estranho no decorrer da história, sempre tentou compreender aquilo que estava distante e que fugia do comum. A partir disso observamos que a fantasia se torna o mecanismo para refletir e extrair concepções de um mundo estranho que podem ser remontadas em narrativas. Dentro de tal perspectiva é que este trabalho procura situar o lugar da fantasia nas próprias relações humanas.

Palavras-chave: Experiência humana. Fantasia. Símbolo. Narrativas. Leitura fantástica.

INTRODUÇÃO

Após anos de discussão e de propostas de intervenção para o ensino de língua, um dos grandes desafios da educação brasileira ainda se encontra em compreender o “mundo” do aluno e tentar relacioná-lo ao “mundo” que a própria escola oferece por meio do ensino, com a finalidade de alcançar o conhecimento constituído de cada discente. Para que essa tarefa seja cumprida, é necessário considerar o contexto que fundamenta o processo de ensino/aprendizagem no qual o aluno está inserido: um contexto de heterogeneidades.

Ao se considerar tal composição do contexto escolar, o foco das reflexões deve ser direcionado às diferentes posições subjetivas que o discente ali mobiliza, uma vez que essas posições lhe são inerentes.

Neste cenário, muitos questionamentos costumam surgir: como promover a associação entre conhecimentos em sala de aula? Como formular propostas de aula que abarquem a situação do aluno como um ser individualizado? Partindo dessas indagações é que este trabalho pretende discutir acerca da leitura fantástica como proposta que promove a associação entre conhecimentos e que alcança a dimensão subjetiva que constitui o próprio aluno, uma vez que Bettelheim (2015) afirma que é por meio das histórias fantásticas que o discente pode vir a construir sua identidade social e se situar nos intercâmbios sociais.

Para tal discussão, foi feito um levantamento bibliográfico sobre conceitos de fantasia e símbolo em Bettelheim (2015), Cavalcanti (2002), Lewis (2009), Otto (2007) e Tolkien (2013), para a construção do que seriam os considerados textos fantásticos.

Com o acentuado trabalho dos gêneros do cotidiano em sala de aula, percebe-se a diminuição do contato dos alunos com textos fantásticos, o que acaba por enfatizar ao aluno apenas textos técnicos e com intenções utilitárias, afastando-o da leitura sugestiva que a fantasia oferece para a formação do leitor. Diante disso é que a leitura fantástica compõe uma abordagem necessária à formação dos discentes num contexto de subjetividade.

FANTASIA PARA O DIA A DIA

Sabemos o quanto a raça humana é detentora da capacidade criativa. Podemos construir, destruir e reconstruir mundos por meio de nossa imaginação. Essa capacidade não se constituiu em nosso contexto atual, mas tem se mantido em sociedade desde a primeira experiência humana em compreender o mundo.

Tentaremos aqui esboçar como o ato de criar, de fantasiar, passou a ser prática comum no cotidiano do homem ainda na antiguidade e como isso influenciou sua forma de entender as questões do mundo e também sua autopercepção nas relações sociais.

Do estranho e do sagrado num mundo desconhecido: a gênese do símbolo?

Ainda nos primórdios o homem teve de lidar com indagações e incertezas acerca de um mundo que, para ele, ainda não era totalmente conhecido. Diante de tantas dúvidas e temores, o ser humano iniciou sua tentativa de compreender o que ainda lhe era impreciso e passou a utilizar uma forma de expressão que ainda hoje permanece, mas de diferentes formas, na sociedade modernizada: o narrar sobre as coisas.

Nesse entrecruzamento de experiência e expressão, o homem narrador reproduz a sua percepção do mundo e das coisas que nele há ao mesmo tempo em que percebe a si próprio, como um ser participante do mundo. Cavalcanti (2002) ainda ressalta que

essa capacidade de narrar posiciona o homem num engajamento existencial e, assim, ele instaura o seu “estar-no-mundo”.

Sendo a narração um instrumento de importante necessidade nesse interstício da experiência humana, o debruçar do homem sobre o desconhecido incidiu em produzir sentimentos num cenário duvidoso de descobertas que compunha um mundo estranho e fora, muitas vezes, da sua realidade comum.

Começa-se, então, uma correspondência da realidade natural do homem com aspectos estranhos do mundo, uma forma de aproximação entre o racional e o irracional. Otto (2007) discute essa ideia de aproximação que gera certo medo, por parte de homem, mas que atrai pela sua forma enigmática. Da experiência de desvendar os mistérios do mundo ainda não totalmente conhecido, que gerou sentimentos antes não vivenciados, o ser humano experimentou estar perto do irracional.

Tudo isso remete ao primeiro estágio de contato do indivíduo com o mundo, ou seja, com o que estava fora dele. À medida que ele tentava compreender o mundo, ele também se situava nessa ideia. Num cenário de luta pela sobrevivência em meio ao desconhecido, o homem se inseriu num estado contemplativo que o levou à aproximação do *religare*, do sagrado, e nesse universo – o do outro – o ser humano passou a se construir (CAVALCANTI, 2002, p. 20).

Ao considerar que havia uma força superior a ele, uma divindade, algo sagrado, um nune, foi então que o ser humano passou a engendrar em suas próprias práticas sociais uma relação com uma espécie de objeto maior, ao que Otto (2007) chama de “objeto numinoso”. E isso gerou no homem o “sentimento numinoso”, uma forma de apreciar e compreender os atributos do que era irracional para ele.

O autor então constrói a noção da categoria do numinoso (do latim *numen*, então, numinoso) que se caracteriza como uma forma de interpretação e valoração, e também um estado psíquico, diante de um objeto numinoso. Esse objeto seria o alvo desconhecido que é estranho à realidade comum, e que ainda não se pode explicar. Para isso, Otto (2007) traz uma abordagem “estimulável”, “despertável” acerca da categoria, e não de uma maneira restrita e encerrada em si só.

Dessa forma, seria possível compreender o fenômeno numinoso a partir de uma abordagem não puramente racional e, por isso, ainda bem distante do cotidiano natural do ser humano.

Lewis (2009) também comenta sobre a aproximação do numinoso e ressalta que essa experiência ainda existe no presente. Se a sensação numinosa surge do encontro do homem com um objeto que ainda não conhece, é possível argumentar que tenha se principiado quando os seres humanos começaram a desbravar os lugares da terra antes não descobertos e também quando passaram a refletir sobre a organização de tudo na vida.

É considerando isso que Lewis (2009) também interpreta que a experiência com o numinoso seja tão antiga quanto a própria humanidade. Em outras palavras, pode-se

destacar que a sensação numinosa acompanha as próprias relações humanas no decorrer da história.

Vê-se então que, atreladas à expressão do homem narrador, as experiências com o sagrado se tornaram imprescindíveis na constituição de sua cosmovisão. Sendo assim, a ideia do sagrado, do nune, também se tornou veicular nas narrativas, ressaltando o fenômeno numinoso e a sensação que o homem experimentava nesse contato. Vale aqui ressaltar as narrativas míticas que enfatizam essa aproximação do homem com o sagrado; as lendas também trazem esse ponto de contato com o sobrenatural; e cosmogonias – narrativas de criação – de diversos povos são compostas por esse fenômeno, a exemplo da famosa narrativa bíblica sobre o Éden e o g nesis da vida.

  notável que os contatos iniciais do homem com o universo mágico é amplamente embasado no âmbito do sagrado, o que remete até mesmo às práticas religiosas dos povos ancestrais que enalteciam a figura do xamã, do pajé ou qualquer outro tipo de representante que mantinha correlações com o objeto numinoso.

Diante de um cenário de coisas, seres e fenômenos não integralmente concebíveis, os homens parecem tentar alcançar compreensão sobre tudo isso por meio de uma abordagem mágica e fantástica, o que, segundo Cavalcanti (2002), reposiciona o ser humano de um lugar de criatura primitiva a uma postura de narrador que tem capacidade de fabular.

Nas narrativas, então, eclodem as ideias que veiculam o sagrado e a sensação numinosa e, com isso, a forma de apreender a realidade tanto natural como sobrenatural toma forma de fantasia, já que tenta situar as percepções dos homens utilizando aspectos mágicos, que fogem à realidade comum. Sendo assim, pode-se inferir que o fantasiar se tornou um recurso de necessidade humana para explicar as experiências vivenciadas no decorrer da história, dentro desse universo numinoso.

  medida que os homens se tornam capazes de criar conceituações, imagens e expressões nesse universo, se d  a entrada no mundo simbólico. Cavalcanti (2002) ressalta que o homem são adentra na linguagem quando se torna capaz de simbolizar, então é por meio dessa habilidade que os indivíduos atingem seu processo de humanização diante da apreensão da realidade que pode ser narrada, transformada, simbolizada, ou em outras palavras, fantasiada. Portanto, o primeiro significado para a vida se comporia justamente na relação com o nune, com o assombroso, com o sagrado que se dava pelo símbolo.

Uma vez que o homem experimenta uma aproximação com o numinoso, uma perspectiva de conceber o mundo é ali tomada. Essa concepção tenta situar o desconhecido e também situa o homem no próprio mundo. Se essa experiência numinosa   tomada como verdade sobre o mundo, cabe ao homem perpetuá-la por outras gerações. Vê-se aí também a habilidade do homem narrador que alastra suas experiências a fim de torná-las conhecidas nas comunidades que lhe eram próximas.

Se o homem verifica a necessidade de narrar, de relatar o que vive, pode-se observar a articulação entre a experiência sentida e a forma como simbolizar tal experiência. Narrar, então, significou sentir o mundo. Dessa feita, narrar se compôs como algo inerente ao próprio homem que, de acordo com Cavalcanti (2002), se permitiu experimentar um objeto contemplativo, diante de um cenário de busca pela sua sobrevivência ante o desconhecido, e que o impulsionou a entrar na cadeia simbólica das palavras e da linguagem. Assim, a narração seria a expressão máxima do homem que se situa num mundo.

Considerando isso, é fundamental pensar a fantasia como o gatilho essencial para explicitação do objeto numinoso e aquilo que o ser humano sentia em relação ao nune.

É dessa forma que o homem capaz de fantasiar se transforma num agente dentro de uma história se desenrolando e se descobrindo. Vê-se assim a relação entre o narrar e o fantasiar, o sentir o mundo e o dizer sobre ele. E, para isso, a linguagem foi necessariamente utilizada para viabilizar a expressão do mundo simbólico proposto pela fantasia, ante a tentativa do homem em compreender o objeto numinoso. Nota-se então a relação da palavra com a experiência numinosa: o simbólico é engendrado nas práticas humanas como norteador de perspectivas e cosmovisões.

Cavalcanti (2002) considera que se o homem tornou-se capaz de simbolizar (ou fantasiar), ele passou a ser capaz de ser. Diante disso, ele passa a se perceber no mundo e também a perceber o outro no mundo, uma vez que agora pode entrar na dimensão do outro.

A motivação do homem de entrar em outras dimensões, em outras vozes, dá-se pelo desejo de construir a si próprio num cenário de percepção e autopercepção. Para a autora, narrar então seria a possibilidade do homem de suprir o seu próprio desejo, o qual é o centro do sujeito. Narrar constituiu-se uma autoafirmação no mundo. Se o homem começou a manusear o recurso do símbolo, da fantasia, foi na tentativa de prover a condição incompleta de si mesmo.

Verifica-se então que a experiência com o desconhecido, com o objeto numinoso, e as influências que essa relação gerou no homem trouxeram marcas essenciais para a lida do homem consigo mesmo e com o mundo, uma vez que o motivou a metaforizar, a simbolizar, como tentativa de exprimir suas sensações por meio da linguagem.

Sobre gigantes, bruxas e anões: o texto fantástico e seus tendões

É do senso comum que diversas sociedades primitivas se destacaram pela habilidade de narrar. A própria arte rupestre é um grande símbolo dessa capacidade do homem em registrar aquilo que acontecia na época. Os povos pré-colombianos também possuíam sua forma de ver as coisas, de registrar a passagem do tempo, de falar sobre os

deuses, entre outras coisas. A mitologia grega também surge como forma de ver o início de todas as coisas, e até a relação dos deuses com os humanos.

Entre todos esses dados, nota-se que narração, memória, vida em sociedade e fantasia foram primordiais para a constituição do contar histórias e que caminharam sempre lado a lado.

Não se sabe ao certo o momento exato que deu início às narrativas. Sabe-se, no entanto, que a construção e a organização dos povos no mundo trouxeram consigo as memórias, nas quais as narrativas se instauraram e percorreram tempos diversos, de boca em boca, de registro em registro, de geração a geração, antes compartilhadas somente por meio da oralidade e, mais tarde, alcançando o meio escriturístico.

É importante lembrar que, mesmo antes do sistema da escrita, as narrativas tinham seu peso e valor social em sua modalidade oral e foi justamente essa projeção da oralidade que manteve circulando a memória narrativa dos povos durante bastante tempo, até a chegada da escrita. Com a escrita veio a necessidade de ler e a forma de simbolizar a sensação numinosa foi preenchendo o registro das narrativas que destacavam seres mágicos.

Cavalcanti (2002) comenta que os relatos e contos maravilhosos mergulhados no mundo mágico antecederam o que mais tarde veio a se constituir como produção literária, mas ainda nesses passos iniciais é possível de notar a capacidade simbólica humana de falar sobre a experiência no mundo.

Com o advento da escrita, os livros passaram a ampliar a imaginação e a busca do maravilhoso, ambos contidos nas narrativas fantásticas e, por isso, a possibilidade do sonho e da redenção do homem no mundo, segundo a autora, ainda se perpetuou nas produções literárias derivadas.

Lewis (2009) ainda ressalta que os seres mágicos nas narrativas comportam o perfil humano que idealiza uma tipologia de caráter. Nota-se então que o simbolizar se torna essencial nos textos fantásticos, uma vez que orienta o leitor a ver a si próprio no outro, alcançando dessa forma uma subjetividade latente. Essa postura de espectador diante de um mundo formatado (o mundo construído no texto) compõe a base da fantasia para o autor.

Para Lewis (2009), a fantasia é uma construção imaginativa que produz expansividade como se fosse uma construção de castelos de areia. No entanto, nessa construção o mais importante não seria o herói da história – gerado por uma construção egoísta –, mas sim as ações e atitudes que são desenvolvidas nesse mundo formatado – o que fundamentaria uma construção desinteressada. Dessa forma, fantasiar seria construir um mundo que é subordinado a quem pode lhe dominar e, para isso, mobilizar símbolos engendra o desejo em se aproximar desse mundo.

Tolkien (2013) chama de mundo secundário para esse mundo formatado, produzido por meio do recurso da fantasia. Na tentativa de (re) dizer o mundo e o que nele há, a operação imaginativa gerada pela fantasia é capaz de criar outros mundos. Já

que o mundo primário, que seria o mundo no qual vivemos, está sendo construído, o ato de fantasiar outras realidades seria uma subcriação. Para o autor, fantasiar é uma arte subcriativa na qual o homem pode cumprir, de forma plena, sua função de subcriador, pois ele mesmo projeta imagens desse universo e mantém o controle do que se sucede nele.

A expansão dos símbolos para o texto fantástico torna possível, para o leitor, uma expansão de seu próprio ser, o que, para Cavalcanti (2002), é o “exercício pleno da sua capacidade simbólica”. A tentativa de realização absoluta nesse encontro cosmogônico, proposto pelo mundo mágico subcriado no texto, refaz o cenário conflituoso do ser que se acha incompleto, mas que pode encontrar nas cenas de luta entre bem e mal, de dor e amor e suas variadas representações, e nos símbolos construídos nas histórias fantásticas aquilo que lhe gera satisfação e prazer. Sendo assim, o simbólico, segundo a autora, é a tentativa de preenchimento do lugar faltoso.

É isso que constitui os tendões do texto fantástico quando este se propõe a abordar as dimensões que suscitam nosso “ser-estar” no mundo por meio das metáforas contidas no universo mágico da literatura. Cavalcanti (2002) ainda ressalta que a literatura fantástica dá a possibilidade ao leitor de se aproximar de um estado de plenitude que gera satisfação, o que é capaz de preencher cada individualidade.

Dentre os documentos oficiais que viabilizam o ensino de língua no Brasil, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) destacam que, para a aprendizagem efetiva de Língua Portuguesa, o ensino deve estar voltado para a função social da língua. Somente por meio disso é que o aluno poderá entrar no mundo letrado, construindo assim seu processo de cidadania e interagindo em sociedade de maneira ativa.

E é dentro dessa ótica de função social que se pode perceber a leitura de textos fantásticos como uma abertura para a formação de leitores em sociedade, uma vez que se considera a fantasia uma possibilidade de construção do ser.

Bettelheim (2015) vem destacar que a fantasia direciona o indivíduo à descoberta de sua identidade e também sugere experiências que são cruciais para seu desenvolvimento de caráter por meio dos temas ambientados nos textos fantásticos. O texto fantástico então é um artifício de compreensão não somente do mundo exterior, mas também dos processos interiores e subjetivos de cada pessoa.

O autor ainda disserta que a projeção fantástica feita pelo autor/leitor serve como recurso de construção de sua própria segurança num mundo repleto de tensionamentos. Se o perfil de “ser buscante”, que se encontra em falta de algo e tensionado por isso, caracteriza o homem desde os primeiros contatos da experiência com o mundo, conforme visto em Cavalcanti (2002), no texto fantástico ele tem a oportunidade de estar próximo de atitudes e soluções remontadas nos símbolos dos seres do universo mágico que também apontam para conflitos.

Há uma “estranheza cativante” permeando o universo fantástico justamente porque ele contém uma base de “consistência interna da realidade”, mesmo que,

segundo Tolkien (2013), haja uma discrepância de imagens e arranjos entre o mundo primário e o secundário.

Pode-se então dizer que as primeiras narrativas, que intentaram compreender um mundo desconhecido e estranho, foram projeções que deslocaram o ser humano do foco e puseram o próprio mundo a ser concebível como centro. Uma vez fazendo isso, destacou-se uma projeção desinteressada que buscou mapear os aspectos do objeto numinoso que tanto amedrontava o homem. Diante disso, a fantasia veio a se tornar um recurso vital para a reflexão da raça humana sobre questões da vida, sejam elas do mundo primário, sejam do mundo secundário, do mundo subcriado.

Pensando no contexto escolar, obstruir a fantasia da vivência dos alunos significaria interferir de forma negativa na construção de suas verdades sobre o mundo e sobre si, já que são essas verdades que incitariam seu princípio de prazer em estar construindo um universo mágico, para assim relacionar ao princípio da realidade comum, orientando sua reação ao contato com o cotidiano.

Sendo assim, se torna necessário o trabalho com texto fantástico em sala de aula a fim de formar leitores mais sensíveis de si e do outro, capazes de construir e reconstruir mundos e lugares por meio da palavra-simbólica, do recurso da fantasia, como forma de reposicionar a si próprio numa conjuntura de ressignificações que produz satisfação, já que a entrada no simbólico antecede a própria racionalização das ideias da realidade natural, sendo este uma constituição do próprio homem como sujeito participante no mundo.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Podemos perceber que a fantasia se tornou ferramenta essencial nas próprias relações humanas. Quanto mais o homem tentou entender um mundo desconhecido e a si próprio, mais ele manuseou elementos fantásticos para a construção da própria ideia de si no mundo. Dessa forma, vemos que o homem narrador passou a se constituir a partir da imagem de outro (o objeto numinoso ou o elemento fantástico).

Notamos, ainda, o espaço de abertura a significações que a leitura de textos fantásticos oferece aos alunos ao enfatizar a ideia de símbolo contida nas personagens e no mundo subcriado, o que possibilita aos discentes uma satisfação do ser que se vê na incompletude, mas que pode alcançar prazer no contato com o mundo simbólico.

Diante disso, ressaltamos a necessidade do trabalho de leitura no plano simbólico ou fantástico que visa a mobilização de significados e sugestões, a fim de oportunizar a construção do discente não somente como um leitor, mas também como um sujeito.

REFERÊNCIAS

BETTELHEIM, Bruno. **A psicanálise dos contos de fadas**. Trad. de Arlene Caetano. 30ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

CAVALCANTI, Joana. **Caminhos da literatura infantil e juvenil**: dinâmicas e vivências na ação pedagógica. São Paulo: Paulus, 2002.

LEWIS, Clive Staples. **O problema do sofrimento**. Trad. de Alípio de Franca Neto. São Paulo: Editora Vida, 2009.

_____. **Um experimento na crítica literária**. Trad. de João Luís Ceccantini. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

OTTO, Rudolf. **O sagrado**: os aspectos irracionais na noção do divino e sua relação com o racional. Petrópolis: Vozes, 2007.

TOLKIEN, John Ronald Reuel. **Árvore e folha**. Trad. de Ronald Eduard Kyrmse. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

GRADUANDOS INDÍGENAS NA UNIVERSIDADE: COSMOVISÕES EM CONFLITO NA UNIFESSPA

Flávia Marinho Lisboa

Orientadora: Ivânia dos Santos Neves

Linha de Pesquisa: Análise, Descrição e Documentação das Línguas Naturais

Resumo: Desde sua criação, em 2013, a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) recebe alunos indígenas por meio do Processo Seletivo Especial (PSE), como uma política afirmativa herdada da Universidade Federal do Pará (UFPA). Apesar de possibilitar a entrada desses sujeitos na universidade, é preciso problematizar as ações voltadas para a permanência desse público na academia, o que justifica a pesquisa em andamento, uma vez que o estudo deve insurgir subjetividades em torno do fato de apenas cinco alunos indígenas terem concluído a graduação na instituição até o ano de 2016. Como via de regra no Brasil, os indígenas se inserem na universidade da região sem que mudanças significativas tenham sido feitas para atender a esses sujeitos, de forma que são submetidos a uma adaptação aos preceitos brancos e eurocentrados que regem a academia. Com isso, objetivamos alcançar neste trabalho alguns apontamentos de conflitos educacionais, sociais e epistemológicos resultantes dessa ação afirmativa. Para tanto, propomos analisar as enunciações de alunos indígenas (em curso ou desistentes), registradas em rodas de conversa e entrevistas, que são analisadas à luz da Análise do Discurso com Foucault. O trabalho se fundamenta teoricamente nos estudos pós-coloniais, entendendo que a atual racionalidade eurocentrada das práticas de ensino e aprendizagem da universidade silenciam as epistemes dos povos originários, que, ao nosso ver, deveriam ser levadas em consideração na busca de propostas que minimizem o sofrimento dos alunos indígenas num contexto de práticas tão marcadamente ocidentais. Os resultados prévios dão conta de sustentar afirmações como essa e também de considerar a política pública como incompleta, ressaltando, por outro lado, que a Unifesspa tem apenas quatro anos de existência e que tem se esforçado em refletir e agir sobre a condição indígena na universidade, buscando construir formas que melhor atendam os graduandos em questão.

Palavras-chave: Indígenas. Universidade. Subjetividades.

INTRODUÇÃO

Desde 1987 que a mesorregião sudeste paraense conta com a presença de uma universidade federal: a Universidade Federal do Pará (UFPA), por meio do *campus* de Marabá. Foi nesse *campus* que, a partir de 2009, os indígenas da região puderam então ingressar em uma universidade federal através de um Processo Seletivo Especial (PSE).

A partir de 2013 a estrutura da UFPA na região é repassada à Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), criada por desmembramento da UFPA.

A nova universidade mantém o PSE como ação afirmativa da instituição para com os indígenas, além desses serem contemplados também pela lei de cotas (Lei Federal nº 12.711, de 29 de agosto de 2012) no processo seletivo regular. Para atender os aprovados no PSE, essa ação afirmativa da Unifesspa garante duas vagas exclusivamente para indígenas em cada um dos cursos de graduação, acrescentando essas duas vagas às já existentes nas turmas, em caso de aprovação de indígenas.

Apesar de possibilitar a entrada desses sujeitos na universidade, a política afirmativa precisa ser problematizada, colocando em questão as ações voltadas para esse público depois que começam a cursar a graduação. Após possibilitar o acesso dos indígenas de forma diferenciada, a postura diferenciada que esses sujeitos esperam da universidade não se mantém. Na outra ponta, a universidade impõe (pela sua estrutura curricular, pedagógica e epistemológica) uma adaptação desses sujeitos ao espaço acadêmico, sem prestar condições à contento para tal adaptação, segundo os próprios indígenas. Como via de regra, no Brasil, obviamente com diferenças nas práticas de cada instituição, a universidade que insere indígenas no espaço acadêmico, tende a ser agente no sofrimento desses alunos por não concretizar mudanças significativas em sua estrutura para o tratamento que esses sujeitos demandam, de forma que os mesmos se vêm cotidianamente na exigência de uma adaptação aos preceitos brancos e eurocentrados que regem a academia.

É nesse ponto da problematização que apontamos existir um conflito mais que educacional, mas também sociocultural, político e epistemológico, resultante de uma política pública incompleta, que não é típica da Unifesspa, mas um reflexo da falta de amadurecimento das instituições federais em todo o território nacional¹ para lidar com as diferenças, sejam elas de gênero, específicas dos portadores de necessidades especiais, ou mesmo as culturais, como é o caso dos indígenas. Ressaltamos, por outro lado, que a Unifesspa possui apenas quatro anos de existência e tem procurado andar na contramão dessa norma, promovendo diversas ações no sentido de buscar construir formas que melhor atendam os graduandos em questão. Entre essas ações estão eventos como espaço de reflexão sobre a condição indígena na universidade, o desenvolvimento regular de relatórios que dão conta das demandas dos alunos na universidade (inclusive com entrevistas) e também a proposta de criação de um “núcleo da diversidade” para dirimir demandas específicas de públicos como indígenas e quilombolas, o que evidencia a preocupação da nova instituição com os sujeitos indígenas.

Diante disso, propomos refletir nesse trabalho sobre os conflitos epistemológicos gerados na inserção de alunos indígenas nas universidades federais, a partir da Unifesspa, por meio dos enunciados de alunos indígenas (em curso ou desistentes), os

¹ Obviamente que algumas poucas universidades são pioneiras em ações afirmativas para graduandos indígenas e já amadureceram políticas internas no tratamento dado a esse público, inclusive com a oferta de cursos interculturais, com na Universidade Federal de Roraima, na Universidade Federal de Minas Gerais e na Universidade de Brasília, por exemplo.

quais relatam suas subjetividades diante da instituição. Os dados foram gerados por meio de entrevistas abertas e são objeto de reflexão a partir de fundamentos foucaultianos e dos Estudos Pós-Coloniais, entendendo que a atual racionalidade eurocentrada das práticas de ensino e aprendizagem da universidade silenciam a episteme dos povos originários, que, ao nosso ver, deveriam ser levadas em consideração na busca de propostas que minimizem o sofrimento dos alunos indígenas num contexto de práticas tão marcadamente ocidentais.

PROBLEMATIZANDO O CONTEXTO

A mesorregião sudeste do Pará é um território que se constitui historicamente pelo conflito como reflexo da expansão do capital na Amazônia², responsável pelo início de uma acelerada migração de pessoas de todo o Brasil, que desconsiderou a existência de homens nativos no território amazônico, como os indígenas. Estes tiveram seus territórios, assim como suas existências, ainda mais ameaçados por essa implantação do grande capital, impulsionado pelo governo militar a partir do Plano de Integração Nacional (PIN) na Amazônia, configurando a referida região como espaço de fronteira, com intensos confrontos entre os que chegavam e as populações tradicionais.

Nesse contexto aqui desenhado a intensificação das disputas por território colocam os indígenas em constante posição de defesa e de luta por direitos em decorrência desse contato com o homem branco, provocando diversas demandas sociais como a formação acadêmica de forma a garantir maior autonomia para os povos indígenas. Essas demandas tensionaram o governo brasileiro a implantar alternativas para que esses povos ingressassem nas universidades federais, de forma que desde 2009 a UFPA recebe alunos indígenas e quilombolas por meio do PSE. Criada a partir do desmembramento da UFPA, em 2013, a Unifesspa também adotou a política afirmativa, considerando o número de povos indígenas que residem na região onde a universidade está inserida.

As regiões sul e sudeste do Pará abrigam os povos Gavião, Suruí Aikewara, Xikrin do Kateté, Guajajara, Atikun, Guarani, Parakanã, reunindo mais de cinco mil indígenas, segundo dados da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em 2016. Esses povos estão historicamente situados nessa região, o que nos permite problematizar que sempre houve uma demanda desses sujeitos para acessar a universidade, mas que as condições de possibilidades históricas anteriores não permitiam a visibilidade dessa demanda, que só passou a ser atendida via ações afirmativas a partir de 2009, como resultado de uma cobrança por parte dos indígenas do Pará.

A implementação de ações afirmativas específicas para os povos originários na Unifesspa, a política de cotas (via Lei Federal nº 12.711, de 29 de agosto de 2012) e o PSE desde 2009, passam a inscrevê-los nesse espaço monocultural que é a universidade

² E antes disso também já sofria (desde o século XVII) pressões como reflexo de políticas da coroa portuguesa para alocar sua presença no estado do Maranhão com o intuito de inibir ações de conquista de outros países europeus, segundo Furtado (1959).

e esta não consegue efetuar as mudanças necessárias, no tempo em que os alunos precisam, para atender as demandas para a permanência desses sujeitos na graduação. Por conta disso, os alunos indígenas ao iniciar a graduação são abruptamente pressionados pela estrutura pedagógica, curricular e burocrático-administrativa para se adequarem ao novo que é o universo acadêmico, sem que haja um tempo e ações pontuais para tal adaptação, segundo relatos dos próprios indígenas.

FOUCAULT E ESTUDOS PÓS-COLONIAIS: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-ANALÍTICA PARA DIÁLOGOS E CONFLITOS

Compomos nosso quadro teórico com abordagens que nos permitam fazer um caminho discursivo de análise, com concepção sociohistórica, como produção que se dá entre sujeitos historicamente situados, embasando-nos, para tal perspectiva em Foucault e nos estudos pós-coloniais.

Foucault acredita no sujeito sociohistoricamente construído, pois os enunciados por ele produzidos precisam ser compreendidos pela determinação das condições de sua existência e as relações que mantém com outros enunciados, bem como os que são excluídos. Além disso, nos é pertinente também as contribuições do autor no que tange à genealogia, considerando o que ele chamou de “saberes sujeitados” (FOUCAULT, 2005).

Já os estudos pós-coloniais também nos respaldam na adoção de uma perspectiva sociohistórica, visto que essa linha teórica parte do processo da colonização no mundo enquanto acontecimento que define nosso pensamento ao longo da história até o momento presente. Dentro desse englobamento teórico, adotamos, então, autores que se aproximam da discussão da Decolonidade, área alavancada por Aníbal Quijano (2005), quem postula o conceito, e Walter D. Mignolo (2003), problematizando a racionalidade moderna como única possível e que deve ser seguida por todos, construída por uma história de interdições para os conhecimentos Outros.

Nessa mesma conjuntura teórica, a Interculturalidade (na percepção de Catherine Walsh) também é uma colaboração importante nesse processo de estudo pelo entendimento que temos de que o ensino na universidade, considerando a presença indígena, deve ter o intuito de contemplar a necessidade de equidade epistêmica (WALSH, 2010) em favor desses povos, que sempre tiveram suas formas de pensar e existir ignoradas como válidas pela episteme ocidental.

Es a partir de esta racialización moderno-colonial que se forjó la idea de que los indios y negros por sí mismos no piensan; cualquier saber viene simplemente de la práctica de/con la naturaleza, así clasificado y nombrado como “tradición”, nunca como ciencia o conocimiento (Walsh, 2007, p. 27).

Esses autores, e outros que adotamos na pesquisa de doutorado em andamento, nos possibilitam questionar a modernidade que rege as universidades brasileiras e de como esse regime de verdades se desestabiliza quando pessoas de outra ordem de

vivência, não ocidental, adentram esse espaço, estabelecendo uma relação fundamentalmente conflituosa.

Como referência teórico-metodológica, os Estudos Pós-Coloniais nos possibilitam questionar a modernidade que rege as universidades brasileiras e de como esse regime de verdades se desestabiliza quando pessoas de outra ordem de vivência, não ocidental, adentra esse espaço. A evidência de diferenças epistemológicas não se aplica apenas a produção do conhecimento, na consideração dos indígenas na universidade, mas todas as práticas a que esses sujeitos estão submetidos nesse contexto, materializando cotidianamente choques que evidenciam os conflitos epistemológicos entre essas cosmovisões de mundo, os da universidade e os dos indígenas. Tal consideração é fundamental para entender os regimes de opressão e silenciamento aos quais os indígenas estão sujeitos no espaço acadêmico, mesmo que por omissões involuntárias da universidade.

NARRATIVAS DE CONFLITOS

A partir das premissas dos autores destacadas no tópico anterior, selecionamos alguns enunciados, os quais apresentamos a seguir, no sentido de objetivar a teoria que fundamenta a reflexão sobre os conflitos existentes com a presença dos alunos indígenas na universidade.

ALUNO 1 – *Assim que entrei na universidade já tive uma visão de como é diferente. Quando eu vou lá e aqui, estudando aqui na aldeia. E cada dia que a gente vai pra universidade é uma dificuldade que a gente se depara. Uma dificuldade diferente uma da outra, tanto no convívio e até mesmo como no apoio.*

ALUNO 2 – *Quando eu entrei na faculdade eu já me deparei com toda uma situação complicada, né? principalmente na questão de informação, de acesso. A gente tem que tá ali conectado à internet pra saber a data de fazer matrícula, a data de levar documentação, que documentação levar, aonde eu vou quando chegar, com quem eu vou falar. Até quando a gente entra na faculdade, começa a conhecer coisas que a gente nunca viu, na vida, totalmente assim, difícil (...) Porque um aluno pra sair da comunidade pra terminar curso é ter bastante força de vontade mesmo porque pra nós não é fácil.*

ALUNO 3 – *Falando um pouco das dificuldades dentro da universidade, é que a universidade não está preparada para receber os indígenas. Esse é o primeiro ponto. O segundo é que mesmo os indígenas sendo preparado na escola pública para estudar, ele não consegue acompanhar (...) Sempre falamos de criar uma universidade num campo neutro que iria ser para esses alunos. A gente criar uma universidade para receber nossos companheiros que quer estudar.*

ALUNO 4 – *Eu vejo que a dificuldade dos alunos na universidade não tanto o acesso mas sim poder acompanhar a universidade. Porque existe uma realidade (...) A universidade tem uma hierarquia, e quando eu entrei a gente não tinha apoio e avançou muito de agora que é Unifesspa. Muitos da minha época muitos desistiram e não conseguiram por causa desse acesso que ainda era UFPA (...) A maior dificuldade é a dinâmica da universidade, ela tem seu tempo e não espera pela gente. E se a gente pergunta o professor e a turma trata como se fôssemos o atrasado.*

ALUNO 5 – *Quando a gente entra na universidade a primeira coisa que acontece é o choque cultural, você tem que lidar não com outra cultura, mas com várias culturas que tem ali, pensamento, jeitos e formas que você tem que lidar. Um conversa com você outro não conversa, quer dizer, tudo aquilo influencia muito pra gente ficar no nosso canto.*

ALUNO 6 – *Quando eu fui fazer a inscrição nem as pessoas do curso sabiam que o curso tinha cota, aí eu mostrei que eu tinha passado. A adaptação é a grande questão pro indígena chegar na universidade. Não só lá mas no mundo que envolve o preconceito que é muito forte na sociedade como um todo.*

ALUNO 7 - *a gente não estava preparado assim pra entrar na universidade e ver como é o padrão da universidade. Porque nós indígena tivemos uma base diferente. Nossa escola é diferenciada. Quando a gente chega aqui, a gente encontra tipo uma barreira. O padrão de falar aqui é diferente. E isso... muitos indígenas que entraram junto com a gente desistiram porque tiveram dificuldade, não tinha apoio, pra onde correr.*

ALUNO 8 - *Para muitos... acham que eu não mereço isso aqui. Mas é, todo dia na universidade é dia de reconquistar algum espaço né? de mostrar que a gente tem essa capacidade (incompreensível) e consegui a confiança de alguns companheiros lá dentro, professores também.*

ALUNO 9 - *Sempre trabalhando nas duas coisas. Que ele é indígena, que ele tem que ir e voltar e que o estudo dele tem que ser voltado pra comunidade e as coisas tem que andar igual, junto, tudo em paralelo, ali. Ele tem que saber pra fortalecer (...) você tem que saber se dividir. Quando eu estudava, que estava na faculdade, eu tava na sala de aula e era chamada para ir pra reunião. E a universidade não entende. Um dia de falta é quatro e não sei o que e já reprovou e já vai pagar matéria, aí tudo isso aborreceu (...)*

ALUNO 10 - *Até quando a gente entra na faculdade, começa a conhecer coisas que a gente nunca viu, na vida, totalmente assim, difícil, porque eu nunca tive, tô falando da questão principalmente do Direito, que é uma linguagem totalmente diferente, né? aquele formalismo, a gente tem que acostumar com aquilo, tem que*

entender (...) Muitos que já estudam já (...) tem facilidade e quando o professor passa o conteúdo todo mundo já está ali envolvido. A gente fica se sentindo assim o excluído. ‘meu Deus do céu! eu sou muito burra’. Só que na verdade não é. Aí a gente começa ali a buscar informação...

Diante das dificuldades enfrentadas pelos alunos indígenas, conforme os enunciados, evidencia-se que a implantação de um PSE que possibilite a inserção de indígenas nos cursos da Unifesspa por acréscimo de duas vagas/curso específicas para esse público não garante um ganho efetivo aos povos originários, uma vez que há dificuldades para que esses alunos se mantenham na universidade por diversas questões, como diferenças culturais, linguísticas, financeiras e mesmo epistemológicas (evidenciadas nos enunciados dos próprios alunos). Essas diferenças causam desconfortos tais para esses alunos que o nível de desistência é alarmante, de forma que até o ano de 2016 (como já foi apontado no tópico anterior) somente quatro alunos conseguiram concluir a graduação, apesar de todos os anos (desde 2009) entrarem dezenas de indígenas na instituição por meio do PSE.

A partir dos enunciados dos alunos, percebemos o nível de violência simbólica a que foram submetidos, sob um manto que à priori parece ser admirável por promover a acessibilidade dos indígenas ao ensino superior, mas não se evidencia o fato de que foram deixados à mercê nesse novo contexto que lhes foi oferecido, passando por insegurança alimentar; sem garantia de transporte diário para chegar à universidade; sem entender o conteúdo das disciplinas nem serem entendidos; com dificuldades para manifestar suas demandas por falta mesmo de um local apropriado para atendê-los, escutá-los; e, ainda, sem nenhuma preparação do corpo de servidores, professores e mesmo alunos não-indígenas, ocasionando constantes e traumatizantes situações de preconceito e racismo.

Porém, mesmo com essas dificuldades, os alunos continuam adentrando a universidade, entendendo que precisam assumir um compromisso maior com suas respectivas comunidades, que é o de se fortalecerem na permanente luta em que se posicionam numa sociedade onde não têm a escolha de se eximirem dessa condição de embate incessante em todos os níveis e eixos de suas vidas, uma vez que o “não lutar” implica no aniquilamento desses povos, como a história na região já vem mostrando desde a colonização.

São esses tensionamentos que objetivamos evidenciar ao visibilizar as implicações epistemológicas em torno da presença de alunos indígenas no contexto acadêmico, de forma que essas implicações nos deem subsídios reflexivos para formular colaborações no sentido de destacar a importância do reconhecimento e valorização de outros modos de existir no ensino em contexto multicultural com alunos indígenas.

TENSIONANDO O DISPOSITIVO: UNIVERSIDADE EM TRANSFORMAÇÃO

Ao propor o conceito de dispositivo, Foucault inaugura a reflexão de que o poder se manifesta e busca se manter enquanto tal por meio de instrumentos institucionalizados na sociedade e a Educação seria um deles. Nesse sentido, o poder negocia as tensões com os sujeitos do momento histórico em questão, de forma a se mobilizar de acordo com as condições sociohistóricas a fim de perpetuar seus espaços de automanutenção, mesmo que as formas como esse poder se instaura sejam modificadas ao longo da história por condicionamentos dessa negociação considerar a Educação como um dispositivo.

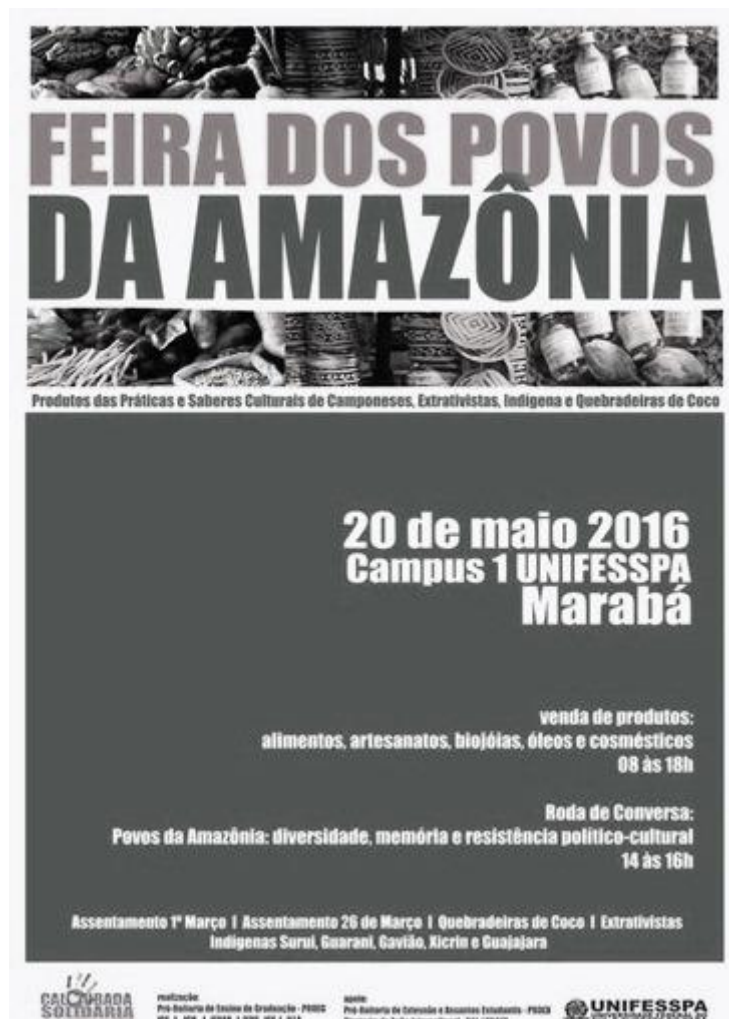
Sabe-se que a educação, embora seja, de direito, o instrumento graças ao qual todo o indivíduo, numa sociedade como a nossa, pode ter acesso a qualquer tipo de discurso, segue, em sua distribuição, no que permite e no que impede, as linhas que estão marcadas pela distância, pelas oposições e pelas lutas sociais. Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo (FOUCAULT, 2011, p. 44).

Essas linhas de que o autor fala não delimitam ou envolvem sistemas homogêneos, mas compõem processos em permanente desequilíbrio, que são chamados por ele de “dispositivo”. No caso da nossa reflexão, podemos entender a universidade como um dispositivo, nos moldes do que trabalhou Gregolin (2015). Entendemos nessa discussão que o desequilíbrio da universidade enquanto um dispositivo de poder (considerando o que defende Foucault acerca da educação como um dispositivo) é mantido pela atuação dos sujeitos, pela produção de subjetividade dos mesmos, geradas como respostas às manifestações de força do dispositivo, que atua para manter sua ordem hegemônica. Em outras palavras, o desequilíbrio é um reflexo das negociações entre o poder e o sujeito subjetivado pelo dispositivo. Assim, as produções de subjetividade dos sujeitos podem tensionar a tal ponto o dispositivo que chegam então a provocar sedimentações, ou reconfigurações, ou mudanças ou até mesmo transformações radicais no dispositivo ao ponto de possibilitar a emergência de um novo modo de ser do dispositivo (DELEUZE, 1996).

Esse conceito de dispositivo de Foucault nos permite prospectar que a universidade precisa ser tensionada para que a ordem posta nela possa ser descontinuada, fazendo com que a mesma (dependendo da forma e intensidade como as produções de subjetividade dos sujeitos se manifestam) se sedimente ou assimile pequenas alterações, ou mesmo se fracture.

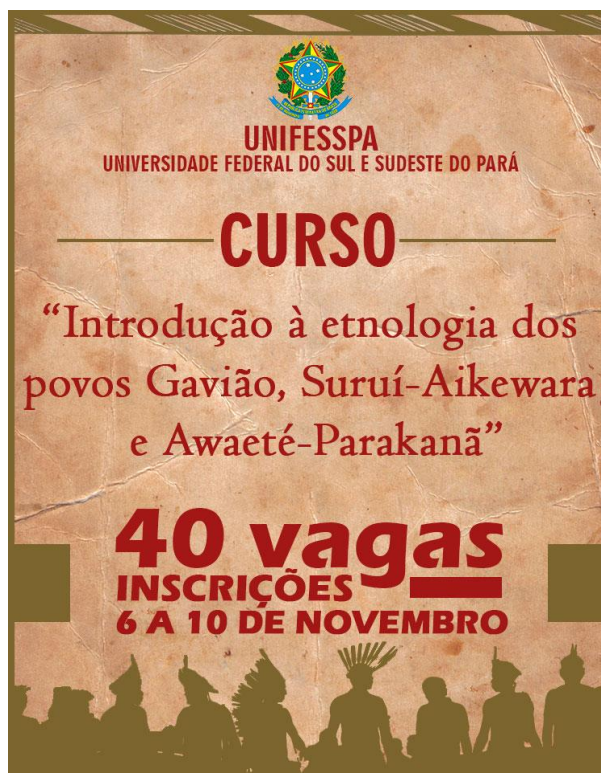
É a partir dessa perspectiva que entendemos as mobilizações realizadas pela Unifesspa no intuito de responder as produções de subjetividade dos alunos indígenas na instituição. Entre as várias iniciativas, destacamos abaixo dois dos eventos organizados pela universidade que mostram as flexões em sua ordem em busca de modificar sua estrutura para melhor atender o aluno indígena.

Figura 1: Cartaz da feira de recepção dos calouros em 2016, onde consta os nomes dos povos indígenas Suruí, Guaraní, Gavião, Xicrin e Guajajara



Fonte: www.unifesspa.edu.br

Figura 2: Curso ofertado a servidores da Unifesspa



Fonte: <https://www.unifesspa.edu.br/index.php/noticias/1954-inicia-hoje-o-curso-introducao-a-etnologia-dos-povos-gaviao-surui-aikewara-e-awaete-parakana>

Como é comum de todo direito conquistado vir por uma história de luta, as comunidades indígenas vinham tensionando a academia paraense para que pudessem adentrar esse espaço. Para que a partir de 2009 os indígenas passem a fazer parte das políticas afirmativas da UFPA, posteriormente herdadas pela Unifesspa, há o registro de diversos processos movidos pela Associação dos Povos Indígenas do Tocantins (APITO) e a Associação Indígena Gavião KyikatêjêAmtáti junto à reitoria da instituição.

A implantação dessa ação afirmativa, que possibilitou o acréscimo de duas vagas específicas para os indígenas em cada curso da universidade, funcionou apenas como um portal para que a presença indígena no espaço acadêmico viabilizasse uma série de questionamentos sobre a homogeneidade da universidade. Na atualidade, em que os indígenas já adentram a universidade como alunos, há condições nesse espaço de se enunciar outras demandas, o que tem sido feito pelos graduandos, que inclusive criaram uma associação (a Associação dos Alunos Indígenas da Unifesspa) que os representa e viabiliza as cobranças dos alunos na instituição.

Assim, a universidade se vê inquirida a dirimir demandas culturais que gritam nas metodologias de ensino e nas posturas epistemológicas. É nessas enunciabilidades que percebemos o surgimento do novo, de novos tempos que ainda não existem, mas que pedem passagem para vir a ser. A atualidade dos acontecimentos históricos evidencia que um novo se anuncia, o que não nos garante que os anseios indígenas nesse espaço (como está constituído hoje) serão atendidos a contento, mas apenas o fato de determinados enunciados terem visibilidade na atualidade, segundo a lógica do

conceito de dispositivo, já nos permite vislumbrar que o futuro urge no presente, exigindo mobilizações no presente para que possa acontecer.

Se serão tempos melhores, não sabemos, nem é essa a tarefa da reflexão aqui proposta, mas sim evidenciar que por meio de dados de um arquivo e do presente podemos perceber o movimento de mudanças do que estamos nos tornando nas universidades com tensionamentos das pautas de graduandos indígenas.

O diagnóstico, assim entendido, não confere o certificado de nossa identidade por intermédio do jogo das distinções. Ele demonstra que nós somos diferença, que a nossa razão é a diferença dos discursos, a nossa história a diferença dos tempos, o nosso eu a diferença das máscaras (FOUCAULT, 2014, p. 160)

Embora não possamos ainda afirmar o que pode ser esta nova ordem, ela não é o que está no arquivo, no passado, no que já foi, nem mesmo o que somos hoje no presente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partimos da premissa de que a evasão dos alunos indígenas na universidade está diretamente relacionada à ideia de universidade como espaço homogêneo e não como um espaço multicultural, microcosmo da sociedade da mesorregião sudeste paraense onde estão situadas onze aldeias indígenas³, com culturas e línguas bem distantes das ocidentais. Essa ideia de que as universidades são culturalmente homogêneas é o que estrutura as práticas pedagógico-administrativas que norteiam o ensino acadêmico.

Com isso, evidencia-se à comunidade acadêmica que a relação insatisfatória dos alunos indígenas com o ensino e a aprendizagem eurocentrados não se trata de uma deficiência que carregam, mas sim uma decorrência de outros fatores ligados às suas diferenças epistêmicas e culturais. Por meio desse fundamento, acreditamos ser necessário colocar em ação uma concepção pluralista e intercultural das práticas de ensino, enfocando atividades situadas no contexto sociocultural do aluno, no seu universo simbólico, tornando a universidade um espaço onde a distribuição do poder é problematizada.

Essa perspectiva demanda ações com preocupações para além do ingresso desses alunos nas universidades, mas que se preocupem também com a permanência dos mesmos na academia, estando a consideração da cultura/identidade como uma premissa estruturante para a formulação de alternativas.

Nesse sentido, a Unifesspa tem demonstrado esforço ao longo dos seus quatro anos de existência para refletir e agir sobre a condição indígena no contexto acadêmico,

³ Número contabilizado a partir de dados fornecidos pela Funai em 2015, porém já ocorreram novas cisões no grupo de forma que atualmente existem treze aldeias, com possibilidades para mais divisões.

o que evidencia a preocupação da nova instituição em construir formas que melhor atendam os graduandos indígenas.

Conforme evidenciamos nos enunciados, a enunciabilidade materializa a relação conflituosa entre indígenas e universidade, assim como também o movimento institucional para flexionar seus ordenamentos, a partir dos permanentes tensionamentos inflados pelas produções de subjetividade dos sujeitos diante dos processos de subjetivação.

REFERÊNCIAS

DELEUZE, Gilles. O que é um dispositivo? In: **O mistério de Ariana**. Lisboa: Vega/Passagens, 1996, p. 83-96.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

_____. **A ordem do discurso**. Aula Inaugural no Collège de France. Pronunciada em 2 de Dezembro de 1970. 21ª ed. São Paulo: Loyola, 2011.

_____. **Em defesa da sociedade**: Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundo da Cultura, 1959.

MIGNOLO, Walter. **Histórias Globais/projetos Locais**: Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina”, en: S. Castro-Gómez, O. Guardiola Rivera y C. Millán de Benavides (eds.), **Pensar (en) los interstícios**: Teoría y práctica de la crítica poscolonial, Bogotá, Colección Pensar / Centro Editorial Javeriano. 1999.

VIAÑA, Jorge; TAPIA, Luis; WALSH, Catherine. **Construyendo Interculturalidad** Crítica. III CAB – 2010.

WALSH, Catherine. ¿Son posibles unas ciencias sociales/ culturales otras? Reflexiones en torno a las epistemologías decoloniales. **Revista Nômadas**. N. 26. Abril 2007. Universidad Central – Colombia.

A PESQUISA SOBRE A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA NO PARFOR LETRAS

Herodoto Ezequiel Fonseca da Silva

Orientador: Prof. Dr. Thomas Massao Fairchild

Linha de pesquisa: Ensino-Aprendizagem de Línguas e Culturas: Modelos e Ações

Resumo: Este trabalho apresenta uma faceta de nossa pesquisa de doutorado na área de Estudos Linguísticos em diálogo com a área de formação do professor de língua portuguesa. Nesse momento, focamos nossa atenção para a pesquisa sobre a formação do professor de língua portuguesa no contexto do PARFOR Letras, uma vez que é um Plano de formação de professores em nível nacional que tem ofertado cursos de licenciatura e que, desde sua implantação, tornou-se objeto de estudo em várias áreas do conhecimento. Além disso, pelo fato de o contexto de nossa pesquisa se dar no PARFOR Letras da UFPA, vimos a necessidade de fazer um estudo exploratório sobre essa temática em dissertações e teses defendidas no Brasil. Primeiramente, buscamos produções acadêmicas no banco de teses da Capes que tratavam de pesquisas sobre esse assunto. Depois, selecionamos também as dissertações e teses produzidas no âmbito de Programas de Pós-Graduação do Estado do Pará a fim de estudar a forma como os pesquisadores desse Estado desenvolveram seus trabalhos. Em seguida, fizemos a leitura dessas dissertações e teses, mapeando e analisando as seguintes categorias: objeto de pesquisa, procedimentos metodológicos, filiação teórica para análise dos dados e o papel da escrita na formação do professor. Portanto, almejamos discutir o estado atual sobre as pesquisas que tomam como objeto a formação dos professores de língua portuguesa no âmbito de cursos de Letras ofertados pelo PARFOR.

Palavras-chave: Formação do professor. Letras – Português. PARFOR.

INTRODUÇÃO

O Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (doravante, PARFOR) foi instituído por meio do Decreto Nº 6.755, 29 de janeiro de 2009 (BRASIL, 2009), que instaurou a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, cuja principal finalidade foi a de “organizar, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito federal e os Municípios, a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério para as redes públicas da Educação Básica”. (BRASIL, 2009).

Essa política foi concebida principalmente para sanar os desajustes da formação dos professores exigida no Brasil desde a Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional, de 1996, onde prescrevia que para os professores atuarem nos níveis da educação básica (ensino fundamental e médio) estes precisariam ser formados em curso

superiores de licenciatura em instituições autorizadas e reconhecidas pelo MEC. Então o PARFOR surgiu neste cenário de exigência de adequação – já bem atrasada – à legislação educacional vigente. O atraso nessa adequação formativa fez com que o Plano fosse concebido como um política emergencial o que acarretou na forte intensificação e necessidade de rapidez nas ações administrativas, pedagógicas e curriculares para o início da implementação das ações formativas.

Dessa forma, o objetivo deste estudo é discutir as pesquisas já desenvolvidas acerca da formação do professor de Língua Portuguesa em cursos de licenciatura em Letras ofertados no âmbito PARFOR¹. Para tanto, precisamos fazer primeiramente a busca das dissertações e teses no sítio eletrônico do Banco de Teses da Capes o que resultou em um mapeamento quantitativo das produções acadêmicas acessadas. Organizamos esses dados quantitativos obtidos de acordo com (1) o ano de defesa, (2) a área de conhecimento das investigações, (3) as Instituições de Ensino Superior (IES) em que as produções acadêmicas foram concebidas, (4) o nível acadêmico (se mestrado ou doutorado) e (5) os cursos de licenciatura investigados.

Após este passo, selecionamos as dissertações e teses que se debruçaram sobre a formação do professor de língua portuguesa no PARFOR Letras para analisarmos seus conteúdos e depreender as regularidades temáticas acerca do estado do conhecimento atual sobre o assunto. Trata-se de uma etapa primordial para reconhecer e definir o objeto “de tal maneira que seja reconhecível igualmente pelos outros” (ECO, 2012, p. 21). Tivemos que “escutar” o que já foi dito por meio da leitura atenta e responsável dos textos a partir da identificação das regularidades no que diz respeito mais especificamente aos seguintes itens: os *objetos de pesquisa* escolhidos, os *procedimentos metodológicos* utilizados, a *filiação teórica* assumida nas produções e o *papel da escrita do aluno-professor para a sua formação*. Só após este trabalho poderemos identificar os avanços já empreendidos sobre o referido objeto e, assumindo a natureza da linguagem como dialógica, polifônica, inconclusa, “dizer do objeto algo que ainda não foi dito ou rever sob uma óptica diferente o que já se disse” (ECO, 2012, p. 22) para que assim possamos contribuir para o avanço teórico e prático do campo da formação do professor de língua portuguesa como língua materna e seu ensino.

De acordo com os critérios de classificação dos tipos de pesquisa científica de Tognetti (2006 apud RAMOS, 2009, p. 182), este estudo é uma pesquisa básica, já que a questão aqui levantada é de ordem intelectual, visando à ampliação do saber acerca da formação oferecida pelo PARFOR e especificamente pelo PARFOR Letras. Quanto ao objetivo, trata-se de uma pesquisa exploratória, pois se faz um estudo para ganhar maior familiaridade com o problema de pesquisa – a formação do professor de LP no contexto do PARFOR – para depois ser abordado de forma mais detalhada². Quanto aos procedimentos, caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica uma vez que discutimos

¹ Houve a necessidade de fazer este estudo uma vez que os sujeitos de nossa pesquisa em nível de doutorado são professores da Educação Básica atendidos pelo curso de licenciatura em Letras do PARFOR/UFPB e o objetivo principal da referida pesquisa de doutoramento é estudar a constituição da autoria na escrita sobre as práticas de ensino de língua portuguesa.

² Fazemos referencia ao texto final de tese quando do “término” da pesquisa.

o conjunto de conhecimentos já produzidos acerca da formação do professor de LP no contexto do PARFOR, em produções acadêmicas (dissertações e teses). Nosso estudo é de natureza, predominantemente, qualitativa onde fazemos a discussão do conteúdo apresentado nas monografias.

A seguir, desenvolvemos o levantamento das produções acadêmicas acessadas no Banco de Teses da Capes e, posteriormente, discutimos o conteúdo das monografias que tratam exclusivamente de pesquisas sobre a formação do professor de LP no contexto de cursos de Letras do PARFOR. Na última seção, apresentamos as considerações finais do artigo.

O PANORAMA DA PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE O PARFOR

Fazendo a busca no sítio eletrônico do Banco de Teses e Dissertações da CAPES³ a partir do termo “PARFOR”, obtivemos como resultado 97 produções acadêmicas. Destas 97 produções, 22 datam de 2016, 32 de 2015, 21 de 2014, 19 de 2013 e 3 de 2012. Para melhor visualização, vejamos a tabela abaixo:

Tabela 1 – Ano de defesa

Ano de defesa	Quantidade
2012	3
2013	19
2014	21
2015	32
2016	22
Total	97

Fonte: Banco de Teses da Capes.

Considerando esses dados retirados do repositório do banco de teses e dissertações da CAPES, nota-se que a produção acadêmica no país a respeito do PARFOR inicia no ano de 2012, possivelmente pelo fato de ele ter iniciado legalmente no ano de 2009 (Decreto nº 6.755/2009). Além disso, a execução do plano por meio das ações formativas provavelmente teria sido iniciada em 2010, o que foi o caso da UFPA quando as primeiras turmas iniciaram devido ao registro do ano de construção do PPC do PARFOR Letras da UFPA (2010) e a resolução que aprovava o referido curso (2011). Mas, mesmo com esse curto tempo de existência do programa, percebe-se uma certa fecundidade do assunto por já ter um total de 97 produções acadêmicas em um intervalo de tempo de 5 anos (de 2012 a 2016). Um exemplo do salto quantitativo na produção é o caso da diferença de textos defendidos entre o ano de 2012 e o de 2013, isto é, de 3 produções defendidas, aumentando para 19.

³ Disponível em: www.bancodeteses.capes.gov.br. Acesso em 28 fev. 2017.

No que diz respeito à área de conhecimento⁴, 71 são da área de Educação, 10 de Ensino de Ciências e Matemática, 3 de Letras, 3 de Sociais e Humanidades, 2 de Linguística, 2 de Ensino, 1 de Administração Pública, 1 de Ciência da Computação, 1 de Educação de Jovens e Adultos, 1 de Música, 1 de Tecnologia Educacional e 1 de Interdisciplinar.

Tabela 2 - Área de Conhecimento

Área de conhecimento	Quantidade
Educação	71
Ensino de Ciências e Matemática	10
Letras	3
Sociais e Humanidades	3
Linguística	2
Ensino	2
Administração Pública	1
Ciência da Computação	1
Educação de Jovens e Adultos	1
Música	1
Tecnologia Educacional	1
Interdisciplinar	1
Total	97

Fonte: Banco de Teses da Capes.

A partir desta tabela, constata-se que a área de conhecimento de Educação apresenta maior produtividade a respeito do PARFOR no país com 71 produções de um total de 97. Por se tratar de uma política pública no campo educacional, obviamente os Programas de Pós-Graduação em Educação no País voltam suas atenções para tal ação do Estado e também pelo fato de os cursos de Pedagogia serem os de maior número de turmas ofertadas. Soma-se a isso o fato de em vários desses programas de pós-graduação existir linhas de pesquisa que se debruçam sobre as políticas educacionais. Chama-nos a atenção também o fato de na área de Letras constar apenas 3 produções e na área de Linguística apenas 2, o que sinaliza uma fronteira a se expandir com pesquisas e produções acadêmicas nos Programas de Pós-Graduação de Letras e de Linguística para a análise das práticas de linguagem que povoam o cotidiano das atividades administrativas e de ensino do PARFOR, o processo de ensino-aprendizagem da língua portuguesa e o processo de formação de professores de língua portuguesa discutidos na licenciatura em Letras. Esse aspecto do pequeno número de textos produzidos em Programas de Pós-Graduação em Letras e Linguística sobre a referida

⁴ Estas áreas de conhecimento são as mesmas disponibilizadas no banco de dados da CAPES e a partir das quais são organizadas as produções acadêmicas no sítio eletrônico do banco de teses e dissertações da referida Coordenação de Aperfeiçoamento. Preferimos utilizar as “áreas de concentração” às outras formas de filtrar a busca no site, pois com elas teríamos acesso a dados filtrados de forma um pouco mais detalhada.

temática igualmente justifica a relevância de nossa investigação a fim de contribuir para a reflexão da formação do professor de língua.

Quanto à Instituição, 11 produções acadêmicas foram elaboradas no âmbito da Universidade Federal da Bahia, 9 da Universidade Federal do Pará, 6 da Universidade Católica de Santos, 4 da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 3 da Universidade do Estado do Pará, 2 da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2 da Fundação Universidade Federal do Piauí, 2 da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2 da Universidade Comunitária da Região de Chapecó, 2 da Universidade do Estado da Bahia, 2 da Universidade Estadual de Feira de Santana, 2 da Universidade Estadual de Maringá e 2 da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro⁵.

Tabela 3 - Instituições

Instituições	Quantidade
Universidade Federal da Bahia	11
Universidade Federal do Pará	9
Universidade Católica de Santos	6
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	4
Universidade do Estado do Pará	3
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	2
Fundação Universidade Federal do Piauí	2
Pontifícia Universidade Católica de Goiás	2
Universidade Comunitária da Região de Chapecó	2
Universidade do Estado da Bahia	2
Universidade Estadual de Feira de Santana	2
Universidade Estadual de Maringá	2
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro	2

⁵ As demais produções acadêmicas foram elaboradas em outras Instituições de Ensino Superior, cada uma com uma produção acadêmica.

Outras IES ⁶	48
Total	97

Fonte: Banco de Teses da Capes.

No que diz respeito às Instituições, a UFBA detém o primeiro lugar no quantitativo de produções acadêmicas a respeito do PARFOR com 11 produções; em segundo lugar, aparece a UFPA com 9 produções. Percebe-se ainda a participação da UEPA com 3 produções, o que mostra a atenção das universidades públicas também do Pará para este programa. Entendemos que uma das justificativas para estes dados seria o fato de as regiões Norte e Nordeste terem sido as que mais possuíam alunos-professores atendidos pelo PARFOR em 2014, tal como se pode perceber no gráfico x constante na introdução desta tese (na região Norte, eram 29.104 alunos-professores e na região Nordeste eram 17.427). O que por tabela se entende que grande foi o repasse de verbas públicas para garantir o funcionamento de todo este quantitativo de turmas nas regiões citadas, fazendo com que as pesquisas em nível de pós-graduação também investigassem, resumida e diretamente, a qualidade da formação oferecida para estes graduandos face a todo o investimento dispensado.

A fim de discutir o conteúdo das produções acadêmicas, do universo de 97 produções como foi dito mais acima, fizemos as seguintes escolhas metodológicas: primeiramente, selecionamos as dissertações e teses inseridas nas áreas de conhecimento “Letras” e “Linguística” que totalizam 5 produções e, em seguida, selecionamos as dissertações e teses produzidas em Programas de Pós-Graduação de IES públicas do Estado do Pará, ou seja, da UFPA e da UEPA, que totalizam 12 produções. Logo abaixo, segue a tabela com essas informações numéricas:

Tabela 4 – Quantitativo das produções acadêmicas quanto às áreas de concentração, às IES públicas do Pará em que foram concebidas e ao nível acadêmico da pesquisa

Área de Conhecimento	Produções acadêmicas	Nível acadêmico	Total
“Letras”	3	Mestrado	3
		Doutorado	0
“Linguística”	2	Mestrado	1
		Doutorado	1
Total			5
Instituição	Produções acadêmicas	Nível acadêmico	Total
UFPA	9	Mestrado	5
		Doutorado	4
UEPA	3	Mestrado	3

⁶ Cada uma dessas outras IES possui uma produção. A fim de se ter uma visão daquelas instituições mais ativas na produção acadêmica relacionada ao PARFOR e para que a tabela não ficasse muito extensa, apresentamos apenas o total dessas outras produções em outras instituições.

	Doutorado	0
Total		12
Total de produções acadêmicas		17

Fonte: Produto da pesquisa a partir de dados extraídos do Banco de Teses da Capes.

A seleção de acordo com esses dois grupos (área de conhecimento e IES) teve por objetivo verificar o estado atual da produção do conhecimento acerca deste programa educacional nacionalmente e no Estado do Pará. Fizemos a leitura das 17 produções acadêmicas, orientados a partir dos seguintes itens: *referência completa, objetivos da pesquisa, pergunta de pesquisa, objeto de pesquisa, procedimentos metodológicos, filiação teórica para a análise dos dados, resultados alcançados e o papel da escrita do graduando na pesquisa*. Com as informações obtidas acerca desses itens, produzimos um quadro sinóptico em programa eletrônico de edição de texto, que, por sua vez, possibilitou identificarmos as produções acadêmicas que pesquisaram a *formação do professor de língua portuguesa em cursos de licenciatura em Letras ofertados pelo PARFOR*: 3 monografias (duas dissertações e uma tese). Dentre as áreas de formação que foram objeto de investigação nos textos lidos, percebemos a seguinte configuração quantitativa:

Tabela 5 – Quantitativo das produções acadêmicas quanto às áreas de formação investigadas

Áreas de formação investigadas	Quantidade
Pedagogia	7
Letras - Português	3
Letras - Inglês	3
Educação Física	1
Não há estudo de um curso específico	3
Total	17

Fonte: Produto da pesquisa.

Com a tabela 5 acima, nota-se um total de apenas 3 produções acadêmicas que investigam a formação do professor de português em curso de Letras – Língua portuguesa pelo PARFOR. Isso demonstra que, mesmo em um universo de 97 produções acadêmicas que investigaram ações do PARFOR no Brasil entre os anos de 2012 e 2016 e mesmo com a grande quantidade de professores de português egressos de tais cursos, a formação de professores de LP em cursos de Letras no âmbito PARFOR até agora foi pouco estudada.

O QUE JÁ FOI DITO SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE LP NO PARFOR-LETRAS

O Quadro 1, a seguir, apresenta as referências das produções acadêmicas que investigaram a formação do professor de língua portuguesa em cursos de Letras – Português ofertados pelo PARFOR, organizadas em ordem cronológica em relação ao ano de defesa.

Quadro 1 – Referências das produções acadêmicas que investigam a formação do professor de língua portuguesa em cursos de Letras – Português ofertados pelo PARFOR

ATAIDE, Denyse Mota da Silva. <i>Letramento digital e formação de professores: Limites e potencialidade na perspectiva do Plano Nacional de Formação de professores (PARFOR)</i> . Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2013.
VALENTE, Luiz de Nazaré Viana. <i>A formação de professores de português em serviço: repercussões e elementos contraditórios</i> . Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.
SILVA, Márcio Oliveiros Alves da. <i>A ressignificação da prática de leitura dos graduandos do Curso de Letras PARFOR - UFPA: Território de Formação, Subjuntividade e Horizonte Social do Leitor</i> . Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

Fonte: Produto da pesquisa.

A partir destes dados, faremos a discussão desses três textos a partir das seguintes categorias: (i) os objetos de pesquisa escolhidos, (ii) os procedimentos metodológicos utilizados, (iii) a filiação teórica assumida nas produções e (iv) o papel da escrita do graduando para a sua formação.

No que se refere ao objeto de pesquisa escolhido, Ataíde (2015) – dissertação produzida no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Tocantins – investiga as práticas de letramento digital (mais especificamente o computacional) e a formação continuada de professores no Curso de Letras do PARFOR da UFT de Araguaína. A dissertação teve como objetivo identificar, descrever e analisar as práticas de letramento digital, tendo como foco o Curso de Letras do PARFOR, alcançando professores formadores e em formação, avaliando suas interações na construção do conhecimento, mediados pelo computador e seus artefatos. Segundo a autora, o método escolhido foi o da Fenomenologia e a pesquisa foi denominada de quantiquantitativa.

As técnicas de coleta de dados foram a pesquisa bibliográfica e documental, estudo de caso, observação em duas turmas do referido curso, entrevistas semiestruturadas e aplicação de questionários. Essa investigação filiou-se teoricamente aos estudos do Letramento e do Letramento Digital em interface com os estudos sobre a Formação de Professores. Quanto ao papel da escrita do graduando para a sua formação, visualizando a lista dos instrumentos para coleta de dados (ATAIDE, 2013, p. 60),

percebemos que a escrita do graduando de Letras é mobilizada nas respostas ao questionário para coletar as informações sobre o perfil socioeconômico, a formação, a experiência profissional e a prática docente dos graduandos. A fim de investigar as práticas de letramento Digital dos alunos-professores ao utilizarem o Ambiente Virtual de Aprendizagem em atividades de disciplinas a distância, a pesquisadora analisa excertos de interações escritas dos graduandos em *emails*, fóruns virtuais e chats no *moodle*, onde respondem a questões do professor-formador e apresentam suas dúvidas e comentários a respeito do conteúdo estudado.

A dissertação de Valente (2015), elaborada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará, demonstra como objeto de pesquisa “a formação docente do professor de Português, oferecida pelo PARFOR, a partir da ótica dos próprios egressos.” (p. 16). Segundo o autor, o objetivo do trabalho foi o de descrever e analisar as especificidades, repercussão e elementos contraditórios do PARFOR a partir da visão dos egressos de uma turma do Curso de Letras – Português, no município de Cametá-PA e do Projeto Pedagógico desse Curso (p. 18).

Os procedimentos metodológicos foram os listados: a composição do *corpus se deu* por meio de “documentos e depoimentos de egressos, gerados a partir de entrevistas semiestruturadas, tendo com [sic] alvo a primeira turma de LETRAS (Habilitação Língua Portuguesa), formada pelo programa no município de Cametá-PA” (p. 7). O procedimento de interpretação dos dados se deu nos moldes da Análise de Conteúdo; o Método foi o histórico dialético. O pesquisador utilizou o gravador para coletar as entrevistas. A análise dos dados ocorreu seguindo categorias analíticas da totalidade, história e contradição e categorias empíricas da formação, qualificação e valorização. A filiação teórica foi estabelecida em categorias centrais do materialismo histórico-dialético, a saber, história, contradição e totalidade⁷. Pelo fato de o instrumento de coleta e de geração do corpus da pesquisa ter acontecido por meio de entrevista, cujo registro das informações fornecidas pelo sujeito acontece pela modalidade oral da língua, a escrita do graduando do PARFOR não foi investigada. Isso se constata ao estudarmos o capítulo de análise da dissertação, onde Valente (2015) analisa trechos das falas dos alunos-professores que apresentam suas opiniões a respeito das ações formativas vivenciadas durante o curso do PARFOR e as repercussões em sua formação como egressos do curso.

No caso da tese de doutoramento de Silva (2016), o objeto investigado foi a Rede de Significado sobre as Lições de Leitura na experiência do Graduando no Curso de Licenciatura em Letras – PARFOR/UFPA e o objetivo geral foi o de “compreender a ressignificação dos discursos manifestados pelos Graduandos da Licenciatura em Letras para configurar uma Rede de Significado sobre as Lições de Leitura na experiência de Leitora” (p. 36).

A metodologia empregada foi, predominantemente, qualitativa e constituiu como *locus* de pesquisa uma turma do Curso de Letras – Português do município de

⁷ De acordo com Kosik (2011).

Redenção/PA, e instrumentos para coleta de dados 26 questionários, 09 entrevistas com caráter narrativo e memoriais escritos pelos graduandos, juntamente com anotações em diário de campo. No que diz respeito ao referencial teórico mobilizado na tese, Silva (2016) lançou mão das seguintes noções teóricas: Rede de Significados, Dialogismo, Território de formação, Subjuntividade, Horizonte social do leitor, e as lições de leitura do sujeito. A escrita do graduando do PARFOR foi considerada como objeto de análise quando o pesquisador aplicou questionários para os alunos e os analisou e quando solicitou produção de memoriais escritos dentre um dos quais foi utilizado para analisar e discutir a Rede de Significados a partir das experiências de leitura dos graduandos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se com isso que é diminuta a quantidade de pesquisas empreendidas no país, de 2012 a 2016, que investiguem a formação do professor de LP no âmbito do PARFOR, demonstrando, em um total de 97 produções que tratam sobre esse Plano Nacional, que apenas 3 trabalhos tocam nesta área de atuação. Como consequência, o ensino de língua portuguesa passa a ser pouco discutido, uma vez que a abordagem do processo formativo do professor leva à reflexão – nem que seja mínima – também do ensino da língua que é o que acontece com as três produções acima descritas.

Quanto aos objetos de investigação, verifica-se a recorrência do processo formativo dos professores, perpassando por perspectivas diferentes para se compreender esse objeto principal, como por exemplo, a formação docente ora pelo Letramento e Letramento Digital, ora por depoimento de egressos e ainda pela Rede de Significado sobre as Lições de Leitura na experiência do Graduando.

Quanto aos aspectos metodológicos, percebemos a recorrência da abordagem qualitativa no desenvolvimento da pesquisa, com a utilização de técnicas para coleta de dados recorrentes, a saber, a entrevista semiestruturada, o questionário e as anotações em diários de campo. Em Silva (2016), encontramos, diferentemente, a utilização de um instrumento por meio do qual foi possível coletar uma escrita mais reflexiva do graduando para discutir aspectos discursivos da constituição dos sujeitos que foi o *memorial docente*, a partir da tarefa de “escrever uma narrativa acerca da trajetória das Práticas de Leituras na Formação Docente” (p. 45).

Teoricamente, os três trabalhos investigativos filiam-se em estudos ancorados em um viés sócio-histórico-cultural, caminhando pelas noções de Dialogismo, Horizonte Social, Letramento, ora posicionados nestas três áreas maiores: Linguística, Educação, Psicologia Cultural e os Estudos Culturais.

Consoante ao papel da escrita do aluno-professor no processo investigativo, as dissertações pouco fazem essa incursão, já que apenas Ataíde (2013) faz uso de questionário para graduandos responderem e depois trabalhar analiticamente sobre esses dados e sobre excertos de interações escritas dos graduandos em *emails*, fóruns virtuais

e chats no *moodle*. Já na tese estudada, percebemos o trabalho com uma escrita mais reflexiva do aluno-professor no processo de análise dos dados, para se perceber, na escrita de si, a rede significados por meio das experiências de leitura dos graduandos. Esta última produção se aproxima ao que fazemos em nossa pesquisa de tese, guardando as devidas proporções, já que observamos o processo discursivo da autoria na escrita sobre as práticas de ensino de língua, principalmente, por meio de relatórios de estágio supervisionado e de atividades de ensino para discutir a formação do professor e o ensino de língua.

REFERÊNCIAS

ATAIDE, Denyse Mota da Silva. *Letramento digital e formação de professores: Limites e potencialidade na perspectiva do Plano Nacional de Formação de professores (PARFOR)*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2013.

BRASIL. Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009. *Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica*. Brasília, DF, 29 jan. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6755.htm>. Acesso em: 22 dez. 2016.

ECO, Umberto. A escolha do tema. In: _____. *Como se faz uma tese*. Trad. Gilson Cesar Cardoso de Souza. 24. ed. São Paulo: Perspectiva, 2012, p. 7-34.

RAMOS, Albenides. Competências: a pesquisa como meio de conhecimento e transformação. In: _____. *Metodologia da pesquisa científica: como uma monografia pode abrir o horizonte do conhecimento*. São Paulo: Atlas, 2009, p. 169-195.

SILVA, Márcio Oliveiros Alves da. *A ressignificação da prática de leitura dos graduandos do Curso de Letras PARFOR - UFPA: Território de Formação, Subjuntividade e Horizonte Social do Leitor*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

VALENTE, Luiz de Nazaré Viana. *A formação de professores de português em serviço: repercussões e elementos contraditórios*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

DIRECIONANDO UMA PESQUISA SOBRE LINGUAGEM E TRABALHO DOCENTE: PERCURSOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Jonilson Pinheiro Moraes (PPGL-UFPA/CAPES)

Orientadora: Dra. Fátima Cristina da Costa Pessoa

Linha de pesquisa: Análise, Descrição e Documentação das Línguas Naturais

Resumo: Neste trabalho, objetivo discutir o arcabouço teórico que penso mobilizar, os percursos metodológicos que almejo percorrer e as questões epistemológicas sobre as quais pretendo pensar na investigação que estou desenvolvendo, ainda em estágio inicial, para a minha dissertação de mestrado. A pesquisa apresenta como objeto as relações interdiscursivas entre a prática discursiva dos PCNLP e as práticas discursivas do professor de língua portuguesa na realização da sua atividade de trabalho em sala de aula do ensino fundamental II da Escola Municipal de Ensino Fundamental Bom Jesus I, localizada em Igarapé-Miri, município do estado do Pará. Por isso, mobilizo, para compor meu referencial teórico, trabalhos relacionados ao letramento escolar (ROJO, 2001; BUNZEN, 2010), à elaboração dos PCN (BRASIL, 1997, 1998a, 1998b; PALMA FILHO, 1997) e à interface de pesquisa entre estudos discursivos e estudos ergológicos (MAINGUENEAU, 1997, 2004, 2008a, 2008b; PESSOA, 2016; SCHWARTZ; DURRIVE, 2010). Tomo como metodologia para a pesquisa, que será de abordagem qualitativa, o estudo de caso com o objetivo de compreender o meu objeto de pesquisa, por meio da investigação empírica, dentro de seu contexto de realização (GIL, 2002). Além disso, usarei, como técnicas para a coleta de dados, a observação participante e a entrevista e, como instrumentos para a pesquisa de campo: diário de campo, caderneta de anotações, gravador de voz, filmadora, entre outros. A articulação de tais abordagens teóricas e metodológicas me possibilitará compreender as relações interdiscursivas entre os discursos oficiais e prescritos dos PCNLP e os discursos assumidos pelo professor de língua portuguesa sobre como realizar o letramento escolar.

Palavras-chave: Linguagem e Trabalho. Prática Discursiva. Atividade de Trabalho. PCNLP. Letramento Escolar.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, objetivo esclarecer – até onde, nesse momento da pesquisa, me é possível – alguns pontos relacionados ao arcabouço teórico que penso mobilizar, os processos metodológicos que pretendo percorrer e questões epistemológicas sobre as quais pretendo pensar na pesquisa que estou desenvolvendo, ainda em estágio inicial, para a minha dissertação de mestrado. Para tentar efetivar tal objetivo, pretendo realizar no decorrer do texto outros três objetivos específicos que são: esclarecer a construção do objeto de estudo da pesquisa; ampliar a discussão sobre a sua base teórica, que até o momento está embasada em três campos teóricos: Estudos do Letramento, Análise do

Discurso e Ergologia; e descrever os procedimentos metodológicos que pretendo realizar para a coleta e análise de dados. Cada um destes objetivos corresponde a uma seção do artigo.

CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

Durante a minha graduação em Letras – Língua Portuguesa na Universidade do Estado do Pará, tive maior afinidade, leituras e trabalhos/pesquisas desenvolvidos na área de ensino-aprendizagem de línguas, na qual pretendia realizar minha pesquisa de mestrado. No entanto, ao chegar ao mestrado em Letras da Universidade Federal do Pará como aluno ouvinte, a área de Análise do Discurso (AD) me foi mais receptiva e me proporcionou iniciar minhas atividades no Programa como aluno especial.

Decidi, então, que iria realizar a minha pesquisa de mestrado na área de AD, tendo como objeto uma materialidade discursiva que estivesse relacionada com o ensino-aprendizagem de língua materna, mais especificamente, com o letramento escolar, pois eu precisava ser coerente com o percurso acadêmico e de pesquisa que havia construído durante a graduação até àquele momento. Assim, daria continuidade à pesquisa iniciada na graduação, mas agora com uma abordagem discursiva.

Como aluno especial, cursei no segundo semestre de 2016 a disciplina *Tópicos Avançados em Linguística: Práticas Discursivas: seu funcionamento e suas materialidades*, ministrada pela professora doutora Fátima Pessoa, que teve como principal eixo de discussão os conceitos de prática discursiva e sua “transformação” na Análise do Discurso, passando pela conceituação de Michel Pêcheux, de Michel Foucault até chegar à conceituação de Dominique Maingueneau. Nesses diferentes quadros teóricos, o termo prática discursiva apresenta conceitos diferentes, que se transformaram para atingir determinados propósitos de análise, não sendo possível, portanto, relacionar os diferentes conceitos estabelecendo entre eles uma linha evolutiva, embora eles não ignorem a contribuição dos construtos teóricos deixados pelos quadros anteriores.

Participei, em meados do segundo semestre de 2016, do *I Seminário Texto, Discurso e Interação Virtual*, no qual a professora Fátima Pessoa apresentou durante a mesa redonda *Práticas discursivas em contextos de trabalho* a base teórica do seu atual projeto de pesquisa intitulado *Práticas discursivas e vocações enunciativas: a centralidade da linguagem em contextos de trabalho*, (no qual essa pesquisa está inserida), que tem como alicerces teóricos os conceitos de prática discursiva, enunciação e atividade. Este último conceito advindo da Ergologia, abordagem pluridisciplinar de estudo da atividade humana de trabalho a partir do ponto de vista de quem a realiza.

Nessa mesa redonda, a professora, a fim de justificar as pesquisas que investigam a linguagem em contexto de trabalho, elencou seis porquês para a realização de pesquisas que abordam discursivamente as práticas de linguagem no contexto de trabalho, que reproduzo abaixo:

- Porque há atividades laborais que se realizam por meio de práticas discursivas ou há aquelas afetadas por práticas discursivas circundantes;
- Porque os contextos de trabalhos são espaços de construção, interação e transformação de discursos e, conseqüentemente, espaços de construção discursiva de identidades e de relações sociais;
- Porque por meio do exercício enunciativo as atividades laborais são recuperadas e transformam-se em saberes formalizados, ou seja, discursos sobre e para o trabalho;
- Porque por meio do exercício enunciativo os saberes formalizados sobre as atividades laborais são confrontados com as situações singulares em que elas se realizam, viabilizando o debate de normas entre saberes instituídos por uma ordem prévia e saberes investidos pelos sujeitos no contexto de trabalho;
- Porque por meio do exercício enunciativo as atividades laborais são avaliadas, redescobertas e transformadas, assim como são transformados os sujeitos do trabalho no processo de avaliação do seu fazer, portanto um processo de dizer sobre o seu fazer;
- Porque a investigação das práticas discursivas nos contextos de trabalho aprofunda a compreensão das ordens institucionais que sustenta a emergência, a interação e a transformação dos discursos para e sobre o trabalho.¹

Esses porquês me fizeram refletir sobre a atividade de trabalho do professor, mais especificamente do professor de língua portuguesa, levando a constatar que o principal meio de trabalho do professor é a linguagem (verbal, gestual, imagética, etc.), por meio da qual ele constrói, reproduz e compartilha conhecimento e se comunica com seus outros membros da comunidade escolar. Na atividade de trabalho do professor a linguagem e, portanto, as práticas discursivas têm centralidade, pois este profissional, enquanto construtor de conhecimentos, e a escola, enquanto formadora de sujeitos, (re)produzem e divulgam para a sociedade discursos que estão sobre restrições semânticas da instituição escolar e que revelam determinadas práticas discursivas sustentadas por ela.

A atividade de trabalho do professor se realiza por meio de práticas discursivas que são produzidas, transformadas e compartilhadas com seus pares. Além disso, o trabalho do professor é influenciado por práticas discursivas nas quais estão envolvidas a coordenação escolar, que interfere diretamente no trabalho docente, por práticas discursivas nas quais estão envolvidas as secretarias municipais e estaduais de educação, que determinam os conteúdos que devem ser ensinados aos alunos e por práticas discursivas que resultam em documentos oficiais que prescrevem a realização do trabalho desse profissional e de outros. Entre esses documentos estão a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e, mais recentemente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) aprovada no ano de 2017 pelo ministro do Ministério da Educação Mendonça Filho.

No contexto escolar a linguagem é o meio de trabalho e objeto de ensino, por meio da qual se tem construído, circulado e transformado discursos sobre o que é ser professor e o que é ser aluno (dedicado, bagunceiro, desinteressado, etc.), fazendo com

¹ Material utilizado pela professora Fátima Pessoa, durante sua apresentação numa mesa redonda do I Seminário Texto, Discurso e Interação Virtual, realizado na UFPA no dia 05/10/2016.

que essas identidades sejam construídas discursivamente nas relações sociais estabelecidas entre os sujeitos que interagem na escola.

É por meio dos processos enunciativos que as atividades de trabalho são recuperadas, avaliadas e teorizadas por professores em contextos escolares ou por especialistas em educação – como aconteceu na elaboração dos PCN, que também foram construídos a partir de “experiências de sala de aula difundidas em encontros, seminários e publicações” (BRASIL, 1997, p. 15) e discussão com professores do ensino fundamental –, transformando-as em saberes formalizados para e sobre o trabalho docente. Nesse caso, na elaboração dos PCN foram realizadas práticas discursivas, que têm implicações sobre quais devem ser os objetivos de ensino para o ensino fundamental, sobre quais devem ser os conteúdos de ensino, sobre quais devem ser os tratamentos didáticos a serem dados aos conteúdos e sobre quais devem ser os critérios de avaliação da aprendizagem dos alunos. Isto é, implicações discursivas que afetam direta e indiretamente as práticas de ensino realizadas pelos professores. Assim, também influenciam, seja para concordar ou para discordar, as práticas discursas pelas quais realiza seu trabalho.

Também é por meio dos processos enunciativos que os saberes formalizados a partir de determinadas atividades de trabalho do professor são confrontados com situações e contextos escolares socioculturais específicos – como a escola que será o lócus desta pesquisa – que são renormatizados por meio de saberes investidos pelo professor, criando novas possibilidades de realização do trabalho que atendam as demandas contextuais e locais de ensino.

O processo de elaboração dos PCN dos primeiro e segundo ciclos do ensino fundamental iniciou com o estudo de propostas curriculares de Estados e Municípios e da análise sobre currículos oficiais e de experiências de outros países realizada pela Fundação Carlos Chagas. Formulou-se a primeira proposta tendo “subsídios oriundos do Plano Decenal de Educação, de pesquisas nacionais e internacionais, dados estatísticos sobre desempenho de alunos do ensino fundamental, bem como experiências de sala de aula difundidas em encontros, seminários e publicações” (BRASIL, 1997, p. 15), que foi apresentada em versão preliminar em 1995. Durante 1995 e 1996 essa versão passou por um processo de discussão, do qual resultaram mais de 700 pareceres técnicos que foram usados como referencial para a sua reelaboração, tendo sua versão final publicada em 1997.

Os PCN dos terceiros e quartos ciclos foram publicados em 1998, surgidos a partir de demandas sociais que requeriam “revisão dos currículos, que orientam o trabalho cotidianamente realizado pelos professores e especialistas em educação do nosso país”, por serem “referências nacionais comuns ao processo educativo em todas as regiões brasileiras” (BRASIL, 1998a, p. 05).

Entre todos os documentos que compõem os PCN tenho especial interesse pelos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (PCNLP) dos terceiro e quarto ciclos, que têm a finalidade de “constituir-se em referência para as discussões

curriculares da área em curso há vários anos em muitos estados e municípios e contribuir com técnicos e professores no processo de revisão e elaboração de propostas didáticas” (BRASIL, 1998a, p. 13), tornando, nesse sentido um documento que prescreve saberes para a atividade do professor de língua portuguesa.

Para Palma Filho (1997, p. 15), os PCN são “uma prescrição curricular oficial que emana do topo do sistema”, que parte do pressuposto que a grande diversidade sociocultural existentes em nosso país, que determina diversas necessidades de aprendizagem, não deve ocultar o fato de que há um conjunto de conhecimentos e aprendizagens socialmente relevantes que deve estar disponível para todos os brasileiros, independentemente das condições socioeconômicas e infraestruturas em que vivem, que, na maioria das vezes, são desfavoráveis.

O documento de introdução aos PCN dos primeiro e segundo ciclos (BRASIL, 1997) esclarece que eles configuram uma proposta flexível, por sua natureza aberta, a ser concretizada, levando em conta as decisões locais e regionais tomadas por autoridades governamentais - como as secretarias de educação -, escolas e professores sobre currículos e programas a serem adotados para a transformação da realidade educacional local. Não se configura, então, como um modelo de currículo normativo, impositivo e homogêneo que ignora a diversidade sociocultural local das diferentes regiões do país e que se sobrepõe a competência político-executiva de Estados e Municípios e a autonomia das equipes pedagógicas e professores.

Tendo em vista o pressuposto que os PCN só cumprem seu papel em orientar o ensino se confrontados com as práticas pedagógicas desenvolvidas na escola (PALMA FILHO, 1997), busco confrontar no nível discursivo os PCNLP, percebendo-o como um documento oficial que prescreve saberes para a realização da atividade do de trabalho docente, com a prática pedagógica do professor de língua portuguesa do ensino fundamental II da Escola Municipal de Ensino Fundamental Bom Jesus I, localizada em Igarapé-Miri/Pará, percebendo-a como uma atividade de trabalho onde são investidos saberes.

Dessa confrontação surge a seguinte pergunta de pesquisa: quais são as relações interdiscursivas entre as práticas discursivas dos PCNLP e as práticas discursivas realizadas na atividade de trabalho pelo professor de LP? Essa pergunta pode ser dividida em outras que me ajudarão a respondê-la: que comunidades discursivas são essas que enunciam nas duas práticas discursivas sob análise: o documento oficial e o trabalho realizado pelo professor? Que formações discursivas essas comunidades assumem? Que saberes são prescritos pelos PCNLP para a atividade de trabalho dos professores de LM? Que saberes são investidos por esses professores de LM para responder às necessidades locais e imediatas de ensino? Que debates de normas são evidenciados na atividade do trabalho dos professores?

Essas questões que ajudaram a definir meu objeto de pesquisa que é a relação interdiscursiva entre a prática discursiva dos PCNLP dos terceiro e quarto ciclos e a prática discursiva do professor de língua portuguesa realizada na sua atividade de

trabalho em sala de aula do ensino fundamental II da Escola Municipal de Ensino Fundamental Bom Jesus I, localizada em Igarapé-Miri, no estado do Pará.

Para conseguir responder às questões colocadas acima, tenho como objetivo geral: analisar as relações interdiscursivas entre os prescritos dos PCNLP e as práticas pedagógicas adotadas na atividade laboral dos professores de língua portuguesa dos terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental da Escola Municipal de Ensino Fundamental Bom Jesus I, localizada em Igarapé-Miri/Pará.

Os cinco objetivos específicos a seguir podem ser considerados procedimentais e me ajudarão a realizar determinadas etapas da pesquisa que são: 1) realizar uma pesquisa bibliográfica sobre o aporte teórico da pesquisa: Estudos do letramento, Análise do Discurso e Ergologia; 2) fazer uma análise documental dos PNCLP, observando as práticas discursivas relacionadas aos saberes prescritos para o trabalho dos professores; 3) observar as práticas pedagógicas adotadas pelos professores de língua portuguesa, observando os saberes investidos na e para a atividade de trabalho; 4) identificar as práticas discursivas relacionadas aos saberes investidos mobilizados pelos professores no contexto institucional escolar; 5) analisar as relações interdiscursivas entre a prática discursiva prescritiva dos PCNLP e as práticas discursivas dos saberes investidos dos professores de língua portuguesa.

Esses foram o percurso percorrido e as relações que o meu objeto de estudo permite estabelecer entre as áreas de Ensino-Aprendizagem de Línguas e Análise do Discurso, que fizeram surgir a proposta de pesquisa intitulada “Relações interdiscursivas entre os prescritos dos Parâmetros Curriculares Nacionais e as práticas pedagógicas do professor de Língua Portuguesa: práticas discursivas sobre o Letramento Escolar”.

O OLHAR TEÓRICO

Como já disse acima, os PCNLP se constituem como saberes prescritos que foram cientificamente embasados (SCHWARTZ; DURRIVE, 2010) e que se propõem a orientar as atividades de trabalho do professor de língua portuguesa relacionadas às práticas socioculturais de aprendizagem formal de leitura e escrita, que têm objetivos específicos no contexto escolar.

Essa orientação se caracteriza pela apresentação de “uma proposta detalhada em objetivos, conteúdos, avaliação e orientações didáticas” (BRASIL, 2008b, p. 09), que busca prescrever o desenvolvimento do projeto educativo das escolas, a reflexão sobre as práticas pedagógicas, o planejamento das aulas, a análise e seleção de materiais didáticos e de recursos tecnológicos.

Nesse sentido, considero que os PCN e, especificamente, os PCNPL – por estar relacionado ao ensino-aprendizagem de língua materna - estão intimamente relacionados à estruturação, organização e desenvolvimento do letramento escolar, uma vez que são esses documentos que determinam os objetivos de ensino, os conteúdos,

objetos de ensino, os materiais didáticos, etc. a serem ensinados na escola, isto é, prescrevem de letramento escolar.

Segundo Rojo (2001, p. 71, grifo da autora) não cabe perguntar “letramento ou escola?”, pois ela considera que a “escola é letramento e dele decorre, quer suas práticas sejam orais ou escritas; quer haja ou não texto escrito sendo utilizado na sala de aula. Logo, só é admitida a forma composicional adjetiva; *‘letramento escolar’*”.

O letramento escolar, segundo Bunzen (2010, p. 101), pode ser compreendido “como o conjunto de práticas socioculturais, históricas e socialmente variáveis, que possui uma forte relação com os processos de aprendizagem formal da leitura e da escrita, transmissão de conhecimentos e (re)apropriação de discursos”. Assim, discutir o letramento escolar, então, é refletir sobre o processo e condição de produção e o modo de circulação de textos e discursos no contexto escolar, isto é, sobre as diferentes práticas que usam a língua escrita no contexto escolar, que abrangem, além das práticas de ensino em si, as práticas de ordem burocrática, de organização do trabalho e de convivência social (BUNZEN, 2010).

Por isso, é necessário romper com a visão dicotômica com a qual compreendemos as práticas de letramento que emergem em contexto escolar, que classificamos a partir das dicotomias “letramento” x “escolarização”, “letramento social” x “letramento escolar” e modelo autônomo x modelo ideológico. Ao classificarmos os usos da escrita escolar a partir dessas dicotomias estamos propensos, segundo Clecio Bunzen (2010, p. 100), a analisarmos as práticas letradas escolares “como práticas sociais universais e acabadas, sem discutir as condições históricas e sociopolíticas que permitem o surgimento [...] de determinados eventos, discursos, representações, objetos de escrita e práticas na/para a escola”.

O fato de o letramento escolar ser estritamente regulado e controlado com instâncias educacionais, como o Ministério da Educação (MEC), Secretarias Estaduais de Educação e Secretarias Municipais de Educação e por documentos oficiais (LDB, PCN, BCC, etc.) que buscam legitimar, orientar e regulamentar as atividades escolares, não pode determinar que esse letramento seja universal e acabado em todos os contextos socioculturais em que ele seja inserido, uma vez que as condições e possibilidades culturais e os sujeitos concebem novas formas de realização dos eventos, de aprendizagem, de escrita e atribuem sentidos, valores a representatividade escolar por meio de discursos sociais.

Dessa forma, a denominação letramento escolar não deve ser usada de forma negativa ou pejorativa, autônoma e invariável em sua natureza, mas como práticas sociais e discursivas do contexto escolar que envolve usos da escrita e que relacionam com outras linguagens e modalidades de linguagem.

A escola, ao possibilitar a produção, utilização e circulação de diversos textos em gêneros discursivos diversos também, é, para Bunzen (2010), um lugar de realização de práticas discursivas socioprofissionais, educacionais e de aprendizagem por sujeitos sócio-históricos, que assumem papéis sociais, *status* nas relações de poder e

determinadas funções a eles relacionados como elaborar uma aula, realizar uma atividade e organizar uma reunião de pais.

Portanto, as práticas discursivas que objetivo colocar em relação interdiscursiva estão relacionadas e inseridas no letramento escolar, pois a prática discursiva do professor é produzida no contexto do letramento escolar e sobre ele e a prática discursiva que resultou no PCNLP foi produzida para o mesmo. Devo ressaltar também que a instituição escolar exerce coerções sobre as práticas discursivas que a ela estão relacionadas.

Para melhor compreender a relação entre a prática discursiva sobre o trabalho e a prática discursiva no trabalho, recorro à interface de pesquisa entre estudos discursivos e estudos ergológicos, desenvolvida formalmente a partir da segunda metade da década de 1990 no Brasil, que me permitirá:

Compreender o contexto de ação institucional [escolar] em que os sujeitos se inserem no tempo e no espaço da enunciação e, ao mesmo tempo, [...] reconhecer que, para a compreensão dos fenômenos laborais, é necessário também considerar o exercício enunciativo, cuja observação orienta o reconhecimento dos investimentos situados do trabalhador em confrontação com essa ordem antecedente. (PESSOA, 2016, p. 63).

A abordagem discursiva na qual esta pesquisa se apoiará será embasada nos trabalhos de Dominique Maingueneau (2004; 2008a; 2008b; 1997), a partir do qual mobilizarei os conceitos de discurso, interdiscurso, prática discursiva, entre outros. Para esse autor, o conceito de discurso como comumente utilizado é ambíguo, já que pode se referir tanto para um conjunto de textos produzidos quanto para o sistema que permite a produção desse conjunto de textos (MAINGUENEAU, 2004). Por isso, define que o discurso é “uma dispersão de textos, cujo modo de inscrição histórica permite definir como um espaço de regularidades enunciativas” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 15), “um sistema de regras que define a especificidade de uma enunciação”. (MAINGUENEAU, 2008a, p. 19).

Maingueneau (2008a) usa o termo discurso para se referir à relação que une os conceitos de formação discursiva – sistema de restrições de boa formação semântica – e superfície discursiva – conjunto de enunciados produzidos de acordo com esse sistema de restrições. Isto é, discurso é a relação entre o social e o textual, sendo os dois interdependentes.

Nesse sentido, as unidades do discurso são integralmente linguísticas porque constituem sistemas significantes, enunciados, tendo a ver, nesse sentido, com a semiótica textual; e integralmente históricas, pois elas também são constituídas pela história, a qual elas se relacionam que fornece as condições para as suas estruturas de sentido (MAINGUENEAU, 2008a).

Maingueneau (2008a) apreende o discurso por meio do interdiscurso, isto é, este tem precedência sobre aquele. “Em termo de gênese, isso significa que esses últimos [os discursos] não se constituem independente um dos outros, para serem, em seguida,

postos em relação, mas que eles se formam de maneira regulada no interior do interdiscurso” (MAINGUENEUAU, 2008a, p. 21).

O conceito de interdiscurso me permitirá relacionar as práticas discursivas realizadas sobre e no trabalho docente. Ele pode ser compreendido por meio da tríade conceitual: universo discursivo, campo discursivo e espaço discursivo. O universo discurso é o conjunto de todos os tipos de formações discursivas que interagem numa determinada conjuntura; os campos discursivos são domínios sucessíveis de serem estudados formados por “um conjunto de formações discursivas que se encontram em concorrência, delimitam-se reciprocamente em uma região determinada do universo discursivo” (MAINGUENEUAU, 2008a, p. 34); e os espaços discursivos, por sua vez, são subconjuntos de formações discursivas que, diante de seu objetivo, o analista acha relevante pôr em relação.

Outro conceito que mobilizo é o de prática discursiva, que substitui a denominação *instituição discursiva*, pois, para Maingueneau (1997, p. 56), esta “apresenta o inconveniente de privilegiar os aparelhos e poder referir unicamente ao aspecto enunciativo”. Nesse sentido, ele utiliza a expressão *prática discursiva* para designar a reversibilidade essencial entre as faces social e textual do discurso.

Para Maingueneau (1997, p. 56, grifo do autor):

A noção de “prática discursiva” integra [...] dois elementos: por um lado, a formação discursiva, por outro o que chamaremos de **comunidade discursiva**, isto é, o grupo ou a organização de grupos no interior dos quais são produzidos, gerados os textos que dependem da formação discursiva.

A noção de comunidade discursiva gera a perspectiva de bons resultados para a AD, pois “os indivíduos que aderem um discurso [...] não apresentam o mesmo grau de envolvimento em tais ‘comunidades’ mas elas, sem dúvida, representam uma condição essencial de sua constituição e de seu funcionamento” (MAINGUENEAU, 1997, p. 62).

Já que as práticas discursivas implicam uma dinâmica organizacional correspondente, é possível pensar que os conflitos entre agentes não incidem apenas sobre os conteúdos, mas também envolvem comunidades discursivas.

Os contornos tomados por uma comunidade discursiva se dá por meio da e na enunciação de textos que são submetidos a regras que variam em função do tipo de discurso constituinte e do posicionamento assumido, sendo que este é a imbricação entre um modo de organização social e um modo de existência de textos (MAINGUENEAU, 2008b).

Há uma troca incessante entre as duas vertentes da prática discursiva, não sendo possível separar os conteúdos da instituição, uma vez que comunidade discursiva e formação discursiva remetem uma à outra. Assim, não é possível definir quem vem antes, pois a enunciação envolve formação discursiva e comunidade discursiva num único e mesmo movimento.

A Ergologia é uma disciplina de pensamento-ação ou um tipo de in-disciplina, “pois toda atividade, inclusive a atividade de trabalho é matriz de variabilidade, [já que] é atravessada pelo inédito, pelo evento, pela complexidade” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2010, p. 11). In-disciplina no sentido de supor uma investigação pluridisciplinar. Logo, “a Ergologia constitui-se como um projeto de melhor conhecer e, sobretudo, de melhor intervir sobre as situações de trabalho para transformá-las” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2010, p. 37).

A abordagem ergológica tem como objeto de estudo a atividade de trabalho, especificamente a atividade humana de trabalho na sua complexidade, obrigando a relação interdependente entre o micro e o macro, “a partir do momento que ela aponta o fato de que toda atividade de trabalho encontra escolhas, debates de normas e logo encontro de valores” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2010, p. 33). Assim sendo, as escolhas mais simples nas atividades laborais locais terão efeitos nas mudanças mais globais.

Levar em conta o conceito de atividade é considerar que toda situação de trabalho é em maior ou menor grau uma transformação ou uma tentativa de transformação, já que, obrigatoriamente, toda situação de atividade de trabalho humano inclui uma dimensão de transformação.

Para Schwartz e Durrive (2010) a atividade é marcada por quatro proposições ergológicas gerais: 1) a distância entre o trabalho prescrito (saberes prescritos) e o trabalho real (saberes investidos) é universal, por razões de variabilidade das situações de atividade de trabalho e do que é viver para cada um; 2) o conteúdo dessa distância é sempre parcialmente ressignificado – sabemos que a distância existe, mas jamais poderemos prevê-la com antecedência –, i. e. é sempre parcialmente singular; 3) a gestão da distância é realizada pela atividade do “corpo-si”, já que “existem razões explicitáveis, escolhas que são feitas ao nível da consciência, mas ao mesmo tempo escolhas que são feitas no nível, [...] de uma economia, do corpo” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2010, p. 44); 4) dessa forma, essa distância remete a um debate de valores, ou seja, a pessoa na atividade de trabalho faz escolhas que são feitas em função de valores que lhes orientam, havendo, dessa forma, “debate de normas” que podem ser debates consigo mesmo e/ou debates que podem ser de ordem social.

Dois conceitos centrais da Ergologia para esta pesquisa são de trabalho prescrito e trabalho real. Segundo Brito (2008a), trabalho prescrito, também conhecido como tarefa ou saberes prescritos, refere-se ao que é esperado e indica aquilo que deve ser feito no âmbito de um processo específico de trabalho. “Ou seja o trabalho que foi determinado, ‘cientificamente pensado’ por pessoas que fizeram cálculos de tempo, de eficácia, portanto que estudaram tudo, de fato, detalhadamente” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2010, p. 40).

O trabalho real, de acordo Brito (2008b, p. 453), refere-se ao que “é posto em jogo pelo(s) trabalhador(es) para realizar o trabalho prescrito”, sendo, portanto, uma resposta às prescrições determinadas externamente, que são, ao mesmo tempo, apreendidas e modificadas na atividade pelo próprio trabalhador. Para tanto, envolve

estratégias que adaptam o prescrito ao ambiente físico e às situações reais de trabalho, estas atravessadas pela complexidade, variabilidade e acaso.

O trabalho prescrito tem um papel importante para o trabalho realizado, visto que sua ausência ou não definição clara de objetivos, instruções e instrumentos pode comprometer significativamente o desenvolvimento das atividades (BRITO, 2008a).

PERCURSO METODOLÓGICO

Partindo do pressuposto de que em Ciências Sociais e Humanas o objeto de pesquisa determina e delinea a metodologia da pesquisa, foi construído para essa pesquisa um desenho metodológico próprio, de modo que melhor contemple a complexidade das práticas discursivas em contexto de trabalho do professor de língua portuguesa sobre o letramento escolar.

Inicialmente será realizada uma pesquisa bibliográfica com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos publicados sobre os recortes teóricos que compõem o quadro teórico desta pesquisa – já discutido acima – (GIL, 2002), que servirá para o aprofundamento teórico-metodológico e construção dos capítulos bibliográficos da dissertação.

Posteriormente, será feita uma pesquisa documental, na qual será analisado os PCNLP dos terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental, considerando-o enquanto documento oficial de “primeira mão” – que não recebeu nenhum tratamento analítico – constitui-se fonte rica e estável de dados (GIL, 2002). A análise documental terá como objetivo identificar as orientações e prescrições para o trabalho do professor com o ensino de ensino de língua materna.

Após essas duas etapas, será feita uma pesquisa de campo estudo de caso que consistirá na observação no contexto de sala de aula das atividades de trabalho do professor e suas práticas de ensino de LM desenvolvidas no âmbito da Escola Municipal de Ensino Fundamental Bom Jesus I, ressaltando a interação entre os seus componentes (professores e alunos, especificamente), isto é, a pesquisa será desenvolvida “por meio da observação direta das atividades [de letramento escolar] do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre [referente ao ensino de LP] no grupo” (GIL, 2002, p 53).

A Escola Bom Jesus I está localizada às margens do Rio Meruí Açú do município de Igarapé-Miri, no estado Pará. Fundada em 2000, essa escola atende alunos dos primeiro, segundo, terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental das comunidades dos rios Alto Meruí, Caji, Anapúzinho, Riozinho e Baixo Meruí.

O estudo de caso será realizado mais especificamente pela observação e acompanhamento das atividades de trabalho de um professor de língua portuguesa junto a uma turma de 8º ou 9º ano do ensino fundamental. Além disso, serão coletados os materiais de ensino utilizados para análise, gravações e filmagens das aulas.

Usarei como técnicas para a coleta de dados a *observação participante*, assumindo, como pesquisador, um papel perfeitamente dirigível para a turma observada e estabelecendo interação com ela por meio da relação dialógica, e; a *entrevista* para a obtenção de explicações fornecidas pelos próprios sujeitos da comunidade investigada, que não foram apreensíveis na observação. Serão utilizados, também, durante a pesquisa de campo os instrumentos: diário de bordo, caderneta de anotações, gravador de voz, filmadora, entre outros que possam se fazer necessários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A articulação as abordagens teóricas apresentadas me possibilitará compreender as relações interdiscursivas entre os discursos oficiais e prescritos sobre como realizar o letramento escolar e os discursos pedagógicos dos professores de LP sobre como realizam esse letramento, mobilizando e investindo conhecimentos empíricos adquiridos na prática pedagógica, levando, dessa forma, a renormatizações e debates de normas no ensino de LP. Além disto, os procedimentos metodológicos construídos possibilitarão, com a efetivação de alterações se necessárias, a realização de todas as fases da pesquisa.

Por último, acredito que seja importante esclarecer que apesar desta pesquisa está relacionada ao ensino-aprendizagem de língua materna e ter como lócus de pesquisa uma escola, ela não se situa nesta área, como pode ser percebido pelo objeto de pesquisa escolhido, uma vez que não busca discutir objetos e metodologias de ensino, mas busca relacionar determinados discursos sobre como deveria ser e como é o a atividade de trabalho do professor.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Parâmetros curriculares nacionais*: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>> Acesso em: 16 jun. 2017.

BRASIL. *Parâmetros curriculares nacionais*: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1998a. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/portugues.pdf>> Acesso em: 10 nov.2016.

BRASIL. *Parâmetros curriculares nacionais*: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1998b. Disponível em <http://curricula-depot.gei.de/bitstream/handle/11163/2493/798407573_1998.pdf?sequence=1> Acesso em: 10 nov.2016.

BRITO, J. C. Verbete trabalho prescrito. In: PEREIRA, I. B; LIMA, J. C. F. (Orgs.). Dicionário da Educação Profissional em Saúde. 2ª ed., Rio de Janeiro: EPSJV, 2008a. Disponível em: < <http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l43.pdf> > Acesso em: 20 nov. 2017.

_____. Verbete trabalho real. In: PEREIRA, I. B; LIMA, J. C. F. (Orgs.). Dicionário da Educação Profissional em Saúde. 2ª ed., Rio de Janeiro: EPSJV, 2008b. Disponível em: < <http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l43.pdf> > Acesso em: 20 nov. 2017.

BUNZEN, C. Os significados do letramento escolar como uma prática sociocultural. In: VÓVIO, C; SITO, I; GANDE, P. *Letramentos: rupturas, deslocamentos e repercussões de pesquisas em linguística aplicada*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2010.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em Análise do Discurso*. Tradução de Freda Indursky. 3. ed. Campinas, SP: Pontes; Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

_____. *Análise de textos de comunicação*. Tradução Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. 3ª ed., São Paulo: Cortez, 2004.

_____. *Gênese dos discursos*. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008a.

_____. *Cenas da enunciação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008b.

PALMA FILHO, J. C. Parâmetros Curriculares Nacionais. *Nuances*, Vol. 3, 1997, p. 15-19. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/51>> Acesso em: 07 jul. 2017.

ROJO, R. Letramento escolar, oralidade e escrita em sala de aula: diferentes modalidades ou gêneros do discurso? In: SIGNIRINI, I. *Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento*. Campinas, São Paulo: Mercado das Letras, 2001.

_____. Letramento escolar e os textos da divulgação científica: a apropriação dos gêneros de discurso na escola. *Revista Linguagem em (Dis)curso*. v. 8, n. 3, 2008, p. 581-612. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ld/v8n3/09.pdf>> Acesso em: 26 mar. 2015.

SCHWARTZ, Y; DURRIVE, L. (Org.). *Trabalho & ergologia: conversas sobre a atividade humana*. 2. ed. Niterói: EDUFF, 2010.

OLHANDO O PASSADO PARA PROJETAR O FUTURO: PERCURSO PARA FORMAÇÃO LINGUÍSTICA E DOCÊNCIA INDÍGENA

Jonise Nunes Santos

Orientador: Sidney da Silva Facundes

Linha de pesquisa: Análise, Descrição e Documentação das Línguas Naturais

Resumo: O texto é fruto da pesquisa de doutorado, em andamento, que objetiva investigar, na Licenciatura em Formação de Professores Indígenas/Faculdade de Educação/Universidade Federal do Amazonas, abordagens teórico-metodológicas para formação linguística e docência indígena, em atendimento às prerrogativas das políticas de línguas e da escola indígena. A pesquisa se justifica pelo fato de que a materialização das políticas linguísticas e das especificidades no processo educacional das escolas indígenas pressupõe a ressignificação da formação linguística e da prática docente dos professores que atuam nas aldeias, cujo processo educacional requer procedimentos que considerem, dentre outros, a perspectiva intercultural que norteia a relação entre saberes indígenas e processos próprios de aprendizagem com os conhecimentos da sociedade envolvente, objetivando descolonizar a escola, que continua negando os aspectos das culturas indígenas. Para realização da pesquisa, metodologicamente, apropriamo-nos da Pesquisa-ação (THIOLLENT, 2009; DESROCHE, 1990), cujos atores da pesquisa serão os acadêmicos do Curso de Licenciatura em Formação de Professores Indígenas/FACED/UFAM – Turma Purus-Lábrea, do município Lábrea/Amazonas. Para condução das ações, será aplicado questionário para caracterização sociolinguística dos atores, os dados coletados serão analisados à luz da legislação para educação escolar indígena e do princípio da Interculturalidade, os conhecimentos tradicionais registrados serão sistematizados e transformados em materiais didáticos e paradidáticos. Em atividade já realizada em seminário com os alunos, foram coletadas informações por meio de atividade em grupo, partindo de perguntas, que apontaram dados iniciais da pesquisa, relacionados ao objetivo específico “mapear as experiências vivenciadas e as práticas docentes dos professores indígenas em formação”, indicando que a prática docente é uma reprodução do modelo vivenciado por eles quando eram alunos das séries iniciais em escolas não indígenas, revelando que os princípios da educação escolar indígena (Interculturalidade, Comunitarismo, Especificidade, Diferenciada, Multi/bilinguismo) não são cumpridos na escola indígena.

Palavras-Chave: Política Linguística. Formação. Docência Indígena.

INTRODUÇÃO

A partir da década de 1970, os povos indígenas vêm discutindo a ressignificação da instituição escola nas aldeias, considerando que desde o início da colonização o processo educacional escolar tem sido utilizado para integração dos índios à sociedade

nacional e pautado em uma perspectiva escolar ocidental, formal, hierarquizado e individualista, seja por ações leigas ou missionárias, oficiais ou alternativas, autoritárias ou progressivas, assimilacionistas ou libertadoras (LOPES DA SILVA, 1981).

Da discussão estabelecida sobre a educação, no decorrer das décadas de 1980, 1990, 2000 e 2010, estruturou-se um aparato legal específico voltado à educação escolar indígena, buscando definir um modelo de escola que contemple os projetos societários dos povos indígenas, favorecendo o diálogo intercultural com a sociedade envolvente, a implementação dos princípios de interculturalidade, respeito à diversidade linguística e base comunitária (LOPES DA SILVA e GRUPIONI, 2001).

No âmbito dessas políticas públicas para educação escolar indígena, destaca-se o aspecto linguístico, delimitando-o à estreita relação entre políticas de línguas e escola indígena, considerando que o destino da língua indígena em contato com a sociedade envolvente perpassa pela escola, que engloba diversos aspectos, entre os quais, a prática docente, por meio da qual deve-se materializar as diretrizes da escola indígena e as demandas das comunidades para a escola da aldeia.

Diante dessas determinações para o docente indígena, o Ministério da Educação - MEC fomenta, desde 2005, a formação específica de professores em licenciaturas, para atender as demandas das escolas aldeias por professores dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Esses cursos abrangem as Áreas de Ciências Exatas e Biológicas, Humanas e Sociais e de Linguagens, que figura como a área que busca responder aos direitos linguísticos adquiridos, assim como pela reafirmação e fortalecimento da cultura por meio da língua, quer seja portuguesa ou indígena.

Dentre as Instituições que oferecem Licenciatura em Formação de Professores Indígenas, com apoio técnico e financeiro do Ministério da Educação, por meio do Programa de Licenciaturas Interculturais Indígenas – PROLIND, destacamos a Universidade Federal do Amazonas – UFAM, que, a partir de 2007, busca atender demandas do movimento social indígena. A primeira turma foi finalizada em novembro de 2013. Atualmente, são sete turmas - Munduruku, Sateré Mawé, Médio Solimões, Alto Rio Negro, Alto Solimões, Manicoré, Lábrea.

O Curso de Formação de Professores Indígenas – FPI objetiva formar, em nível superior, numa perspectiva intercultural e interdisciplinar, professores indígenas para atuar na 2ª etapa do ensino fundamental e no ensino médio, nas escolas indígenas, com habilitação plena. Os objetivos específicos voltam-se, dentre outros, a oferecer condições para que as escolas indígenas possam promover o acesso aos saberes científicos historicamente construídos pela humanidade, bem como a valorização do patrimônio indígena, em um diálogo intercultural, a partir de suas lógicas e valores.

A duração do curso é cinco anos. Em dois anos, ocorre a formação geral, para estudo de fundamentos pedagógicos e de noções básicas introdutórias das três áreas do curso. Nessa etapa, todos os acadêmicos estudam juntos, posteriormente, na formação específica, os alunos se dividem em três turmas, destinadas ao aprofundamento em uma das áreas: Ciências Humanas e Sociais; Ciências Exatas e Biológicas; e Letras e Artes.

Santos e Santos (2014, p. 2.875) destacam que o Curso é resposta institucional da UFAM “às demandas dos movimentos indígenas por formação específica de professores indígenas para atuarem nas escolas das aldeias”, materializado em um processo de protagonismo compartilhado, “tendo como principais sujeitos os próprios professores e lideranças indígenas, representados por suas organizações, e os professores da UFAM/FACED”.

No universo dos deveres próprios da docência indígena, especificamente no âmbito da área de Linguagens, tem sido observada, durante as aulas no curso de graduação específico FPI/UFAM/FACED, a limitação de acadêmicos, inclusive egressos de cursos de Magistério Indígena, em articular as demandas linguísticas e culturais de suas aldeias às atividades escolares, indicando um abismo entre as prerrogativas para a escola indígena e a prática docente. Essa lacuna aponta ausência de processos teórico-metodológicos na formação linguística para o magistério, indicando a necessidade de (re) significação de caminhos para subsidiar a prática docente específica e materializar as políticas de línguas e as especificidades da escola indígena.

Em parte, essa demanda por aprofundamento da perspectiva teórico-metodológica indica formação limitada dos docentes indígenas, que reproduzem práticas linguísticas descontextualizadas e a permanência de antigos modelos de ensino, que os acompanha desde a escolarização inicial, elaborada sem considerar os diversos aspectos culturais e identitários e que envolvem a língua e o ensino. Isto é, uma formação sem reflexão e análise linguística.

POLÍTICAS DE LÍNGUAS E DOCÊNCIA INDÍGENA

Os povos indígenas têm contato com o não-índio há mais de cinco séculos e estão espalhados por todas as regiões do Brasil, em diferentes situações de propriedade das áreas, considerando que algumas são ocupadas apenas pelo laço ancestral, outras terras são reconhecidas, demarcadas e/ou homologadas pelo governo federal. Apesar do longo e violento contato com a sociedade envolvente, muitos povos sobreviveram e têm conseguido manter a cultura tradicional e a língua materna.

Essa resistência indígena foi fortalecida com a promulgação da Constituição Federal de 1988 - CF 1988 e a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996 - LDBEN nº 9.394/1996, que acrescentou ao sistema de ensino brasileiro o reconhecimento de saberes indígenas. Posteriormente, esse reconhecimento foi sendo detalhado por documentos complementares para direcionar a política para escola indígena no Brasil, considerando os processos próprios de aprendizagem.

Ressalta-se que essas transformações nas políticas públicas para educação escolar indígena não se deram simplesmente pela legislação. Conforme Tassinari e Gobbi (2008), as mudanças na legislação brasileira a respeito dos direitos indígenas são frutos de um grande movimento social “que aglutinou lideranças indígenas de todo o país, com o apoio de intelectuais e religiosos, ao longo dos anos 1980”.

Especificamente, no âmbito linguístico, a CF - 1988 assegurou aos povos indígenas o direito à utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem no Ensino Fundamental Regular (Art. 210, § 2º), assim como reconheceu aos índios suas línguas (Art. 231). Por sua vez, a LDBEN/1996 reafirmou esses direitos e acrescentou que “o Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisas, para oferta de Educação escolar bilíngue”, objetivando “proporcionar aos índios [...] a valorização de suas línguas”.

Dos demais documentos posteriores à CF 1988 e à LDBEN/1996, destacamos a Resolução nº 03/1999, que ao estabelecer a estrutura e o funcionamento das escolas indígenas, no âmbito da educação básica, nomeia o aspecto linguístico, “visando à valorização plena das culturas dos povos indígenas e à afirmação e manutenção de sua diversidade étnica” (Art. 1º).

Ainda na Resolução nº 03/1999, é reconhecido que “o ensino ministrado nas línguas maternas das comunidades atendidas” constitui-se como “elemento básico para a organização, estrutura e o funcionamento da escola indígena”, como uma das formas de preservação da realidade sociolinguística de cada povo (Art. 2º, III). Destaca ainda que a “formulação do projeto pedagógico próprio, por escola ou por povo indígena, terá por base [...] as realidades sociolinguísticas, em cada situação” (Art. 5º, III).

Considerando que a Formação de Professores Indígenas é elemento significativo para a concretização dos direitos linguísticos assegurados, destacamos a Resolução nº 01/2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio.

A valorização das línguas indígenas compõe o conjunto de elementos que formam os princípios da formação de professores indígenas, assim como na definição dos “objetivos dos cursos destinados à formação de professores indígenas”, visando “desenvolver estratégias que visem à construção dos projetos políticos e pedagógicos das escolas com desenhos curriculares e percursos formativos diferenciados e que atendam às suas especificidades étnicas, culturais e linguísticas” (art. 3º).

Os objetivos da formação específica indígena voltam-se ainda a necessidade de “fomentar pesquisas voltadas para as questões do cotidiano escolar, para os interesses e as necessidades [...] linguísticas dos povos indígenas e de suas comunidades, articuladamente aos projetos educativos dos povos indígenas” (III, art. 3º).

A promoção da “elaboração de materiais didáticos e pedagógicos bilíngues e monolíngues, conforme a situação sociolinguística e as especificidades das etapas e modalidades da Educação Escolar Indígena” também se destacam na Resolução nº 01/2015, reafirmando as demandas dos povos indígenas por materiais específicos para fortalecimento de suas culturas e línguas.

Ressalta-se que a Resolução de 2015 retoma a discussão do perfil do professor indígena (Art. 7º), elencando como elementos: conhecimento e utilização da respectiva

língua indígena nos processos de ensino e aprendizagem; realização de pesquisas com vistas à revitalização das práticas linguísticas e culturais de suas comunidades, de acordo com a situação sociolinguística e sociocultural de cada comunidade e povo indígena; articulação das linguagens orais, escritas, midiáticas, artísticas e corporais das comunidades e povos indígenas no âmbito da escola indígena; construção de materiais didáticos e pedagógicos multilíngues, bilíngues e monolíngues, em diferentes formatos e modalidades.

Para formar um professor com esse perfil, a Resolução de 2015 recomenda que os projetos pedagógicos de cursos da formação de professores indígenas devem ser construídos no âmbito das instituições formadoras de modo coletivo, possibilitando uma ampla participação dos povos indígenas envolvidos com a proposta formativa e a valorização dos seus conhecimentos e saberes (Art. 8º).

A Resolução nº 01/2015 destaca, ainda, que no processo de construção e organização dos currículos para a formação inicial e continuada dos professores indígenas, “deve-se considerar: [...] o bilinguismo ou multilinguismo, a pesquisa como fundamento articulador permanente entre teoria e prática ligada [...] às necessidades educativas, sociolinguísticas dos povos indígenas” (Parágrafo Único, Art. 12).

No tocante a material didático específico para indígenas, no processo de formação escolar, destacamos o trabalho de Grupioni (2006), que indica a escassez do material didático usado nas escolas indígenas, ocasionando que menos da metade das escolas indígenas do Brasil podem contar com esse material didático diferenciado, conforme constatado no Censo Escolar feito em 2005.

Grupioni (2006) apresenta as diferenças significativas entre as regiões brasileiras, enfatizando que a região Norte, apesar de concentrar mais da metade das escolas indígenas do país, somente 33,02% utiliza desse material didático específico. Nas demais regiões, esse percentual sobe para 63,89% no Sul, 60,71% no Centro-Oeste, no Nordeste cai para 49,89% e no Sudeste fica em 79,59%.

Outra problemática refere-se ao fornecimento e utilização do recurso didático diferenciado na educação indígena, considerando que o material didático pode estar compactado a uma única cartilha, ou um livro de leitura ou até mesmo a um único dicionário, evidenciando limitações governamentais para disponibilizar materiais suficientes a fim de se concretizar uma educação pautada na interculturalidade e na valorização dos conhecimentos e saberes próprios das comunidades indígenas.

Os fatos analisados por Grupioni (2006) revelam que a incorporação das escolas indígenas ao sistema de ensino demanda adequações dos serviços oferecidos à educação escolar indígena, para que os sujeitos usufruam dos direitos assegurados, em um contexto de projetos voltados para a especificidade e para a realidade das escolas indígenas, suprimindo as necessidades e valorizando os costumes próprios de cada comunidade indígena, garantindo condições dignas de funcionamento desses estabelecimentos de educação escolar nas aldeias do país.

No que se refere especificamente à região do Norte do Brasil, aponta-se indício muito maior de comunidades indígenas em relação aos outros estados. O Amazonas engloba número significativo das comunidades indígenas, mas quando se trata de ações que visam à educação escolar indígena, bem como produções e distribuição de materiais didáticos para tal formação, tanto de docentes como para discentes, ou ainda, pesquisas ou produções acadêmicas que tratem sobre questão de políticas de línguas para a educação escolar indígena, o estado apresenta-se com pouca produção.

Silva (2007) destaca a relevância de ouvir os povos indígenas, suas inquietações e sua insatisfação quanto ao serviço disponibilizado à educação. Essa iniciativa é primordial para promover ações e melhorias às comunidades indígenas, na perspectiva de se propor um projeto completo na educação escolar indígena, partindo das políticas de línguas, no âmbito específico da linguagem.

Na atualidade, entre as questões que atingem os povos indígenas, está, segundo Weigel e Becker (2011, p. 300), a percepção de que o acervo de conhecimentos tradicionais “está se perdendo, de uma geração para outra”, ocasionada “tanto porque há uma crescente desvalorização dos conhecimentos tradicionais em favor dos conhecimentos dos brancos, quanto porque não há registro e sistematização dos conhecimentos tradicionais”.

Conforme Moraes (2003), os contextos atuais e a consciência indígena sobre educação escolar indicam a vontade por uma escola que incorpore a identidade, currículo e calendário próprios e específicos, apesar da imposição de um currículo que “vem de fora”, ou seja, é pensado pelo não-índio. Por esse olhar, a escola específica pode contribuir para minimizar o avançado estágio de supressão dos conhecimentos tradicionais.

Os povos indígenas têm percebido a escola “como uma prática social ampla e básica na construção da cultura, da sociedade, da realidade, na medida em que, no âmbito do simbólico, a educação participa do movimento dialético de transmissão/criação/recriação de conhecimentos que operam na organização do real” (TEIXEIRA, 1990). Nesse sentido, possibilitar o encontro de conhecimentos tradicionais e científicos aos alunos reafirma o desafio de contribuir com a construção de uma escola indígena voltada para os costumes, mas que também seja um lugar/espço de discussão onde se fale de tudo/sobre tudo.

Essa demanda é ampliada pela necessidade de sistematização dos conhecimentos indígenas, que tem mobilizado o movimento indígena a buscar a publicação de material específico, assim como formação específica aos professores, que viabilizará, ainda, a atuação destes no Ensino Fundamental, na implantação de mais turmas de 6º a 9º anos e Ensino Médio na área indígena.

Ressalta-se que a tradicional escola “indígena”, de perspectiva integracionista, utilizou políticas de línguas, imbuída do propósito de fazer desaparecer as diversas línguas e conhecimentos das etnias indígenas. Porém, nas últimas décadas, a partir da construção de consciência sobre os direitos linguísticos, vários povos indígenas vêm

colocando como objetivo a apropriação de instrumentos, por meio de oficinas e formação, para fortalecimento linguístico.

Nesse sentido, diante da compreensão de que as línguas indígenas são parte de uma cultura específica, e que a forma de expressar conceitos é sempre peculiar em cada língua, os mais indicados para a produção de materiais relevante para o povo, que não seja distante da sua realidade atual, são os próprios índios, daí a importância da formação de professores indígenas.

Por outro lado, os professores empreenderam a necessidade de produzir material para contribuir com a resistência, manutenção, valorização, fortalecimento e revitalização da cultura nas escolas, em “cartilha que tem a história da origem dos parentes de cada povo indígena e matérias usadas do dia com nome em português e língua local” (CIMI NORTE, 1992, p. 06-07).

Essa atitude caracteriza a decisão dos professores indígenas e seus povos no sentido de ocuparem espaços indígenas com produções indígenas. Tal processo, cabe ressaltar, é expressão de um movimento mais amplo de afirmação étnica dos povos indígenas no Brasil, especificamente desde o final da década de 1970. Escrever os seus próprios textos didáticos passou a ser uma forma de resistência cultural, de reafirmação das identidades étnicas dos povos indígenas frente à dominação homogeneizante.

OLHAR O PASSADO E PROJETAR O FUTURO: PRÁTICAS DOCENTES INTEGRACIONISTAS E PERSPECTIVAS INTERCULTURAIS CRÍTICAS

O processo educacional destinado aos povos indígenas, nas últimas décadas, vem buscando construir uma Educação Escolar Indígena pautada nos princípios comunitarismo, diferenciação, especificidade, multilinguismo e interculturalidade. Nessa mesma perspectiva, conceitos como cultura, alteridade, diferença, identidade, memória e direitos indígenas vêm sendo retomados para compreensão e interpretação do contexto, que tende a formar uma lacuna entre o que se compreende e traduz como exigência dos povos indígenas e a forma como pensam os agentes públicos e executam as políticas.

Esse olhar contraditório para escola indígena pode ser observado desde o início da colonização do Brasil. Conforme Xavier; Ribeiro; Noronha (1994, p. 42), os dados históricos, referentes ao ensino destinado aos povos indígenas no processo de colonização, demonstram a utilização de “métodos autoritários e controladores com o propósito de dominar os povos indígenas, considerados selvagens e ingênuos, com a finalidade de integrá-los à civilização, a serviço da fé e do império”.

A metodologia jesuítica abrangia ações e métodos que alteravam valores indígenas, pois estes “não aprendiam apenas uma nova língua, uma nova interpretação da vida e da morte”, pelo contrário, a didática possibilitava “um renascer que alterava, pela base, a vida cotidiana daquela população nativa e a sua própria compreensão do significado da existência” (XAVIER; RIBEIRO; NORONHA, 1994, p.42).

Esse processo pedagógico oferecido aos indígenas se valia de conteúdos e métodos que atendiam apenas às classes dominantes, logo não respondiam, e ainda não respondem, às peculiaridades das centenas de povos. Ressalta-se que essa prática atravessou séculos e ainda é dominante nas escolas indígenas, apesar de ser garantido em legislação específica o direito a uma escola que atenda aos projetos societários de cada aldeia.

Dentre os direitos específicos, destaca-se a formação específica de professores indígenas, considerando que a escola indígena deve ser conduzida, segundo a Resolução nº 05/2012, por indígenas pertencentes às suas respectivas comunidades, mas, para isso, precisa-se que tenham uma boa formação, que, em nível médio ou superior, deve enfatizar a constituição de competências referenciadas em conhecimentos, saberes, valores, pautados nos princípios da Educação Escolar Indígena (BRASIL, 2012).

Daí a prerrogativa para a investigação de subsídios e abordagens teórico-metodológicas para serem utilizados no âmbito de cursos específicos para formação linguística de professores indígenas, em atendimento às prerrogativas das políticas de línguas e da escola indígena, e em cumprimento às orientações nacionais específicas para educação escolar indígena e de objetivos do curso.

Entende-se, ainda, que a investigação sobre a relação entre as políticas de línguas e a escola indígena configura-se como elemento para contribuir com o cumprimento do direito linguístico dos povos indígenas, assegurado na legislação brasileira, cuja materialização tem esbarrado em inúmeros impasses e obstáculos de cunho político, burocrático e administrativo.

O Curso de Licenciatura da FAGED destinado aos povos indígenas adota a modalidade de ensino/formação por módulos, centrado na formação de professores indígenas para que subsidiem seus currículos escolares, possibilitem a melhoria do trabalho pedagógico nas escolas indígenas e equacionem as problemáticas vivenciadas nas aldeias e comunidades.

Dentre as ações realizadas na Licenciatura, destacaremos o Seminário de Implantação, no qual se apresenta a estrutura e o funcionamento do curso. Na atividade, realizou-se ainda mapeamento da prática pedagógica dos acadêmicos da Turma Purus-Lábrea, composta por membros dos povos Apurinã, Paumari, Jarawara e Banawa. O objetivo do levantamento foi conhecer a docência indígena para inserir, no processo de formação, abordagens que possibilitem o deslocamento de um processo pedagógico assimilacionista para o processo intercultural crítico.

Muitas metodologias ainda não se tornaram procedimentos metodológicos constantes no espaço escolar, provavelmente, devido às condições de muitas escolas, mas principalmente, pelas lacunas na formação de muitos professores, pois desenvolver uma atividade que envolva conhecimentos disciplinar demanda um olhar interdisciplinar para os conteúdos e habilidades diversas.

Diante dessa demanda, reafirma-se a preocupação em formar professores para o trabalho pedagógico diferenciado e significativo, enfocando a necessidade de procedimentos metodológicos, que possibilitem o cumprimento dos princípios da educação escolar indígena no processo educacional e a elaboração de materiais didáticos específicos.

Nesse contexto, a ação do docente-formador do curso deve se pautar no cuidado em dar conta do que foi planejado, assim como acompanhar o processo educacional, voltado para um ensino multicultural, desafiador de preconceitos e valorizador da pluralidade cultural. Partindo de observações, pode ser estruturada uma proposta para contribuir com o processo de ensino-aprendizagem na formação dos professores indígenas, na qual sejam respeitados os princípios básicos da escola indígena: Interculturalidade, Comunitarismo, Especificidade, Diferenciação e Multilinguismo.

A utilização do conhecimento que os acadêmicos inserem na formação tendem a transformar-se em um círculo contínuo e produtivo à educação e ao desenvolvimento da aprendizagem. Para além das discussões teóricas das disciplinas, os professores indígenas em formação, dentro desse movimento metodológico, demandam pela ampliação de análise centrada na ressignificação dos conhecimentos teóricos para a prática docente, considerando que a docência indígena ainda vem sendo pautada na reprodução de atividades outrora desenvolvida para/entre eles, utilizando materiais didáticos que não contribuem para o fortalecimento da cultura e da identidade indígena.

Nesse processo, os textos e conhecimentos construídos – tanto oral quanto escrito, tanto em língua indígena, quanto em língua portuguesa - criam espaços às diferentes vozes que emergem não só na sala de aula da Universidade, mas também do conhecimento acumulado pelos povos indígenas, representantes de realidades socio-históricas distintas e que, portanto, devem ser consideradas, inclusive na prática docente do professor indígena.

CONSIDERAÇÕES

A discussão sobre políticas de línguas e escola indígena apresenta-se como temática ainda em construção no Brasil, apesar de, há séculos (desde o início da colonização), os povos indígenas serem vítimas de políticas linguísticas contraditórias em relação às suas organizações sociais. Nesse sentido, o avanço dessa discussão demanda, dentre outros aspectos, a análise sobre a formação linguística dos professores indígenas que entrelaça não apenas a língua, mas também os saberes tradicionais do seu povo e os novos conhecimentos apresentados pela sociedade envolvente, desencadeando a definição de proposições teórico-metodológicas.

Do resultado dessa análise e das proposições, os cursos de formação para a docência indígena e a condução de outras ações destinadas à escola indígena podem ressignificar as práticas utilizadas nas escolas, acrescentado à formação e à docência indígena, perspectivas teórico-metodológicas em atenção às limitações sobre a reflexão e a formação linguística.

Por outro lado, especificamente, as pesquisas existentes sobre os povos indígenas do Amazonas referem-se, em grande parte, às áreas da antropologia, história, educação. No âmbito linguístico, o olhar tem se voltado à descrição e análise de algumas línguas. Dessa forma, o estudo sobre o percurso da formação linguística do professor, enquanto elemento do universo das políticas de línguas para assegurar as prerrogativas da escola indígena ainda requer aprofundamento.

Nesse sentido, a análise da relação entre políticas de línguas e escola indígena, focando o olhar sobre o processo específico de formação linguística para a docência indígena, configura-se como temática em construção, embora a pesquisa sobre a escola indígena e estudos linguísticos tenha avançado. Ressalta-se que a discussão sobre política linguística em contexto indígena (direitos, projetos, material didático) e escola indígena (incluindo políticas públicas, formação de professores indígenas, ensino de línguas), no âmbito do estado do Amazonas, até o momento, indica a existência de lacuna na reflexão sobre os aspectos teórico-metodológicos na formação linguística do professor, no universo das políticas de línguas e escola indígena.

Por sua vez, o curso de Licenciatura para formação de professores indígenas da FAGED/UFAM corroboram para o entendimento de que novas e diferentes iniciativas de acesso indígena à formação específica poderão contribuir para a construção de relações sociais intercultural, constituindo-se como importantes espaços que fundamentam os projetos educativos das comunidades indígenas.

Reafirma-se que todo trabalho desenvolvido na formação de professores indígenas e na escola dependerá da intencionalidade docente, do que e de que como se propõe. Se o desejo é que os alunos se apropriem da cultura e fortaleçam a identidade étnica, precisa-se reorganizar a formação e a escola de maneira que atenda às especificidades dos povos indígenas. Ressalta-se que os cursos de Licenciaturas Interculturais são relativamente jovens, logo, todas as ações ainda estão em processo de reflexão para acertar com as futuras turmas para formação de Professores Indígenas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

_____. **Lei n. 9.394/1996 de 20 de Novembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1996.

_____. **Resolução n. 14/1999**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1999.

_____. **Resolução n. 03/1999**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1999.

_____. **Resolução n. 05/2012**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 2012.

_____. **Resolução n. 01/2015**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 2015.

CIMI Norte I - Encontro de Professores Indígenas do Amazonas e Roraima, 5, 1992. Boa Vista, 08 a 11 de outubro de 1992.

GRUPIONI, L. D. B. (Org.). Contextualizando o campo da formação de professores indígenas no Brasil. GRUPIONI, L. D. B. (Org.). **Formação de Professores Indígenas: revendo trajetórias**, Coleção Educação Para Todos, MEC/ Unesco, Brasília, 2006.

LOPES DA SILVA, A. (org.). **A questão da educação indígena**. São Paulo: Brasiliense e Comissão Pró-Índio/SP, 1981.

LOPES DA SILVA, A. e GRUPIONI, L. D. B. Educação para a Tolerância e povos indígenas no Brasil. GRUPIONI, L. D. B., Vidal, L. e Fischmann, R. (orgs.). **Povos Indígenas e Tolerância: construindo práticas de respeito e solidariedade**. São Paulo: Edusp e Unesco, 2001.

MORAES, A. A. A. Saberes de professores indígenas sobre currículo: que digam, que pensem, que falem. **Anais do Congresso de Leitura do Brasil**, Campinas-SP, 2003.

SILVA, R. G. P. da. Esboço sociolinguístico Sateré-Mawé. **Tellus**, ano 7, n. 13, out. 2007.

TASSINARI, A. M. I.; GOBBI, I. Políticas Públicas e Educação para e sobre Indígenas. **Anais da Reunião Brasileira de Antropologia**. Porto Seguro, Bahia, 2008.

TEIXEIRA, Maria Cecília Sanches. **Antropologia, cotidiano e educação**. RJ: Imago, 1990.

WEIGEL, V. A. C. de M.; BECKER, M. A. D. Educação, Meio Ambiente e Saúde na vida Sateré-Mawé: Uma Análise Bioecológica. **Ver A Educação**, v. 12, n. 2, p. 299-312, Jul/Dez, 2011.

XAVIER, M. E.; RIBEIRO, M. L.; NORONHA, O. M. **História da Educação: A escola no Brasil**. São Paulo: FTB, 1994.

SISTEMA VOCÁLICO PRETÔNICO DO PORTUGUÊS FALADO NA CIDADE DE CAMETÁ/PA: caracterização acústica.

Josivane do Carmo Campos Sousa (PPGL/UFGA)¹

Orientadora: Prof. Dr. Regina Célia Fernandes Cruz (UFGA/CNPq)²

Linha de Pesquisa: Análise, Descrição E Documentação Das Línguas Naturais.

Resumo: O presente trabalho, vinculado ao Projeto de Pesquisa Norte Vogais, tem como objetivo analisar as vogais médias pretônicas /e/ e /o/ no português falado na área urbana da cidade de Cametá/PA, a fim de caracterizá-las acusticamente, uma vez que esta variedade ainda não havia sido submetida a tal tipo de análise. Para tanto, estão sendo aplicados todos os procedimentos adotados pelo projeto Norte Vogais na investigação acústica das vogais pretônicas no português falado na Amazônia Paraense (CRUZ *ET AL* 2012; CRUZ, 2012), a saber: a) *corpus* padronizado; b) amostra estratificada; c) coleta; d) codificação; e) segmentação dos dados no PRAAT; f) aplicação do *script praat Analyser Tier*; g) análise estatística; h) inserção dos dados no banco de dados do Projeto Norte Vogais (CASTRO, 2017). A amostra constitui-se de 18 colaboradores conforme estratificação social em sexo, faixa etária e escolaridade. Os dados foram coletados por meio de dois protocolos: indução por teste de imagem e leitura de texto, nos quais foram apresentados os dados que compõem o *corpus* de 72 vocábulos contendo as vogais médias alvo. Para o tratamento dos dados, está sendo feita segmentação no programa *Praat*, e posteriormente os dados são analisados com a aplicação dos *script Analyze Tier* a fim de se obterem as medidas dos parâmetros acústicos investigados, a saber: duração, F0 Intrínseca, F1, F2 e F3. Os dados obtidos passam por tratamento estatístico no programa Excel e representação por meio de gráficos. Até o presente momento, já foram realizadas as análises acústicas com tratamento dos dados referentes à primeira faixa etária e oriundos do protocolo de indução por imagens. Os resultados foram comparados aos de Moraes (2015), Souza (2015) e Souza *et al* (2015). Assim, verificou-se que, tendo como referência os parâmetros acústicos de F1 e F2, as variantes [i], [e], [E], [u], [o] e [O] aparecem bem distribuídas no espaço acústico, apresentando uma distância equivalente entre si, marcada pela centralização da variante posterior alta [u]. Quanto a F3, confirmou-se que as frequências são realmente mais baixas para as variantes posteriores, comprovando-se que o arredondamento dos lábios tende a abaixar a frequência dos formantes. Além disso, as frequências de F3 são mais altas na fala feminina. Quanto ao parâmetro de F0 intrínseca, os resultados assemelham-se aos apresentados em Souza *et al* (2015) para a variedade de Cametá rural, pois também os resultados do presente trabalho mostraram a

¹ Aluna do Curso de Doutorado em Letras do Programa de Pós-Graduação em Letras – PPGL/UFGA – josivanesousa@gmail.com

² Coordenadora do Projeto Norte Vogais – Bolsista Produtividade CNPq – regina@ufpa.br

proximidade entre os valores obtidos e submetidos a testes-T, não encontrando diferenças significativas entre as variantes. Por fim, quanto ao parâmetro acústico de duração, verificou-se maiores valores para as vogais produzidas por colaboradores do sexo feminino, sendo as médias altas mais prolongadas que as demais. Os dados também indicam que, para o sexo masculino, grau de abertura e duração são inversamente proporcionais, ou seja, quanto maior o grau de abertura, menor a duração da vogal produzida em posição átona pretônica.

Palavras-chave: Amazônia Paraense. Caracterização acústica. Vogais Médias Pretônicas.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo apresentar resultados preliminares do projeto de pesquisa que vem sendo desenvolvido em nível de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Pará – PPGL/UFGPA. O referido projeto está inserido na linha de pesquisa “Caracterização Acústica do Sistema Vocálico do Português da Amazônia Paraense” vinculada diretamente ao Projeto de Pesquisa Norte Vogais (Segunda Versão - Portaria Nº 045/2016 ILC), sob Coordenação da Prof. Dr. Regina Cruz.

O objetivo do presente trabalho é contribuir para a caracterização acústica do português falado na Amazônia Paraense, tendo-se selecionado como objeto de estudo o português falado na área urbana da cidade de Cametá/PA por ser esta variedade ainda inexplorada em termos de investigação acústica. Até o início da realização deste projeto, Moraes (2015) havia investigado o português falado na área rural da cidade de Cametá/PA sob a ótica da fonética acústica.

Assim sendo, objetiva-se analisar e caracterizar acusticamente as vogais médias pretônicas orais /e/ e /o/ na variedade urbana, tomando-se como parâmetros físicos a serem analisados a frequência fundamental (F0), os primeiro, segundo e terceiro formantes (F1, F2, F3) e duração, conforme será apresentado na seção 4 adiante.

REFERENCIAL TEÓRICO

No norte do Brasil, a investigação acústica do sistema vocálico do português falado na Amazônia Paraense foi impulsionado por Cruz (2011), quando definiu etapas metodológicas para caracterizar acusticamente as vogais das variedades faladas no Pará. Com esta iniciativa, pela primeira vez, a qualidade das vogais do português falado no Estado estava sendo analisada qualitativa e acusticamente, conforme mostrado em alguns desses estudos descritos em seguida.

a) Cruz et al (2012) realizaram um estudo qualitativo e acústico das vogais médias pretônicas no português falado na cidade de Belém/PA. Para tanto, foram analisados 51 vocábulos alvo a partir do protocolo de leitura de um texto sobre futebol,

elaborado pela própria equipe de pesquisadores. Para a análise dos dados, foi utilizado o programa Praat, no qual foram tomadas as medidas do primeiro (F1) e segundo (F2) formantes das vogais pretônicas alvo. Os resultados mostraram a preferência pela manutenção das vogais médias, reforçando os resultados das descrições sociolinguísticas já realizadas pela equipe da UFPA. Porém, constatou-se que as variantes baixas ocorrem em maior número que as variantes altas. Além disso, concluiu-se que, no caso das vogais anteriores, tanto na fala masculina quanto na fala feminina, as variantes alta e média fechada ocupam quase o mesmo espaço acústico e que ambas apresentam uma grande distância da variante baixa. Por outro lado, em relação às posteriores, todas elas ocupam espaços acústicos bastante delimitados, tanto na fala feminina quanto na fala masculina.

b) Souza (2015) objetivou caracterizar acusticamente as vogais médias pretônicas do português falado na cidade de Barcarena/PA. Ao todo, foram analisadas 818 realizações de vogais médias pretônicas orais, a partir da produção de 53 vocábulos. No tratamento dos dados, foram tomadas as medidas de F1 e F2 (Hz) das vogais alvo. Os resultados mostraram que, também na variedade estudada, os falantes dão preferência à manutenção das vogais médias pretônicas. Quanto à fala feminina, verificou-se que, no caso das vogais anteriores, a variante alta ocupa quase o mesmo espaço acústico da variante média fechada e as duas mantêm uma grande distância da variante média aberta. As posteriores ocupam espaços acústicos bem diferenciados. Quanto à fala masculina, as variantes anteriores estão bem discriminadas, e a variante alta e a média fechada posteriores estão muito próximas, distanciando-se significativamente na variante média aberta posterior.

c) Souza *et al* (2015) realizaram um estudo com o objetivo de caracterizar as vogais orais átonas do português falado no estado do Pará, segundo o parâmetro físico da frequência fundamental (F0) intrínseca. Para tal, foram utilizadas as medidas de F0 de amostras de fala de 54 colaboradores nativos dos municípios paraenses de Belém, Barcarena e Cametá. A análise acústica, considerando as medidas de F0 em Hz e Semitons (ST), demonstra que o nível acústico funciona como um espelho do nível fonológico, evidenciando que essas variantes possuem um único representante no nível subjacente;

d) Moraes (2015) objetivou caracterizar acusticamente as vogais médias pretônicas orais /e/ e /o/ no português falado na área rural do município de Cametá/PA, para fornecer uma referência do espaço acústico das vogais em análise. As análises mostraram um alto grau de variação entre as variantes: a) [i] e [e] na fala dos colaboradores femininos; b) [u] e [o] da fala dos colaboradores mais velhos e jovens; c) as variantes baixas – [E] e [O] – apresentam-se bem distanciadas das variantes altas e médias no espaço acústico. Concluiu-se que os dados acústicos apresentados parecem refletir um processo de variação característico do falar cametaense, que é a manutenção das vogais médias pretônicas, como descrito por Rodrigues e Araújo (2007) e por Oliveira (2013) de que a manutenção na pretônica é ainda mais favorecida.

Seguindo a mesma proposta, o trabalho aqui desenvolvido visa a caracterização acústica das vogais médias pretônicas orais /e/ e /o/ no português falado em Cametá/PA, e para isso estão sendo realizados os procedimentos metodológicos descritos na seção 3 abaixo.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a realização do presente trabalho, foram aplicados os procedimentos adotados pelo projeto Norte Vogais na investigação acústica das vogais pretônicas no português falado na Amazônia Paraense (CRUZ *ET AL* 2012; CRUZ, 2012), a saber: a) *corpus* padronizado; b) amostra estratificada; c) coleta; d) codificação; e) segmentação dos dados no PRAAT; f) aplicação do *script praat Analyser Tier*; g) análise estatística.

DESCRIÇÃO DO *CORPUS*

O *corpus* é formado, ao todo, por 72 vocábulos distribuídos nos dois protocolos de coleta de dados: a) de indução por teste de imagem (72) e b) de leitura em voz alta (51), conforme Quadro 01 abaixo.

Quadro 01: Lista dos 72 vocábulos contendo as vogais médias alvo presentes nos protocolos de coleta de dados.

/e/			/o/		
b/e/bida	p/e/pino	r/e/polho	ap/o/sentado	c/o/zinha	nam/o/rados
cab/e/ceando	p/e/queno	s/e/gunda	b/o/neca	d/o/mingo	paraf/o/lia
cab/e/luda	p/e/rfume	s/e/rviço	b/o/nita	f/o/gueira	p/o/lícia
c/e/rtificado	pr/e/cisa	s/e/tenta	b/o/rracha	f/o/guete	pr/o/cissão
c/e/rveja	p/e/rigo	t/e/atro	c/o/brador	f/o/rmiga	pr/o/fessora
d/e/zesseis	p/e/scadores	t/e/soura	c/o/légio	f/o/rmigueiro	pr/o/fundo
/e/mprego	pr/e/guiça	v/e/ado	c/o/madre	g/o/rdura	r/o/cambole
/e/Scola	pr/e/sente	v/e/rgonha	c/o/mandante	g/o/verno	r/o/ndônia
/e/scravo	pr/e/sidente	v/e/stido	c/o/mer	h/o/spital	s/o/riso
/e/stante	qu/e/brado		c/o/mpadre	l/o/teria	t/o/alha
f/e/liz	qu/e/rido		c/o/mprido	m/o/eda	t/o/mate
f/e/chada	pr/e/sídio		c/o/stura	m/o/radores	
m/e/nino	r/e/médio		c/o/ruja	m/o/squiteiro	

Fonte: Moraes (2015, pág. 24)

Os *corpora* do banco de dados do projeto utilizam a mesma estratificação social adotada para as descrições sociolinguísticas: Faixa Etária (15 a 25 anos, 26 a 45 anos e

acima de 45 anos), Nível de Escolaridade (Ensino Fundamental, Médio e Superior) e Sexo (Masculino e Feminino). No entanto, nesta apresentação preliminar, foram analisados apenas os dados obtidos por meio da aplicação do protocolo de indução por imagem aplicado aos colaboradores pertencentes à primeira faixa etária (15 a 25 anos) preservando-se os níveis de escolaridade e sexo.

PERFIL DOS LOCUTORES

Para participar da coleta de dados, foram selecionados 06 (seis) locutores da primeira faixa etária (15 a 25 anos), sendo 03 (três) masculinos e 03 (três) femininos, segundo os três níveis de escolaridade, conforme mostrado na tabela 01.

Tabela 01: Plano de amostra dos colaboradores – Total de 06 colaboradores.

ESCOLARIDADE		SEXO	FAIXA ETÁRIA
Nível A	Fundamental	Masculino	15 a 25 anos (06 colaboradores)
		Feminino	
Nível B	Médio	Masculino	
		Feminino	
Nível C	Superior	Masculino	
		Feminino	
TOTAL			06 COLABORADORES

Como exigências previstas, os colaboradores deveriam ser todos paraenses natos de Cametá, ou no caso de não terem nascido na cidade, terem vindo para a localidade nos primeiros anos de vida, e de modo geral, não terem fixado residência fora da localidade por mais de 2 anos. Os genitores também deveriam ser nativos de Cametá.

PROTOCOLO DE COLETA DE DADOS

Para o protocolo de indução por imagem, 72 vocábulos selecionados foram produzidos pelos colaboradores diante da projeção de imagens que evocassem os referidos vocábulos, repetindo o protocolo de forma aleatória duas ou três vezes para que o melhor sinal sonoro fosse considerado na pesquisa. Os vocábulos foram selecionados com base no contexto de alta variabilidade que os mesmos apresentaram em estudos sociolinguísticos realizados anteriormente (RODRIGUES, 2005; RODRIGUES E ARAÚJO, 2007; CAMPOS, 2008; SOUSA, 2010).

TRATAMENTO DOS DADOS

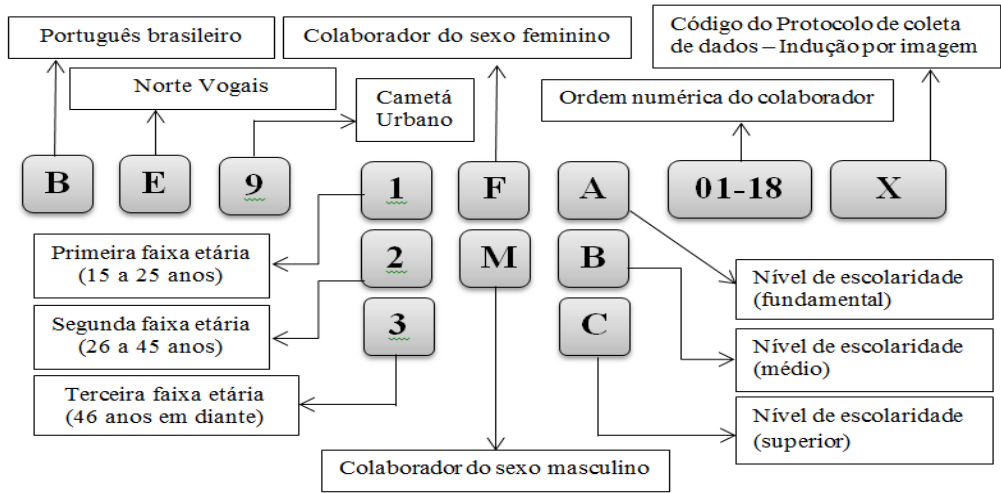
Após a coleta de dados, foi feito o tratamento conforme descrito a seguir:

CODIFICAÇÃO

Os locutores recebem um código que identifica dialeto, faixa etária, sexo e escolaridade de cada um, conforme mostrado na figura 01 abaixo. A variedade de Cametá urbano foi identificada pelo código BE9. A faixa etária, pelo algarismo 1 (15 a

25 anos). O sexo, pelas letras maiúsculas **M** (sexo masculino) e **F** (sexo feminino). O nível de escolaridade, pelas letras maiúsculas **A** (nível fundamental), **B** (nível médio) e **C** (nível superior de ensino). A ordem numérica dos locutores é 01 a 06. O tipo de protocolo de coleta de dados é indicado pela letra **X** (teste com projeção de imagens).

Figura 01: Exemplo de codificação dos colaboradores em Sexo, Faixa Etária e Nível de Escolaridade.



Fonte: Sousa (2016, em andamento).

A codificação foi estabelecida antes mesmo da coleta de dados. Assim, cada locutor foi recebendo seu respectivo código independente de ordem cronológica. A tabela 02 abaixo apresenta a codificação recebida pelos colaboradores.

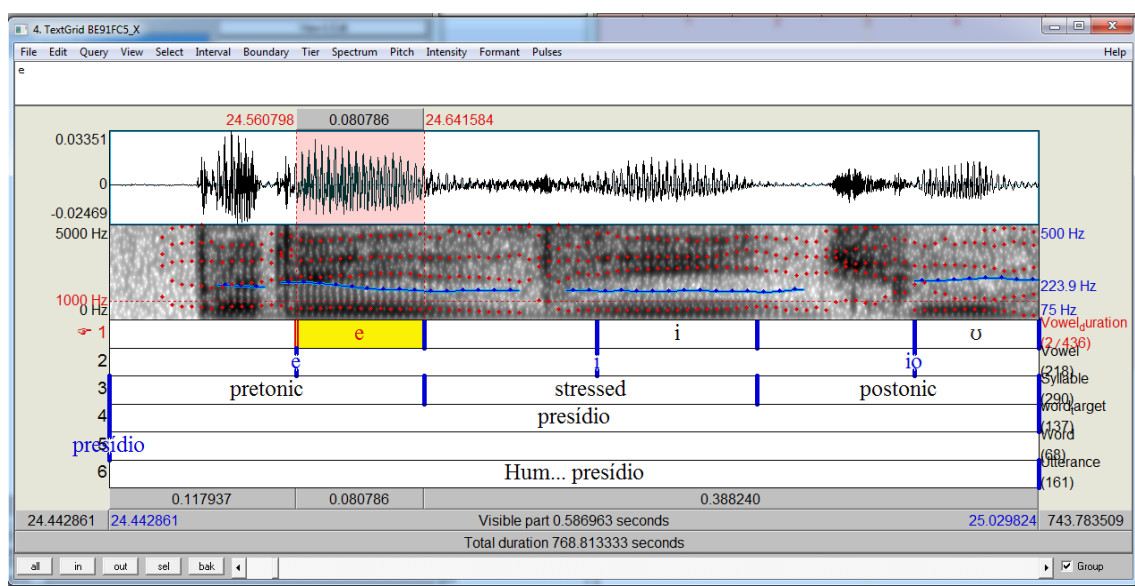
Tabela 02: Plano de amostra dos colaboradores com a codificação dos locutores.

ESCOLARIDADE		SEXO	CODIFICAÇÃO	FAIXA ETÁRIA
Nível A	Fundamental	Masculino	BE91MA01_X	15 a 25 anos (06 colaboradores)
		Feminino	BE91FA02_X	
Nível B	Médio	Masculino	BE91MB03_X	
		Feminino	BE91FB04_X	
Nível C	Superior	Masculino	BE91MC05_X	
		Feminino	BE91FC06_X	
TOTAL				06 COLABORADORES

SEGMENTAÇÃO DO SINAL DE ÁUDIO DE CADA LOCUTOR NO PROGRAMA PRAAT

Para a segmentação dos sinais sonoros, utilizou-se o programa *Praat*. Esta foi feita em seis níveis: 1) *vowel duration* (transcrição fonológica da vogal pretônica); 2) *vowel* (transcrição fonética da vogal pretônica); 3) *syllable* (sílabas); 4) *word_target* (palavra-alvo pertencente ao corpus de análise); 5) *word* (qualquer palavra com vogal pretônica) e 6) *utterance* (enunciado), conforme exemplificado na figura 02 abaixo.

Figura 02 – Janela de trabalho do *Praat* contendo uma das palavras alvo segmentadas.



Fonte: Sinal sonoro BE91FC05_X pertencente à amostra do presente trabalho.

Feita a segmentação dos sinais sonoros, passou-se à extração dos arquivos de áudio e criação de arquivo *textgrid* de cada vocábulo alvo das gravações originais com o programa *Praat*, antecedido pela respectiva codificação de cada locutor, como por exemplo, **BE91FC05_X_bebida**, **BE91FC05_X_coruja**. Ambos os arquivos de áudio e respectivo *textgrid* de cada vocábulo alvo foram salvos em pastas conforme cada locutor.

TOMADAS DE MEDIDAS DE DURAÇÃO, F0, F1, F2, F3

As tomadas de medidas também são feitas no programa *Praat* com a aplicação do *script analyse_tier.praat* criado por Daniel Hirst, da Universidade de Aix-Marseille (França). Os dados fornecidos pelo *script* foram organizados em planilha do programa Excel, apontando as seguintes informações: locutor, sexo, escolaridade, faixa etária, palavra alvo, vogal_id (anterior/posterior), vogal_qualidade (baixa/média/alta), duração (ms), F0 (intensidade das cordas vocais), F1 (altura da língua), F2 (avanço da língua – anterioridade/ posterioridade), F3 (arredondamento dos lábios), transcrição fonológica, e véu (oral ou nasal). Todas as medidas foram tomadas da parte central de cada vogal alvo; e para cada locutor foi criada uma planilha contendo os respectivos dados.

Embora o *script* tenha feito a tomada de medidas automaticamente, optou-se por fazer uma revisão manual dos dados utilizando as opções do programa *Praat*, de modo a confirmar as medidas fornecidas, o que mostrou a efetividade do referido *script* por não apresentar diferenças significativas entre ambos os modos (automático e manual).

De posse destas informações, foi possível proceder aos cálculos estatísticos de média e desvio padrão, os quais possibilitaram a visualização do comportamento das vogais médias pretônicas orais em relação ao espaço acústico, bem como as demais análises apresentadas na seção 4 a seguir.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

A primeira análise se refere à variante de maior ocorrência no português falado em Cametá/PA, cujos resultados estatísticos apontam o que se apresenta na tabela 3 abaixo.

Tabela 03: Percentual da realização de cada variante.

MASCULINO				FEMININO		
Variante	Fundamental	Médio	Superior	Fundamental	Médio	Superior
i	7,14	10,2	4,6	3,5	9,8	1,6
e	34,2	30,8	32,3	36,8	34,4	37,7
E	5,7	5,8	9,2	7,01	6,5	4,9
u	5,7	16,1	3,07	12,2	9,8	4,9
o	35,7	26,4	35,3	31,5	31,1	40,9
O	11,4	10,2	15,3	8,7	8,1	9,8

Fonte: Dados do presente trabalho.

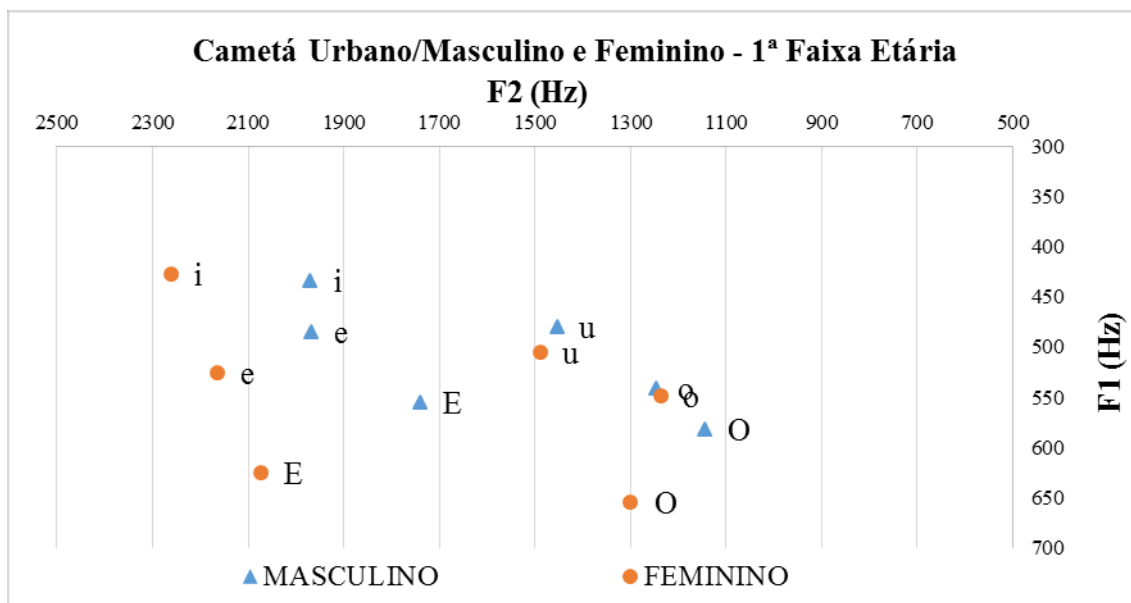
Diante dos dados apresentados na tabela acima, é possível observar alguns pontos que assemelham ou distinguem a manifestação vocálica na área urbana de Cametá: a) Predominância da manutenção em relação às demais realizações vocálicas, tanto para o sexo masculino quanto para feminino, nos três níveis de escolaridade; b) Opção dos colaboradores de nível superior pelo abaixamento, atingindo aproximadamente o dobro de realizações quando comparado ao alteamento; c) O alteamento vocálico aparece com maior probabilidade de ocorrência na fala de colaboradores com nível médio de escolaridade.

ANÁLISE DOS DADOS DE F1 E F2

A frequência do primeiro formante (F1) varia inversamente com a altura da língua, e a frequência do segundo formante (F2) varia com a dimensão antero-posterior da articulação das vogais. Estes parâmetros são analisados conjuntamente em razão da correspondência acústico-articulatória existente entre ambos, pois como afirmam Kent e Read (2015, p. 22), “quando a frequência de F1 diminui, é usualmente seguro concluir que a língua se moveu para uma posição mais alta. Quando a frequência de F2 aumenta, é usualmente seguro concluir que a língua se moveu para uma posição mais anterior”.

A análise destes parâmetros em conjunto possibilita a representação do espaço acústico ocupado pelas vogais em determinada variedade. Assim, os resultados ora apresentados se referem tanto a fala masculina quanto a fala feminina da primeira faixa etária investigada, conforme se pode observar no gráfico 01 abaixo.

Gráfico 01: Espaço acústico das variantes das vogais médias pretônicas da variedade de Cametá Urbano - sexos masculino e feminino, primeira faixa etária, ensino fundamental.



Fonte: Dados do presente plano.

Observa-se que há um certo equilíbrio quanto à disposição das vogais no espaço acústico, tanto na fala masculina quanto na fala feminina. E que também na fala masculina a vogal alta posterior tende mais à centralização.

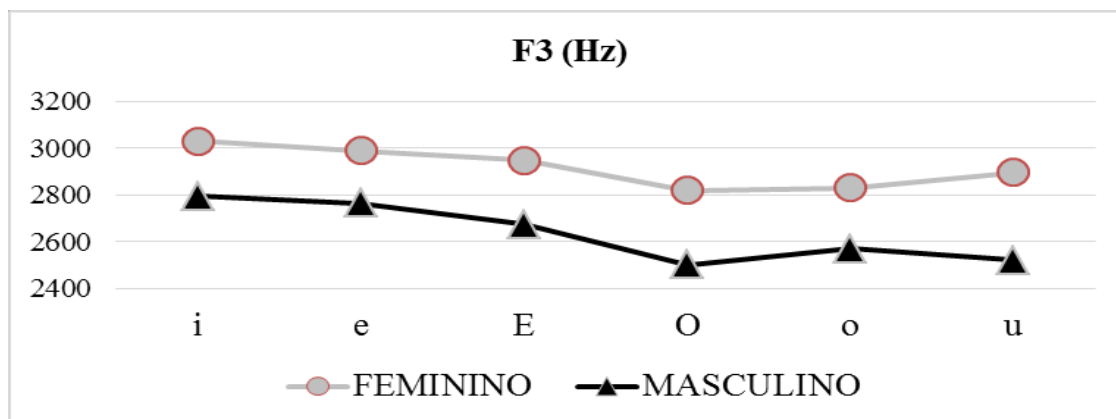
As baixas e médias anteriores se encontram praticamente ao mesmo nível de sua correspondente posterior. Aqui as vogais seguem um padrão de triângulo vocálico se distanciando por medida praticamente equivalente, o que diverge de Moraes (2015) que identificou o fato de as vogais baixas, tanto anteriores quanto posteriores, se encontrarem bem afastadas das demais variantes na fala feminina.

ANÁLISE DOS DADOS DE F3

O estudo do terceiro formante aqui apresentado é um fato inédito nos trabalhos sobre vogais pretônicas na região Norte, pois muito se tem explorado os parâmetros acústicos de F1 e F2, e bem recentemente os estudos de F0 intrínseca e duração. No entanto, Kent e Read (2015) também incluem o terceiro formante como sendo um dos três formantes, ao lado de F1 e F2, “suficientes para lidar com a maioria das variações fonéticas para as vogais das línguas do mundo” (KENT E READ, 2015, p. 48), uma vez que a energia da fonte (o espectro laríngeo) é maior nas frequências baixas que incluem esses três primeiros formantes.

Assim, apresentam-se no gráfico 02 os resultados obtidos a partir da análise dos valores de F3 nos dados coletados, observando-se o grau de relevância na distinção vocálica e caracterização acústica das variantes [i], [e], [E], [u], [o] e [O] na variedade Cametaense.

Gráfico 02: Medidas de F3 para as vogais pretônicas da fala de colaboradores Cametaenses com idade entre 15 e 25 anos.



Fonte: Dados do presente trabalho.

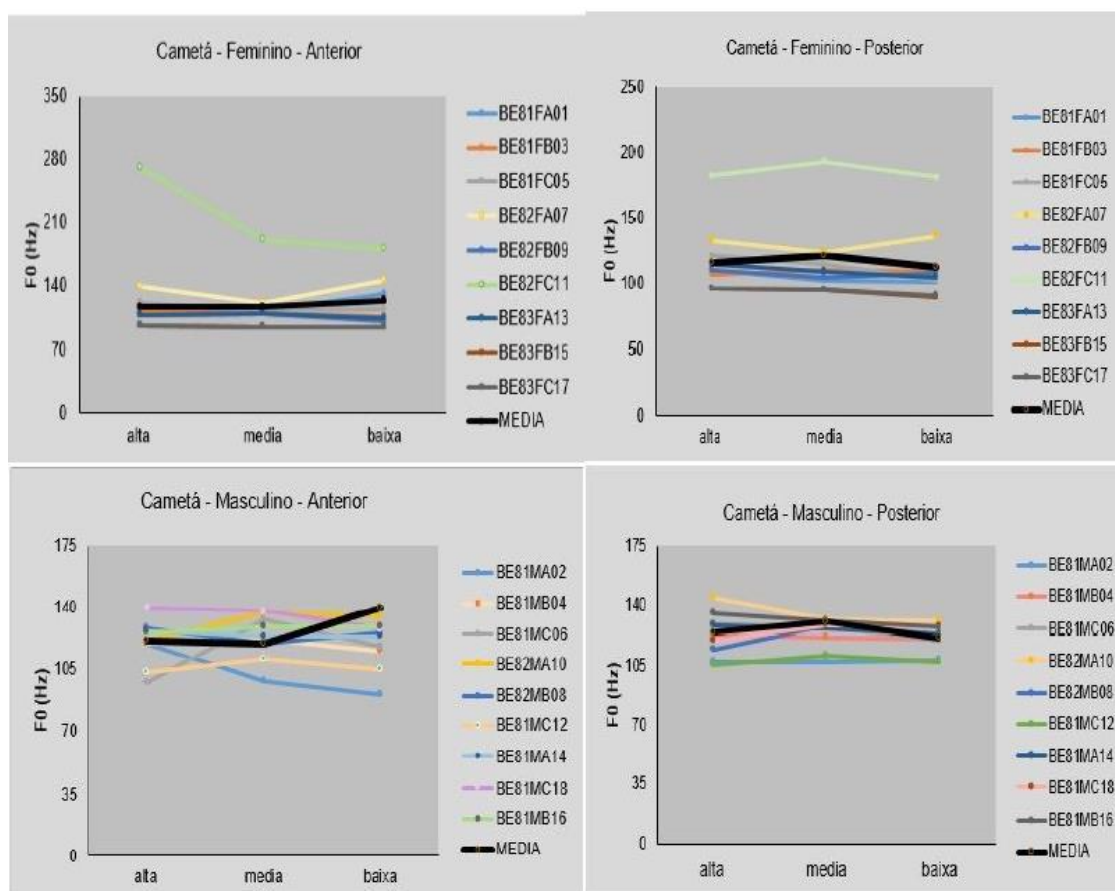
Conforme observado, os resultados do presente estudo confirmam o exposto por Kent e Read (2015) quando mostram o abaixamento das frequências de F3, ratificando, assim, que as vogais anteriores têm frequências mais altas que as posteriores. Portanto, as variantes posteriores são arredondadas, apresentando as frequências mais baixas e, conseqüentemente, o aumento do trato vocal.

Vale observar que, assim como nos resultados obtidos a partir dos parâmetros acústicos apresentados em seções anteriores, os valores F3 também são mais altos nos dados do sexo feminino em relação aos do sexo masculino, e que a variação de frequência se dá na mesma proporção entre ambos, destacando-se a variante /O/ como a mais arredondada tanto entre falantes do sexo masculino quanto do sexo feminino. E a variante /u/ masculina não segue a mesma proporção que a mesma variante feminina, sendo, portanto a variante masculina mais arredondada que a variante feminina.

ANÁLISE DE F0 INTRÍNSECA

O parâmetro acústico de F0 intrínseca já começou a ser estudado no seio do Projeto Norte Vogais (Souza *et al*, 2015) com a investigação das variedades de Belém, Barcarena e Cametá Rural, conforme mostrado na figura 03 abaixo.

Figura 03. Valores de F0 (Hz) de variantes de vogais medias pré-tônicas produzidas por falantes nativos do português falado em Cametá Rural.

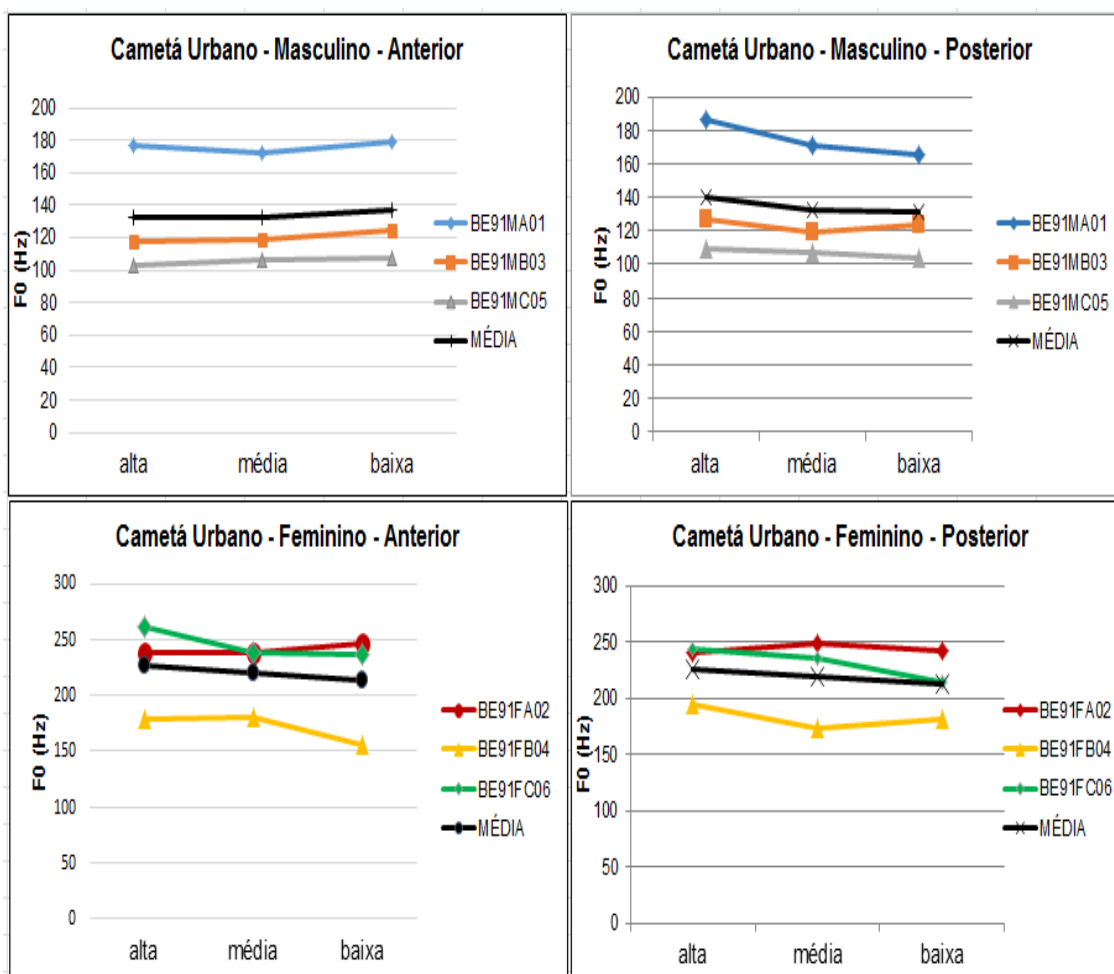


Fonte: Souza, et al (2015, p. 48)

Os resultados mostraram que não havia diferença significativa entre as variantes das vogais médias pretônicas quando submetidas aos testes-T, com os seus valores em Hz. Isso demonstrou que o nível acústico funciona como um espelho do nível fonológico, evidenciando que essas variantes possuem um único representante no nível subjacente.

Com base nisso, o presente trabalho buscou verificar se o mesmo ocorre com as vogais médias pretônicas no falar cametaense urbano. E assim chegou-se aos resultados mostrados na figura 04 abaixo.

Figura 04: Valores de F0 (Hz) de variantes de vogais médias pretônicas no português falado na área urbana de Cametá.



Fonte: Dados do presente trabalho.

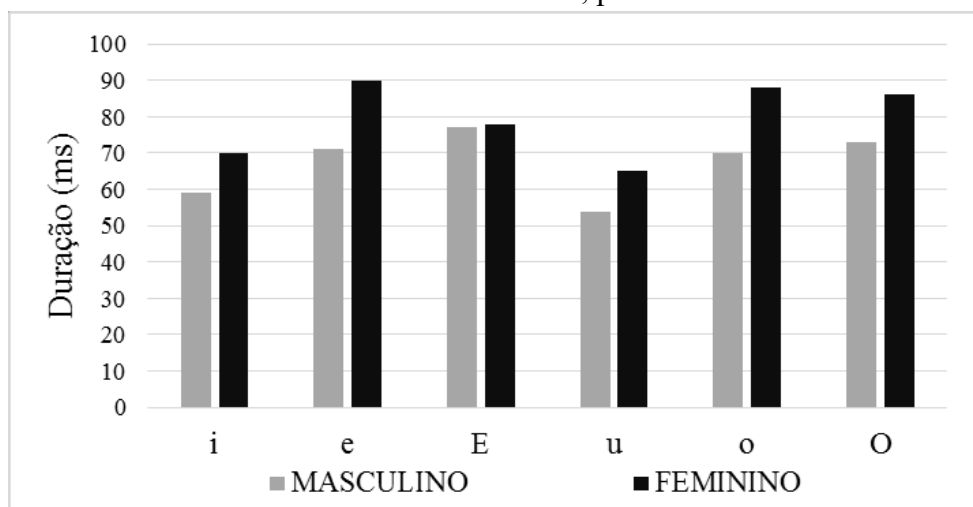
Conforme observado, da mesma forma que ocorreu para a variedade rural de Cametá, na variedade urbana também os valores de F0 das variantes das vogais médias pretônicas não apresentaram diferenças significativas quando submetidas aos testes-T, tanto para os dados referentes ao sexo feminino quanto para o sexo masculino.

ANÁLISE DOS DADOS DE DURAÇÃO

A análise da duração das vogais /e/ e /o/ e suas variantes no vocalismo átono da variedade cametaense urbana, em posição pretônica, busca verificar traços distintivos para as variantes entre si, e se este parâmetro acústico apresenta distinção consequente ao indivíduo produtor do sinal sonoro.

Os resultados são mostrados no gráfico 03 abaixo, onde se pode observar a média de duração (em milissegundos) das variantes [i], [e], [E], [u], [o] e [O] produzidas pelos colaboradores de Cametá/PA, com faixa etária entre 15 e 25 anos.

Gráfico 03: Média da duração (ms) das vogais médias pretônicas /e/ e /o/ e suas variantes na variedade urbana de Cametá/PA, primeira faixa etária.



Fonte: Dados do presente trabalho.

Os dados dos colaboradores de sexo masculino apontam que grau de abertura e duração são diretamente proporcionais; quanto maior o grau de abertura, maior a duração da vogal. A afirmação abarca tanto as variantes anteriores quanto posteriores.

Quanto aos dados do sexo feminino, é possível observar que as vogais médias altas apresentam duração maior que as demais, seguidas pelas médias baixas, e com a alta posterior apresentando menor duração.

É importante destacar que, de acordo com os resultados encontrados, as vogais produzidas por colaboradores do sexo feminino são mais prolongadas que as produzidas por colaboradores do sexo masculino, independente de anterioridade e posterioridade.

CONCLUSÃO

Diante dos estudos realizados acerca do português falado na área urbana do município de Cametá/PA, assim como em Moraes (2015), foram identificados quatro níveis de variação para as vogais médias /e/ e /o/ em posição pretônica no dialeto cametaense, a saber: alteamento, como em p[i]queno e t[u]mate; manutenção, p[e]queno e t[o]mate; abaixamento, p[E]queno e t[O]mate; e apagamento, [Ø]stante e [Ø]scravo.

De acordo com a análise estatística das manifestações vocálicas das variantes [i], [e], [E], [u], [o] e [O] em posição pretônica na fala cametaense, foi possível observar a predominância da manutenção em relação às demais realizações vocálicas, tanto para o sexo masculino quanto para feminino, nos três níveis de escolaridade, além da opção dos colaboradores de nível superior pelo abaixamento, atingindo aproximadamente o dobro de realizações quando comparado ao alteamento, e que o alteamento vocálico aparece com maior probabilidade de ocorrência na fala de colaboradores com nível médio de escolaridade.

No que se refere à análise de F1 e F2, constatou-se que as vogais produzidas por colaboradores do sexo feminino se apresentam bem distribuídas no espaço acústico, permitindo uma boa visualização da sua condição de altura (alta, média e baixa) e de anterioridade e posterioridade. As baixas e médias anteriores se encontram praticamente ao mesmo nível de sua correspondente posterior. As vogais seguem um padrão de triângulo vocálico se distanciando por medida praticamente equivalente. É possível observar também que a alta posterior [u] se posiciona quase ao mesmo nível das médias e com um alto grau de centralização. Além disso, na maior parte do corpus coletado, as variantes produzidas por colaboradores do sexo feminino apresentam valores de F1 e F2 superiores aos valores encontrados para colaboradores do sexo masculino.

Quanto ao parâmetro de F3, confirmou-se que as frequências são realmente mais baixas para as variantes posteriores, comprovando-se que o arredondamento dos lábios tende a abaixar a frequência dos formantes. Além disso, as frequências de F3 são mais altas na fala feminina.

Quanto ao parâmetro de F0 intrínseca, os resultados assemelham-se aos apresentados em Souza *et al* (2015) para a variedade de Cametá rural, pois também os resultados do presente trabalho mostraram a proximidade entre os valores obtidos e submetidos a testes-T, não encontrando diferenças significativas entre as variantes.

Por fim, quanto ao parâmetro acústico de duração, verificou-se maiores valores para as vogais produzidas por colaboradores do sexo feminino, sendo as médias altas mais prolongadas que as demais. Os dados também indicam que, para o sexo masculino, grau de abertura e duração são inversamente proporcionais, ou seja, quanto maior o grau de abertura, menor a duração da vogal produzida em posição átona pretônica.

Considera-se, portanto, que os resultados do trabalho aqui realizado trouxeram grande avanço para os estudos do português falado na Amazônia Paraense, especialmente sobre a variedade de Cametá, uma vez que a variedade urbana se encontrava totalmente inexplorada até o início do presente plano de trabalho.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, Socorro. **Alteamento vocálico em posição pretônica no português falado no município de Mocajuba-Pará**. 2008. 202 f. Dissertação (Mestrado em Letras)-Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

CASTRO, Jéssica. **O Sistema vocálico do Português falado em Belém (PA): análise acústica das vogais pretônicas iniciais de vocábulo em sílaba com ataque vazio**. Belém: UFPA, 2015. (Relatório Parcial Técnico-Científico do PIBIC/CNPq).

CRUZ, Regina. **Projeto de Pesquisa *Brazilian Amazon Portuguese Vowel System: acoustic analysis*** (Processo BEX1754Q10-6). Brasília: CAPES/Fulbright; New York: New York University. (Relatório Técnico-Científico aprovado), 2011.

CRUZ, Regina. et al. **Alteamento vocálico das médias pretônicas no português falado na Amazônia paraense**. In: LEE, Seung Hwa. (Org.). *Vogais além de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2012a. p. 194-220.

CRUZ, R. C. F. . Vogais na Amazônia Paraense. Alfa: Revista de Linguística (UNESP. Online), v. 56, p. 945-972, 2012b.

KENT, R. D.; READ, C. **Análise Acústica da Fala**. Tradução de Alexsandro Meireles. São Paulo: Cortez, 2015.

MORAES, Marlucia Lopes. **As vogais médias pretônicas /e/ e /o/ no português falado na zona rural do Município de Cametá: uma caracterização acústica**. Cametá: UFPA/CUNTINS. 2015. (Trabalho de Conclusão de Curso).

OLIVEIRA, Railton Araújo. **Vocalismo no Português falado no município de Cametá-Pará: a variação de timbre das médias pretônicas /e/ e /o/**. Cametá: UFPA/FALE, 2013. (Trabalho de Conclusão de Curso em Letras).

RODRIGUES, Doriedson. **Da zona urbana a rural/entre a tônica e a pretônica: alteamento /o/ > [u] no português falado no município de Cametá/Ne paraense: uma abordagem variacionista**. 2005. 387 f. Dissertacao (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

_____; ARAÚJO, Marivana dos Prazeres. **As vogais médias pretônicas / e / e / o / no português falado no município de Cametá/PA – a harmonização vocálica numa abordagem variacionista**. Cadernos de Pesquisa em Linguística, Variação no Português Brasileiro, Leda Bisol & Cláudia Brescancini (orgas.), volume 3, Porto Alegre, novembro de 2007, pp. 104-126.

SOUSA, Josivane. **A Variação das Vogais Médias Pretônicas no Português Falado na Área Urbana do Município de Belém/PA**. 2010. 209f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

_____. **Sistema Vocálico Pretônico do Português Falado na Cidade de Cametá (PA): caracterização acústica**. Início: 2016. Tese em andamento (Doutorado em Letras: Estudos Linguísticos e Teoria Literária)

SOUZA, Gisele Braga. **Caracterização acústica das vogais médias pretônicas no português falado em Barcarena/PA**. 2015. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Pará, Belém: UFPA.

_____, Mara Sueny da Costa Reis, Marlucia Lopes MORAES, Regina Célia Fernandes CRUZ (2015). **A f0 intrínseca como parâmetro acústico de identidade das variantes das vogais médias pré-tônicas do português falado na Amazônia paraense**. In MOUTINHO, Lurdes de Castro; COIMBRA, Rosa Lúcia; REI, Elisa Fernández (coords). (2015). Estudos em variação geoprosódica. Aveiro: UA Editora, Universidade de Aveiro, pp. 33-52.

A VARIAÇÃO DOS AGRUPAMENTOS NUMÉRICOS CONTIDOS NOS DOCUMENTOS OFICIAIS EM BELÉM

Juliana de Amorim Marques (UFPA/PPGL)

Orientadora: Dra. Regina Célia Fernandes Cruz (UFPA)

Linha de pesquisa: Análise, descrição e documentação das línguas naturais

Resumo: Ao notar que os softwares utilizados para o reconhecimento de fala no português do Brasil oferecem, na sua maioria, um serviço insuficiente aos usuários, o presente trabalho objetiva analisar o padrão prosódico dos agrupamentos numéricos na variedade do português falado em Belém, bem como as suas variações, com o intuito de fornecer dados à engenharia elétrica, com o propósito de aperfeiçoar os softwares de reconhecimento de fala no Brasil. Inicialmente será analisado os agrupamentos contidos nos documentos oficiais, especificamente, o Registro Nacional de Condutores Habilitados (RENACH) e Cadastro de Pessoas Físicas (CPF). O corpus compreende 40 números de documentos (20 de CPF e 20 de RENACH). Metodologicamente, para este trabalho, formar-se-á uma amostra de 25 falantes nativos de Belém composta com o perfil estratificado em sexo masculino e feminino; faixas etárias - de 18 a 30 anos (grupo I) e acima de 30 (grupo II). Durante a coleta de dados, os números de telefones foram apresentados aos participantes da pesquisa um após o outro aleatoriamente com a utilização de um slide show com intervalo de 7 segundos. Cada locutor produziu 6 vezes cada sequência numérica para selecionarmos as 3 melhores repetições de cada dado (Cruz et al, 2012). Aplicam-se aqui os procedimentos adotados por Almeida (2017), Musiliyu e Oliveira Jr. (2015) e Silva (2015), que são os seguintes: a) Isolamento das repetições em arquivos individuais; b) segmentação automática no programa Praat, utilizando o EazyAlign; d) aplicação dos scripts MOMEL, INTSINT e PROSOGRAM que fornecerão níveis de intensidade, tempo, dos dados obtidos, individualmente no programa Praat; e) Identificação das categorizações numéricas em unidades, dezenas, centenas e milhar recorrentes. O trabalho prevê uma análise comparativa dos resultados obtidos com os Musiliyu e Oliveira Jr. (2015) e Almeida (2017). No contexto atual, foram coletados o total de 25 informantes, tendo sido segmentados e analisados para o trabalho final. O resultado, ainda precoce, aponta que aproximadamente 70% dos informantes preferem utilizar a estratégia de 4 agrupamentos numéricos, contudo não havendo um padrão nessa escolha.

Palavra-chaves: Variação. Agrupamento Numérico. Prosódia.

INTRODUÇÃO

De acordo com Musiliyu & Oliveira Jr. (2015), recentemente o desenvolvimento de tecnologias da fala tem permitido, cada vez mais, o uso frequente de sistemas automatizados de reconhecimento e síntese de fala para suprir necessidades da vida

contemporânea. Muitos serviços baseados em sistemas automatizados fazem uso justamente de agrupamentos numéricos para várias finalidades, tais como: ativação de cartão de crédito, transações bancárias, consulta de lista telefônica, serviços de reserva, serviços a portadores de deficiência física, como para deficientes visuais, entre outros. Contudo, a performance de sistemas computadorizados é insatisfatório, por não processar corretamente a fala espontânea e não considerar características de ritmo e entoação próximas às falas naturais. Partindo deste ponto, os estudos linguísticos se preocupam em desenvolver estratégias que contribuam para a eficácia dessa tecnologia com o objetivo de alcançar resultados mais precisos, por meio de coleta de dados e amostragens da fala espontânea.

O objetivo deste trabalho é descrever contornos entoacionais de agrupamentos numéricos em estruturas fixas e propor um modelo de descrição a ser usado para aprimorar um sistema de síntese e reconhecimento de fala para o português do Brasil, com a finalidade de complementar os estudos que se voltam para a construção de softwares que trabalham com o reconhecimento da fala humana. Além de, formar um corpus representativo do Português Brasileiro de fala espontânea e motivada acerca de estruturas numéricas fixas; proceder a descrições prosódicas dos agrupamentos das sequências numéricas que representam os agrupamentos de números de CPF e RENACH e disponibilizar um banco de dados dos agrupamentos numéricos a fim de fornecer informações precisas para a indústria automotiva, no que se refere ao desenvolvimento de máquinas programadas para o reconhecimento da fala humana.

REFERENCIAL TEÓRICO

Prosódia

O termo prosódia, que nos interessa, é explicado por Cagliari e Cagliari (2012 p. 112) da seguinte forma “ao segmentar a fala (...), as unidades chamadas *segmentos* são as que definem as vogais e as consoantes. As unidades maiores do que os segmentos são chamadas de *prosódicas*” e, dessa maneira, nomeia-se como *moras silábicas*, *pé*, *grupo tonal*, *tons entoacionais*, *tessitura* e *tempo*.

A língua portuguesa se caracteriza por ser uma língua entoacional, pois se pode diferir uma ideia declarativa de uma interrogativa por meio da entoação, ou mesmo, atribuir ênfase a um enunciado como nos reitera Cagliari e Cagliari (2012 p. 117) “diferentes tipos de enunciados carregam padrões melódicos predeterminados pelo sistema”. Dessa forma, conclui-se que o padrão melódico de uma língua é um fator determinante para a apreensão do significado.

No entanto, o trabalho relativo à prosódia possibilita a aplicação desses estudos em áreas diferentes do campo da linguagem, como por exemplo na Ciência da Computação, em que um dos maiores desafios dos pesquisadores dessa referida área de estudos é desenvolver máquinas automotivas que reconheçam a fala humana.

Números

Os números estão fundamentalmente ligados à contagem, uma vez que o entendimento comum do conceito de número está intrinsecamente relacionado a essa necessidade. Contudo, essa não é a única forma de associação que podemos atribuir aos números. Podemos usá-los para identificar propriedades empíricas, tais como cardinalidade, classificação ou identidade, devido às relações que estabelecem com outros números, dentro de um sistema. Assim, é o sistema que atribui sentido aos números, conforme a nossa capacidade linguística de compreender os números da forma como fazemos.

Acerca disso, Wiese *apud* Almeida (2017) destaca a linguagem como uma faculdade mental que estabelece as bases para o surgimento de um conceito sistemático de número. Argumenta ainda que a linguagem não apenas possibilita acessar uma sequência de números, mas também nos permite desenvolver um conceito pleno, direto e sistemático de número que constrói um padrão de ligação dependente e abrange as diferentes estruturas relacionais numéricas que usamos em atribuições de números e raciocínio matemático.

METODOLOGIA

Descrição do *corpus*

Na entrevista, a qual se coletará os dados, será solicitado ao participante que informe as numerações RENACH e CPF projetadas em *power point*, de modo que seja observada a entoação desses atos enunciativos. O *corpus* é formado de 40 números (20 de RENACH e 20 de CPF), como ilustrado no Quadro 1 abaixo, a escolha destes documentos se deu pela razão de que ambos contêm as mesmas quantidades de dígitos, totalizando onze.

Quadro 1	
Registro Nacional de Condutores Habilitados (RENACH)	Cadastro de Pessoas Físicas (CPF)
06416473562	86654446291
06577240481	03168798274
05777134334	02540735223
04924085624	83905030268
05111836450	86771532262
05344807634	75553074215
04229784757	61756598215
03359421458	45640697268
02719806406	02540716270
05426681282	71144358272
05710911596	04067060272
05277069577	02536566641
00950457068	78073405172

06612217982	03907607651
03727036420	59403209291
05056419716	17041392730
02871624806	12512377824
01244670900	21233319622
02166061769	12592160894
05859905086	15022803279

Perfil dos Locutores

A análise feita, inicialmente, com 25 locutores, ambos os sexos, nativos da cidade de Belém. Os participantes realizaram, anteriormente à coleta de dados, a leitura e assinatura, em duas cópias, do Termos de Consentimento Livre e Esclarecido. Um código foi criado com unidades contendo o perfil social dos informantes, a saber: dígitos de 1 a 25 que indicam a ordem de locutores, as letras F indica sexo feminino e M sexo masculino, suas respectivas iniciais de seus nomes e suas idades. Exemplo: Informante Amanda Lobo, 31 anos, sexo feminino, foi a primeira locutora; seu código é **F2_AL_31**.

Protocolo de Coleta de Dados

Durante a coleta de dados, os números de CPF e RENACH previamente selecionados (cf. quadro 1) serão projetados um a um em ordem aleatória em um slideshow com intervalos regulares de 7 segundos. Cada participante repetirá seis vezes os números do corpus para que as 3 melhores repetições sejam selecionadas, como orientado pelo projeto internacional AMPER (CRUZ et al, 2012).

Contamos para a gravação dos dados de um gravador digital profissional Marantz PM661 e um microfone de cabeça dinâmico Shure. Cada agrupamento numérico produzido pelos participantes foi segmentado automaticamente utilizando o *script 'lance_batch_easylign_v3'*, no programa PRAAT¹, sendo expressos em fones, sílabas, palavras, transcrição fonológica e ortográfica. As unidades entoacionais são categorizadas em relação ao total de número articulado internamente (com o mínimo de 1 e máximo de 4 números), o tipo de unidade temática, o sistema numérico decimal presente nele representado pela letra U (unidade), D (dezena), C (centena) e M (milhar) para verificação do padrão dos agrupamentos numéricos.

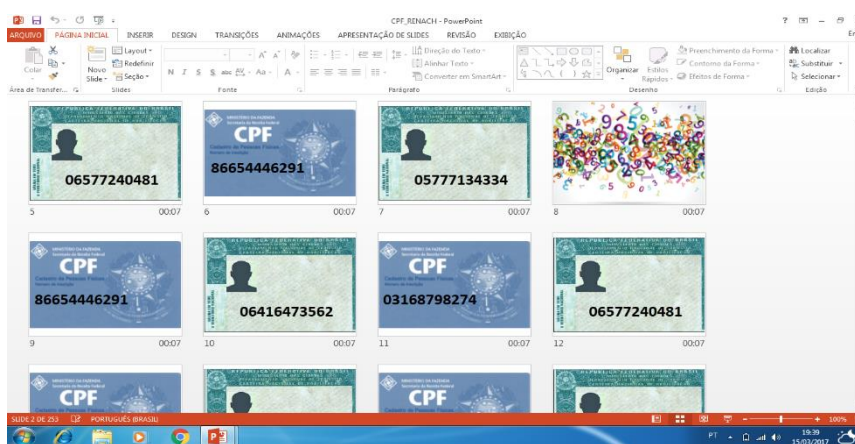
Análise de dados referentes a números de CPF e RENACH

Gerenciado pela Receita Federal do Brasil, o Cadastro de Pessoa Física (CPF), possui a estrutura numérica na forma gráfica NNN.NNN.NNN-NN, composta por nove algarismos de validação em sua raiz, seguidos por mais dois dígitos verificadores que são indicados por último, formando um total de onze dígitos, igualmente, o Registro

¹ Boersma, Paul & Weenink, David. Praat: doing phonetics by computer. Version 6.0.13. <http://www.fon.hum.uva.nl/praat/>.

Nacional de Habilitação (RENACH), este foi o motivo da escolha destes documentos, a igualdade de dígitos.

Nessa seção, apresentamos análises da distribuição de frequências (numérica e decimal) de ambas sequências numéricas. Para a leitura de números de CPF e RENACH, foram exibidos vinte números reais de tais documentos, a partir da disposição gráfica NNNNNNNNNNNN, sem pontos e sem qualquer tipo de pontuação que influencie o leitor a fazer pausas, apenas houve um estímulo ilustrativo do documento de CPF e de CNH. (figura 1). Foram coletados 6000 sequências numéricas (40 números de documentos x 6 repetições x 25 informantes), e foram selecionadas as 3 melhores repetições, como exposto na metodologia, gerando assim 3000 dados para análise.



Fonte: Marques² (2017)

(figura 1)

Distribuição de frequências das estratégias de leitura dos documentos

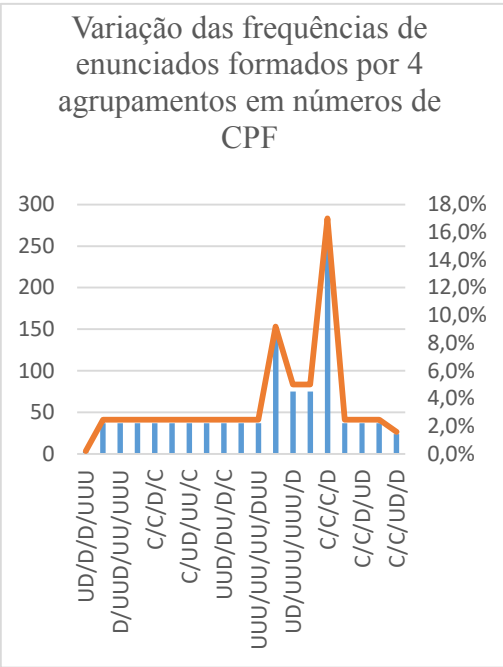
Essa subseção destina-se a apresentar como foram enunciados os números de CPF e RENACH durante a leitura dos estímulos, no que se refere à distribuição numérica e posteriormente, a partir da distribuição numérica mais recorrente, qual a distribuição decimal preferida para a leitura desses documentos.

O resultado da pesquisa em relação à leitura dos números de CPF se deu da seguinte forma: houve uma preferência por utilizar quatro unidades prosódicas, porém não houve um padrão no formato desses agrupamentos. A esse respeito, 66,7% foram utilizados 4 unidades prosódicas, 31,7% enunciados em 5 unidades prosódicas e apenas 0,8% dos enunciados em 3 e 6 unidades prosódicas. A partir desses dados foram gerados dois gráficos, a fim de demonstrar e explicar tais variações. (Gráfico 1 e Gráfico 2)

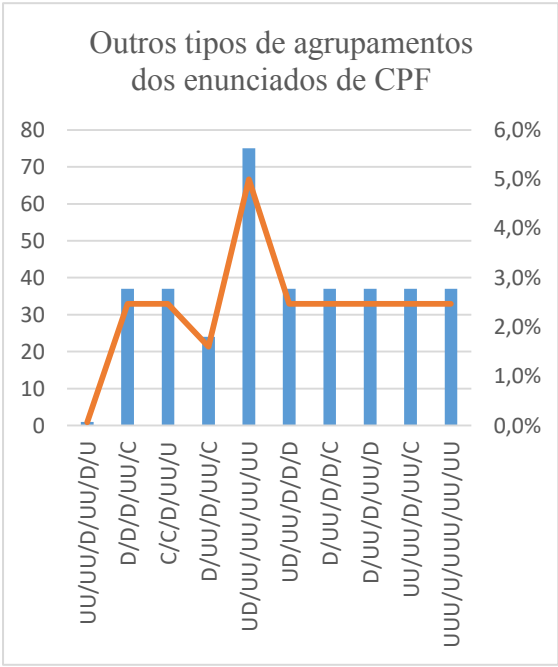
Os gráficos 1 e 2, tratam-se das demonstrações das variações dos agrupamentos contidos nos enunciados de números de CPF. Podemos perceber, ao analisá-los, que

² Todos os gráficos e tabelas tiveram como fonte a pesquisa em andamento da aluna de mestrado da UFPA. Marques (2017)

houve a preferência pela estrutura formada de três centenas e uma dezena (C/C/C/D), chegando a 17,5% das ocorrências, superior a todas as demais.

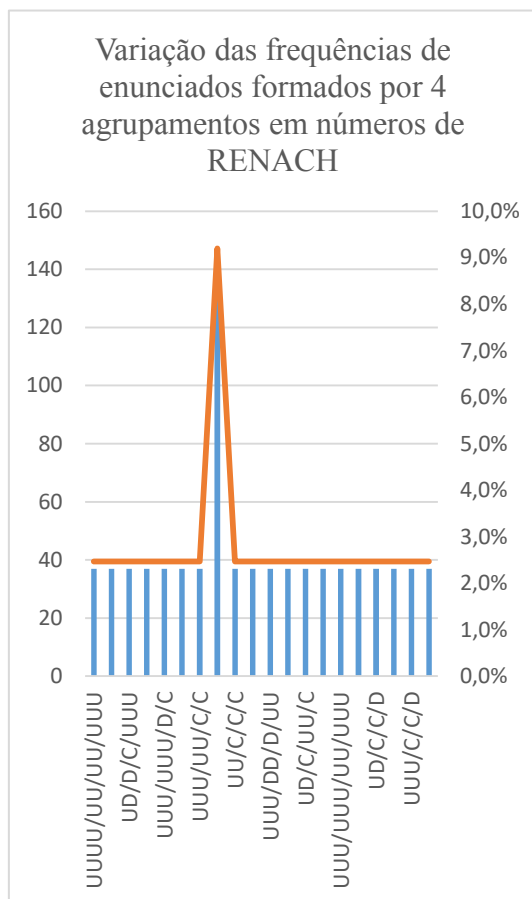


Fonte: Marques (2017) Gráfico 1

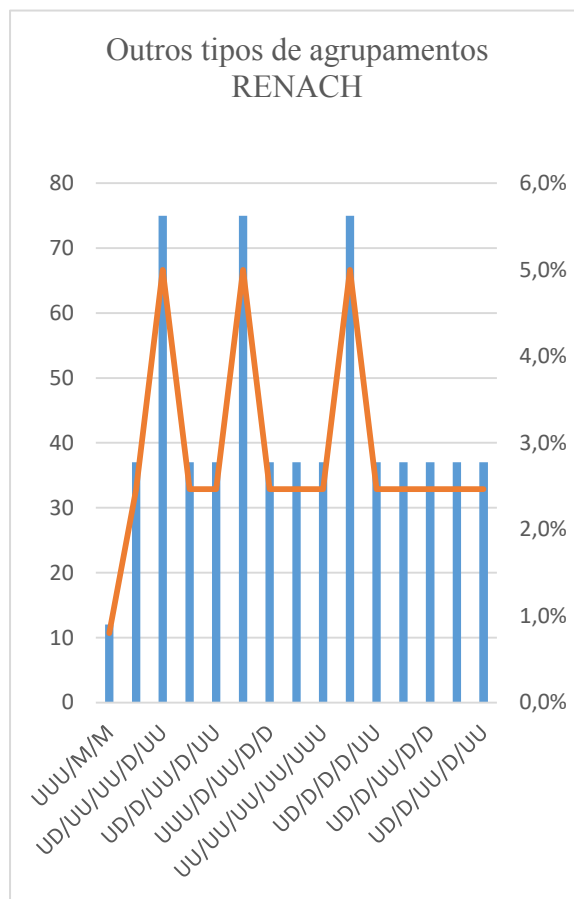


Fonte: Marques (2017) Gráfico 2

Já o resultado da pesquisa em relação à leitura dos números de RENACH notou-se, também, a preferência por utilizar quatro unidades prosódicas, e igualmente aos números de CPF, não houve um padrão no formato desses agrupamentos. Assim, 56,7% foram utilizados 4 unidades prosódicas, 42,5% enunciados em 5 unidades prosódicas e apenas 0,8% dos enunciados em 3 unidades prosódicas, não havendo, neste caso, enunciados formados com 6 unidades prosódicas como verificado nos números de CPF. A partir desses dados foram gerados dois gráficos, a fim de demonstrar e explicar tais variações. (Gráfico 3, Gráfico 4).



Fonte: Marques (2017) Gráfico 3



Fonte: Marques (2017) Gráfico 4

Podemos perceber que houve a preferência pela estrutura formada por um agrupamento de três unidade, uma centena, uma dezena e uma centena (UUU/C/D/C), chegando a 9,2% das ocorrências, superior a todas as demais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo leva em consideração o estudo prosódico da enunciação de agrupamentos numéricos do PB, mais especificamente, as sequências numéricas que simbolizam os documentos de RENACH e CPF no município de Belém. Deve-se ressaltar que um trabalho dessa natureza pode melhorar substancialmente a qualidade de vida de pessoas com necessidades especiais, principalmente deficiência visual.

Sobre as hipóteses levantadas no início da pesquisa, até o momento, pode-se concluir que há uma variação no que se refere aos agrupamentos numéricos dos enunciados das sequências dos números dos documentos oficiais de CPF e RENACH, observou-se que, embora haja uma preferência de enunciados formados por quatro

agrupamentos, estes não apresentam um padrão em sua estrutura e, por esse motivo, há a necessidade de continuar a pesquisa com um número maior de informantes, o qual possibilitará um resultado mais preciso e mais crítico sobre a variedade de Belém.

Destaca-se que no Brasil já existe um trabalho com o processamento de fala no sistema automotivo em relação ao conjunto numérico. Um exemplo disso pode ser observado nos atendimentos virtuais de companhias telefônicas, em que os usuários desse serviço dialogam com as máquinas. Porém, é comum ter uma resposta negativa de tais serviços. Esta ineficiência do serviço está relacionada à ausência do processamento correto da fala espontânea e de pouca produção próxima à fala natural. E, neste sentido, que este projeto vem a se engajar em descrever a prosódia de agrupamentos numéricos em estruturas fixas e propor um modelo de descrição a ser usado para aprimorar um sistema de síntese e reconhecimento de fala para o português do Brasil.

Desse modo, faz-se valer o papel das pesquisas acadêmicas em termos de contribuições relevantes para o espaço social, pois colabora na evolução dos estudos prosódicos e oferece detalhes, os quais auxiliam, por sua vez, o trabalho com o aprimoramento do sistema de síntese e reconhecimento de fala para o português do Brasil, especificamente ao que se refere aos enunciados numéricos relacionados ao RENACH e ao CPF.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ayane Nazarela Santos. Análise prosódica de agrupamentos numéricos no Português do Brasil. (2017) Tese de Doutorado.

CAGLIARI, G. M; **CAGLIARI**, L. C. Fonética. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Cristina (org.). Introdução à linguística: domínios e fronteiras, volume 1. 9 ed. – São Paulo: Cortez, 2012, pp. 113-156.

CRUZ, Regina et al. (2012a) Formation and Annotation of North AMPER Project's Corpus. In: VIIth GSCP International Conference: Speech and Corpora, 2012, Belo Horizonte (MG). Proceedings of VIIth GSCP International Conference: Speech and Corpora. Firenze: Firenze University Press, p. 69-73.

HIRST, D. J. Form and function in the representation of speech prosody. in K.Hirose, D.J.Hirst & Y.Sagisaka (eds) Quantitative prosody modeling for natural speech description and generation (=Speech Communication 46 (3-4)), 2005, pp. 334-347.

SILVA, Remildo Barbosa. Aspectos Temporais em Agrupamentos de Números de Telefônicos do Português do Brasil. Maceió (2016) Trabalho de Conclusão de Curso.

XU, Yi. ProsodyPro.Praat (1999-2005).

XU, Yi. (2013) ProsodyPro - A Tool for Large Scale Systematic Prosody Analysis. In Proceedings of Tools and Resources for the Analysis of Speech Prosody (TRASP 2013). Aix-en-Provence, France, p. 7-10.

MUSILYU, Oyedeji & OLIVEIRA JR., Miguel. (2015). Padrões Entoacionais dos Números Telefônicos no Português Brasileiro. Revista da ABRALIN, v.14, n.1.

CARACTERIZAÇÃO ACÚSTICA DO PORTUGUÊS FALADO EM BRAGANÇA-PARÁ: PRIMEIRAS ANOTAÇÕES PARA O ATLAS PROSÓDICO DO PARÁ

Léa Fernandes

Orientadora: Regina Célia Fernandes Cruz

Linha de pesquisa: Análise, Descrição e Documentação das Línguas Naturais

Resumo: Este artigo apresenta as primeiras anotações sobre um estudo da variação prosódica dialetal do português falado na zona urbana e na zona rural do município de Bragança (PA). A análise acústica realizada no bojo do *Atlas Multimédia Prosodique de l'Espace Roman* (AMPER) prioriza observar como os parâmetros físicos da Frequência Fundamental, da Duração e da Intensidade, relacionados à fonação, se comportam em frases declarativas neutras e interrogativas totais. No Pará, o projeto *Atlas do Norte do Brasil* (AMPER-Norte) é responsável pela produção do *Atlas Prosódico do Estado do Pará* desde 2007. A metodologia utilizada nesta pesquisa segue os preceitos propostos pelo projeto AMPER e inclui coleta de dados com protocolo predefinido, tratamento dos dados no software *Praat* e a análise acústica. A coleta de dados está sendo efetivada na zona urbana e na zona rural de Bragança, com amostra estratificada nas seguintes categorias: sexo, escolaridade e localidade (urbana e rural). Doze locutores estão sendo gravados pronunciando frases declarativas neutras e interrogativas totais em vocábulos nas pautas acentuais oxítonas, paroxítonas e proparoxítonas, padrão no Português Brasileiro (PB) e que servirão para a análise acústica dos dados, por meio da observação das medidas de parâmetros físicos da fala, a saber: Duração, Intensidade e Frequência Fundamental.

Palavras-chave: Fonética Acústica. Português Brasileiro. Projeto Amper. Bragança. Amazônia paraense.

INTRODUÇÃO

O projeto *Atlas Multimédia Prosodique de l'Espace Roman* (AMPER), criado em 2001 por Michel Contini, da Universidade Grenoble Alpes, França, e na época com abrangência apenas europeia, tem como objetivo “o estudo da organização prosódica das variedades faladas no espaço dialectal românico”¹, em uma tentativa de aprofundar os estudos da variação prosódica em Língua Portuguesa, a partir da investigação das distinções na entoação de enunciados declarativos e interrogativos (LEMOS, 2015).

Nesse sentido, para cada língua românica, um subprojeto fora elaborado; e para o português, é criado, então, o *Atlas Multimédia Prosódico do Espaço Românico para o Português* (AMPER-POR) com coordenação geral localizada no Centro de Investigação

¹ Fonte: <http://pfonetica.web.ua.pt/AMPER-POR.htm>.

de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro, em Portugal, com foco na variedade do português falada em Portugal (LEMOS, 2015).

Em 2002, a variedade do português falada no Brasil passa a fazer parte das investigações do AMPER-POR, com a entrada dos pesquisadores brasileiros Jussara Abraçado de Almeida (UFF), Plínio Barbosa (UNICAMP) e Sandra Madureira (PUC-SP), que inclusive fizeram a adaptação semântica do *corpus* geral do projeto AMPER-POR para o português do Brasil (LEMOS, 2015). O projeto, com o passar dos anos, incorporou outros pesquisadores brasileiros, e cerca de 15 atlas prosódicos estão em produção, atualmente, nas universidades-membro do AMPER-POR em todo o Brasil.

No Pará, o projeto *Atlas do Norte do Brasil* (AMPER-Norte)² é responsável pela produção do *Atlas Prosódico do Estado do Pará* desde 2007, com *corpora* de diferentes localidades paraenses: Abaetetuba, Baião, Belém – zona urbana e zona rural, Ilha de Mosqueiro – Cametá, Curralinho, Mocajuba e Santarém, todos com o objetivo de criar e organizar um mapa dialetal do português do Norte do Brasil (LEMOS, 2015).

Assim, este artigo pretende apresentar o andamento na caracterização do falar da região do Norte do Brasil, especificamente, a variação prosódica dialetal na cidade de Bragança-Pará, a fim de incorporar dados ao banco do Projeto AMPER-Norte, pois o projeto AMPER-POR, a qual o AMPER-Norte é vinculado, pretende ampliar sua área de abrangência na região amazônica. Portanto, o AMPER-Norte prioriza a formação de *corpora* de localidades amazônicas ainda não contempladas no projeto, o que inclui as cidades paraenses de Bragança, objeto de pesquisa deste anteprojeto, além de Breves e Óbidos.

Nesse sentido, vale ressaltar que os resultados das análises acústicas dos dados dos *corpora* do projeto AMPER-Norte, até o momento, indicam que o parâmetro F0 é importante para a distinção das modalidades declarativas e interrogativas, além disso, a duração e a intensidade são parâmetros complementares, mas relevantes nesta distinção, atuando na sílaba tônica final do enunciado e, por fim, os parâmetros físicos com maior variação ocorrem no Sintagma Nominal Final (SNF), ou melhor, na sua última sílaba tônica.

Portanto, o projeto aqui apresentado pretende responder algumas questões relevantes com a formação do *corpus* do projeto AMPER-Norte para a cidade de Bragança, já que, no bojo de uma análise prosódica com respaldo acústico, é preciso responder se, assim como nos *corpora* já coletados pelo AMPER-Norte, na variedade do português falada em Bragança constata-se, também, o mesmo padrão melódico de F0, a capacidade distintiva das curvas de F0 e das medidas de duração e de intensidade ao ser feita a caracterização entoacional no falar dos bragantinos, assim, se houver o traço distintivo, será verificado em que sílaba tônica e em qual sintagma nominal ele ocorre especificamente. Importante também responder se parâmetros acústicos, como o F0, ms e dB tem função complementar quando se caracteriza prosodicamente o dialeto

² N. 096/2012-ILC/UFPA

bragantino e, por fim, confirmar se a variável Escolaridade também distingue os parâmetros físicos de F0, ms e dB nesse dialeto.

REFERENCIAL TEÓRICO

Considerando o objetivo a ser alcançado é relevante resenhar os principais trabalhos ligados ao projeto Amper-Norte, principalmente, no que concernem as pesquisas em que é utilizado o corpus-base do projeto Amper-Por com 102 frases: Guimarães (2013); Remédios (2013); Freitas (2013) e Costa (2015).

A análise acústica realizada no bojo do projeto Amper prioriza observar como os parâmetros físicos da Frequência Fundamental, da Duração e da Intensidade, relacionados à fonação, se comportam em frases declarativas neutras e interrogativas totais. As pesquisas na região Norte já observaram

que as medidas acústicas de F0, duração e intensidade são fatores determinantes de distinção e ela ocorre preferencialmente no elemento central da sílaba tônica do último sintagma nominal, no correspondente à análise acústica, das modalidades frasais afirmativa e interrogativa. (COSTA, 2015, p. 27).

Nesse sentido, vale lembrar que, no português, a entoação é o único fator que, amiúde, permite aos falantes a percepção sobre a modalidade de determinado enunciado, destarte, Dubois (1973, p. 217) diz que ela se configura como “variações de altura do tom laringeo que não incidem sobre um fonema ou sílaba, mas sobre uma seqüência mais longa (palavra, seqüência de palavras) e formam a curva melódica da frase.”, e por ser um conceito relevante para a análise acústica, vale citar também Hallyday (1963,1967, 1970 apud Cagliari, 1981, p. 72): “a entoação, além de seu um pré-requisito [sic] fonético na caracterização da fala, tem ainda uma importância muito grande porque é uma maneira que a língua usa para dizer coisas diferentes”.

Assim, ao mudar a entonação em um enunciado qualquer, inevitavelmente há uma mudança de significado, além de diferenciar situações de fala ou estados de espírito: cansaço, bom humor, mau humor... E aspectos geossociolinguísticos, uma vez que, conforme Silva (2015), ela é um elemento “prosódico ou suprasegmental que pode corresponder à variação de pitch, F0, volume, pausas e tempo”, portanto, acaba se referindo a unidades maiores, como, por exemplo, sentenças.

As frases declarativas, uma das modalidades entoacionais do procedimento metodológico adotado pelo Projeto Amper, são, segundo Nunes (2011, p. 71 apud SANTO, 2011, p. 33), “[...] o nível melódico, em certas sílabas das frases, especialmente nas tônicas finais, que definirá se o enunciado é declarativo ou interrogativo; se um dado é novo, velho ou contrativo para o locutor”, já que “a sentença declarativa desempenha função oposta diferenciando foneticamente a afirmação e interrogação”. Já as frases interrogativas se caracterizam, do ponto de vista acústico, por uma queda da medida de F0 na última tônica do enunciado e por ter uma altura melódica média no início do enunciado (SANTO, 2011).

No que concerne aos três parâmetros acústicos analisados nos *corpora* Amper: a Frequência Fundamental (F0), a Duração e a Intensidade é válido ressaltar que a F0 é um parâmetro no qual se percebe a altura de um som (pitch), ou seja, é o que diferencia um som agudo de um som grave, por isso: “A altura está relacionada com a frequência: quanto maior a frequência, mais agudo é o som e, quanto menor a frequência, mais grave é o som.” (COSTA, 2015, p. 18) e, segundo Santo (2011), a F0, medida em Hertz (Hz), é determinada pela vibração das pregas vocais, localizadas na laringe, tendo relação direta com a espessura e o comprimento das pregas:

[...] as pregas vocais dos homens são geralmente mais espessas e consequentemente, menos tensas, do que a das mulheres, e por isso a vibração das pregas masculinas se dá de forma mais lenta [...]. Nas mulheres, a vibração das pregas é mais rápida, uma vez que as pregas vocais são menos espessas, levando menos tempo para a execução de um ciclo e, consequentemente, havendo uma frequência maior, baseada na percepção auditiva (SANTO, 2011, p. 30).

Cruz; Brito (2011) e Brito (2014), em pesquisa do Amper-Norte sobre a variedade da zona urbana de Belém, além de Santo (2011), no mesmo tipo de estudo, porém feito em Cametá, já sinalizam que as medidas de F0 são responsáveis pela principal diferença entre as modalidades frasais declarativa e interrogativa, em uma mudança no movimento da curva de F0 justamente na sílaba tônica no núcleo final da frase (LEMOS, 2015), o que evidencia, como dito anteriormente, “que o ponto de distinção nas modalidades declarativas está na queda da frequência fundamental, no final da sentença, sobre a sílaba tônica.” (LEMOS, 2015, p. 7).

Outro parâmetro relevante nas análises do projeto Amper é a Intensidade, que tem a ver com uma situação de “relevo ou proeminência de uma sílaba da palavra” (CRYSTAL, 1988, p. 148), por isso, as sílabas mais fortes são tônicas e as mais fracas, átonas. Ela se relaciona com o volume do som, medida em decibéis (dB) e, segundo Santo (2011, p. 32), “também é um dos parâmetros a ser observado no reconhecimento de uma frase interrogativa e declarativa afirmativa, já que cada uma delas se caracteriza por uma ênfase de intensidade que recai sobre uma fatia da sentença.”.

Já a duração, segundo Silva (2015 apud COSTA, 2015, p. 28), “é uma medida do tempo gasto na articulação de um domínio específico que pode ser, por exemplo, um som, uma sílaba ou uma palavra e geralmente é expressa em milissegundos (ms)”, parâmetro ligado ao ritmo e que, em algumas línguas, como o latim, pode ter caráter distintivo, por exemplo, nas frases declarativas e interrogativas totais, pois, por meio da análise da duração pode-se dizer qual dos dois tipos de frase é mais longa de ser pronunciada (REMÉDIOS, 2013).

Em relação aos estudos Amper-Norte que utilizaram o corpus com 102 frases nas modalidades declarativa e interrogativa total, tem-se quatro Dissertações: Guimarães (2013), que estudou a variação prosódica dialetal no distrito belenense de Mosqueiro; Freitas (2013), que estudou a variação prosódica dialetal na cidade paraense

de Curralinho; Remédios (2013), fazendo a mesma análise só que em Abaetetuba, e Costa (2015) e sua pesquisa de variação prosódica dialetal em Mocajuba.

Sobre a pesquisa de Guimarães (2013), as frases declarativas, nas medidas de F0 apresentaram curva em descimento em relação à sílaba tônica, diferente das interrogativas totais que apresentaram curvas ascendentes em direção a mesma sílaba, essa distinção se complementa na duração e não se fez representativa na intensidade, o que acabou se mostrando irrelevante para a análise.

Remédios (2013), em pesquisa realizada com 4 informantes (dois homens e duas mulheres) do município de Abaetetuba também concluiu o mesmo que Guimarães (2013), ou seja, F0 enquanto elemento de distinção das duas modalidades entoacionais; duração, fator distintivo complementar; e intensidade, parâmetro irrelevante para a análise da distinção.

Freitas (2013), vale ressaltar, também chegou as mesmas conclusões em sua pesquisa no município de Curralinho, na Ilha de Marajó.

Para finalizar, Costa (2015), ao aplicar a metodologia Amper em dados de habitantes de Mocajuba, também chegou a mesma conclusão de Remédios (2013); Freitas (2013) e Guimarães (2013):

Dos resultados encontrados, observou-se que o padrão melódico de F0, encontrado em trabalhos anteriores do AMPER-NORTE, manteve-se na variedade do português falado pelos mocajubenses. A distinção torna-se relevante, pelo movimento de pinça, que ocorre preferencialmente na sílaba tônica, do vocábulo-alvo, nominal, nas três pautas acentuais, em decorrência do movimento de descendência nas declarativas e ascendência nas interrogativas. (COSTA, 2015, p. 131).

Portanto, levando em consideração as análises dos *corpora* do projeto Amper-Norte se têm pontos em comum nas diferentes localidades: a F0 foi parâmetro relevante na distinção entre as modalidades declarativa e interrogativa; a duração e a intensidade também são importantes nesta distinção, mas de forma complementar, precisamente na sílaba tônica final do enunciado e as variações relevantes dos parâmetros físicos analisados ocorrem no SNF, precisamente na última sílaba tônica dele.

METODOLOGIA

Considerando que o projeto AMPER-NORTE obedece rigorosamente a metodologia proposta pelo AMPER-POR, primeiramente, está sendo feita a coleta de dados visando à formação de corpus para o projeto, em Bragança, Pará, com amostras de informantes da zona urbana e da zona rural do município.

Assim, segundo as orientações do AMPER-POR, foram selecionados 12 informantes (seis homens e seis mulheres), com as seguintes características: nativos do

município, nível de escolaridade entre o fundamental e o médio, moradores da zona rural e urbana do município e que se enquadrem na faixa etária acima de 30 anos.

O corpus é formado por 102 frases do tipo SVC (Sujeito + Verbo + Complemento) e suas versões, com a inclusão de Sintagmas Adjetivais e Adverbiais, em duas modalidades frasais: interrogativa total e declarativa neutra.

Os dados são coletados na casa do informante, conforme protocolo AMPER, e consiste, basicamente, em exibir no computador, em um arquivo *Power Point*, figuras formadoras das 102 frases do *corpus*. O informante será solicitado a reconhecer, por meio das figuras, e verbalizar a série de frases que se formam, repetindo-as por seis vezes, sem interrupção até a última frase, já que:

Todas as vezes que as imagens foram exibidas, os informantes reconheceram o nome das figuras, pois, cada elemento da frase, contido nos slides, é identificado por meio de perguntas estratégicas a levar o informante a reconhecer e dizer o nome de cada figura. Por exemplo, para ser obter o vocábulo 'bisavô', primeiramente era lembrado que o pai do pai é avô e, em seguida, se perguntava: E o pai do seu avô, como é chamado? Dando como única possibilidade de resposta: 'o bisavô'. (SOUSA, 2014, p. 41).

Há de se ter cuidado com as gravações, pois elas devem ser feitas pelo mesmo procedimento para que o registro acústico digital seja nítido quando da análise contrastiva. A pesquisa de campo está em andamento sendo prevista sua conclusão em fevereiro de 2018.

Após a gravação, passa-se à fase do tratamento dos dados, que consiste na codificação das frases; a formação de arquivos individuais de áudio das gravações e a segmentação vocálica dos sinais selecionados, tudo usando o programa *PRAAT*.

A terceira fase da preparação do *corpus* é a análise acústica, que consiste em calcular as médias das vogais nos parâmetros F0 (Hz), duração (ms) e intensidade (dB), já que estes três parâmetros definem qual deles faz a distinção de frases afirmativas das interrogativas.

Para que seja feita a análise acústica é necessário gerar um arquivo .txt, por meio de um script definido previamente pelo projeto AMPER-NORTE, no software *Praat*. Destes arquivos .txt, são selecionadas as três melhores repetições de cada modalidade (declarativa neutra e interrogativa total) considerando a qualidade sonora e como houve a distribuição das vogais plenas e das elididas.

Os arquivos selecionados são analisados, dessa vez, pelo programa *Matlab*, tendo parâmetros estipulados pela coordenação do AMPER, e é justamente nesse software que virão as médias dos parâmetros físicos: F0, duração e intensidade, em um arquivo no formato fono.txt, além do sinal sonoro, o *Matlab* gera arquivos-imagem com gráficos das médias de duração, intensidade e F0 das duas modalidades frasais estudadas separadamente e outros, comparando-as.

Por fim, para ser feita uma análise contrastiva são gerados, no *Excel*, gráficos dos três parâmetros acústicos, sendo importante dizer que as médias de F0 e de intensidade podem distinguir claramente as modalidades declarativa e interrogativa e que a duração pode diferenciar escolaridade.

Os sinais coletados, depois da análise e segmentação, são acondicionados em formato .txt, podendo servir para análise de parâmetros diversos relacionados à Prosódia, Fonética e Entonação e Engenharia de Fala, ou mesmo cruzamento de dados diversos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa aqui apresentada encontra-se na fase de coleta de dados, concomitantemente, iniciou-se o tratamento dos dados já coletados e que consiste na codificação e separação das sentenças pronunciadas por meio do software Praat, criando arquivos textgrids que irão auxiliar na análise digital dos parâmetros acústicos.

REFERÊNCIAS

BRITO, C. **Formação e organização do *corpus* para o Atlas Prosódico Multimédia do Norte do Brasil: variedade linguística do município de Belém (PA)**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) – UFPA/ILC/CML, Belém, 2014.

CAGLIARI, L. C. **Elementos de fonética do português brasileiro**. 1981. 320 f. Tese (Livre Docência em Letras)- Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 1981. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000047333>>. Acesso em: 17 out. 2016.

COSTA, M.S.S. **Análise acústica da relação acento versus entoação no português falado em Mocajuba: contribuições para o projeto AMPER- Norte**. 2015. 138 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – UFPA/ILC/CML, Belém, 2015.

CRUZ, R.; BRITO, C. Prosodic Multimedia Atlas of Belem City (Brazil): An Overview. In: V CONGRESSO DE FONÉTICA EXPERIMENTAL, 2011, Cáceres. **Anais...** Cáceres, 2011.

CRYSTAL, D. **Dicionário de Linguística e Fonética**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1988.

DUBOIS, J. **Dicionário de Linguística**. Rio de Janeiro: Ed. Cultrix, 1973.

FREITAS, J. **Contribuições para o Atlas do Projeto AMPER: variedade linguística de Curralinho (PA)**. 2013. Dissertação (Mestrado em Letras) – UFPA/ILC/CML, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

LEMOS, R. **Atlas Prosódico Multimédia do Município de Baião (PA)**. 2015. Dissertação (Mestrado em Letras) – UFPA/ILC/CML, Belém, 2015.

SANTO, I. P. **Atlas Prosódico Multimédia do Município de Cametá (PA)**. Dissertação (Mestrado em Letras) – UFPA/ILC/CML, Belém, 2011.

SOUSA, J. F. **Análise dos sintagmas nominais finais paroxítonos: corpus AMPER de Abaetetuba**. 2014. 63 f. TCC (Graduação em Letras) – Faculdade de Letras, UFPA, Abaetetuba, 2014.

Site pesquisado: <http://pfonetica.web.ua.pt/AMPER-POR.htm#3>

PERFIL SOCIOLINGÜÍSTICO EM COMUNIDADES INDÍGENAS DO NORTE: ESTUDOS SOBRE O BI/MULTILINGUISMO NA TERRA INDÍGENA NHAMUNDÁ-MAPUERA

Lúcia Maria Silva Rodrigues

Orientador: Dr. Sidney da Silva Facundes

Linha de pesquisa: Análise, Descrição e Documentação das Línguas Naturais

Resumo: Este trabalho de pesquisa trata do estudo dos fenômenos sociolinguísticos entre os povos indígenas que habitam a Região Norte do Brasil, especificamente habitantes da Terra Indígena Nhamundá-Mapuera ao longo dos Rios Mapuera e Cachorro no Município de Oriximiná do Estado do Pará. Os dados coletados por Rodrigues (2011) contribuem de forma importante para estudos da diversidade sociolinguística dessa região Amazônica. A proposta se ancora em CUNHA (1987), ZEA (2006), QUEIROZ (2008) e MARGOLIM (1999), buscando investigar e documentar, a presença do bi/multilinguismo nas 20 (vinte) aldeias dessa região: Tawanã, Yawará, Passará, Mapium, Kwanamari, Takará, Inajá, Paraíso, Placa, Mapuera, Tamyuru, Pomkuru, Hayarama, Turuni, Kaspakuru, Araça, Santidade, Chapéu, Mahrawani, e Bateria. Essa proposta se apresenta como o projeto de tese de doutorado, provisoriamente intitulado “Perfil sociolinguístico em comunidades indígenas do Norte do Brasil: Estudos sobre o bi/multilinguismo na Terra Indígena Nhamunda-Mapuera. Intenciona-se observar, por meio de tal estudo os usos sociolinguísticos em que os discursos são elaborados quando em contato com outro indígena que lhe é semelhante ou diferente em etnia. Essas comunidades indígenas de falantes, muitas vezes compartilham a mesma língua de sua comunidade étnica ou em sua maioria, usam a língua portuguesa que aprenderam na escola do governo ou as línguas que aprenderam com outros parentes de outras etnias quando ultrapassam os limites geográficos das fronteiras de suas terras em busca de casamentos não consanguíneos.

Palavras-chave: Fenômenos Sociolinguísticos. Bilinguismo. Multilinguismo. Educação indígena. TI Nhamundá-Mapuera.

No Estado do Pará, Município de Oriximiná, em fronteira com o Estado do Amazonas, ao extremo Norte do Brasil, especificamente no Rio Mapuera, encontramos os povos indígenas pertencentes ao Complexo Cultural Tarumã-Parukoto. Etnias do Rio Mapuera Waiwai, Karapawyana, Tiryó, Katwena, Hixkaryana, Mawayana, Tikyana, Xereu, Tunayana, Kamarayana, Wapixana, Pianokoto, entre outros, e grupos indígenas isolados.

Nas Terras Indígenas Nhamundá-Mapuera, voltamos nossos olhares para as particularidades sociolinguísticas encontradas entre os povos indígenas que habitam essa região da Amazônia, os quais não tem uma etnia específica.

Pesquisadores como Cunha (1987), Zea (2006) e Queiroz (2008) afirmam que os Waiwai formam uma etnia genérica – uma mistura de diversos grupos. A princípio, tal afirmação pode parecer uma diminuição da importância da legitimidade etno-cultural desse povo. No entanto, devemos entender que não é esse o fato que acontece com os Waiwai. Apesar de no início do século XX epidemias e guerras tribais terem sido as principais causas da quase extinção dos Waiwai, os sobreviventes realizaram casamentos com indivíduos de outros grupos (principalmente Parukoto, Mawayana e Tarumã), incorporando uma parte da língua e do modo de vida destes últimos. (RODRIGUES, p. 2013, p. 13)

No isolamento da floresta, entre o que de longe parece um homogêneo tapete de mata fechada, cortado por oitenta e duas cachoeiras de médio e grande porte, que de certa forma, servem como barreira natural de isolamento e proteção para os povos indígenas que lá habitam, localizam-se os Rios Mapuera e Cachorro, cujos habitantes das comunidades indígenas são em grande parte, falantes da língua Waiwai, bem como de outras línguas naturais, um caráter que segundo Bassani (2015) é comum em espaços multilíngues.

Apesar de quase todos os países incorporarem um grande número de grupos falantes de diversas línguas, como é o caso do Brasil, em muitos casos, apenas uma ou duas línguas são reconhecidas como oficiais. O fato de serem reconhecidas como oficiais implica em que serão línguas ensinadas na escola, nas instituições oficiais e nas instituições legitimadoras como a mídia. Isso porque, no geral, os grupos politicamente mais poderosos de qualquer sociedade conseguem impor suas línguas aos grupos menos poderosos. Convenciona-se chamar de minorias linguísticas os grupos menos poderosos (BASSANI, 2015, p.41).

A exemplo do Brasil em que há uma língua majoritária que é o português com relação, por exemplo, a outras línguas indígenas como Parkatejê, Apurinã e outras, da mesma forma ocorre dentro da T.I Nhamundá Mapuera, onde a língua Waiwai destaca-se como primeira língua entre a maioria dos indígenas residentes na T.I. Nhamundá-Mapuera, por ter sido escolhida dentre as demais e organizada por missionários linguistas americanos no passado. Atualmente a língua Waiwai é concebida como língua franca entre as várias etnias indígenas que se fundiram para formar as comunidades que constituem atualmente os povos indígenas dessa região.

Essa proposta de estudos com os povos da TI Nhamundá-Mapuera, surgiu pela importância em se continuar os estudos de Mestrado em Linguística na UFPA, intitulada: **Educação bilíngue em território indígena Waiwai/Aldeia Tawanã**”.

Durante tais estudos (dissertação de mestrado) concluiu-se que na aldeia Tawanã há materializado o uso bilíngue entre grande parte de seus membros. Diante de uma situação favorável para observações científicas em estudos sobre contatos sociolinguísticos entre comunidades indígenas dos Rios Mapuera e Cachorro, surgiu a proposta inédita nessa área de conhecimento, dado que ainda não há nenhuma informação a respeito de estudos realizados quanto às variedades bi/multilinguísticas na

referida região amazônica, bem como qual a importância social dessas línguas para os povos que lá estão, e para a sociedade brasileira.

O estudo em referência se constitui de observar os usos linguísticos entre os membros das vinte comunidades indígenas que praticam o discurso em outras línguas, em especial quando encontram outro indígena que lhe é semelhante em etnia, exemplificam-se de forma particularizada as interações entre os membros de cada aldeia em situações específicas de contato, como por exemplo, em viagens no barco indígena de Cachoeira Porteira à Oriximiná ou vice-versa, local e momento em que membros de várias etnias indígenas estão reunidos em um longo período de tempo e em momento descontraído. Intervalo de doze horas de viagem, em média, dependendo das condições meteorológicas da região amazônica, o que parece se constituir como situação de diglossia, considerando-se que;

Diglossia é o termo usado para referir-se a um tipo de especialização funcional entre línguas, em que a língua utilizada em casa e em outras situações de nível pessoal de interação entre os membros da comunidade é diferente daquela que é usada em outras funções oficiais, como por exemplo, a linguagem oficial do governo, da mídia, da escola (BASSANI, 2015, p.41).

Entretanto, pelas observações já realizadas, tanto fora das aldeias, como dentro delas foi possível observar que provavelmente lhes é conveniente para particularização do discurso, por facilidade com sua língua materna ou até mesmo por manutenção da língua franca. Essa particularidade nos chamou atenção, pois, caracteriza um processo que provavelmente se enquadra como multilinguismo, o que carece de investigação apurada no avanço da pesquisa para comprovação. Outro exemplo se dá com relação ao contato via rádio, ferramenta de comunicação presente em todas as aldeias da T.I. Nhamundá-Mapuera, posto que direcionam o discurso para o receptor, que se encontra em outra aldeia que lhe é semelhante, ou seja, se por ventura necessitar dar um aviso, pedir ajuda, informar evento, dentre outros o locutor utiliza para referida comunicação a língua que os dois dominam, particularizando assim o discurso da informação.

Pudemos também observar que independente do grau de diferença entre as línguas que pratiquem é possível mantê-las conscientemente bem distintas, apenas com uma boa motivação social para fazê-lo, por exemplo, que por mais que utilizem Waiwai, que é a língua comum entre todos, eles entendem claramente e mantém essa convicção de qual língua tem mais ou menos prestígio nas aldeias dentre as línguas usadas na região.

Titone (1983, *apud* Hamers e Blanc, 2000, p. 147) chama a atenção para as ações do bilinguismo sobre a língua materna:

[...] o bilinguismo pode transformar-se, em dadas situações, num fator que compromete o desenvolvimento da fala materna, assim como todo o desenvolvimento intelectual. Mas os dados não menos convincentes e verdadeiros nos falam, ao mesmo tempo, que o bilinguismo pode não acarretar consequências maléficas e pode ser (como demonstram observações sérias de algumas crianças e algumas pesquisas em massa mais complexas), o

fator favorável para o desenvolvimento da língua materna da criança, assim como seu crescimento intelectual geral. (TITONE, *op. cit.*, p. 147)

Essa ideia de que o bilinguismo é maléfico para o desenvolvimento cognitivo é uma teoria vencida, haja vista que o bilinguismo se associa aos aspectos socioculturais de povos tradicionais, principalmente, indígenas. O diferencial está no fato de que a educação bilíngue, ao mesmo tempo em que “produz o bilinguismo”, também é afetada por um “bilinguismo” que ocorre fora da escola, ou seja, na aldeia e em seu entorno. A dialética está nesta movimentação, sendo que para ocorrer uma “educação bilíngue”, precisa-se da escola. Mas para o “bilinguismo”, não. Ele se constrói no cotidiano das pessoas, impulsionado pela convivência e interação entre os falantes de línguas distintas, no caso dos indígenas habitantes da T.I Nhamundá-Mapuera, essa interação se dá com os falantes de outras línguas da área cultural em questão, como igreja, viagem de Oriximimá à Cachoeira Porteira, comércio, comunicação via rádio, e outros.

Dessa forma Queiroz (1999, p. 264) relata em seus estudos que,

os diversos grupos étnicos de Mapuera têm o waiwai como língua geral. Porém cada um tem um dialeto próprio que é utilizado pelos seus membros quando se comunicam entre si. Afora o grupo Mawayana e alguns Wapixana, que são Arawak, todos os outros grupos são Karib e seus dialetos são também, inteligíveis entre si; sendo que muitos deles não são utilizados. Praticamente nenhuma mulher, criança ou velho falam português e somente alguns jovens entre dezesseis e vinte e cinco anos aprendem muito bem quando visitam as cidades.

Em 2012, durante a pesquisa de campo, foi observado que entre as sessenta e sete pessoas residentes na aldeia Tawanã, quarenta e cinco pessoas tinham a língua waiwai como língua materna, o que correspondia a sessenta e sete por cento (67%) da população total da aldeia na época; seis possuíam a língua Mawayana (família Arawak) como língua materna o que correspondia a nove por cento (9%) da população total na época; oito pessoas possuíam a língua Katwena como língua materna, o que correspondia a doze por cento (12%) da população total da época e oito pessoas possuíam outras línguas – Xereu, Tiriyó, Tunayana, Inglês e Português – como língua materna, o que correspondia a doze por cento (12%) da população total da aldeia na época. Nota-se, portanto, que grande parte da população da aldeia Tawanã tinha como língua materna a língua waiwai. Havia ainda uma representação significativa nas línguas Katwena e Mawayana e o restante apresentava-se de forma menos incidente como o é caso das línguas, Xereu, Portuguesa, Inglesa, Tunayana e Tiriyó, conforme é possível comprovar no quadro ilustrativo (Rodrigues, 2013, p. 35-36)

Quadro 1: Representantes Waiwai da aldeia Tawanã e suas línguas

	NOME	LÍNGUA MATERNA	OUTRAS LÍNGUAS
	Rosivaldo de Souza	Mawayana	Waiwai, inglês, português, Tiriyó

	AmaykáWaiwai	Mawayana	Waiwai, português, inglês
	Germano Cumi	Tiriyó	Tunayana, waiwai
	Akasaci Waiwai	Waiwai	Português, Xereu, Hixkaryana
	XakonisaCeykemWaiwai	Katwena	Waiwai, português
	PatrikKanmarhmuch	Waiwai	Português
	SantiWaiwai	Waiwai	Português
	Iara Waiwai	Waiwai	Português
	Rosiete	Waiwai	Português
	Regina Exina	Waiwai	Português, Hixkaryana
	Enival dos Santos Vieira (quilombola-Afro- descendente)	Português	Waiwai
	Jaieni Vieira Waiwai	Waiwai	Português
	Jaime Vieira Waiwai	Waiwai	Português
	Jean Vieira Waiwai	Waiwai	Português
	Célia Pawaci Waiwai	Waiwai	Hixkaryana, Katwena, Xereu
	Marcus YanaWaiwai	Waiwai	Português,Hixkaryana, Katwena
	Geovane Waiwai	Waiwai	Português
	Daves Waiwai	Waiwai	Português
	Antônio Kanarhmuch Waiwai	Waiwai	Português
	Graça TwkusoWaiwai	Waiwai	Português, Hixkaryana,
	Renata Waiwai	Waiwai	Português
	Gisele Waiwai	Waiwai	Português
	Laisa Waiwai	Waiwai	Português
	Patrícia Waiwai	Waiwai	Hixkaryana
	Vanilson Paniwson Waiwai	Waiwai	Português
	Criciane Waiwai	Waiwai	Português
	Ciani Waiwai	Waiwai	Português
	Roderval Waiwai	Mawayana	Português, Waiwai, Katwena
	Patriane PaniwsonWaiwai	Waiwai	Português
	Carlos Kanirassi	Tunayana	Português, Waiwai, Katwena,
	Ana Ata Waiwai	Waiwai	Português
	Yasmim Waiwai	Waiwai	Português
	Tarik Waiwai	Waiwai	Português, Katwena
	Michel Waiwai	Waiwai	

	Adilson Homem Waiwai	Inglês	Waiwai
	Edilene Rosin Waiwai	Waiwai	Português
	Elaine Rüha Waiwai	Waiwai	Português
	Samila Twkusso Waiwai	Waiwai	
	Zaqueu Xohni Waiwai	Waiwai	Português, Inglês, Wapixana
	Rosilene Onti Waiwai	Mawayana	Português, Waiwai
	Lenise Waiwai	Waiwai	Português
	Agreson Waiwai	Waiwai	
	Rosimery Waiwai	Waiwai	Português
	Consuelo Raacu Waiwai	Waiwai	Português
	Aliso Ancho	Waiwai	Português
	Simião Waiwai	Katwena	Português, Waiwai, Kaxuyana, Tiriyo
	Ruth Waiwai	Waiwai	Português, Katwena
	Moi Waiwai	Waiwai	Português, Katwena
	Jair Waiwai	Waiwai	Português, Katwena
	Raquewi Waiwai	Xereu	Português, Waiwai
	Clarice Waiwai	Katwena	Português, Waiwai
	Ian Kelven Waiwai	Waiwai	Português
	Guilherme L. Waapu Waiwai	Katwena	Português, Waiwai, Inglês
	Jarina Waiwai	Katwena	Português, Waiwai
	Jenésio Waiwai	Katwena	Português, Waiwai
	Rosana Rosinha Waiwai	Katwena	Português, Waiwai
	Amilton Waiwai	Xereu	Português, Waiwai
	Sandra Waiwai	Waiwai	
	Rosivaldo Waiwai	Mawayana	Katwena, Waiwai
	Ester Waiwai	Mawayana	Português, Waiwai
	Rafaela Waiwai	Waiwai	Português
	Rosiete Waiwai	Waiwai	Português
	Jorge Jorge Waiwai	Inglês	Waiwai
	Sergio Seexuci Waiwai	Waiwai	Português, Katwena, Waiwai, Xereu
	Jacó Waiwai	Katwena	Português, Waiwai
	Rafaela Vito Melo Waiwai	Português	
	Bruna Karla Melo Waiwai	Waiwai	Português

Para esse quadro deve-se ter claro a importância da educação bilíngue oferecida pela escola, assim, urante as pesquisas na aldeia em questão, foi possível observar que

os idosos e adultos são falantes fluentes de waiwai e que as crianças aprendem de modo natural a língua materna, além de estudarem a língua portuguesa na escola. Essa situação tem contribuído bastante, nos últimos anos, para o desenvolvimento progressivo da língua waiwai nessas comunidades. Vale ressaltar que a maioria dos waiwai ainda não detém um considerável domínio da língua portuguesa nas modalidades oral e escrita, o que se supõe ocorre nas outras aldeias da T.I.Nhamundá-Mapuera.

A situação sociolinguística da comunidade Tawanã, a título de exemplo, pode ser observada sob três aspectos: a linguagem das crianças, a linguagem dos adultos e a linguagem de pessoas que vêm de fora da comunidade e passam a viver em Tawanã. Quanto às crianças waiwai, estas são monolíngues quando iniciam sua vida escolar. Chegam à escola falando somente a língua waiwai devido frequentarem os cultos religiosos na igreja, ouvirem canções religiosas e fazerem a leitura da Bíblia sempre em waiwai, e sobretudo pelo fato dos pais falarem em waiwai com seus filhos. Elas só têm contato, antes da escola, com a língua portuguesa quando chega alguém de fora da comunidade; ou seja, o universo das crianças é basicamente waiwai. Verifica-se, portanto, que nas séries iniciais a situação da criança é monolíngue, pois possui como L1 a língua waiwai, apresentando apenas traços de bilinguismo nessa fase inicial da vida escolar. Só a partir do 6º Ano é que tais crianças têm um contato mais frequente com a LP, pois é nessa fase que começam a falar e a entender um pouco mais esse novo idioma.

É relevante ressaltar que, mesmo com a influência da escola com o ensino de waiwai como língua materna e a língua portuguesa como L2 como acontece na Aldeia Tawanã, membros da comunidade utilizam suas próprias línguas no convívio com suas famílias ou em contato com indivíduos que compartilhem sua língua por parentela.

Ainda segundo Zea (*op.cit.*), a respeito dessas misturas interétnicas, o povo waiwai possui outras línguas faladas por parentela com outros grupos linguísticos desse mesmo ramo Caribe – Katwena, Kaxuyana, Hixkaryana, Xereu, Karapawyana – ou línguas da família linguística Arawak – Mawayana, Wapixana; indivíduos de línguas maternas que se extinguíram ou foram quase esquecidas (Parukoto, Tarumã e Cikyana); além de algumas pessoas de povos vizinhos, que vieram morar com seus cônjuges waiwai, falando outras línguas (Makuxi, Tiriyó, Atroari) (RODRIGUES, 2013, p.34).

A pesquisa está em andamento e no avanço serão ainda investigados conforme os objetivos propostos no projeto de tese além da investigação apurada sobre a presença do multilinguismo, a construção um perfil linguístico dos sujeitos público-alvo da pesquisa; a identificação de como se materializam os diferentes usos multilíngues na interação diária; as implicações etnoculturais medidas pela multilinguagem que justifiquem o pertencimento dos usuários ao espaço pesquisado e a determinação do status de prestígio de cada língua identificada.

REFERÊNCIAS

BASSANI, Indaiá de Santana. Fundamentos linguísticos: bilinguismo e multilinguismo. Universidade Federal de São Paulo – 2015. Disponível em: <http://comfor.unifesp.br>. Acesso: em: 18 Jan. 2018.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Os direitos dos índios: ensaios e documentos. São Paulo: Brasiliense, 1987.

HAMERS, J. F., & BLANC, M. H. A. Bilinguality and Bilingualism, 2nd ed. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2000.

MARGOLIN, D. R. Our Language Is Our Culture: Representations of Native American Language Use in the Context of Language Replacement. Tese de Doutorado inédita. Albuquerque: University of New Mexico, 1999.

QUEIROZ, Ruben. C. de. A saga de Ewká: Epidemias e evangelização entre os Waiwai. In: Robert Wright (ed.): *Transformando os deuses*. Os múltiplos sentidos da conversão entre os povos indígenas no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

_____. Trombetas- Mapuera: território indígena. Brasília: FUNAI/ PPTAL, 2008.

RODRIGUES, Lúcia Maria Silva. Educação bilíngue em território indígena Waiwai: aldeia Tawanã. 2012. 125 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Letras e Comunicação, Belém, 2012. Programa de Pós-Graduação em Letras. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/4737>. Acesso em: 28. Jan. 2018.

ZEAL, Evylin.S. “Notas sobre os Wai-wai”. In: *Instituto Socioambiental*. Povos Indígenas do Brasil. 2006. Disponível em: <http://www.pib.socioambiental.org/pt/povo/waiwai/1143>. Acesso em 16 de Jun, 2012.

UMA ANÁLISE ENTOACIONAL DO PARÂMETRO ACÚSTICO DE F0 Na VARIEDADE FALADA EM MOCAJUBA (PA), BELÉM (PA) E MAUÉS (AM)

Maria Sebastiana da Silva Costa

Orientadora: Regina Célia Fernandes Cruz

Linha de Pesquisa: Análise, descrição e documentação das línguas naturais.

Resumo: Neste trabalho serão apresentados resultados parciais da Tese de doutoramento de Costa (em andamento) atrelado à linha de pesquisa “Análise, descrição e documentação das línguas naturais”. O estudo compreende uma comparação das descrições prosódicas prévias sobre as variedades de Mocajuba (PA), Belém (PA) e Maués (AM) no seio do projeto Atlas Prosódico Multimédia do Português (AMPER-POR). Trata-se de uma abordagem acústica da variação prosódica dialetal, mais precisamente das variações relacionadas aos parâmetros acústicos de frequência fundamental (Hz). Para este estudo, o *corpus* foi constituído com uma amostra de fala de doze locutores, dois homens e duas mulheres de cada variedade distinta, a saber: Mocajuba (PA), Belém (PA) e Maués (AM) do nível médio e superior de escolaridade. O corpus analisado foi composto de sentenças em duas modalidades entoacionais, declarativas neutras e interrogativas totais, retirados do *corpus* AMPER-POR. Para a realização deste trabalho, foram aplicados os mesmos procedimentos metodológicos adotados pelo projeto AMPER. O material gravado sofreu, então, seis etapas de tratamento: a) codificação das repetições; b) isolamento em arquivos de áudio individuais; c) segmentação vocálica dos sinais selecionados no programa PRAAT; d) aplicação do script amper PRAAT; e) seleção das três melhores repetições e; f) aplicação da interface Matlab. Uma vez concluída as seis etapas, procedeu-se a análise acústica multiparamétrica. Os valores de F0 foram estilizados pelo programa Prosogram (MERTENS, 2004). Na comparação entre as três variedades alvos, evidenciou-se que tanto no sexo feminino como no masculino e nas duas modalidades entoacionais, em estudo, a frequência fundamental resultou como fator determinante de distinção, pois os dialetos de Mocajuba (PA) e Maués (PA) apresentaram resultados semelhantes em detrimento aos de Belém (PA).

Palavras-chave: Amazônia. Prosódia. Acústica. AMPER.

INTRODUÇÃO

Este trabalho descreve o padrão entoacional das sentenças declarativas neutras e interrogativas totais do português falado em Belém (PA), Mocajuba (PA) e Maués (AM) com dados do projeto *Atlas Multimédia Prosódico do Espaço Românico* (AMPER). Trata-se de uma abordagem acústica da variação prosódica dialetal, relacionada ao parâmetro físico de Frequência fundamental (doravante F0) assim como à variável social – escolaridade – na distinção das modalidades frasais.

Como afirmado acima, este estudo faz uma análise prosódica de três dialetos. O foco das análises recai sobre o parâmetro acústico de F0 (ST), a fim de verificar se as curvas entoacionais de F0 dos dialetos de Mocajuba (PA), Belém (PA) e Maués (AM) assemelham-se ou diferenciam-se.

Tal análise resulta de uma metodologia aos moldes do projeto AMPER. Para este estudo comparativo foram analisadas sentenças em duas modalidades entoacionais, declarativas neutras e interrogativas totais, correspondentes as três pautas acentuais do português, oxítone, paroxítone e proparoxítone e no sexo masculino e feminino. O alvo da análise é a sílaba tônica do sintagma nominal final dos enunciados em escopo.

De posse dos resultados de base acústica, iniciou-se um tratamento estatístico mais robusto com o auxílio de *scripts* criados pelo professor Albert Rilliard. Tais resultados serão apresentados na análise.

Em vistas gerais, este trabalho ficou dividido nas seguintes sessões: revisão bibliográfica sobre Prosódia, Acento e Entoação; panorama dos estudos de Geoprosódia, no âmbito do AMPER, no Norte do Brasil; em seguida se fará a descrição dos procedimentos metodológicos adotados para a concretização deste trabalho, seguido da apresentação dos resultados e as considerações finais.

SOBRE PROSÓDIA, ACENTO E ENTOAÇÃO

Este trabalho substancia-se em análises do parâmetro acústico de frequência fundamental, com enfoque na Prosódia, Pauta Acentual do Português e Entoação. Dessa forma, o presente trabalho está embasado em teorias estudadas por autores que contemplam tais conceitos, entre eles: Abraçado; Coimbra; Moutinho (2007), Araújo (2007), Cavaliere (2005), Martinet (1978), Netto (2007), teóricos estes que buscam estudar a prosódia a partir de aspectos fonéticos e fonológicos a fim de caracterizá-la.

Sobre a definição de Prosódia, Cavaliere (2005) afirma ser uma ciência que não se ocupa dos estudos articulatórios dos sons, mas dos traços a eles inerentes na configuração da cadeia sonora; ou seja, o momento da constituição da palavra, dentre os quais estão o acento, a intensidade, a duração, a entonação, entre outros.

Ainda na visão de Cavaliere (2005) a prosódia está atrelada aos aspectos fonéticos e fonológicos suprasegmentais, portanto é de seu domínio o estudo da

entoação, que está consequentemente atrelado às curvas de F0; a quantidade expressa pela duração e a energia que se propaga na intensidade. Neste último parâmetro, concentra-se a maior quantidade de energia presente na produção da fala e esta proeminência é chamada acento.

Para Abraçado; Coimbra; Moutinho (2007), acento entoacional é uma característica prosódica, semelhante às demais línguas românicas. As autoras afirmam que o acento desempenha funções de natureza distintiva, no nível lexical ou supralexical. Em específico, no nível lexical, cada palavra, possui um acento tônico e o mesmo recai em uma das três últimas sílabas do vocábulo.

Netto (2007) corrobora que o acento tem função distintiva na Língua Portuguesa, diferenciando palavras estruturalmente idênticas como observado no famoso exemplo *sábia*, *sabia* e *sabiá*. Neste caso, o deslocamento do acento serve para gerar distinção semanticamente significativa, diferenciando, respectivamente, o adjetivo, do verbo e do substantivo e ao ouvinte é consentido, então, diferenciar as palavras no proferir delas.

Os acentos tonais, portanto, marcam os pontos proeminentes dos sintagmas, estes por sua vez vão formando as curvas entoacionais, formadas por contornos altos e baixos, aos quais é dado o nome de tons altos e baixos, produzindo, então, contornos específicos das alturas do som. Assim sendo, a entoação está diretamente relacionada às articulações físicas em que as palavras são produzidas, pois os locutores utilizam-se de diferentes movimentos melódicos para certos fins diferenciativos, no que concerne a sua entoação.

Na fala de Cavaliere (2005), denomina-se entoação, o grau de elevação e abaixamento do tom vocal no ato de enunciação, quando se fala, automaticamente escolhe-se o tom vocal que será aplicado a cada som, de acordo com as conveniências da comunicação.

Dessa forma, a entoação pode variar de locutor para locutor, de comunidade para comunidade. A fala, por ser de cunho heterogêneo e variável, caracteriza-se como a identidade social e geográfica de um indivíduo ou de uma comunidade; e a entoação, por ser uma característica suprasegmental da fala, também é de cunho individual, variável e heterogêneo.

PANORAMA DOS ESTUDOS DE GEOPROSÓDIA, NO ÂMBITO DO AMPER, NO NORTE DO BRASIL

O presente trabalho, no âmbito do projeto Atlas Prosódico Multimídia do Norte do Brasil (AMPER-Norte) já possui um banco de dados das seguintes localidades: Abaetetuba (REMÉDIOS, 2013), Belém - zona urbana (BRITO, 2014), zona rural – Ilha de Mosqueiro (GUIMARÃES, 2013), Bragança (FERNANDES, em andamento), Cametá (SANTO, 2011), Currálinho (FREITAS, 2013), Mocajuba (COSTA, 2015)

Baião (LEMOS, 2015) e Santarém (LIMA, 2016) e Maués (SANTO, 2014). Para este trabalho utilizou-se o *corpus* de Maués (SANTO, 2014) e Mocajuba (COSTA, 2015).

Dentre todos os estudos já realizados, conforme exposto no parágrafo acima, especifica-se os resultados encontrados dos dialetos escolhidos neste estudo. A começar pelos resultados encontrados por Santo (2014) a qual afirma que em Maués a duração não foi um parâmetro que apresentou evidências significativas quanto às características prosódicas entre as frases, declarativas neutras e interrogativas totais, posto que na maioria dos casos, a interrogativa obteve medidas maiores, sobretudo nas sílabas tônicas.

Por outro lado, Brito (2014) comprovou, em seu trabalho, que o parâmetro físico de F0 foi mais relevante na distinção das modalidades frasais, declarativa neutra e interrogativa total, mostrando movimentos significativos na sílaba tônica do último vocábulo do sintagma.

Do mesmo modo, Costa (2015) aponta que os primeiros estudos realizados pelo projeto AMPER, na região Norte, demonstram que as medidas acústicas de F0 (Hz), Duração (ms) e Intensidade (dB) são fatores determinantes de distinção nas variedades já estudadas e ocorrem, preferencialmente, no elemento central da sílaba tônica do último sintagma nominal, no correspondente à análise acústica das modalidades frasais, em estudo. Resultado corroborado com a variedade alvo, Mocajuba.

Tais resultados permitiram caracterizar o padrão entoacional dos dialetos em estudo. De posse das análises, acredita-se que não somente fatores prosódicos sejam alvo de justificativa para tais resultados distintos, mas fatores linguísticos atrelados a fatores históricos, pois se trata de três variedades do português falado na Amazônia.

CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS* E METODOLOGIA

O *corpus* foi constituído com uma amostra de fala de doze locutores, dois homens e duas mulheres de variedades distintas, a saber: Belém (PA), Mocajuba (PA) e Maués (AM) dos níveis médio e superior de escolaridade. As sentenças analisadas pertencem a duas modalidades entoacionais, declarativas neutras e interrogativas totais, retirados do *corpus* AMPER-POR.

Foram analisadas as 3 melhores repetições de 90 sentenças declarativas e 90 interrogativas, contendo 3 vocábulos representativos da pauta acentual oxítonas, 3 das paroxítonas e 3 das proparoxítonas, multiplicado por 12 locutores, 4 de cada dialeto (belenense, mocajubense e maueense), totalizando um *corpus* de 3.240 repetições.

Neste trabalho, utilizou-se a metodologia do *corpus* AMPER – POR. Os dados analisados sofreram sete etapas de tratamento: a) codificação e; b) Isolamento das repetições em arquivos de áudios individuais; c) segmentação fonética no programa PRAAT 5.0; d) aplicação do *script* praatt; e) seleção das três melhores repetições e; f)

aplicação da interface Matlab para se obter as médias dos parâmetros das três melhores repetições.

O programa interface Matlab gerou um arquivo denominado fono. Este arquivo é carregado das informações acústicas necessárias para a realização das análises dos dados. No arquivo fono foram geradas, por exemplo, as medidas acústicas de F0 (Hz) de todas as sílabas das frases escolhidas para análise.

De posse destes resultados e com a ajuda dos *scripts* criados pelo professor Albert Rilliard, tornou-se possível normalizar os dados de F0, expressa em semitons (ST), no qual o valor da média de F0 para cada locutor foi subtraída dos valores brutos.

Os gráficos que serão dispostos abaixo representam os valores da média (e do desvio padrão) de cada medida, para cada uma das quatro últimas vogais de cada tipo de frase, dessa maneira, é possível ver a variação sobre as três últimas sílabas. Esses gráficos têm como objetivo a comparação de duas localidades. Como sempre tem variação, essas duas localidades são apresentadas junto com os valores dos locutores de Belém, que serve como referência.

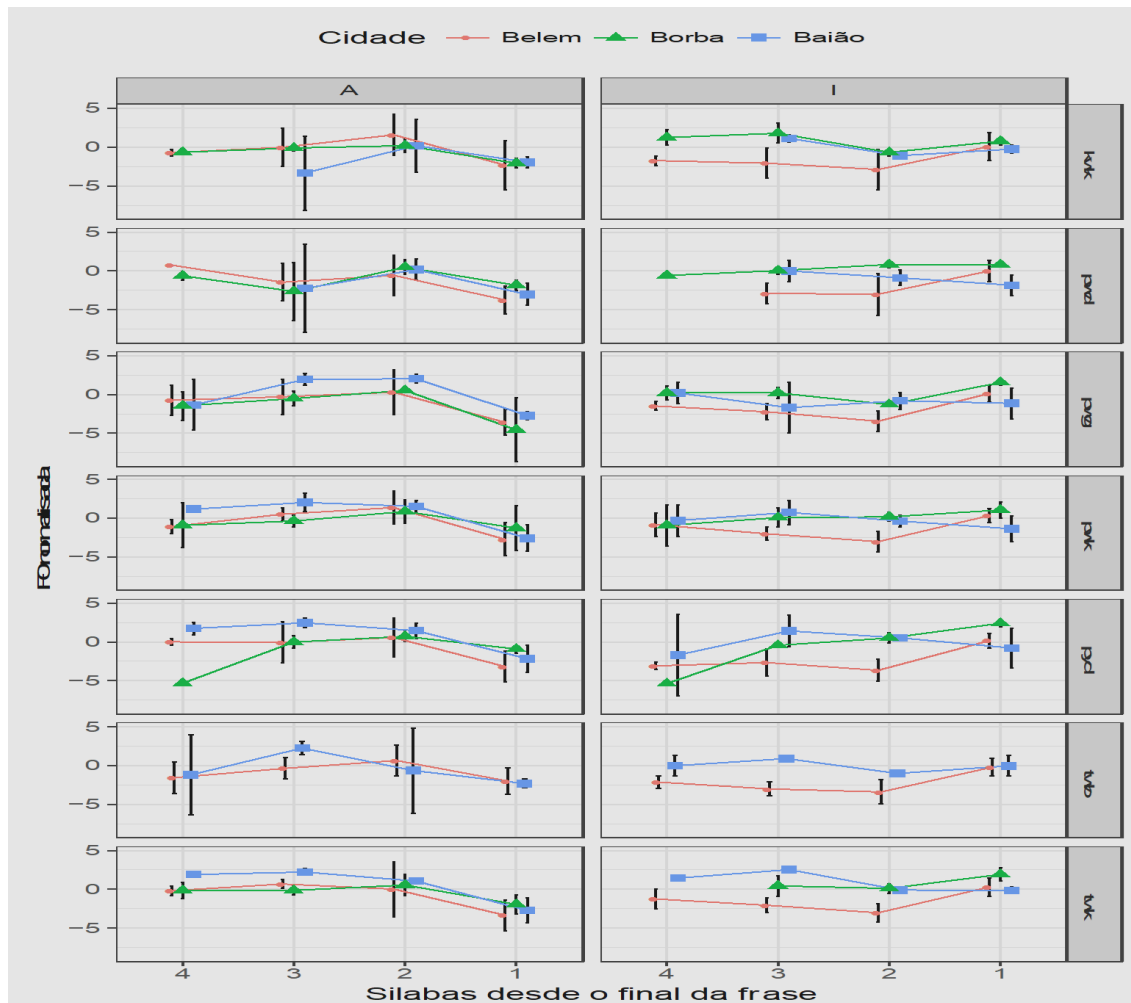
ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção apresentamos a análise dos dados tomando como base as pautas acentuais do português brasileiro - oxítone, paroxítone e proparoxítone. A análise tem foco no parâmetro físico de F0 (ST), considerando as variedades linguísticas. O objetivo desta análise incide sob a intenção de verificar se há semelhanças entre as curvas melódicas das sílabas, em contexto final, de sentenças declarativas neutras e interrogativas totais nos dialetos de Maués (AM) e Mocajuba (PA) sempre tomando como referência o dialeto de Belém (PA).

O gráfico, a seguir, retrata os resultados obtidos nas duas modalidades frasais, em escopo, na fala dos locutores do sexo feminino e masculino das três variedades alvo, e do ensino Médio e Superior.

Em uma análise mais geral dos dados, pode-se afirmar que as curvas de F0 (ST), nas declarativas, ascendem na sílaba pre-tônica, e posteriormente descendem na sílaba tônica, enquanto que nas interrogativas elas sofrem o movimento contrário, como já confirmado em outros estudos como em (BRITO, 2014; COSTA, 2015; GUIMARÃES, 2013 e LEMOS, 2015). Ressalte-se que, em raros casos, esse padrão das curvas melódicas de F0 (ST), não acontece, como em nossas análises que serão apresentadas abaixo, na qual não foi observado nas oxítonas, especificamente nas declarativas, este movimento de descendência na sílaba tônica.

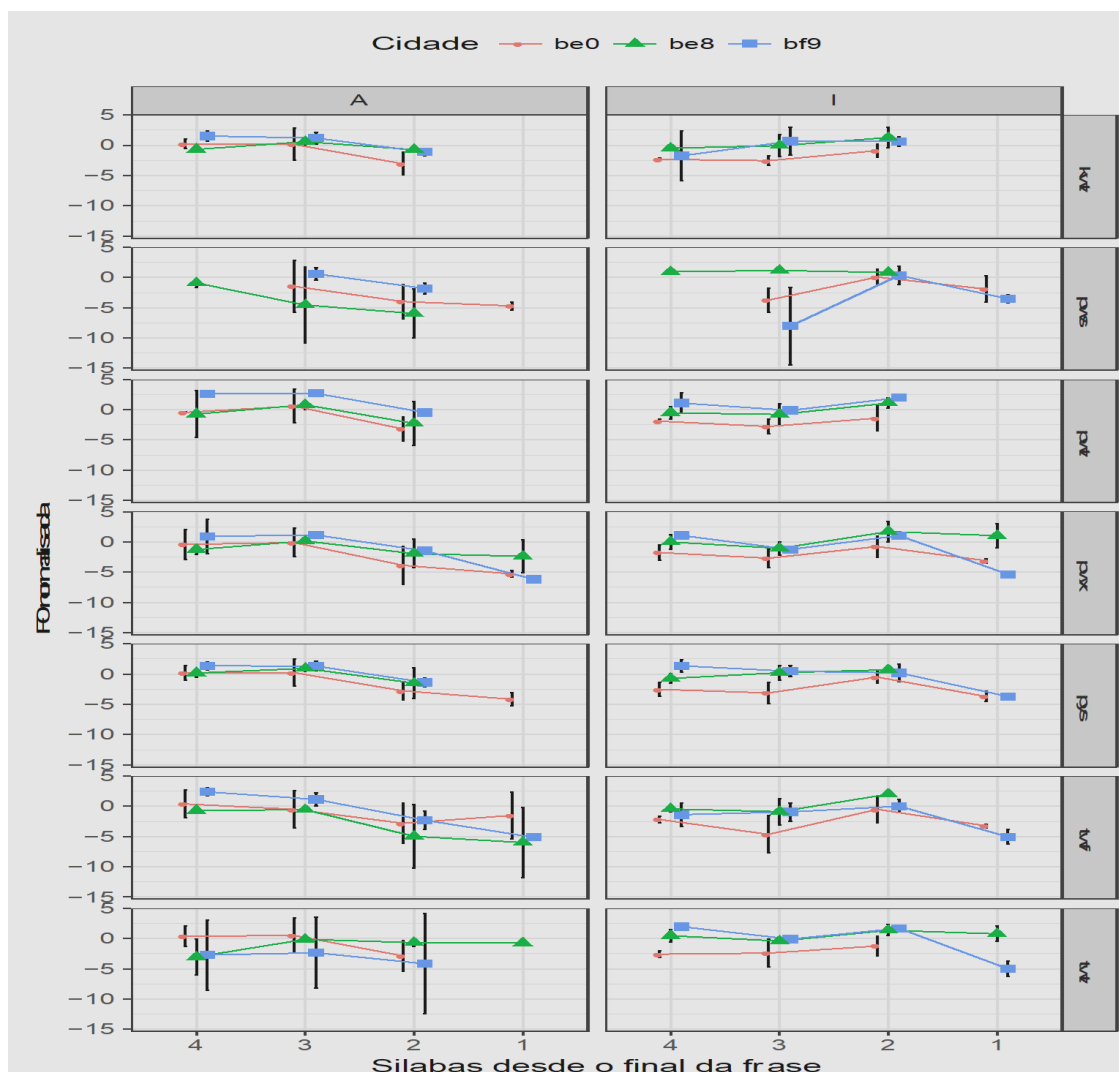
Figura 1 – Apresenta os resultados obtidos para a pauta acentual Oxítônica



Legenda- Os gráficos estão dispostos respectivamente: À esquerda as declarativas e a direita as interrogativas. A linha vermelha marca o dialeto de Belém (PA), a verde Maués (AM) e Mocajuba (PA) é marcado pela cor azul.

No gráfico referente à pauta acentual oxítônica, no parâmetro acústico de F0 (ST) há uma subida nas sílabas tônicas no dialeto de Mocajuba e Maués que não se observa no dialeto de Belém. Nota-se, por vezes, que nas declarativas, em alguns casos, em falantes maueenses não há o declínio, mas uma elevação da curva na sílaba tônica o que não é comum para este padrão frasal, pois nas declarativas, na sílaba tônica, o padrão é de declínio entoacional, segundo o que fora constatado por BRITO (2015), COSTA (2016), GUIMARAES (2013).

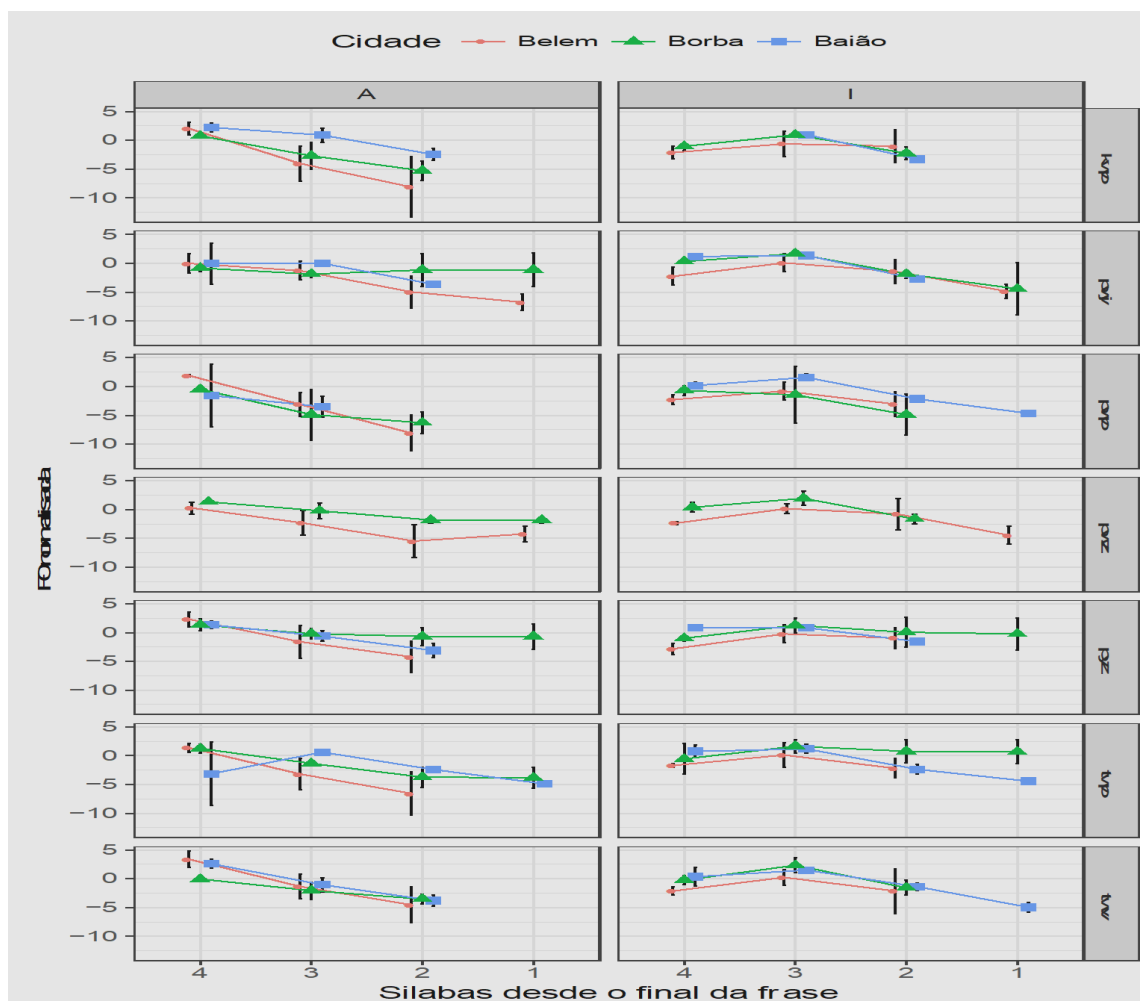
Figura 2 – Apresenta os resultados obtidos para a pauta acentual Paroxítônica



Legenda- Os gráficos estão dispostos respectivamente: À esquerda as declarativas e a direita as interrogativas. A linha vermelha marca o dialeto de Belém (PA), a verde Maués (AM) e Mocajuba (PA) é marcada pela cor azul.

Nas frases paroxítonas, assim como já visto nas oxítonas, no parâmetro acústico de F0 (ST), constatou-se que as curvas referentes aos falantes de Belém alongam-se menos, tanto nas frases declarativas, quanto nas interrogativas, enquanto que nas frases realizadas pelos falantes de Maués e Mocajuba alongam-se mais.

Figura 3 – Apresenta os resultados obtidos para a pauta acentual Proparoxítona



Legenda- Os gráficos estão dispostos respectivamente: À esquerda as declarativas e a direita as interrogativas. A linha vermelha marca o dialeto de Belém (PA), a verde Maués (AM) e Mocajuba (PA) é marcado pela cor azul.

Parecido com os resultados constatados nas frases com pauta acentual oxítone, nas proparoxítonas as curvas melódicas de F0 (ST) nas frases declarativas, apresentaram movimento descendente na pré-tônica e logo em seguida, na tônica, movimento ascendente. O que destoa dos resultados já encontrados em pesquisas de cunho prosódico, pois o padrão melódico encontrado é o movimento descendente na sílaba tônica do último vocábulo das frases. Também se repetiu o fato do movimento das curvas referentes à fala dos belenenses serem mais curtas que a de Mocajuba e Maués.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como demonstrado acima, até este momento, posto que foram analisadas as falas de quatro locutores de três localidades, a saber: Belém (PA), Mocajuba (PA) e Maués (AM), o parâmetro acústico de F0 (ST) apresentou resultados significativos quando feita a comparação dos três dialetos em estudo. Com isto vai se confirmando a hipótese de que a fala dos mocajubenses e mauense apresentam resultados parecidos

quanto à prosódia da fala, mas especificamente nos contornos melódico de F0, ou seja, na entoação, em detrimento a de Belém, esta que historicamente é comprovado à influência açoriana. Estas considerações são mais algumas contribuições para a caracterização prosódica do falar amazonense.

REFERÊNCIAS

ABRAÇADO, J.; COIMBRA, R. L.; MOUTINHO, L. C. Relação entre acento e entoação numa variedade do PB: análise de caso de um falante do Rio de Janeiro. In: Moutinho, L. C.; Coimbra, R. L. (org.). **I Jornadas Científicas AMPER-POR**. Aveiro: Atlas, 2007.

BRITO, Camila. **Formação e organização do corpus para o Atlas Prosódico Multimédia do Norte do Brasil: variedade linguística do município de Belém (PA)**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

CAVALIERE, R.S. **Pontos essenciais em Fonética e Fonologia**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

COSTA, Maria Sebastiana da Silva. **Atlas Prosódico Multimédia do Município de Mocajuba (PA)**. Dissertação (Mestrado em Letras) - UFPA/ILC/CML, Belém, 2015.

FREITAS, João. **Atlas Prosódico Multimédia do Município da Ilha de Marajó (PA)**. Dissertação (Mestrado em Letras) - UFPA/ILC/CML, Belém, 2013.

GUIMARÃES, Elizete. **Atlas Prosódico Multimédia do Município de Mosqueiro (PA)**. 2013. Dissertação (Mestrado em Letras) - UFPA/ILC/CML, Belém, 2013.

LEMOES, Rosinele. **A variação prosódica em sentenças declarativas e interrogativas do português falado em Baião - PA** (2015). Dissertação (Mestrado em Linguística), Programa de Pós Graduação em Letras, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

LIMA, Leydiane. **Contribuição para o Atlas Prosódico Multimédia do Português do Norte do Brasil: AMPER – POR: Variedade linguística do município de Santarém (PA)**. Dissertação (Mestrado em Letras)- UFPA/ILC/CML, Belém, 2016.

MARTINET, A. **Elementos de linguística geral**. 8. ed. Martins Fontes, 1978.

NETTO, W.F. O acento na Língua Portuguesa. In: ARAÚJO, Gabriel Antunes de (org.). **O acento em Português: abordagens fonológicas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

SANTO, Ilma. **Atlas Prosódico Multimédia do Município de Cametá (PA)**. 2013. Dissertação (Mestrado em Letras) - UFPA/ILC/CML, Belém, 2013.

SANTO, Suzana Pinto do Espírito. **Entoação das frases declarativas e interrogativas totais no português falado em Maués, no Amazonas**. 2013. Dissertação (Mestrado em Letras) - UFPA/ILC/CML, Belém, 2014.

REMÉDIOS, Isabel. **Atlas Prosódico Multimédia do Município de Abaetetuba (PA)**. 2013. Dissertação (Mestrado em Letras) - UFPA/ILC/CML, Belém, 2013.

MULHERES INDÍGENAS POR UMA COSMOLOGIA DAS EMERGÊNCIAS: ATIVISMO E SUBJETIVIDADES NOS ESPAÇOS HETEROTÓPICOS

Raimundo de Araújo Tocantins

Orientadora: Ivânia dos Santos Neves

Linha de pesquisa: Análise, descrição e documentação da línguas naturais

Resumo: O corpo da mulher indígena, nos dias de hoje experimenta formas contemporâneas de circulação de sentidos, determinadas pela WEB. Cientes dessa realidade, essas mulheres, além de ampliar o poder de divulgação de seu trabalho como ativistas, constroem, neste espaço, novas formas de subjetividades. Neste artigo, investigo a atuação de quatro mulheres indígenas ativistas que utilizam a WEB para divulgação de seus trabalhos: Valdelice Veron, Célia Xacriabá, Daiara Tukano e Dijuna Tikuna. A partir das formas contemporâneas de circulação e construção de sentidos, determinadas pela mídia digital, acontece a recriação de novas formas de construção do ativismo realizada por essas mulheres indígenas. Este estudo acontece ancorado no conceito de heterotopia desenvolvido por Michel Foucault (2009), presente no texto *Outros espaços*, no qual Foucault enxerga a modernidade constituída pela presença de espaços heterotópicos, em que convivem diferentes objetos e temporalidades. Para ele, a heterotopia por excelência da modernidade é o navio (lugar sem lugar, flutuante, lançado ao infinito do mar, de porto em porto...). Para a compreensão do papel da WEB como importante componente para a reconstrução das subjetividades, compreendo, a partir dos estudo de Gregolin (2015), que a heterotopia por excelência do século XXI é a WEB e que nos diversos lugares instaurados pela mídia digital discursos, imagens e diferentes cosmologias são desveladas por mulheres indígenas na construção ativista.

Palavras-chave: Mulheres Indígenas, Ativismo, Cosmologias, Heterotopia, WEB.

INTRODUÇÃO

“O direito indígena se insere dentro dessa problemática de como lidar com os resquícios da desigualdade derivada de uma colonização que continua criando um panorama de genocídio, de negação da humanidade, da dignidade, das coisas mais básicas”

Daiara Tukano

Inseridas na atividade ativista Valdelice Veron, Daiara Tukano, Dijuna Tikuna e Célia Xacriabá, quatro mulheres indígenas ativista, têm na web uma plataforma para a difusão de seus trabalhos. Estas mulheres são algumas das maiores expressões do ativismo indígena do século XXI. Elas representam formas diferenciada de ativismos,

em sua pluralidade. Pois, constroem esta atividade, como poderemos ver mais tarde, de maneira diversa, ancoradas a outros campos da atividade humana, como a militância em atos nas ruas brasileiras, comunicação, performatividades do corpo, poesia e também na coordenação nacional da articulação dos povos indígenas. Dentro deste universo ativista, elas nos apresentam cosmologias.

Estes universos que se unem com o objetivo de lutar por uma causa emergencial: a integridade física, territorial e cultural dos povos indígenas brasileiros. Povos que desde o período inicial do empreendimento colonial europeu em território brasileiro, iniciado no século XVI até os dias de hoje, sofrem com o resultado covarde das relações assimétricas estabelecidas entre indígenas e o Estado brasileiro. Sobre esta relação, é importante observar o que nos diz Roberto Cardoso de Oliveira. Segundo o antropólogo, a possibilidade de haver relações igualitárias e harmônicas entre índios e não-índios “parece constituir somente uma possibilidade teórica, uma vez que empiricamente não se pode dizer que ele se manifeste” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976, p. 58).

Podemos relacionar a afirmação de Cardoso de Oliveira a história dos povos indígenas brasileiros. Inúmeros são os registros de empreendimentos que exterminaram violentamente nações indígenas inteiras. Ao examinarmos apenas um caso específico, podemos olhar para a realidade dos Mura de Roraima. Ao utilizar a expressão “no modo de vida nós vivemos aqui ligados à natureza” como categoria de análise em sua tese de doutoramento pela USP, a historiadora Márcia Maciel, pertencente ao povo Mura, relata como os modos de vida deste povo, “fundamentados em suas percepções de mundo, foram repassados de geração, num contexto de constantes desterritorializações causadas pelas políticas de Estado para ocupação do espaço Amazônico” (MACIEL, 2016, p. 601).

No conjunto das diversas desterritorializações sofridas pelo povo Mura, Márcia aponta para a mais recente, em 2014, época do empreendimento das hidrelétricas no rio Madeira que devastou o “modo de vida” deste povo, destruindo plantações, vegetações, animais da floresta e de criações próprias.

A partir deste relato percebemos que uma “ideologia igualitária”, só pode ser mesmo “gerada por certos setores da sociedade nacional, afastados do confronto direto com os grupos indígenas (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976, p. 58). Pois, geralmente localizados nos centros metropolitanos, os que idealizam tal relação igualitária, não as vivem, por conseguinte, as imaginam igualitárias (Oliveira 1976).

A partir da década de 1970, aconteceu no Brasil uma crescente articulação dos povos indígenas objetivando a conquista por direitos e luta contra invasão desmedida de suas terras.

O crescimento do movimento indígena a partir da década de 1970, a crescente pressão política por parte das lideranças indígenas a nível nacional e internacional para assegurar seus direitos, e uma intensa mobilização dos índios no processo constituinte junto com organizações de apoio, culminaram

em várias modificações na Constituição brasileira de 1988 (BAINES 2008, P. 8).

A Constituição brasileira de 1988, indubitavelmente, representa uma conquista histórica para os povos indígenas. Ela assegura os direitos destas sociedades sobre suas terras como direitos “originários”, pelo fato dos índios terem sido os primeiros ocupantes do Brasil, ou seja, “decorre de sua conexão sociocultural com povos pré-colombianos que aqui habitavam” (Oliveira, 1998, p. 45). Além disso, este documento avança em relação ao Estatuto de Índio (Lei 6.001), promulgado em 1973, que “previa prioritariamente que as populações deveriam ser ‘integradas’ ao restante da sociedade.”⁹³

Esta “integração” ao restante da sociedade brasileira, também conhecida como “perspectiva assimilacionista”, colocava os povos indígenas em um lugar de risco, pois se o Estado previa a integração destes povos em espaços não-indígenas, significava que este Estado tinha planos de se apropriar destas terras. Consequentemente, a constituição de 1988 avança neste sentido e retira os povos indígenas do risco de serem “uma categoria transitória destinada a desaparecer” (BAINES 2008, P. 8).

Todavia, historicamente, o Estado brasileiro sempre reagiu contra o reconhecimento dos povos indígenas como nações. Recentemente, o governo inconstitucional de Michel Temer é prova de mais um desses ataques aos direitos indígenas. Batizada como “Marco Temporal”, que pode ser entendida como:

uma tese político-jurídica inconstitucional, segundo a qual os povos indígenas só teriam direito às terras que estavam sob sua posse em 5 de outubro de 1988. Os ruralistas querem que o ‘marco temporal’ seja utilizado como critério para todos os processos envolvendo TIs, o que inviabilizaria a demarcação de terras que ainda não tiveram seus processos finalizados. (...) Na prática, o marco temporal legitima e legaliza as violações e violências cometidas contra os povos até o dia 04 de outubro de 1988: uma realidade de confinamento em reservas diminutas, remoções forçadas em massa, tortura, assassinatos e até a criação de prisões. Aprovar o “marco temporal” significa anistiar os crimes cometidos contra esses povos e dizer aos que hoje seguem invadindo suas terras que a grilagem, a expulsão e o extermínio de indígenas é uma prática vantajosa, pois premiada pelo Estado brasileiro. A aprovação do marco temporal alimentará as invasões às terras indígenas já demarcadas e fomentará ainda mais os conflitos no campo e a violência, já gritante, contra os povos indígenas.⁹⁴

Tendo em vista o quadro de instabilidade histórica criada pelo Estado brasileiro em relação às nações indígenas, torna-se condição imprescindível a existência de um coletivo de indígenas que estejam comprometidos com a luta por direitos e relações menos desiguais entre indígenas e não-indígenas. Nesta frente de batalha estão aquelas que exercem a atividade ativista.

⁹³ <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-04/povos-indigenas-conheca-os-direitos-previstos-na-constituicao>

⁹⁴ <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/nossa-historia-nao-comeca-em-1988-marco-temporal-nao>

A escolha por trabalhar com mulheres ativistas se dá por conta de que, atualmente, mesmo com todo o machismo que também está presente nas sociedades indígenas, as mulheres são a grande maioria quando se trata de representatividade ativista. Tornando-se assim sujeitas que necessitam de observação uma observação mais cuidadosa no que diz respeito aos trabalhos que exercem.

No contexto da luta ativista, serão apresentadas neste trabalho, mulheres indígenas de diferentes etnias, que diariamente exercem a atividade ativista pelas ruas brasileiras e também na WEB: Célia Xacriabá, representante do povo indígena Xakriabá do norte do estado de Minas Gerais; uma das principais lideranças Guarani, cujo o pai – o cacique Marcos Verón – foi brutalmente assassinado a mando de um fazendeiro, Valdelice Veron; a militante, artista plástica e correspondente em Brasília da Rádio Yandê (primeira rádio *online* indígena do Brasil) Daiara Tukano e a cantora ativista Dijuna Tikuna.

Suas atividades expostas mundialmente na internet, revelam além suas lutas, vitórias, tristezas e perspectivas. Elas nos falam das diferentes cosmologias e sensibilidades que compõem o ativismo de mulheres indígenas brasileiro.

SOBRE COSMOLOGIAS, MULHERES INDÍGENAS E ATIVISMOS

Ao entrarmos em tão amplo assunto, torna-se importante começar a discussão sobre cosmologia a partir da definição tecida pelos pesquisadores que estudam os povos indígenas do território brasileiro. Estas palavras tem a função de servirem como um portal por onde iniciaremos a compreensão deste universo que está sendo abordado neste trabalho:

São teorias do mundo. Da ordem do mundo, do movimento no mundo, no espaço e no tempo, no qual a humanidade é apenas um dos muitos personagens em cena. Cosmologias definem o lugar que os humanos ocupam no cenário total e expressam concepções que revelam a interdependência permanente e a reciprocidade constante nas trocas de energias e forças vitais, de conhecimentos, habilidades e capacidades que dão aos personagens a fonte de sua renovação, perpetuação e criatividade. Na vida cotidiana, essas concepções orientam, dão sentido, permitem interpretar acontecimentos e ponderar decisões. São expressas através da linguagem simbólica da dramaturgia dos rituais. Música, ornamentos corporais, entre outros recursos, permitem o contato com outras dimensões cósmicas, com momentos outros do mundo e do processo da vida (e da morte).⁹⁵

A partir desta definição inicial sobre cosmologia, é possível desprender pluralidades, diálogos, reciprocidades, trocas. Ela nos permite compreender um universo dialógico e também nos habilita a pensar muito além da lógica ocidental cristã, branca.

Os estudos de Viveiros de Castro, desenvolvidos em “Metafísicas canibais”, baseados no convívio com os Araweté, Yanomami, Yawalapiti e Kulina, sociedades

⁹⁵ <https://pib.socioambiental.org/pt/c/no-brasil-atual/modos-de-vida/mitos-e-cosmologia>

indígenas amazônicas, entre meados dos anos 1970 e início dos 1990, nos revelam formas de existência que compreendem a humanidade, ou melhor, as humanidades e sua relação com a natureza.

Na visão cosmológica, desvelada pelo “multinaturalismo” ou de “perspectivismo multinaturalista” de Viveiro de Castro, animais e espíritos veem-se a si mesmos e aos outros seres do cosmo atravessados pela condição humana:

Assim, se nossa antropologia popular vê a humanidade como erguida sobre alicerces animais, normalmente ocultos pela cultura — tendo outrora sido ‘completamente’ animais, permanecemos, ‘no fundo’, animais —, o pensamento indígena conclui ao contrário que, tendo outrora sido humanos, os animais e outros seres do cosmos continuam a ser humanos, mesmo que de modo não-evidente. (VIVEIRO DE CASTRO, 2002 p.230)

Nesta compreensão metafísica de universo, os seres não apenas se percebem como também mantêm um diálogo. Contudo, essa relação dialógica não acontece de qualquer maneira, ela se estabelece dentro de uma ordem. O intercâmbio entre estas perspectivas depende de “uma arte política — uma diplomacia”. Com o papel de porta voz, o xamã, assume a responsabilidade de ser a ponte entre esses universos.

Vendo os seres não-humanos como estes se veem (como humanos), os xamãs são capazes de assumir o papel de interlocutores ativos no diálogo transespecífico; sobretudo, eles são capazes de voltar para contar a história, algo que os leigos dificilmente podem fazer. (VIVEIRO DE CASTRO, 2002, p.231)

Ao transcender as barreiras do corpo físico, o xamã amazônico adota o papel de administrador das relações entre humanos, os espíritos dos animais e outras entidades da natureza. Desta experiência de mundo é possível depreender, que a relação dialógica entre o xamã e os outros seres só acontece por meio da personificação, “Conhecer é personificar, tomar o ponto de vista daquilo que deve ser conhecido — daquilo, ou antes, daquele; pois o conhecimento xamânico visa um ‘algo’ que é um ‘alguém’, um outro sujeito ou agente. “A forma do Outro é a pessoa”. (VIVEIRO DE CASTRO, 2002, p.231).

Ao retornarmos para nossa realidade, orientada historicamente pelo discurso do europeu colonizador, podemos nos questionar a respeito do que nos foi e ainda nos é “ensinado” sobre humanidade, diálogo e sobre nossa relação com o “outro”.

Fomos criados discursivamente a partir da lógica do pensamento colonial a não ver a humanidade nos povos indígenas. Fomos e ainda somos ensinados a compreendê-los como selvagens, canibais, bárbaros. Por outro lado, o ativismo de mulheres indígenas, em sua pluralidade de expressões, além de reivindicar direitos, se oferece como um canal para a desconstrução do pensamento colonial. Pois, a partir da música, corpo, poesia, elementos que estão presentes nas culturas humanas ao longo de suas existências, podemos ver a humanidade presente destes povos refletidas em suas manifestações.

As constelações celestes também podem nos oferecer a oportunidade para adentrar em outras sensibilidades. A pesquisa da professora Ivânia Neves, publicada em sua tese de doutoramento intitulada “A Invenção do Índio e as Narrativas Oraís Tupi” (2009), nos diz que desde o século XVI há muitos registros do conhecimento que os índios têm sobre o céu.

As narrativas orais e as constelações dos índios Tembé me deixavam ver a diversidade cultural projetada nos céus da Amazônia. A partir daí, o céu não poderia mais ser explicado apenas pela astronomia oficial, conhecimento respaldado pelo saber ocidental. Passou a ser imperativo compreender como se organizavam estas racionalidades diferentes. (NEVES, 2009, p. 126)

A simples prática de olhar para o céu estrelado, e procurar nele figuras como o Escorpião, Pégasus, Cruzeiro do sul, entre outras, nos revela como, discursivamente somos direcionados em uma ordem do olhar que nos diz exatamente o que devemos encontrar. Olhar as constelações celestes denota o quanto fomos discursivamente criados pelas civilizações europeias:

A maior parte das 88 constelações consideradas oficiais pela NASA são denominações relacionadas à mitologia da Grécia Antiga. Naturalmente que os gregos que viveram na Antiguidade não dariam um nome cristão a uma constelação. Da mesma forma, esta mesma região do céu recebe diferentes denominações entre as sociedades indígenas (...). É importante observar que estas denominações são manifestações culturais, mas que estão associadas à observação das regularidades dos movimentos das estrelas no céu (...) Então, podemos dizer que as constelações, assim como as denominações do céu, da lua, do arco-íris, dos cometas, como todas as representações humanas são também materialidades significantes. O céu é um espaço de significação onde há movimentação de sentidos, portanto, ele é colocado em discurso pelo homem. (NEVES, 2009, p. 126-127)

Ao problematizar sobre cosmologias, torna-se de extrema importância tomar conhecimento do trabalho da historiadora Márcia Mura, pertencente ao povo Mura, habitantes do estado de Roraima. A pesquisadora apresenta em sua tese de doutorado, narrativas que apresentam os modos de vida, as tradições, o pensamento e a vida do povo Mura.

Além de apresentar à comunidade acadêmica a cosmologia Mura, esta pesquisa se constitui em um espaço para a luta, pois o conhecimento que a tradição da história oral de seu povo tem pra dizer, representa a resistência da memória e identidade do povo Mura, que como a maioria das sociedades indígenas está inserida em um Estado que segue, há mais de 500 anos, cometendo um violento apagamento da cultura e da vida dos povos indígenas.

Em meio as narrativas, Márcia Mura aborda um momento histórico em que as usinas hidrelétricas, representaram mais uma agressão às populações indígenas. Como resultado deste empreendimento, as pessoas que ali habitavam tiveram suas casas, suas terras, seu plantio, seu sustento, alagados e destruídos pelo “progresso” desse Estado Brasileiro.

O modo de vida dessas pessoas que fazem parte do Uruapeara, de Humaitá, Nazaré, Porto Velho, Itaperiã e Bom Intento está ligado a relações de parentesco, ancestralidades, vivências com os vivos e os espíritos, os encantados, mundos das florestas, das águas, sentimentos de ser do lugar, de cantar o lugar, vida cultural, vivências nos sonhos ao dormir, festas, trabalhos coletivos e familiares, na roça, coleta de frutos, extrativismos, pesca, caça, nos diferentes tempos e espaços de deslocamento, no tempo dos desaldeamentos, dos seringais, das comunidades extrativistas, das comunidades nominadas por ribeirinhas, do espaço urbano. Nesses espaços essas tradições interagem com as tecnologias modernas, ferramentas de trabalho, rádio, televisão, celular, internet, motor de luz; algumas delas mantidas a óleo diesel, outras contempladas pelo projeto “Energia para Todos” e todas, seja as das margens do rio e das rodovias, rurais ou urbanas, foram devastadas em 2014 pela inundação causada pelas hidrelétricas construídas no Rio Madeira e se encontram em fase de reestruturação e na luta para manter suas tradições culturais que garantem seus modos de vidas específicos. (MACIEL, 2016, p. 612)

A pesquisadora em seu trabalho, nos apresenta a complexa cosmologia Mura, formada pelo tradicional, representado pelas relações de convívio entre os Mura, sua relação com o trabalho, a música, a natureza, os espíritos, os deslocamentos espaciais. Por outro lado, ela também nos revela neste modo de viver, a interação entre o tradicional e as tecnologias modernas, por exemplo, as ferramentas de trabalho, o rádio, a televisão, o celular, a internet e o motor de luz.

Olhar pelo viés cosmológico dos Araweté, Yanomami, Yawalapiti e Kulina, desvelada pelo “perspectivismo multinaturalista” de Viveiro de Castro, universo em que animais e espíritos veem-se a si mesmos e aos outros seres do cosmo atravessados pela condição humana; observar o céu como fazem os Tembé e os Suruí, e sua identificação dos astros celestes, correlacionando atividades cotidianas às estações climáticas e suas narrativas sobre a origem das constelações, do Sol, da Lua, das estrelas; contemplar o céu a procura das constelações Centaurus, Hércules, entre outras, como faziam os gregos da Antiguidade com seus deuses e mitologias; localizar-se por meio da constelação do Cruzeiro do Sul como faziam os portugueses a época das Grandes Navegações, com toda a implicação religiosa que este signo nos revela; compreender por meio da pesquisa de uma mulher indígena historiadora que mostra ao mundo a realidade do seu povo por meio da pesquisa acadêmica, são maneiras de conhecermos diferentes cosmovisões e racionalidades de diferentes povos e suas culturas.

Depois de ampliar o olhar a partir destas cosmovisões e, deslocando para a atividade ativista empreendida pelas mulheres indígenas podemos compreender esta atividade como um céu, um espaço de significação onde também há movimentações de sentido. Neste céu, o corpo, a poesia, a música, entre outras expressões que compõem o ativismo destas mulheres, devem ser compreendidos como representações, materialidades significantes.

A partir das produções ativistas podemos compreender diferentes cosmologias que podem nos contar, para além de suas reivindicações. Suas atividades enunciativas, apresentam a realidade de diferentes povos, suas necessidades, sua relação com a natureza, com as novas tecnologias e com os não indígenas.

O ativismo das mulheres indígenas se apresenta para o mundo, via WEB, em discursos (re)produzidos por estas mulheres. Olhar para este céu, repleto de narrativas, pode representar uma importante descolonização discursiva do pensamento.

PENSAR COM FOUCAULT: DISCURSO, SUBJETIVIDADES E MULHERES INDÍGENAS

Quando olhamos a história, buscando uma origem comum, ficamos muito mais reféns dos jogos de poder, pois muito provavelmente vamos parar os olhos diante das invenções daqueles que estiveram em condições privilegiadas de poder.

Ivânia Neves

A perspectiva teórica adotada neste artigo, baseada nos estudos do discurso de origem francesa, filiados aos estudos realizados por Michel Foucault, permite compreender, a partir da compreensão de discurso elaborada por este teórico, que durante sua trajetória, o discurso era o eixo central para sua compreensão de como os sujeitos e as coisas sobre o mundo eram “construídos”, pois, como ele próprio afirma, o que lhe “interessa no problema do discurso é o fato de que alguém disse alguma coisa em um dado momento” (FOUCAULT, 2003, p. 255-256). Ou, nas palavras de Rosário Gregolin (2015) sobre Foucault, “as coisas não preexistem às práticas discursivas”. Segundo a compreensão de Michel Foucault, o discurso constitui e determina os objetos e, podemos afirmar que ele também é responsável pela construção discursiva de sujeitos em um dado momento histórico.

Dentro desta perspectiva teórica, torna-se compreensível que a gênese dos sujeitos seja elaborada discursivamente, por sujeitos históricos. Ou seja, os sujeitos são empreendidos e não originários. No interior desta proposição, habita o pressuposto de que os processos de objetivação/subjetivação são práticas (discursivas; não discursivas) que ligam o sujeito à verdade. Neste sentido, o pensamento de Foucault nos mostra que a verdade é da ordem do acontecimento. Não existe uma verdade, ela sempre acontece dentro sob as égides de um lugar e em um tempo. Por isso compreende-se a verdade dentro da ordem da história (GREGOLIN, 2015).

Falar em subjetivação significa, de acordo com os preceitos de Foucault, compreender a produção social de sujeitos. “Sujeito”, para ele, não se refere ao sujeito em sua essencialidade ou individualidade. No texto O Sujeito e o Poder (FOUCAULT, 1995), ele explica as diferentes formas pelas quais, em nossa sociedade ocidental, os indivíduos se tornam sujeitos.

De acordo com os estudos de Michel Foucault, o sujeito é produzido dentro três domínios: a) o domínio do saber, compreendendo que as práticas discursivas objetivaram o homem como sujeito falante (Filologia e Gramática), ser produtivo (Economia Política) e ser vivo (Biologia); b) O domínio do poder, organizado em

práticas disciplinares que objetivam o sujeito como são/ louco/ doente/ criminoso/ ordeiro; e c) o domínio da ética, onde ele trata das práticas subjetivadoras pelas quais o ser humano se transforma em sujeito de si para si (técnicas de si), ao constituir sua sexualidade.

Falar sobre mulheres indígenas significa compreendê-las como sujeitas produzidas dentro da teia social e histórica dos poderes e saberes de que nos fala os estudos de Foucault.

Todavia, torna-se necessário compreender que como falamos de sujeitos produzidos dentro de uma determinada sociedade e em uma fatia do tempo.... “Esse lugar inassinalável da subjetividade em movimento, em perpétuo “desprendimento” em relação a ela mesma, é, ao mesmo tempo, para Foucault, o produto das determinações históricas e do trabalho sobre si (cuja modalidades são, por seu turno, históricas), e é nessa dupla ancoragem que se enlaça o problema da resistência subjetiva das singularidades: o lugar de invenção do si não está no exterior da grade do saber/poder, mas na sua torção íntima” (REVEL, 2005, p. 85)

Retomando a história, podemos perceber sob quais regimes de verdade foram constituídas historicamente as sujeitas em foco neste estudo, as mulheres indígenas.

A afirmação de que o sujeito tem uma gênese, uma formação, uma história, e que ele não é originário Revel (2005), nos coloca diante da invenção discursiva da mulher indígena narrada pelo foco narrativo de quem estava no poder Neves (2009). Diante do encontro com as mulheres indígenas, os enunciadores europeus evidenciaram as imagens que mais estranhamento causaram ao seu olhar: a nudez. E é esta imagem da mulher nua que vai ser o principal enunciado visual nos primeiros registros.

O primeiro registro escrito sobre a mulher indígena brasileira foi produzido na Carta de Pero Vaz de Caminha e ele nem chama estas mulheres de índias:

A feição deles é serem pardos, um tanto avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem feitos. Andam nus, sem cobertura alguma. Nem fazem mais caso de encobrir ou deixar de encobrir suas vergonhas do que de mostrar a cara. Acerca disso são de grande inocência. [...] Ali andavam entre eles três ou quatro moças, bem novinhas e gentis, com cabelos muito pretos e compridos pelas costas; e suas vergonhas, tão altas e tão cerradinhas e tão limpas das cabeleiras que, de as nós muito bem olharmos, não se envergonhavam. (Carta de Caminha).

Além deste documento, a mulher indígena também aparece retratada de maneira bastante semelhante em outro momento histórico. A obra literária “Iracema” de José de Alencar.

O Romantismo literário, na sua fase indianista no Brasil, fez referência a uma idealização do indígena como herói nacional. Como sabemos, isto aconteceu porque na Europa, esta escola literária elegeu como herói romântico os cavaleiros medievais. Contudo, nas terras do “novo mundo”, um personagem como o cavaleiro medieval europeu não fazia sentido, pois a história brasileira não havia produzido tal personagem em suas páginas. Desta forma, cabia aos autores nacionais uma busca por um

personagem que tivesse vigor e beleza física, além de pureza de alma, atributos necessários para a composição deste ser mítico.

Dentro destas exigências e inspirados pelo “mito do bom selvagem” idealizado por Rousseau, o selvagem brasileiro, morador primeiro deste país e habitante das matas, puro, belo e vigoroso, encaixou-se perfeitamente aos ideais dos padrões exigidos pelo Romantismo na elaboração de um personagem com as qualidades necessárias que um ser superior como um herói ou heroína necessitavam.

Na literatura brasileira, os romances indianistas de José de Alencar e toda a produção romântica brasileira que ficou conhecida como “indianista” inventaram índios e índias cristãos e bastante idealizados. A *Peri* coube o papel de um cavaleiro medieval, absolutamente vassalo de *Ceci*, capaz de pegar uma onça com as mãos para agradar à amada. Quanto à *Iracema*, ela representa a frágil heroína abandonada, que desejava um modelo de relacionamento monogâmico e cristão com Martín. *Iracema* e *Peri* são bons exemplos das tentativas épicas dos românticos brasileiros. Com a diferença que *Peri* consegue ficar com sua amada, enquanto *Iracema* paga com sua própria vida o preço por ter desejado um homem estrangeiro. De qualquer forma, a trajetória dos dois se organiza a partir de submissão ao português.

Iracema, romance da literatura romântica brasileira, publicado em 1865, escrito por José de Alencar, faz parte da trilogia indianista do autor. Os outros dois romances desta série são: “O Guarani” e “Ubirajara”. “*Iracema*” narra o amor de um não índio, Martim Soares Moreno, pela índia “*Iracema*, a virgem dos lábios de mel” (ALENCAR, 1991). Nesta obra, o autor explica de forma bastante poética as origens de sua terra natal, o Ceará.

Logo nas primeiras páginas do romance, José de Alencar apresenta ao leitor as qualidades de sua heroína: *Iracema*, a virgem dos lábios de mel, que tinha os cabelos mais negros que a asa da graúna, e mais longos que seu talhe de palmeira. O favo da jati não era doce como seu sorriso; nem a baunilha recendia no bosque como seu hálito perfumado. Mais rápida que a corça selvagem, a morena virgem corria o sertão e as matas do Ipu, onde campeava sua guerreira tribo, da grande nação tabajara. O pé grácil e nu, mal roçando, alisava apenas a verde pelúcia que vestia a terra com as primeiras águas (ALENCAR, 1991).

Neste encontro, com a mais popular indígena dos romances brasileiros, o leitor pode perceber os tons e pinceladas bem marcados que constroem uma mulher selvagem. Sua cabeça é ornada por cabelos longos e negros descritos pelo autor como “cabelos mais negros que a asa da graúna, e mais longos que seu talhe de palmeira.”. O corpo de *Iracema* também era dotado de velocidade e resistência, atributos estes que lhe permitiam transitar entre o sertão e as matas do Ipu, local onde residia seu povo, a nação indígena tabajara.

Inserida no contexto da selva e interagindo com os seres deste universo, encontra-se a índia *Iracema*.

Surpreendida por Martín, ela o acerta com uma flecha que lhe acerta de raspão a face: Enquanto repousa, em pluma das penas do guará as flechas de seu arco, e concerta com o sabiá da mata, pousado no galho próximo, o canto agreste. A graciosa ará, sua companheira e amiga, brinca junto dela. Às vezes sobe aos ramos da árvore e de lá chama a virgem pelo nome; outras remexe o uru de palha matizada, onde traz a selvagem seus perfumes, os alvos fios do crautá, as agulhas da juçara com que tece a renda, e as tintas de que matiza o algodão. Rumor suspeito quebra a doce harmonia da sesta. Ergue a virgem os olhos, que o sol não deslumbra; sua vista perturba-se. Diante dela e todo a contemplá-la está um guerreiro estranho, se é guerreiro e não algum mau espírito da floresta. Tem nas faces o branco das areias que bordam o mar; nos olhos o azul triste das águas profundas. Ignotas armas e tecidos ignotos cobrem-lhe o corpo. Foi rápido, como o olhar, o gesto de Iracema. A flecha embebida no arco partiu. Gotas de sangue borbulham na face do desconhecido (ALENCAR, 1991).

Após o incidente na floresta, a índia conduz o homem branco a sua aldeia. Lá ele é bem recebido por Araquém, pai de Iracema. Contudo, pelo fato de sua filha ser a guardiã do “segredo da jurema e o mistério do sonho”, Martín é impedido de ter com ela uma noite: “— Estrangeiro, Iracema não pode ser tua serva. É ela que guarda o segredo da jurema e o mistério do sonho. Sua mão fabrica para o pajé a bebida de Tupã.” (ALENCAR, 1991).

A partir deste momento do romance, desenrola-se a aventura de amor de Iracema por Martín. Este amor, contudo, por ser proibido, é acompanhado pelo sofrimento e morte da heroína de Alencar. Em muitos momentos do romance, ele volta a descrever minuciosamente Iracema, sempre ressaltando sua sensualidade e seu vigor físico.

Por meio destes enunciados, extraídos de diferentes momentos da história, percebemos o funcionamento do discurso atuando no processo de subjetivação da mulher indígena. Segundo esta ordem discursiva, foi estabelecido o seguinte regime de verdade: falar em mulher indígena, de acordo com a ordem estabelecida historicamente pelo discurso empreendido pelos europeus colonizadores e pela literatura brasileira dos romances indianistas é sinônimo de jovialidade selvagem, beleza, sensualidade, gentileza.

A WEB, ESPAÇO HETEROTÓPICO POR EXCELÊNCIA

Na era da informática vive-se mais com signos do que com coisas, desterritorializando a cultura pois a territorialidade já não se encontra associada à materialidade do entorno físico.”
Rosário Gregolin

Falar de cosmologias e subjetividades no século XXI, pede que se tenha em vista um espaço que nos constitui como seres em estado de comunicação.

Vivemos em estado de comunicação, conectados a aparelhos que nos dão a possibilidade de acelerar este processo e de estender os nossos corpos além dos limites próprios da matéria humana.

O processo comunicativo apareceu em definitiva aceleração e caracterizou um mundo que surgiu como novo tempo (...) Essa emergência de mundos possíveis atualizados pela contemporaneidade faz da comunicação um processo que marca o cotidiano, ou seja, não nos comunicamos, estamos em comunicabilidade (FERRARA, 2016, p. 66).

Os estudos de Michel Foucault (1926 – 1984), não chegaram a abordar diretamente a internet. Contudo, no que concerne a redes sociais da web, se observadas sob uma perspectiva foucaultiana, podemos notar que elas se constituem em um veículo para construção de formas subjetivação.

Existe uma estrutura auto-reflexiva no que diz respeito ao compartilhamento de conteúdos no Facebook ou Twitter. Da mesma maneira, comparados com os atores no palco, que têm consciência de que estão sendo assistidos por uma platéia e adaptam suas ações, na busca por um melhor efeito para seu trabalho. Os usuários de mídias sociais selecionam e concebem conteúdos, com o objetivo de agradar e/ou impressionar uma certa multidão. (RAYNER, 2012, p.01 - Tradução nossa).

Além disso redes sociais, web rádios, blogues e sites colocam em circulação diversas narrativas sobre os modos de viver e a diversidade de diferentes povos e culturas.

Pensar na web como um espaço de comunicação e (re)construção de subjetividades, carece de uma compreensão sobre os diversos espaços que são construídos socialmente ao longo da história das sociedades ocidentais.

Afinar o olhar sobre “espaços”, em busca de uma compreensão sobre eles, pede que pensemos com Michel Foucault. De acordo com seus estudos sobre espaços específicos construídos ao longo da história das sociedades ocidentais, ele nos alerta para o fato de que possivelmente não haja uma única cultura no mundo que não se organize ou se constitua a partir de espaços heterotópicos. Estes espaços diferentes, considerados por ele como lugares compreendidos como “uma espécie de contestação simultaneamente mítica e real do espaço em que vivemos” (FOUCAULT, 2009, p. 416), os seres humanos da modernidade vivem em contato com diferentes objetos e temporalidades (Gregolin 2015).

No texto *Outros espaços* (publicado em 1967, reeditado na coleção *Ditos & Escritos* volume III - 2009), Foucault destaca dois tipos de heterotopias: as de “crise” e as de “desvio”. Sobre as heterotopias de crise, podemos compreendê-las da seguinte maneira:

Nas sociedades ditas “primitivas”, há uma certa forma de heterotopias que eu chamaria de heterotopias de crise, ou seja, que há lugares privilegiados, ou sagrados, ou proibidos, reservados aos indivíduos que se encontram, em

relação à sociedade e ao meio humano no interior do qual; eles vivem, em estado de crise. Os adolescentes, as mulheres na época da menstruação, as mulheres de resguardo, os velhos etc. (FOUCAULT, 2009, p. 416)

Foucault afirma, contudo, que esta forma de heterotopia não desapareceu na modernidade, na realidade elas foram trocadas, por heterotopias que poderíamos entender como de “desvio”.

Aquela na qual se localiza os indivíduos cujo comportamento desvia em relação à média ou à norma exigida. São as casas de repouso, as clínicas psiquiátricas; são, bem entendido também, as prisões, e seria preciso, sem dúvida, acrescentar aí as casas de repouso, que estão de qualquer forma no limite da heterotopia de crise e da heterotopia de desvio, já que, afinal, a velhice é uma crise, mas igualmente vim desvio, pois, em nossa sociedade em que o lazer é a regra, a ociosidade constitui uma espécie de desvio. (FOUCAULT, 2009, p. 416)

Segundo as pesquisas deste filósofo, essas heterotopias de crise transmutaram-se em resquícios em sua forma originária do século XIX. Como exemplo destes lugares ainda vivos de certa maneira, ele cita o colégio, o serviço militar, a tradição que se chamava a “viagem de núpcias”, que segundo Foucault, coloca as primeiras relações sexuais em “nenhum lugar”, para ele uma heterotopia sem referências geográficas (Foucault, 2009).

Uma heterotopia em especial interessa a esta pesquisa. Michel Foucault nos aponta, em uma escrita poética e reflexiva sobre a natureza do barco, considerado como “pedaço de espaço flutuante, um lugar sem lugar, que vive por si mesmo, que é fechado em si e ao mesmo tempo lançado ao infinito do mar” (FOUCAULT, 2009, p. 421).

A colocarmos de frente os lugares heterotópicos de Michel Foucault e a contemporaneidade do século XXI, notamos pelo olhar de Rosário Gregolin (2015), que temos também nosso “nenhum lugar”, nosso “navio”. Ele está representado pela web.

Se o navio tem esse papel de metáfora primordial até o século XX, proponho pensar a WEB como a heterotopia por excelência do século XXI. Nesse espaço virtual cruzam-se todo tipo de outros espaços, consensuais e conflitantes; acolhem-se todo tipo de enunciados e de formas de visibilidade numa cartografia em que se misturam permissividade e controle de forma ambígua; o seu funcionamento tem em sua base o contínuo movimento do dito e do não dito. Navegamos por esse labirinto e a velha metáfora da navegação convive com outras formas de experimentar lugares nunca dantes navegados. (GREGOLIN, 2015, p. 07)

O ativismo indígena realizado no século XXI apresenta a mulher indígena não mais enunciada por outros enunciadores, construída discursivamente por eles, habitando entre o selvagem e o sensual as florestas.

Nem tampouco, estas mulheres possuem os espaços dos jornais, telejornais ou revistas. Elas mulheres ocupam hoje, a heterotopia da WEB e podem tornar-se visíveis a qualquer momento.

Pensar discurso, imagem e mulheres indígenas na web com Michel Foucault nos conduz a discutir visibilidades que outrora eram narrativizadas e invisibilizadas por outros enunciadores e que, atualmente, visíveis, nos convidam a reflexão das formas simbólicas de produção de subjetividades e discursividades e, ao funcionamento das formas contemporâneas de circulação de sentidos, determinadas pela internet.

MULHERES INDÍGENAS HETEROTÓPICAS: A WEB COMO ESPAÇO DE VISIBILIDADE PARA OUTRAS FORMAS DE COMPREENDER MULHERES E ATIVISMO INDÍGENA

O século XXI testemunha a (re)invenção desta subjetividade. Neste momento histórico são as próprias mulheres indígenas suas enunciadoras. Desta maneira, atuando como sujeitas que se auto elaboram discursivamente, elas nos confirmam que a produção das subjetividades, como nos mostra Michel Foucault, são empreendidas, e que compreender e não originários.



A figura 1 apresenta o fotograma retirado da rede Youtube. Postado em 17 de maio de 2016, por ocasião do evento Acampamento Terra Livre (ATL), evento que acontece anualmente em Brasília e reúne indígenas de várias etnias brasileiras. Neste encontro são promovidas diversas atividades como debates sobre as diversas realidades indígenas e manifestações reivindicando direitos.

Nesta ocasião, Célia Xacriabá, ativista e escritora recita o poema “Voz das Mulheres Indígenas”:

“Voz das Mulheres Indígenas”

Na invasão deste país,
Somos vítimas nessa trama,
Não sei se chamo de Brasil,
Ou se chamo Pindorama.
Essa história é trilhada com muito protagonismo.
Destaco aqui nossas mulheres
Que constroem seu próprio caminho.
Mulheres indígenas de muita força,
Seja do sul ou do sudeste.
E ainda têm as arretadas,
Que vem lá do nordeste.

Quando se juntam essas guerreiras,
As mulheres do centro-oeste ou do norte
Entoamos uma só luta,
Pois juntas nos tornamos mais forte.
Somos mulheres do cerrado
E também do Pantanal
Dizemos não à violência,
Um direito essencial.

Mulheres guerreiras,
Mulheres parteiras,
Mulheres benzedeiras
Indígenas politizadas,
Que vai pro enfrentamento
E não tem medo da empreitada.
Também à frente do movimento indígena,
Nesta luta fizemos firme,
Contra a Portaria da morte
Chamada PEC 215.
Nesta luta de guerreiros e guerreiras
Mantemos a culturalidade
A grande arma de luta
Tem sido nossa espiritualidade
(...)

As primeiras linhas do trabalho de Célia Xacriabá, representante do povo indígena Xakriabá do norte o estado de Minas Gerais, região do cerrado apresentam o momento inicial da colonização. Época da conquista das terras brasileiras pelos

portugueses comandados por Pedro Alvares Cabral: *Na invasão deste país, Somos vítimas nessa trama, Não sei se chamo de Brasil, Ou se chamo pindorama.*

As palavras invasão e vítimas revelam o ponto de vista crítico indígena sobre esse momento histórico: neste olhar é possível perceber a violência a que os povos indígenas foram submetidos neste início do processo colonial.

No texto, o nome *Pindorama*, derivado do Tupi-Guarani, nome que os povos originários chamavam as terras brasileiras à época do primeiro encontro com os europeus, contrasta com *Brasil*. Neste momento, a dúvida: de quem a terra? Dos que a chamavam Pindorama? Ou dos que passaram a chama-la de Brasil?

Na passagem *Mulheres indígenas de muita força, Seja do sul ou do sudeste. E ainda têm as arretadas, Que vem lá do nordeste. Quando se juntam essas guerreiras, As mulheres do centro-oeste ou do norte*, a composição da ativista nos mostra mulheres indígenas de todo o território nacional.

O movimento ATL, acontece anualmente. Para que este evento ocorra com a participação maciça de centenas de indígenas, representantes de diversas etnias do território nacional, há uma forte divulgação via internet.

O papel dos espaços heterotópicos da web em acontecimentos como este é de fundamental importância. Pois, a partir destes espaços a visibilidade do evento torna-se possível podem tornar-se visíveis a qualquer momento. Indígenas do território brasileiro estão em estado de comunicabilidade (Ferrara 2016).

Célia Xacriabá recita seu poema e nele identifica destaca uma pluralidade de sujeitas indígenas: *“Mulheres guerreiras, Mulheres parteiras, Mulheres benzedadeiras, Indígenas politizadas, Que vai pro enfrentamento, E não tem medo da empreitada”*.

Ao nos apresentar em seu poema essas categorias de mulheres, Célia proporciona o lugar de (re)invenção do si. Ao enunciar *Indígenas politizadas*, Xacriabá nos oferece o lugar inassinalável da subjetividade, em movimento, em constante desprendimento, como nos fala Foucault sobre a contínua e perpétua construção dos sujeitos. Percebemos que mulheres indígenas são sujeitas em contínua transformação.

Os últimos versos, *Nesta luta fizemos firme, Contra a Portaria da morte Chamada PEC 215. Nesta luta de guerreiros e guerreiras, Mantemos a culturalidade. A grande arma de luta Tem sido nossa espiritualidade*, apresentam o grande tema mobilizador da ATL de 2016: A PEC 215.

Esta proposta de emenda constitucional ou PEC, foi uma proposta elaborada na pelo poder do Estado que propõe alterar a Constituição para transferir ao Congresso a decisão final sobre a demarcação de terras indígenas, territórios quilombolas e unidades de conservação no Brasil. Somente o Poder Executivo, munido de seus órgãos técnicos, poderia decidir sobre essas demarcações. Além disso, esta proposta, também proibia as ampliações de terras indígenas já demarcadas.

A partir da poesia, Célia manifesta seu entendimento do que está acontecendo na política nacional em relação aos povos originários. Além disso, o modo de vida (Maciel, 2016) em *Mulheres parteiras*, *Mulheres benzedoras* e na *espiritualidade*, grande arma de luta expressa no poema de Célia Xacriabá.

Figura 2: Daiara Tukano



Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/238741246493444/>

A figura 2, fotograma de um vídeo que circula na página da Rádio Yandê, primeira web rádio indígena do Brasil, tem a militante, artista plástica e correspondente em Brasília desta Rádio, Daiara Tukano. Daiara participou da construção da Marcha das Vadias no Distrito Federal e da Marcha Mundial das Mulheres, levando a pauta indígena a esses espaços. A ativista foi coordenadora do Circuito Universitário de Cultura e Arte da União Nacional dos Estudantes (UNE) em Brasília e atualmente participa do colegiado do patrimônio imaterial no Ministério da Cultura.

Esta mulher indígena é integrante do povo Tukano (espalhado entre o Amazonas, partes da Colômbia e da Venezuela) e mestrande na Universidade de Brasília (UnB), onde pesquisa a inclusão do conteúdo indígena no ensino no Brasil.

Nesta postagem, ela convoca em português, inglês e espanhol os povos indígenas de todo Brasil a participarem do primeiro programa de bate papo internacional, o *Yandê Connection*. Nesta imagem, Daiara marca sua identidade indígena em elementos visuais como o cocar e o grafismo indígena em seu rosto.

O enunciado construído por Tukano pode causar estranhamento ou surpresa em um primeiro momento ao ser assistido por um público que ainda esteja ligado a velhas construções sociais de sujeito relacionadas à mulheres indígenas. Esse estranhamento

pode ser sentido pela fluência da ativista em diversos idiomas e também no engajamento indígena em um debate visibilizado por uma web rádio.

A relação entre indígenas e o digital prova que o processo comunicativo acelerado e potencializado pela internet traz à tona mundos possíveis, atualizados pela contemporaneidade (Ferrara 2016). Este enunciado que ocupa os espaços heterotópicos da web, visibiliza uma realidade que dificilmente ocuparia os espaços das mídias tradicionais brasileiras.

Figura 3: Valdelice Veron e o exército



Disponível em: <https://www.facebook.com/XAMIRINHUPOTY>

A figura 3, tem como principal protagonista, uma das principais lideranças Guarani Kaiowá, Valdelice Veron. Ela está na linha de frente da luta pela demarcação das terras tradicionais do seu povo no Mato Grosso do Sul.

Os Guarani Kaiowá vivem hoje em apenas uma fração de seu território original, divididos entre reservas superlotadas e acampamentos à beira da estrada. Em 2003, o pai de Valdelice – o cacique Marcos Verón – foi brutalmente assassinado a mando de um fazendeiro. Ninguém jamais foi condenado pelo homicídio.

Nesta postagem, na rede social Facebook, Valdelice posa com soldados do exército nacional em uma manifestação a favor da vida e da demarcação das terras indígenas. Esta imagem é um claro exemplo de que sua atuação vai além dos espaços da rede social Facebook. Seu trabalho revela uma realidade que afronta o atual regime político autoritário em que o país está imerso, materializado pela presença de uma das instituições mais tradicionais de nosso país, o exército brasileiro.

Veron utiliza o corpo em exposição no Facebook como importante arma ativista. Este corpo e sua relação com as redes sociais denota que há uma estrutura auto-reflexiva no que diz respeito ao compartilhamento de conteúdos nestas redes de internet (Rayner 2012). Como usuária deste meio digital, Valdelice tem consciência de sua visibilidade.

O enunciado, certamente, não foi concebido aleatoriamente. Em sua concepção, o objetivo de comunicar a realidade contrastante entre indígenas e a presença das Forças Armadas em seus territórios impressiona o público.



A postagem da figura 4 refere-se a Dijuena Tikuna, a primeira mulher indígena a se apresentar no palco do Teatro Amazonas. Dijuena pertence ao povo Tikuna do estado do Amazonas. Sua forma de ativismo envolve a música como principal aliada. Estas canções, entoadas na língua Tikuna trazem em sua sonoridade sons que nos remetem a cosmologia de seu povo.

Nesta apresentação, também realizada no Acampamento Terra Livre em 2016, Entramos em contato com essa cosmologia que nos ensina sobre humanidade, diálogo e sobre nossa relação com o outro. Adentrar neste universo ativista é uma oportunidade de nos reconstruirmos discursivamente a partir da lógica cosmológica impressa nesta arte. Expressa em forma de canto e visibilizada pela web ela apresenta ao mundo a pluralidade de expressões possíveis ao conhecermos a atividade ativista de mulheres indígenas. A música de Dijuena nos remete às humanidades e sua relação com a natureza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho é possível perceber como o ativismo de mulheres indígenas visibilizado pela web desvela diferentes formas de construções da subjetividade.

As mulheres indígenas, sujeitas históricas, colocam em circulação diferentes discursos sobre o que é ser mulher, o que é ser indígena e uma forma plural de construir a atividade ativista visibilizada pela *web*.

Além disso, torna-se importante perceber que estas indígenas, sujeitas deste trabalho, conectadas a *web*, constroem e fazem parte de uma sofisticada teia comunicativa que pode ser compreendida como uma nova forma de ser, orientar-se e comunicar-se, uma cosmologia digital indígena. Esta nova maneira de viver, possibilita não só a comunicação interétnica, como também a conexão com outras sociedades indígenas fora do território nacional.

A riqueza do trabalho ativista, além de constituir-se em uma luta por direitos indígenas, também revela ao mundo, via *web*, a possibilidade de entrar em contato com diferentes cosmologias.

O navio para as sociedade que se constituíram em grandes impérios á época das Grandes Navegações era uma heterotopia por excelência. As palavras de Fernando Pessoa, referindo-se aos navegadores antigos dizem: “Navegar é preciso; viver não é preciso”. Pois, “nas civilizações sem barcos os sonhos se esgotam” (FOUCAULT, 2009, p. 422). Navegue! Conecte-se!

REFERÊNCIAS

ALENCAR, J. **Iracema**. São Paulo: Ática, 1991.

BAINES, Stephen Grant. **Identidades indígenas e ativismo político no Brasil**: depois da Constituição de 1988. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/23383> . Acesso em 06/2017.

CAMINHA. **Carta de Pero Vaz de Caminha**. Disponível em: <<http://www.culturabrasil.org/zip/carta.pdf>>. Acesso em: 12 setembro 2012.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Identidade, Etnia, e Estrutural Social**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora. 1976.

FERRARA, L. **A outra caixa de Pandora**. São Paulo: Matrizes. 2016.

FOUCAULT, M. **Outros Espaços**. In: MOTTA, Manoel Barros da. *Foucault. Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema*. Coleção Ditos & Escritos III. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

_____. **Diálogo sobre o poder**. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). *Estratégias, Poder-Saber*. Coleção Ditos & Escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

GREGOLIN, M. R. **Discursos e imagens do corpo**: heterotopias da (in)visibilidade na *web*, 2015. Disponível em: <http://geadaararaquara.blogspot.com.br/2016/06/discursos-e-imagens-do-corpo.html> Acesso em 03/ 2017.

MACIEL, M. N. Tecendo Tradições Indígenas. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, Departamento de História – Programa de Pós-graduação em História Social. São Paulo, SP: [s.n.], 2016.

NEVES, I. **A invenção do índio e as narrativas orais Tupi**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP: [s.n.], 2009.

OLIVEIRA, J. P. Terras indígenas, economia de mercado e desenvolvimento rural. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (org.) **Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: 1998.

RAYNER, T. **Foucault and social media: life in a virtual panopticon**. In: PHILOSOPHY FOR CHANGE, 2012
<<http://philosophyforchange.wordpress.com/2012/07/26/foucault-and-social-media-the-call-of-the-crowd/>> Acesso em: 21/01/2017.

REVEL, J. **Michel Foucault: conceitos essenciais**. São Carlos: Claraluz, 2005.
SOCIOAMBIENTAL. **Mitos e Cosmologias**. Disponível em:
<https://pib.socioambiental.org/pt/c/no-brasil-atual/modos-de-vida/mitos-e-cosmologia>.
Acesso em: 07/2017

VIVEIROS DE CASTRO, E. **A inconstância da alma selvagem**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

A INTERFACE LINGUAGEM, DISCURSO E TRABALHO NAS RELAÇÕES ENTRE OS PESCADORES ARTESANAIS E REPRESENTANTES DE INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS DA PESCA

Roseli da Silva Cardoso¹

Orientadora: Fátima Cristina da Costa Pessoa

Linha de pesquisa: Análise e descrição de línguas naturais

Resumo: Este estudo tem o propósito de pesquisar a relação conflituosa entre os discursos dos pescadores artesanais e os discursos dos representantes governamentais da pesca, nas comunidades da vila do Treme e da vila do Araí. A partir de uma perspectiva discursiva da AD francesa, analisa-se os embates sociais nas referidas comunidades. A primeira faz parte da Reserva Extrativista Marinha do Brasil (RESEX) – Caeté-Taperaçu, localizada nas proximidades do município de Bragança. A segunda, localizada no município vizinho de Augusto Corrêa, (RESEX) - Araí-Peroba. Estas instituições governamentais possuem uma política pública que tem como objetivo reduzir o uso predatório dos recursos pesqueiros, peixes e caranguejos, nas áreas litorâneas de manguezal. Nesta perspectiva, propõe-se analisar a Legislação RESEX Caeté-Taperaçu, uma das dimensões na constituição das relações de trabalho dos pescadores artesanais, tendo como aporte teórico, primeiramente, Foucault (2008), no que concerne à relação de saber e poder dos sujeitos pesquisados, uma vez que se apresentam discursos advindos dos pescadores, o discurso tradicional posto numa relação desigual diante do discurso institucionalizado dos representantes da RESEX, assim como os conceitos de comunidade discursiva, postulado por Maingueneau (2005), na constituição dos grupos implicados nesta prática como ordem institucional que define, pelo que dizem e o que fazem, os sujeitos da pesca artesanal. Portanto, a finalidade deste artigo é compreender como se realiza o jogo enunciativo no contexto da pesca artesanal, o qual se configura como um breve recorte da materialidade e funcionalidade discursiva da vila do Treme, Bragança-PA.

Palavras-chave: Discurso. Pesca artesanal. Trabalho. Sociedade.

INTRODUÇÃO

A proposta deste artigo se caracteriza pelo estudo da linguagem a partir dos conceitos da AD francesa, com base nos conceitos de Michel Foucault, em suas obras *Arqueologia do saber* (2008), *Microfísica do poder* (2013), *Vigiar e punir: o nascimento da prisão* (1999), nas quais defende-se a concepção de discurso inscrito historicamente, que permite definir um espaço de funções enunciativas determinadas por condições

¹ Doutoranda do programa de Pós-graduação em Letras- UFPA- Belém. E-mail: roselicrds008@gmail.com

situadas no tempo e no espaço, isto é, as possibilidades de dizer ou não dizer estabelecidas pelas relações de saber e poder.

É relevante para este estudo o conceito de interdiscurso de Maingueneau (2005), desdobrados na tríade universo discursivo, campo discursivo e espaço discursivo. Em conformidade com Maingueneau (2005, p.17), neste estudo “nós nos situaremos no lugar em que vem articular-se um funcionamento discursivo e sua inscrição histórica, procurando pensar as condições de uma “enunciabilidade” possível de circunscrever-se historicamente”.

Cabe ressaltar o caráter de complementariedade teórica na escolha dos conceitos dos autores que fundamentam esta reflexão. O investimento em conceitos como formação discursiva, regularidades discursivas, dispersão e descontinuidade, em Foucault (2008), são articulados aos conceitos de interdiscurso, competência discursiva, restrições semânticas, em Maingueneau (2005), uma vez que os procedimentos de análise recortam a relação de saber e poder de sujeitos implicados no campo discursivo do objeto deste estudo, a legislação da RESEX Caeté-Taperaçu. Essa Legislação é compreendida como uma prática discursiva que se materializa na interface sociedade, discurso e trabalho, formada por uma comunidade de enunciadores institucionalmente constituídos, a qual interfere diretamente na constituição das relações de trabalho dos pescadores artesanais.

Uma vez mencionados os autores que fundamentam este estudo, tem-se a apresentação de um breve contexto da pesquisa e do nosso objeto de análise, a Legislação RESEX Caeté-Taperaçu. Finalmente, uma análise discursiva preliminar entre o discurso institucional e o discurso tradicional nas relações de trabalho dos pescadores artesanais na conjuntura social da vila do Treme, Bragança-PA.

CATEGORIAS TEÓRICAS

Na perspectiva de refletir a constituição das relações de trabalho dos pescadores artesanais da vila do Treme e suas implicações com a legislação da RESEX Caeté-Taperaçu, na abordagem discursiva de Foucault (2008), concentra-se na dispersão e na descontinuidade em que tais discursos se inscrevem historicamente. Assim, as regularidades enunciativas, seu funcionamento e suas condições de existência no contexto da pesca artesanal apontam para formações discursivas. Em outras palavras, uma formação discursiva se estabelece por “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram em uma época dada, e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa.” (FOUCAULT, 2008, p. 133).

O referido autor, quando discorre sobre discurso, fala de tensão e descontinuidade², ou seja, não se explica regularidade de modo linear ao considerar

² A noção de descontinuidade era o estigma da dispersão temporal que o historiador se encarregava de suprimir da história. Seria a atitude de apagar os acontecimentos dispersos, acidentes, descobertas,

diferentes tempos e lugares, mas a visibilidade ou apagamento do discurso que ocorrem sempre nas relações de saber e poder. Isto significa que, para descrever essa dispersão, ou melhor, as relações de exterioridade, é requerido um estudo do papel do Estado, no que diz respeito às relações de poder, dominação e repressão em uma determinada sociedade. Em *Microfísica do poder e Vigiar e punir*, Foucault (2013) apresenta sua ideia básica sobre este assunto. Afirmar que é falso definir o poder como algo que diz não, que impõe limites, que castiga, seria uma visão negativa que identifica o poder com o Estado e o considera essencialmente como aparelho repressivo. Do contrário, o autor demonstra uma concepção positiva que pretende dissociar os termos repressão e dominação em forma de violência, coerção e opressão contra os cidadãos. Na realidade, suas análises apontam que a dominação capitalista não se manteria por muito tempo se fosse exclusivamente baseada na repressão. O poder possui uma eficácia produtiva, aplica inúmeras estratégias e mantém uma positividade, apesar de “excluir, reprimir, mascarar, recalcar, esconder e censurar, o poder, de fato, produz domínios de objetos e rituais de verdade.” (FOUCAULT, 2013, p. 20).

O poder, considerado pelo viés discursivo, possibilita ao analista do discurso adentrar no jogo de uma exterioridade, isto é, no conjunto das coisas ditas, nas relações de poder e saber, regularidades enunciativas, transformações e entrecruzamentos verificáveis que indicam o lugar singular de um sujeito falante situado no tempo e no espaço socialmente definido, portanto, como uma prática discursiva. Isso porque o poder está relacionado ao desejo: “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do que nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 2013, p. 10).

As estratégias do poder apontadas pelo autor são eficazes na produção de domínios de objetos e rituais de verdade e estão intrinsicamente ligadas à constituição do saber. O saber, na obra *Vocabulário de Foucault*, é apresentado por Castro (2009, p. 394) como a delimitação da relação entre: a) aquilo do que se pode falar em uma prática discursiva (o domínio dos objetos); b) o espaço em que o sujeito está situado para falar dos objetos (posição subjetiva); c) o campo de coordenação e de subordinação dos enunciados, em que os conceitos aparecem, são definidos, aplicam-se e se transformam; d) as possibilidades de utilização e de apropriação dos discursos³.

É importante destacar que a prática discursiva, tanto em Foucault quanto em Maingueneau, não é um conceito que diz respeito ao caráter de nossas ações, não está na ordem da intenção do sujeito, mas possui um caráter prático porque é constitutiva, uma vez que, ao usarmos a palavra, constituímos o mundo, ou seja, o discurso está posto na ordem do social, histórico e não do individual. Segundo Foucault

O discurso, assim concebido, não é a manifestação, majestosamente desenvolvida, de um sujeito que pensa, que conhece, e que o diz: é, ao

rupturas, o limiar de um funcionamento para garantir a continuidade dos acontecimentos. (FOUCAULT, 2008, p. 10).

³ Ver em *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores* (CASTRO, 2009, p.394)

contrário, um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo. É um espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos. (FOUCAULT, 2008, p.61)

A rede de lugares distintos desenvolvida no espaço de exterioridade, apontada por Foucault (2008) são, para Maingueneau (2005), os limites de uma instituição, os lugares que ocupamos refletidos nas ações verbais e não-verbais compostos por uma comunidade discursiva, uma ordem instituída fundamentada em formações discursivas. Por essa razão, constata-se, nos dois autores, a função mediadora da atividade de linguagem, por mais que ela pareça transparente, sempre há uma mediação entre os sentidos possíveis em relação aos objetos e aos sujeitos. Maingueneau (2005, p. 21) propõe que “a unidade de análise pertinente não é o discurso, mas um espaço de trocas entre vários discursos convenientemente escolhidos”. Em outros termos, sugere a heterogeneidade enunciativa, a qual se inscreve numa heterogeneidade mostrada, acessível ao aparelho linguístico, e uma heterogeneidade constitutiva, que amarra, em uma relação inextrincável, o Mesmo do discurso e seu Outro, nela se inscreve o primado do interdiscurso.⁴ Esse Outro não está relacionado com a psicanálise de Lacan, “o Outro seria o interdito de um discurso, pois a formação discursiva, ao delimitar a zona do dizível legítimo, atribuiria por isso mesmo ao Outro a zona do interdito, isto é, do dizível errado” (MAINGUENEAU, 2005, p. 38). Em termos de pessoa linguística, o Outro situado no espaço discursivo seria, segundo o autor, um eu do qual o enunciador discursivo deveria constantemente separar-se.

Diante do dizível e indizível, cabe ressaltar a noção de competência discursiva concebida por um sistema de restrições semânticas que definem regularidades discursivas historicamente definidas. Segundo Maingueneau (2005, p.54), o princípio de uma competência discursiva permite esclarecer um pouco a articulação do discurso e da capacidade dos Sujeitos de interpretar e de produzir enunciados”. Diz ainda, “o princípio de uma competência, por aquilo que *pode* ser dito, permite justamente dar conta melhor do que foi efetivamente dito. ” Nesse sentido, o sujeito localiza-se institucionalmente, a cada tomada da palavra, num campo discursivo.

O “Outro” em Foucault (2008) é um não-dito, pois tudo o que é dito no discurso é articulado no meio-silêncio que lhe é prévio e continua obstinadamente a percorrer sob ele, mas que ele recobre e faz calar. O autor diz ainda que “o discurso manifesto não passaria, afinal de contas, da presença repressiva do que ele diz; e esse não-dito seria um vazio, minando do interior, tudo que se diz” (FOUCAULT 2008, p. 28). Por essa razão, o discurso deve ser visto na irrupção de acontecimentos, na pontualidade em que aparece, na dispersão temporal que lhe permite ser manifestado, apagado, repetido e transformado no jogo de uma prática discursiva.

⁴ Maingueneau (2005) diz que quando os linguistas precisam encarar a heterogeneidade enunciativa, são levados a distinguir duas formas de presença do “outro” no discurso: a heterogeneidade mostrada e a heterogeneidade constitutiva. A primeira é acessível aos aparelhos linguísticos, enquanto a segunda, não deixa marcas visíveis.

Neste aspecto, é imprescindível, para o objetivo deste estudo, a definição da tríade do interdiscurso: universo discursivo, campo discursivo e espaço discursivo. Maingueneau (2005) define universo discursivo como o conjunto finito de formações discursivas de todos os tipos, pertencente a uma conjuntura dada que não pode ser apreendido em toda sua globalidade. No que se refere a campos discursivos, concebe como um conjunto de formações discursivas que se encontram em concorrência, delimitam-se reciprocamente em uma região determinada do universo discursivo, por exemplo, campo político, filosófico, religioso, jurídico, etc. Por espaços discursivos, entende-se subconjuntos de formações discursivas que o analista julga relevante colocar em relação de acordo com seu propósito.

Uma vez reconhecido o primado do interdiscurso, Maingueneau (2005) propõe-se descrever um sistema no qual a definição de rede semântica que circunscreve a especificidade de um discurso coincide com a definição das relações desse discurso com o seu Outro, pois um discurso não se constitui da mesma forma com todos os outros discursos no interior do campo discursivo, em função de sua heterogeneidade apresentar uma hierarquia instável que opõe discursos dominantes e discursos dominados. Segundo Maingueneau (2005, p.37), não é possível, pois, determinar *a priori* as modalidades das relações entre as diversas formações discursivas de um campo”. Isso significa problematizar o objeto a ser analisado, isolar no interior do campo discursivo as restrições semânticas e espaços discursivos relevantes para o propósito do analista. Desse modo, analisa-se a Legislação da RESEX Caeté-Taperaçu, sobre a qual considera-se importante problematizar a relação discursiva entre o discurso institucionalizado e o discurso tradicional na constituição das relações de trabalho dos pescadores artesanais, a partir dos seguintes questionamentos: quais outros discursos são citados e recusados pelo discurso segundo⁵, para identificá-los como discurso primeiro e através do que se constituiu? A que lugar o sujeito que diz se relaciona com o outro? Quais os circuitos por onde circulam os dizeres? Como o que é dito é consumido ou recebido pelo interlocutor? Qual impacto do discurso institucional na relação de trabalho dos sujeitos da pesca tradicional? Esses questionamentos permitem ao analista adentrar no sistema de restrições semânticas no espaço da pesca artesanal, mas também possibilita a leitura da heterogeneidade, onde apenas percebe-se um imenso campo em que se embaralham em todos os sentidos o mesmo e o outro que constitui o sistema interdiscursivo da relação de saber e poder no contexto da comunidade do Treme.

Mediante a problemática do objeto de análise, faz-se necessário apresentar as características da comunidade estudada, a vila do Treme, e a Legislação da RESEX Caeté-Taperaçu.

OBJETO DE ANÁLISE

⁵ O “discurso segundo” para Maingueneau (2005, p.37) se constitui através dos outros discursos: o “discurso primeiro”. Termo utilizado no singular, segundo o autor, para ” simplificar: na realidade, pode tratar-se de um plural, como dissemos”.

Neste quadro de análise é indispensável o recorte do local pesquisado e suas características sociais, culturais e econômicas, considerando-se que toda atividade de linguagem de caráter discursivo circunscreve-se historicamente em um determinado lugar, em uma época dada, entre sujeitos inseridos em uma determinada comunidade.

A comunidade deste estudo é a Vila do Treme, localizada no meio rural, distante há 18 km da sede do município de Bragança, PA. De acordo com o Censo de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a população da Vila do Treme é de aproximadamente 7.000 habitantes, incluindo crianças, jovens, adultos e idosos, o que faz dela uma das vilas mais populosas do município de Bragança. O referido município localiza-se na mesorregião do nordeste paraense, na microrregião bragantina, a qual abrange os municípios de Augusto Corrêa, Bonito, Bragança, Capanema, Igarapé-Açu, Nova Timboteua, Peixe-Boi, Primavera, Santa Maria do Pará, Santarém Novo e São Francisco do Pará e Viseu.

O acesso de Bragança à vila do Treme inicia na BR 308 até a localidade do Engenho, onde segue à esquerda na Rodovia PA 468, que leva ao município de Augusto Corrêa. A entrada da vila fica entre os dois municípios, inicia numa estrada de chão (piçarra) com placa de sinalização, com percurso de aproximadamente 7 km. Vejamos imagem via satélite da vila do Treme:



Figura. 01: Imagem via satélite da vila do Treme. Fonte: GoogleMaps.

É característico da Vila do Treme um vasto estuário formado por mangue e pelo rio Caeté, característica essa que qualifica a região bragantina como área de pluralidade de exploração, produção e comercialização de recursos pesqueiros, incluindo a coleta de caranguejos, a qual se estende em outras localidades que fazem parte da RESEX Caeté-Taperacú, tais como: Acarajó, Bacuriteua, Caratateua, Tamatateua, comunidades com maior concentração populacional.

É marcante na Vila um processo de ocupação desordenado, que está sendo freado por três políticas públicas que se desenvolvem em torno da atividade da pesca: Reserva Extrativista Marinha do Brasil (RESEX), O Projeto Demonstrativo (PD/A) e Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FAO). São políticas que têm por objetivo o desenvolvimento sustentável e a participação dos moradores da comunidade em seus processos de decisão e implementação. Vale ressaltar que a vila do Treme faz parte da RESEX- Caeté-Taperaçu⁶, criada com o objetivo de impedir a retirada de madeira do mangue e reduzir o uso predatório dos recursos pesqueiro, peixe e caranguejo, nas áreas litorâneas.

As reservas extrativistas são Unidades de Conservação (UC) genuinamente brasileiras, de domínio público com uso concedido às populações tradicionais extrativistas, geridas por um Conselho Deliberativo (CD) que permite o uso sustentável dos recursos naturais e a implantação de estruturas para melhoria da qualidade de vida das comunidades, possuem plano de manejo em que são determinadas normas de uso, zoneamento das áreas e os programas de sustentabilidade ambiental e socioeconômicos.

A RESEX foi criada de acordo com as disposições preliminares da Lei 9.985 de 18 de julho de 2000, a qual institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação-SNUC. Ela estabelece critérios e normas para criação, implementação e gestão das UC, composta por 7 capítulos.

Desta lei, objeto de análise, destaca-se alguns pontos considerados relevantes para o propósito deste estudo. Inicia-se com a definição das UC dispostas no Capítulo I, das disposições preliminares, art. 2º:

I- Unidade de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo poder público. Com objetivos de conservação e limites definidos, sob o regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

No capítulo II, art. 3º, estabelece-se que o SNUC é constituído pelo conjunto das unidades de conservação federais, estaduais e municipais, de acordo com esta lei. Ainda neste capítulo, dispõe-se, no art. 4º, sobre os objetivos do SNUC, contabilizados em treze itens, destes destaca-se apenas os que mencionam as populações tradicionais:

XI - valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;
IV - promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;
XIII - proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.

⁶ A RESEX Caeté-Taperaçu foi instituída pelo Decreto de criação de 20 de maio de 2005, assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, art. nº 84 da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no artigo 18 da Lei nº9.985, de 18 de julho de 2000, no decreto nº 4.340 de 22 de agosto de 2002 e o que consta no processo nº 02018004600/1999-51; após cinco anos da lei 9.985 de 18 de julho de 2000.

No capítulo III, no art. 7º, as unidades de conservação são divididas em dois grupos: unidades de proteção integral e unidades de uso sustentável. Na primeira categoria, o objetivo básico é a proteção integral da natureza, sendo admitido o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos em lei. Destacam-se cinco categorias: Parque Nacional, Estação Ecológica, Reserva Biológica, Monumento Natural e Refúgio de vida Silvestre. A segunda categoria compreende: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Particular do Patrimônio Natural, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Tem o objetivo básico de compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais, concedidos às populações tradicionais que habitam nas áreas protegidas. A RESEX Caeté-Taperaçu é um exemplo desta categoria.

No Capítulo IV, que estabelece as normas para a implantação, criação e gestão da UC, no art. 23, trata-se da posse e do uso das populações tradicionais da RESEX, reguladas por contratos no âmbito desta lei:

§ 1º As populações de que trata este artigo obrigam-se a participar da preservação, recuperação, defesa e manutenção da unidade de conservação.

§ 2º O uso dos recursos naturais pelas populações de que trata este artigo obedecerá às seguintes normas:

I - proibição do uso de espécies localmente ameaçadas de extinção ou de práticas que danifiquem os seus habitats;

II - proibição de práticas ou atividades que impeçam a regeneração natural dos ecossistemas;

III - demais normas estabelecidas na legislação, no Plano de Manejo da unidade de conservação e no contrato de concessão de direito real de uso.

No Art. 27, as unidades de conservação devem dispor de um plano de manejo, o qual deve estar de acordo com os incisos a seguir:

§ 1º O Plano de Manejo deve abranger a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas.

§ 2º Na elaboração, atualização e implementação do Plano de Manejo das Reservas Extrativistas, das Reservas de Desenvolvimento Sustentável, das Áreas de Proteção Ambiental e, quando couber, das Florestas Nacionais e das Áreas de Relevante Interesse Ecológico, será assegurada a ampla participação da população residente.

Quanto à questão da gestão da UC, a lei estabelece no art. 29 que:

Art. 29. Cada unidade de conservação do grupo de Proteção Integral disporá de um Conselho Consultivo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil, por proprietários de terras localizadas em Refúgio de Vida Silvestre ou Monumento Natural, quando for o caso, e, na hipótese prevista no § 2º do art. 42, das populações tradicionais residentes, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade.

Ainda no capítulo IV desta lei, a questão econômica, relativa à exploração dos recursos naturais e outras explorações comerciais, são estabelecidas normas no art. 33 e 34:

Art. 33. A exploração comercial de produtos, subprodutos ou serviços obtidos ou desenvolvidos a partir dos recursos naturais, biológicos, cênicos ou culturais ou da exploração da imagem de unidade de conservação, exceto Área de Proteção Ambiental e Reserva Particular do Patrimônio Natural, dependerá de prévia autorização e sujeitará o explorador a pagamento, conforme disposto em regulamento.

O capítulo V trata dos incentivos, isenções e penalidades. Destacarei o art. 38:

Art. 38. A ação ou omissão das pessoas físicas ou jurídicas que importem inobservância aos preceitos desta Lei e a seus regulamentos ou resultem em dano à flora, à fauna e aos demais atributos naturais das unidades de conservação, bem como às suas instalações e às zonas de amortecimento e corredores ecológicos, sujeitam os infratores às sanções previstas em lei.

Os pontos destacados da Lei 9. 985 de 18 de junho de 2000 são discursos institucionalizados que servirão de dados analíticos para este estudo, os mesmos não contemplam a totalidade da lei, nem mesmo, esgotam as possibilidades de análises. Entretanto, para o objetivo deste estudo, correspondem às possibilidades discursivas que constituem o discurso jurídico frente a uma rede de restrições semânticas dispostas e circunscritas historicamente no contexto da pesca artesanal, configurando uma prática discursiva a ser analisada.

ANÁLISE

O ponto central de análise será o embate entre o discurso tradicional e institucional jurídico na relação de saber e poder a partir dos sujeitos que os representam: os pescadores artesanais e os representantes governamentais da RESEX Caeté-Taperaçu. Tensão proveniente da Lei 9.985 de 18 de julho de 2000, que estabelece critérios e normas para criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação - UC.

Logo no capítulo I desta lei, aponta-se a ausência da participação das comunidades que povoam as áreas que serão demarcadas e protegidas, pois é dada ao poder público total autoridade na instituição das Unidades de Conservação, ou melhor, aos representantes do Estado. Visto pelo viés discursivo, pode-se falar, de acordo com Foucault (2013), de um exemplo de eficácia e de estratégias produtivas do poder, cujo objetivo, por mais que tenha um fundo conservacionista dos recursos naturais e uso sustentável, é manter uma positividade, pois o poder produz domínio de objetos e rituais de verdades. A partir de estratégias que têm a função de excluir, oprimir, mascarar, recalcar, sem o uso da força ou repressão, o Estado garante domínio e controle das Unidades de Conservação, pois nessa prática discursiva estão expressas não somente os discursos das lutas e sistemas de dominação, mas a relação entre o desejo e o poder

daquilo que se quer apoderar: um espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais com características naturais relevantes.

Ao tratar de interdiscurso no campo discursivo jurídico, nota-se a presença do Outro, o discurso indizível, uma heterogeneidade constitutiva. Segundo Maingueneau (2005, p.40), “o dizível insuportável sobre cujo interdito se constitui o discurso; por conseguinte, não há necessidade de dizer, a cada enunciação, que ele não admite esse Outro, que ele exclui pelo simples fato de seu próprio dizer”. Trata-se do caráter não transparente da linguagem. Por exemplo, o interdito presente no dito institucional, “as características naturais relevantes”, englobam na rede discursiva interesses econômicos que giram em torno da grande concentração de renda e incentivos fiscais nos espaços marinhos do Brasil, principalmente na região amazônica⁷. Em outras palavras, na mesma proporção que os discursos de proteção dos recursos naturais e sustentabilidade ganham visibilidade, no sistema de restrições semânticas no universo discursivo da pesca, há também a possibilidade do não-dito, o discurso de crescimento econômico com a exploração dos recursos naturais e grande concentração de renda, além de proporcionar a promoção política de lideranças sociais nas comunidades. Portanto, tal exploração desordenada pode implicar perdas consideráveis de poder, de domínio e de controle da volumosa renda da exploração dos produtos do mar, de um lado. Por outro lado, a gestão participativa proposta pela RESEX Caeté-Taperaçu pode proporcionar privilégios às forças políticas locais e exclusão da população tradicional na tomada de decisão de seus interesses, enfraquecendo a autonomia dos pescadores e usuários dos recursos naturais. Nesse jogo de relações discursivas tensas encontra-se a ação do Estado para manter a ordem e mascarar o dito com o discurso de sustentabilidade ambiental. Conforme Silva Júnior (2013):

A implantação da estrutura participativa de gestão da RESEX, com seus mecanismos pré-definidos, conquanto se trate de um modelo institucional construído/herdado de lutas sociais, está gerando uma cultura política de participação não substantiva, mas, sobretudo formal. É o que se denominou de “participar sem participar”. No cotidiano da construção da gestão participativa, podem se reproduzir modalidades de participação controlada por forças políticas, reduzindo a autonomia dos principais interessados nos resultados da gestão, os moradores e usuários, ainda que os demais membros e a sociedade como um todo se beneficie do “sucesso” da conservação ambiental (SILVA JÚNIOR, 2013, p. 112).

O discurso jurídico aqui estudado, quando elege os sujeitos de direito para demarcar um território como patrimônio do Estado, circunscreve-se nele discursos de controle e dominação, que historicamente foram constituídos no âmbito da pesca e extração dos recursos naturais. Isso significa que os sujeitos jurídicos, mesmo sem conhecer a realidade das comunidades, legitimam suas decisões que incidem diretamente no modo de vida dos sujeitos desprovidos de saber institucional e sem nenhuma instrução letrada, os sujeitos da pesca artesanal. A maioria é analfabeta e

⁷ Ver **Povos das águas: realidade e perspectiva na Amazônia**. In: FURTADO, Lourdes Gonçalves; LEITÃO, Wilma; MELLO, Alex Fiuza (orgs.). Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.

depende da comercialização dos produtos do mar para garantir o auto sustento de suas famílias. Entretanto, esses pescadores possuem uma riqueza inigualável dos conhecimentos da natureza adquiridos por meio da experiência de vida. Portanto, percebe-se uma luta desigual de interesses, o esmagamento do discurso jurídico legítimo que impõe regras e normas frente ao discurso tradicional que deve acolher e ao qual deve obedecer, sob pena estabelecida em lei, conforme art. 33, que “sujeitará o explorador a pagamento, conforme disposto em regulamento”.

A esse respeito, pode-se falar do investimento político do corpo e sistema de sujeição dos sujeitos da pesca tradicional, em que o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso, trata-se de um saber do corpo que não se refere à ciência de seu funcionamento, mas, segundo Foucault (1999, p. 30), um saber da tecnologia do corpo, uma microfísica do poder posta em jogo pelos aparelhos e instituições em que o poder nele exercido não seja concebido como uma propriedade, mas como uma estratégia, desse modo, seus “efeitos de dominação não são atribuídos a uma ‘apropriação’ mas a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos que se desvenda nele uma rede de relações sempre tensas (...)”

Tais manobras, táticas e técnicas de funcionamento do poder estão dispostas no Capítulo IV, art. 2º, composto por proibições e obrigações aos pescadores artesanais e extrativistas que ocupam as UC, eles formam o corpo produtivo e submisso do Estado. Isto configura um discurso jurídico de saber e poder unilateral a partir do conhecimento de uma das partes, os sujeitos legítimos de direito que representam o poder público, haja vista não considerarem que tais comunidades, antes da lei, já preservavam e protegiam os recursos naturais, uma vez que tiram o excedente somente no período da safra. No período de escassez do pescado, muitos pescadores passam a extrair o caranguejo, buscam outra fonte de renda e subsistência, possibilidade oferecida pela riqueza da fauna e da flora que compõem as áreas costeiras de manguezais. Além disso, qualquer cientista marinho sabe que o modo de produção dessas comunidades jamais levaria a escassez dos recursos naturais, por mais que se encontre entre eles pescarias indevidas. Entretanto, sabe-se que a entrada da pesca empresarial capitalista com as invasões das grandes embarcações nos espaços marítimos dos pescadores artesanais provocara a grande sobrepesca na região, crescimento econômico e conflitos com os sujeitos da pesca. Muitas empresas do sul do país, por ocasião da sobrepesca, se implantaram no Norte, principalmente no Pará, onde continuaram com a prática da pesca predatória, ocasionando vários conflitos entre pescadores da pesca empresarial e pescadores artesanais (FURTADO, 1990; PENNER, 1984; LOUREIRO, 1985; MELLO, 1985).

Historicamente, as populações tradicionais viviam livremente em suas comunidades e exploravam os recursos naturais por meio de suas técnicas primitivas ou não, sem nenhuma regra ou norma a cumprir que não fossem as regras internas de seu grupo social. A partir da criação das UC, passaram por grandes transformações tanto no modo de vida quanto no modo de produção. O direito de uso é garantido ou negado pelo Estado, em outros casos possui apenas o direito de uso sustentável dos recursos naturais a partir de um plano de manejo, em que foi concedido o direito de participação da

população das UC na elaboração e gestão, de acordo com o art. 27, o qual assegura a ampla participação da população residente. Dessa ampla participação resultam dois planos de manejo, um diagnóstico da UC, fase I (2009), e o outro planejamento de uso sustentável dos recursos naturais- fase II (2012), com atividades monitoradas e regulamentadas pelos gestores da RESEX Caeté-Taperaçu. Entretanto, é nitidamente observado pelos próprios gestores do plano de manejo que nessa fase inicial houve pouco conhecimento tradicional e os textos, em geral, são voltados para agregar e organizar o conhecimento técnico-científico e institucional existentes sobre áreas das UC.

Do exposto acima, a priori evidencia-se a força do discurso institucionalizado e científico frente ao discurso tradicional, como estratégia de assujeitamento do sujeito da pesca, uma vez que seus saberes devem ajustar-se a outras formas de conhecimento legítimo, somente quando os detentores do poder e saber acharem oportuno. Esse quadro mostra as regras de formação discursiva, sua condição de existência, transformação, manutenção e apagamento. O conhecimento tradicional é apagado ou transformado, quando necessário, para atender às normas e diretrizes do conhecimento institucionalizado e técnico-científico.

Entretanto, não se concebe o assujeitamento do sujeito da pesca como algo definitivo, por isso compreende-se prática discursiva como uma prática de linguagem, portanto, como uma prática que movimenta, transforma e constitui uma ordem social. Segundo Maingueneau (2005), não se desvincula o sujeito de enunciação da estrutura que determina o dizer. Em outros termos, ele afirma que “o interdiscurso tem precedência sobre o discurso. Isso significa propor que a unidade de análise pertinente não é o discurso, mas um espaço de trocas entre vários discursos convenientemente escolhidos” (MAINGUENEAU, 2005, p.21). Na verdade, o diferencial do analista nesta fase consiste em considerar as restrições históricas e sistêmicas, ou seja, a competência discursiva que garante perceber a articulação do discurso e a capacidade dos sujeitos de interpretar e de produzir enunciados que decorrem deles. Ao contrário da ideia de enunciadores assujeitados, “ceras moles que se deixariam “dominar” e “assujeitar” por um discurso todo poderoso” (MAINGUENEAU, 2005, p.51).

Essa nova abordagem aponta para o sujeito da pesca envolvido num espaço de trocas discursivas historicamente constituídas, estes não escolhem livremente seus discursos, de um lado. Por outro lado, tais sujeitos são capazes de reconhecer enunciados bem formados, isto é, pertencente a sua própria formação discursiva, assim como também podem ser capazes de produzir um número ilimitado de enunciados inéditos pertencentes a esta mesma formação discursiva. Fato que possibilita deixar-se dominar ou não, ao passo que criam suas próprias estratégias de resistência, pois um mesmo indivíduo pode sucessivamente e talvez simultaneamente inscrever-se em competências discursivas distintas, não porque o discurso dominante desapareceu ou deixou de ser produtivo, mas pela capacidade de adaptação e formulação discursiva do sujeito, neste caso, o sujeito da pesca artesanal.

Competência discursiva adquirida no espaço de trocas que compõe o interdiscurso da pesca artesanal, cuja decisão de participação ou não como membro do Conselho Deliberativo da RESEX Caeté –Taperapu, conforme disposto na forma da Lei 9985 de 18 de julho de 2000/ art. 29, o qual prioriza a gestão participativa da UC, pode representar para o sujeito da pesca artesanal a possibilidade ou o apagamento discursivo, dependendo se no espaço de trocas discursivas, nas reuniões e eventos, ele não seja apenas mero espectador de corpo presente, sem nenhuma importância, apenas para fazer número, cumprir normas ou uma obrigação. Nesse sentido, para conclusão desta análise apresento um trecho da narrativa de um pescador, na verdade, uma resposta à pergunta acerca de sua participação nas reuniões da RESEX. Finalizo com o dito e o não-dito de uma prática discursiva⁸:

Não! Não! Eu quase não vou nesse negócio, até porque é assim né, o pessoal aqui no Treme, só tem direito, eu acho de... Só é aceito, é só, como diz o homem: tudo quanto é coisa tem um cabeça, lá da frente né, sempre só é aceito o que o cabeça quer né. Quer dizer que o que eu falo não vai adiantar de nada, o que o outro fala não vai adiantar de nada. Se por acaso tiver o Pedro Faria que é o cara que trabalha aqui, que é não sei o quê do Incra. (...) O pastor Sandoval fazia parte, era o Orlando, era o Valdomiro de Aciteua. (...) Eles é quem faz, eles é que tem o direito. O povo, o que o povo fala cada vez não é aceito. (PESCADOR JOÃO MIRANDA MESCOUTO, EM 09/09/2014)⁹

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo procurei situar o objeto de análise a partir de duas vertentes da AD, a segunda e terceira fases, justamente, porque nelas encontro os dispositivos de análise pertinentes para os pontos de incompatibilidade no campo discursivo da pesca artesanal: o discurso institucional e o discurso tradicional dispostos dentro de um sistema de dispersão.

Nessa perspectiva, tentei descrever um campo discursivo com múltiplas redes de trocas, perceptíveis a partir de hipóteses e escolhas tanto na materialidade linguística dos discursos que se encontram em relação, quanto nas condições de enunciabilidade que circunscrevem-se historicamente, a saber, o discurso dos sujeitos de direito, representantes da RESEX Caeté-Taperapu em um espaço de trocas discursivas desigual e conflituoso em relação ao discurso tradicional, dispostos na relação de poder e saber, resumidamente apresentada neste estudo.

Assim, não temos uma conclusão propriamente dita, mas um ponto de partida para uma reflexão mais aprofundada do espaço discursivo que gira em torno da pesca artesanal, uma formação discursiva em que a presença do Outro revela uma

⁸ A narrativa compõe o corpus de dados da minha dissertação de mestrado: **Os saberes da gente do mar: as experiências de vida e as narrativas míticas dos pescadores da vila do Treme, Bragança-PA.**

⁹ O pescador é o senhor João Miranda Mescouto, 61 anos, analfabeto, conhecido como —Sete Lapada ou Jota. Trabalha na pesca desde 10 anos de idade em várias modalidades. Evangélico, casado com Leonilda Ribeiro Mescouto, pai de 06 filhos, três homens e três mulheres, todos são casados e moram próximos da casa de seu João. O auto sustento da família é garantido com a atividade da pesca.

heterogeneidade constitutiva do discurso no vazio, no sugerido, no indizível, enfim, no caráter não transparente da linguagem, a qual define uma comunidade discursiva.

REFERÊNCIAS

ABDALA, Guilherme; SARAIVA, Nicholas; WESLEY, Fábio. 2012. **Plano de Manejo de Reserva Extrativista Caeté-Taperaçu** – Volume I – Diagnóstico da Unidade de Conservação. Brasília: ICMBio. 109 p.

_____, Guilherme; SARAIVA, Nicholas; WESLEY, Fábio. 2012. **Plano de Manejo de Reserva Extrativista Caeté-Taperaçu** – Volume II – Planejamento da Unidade de Conservação. Brasília: ICMBio.

BAKHTIN, M. Volochinov. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Huicitec, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de junho de 2000**. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Conservação da Natureza- SNUC, estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação. Decreto-Lei nº 4.519 de 22 de agosto de 2002, e dá outras providências. **Presidência da República-Casa Civil**. Brasília, 18 de junho de 2000.

CARDOSO, Roseli da silva. **Os saberes da gente do mar: o imaginário e as experiências de vida dos pescadores artesanais da vila do Treme, Bragança-PA**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará; Campus de Bragança - Programa de Pós-graduação Linguagens e Saberes na Amazônia. Bragança, 2015.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. Tradução Ingrid Müller. Revisão técnica Alfredo Veiga-Neto e Walter Omar Kohan. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

DIEGUES, Antônio Carlos S. **A Sócio-etnologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil**. Etnográfica, vol. III (2), 1999, pg. 361-375.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do Saber**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. **Vigiar e punir: o nascimento da prisão**. 41ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

_____. **Microfísica do poder**. 27ª ed. – São Paulo: Graal, 2013.

_____. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 2000.

FURTADO, Lourdes Gonçalves. **Características gerais e problemas da pesca no Pará**. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi. Antropologia, V 6/1/, 1990.

_____. **Povos das águas: realidade e perspectiva na Amazônia**. In: Furtado, Lourdes Gonçalves; LEITÃO, Wilma; MELLO, Alex Fiuza (orgs.). Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.

GREGOLIN, M. R. Formação discursiva, redes de memória e trajetos sociais de sentido: mídia e produção de identidades. In: BARONAS, R. (Org.). **Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. São Carlos: Pedro e João, 2007, p. 155-168.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. Curitiba-PR: Criar Edições, 2005.

PENNER, E. 1980. **A dialética da atividade pesqueira no nordeste Amazônico**. Raízes. Belém, UFPA.

PÊCHEUX, Michel. **O Discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Contexto, 1983.

SILVA JÚNIOR, Sebastião Rodrigues da. **Participação e relações de poder do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista de Caeté-Taperaçu, Bragança-PA**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - Belém, 2013.

FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DE LÍNGUA PORTUGUESA NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE AVALIAÇÕES DE APRENDIZAGENS

Silvana Bandeira Oliveira

Orientador: Thomas Massao Fairchild

Linha de pesquisa: Ensino-aprendizagem de línguas e culturas: Modelos de Ações

Resumo: Nossa pesquisa de doutoramento visa analisar as imagens discursivas de professor que constituem e orientam o curso de mestrado/PROFLETRAS. Nosso quadro teórico se assenta no campo da Análise do Discurso, com destaque para os conceitos de discurso, formação discursiva, formações imaginárias, ideologia, entre outros, segundo as pesquisas de Michel Pêcheux e seus colaboradores. Num primeiro momento, selecionamos textos de apresentação do programa, no intuito de analisar as imagens discursivas do professor de Língua Portuguesa da Educação Básica pressupostas nesses documentos. Em um segundo momento, elegemos trechos das introduções às dissertações dos mestrandos deste curso, com o objetivo de analisar os discursos construídos nas introduções, bem como as formações discursivas em que eles se inscrevem, para perceber as imagens discursivas dos interlocutores envolvidos, conforme perspectivas discursivas apresentadas. Nossos estudos mostram que: a) nos textos de apresentação do programa, a imagem do professor de língua se destaca por aquilo que lhe falta, e em contrapartida, o programa de mestrado aparece como suplência dessa carência, dessa falta, responsável por transformar a prática pedagógica e, conseqüentemente, a imagem do docente, em ideal; b) os discursos dos professores mestrandos nos textos introdutórios narram a construção de uma imagem da realidade em que o professor de Língua Portuguesa está inserido, ao mesmo tempo em que, assumindo-se como sujeitos da escrita, deixam de ver a si mesmo (sujeito em A) como professores, assumindo-se “especialistas” que podem, a partir das situações narradas, discutir e sugerir intervenções que contribuam para a alteração da realidade de ensino e aprendizagem retratada em suas produções.

Palavras-chave: Formações Imaginárias. Professor de Língua Portuguesa. PROFLETRAS.

INTRODUÇÃO

As informações sobre os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) 2015, segundo dados oficiais, não são animadoras com relação ao processo de aprendizagem dos alunos da educação básica. Para exemplificação, em termos nacionais, têm-se os resultados do IDEB 2015. A nota nacional foi alcançada apenas nos anos iniciais do Ensino

Fundamental, com um resultado de 0,3 acima da meta¹. Baseados nesses e em outros dados, o poder público vem investimento em programas de formação continuada de professores, entre tais programas, podemos citar o curso de mestrado para professores de Língua Portuguesa, denominado PROFLETRAS.

Em nosso trabalho², investigamos esse programa, criado em 2013, um curso de pós-graduação, que segundo objetivos propostos, está voltado para professores em exercício no magistério em todo país. Acreditamos que o programa é fruto uma proposta que ganhou força a partir das reflexões acerca dos resultados de índices de aprendizagem em Língua Portuguesa nos sistemas que avaliam a educação no Brasil. Para nós, a ênfase dada às discussões sobre o ensino de língua neste contexto põe em destaque o trabalho desenvolvido pelo professor, e consequentemente, a sua imagem. Deste modo, trazemos para essa discussão a seguinte questão: Que imagem acerca do professor de Língua Portuguesa da Educação Básica é constituída no programa de mestrado PROFLETRAS dentro do cenário educacional contemporâneo? A princípio, o que nos interessa ao investigar esse programa é saber quais são as imagens discursivas do professor de Língua Portuguesa pressuposta(s) nos documentos de apresentação do curso e nas dissertações dos mestrands, e como essas imagens se relacionam às discussões que envolvem o processo de ensino e aprendizagem de língua materna a partir da perspectiva dos sistemas de avaliações da aprendizagem.

REFERENCIAL TEÓRICO

Elegemos como corpus para essa discussão os textos postados no site da CAPES e da UFPA, textos que consideramos documentos do programa, por acreditarmos que neles podemos obter informações mais gerais sobre o curso. Além deles, selecionamos também, as introduções das dissertações da turma 2013³, uma vez que estas ao apresentarem as pesquisas, abordam situações de ensino de língua, o que faz emergir imagens do professor de português.

Nossa discussão se desenvolve a partir de uma perspectiva da Análise do Discurso, tendo nas ideias de Michel Pêcheux (1993) as principais contribuições, mas especificamente, no jogo de imagens proposto nas formações imaginárias abordadas pelo autor.

Anterior à apresentação das formações imaginárias, Pêcheux (1993) faz algumas observações sobre o esquema de comunicação proposto por Roman Jakobson. Segundo o autor, dentro do ato de comunicação, a mensagem (D) do destinador A para o

¹ Meta nacional de 5,0 para o ano de 2015.

² Este trabalho faz parte das investigações e análises que constituem a tese de doutorado em Estudos Linguísticos-PPGL/UFPA.

³ 19 dissertações

destinatário B deve ser substituída pelo termo discurso- palavra em curso, em movimento- uma vez que tal mensagem de A para B funciona como uma sequência verbal que produz efeito de sentido entre os pontos A e B, não apenas transmite uma informação. Nesta perspectiva, os participantes A e B fazem parte de um processo de significação que ocorre ao mesmo tempo (ORLANDI, 2001).

Segundo Pêcheux (1993, p. 82), os pontos A e B “designam lugares determinados na estrutura de uma formação social”, os quais não devem ser interpretados como pessoas reais. Eles são constituídos a partir do que se diz baseado em determinadas formações discursivas, as quais se manifestam dentro de uma dada formação ideológica.

Para entendermos melhor as ideias apresentadas por Pêcheux, tomemos, por exemplo, na contemporaneidade, o ensino de Língua Portuguesa, o qual se pauta no discurso de que o processo de leitura e escrita deve acontecer sob o viés dos gêneros textuais e/ou discursivos, dentro de uma abordagem sócio-interacionista, que o texto deve ser o objeto de ensino durante as ações pedagógicas, etc., em detrimento a visão de uma abordagem de cunho gramatical, estudada no nível da frase e tida como tradicional. Ambas as visões atendem a formações discursivas determinadas, que estão ou estiveram a serviço de uma ideologia, dentro de um dado contexto histórico do ensino. Assim A e B, inscritos em certa formação discursiva, respondem por discursos que remetem a formações sociais determinadas.

Baseados neste exemplo, devemos compreender que A e B não funcionam fisicamente no discurso, mas suas imagens que advém desses lugares, os quais, situados em formações discursivas dadas, compõem as formações imaginárias de que trata Pêcheux. Essas formações estão representadas no quadro a seguir desenvolvido por Pêcheux (1993, p. 83).

Quadro 1- Formações imaginárias dos lugares de A e B

Expressão que designa as formações imaginárias.	Significação da expressão.	Questão implícita cuja “resposta” subentende a formação imaginária correspondente.
$A \left\{ \begin{array}{c} \text{I}_A(A) \\ \hline \text{I}_A(B) \end{array} \right.$	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A	“Quem sou eu para lhe falar assim?”
	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A	“Quem ele é para que eu lhe fale assim?”
$B \left\{ \begin{array}{c} \text{I}_B(B) \\ \hline \text{I}_B(A) \end{array} \right.$	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B	“Quem sou eu para que ele me fale assim?”
	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B	“Quem ele é para que me fale assim?”

Fonte: Pêcheux (1993, p. 83)

Para compreendermos o quadro das formações imaginárias, podemos retornar ao exemplo mostrado acima acerca do ensino de língua materna. Se pensarmos que no exemplo temos um sujeito que lança um discurso (modelo de ensino interacionista), da posição de A, ao outro na posição de B, dizemos que ele (A) pode assumir tomando por base as seguintes indagações: “*Quem sou eu para lhe falar assim?*” (Que lugar assumo na estrutura social? Qual a minha posição nesta situação comunicativa?, Que discursos me cabem proferir da posição que assumo?); “*Quem ele é para que eu lhe fale assim?*” (Que lugar assume meu interlocutor na estrutura social? Qual a sua posição nesta situação comunicativa?, Que discursos cabem a ele proferir da posição que assume?); e ainda “*De que lhe falo assim?*” (Qual o ponto de vista que assumo sobre o assunto em questão?).

As formações imaginárias podem, portanto, remeter as imagens que os interlocutores fazem de si e do outro nas situações durante o ato discursivo, bem como dos dizeres postos nesses mesmos atos, o que Pêcheux designa pela letra R-referente do discurso, apresentado no quadro abaixo.

Quadro 2- Formações imaginárias dos lugares de R

	Expressão que designa as formações imaginárias.	Significação da expressão.	Questão implícita cuja “resposta” subentende a formação imaginária correspondente.
A	I _A (R)	“Ponto de vista” de A sobre R	“De que lhe falo assim?”
B	I _B (R)	“Ponto de vista” de B sobre R	“De que ele me fala assim?”

Fonte: Pêcheux (1993, p.84)

Esse jogo de imagens é posto em funcionamento durante a produção dos discursos dentro das situações comunicativas, os interlocutores mobilizam essas imagens no intuito de construir seus discursos e terem seus objetivos alcançados.

CORPUS SELECIONADO PARA A DISCUSSÃO

Para esta análise, dentro de um primeiro momento, foram selecionados trechos do texto postado no site da CAPES, os quais tratam dos objetivos do programa. Por meio dessas informações, podemos discutir o que o curso diz e também aquilo que deixa de dizer acerca desse professor, pois “embora cada elemento do texto possa ter formas ‘normais’ de uso, ele refere-se também a outros possíveis significados, ao mesmo tempo” (APPLE, 1989, p. 171).

Quadro 3-Texto CAPES

Objetivos:
A *capacitação* de docentes em nível de mestrado profissional, por meio do PROFLETRAS, tem como objetivos:

o *aumento da qualidade do ensino* dos alunos do nível fundamental, com vistas a efetivar a desejada *curva ascendente* quanto à *proficiência* desses alunos no que se refere às habilidades de leitura e de escrita;

o *declínio das atuais taxas de evasão* dos alunos durante o ensino fundamental;

o *multiletramento* exigido no *mundo globalizado* com a presença da *internet*;

o *desenvolvimento de pedagogias* que efetivem a *proficiência* em letramentos compatível aos nove anos cursados durante o ensino fundamental.

O PROFLETRAS busca também concretizar os seguintes objetivos:

qualificar os mestrandos/docentes para desenvolver múltiplas competências comunicativas dos alunos em *ambiente online e offline*;

instrumentalizar os mestrandos/professores do ensino fundamental de maneira que eles *passem a bem conduzir* classes heterogêneas, seja do ponto de vista de níveis de *competências linguísticas* dos alunos, seja no que tange aos *quadros de desenvolvimento atípicos* que os alunos apresentem;

indicar os *meios adequados* para trabalhar diferentes gêneros discursivos e tipos textuais nas práticas de ensino e da aprendizagem da escrita, da leitura e da produção textual em suportes *digitais e não digitais*;

salientar as funções referenciais e metacognitivas das línguas *de forma que os docentes saibam trabalhar* peças textuais com traços literais e não literais, distinguindo-as, assim, os planos denotativo e conotativo da linguagem e dos *textos*;

aprofundar os conhecimentos dos docentes no que se refere aos diversos subsistemas fonológico, morfológico, sintático e semântico-pragmático da linguagem;

instrumentalizar os docentes de ensino fundamental com objetivo de elaborar *material didático inovador* que lance mão, quando conveniente e relevante, de recursos tecnológicos modernos à disposição.

Fonte: <http://www.capes.gov.br/educacao-a-distancia/PROFLETRAS>

Selecionamos também, o texto postado no site da UFPA, o qual está na íntegra.

Quadro 4-Texto UFPA

O Mestrado Profissional em Letras em Rede Nacional (PROFLETRAS), cuja coordenação geral está sediada na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN/Natal), *é um Programa de Pós-Graduação stricto sensu (nota 4)*, criado em 2013, que tem como finalidade a *“capacitação de professores de Língua Portuguesa para o exercício da docência no Ensino Fundamental, com o intuito de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino no país” (trecho do Regimento do Programa)*. A UFPA *é uma das 49 unidades* que integram o conjunto de Instituições Associadas do Programa (IAPs), tendo atualmente *35 alunos matriculados e 14 professores Doutores envolvidos*. A UFPA é a Instituição que vem apresentando a maior demanda do Programa em todo o Brasil, tendo obtido em 2013 o *recorde de 857 candidatos inscritos para 26 vagas*.

Fonte: <http://PROFLETRAS.propesp.ufpa.br/index.php/br/programa/apresentacao>

No segundo momento selecionamos diferentes trechos das introduções às dissertações dos mestrands, os quais fazem parte de um corpus maior dividido em duas grandes categorias temáticas: Insuficiências apontadas no ensino atual de Língua Portuguesa e Justificativas/objetivos para elaboração do projeto de intervenção. Para essa análise, trabalhamos com trechos da primeira categoria, a saber.

Quadro 5-Texto do mestrando (I-5)

No ensino fundamental, *as práticas escolares usuais de abordagem dos textos*, sejam eles literários ou não-literários, que circulam por meio dos livros didáticos de Língua Portuguesa, *são sempre as mesmas: servem apenas de suporte para as atividades de um ensino taxionômico da disciplina*. Não vão além dessas atividades. Quando saem desse âmbito e *adentram pelo viés da aula de leitura, não ultrapassam a mera e assistemática abordagem, do ler por ler e da interpretação superficial* dos textos ou das obras (...).

Fonte: Trecho da introdução da dissertação 5- (I-5)

Quadro 6-Texto do mestrando (I-10)

Depreende-se da realidade observada nessa escola, que a carência sobre o assunto em questão, não se manifesta só nos alunos, mas também nos professores. Percebe-se que a falta de conhecimento dos professores de teorias sobre a linguagem (língua) mais recentes, que podem contribuir para o ensino-aprendizagem, como também a ausência de materiais pedagógicos que contemplem o ensino da gramática reflexiva, são fatores que se conjugam para os problemas no ensino (...).

Fonte: Trecho da introdução da dissertação 10- (I-10)

DISCUSSÃO

Desenvolvemos essa discussão em dois momentos: análise dos textos postados nos sites das instituições educacionais e análise das introduções às dissertações dos mestrands.

Nesse primeiro momento tratamos da análise das imagens de professor, a partir da leitura dos textos da CAPES e da UFPA. Podemos pensar na imagem dos professores da área de Língua Portuguesa pressuposta nos discursos materializados nas postagens. Entendemos que a CAPES e a UFPA são instituições responsáveis pela divulgação do texto. Logo, passarão a ocupar a posição de locutor A, que discursa acerca da docência, da formação do professor, no qual estão implicadas imagens do profissional de Letras. Deste modo, julgamos pertinentes os seguintes questionamentos: “*Quem sou eu para lhe falar assim?*”, “*Quem ele é para que eu lhe fale assim?*” e ainda “*De que lhe falo assim?*”.

No texto em análise (UFPA), fazemos menção ao primeiro referente (R) deste discurso: o programa de Pós-Graduação. As informações apresentada no texto da UFPA propiciam a criação de uma atmosfera favorável à imagem do programa. Os termos 49

unidades, Pós-Graduação stricto sensu (nota 4), melhoria da qualidade do ensino associados ao nome *PROFLETRAS*. Tais informações auxiliam na construção de uma compreensão acerca do curso que cria no imaginário do interlocutor um efeito de sentido positivo, tanto a respeito da concepção do programa, quanto das instituições que dele fazem parte. Esse ponto inicial atende a pergunta do locutor A em relação ao referente, que em Pêcheux (1993) seria: *De que lhe falo assim?*

Em contrapartida a esse discurso, que visa à construção de uma imagem favorável ao programa, podemos dizer que outra ideia está implícita, algo que tem a ver com uma imagem fragilizada do professor de português, alguém que não está capacitado suficientemente para exercer suas atividades docentes. Esta última imagem aparece de forma velada ao tratar os fatos. O trecho *contribuir para a melhoria* parece indicar que se quer melhorar algo que ainda não está no nível do desejado: o ensino de Língua Portuguesa no país.

Ao considerarmos o termo *capacitação* apenas relacionado aos professores de Língua Portuguesa, e não as escolas ou demais professores, nós somos levados a interpretar apenas como uma “multiplicidade de indivíduos”: a seleção de um certo número de profissionais da área de língua para passarem por esse processo de formação, tornando-se aptos a desenvolverem o ensino de português.

Percebemos a partir dessas primeiras exposições alguns contornos da imagem do professor de Língua Portuguesa, a imagem da pouca qualificação, a qual está implícita no objetivo do curso. Notamos, portanto, que ao mesmo tempo em que há uma construção favorável em torno da imagem do curso, por meio da seleção de informação das postagens no texto da UFPA, essa imagem ganha reforço, posteriormente, numa construção desfavorável do ensino do português, em outras palavras, da prática docente do professor, e por consequência, do próprio professor. Ao aprofundar ainda mais as ideias construídas em torno da imagem do professor, temos a grande quantidade de objetivos descritos no texto da CAPES, isso indica que, segundo a instituição, o professor ainda precisa desenvolver uma série de habilidades para o *exercício da docência*.

Aumento da qualidade, curva ascendente quanto à proficiência nas habilidades de leitura e escrita dos alunos, bem conduzir classes heterogêneas são termos que novamente deixam implícito a ideia de que o trabalho desenvolvido pelo professor ainda não alcançou os níveis desejados para uma educação de qualidade, o que torna cada vez mais sua imagem fragilizada no seio da sociedade. A solução desses problemas, agora, estaria, conforme idealizadores, proposta nos objetivos do programa, objetivos que o professor de Língua Portuguesa precisará alcançar em suas salas de aula, e alcançará, seguindo a proposta do curso. Surge, assim, a imagem do professor ideal, que tem nos discursos do programa o seu próprio discurso. De um lado, temos o discurso sobre um professor, que é um profissional cujas práticas docentes não atendem aos índices educacionais que servem à mensuração da qualidade da educação, mas que

precisa *responder aos desafios* educacionais do Brasil contemporâneo. E de outro lado, discurso sobre um curso, ao qual cabe: *qualificar* os mestrandos/docentes (...); *instrumentalizar* os mestrandos/professores (...), *indicar* os *meios adequados* para trabalhar (...); *aprofundar os conhecimentos dos docentes* (...), transformando, portanto, o trabalho desse profissional, tornando-o um professor ideal.

Assim, o discurso que emana do PROFLETRAS, sustenta que o professor ao cursar o programa tem suas chances aumentadas no que se refere a mudanças de prática, alcançando ou bem próximo de alcançar uma prática que fora idealizada para sua ação docente. Por outro lado, silencia ou relega a segundo plano importantes discussões sobre outros aspectos que se relacionam e/ou influenciam o processo de ensino e aprendizagem de língua materna. Assim, percebemos que, discursivamente, busca-se alterar as práticas docentes em estruturas sociais, políticas e econômicas que permanecem as mesmas.

Nesse segundo momento, buscamos analisar os textos introdutórios dos professores mestrando. Discorreremos a partir de uma leitura ampla e mais geral dos textos introdutórios que nos permite identificar a recorrência de uma mesma estrutura narrativo-argumentativa em praticamente todas as introduções analisadas, um total de dezenove introduções, das quais selecionamos dois trechos para efeito de nossa discussão.

Ao tomarmos essas materialidades linguísticas como ponto de partida para tratarmos dos discursos relativos à realidade de ensino apresentada pelos mestrandos em seus textos, verificamos que elas apontam para sujeitos que constroem enunciados que corroboram para um quadro de situações desfavoráveis que compõem a realidade de ensino de português. Vejamos que no trecho do mestrando I-5, o sujeito apresenta as práticas docentes do ensino de Língua Portuguesa atual, que segundo ele, é tido como insuficiente. Sobre essas ações pedagógicas, temos um pouco daquilo que seria alvo de críticas dos professores mestrandos:

O locutor, em seus enunciados, diz que *No ensino fundamental, as práticas escolares usuais de abordagem dos textos, (...) são sempre as mesmas*, o que é percebido pelo advérbio *sempre*, seguido do termo *as mesmas*. Isso nos denota que as práticas escolares são repetitivas, não há inovação ou mudança. Essa realidade pode constituir todos os anos de estudo-1º ao 9º- presentificado no uso de *No ensino fundamental*, uma vez que o locutor não faz referência a um tempo específico do período escolar, localizando, desse modo, o seu dizer sobre a “realidade” narrada.

Quanto ao ensino, este se apresenta nos moldes tradicionais, *taxionômico*, um ensino de classificação, reconhecimento, técnica, etc. de aspectos da língua, quando no âmbito da escrita. As atividades de leitura não fogem a essa regra: *não ultrapassam a mera e assistemática abordagem, do ler por ler e da interpretação superficial*, em

outras palavras: sem direcionamento, expressam uma superficialidade, além de ausência de objetivo.

Já o locutor do trecho do mestrando I-10 ao falar sobre o professor, trata da situação à distância, marcada no enunciado pelo trecho uma *realidade observada nessa escola*. Durante suas observações, percebe a carência de conhecimento: *não se manifesta só nos alunos, mas também nos professores*. Com relação ao professor, essa falta é de conhecimento sobre teorias atuais. O professor não pode ensinar o que não sabe, e não sabe porque há, provavelmente, a ausência de uma formação continuada desse profissional. O desconhecimento do professor não é fator principal, mas colabora para *os problemas no ensino*, e o locutor, por meio de sua pesquisa, pode ajudar a suprir essa ausência. Ambas as sequências mostram a situação em que o professor de Língua Portuguesa se encontra: carente de conhecimento, por isso, suas práticas estão ultrapassadas e agravam os problemas no ensino em linguagem. Esses trechos juntos esboçam a imagem do ensino que os professores mestrandos querem denotar em suas dissertações, para posteriormente, lançarem suas propostas interventivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho discutimos o jogo de imagens proposto por Pêcheux (1993) a partir da análise dos textos de apresentação do PROFLETRAS, destacando as imagens discursivas do professor de Língua Portuguesa pressuposta nesses documentos- a imagem de um professor ideal e de um professor fragilizado- que emergem dentro de uma análise discursiva no contexto em que os sistemas de avaliação de aprendizagem do Brasil contemporâneo dão ênfase ao processo de ensino e aprendizagem de Língua Portuguesa. A imagem do professor de língua se destaca por aquilo que lhe falta, e em contrapartida, o programa aparece como suplência dessa carência, dessa falta, responsável por transformar a prática pedagógica e, conseqüentemente, a imagem do docente em ideal.

Em nossa pesquisa buscamos também analisar a imagem discursiva da realidade do ensino de Língua Portuguesa construída nas introduções dissertativas dos mestrandos do curso PROFLETRAS-UFPA. Verificamos que essa imagem apresenta a situação do ensino sobre ângulos específicos que juntos traduzem um discurso que constrói uma representação do que seja o ensino atual de língua materna, um ensino que remete às concepções ditas tradicionais e infrutíferas do ponto de vista dos sujeitos que enunciam. Esses discursos, parecem estar baseados em consensos e não em evidências sobre a realidade do ensino, e vem à tona a partir de uma memória dos mestrandos sobre esse ensino, o qual é criticado por eles, os quais se veem diferentes dos professores narrados em seus textos.

Por nossa análise ter um caráter discursivo, propomos outros diálogos- a partir de outros ângulos acerca da formação continuada do professor de Língua Portuguesa- haja vista que “(...) as interações não se dão fora do social mais amplo; porque o ensino

da língua (...) não está infenso às interferências do sistema escolar e este do sistema social” (GERALDI, 1997, p.61).

REFERÊNCIAS

APRESENTAÇÃO DO PROFLETRAS. Disponível em: <http://PROFLETRAS.propesp.ufpa.br/index.php/br/programa/apresentacao>. Acesso em: 10 jan 2017.

APPLE, Michael. **Educação e Poder**. Trad. De Maria Cristina Monteiro. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

GERALDI, João Wanderley. **Portos de passagem**. 4. ed. São Paulo Martins Fontes, 1997.

ORLANDI, Eni Puccineli, **Análise do discurso**: Princípios e procedimentos. 8ed. Campinas: Pontes, 2001.100p. Disponível em: <http://hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/ORLANDI-Eni-P-Analise-Do-Discurso-Principios-e-Procedimentos.pdf>. Acesso em 18 mar 2017.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso. In: GADET; HAK (orgs.) *Por uma análise automática do discurso*: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, Unicamp, 1993. p. 61-163.

PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM LETRAS (PROFLETRAS). Disponível em: <http://www.capes.gov.br/educacao-a-distancia/PROFLETRAS>. Acesso em: 12 jan 2017.

A PALATALIZAÇÃO DE /L/ E /N/ NAS NÃO CAPITALIS DA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL

Stella Trindade Moreira (UFPA)

Orientadora: Prof^ª.Dr^ª. Marilucia Barros de Oliveira (UFPA)

Linha de pesquisa: Análise, Descrição e Documentação das Línguas Naturais

Resumo: O presente trabalho consiste em uma amostra do estágio de desenvolvimento da pesquisa de mestrado sobre a palatalização de /l/ e /n/, sob uma abordagem variacionista. O objetivo desta dissertação, portanto, será descrever e cartografar a palatalização de /l/ e /n/ em contexto precedente à vogal /i/ nas não capitais da região Nordeste do Brasil. Adotou-se para esse fim, a proposta da Dialetoologia Pluridimensional (THUN, 2000) como fundamentação teórico-metodológica base, além também do modelo Fonológico de Geometria de Traços como orientação teórica para explicações da variação à luz da fonologia. Os procedimentos metodológicos aplicados para realização desse trabalho seguirão as orientações do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB); o corpus da dissertação se constituirá de um recorte do banco de dados do ALiB correspondente à fala de 4 informantes de 70 cidades da Região Nordeste do Brasil. Serão analisadas as respostas a 24 perguntas dos questionários Fonético Fonológico e Semântico Lexical do ALiB, as quais apresentam /l/ e /n/ em contexto precedente a /i/. Os dados serão transcritos e depois tratados estatisticamente com o auxílio do programa computacional VARBRUL e as cartas serão elaboradas com a utilização do programa Quantum Gis (Qgis).

Palavras-chave: Dialetoologia Pluridimensional. Palatalização. Variação fonética.

INTRODUÇÃO

Se há algo de incontestável acerca do sistema linguístico é sua natureza heterogênea e heteroclita. Todas as línguas naturais, portanto, têm em comum o fato de estarem continuamente variando em todos os níveis, fonético, semântico-lexical, morfossintático, essas variações podem estar relacionadas a diversos fatores, como os sociais: sexo, faixa etária, escolaridade, renda, e os geográficos. Assim, um país com dimensões continentais e contexto social diverso, tal qual o Brasil, torna-se um campo fértil para pesquisas de cunho variacionista, tendo em vista a necessidade de se tentar conhecer e descrever a variação linguística distribuída ao longo do país.

É nesse sentido que o projeto Atlas Linguístico do Brasil, seguindo o método geolinguístico, tem como um de seus objetivos:

Descrever a realidade linguística do Brasil, no que tange à língua portuguesa, com enfoque prioritário na identificação das diferenças diatópicas (fônicas,

O ALib vem apresentando avanços significativos naquilo que se propôs a realizar, contando atualmente com a publicação de dois volumes de seu Atlas, assim como o desenvolvimento de diversos artigos, teses e dissertações; assim como este trabalho, que se atrela ao projeto em razão de seu corpus ser constituído de um recorte do banco de dados do ALiB e da aplicação dos mesmos procedimentos metodológicos.

Desse modo, objetivo geral deste trabalho é descrever e cartografar a palatalização de /l/ e /n/ em contexto precedente à vogal /i/ nas não capitais da região Nordeste do Brasil. Aventamos também três objetivos específicos, sejam eles: 1) Observar além das variantes palatais de /l/ e /n/ a produtividade de outras variantes encontradas no corpus da pesquisa. 2) Identificar quais fatores sociais favorecem o processo de palatalização de /l/ e /n/ e quais o restringem. 3) Identificar quais fatores linguísticos favorecem o processo de palatalização de /l/ e /n/ e quais o restringem.

Assim, para consecução da pesquisa, nós seguimos a orientação teórica de três grandes áreas de estudos, a Dialetoлогия, na perspectiva pluridimensional de Thun (2000), a Sociolinguística (LABOV, 2008), as quais nos permitirão explicar e descrever a influência dos fatores diatópicos e diastráticos sobre o objeto de estudo; e a Fonologia, em particular o modelo de Clementes e Hume (1995) de Geometria de Traços, a qual nos fornecerá as explicações linguísticas que regem esse fenômeno fonológico.

Apesar de pesquisas entorno do processo de palatalização serem recorrentes na literatura, não são muitas as que contemplam especificamente a palatalização dos seguimentos /l/ e /n/, sobretudo no Nordeste, região comumente reconhecida pela tendência despalatalizante; ainda que observações prévias façam-nos crer que esse processo se faz presente significativamente, ainda que, talvez, não se estabeleça como norma da região. À vista disso, esta pesquisa faz-se relevante porquanto traz contribuições acerca de um evento linguístico ainda pouco discutido, isto é, a realização palatal de /l/ e /n/ na fala do Nordeste do Brasil.

GEOSSOCIOLINGUÍSTICA, SOCIO-GEOLINGUÍSTICOS, DIALETOLOGIA PLURIDIMENSIONAL

Como dito anteriormente, esta pesquisa se valerá dos pressupostos teórico-metodológicos da sociolinguística, dialetologia e fonologia para sustentar as discussões que serão realizadas. Essa conjugação de abordagens é benéfica ao trabalho, dado que nos permitirá fazer análises mais exatas e abrangentes a respeito da variação. Assim, a teoria fonológica nos dará subsídio para as explicações de ordem linguística a respeito de fatores que agem sobre a variação; nós usaremos as duas outras abordagens citadas - sociolinguísticas e dialetologia- de maneira conjunta para interpretação dos condicionantes diastráticos e diatópicos da variação de /l/ e /n/.

A proposta de união entre essas duas últimas teorias tem sido muito frequente nos estudos sobre variação, dando origem a uma tendência metodológica no Brasil chamada de Geossociolinguística (RAZKY, 2003) e Socio-geolinguística (CUNHA, 2006), e fora do Brasil, como pelo linguista alemão Harald Thun, de Dialetoologia Pluridimensional (2000). Essas três denominações diferentes têm em comum a pretensão de uma orientação teórico-metodológica que não se esgote na variável diatópica para caracterização da variedade de fala de uma região, nesse sentido, Callou (2004) afirma que: “A grande vantagem desta prática é que ela permite uma avaliação mais precisa, menos impressionística, obrigando-nos a buscar caracterização mais objetiva e permitindo-nos traçar, de forma eficaz, um quadro das variedades geográficas dialetais. (p.102).”

Desse modo, a Dialetoologia e o seu método geolinguístico vêm aproximando-se vigorosamente dos princípios sociolinguísticos, a tal ponto que seus limites e objetivos vez por outra confundem-se, como observou Silvia-Corvalán:

Sociolinguística e dialetoologia se tem considerado até certo ponto sinônimas, uma vez que ambas as disciplinas estudam a língua falada, o uso linguístico e estabelecem as relações que existem entre certos traços linguísticos e certos grupos individuais. Assim como a sociolinguística, a dialetoologia reconheceu desde cedo a existência da heterogeneidade linguística. (SILVIA-CORVALÁN, 1988, apud FERREIRA, CARDOSO, 1994, p.19)

Assim, ainda que a Dialetoologia tenha se preocupado com os fatores sociais que motivavam a variação desde a sua fundação, podemos afirmar que apesar de o advento da Sociolinguística ter favorecido o desenvolvimento da Dialetoologia - e de seu método geolinguístico- sob uma perspectiva mais ampla, é preciso dizer, como fez Cardoso (1999), que ambas as disciplinas seguem seus cursos independentemente:

A Geolinguística hoje [...] deve continuar a priorizar a variação diatópica, abrindo espaço para o controle de outras variáveis como sexo, idade e escolaridade, sem a busca obcecante da quantificação, mas tomando-as, de forma exemplificativa e não exaustiva, de modo a complementar os próprios dados. (p.152)

Dessa maneira, esta dissertação seguirá esse tipo de orientação teórico-metodológica, isto é, a conjugação das teorias dialetológicas e sociolinguísticas. Adotamos aqui a denominação Dialetoologia Pluridimensional (THUN, 2000), a qual têm sido vastamente utilizada em trabalhos dessa estirpe. Assim, julgamos válido explanar nas seções seguintes as principais contribuições da Sociolinguística e da Dialetoologia para os estudos da linguagem.

DIALETOLOGIA

A Dialetoologia pode ser entendida como a área de estudo que descreve a variação diatópica, demarcando-a em espaços geográficos. Cardoso (2002) a define como “[...] Uma disciplina que assume por tarefa identificar, descrever e situar diferentes usos em que uma língua se diversifica, conforme a sua distribuição espacial,

sociocultural e cronológica”. (p.01). Considerada uma das primeiras disciplinas a interessar-se pelo caráter variável da língua, a Dialetoлогия tem suas origens no século XIX, quando Wenker dedicou-se a documentar o dialeto de 40.736 localidades da Alemanha. Uma das falhas posteriormente apontadas sobre o trabalho de Wenker foi a falta de rigor na aplicação de um método eficaz para a consecução do trabalho.

Vários foram os trabalhos na Europa que seguiram na esteira de Wenker, dentre eles o *Atlas Linguistique de la France (ALF)* (1902-1910) de Jules Gillieron, o qual representa uma o grande avanço nos estudos dialetológicos, uma vez que consolidou o método de coleta dos dialetos e a distribuição das variedades dialetais em cartas linguísticas, chamado de Geografia Linguística. (CARDOSO, 2010). Nesse sentido, Coseriu (1982) destaca a Geografia Linguística como:

O método dialectológico e comparativo [...] que pressupõe o registro em mapas especiais de um número relativamente elevado de formas linguísticas (fônicas, lexicais ou gramaticais) comprovadas mediante pesquisa direta e unitária numa rede de pontos de determinado território, ou que, pelo menos, tem em conta a distribuição das formas no espaço geográfico correspondente à língua, às línguas, aos dialetos ou aos falares estudados. (p. 79)

Esses primeiros estudos dialetológicos, hoje ditos pertencentes à Dialetoлогия tradicional, prezavam sobretudo pela dimensão diatópica da variação, uma vez que esta era a proposta da disciplina. No entanto, ainda assim, a preocupação social fazia-se presente, mesmo que de maneira pouco sistemática. Cardoso (2010) corrobora essa posição ao afirmar que “A história dos estudos dialetais vem demonstrando que a visão diatópica não tem estado desacompanhada da perspectiva social na construção de uma metodologia a ser seguida pela geolinguística.” (p.45) A autora defende essa ideia considerando o fato que variáveis sociais e diastráticas não configuram-se de maneira isolada, mas pelo contrário, elas perpassam uma a outra. Cardoso (2010) afirma então:

A preocupação diatópica, seja porque os homens se situam, inevitavelmente, nos espaços geográficos, seja porque as línguas e as suas variedades, pelas implicações culturais a que estão sujeitas e que indubitavelmente as refletem, têm um território próprio, ou seja, ainda porque o homem é indissociável no seu existir e no seu agir, no seu ser e no seu fazer, tem sido uma constante nos estudos dialetais e desde seus primórdios. (p.48).

No entanto, começa-se a perceber realmente um movimento realmente consistente em relação ao controle de fatores sociais nos trabalhos dialetais a partir da consolidação da Sociolinguística como disciplina com método e princípios próprios. Assim, ao contar desse acontecimento, as abordagens que conjugam Dialetoлогия e Sociolinguística passam a desenvolver-se na literatura dos estudos da linguagem, resultando no que hoje denomina-se Dialetoлогия contemporânea. A próxima seção, por esse modo, se ocupará em explanar acerca da proposta que a Sociolinguística trouxe à tona no que se refere aos estudos linguísticos.

SOCIOLINGUÍSTICA

Durante muito tempo o caráter heterogêneo da língua foi mantido à parte dos estudos linguísticos, considerada como caótica e de impossível sistematização, a variação era tida como uma disfuncionalidade do sistema. O modelo estruturalista de Saussure foi responsável por divulgar amplamente essa concepção hegemônica e imutável da língua, excluindo, assim, do foco de investigação a *parole* em seu contexto social.

Foi só na década de sessenta com a divulgação dos trabalhos de Weinrich, Labov, Herzog que foi possível, de fato, ultrapassar essa visão. Esses estudiosos adotaram como objeto de estudo questões há muito escusas dos trabalhos linguísticos, favorecendo o surgimento e a propagação de uma nova disciplina, a Sociolinguística, que tem como principal interesse estudar variedade linguística relacionando-a a fatores sociais e linguísticos.

Apesar de Labov ser reconhecido como pai da Sociolinguística, é válido observar, como fez Calvet (2002), que muito antes de Labov, nos Estados Unidos e na Europa, já se avultavam estudos em que se debruçavam sobre o caráter variável da língua. A exemplo tem-se Meillet, cujos trabalhos já relacionavam fatores externos e internos para explicar a variedade linguística. A esse respeito Milroy afirma:

De fato, Labov não foi de forma nenhuma o primeiro dialetólogo urbano a sentir necessidade de se fazer uma descrição representativa do discurso urbano (...) No entanto, os métodos de amostragem de Labov são importantes na medida em que fazem parte de um programa maior de princípios para o estudo quantitativo da variação da linguagem, que foi projetado para dar conta de problemas teóricos importantes dentro da linguística. (MILROY, 1987, p.19)

Assim, ao reconhecer a língua como um fenômeno social, a Sociolinguística entende a variação como sendo algo inerente a todo sistema, uma vez que os falantes estão sempre expostos a influências sociais, culturais e históricas que condicionam a variação. Sobre isso Labov (1972, p.3) observa que: “Não se pode entender o desenvolvimento de uma mudança linguística fora da vida social da comunidade em que ela ocorre.” A Sociolinguística, portanto, consiste em uma teoria que busca descrever a variação linguística e correlacioná-la sistematicamente a determinantes sociais e linguísticos. Por esse modo, Cezario e Votre (2009, p. 141 in MARTELOTTA, 2009) destaca que:

A Sociolinguística é uma área que estuda a língua em seu uso real, levando em consideração a relação entre a estrutura linguística e os aspectos sociais e culturais da produção linguística. Para essa corrente, a língua é uma instituição social e, portanto, não pode ser estudada como uma estrutura autônoma, independente de contexto situacional, da cultura e da história das pessoas que a utilizam como meio de comunicação. (MARTELOTTA, 2009)

Dessa forma, a Sociolinguística traz contribuições relevantes no que se refere a tarefa de descrever, inventariar e sistematizar as variantes de cada comunidade, utilizando uma metodologia específica, a qual pode ser associada à outras tal qual a Dialetologia.

FONOLOGIA: MODELO DE GEOMETRIA DE TRAÇOS

Apesar deste trabalho não se caracterizar como de natureza fonológica e sim dialetal, sob orientação do método geolinguístico; por se tratar de uma pesquisa sobre variação no nível fonético, acreditamos ser relevante a eleição de um modelo fonológico que subsidiasse as observações acerca das variáveis linguísticas.

Escolhemos, portanto, como abordagem fonológica a Geometria de Traços (FGT) para as discussões entorno da palatalização; esta abordagem foi formulada por Clements (1985) e enquadra-se nos chamados modelos não-lineares, os quais representaram um grande salto no desenvolvimento dos estudos fonológicos. Muitos dos princípios adotados pela FGT seguem as orientações da também não-linear Fonologia Autossegmental (GOLDSMITH 1976;1990), modelo que avançou em relação as fonologias lineares ao refutar a ideia de que há uma relação ‘bijectiva’ (de-um-para-um) entre o segmentos e os traços que o compõe.

Assim, na perspectiva da Fonologia Autossegmental bem como da Geometria de Traços, os traços distintivos possuem independência em relação ao próprio segmento, de forma que seu domínio pode ser maior ou menor que o segmento. Foi só a partir dessa nova interpretação que, entre outras coisas, foi possível entender, por exemplo, como em alguns casos há a permanência de um determinado traço sonoro mesmo depois do desaparecimento do segmental do qual ele fazia parte.

Além disso, a FGT traz uma compreensão nova sobre a forma como os segmentos fonológicos se constituem, afastando-se terminantemente da ideia de que esses são um conjunto desordenado de traços. Assim, de maneira oposta ao que se acreditava antes, defende que os segmentos apresentam uma estrutura interna muito bem organizada, com traços ordenados hierarquicamente, os quais atuam em regras que podem funcionar isoladamente ou em conjuntos solidários.

Assim, um dos principais motivos para a escolha da Geometria de Traços para a fundamentação da pesquisa diz respeito à clareza na representação dos processos fonológicos que ela proporciona; sendo essa uma das mais importantes contribuições deixadas pela FGT, uma vez que a elaboração de diagramas arbóreos facilita a visualização da organização dos traços na aplicação das regras.

ETAPAS METODOLÓGICAS

Esta pesquisa, ainda em andamento, se constituirá de 5 etapas, são elas: Revisão da literatura, levantamento do corpus, tratamento dos dados, elaboração das cartas linguísticas e análise dos dados. Estando atualmente em fase de análise dos dados. Descreveremos cada uma delas a seguir.

Revisão da Literatura

A revisão da literatura nos revelou a escassez de trabalhos relativos à palatalização de /l/ e /n/. Acerca da palatalização de /l/ foram encontrados os trabalhos de Oliveira (2007), o qual investigou a variação da lateral alveolar /l/ na cidade de Itaituba, no estado do Pará; e o trabalho de Oliveira, Lima e Razky (2016), cujo objetivo era descrever a realização variável do segmento /l/ diante de [i/j] nas capitais brasileiras, (com exceção de Palmas e DF). Em relação ao processo de palatalização de /n/, por outro lado, encontramos apenas pesquisa de Rodrigues (2014), que faz uma descrição da palatalização de /nj/ no estado do Amazonas à luz da teoria autosssegmental.

Levantamento do Corpus

Esta pesquisa se utiliza do banco de dados do Projeto Atlas Linguístico do Brasil, considerando 70 localidades da região Nordeste do Brasil de acordo com a rede de pontos estabelecida pelo projeto, sendo todas elas não capitais. Assim, o corpus utilizado é composto por 280 informantes estratificados socialmente em sexo e faixa etária. Em cada ponto foram coletados dados de fala de 4 sujeitos, sendo um homem e uma mulher de primeira faixa etária (18 a 30 anos) e um homem e uma mulher pertencentes à segunda faixa etária (50 a 65 anos).

Foram analisadas então as respostas às perguntas dos questionários fonético-fonológico e semântico-lexical elaborados pelo ALiB em contextos em que /l/ e /n/ precedem a vogal alta e anterior /i/. A tabela abaixo sumariza os contextos esperados:

Tabela 1: Contextos de /l/ e /n/ diante da vogal alta anterior /i/.

QUESTIONÁRIO FONÉTICO-FONOLÓGICO		QUESTIONÁRIO SEMÂNTICO-LEXICAL
/l/	026. <u>L</u> iquidificador 095. <u>L</u> iquidação 130. Fam <u>í</u> lia 140. Sand <u>á</u> lia	065. Col <u>í</u> bri / Beija-Flor 067. Gal <u>í</u> nha da Angola / Guiné / Cocar 085. <u>L</u> ibélula 156. Bol <u>í</u> nha de Gude 157. Estil <u>í</u> ngue 167. Amare <u>l</u> inha 171. Ful <u>í</u> gem
/n/	037. Bon <u>í</u> to 082. In <u>í</u> cio 099. Un <u>í</u> ão 133. Ú <u>n</u> ico	088. Pern <u>í</u> longo 097. Dentes Can <u>í</u> nos 132. Men <u>í</u> no 133. Men <u>í</u> na 169. Vene <u>n</u> eziana (Alteamento). 170. Vaso San <u>í</u> tário 178. Carne <u>n</u> e Moída (Alteamento). 200. Ôn <u>í</u> bus Urbano

		201. Ônibus Interurbano

Fonte: elaborada pela autora

Tratamento dos dados

O tratamento dos dados constituiu-se em uma etapa demasiadamente demorada para pesquisa devido à quantidade dos dados a serem trabalhados, isto é, as respostas a 17 perguntas de 280 informantes, distribuídos em 70 cidades da região Nordeste do Brasil. Assim, neste estágio do trabalho, os dados foram transcritos utilizando os símbolos do Alfabeto Fonético Internacional (IPA) e organizados em tabelas de acordo a estratificação social e espacial dos sujeitos. Em seguida, partimos para quantificação estatística do dados variáveis com o auxílio do programa computacional Varbrul, considerando entre os fatores da variável linguística: tonicidade, contexto seguinte, contexto precedente e posição na palavra, e entre os fatores sociodialetais: gênero, variável, sexo, estado e localidade.

Elaboração das Cartas Linguísticas

Após os dados tratados passa-se à fase de elaboração das cartas linguísticas, estágio no qual encontra-se atualmente a dissertação. Assim, de posse desses resultados, seguiremos para produção das cartas linguísticas, as quais serão desenvolvidas com ajuda do programa Quantum Gis (Qgis), levando em consideração as variantes sociais e espaciais analisadas.

Análise dos dados

A última etapa da dissertação se empenhará na análise dos resultados acerca do comportamento variável dos segmentos /l/ e /n/ à luz da Dialetoologia Pluridimensional e da Fonologia.

CONCLUSÃO

Como dito anteriormente, esta dissertação encontra-se em estágio inicial, sendo, por isso, inviável a exposição de resultados sobre o fenômeno estudado. Apesar disso, a necessidade de descrever a realidade dialetal do Brasil põe à vista a importância da continuidade do desenvolvimento desta dissertação, uma vez que, como foi exposto, são escassos os trabalhos que se propuseram estudar a palatalização dos segmentos /l/ e /n/, sobretudo na região Nordeste.

Todavia, apesar disso, essa região é popularmente caracterizada por ser pouco propensa às realizações palatais de /l/ e/n/, no entanto, essas conclusões apresentam base impressionística, dada a ausência de dados científicos a esse respeito. Por esse modo, os resultados desta pesquisa contribuirão para a caracterização da fala da região Nordeste no que se refere à palatalização, visto que ainda que as formas palatalizadas não sejam a variante padrão dessa região, é necessário também conhecer o seu comportamento variável.

REFERÊNCIAS

CALLOU, D. **Caminhos e Perspectivas da Dialetologia e da Sociolinguística no Brasil: variação e ensino**. In: CARDOSO, S. (Org). **Diversidade Linguística e Ensino**. 2.ed. Salvador: EDUFBA,, 2004.

CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística: uma introdução Crítica**. São Paulo: Parábola, 2002.

CARDOSO, Suzana. **A dialectologia no Brasil: perspectivas**. DELTA [online], vol. 15, 1999.

_____. A Geolinguística no Terceiro Milênio: monodimensional ou pluridimensional? Universidade Federal da Bahia. Revista do GELNE, vol 4, número 2, 2002.

_____. **Geolinguística: tradição e modernidade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

CEZÁRIO, Maura; VOTRE, Sebastião. **Sociolinguística**. In: MARTELOTA, Mário (org). **Manual de Linguística**. São Paulo: Contexto, 2009.

CLEMENTS, George N.; HUME, Elizabeth. The Internal organization of speech sounds. In: GOLDSMITH, John (Ed.). **The Handbook of Phonology Theory**. Cambridge: Blackwell, 1995.

COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB. 2001. Londrina:Ed. da UEL, 2001.

COSERIU, Eugenio. **O Homem e sua Linguagem**. Rio de Janeiro: Presença, 1982;

CUNHA, C. Estudos Geo-sociolinguísticos. Rio de Janeiro: UFRJ, Pós-Graduação em Letras Vernáculas, 2006.

FERREIRA, Carlota; CARDOSO, Suzana. *A Dialetoлогия no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994.

GOLDSMITH, John . **Autosegmental & Metrical Phonology**. Basil Blackwel, 1990.

_____. **Autosegmental Phonology**. Bloomington: Indiana University Linguistic Club, 1976.

LOBOV, Willian. **Sociolinguistic Patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

MARTELOTTA, Mário. **Manual de linguística**. São Paulo: Contexto, 2009

MILROY, L. **Observing e Analysing Natural Language**: a critical account of Sociolinguistic method. Oxford: Blackwell, 1987.

OLIVEIRA, Marilúcia. **A Palatalização da Lateral Alveolar /l/ em Posição Pre-vocálica no Falar de Itaituba-Pa**. Tese de Doutorado em Linguística. Maceió: UFAL, 2007.

OLIVEIRA, Marilúcia; LIMA, Alcides; RAZKY, Abdelhak. **A Palatalização de /l/ Diante de i no Português Brasileiro**. *Linguística*, vol, 32-2, 2016.

RODRIGUES, Tatiana. **Uma Abordagem Autossegmental da Palatalização de /nj/ no Amazonas**. *Língua, Linguística e Literatura*, v.11, n1, 2014.